História da Psicologia

Rumos e percursos

organizadores

Ana Maria Jac—Vilela
Arthur Arruda Leal Ferreira
Francisco Portugal

Organização
Ana Maria Jacó-Vilela
Arthur Arruda Leal Ferreira
Francisco Teixeira Portugal

História da Psicologia: rumos e percursos

Rio de Janeiro
2005

Coleção Ensino da Psicologia
Coordenação: Francisco Teixeira Portugal

Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais
Psicologia Jurídica no Brasil
História da psicologia: rumos e percursos

Capa
Sphaera Design

Revisão

Tereza da Rocha

CIP-Brasil – Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

H58

História da psicologia : rumos e percursos / organização Ana Maria Jacó-Vilela, Arthur Arruda Leal Ferreira, Francisco Teixeira Portugal. - Rio de Janeiro : Nau Ed., 2006
(Ensino da psicologia ; 3)

Inclui bibliografia
ISBN 85-85936-63-0

1. Psicologia - História. 2. Psicologia. I. Jacó-Vilela, Ana Maria, 1955-. II. Ferreira, Arthur Arruda Leal, 1965-. III. Portugal, Francisco Teixeira, 1964-. IV. Série.

06-2569. CDD 150.9
CDU 159.9(09)

17.07.06 20.07.06 015372

Editora Trarepa Ltda
Av. Nossa Senhora de Fátima, 155
Engº Paulo de Frontin – RJ – CEP 26650-000
Telefax: (21) 2552 9609 • email: contato@naueditora.com.br • www.naueditora.com.br
Não encontrando este livro na livraria, pedir via fax ou email.

Obra impressa na Gráfica Vozes em agosto de 2006
Fotolitos fornecidos pela editora • Papel cartão supremo 250 g/m² para a capa • Papel off set 70 g/m² para o miolo

Sumário

Prefácio 9
Luís Claudio Figueiredo

Apresentação 11
Ana Maria Jacó-Vilela, Arthur Arruda Leal Ferreira e Francisco Teixeira Portugal

PARTE I - O NASCIMENTO DA PSICOLOGIA

1. O múltiplo surgimento da Psicologia 13
Arthur Arruda Leal Ferreira

2. "A mais útil de todas as ciências". Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo 47
Fernando Vidal

3. Idéias psicológicas na cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII 75
Marina Massimi

PARTE II – OS NOVOS CRITÉRIOS DE CIENTIFICIDADE NO SÉCULO XIX

4. A psicologia no recurso aos vetos kantianos 85
Arthur Arruda Leal Ferreira

5. Wilhelm Wundt e o estudo da experiência interna 93
Saulo de Freitas Araujo

6. Comparação e genealogia na psicologia inglesa no século XIX 105
Francisco Teixeira Portugal

7. O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação 121
Arthur Arruda Leal Ferreira e Guilherme Gutman

8. Fios, seduções e olhares: os primórdios "psi" nas terapias para corpos e mentes perturbados *141*
Denise Barcellos da Rocha Monteiro e Ana Maria Jacó-Vilela

9. O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. 159
Marina Massimi

PARTE III
A PSICOLOGIA NO SÉCULO XX: UMA DISPERSÃO DE SABERES E PRÁTICAS

10. A reflexologia soviética: Séchenov, Pavlov e Bechterew......................... *169*
Eustáquio José de Souza Júnior, Manuela Gomes Lopes e Sérgio Dias Cirino

11. O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento *179*
Carlos Renato Xavier Cançado, Paulo Guerra Soares e Sérgio Dias Cirino

12. As bases teóricas e filosóficas das abordagens cognitivo-comportamentais *195*
Eliane M. O. Falcone

13. A psicologia no contexto das ciências cognitivas *215*
Virgínia Kastrup

14. As ciências cognitivas no Brasil.. *239*
Adriana Benevides Soares

15. O funcionalismo europeu: Claparède e Piaget em Genebra, e as repercussões de suas idéias no Brasil... *243*
Regina Helena de Freitas Campos e Denise Maria Nepomuceno

16. Medir, classificar e diferenciar *265*
Alexandre Carvalho Castro, Alexandre Grillo de Castro, Silvia Carvalho Josephson e Ana Maria Jacó-Vilela

17. A psicologia comparada.. *291*
Maria Emilia Yamamoto

18. O gestaltismo e o retorno à experiência psicológica *301*
Marcia Moraes

19. As influências da fenomenologia e do existencialismo na Psicologia 319
Roberto Novaes de Sá

20. A psicologia humanista 339
Rogerio Christiano Buys

21. A psicologia soviética: Vigotsky, Rubinstein e as tendências que a caraterizaram até o fim dos anos 1980. 349
Fernando Luis González Rey

22. Luzes e sombras. Freud e o advento da psicanálise 371
Inês Loureiro

23. Aspectos históricos da psicanálise pós-freudiana 387
Christian Ingo Lenz Dunker

24. O movimento psicanalítico brasileiro 413
Jane Araujo Russo

25. Interioridade, intimidade: o discurso psicológico na literatura dos séculos XIX e XX 425
Idilva Germano

PARTE IV – A PSICOLOGIA EM DIÁLOGO COM O SOCIAL

26. A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência . 441
Regina Duarte Benevides de Barros e Silvia Carvalho Josephson

27. Psicologia social em George Herbert Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman 463
Francisco Teixeira Portugal

28. Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal 473
Jorge Coelho Soares

29. A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo 503
Ana Mercês Bahia Bock e Odair Furtado

30. "Sejamos realistas, tentemos o impossível." Desencaminhando a psicologia através da análise institucional 515
Heliana de Barros Conde Rodrigues

31. A psicologia social na atualidade 565
Mary Jane Paris Spink e Peter Kevin Spink

Sobre os autores 587

Índice onomástico 591

Prefácio

A história da psicologia, a rigor, não existe, ao menos no singular. Existem, sim, inúmeras maneiras de conceber o campo do "psicológico" e outras tantas maneiras de se inserir nesse campo, intervindo nele, praticando "psicologia". Entre as maneiras de pensar o "psicológico" há mesmo quem pretenda descartar-se desta denominação e dar preferência a outros conceitos, como "conduta" ou "comportamento". Entre os que se situam no campo do psicológico, há também os que pretendem fazer outra coisa que não "psicologia" como, por exemplo, "psicanálise". Reunir essa ampla gama de perspectivas não é tarefa fácil e pode ser, inclusive, considerada impossível: inevitavelmente, em qualquer exposição desse conjunto algo caótico, qualquer aparência de unidade será conquistada com base em vieses e preferências pessoais, dando-se relevo a certos elementos, deixando outros na sombra ou mesmo de fora.

Além dessa variedade, as histórias das psicologias podem focalizar os conceitos e as teorias ou podem se dedicar às práticas psicológicas. Mesmo sabendo o quanto esses dois pólos podem estar entrelaçados, não resiste a uma visão crítica da área a suposição de que teorias e práticas correspondam-se umas às outras de forma muito simples. Isto é verdadeiro em qualquer área de saber e mais ainda na nossa. Podem ocorrer imensas desproporções entre os avanços práticos, por exemplo, e as conquistas da reflexão teorizantes, e vice-versa.

Finalmente, seja no campo das idéias psicológicas ou afins, seja no campo das práticas, técnicas e instrumentos psicológicos, e principalmente neste segundo caso, a determinação histórico-social e a incidência na vida da cultura e da coletividade precisam ser consideradas, mesmo que se admitam determinações internas a cada um desses sistemas. Ou seja, podemos, certamente, contar histórias "internas" das psicologias – enfatizando as relações entre conceitos, entre conceitos e técnicas etc. –, mas também podemos e devemos investir em histórias "externas" das psicologias, em que idéias e práticas sejam estudadas à luz da história social e cultural. Conclusão: não há, como dissemos na abertura, uma história das psicologias, mas inúmeras histórias e modos de narrá-las.

Não obstante, é indispensável incluir no processo de formação do psicólogo essa dimensão histórica com toda a complexidade acima mencionada. Aliás, há um último elemento que também não pode ser esquecido: além da inserção social das psicologias em suas origens, o processo de formação deve levar em conta a dimensão social e histórica das difusões: não é o mesmo entrar em contato com a psicanálise, por exemplo, no Brasil urbano e na Argentina e fazer esse mesmo contato em certas regiões em que a psicanálise não penetrou nem, muito menos, passou a integrar uma certa camada da cultura urbana de massas. Nesta medida, é também preciso levar em conta os processos de difusão que condicionam, para o bem ou para o mal, as possibilidades de encontro do psicólogo em formação com as teorias e os sistemas que lhe são apresentados. Muitos estudantes, se não todos, entram nos cursos de psicologia com visões bastante estreitas e preconceituosas da psicologia, "amando" antecipadamente certas tendências e "odiando" outras, e um dos objetivos das disciplinas formadoras – como "História da Psicologia" – será o de enfrentar tais preconceitos. Novamente nos deparamos aqui com o paradoxo: não há uma história da psicologia, mas é indispensável que se apresente ao psicólogo em formação a dimensão histórica dessa área de saberes sem reduzir sua complexa e intrincada tessitura.

A solução encontrada nesta coletânea foi o recurso a uma pluralidade de estudos de diversos autores com formações e visões distintas, todos, porém ao que parece, dispostos a enfrentar as agruras da convivência com seus pares diferenciados. Não se pode esperar deste volume uma falsa unidade, uma unificação falsificada pela imposição de trilhos interpretativos excludentes. É toda a psicologia contemporânea – e, em alguns capítulos, seus antecedentes modernos – que se fazem presentes a partir de muitos pontos de vista. O que falta em unidade sobra em riqueza, tornando este livro único em seu gênero na literatura nacional e internacional. Aqui o leitor encontrará capítulos versando sobre os mais diferentes temas e segundo os mais diferentes ângulos de abordagem com as mais diferentes metodologias de interpretação. A "unidade", enfim, é garantida pela… isenta apresentação da diversidade, o que parece ter sido o objetivo dos organizadores, de resto, muito bem-sucedidos na seleção de temas e autores.

Este livro terá, certamente, um lugar de destaque nos cursos de psicologia e poderá funcionar, dada a vastidão da bibliografia citada, como uma fonte inesgotável de novos estudos e aprofundamentos.

Luís Claudio Figueiredo

Apresentação

É com imensa satisfação que trazemos a público este livro de história da psicologia. Voltado para o estudante de graduação – de psicologia e de áreas afins -, ele objetiva estimular o interesse por este tema, supondo que, com isto, favorecerá a disposição de contextualização histórica dos saberes e práticas psicológicos. Assim, procura apresentar de maneira concisa e didática, sem, contudo, utilizar de simplificações empobrecedoras, uma visão da história da psicologia diferente daquela encontrada na literatura mais conhecida no Brasil. Acrescenta ainda um aspecto inexistente nessa outra literatura: a história da psicologia aqui narrada não se restringe àquela que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, a ela se acrescenta, sempre, as contingências do saber psicológico em terras brasileiras.

Estes pontos levam a outro aspecto relevante quanto à composição do livro: embora conste de capítulos escritos por diferentes autores, procuramos evitar o caráter de "coletânea" por meio de uma escolha criteriosa em que pessoas de competência reconhecida em seu campo de conhecimento e que compartilham conosco o entendimento do conhecimento científico como historicamente construído foram convidadas a contribuir para o projeto. Foi possível assim obter um livro com alta coesão interna, pois os capítulos, ao narrarem os diversos caminhos percorridos pela psicologia ao longo dos últimos séculos, apresentam não só os autores, os conceitos, os temas e seus desenvolvimentos, mas também as condições – sociais, econômicas, culturais – que possibilitaram a emergência, a ramificação, a institucionalização de determinada(s) alternativa(s) de construção da psicologia enquanto ciência e prática.

O livro se divide em quatro partes. A parte I, intitulada "O nascimento da psicologia", trata não só da invenção de alguns conceitos-chave para essa disciplina, como também das condições que tornaram possível a psicologia na Europa a partir do século XVIII e – algo inexistente em livros do gênero – as idéias psicológicas que floresceram no Brasil colônia.

A parte II, "Os novos critérios de cientificidade no século XIX", por sua vez, apresenta o famoso "veto kantiano" àquela psicologia exposta na parte I, o projeto wundtiano da psicologia como ciência da experiência interna na

Alemanha, a psicologia comparada e diferencial na Inglaterra, o funcionalismo norte-americano e a psicopatologia francesa. Junto a esta análise dos primeiros caminhos oficiais da psicologia no final do século XIX, há uma apresentação do que se produziu em terras brasileiras no mesmo período, mesmo que isso não tenha se dado de forma tão institucionalizada como no exterior.

A parte III apresenta "A psicologia no século XX – uma dispersão de saberes e práticas". É a maior parte do livro, praticamente a metade, envolvendo dezesseis de seus trinta e um capítulos, pois representa o momento de disseminação e multiplicação da psicologia nas suas mais diversas orientações, reverberando a multiplicidade que já se insinuava no século XIX. E, como mais uma novidade para o leitor, um capítulo que articula os discursos psicológico e literário nos séculos XIX e XX. Como marca do livro, em todos estes capítulos estão presentes os desdobramentos destas diversas orientações no Brasil.

A última parte, "A psicologia em diálogo com o social" indica uma opção nossa, organizadores deste livro, de apontar para a construção social do homem. Esta parte trata, pois, de temas muito mais raramente apresentados em livros de história da psicologia e, também, nem sempre presente nas grades curriculares dos cursos de graduação, como a psicologia das massas, o pensamento das Escolas de Frankfurt e de Chicago, o movimento institucionalista, a presença do pensamento marxista na psicologia brasileira. Fechamos o livro com um capítulo que procura mapear a riqueza da psicologia social na atualidade, nas suas mais variadas orientações.

Contudo, a marca mais decisiva deste trabalho não se encontra em nenhum capítulo ou parte específica, mas em seu conjunto. A estrutura do livro e a narrativa construída por cada autor constitui a explicitação de suas convicções, mais um aspecto diferencial desse livro em relação à literatura especializada. Ao não assumirmos um modo supostamente neutro de "fazer ciência", pretendemos ressaltar que a emergência, a constituição e a institucionalização da psicologia não decorre de um desenvolvimento linear, contínuo, necessário e neutro do conhecimento sobre o ser humano, mas implica opções, escolhas e oportunidades advindas de condições socioculturais, políticas, econômicas, bem como interesses partilhados por pequenos e grandes grupos.

É assim que se faz a vida, é assim que se faz ciência.

Os organizadores

Capítulo 1
O múltiplo surgimento da Psicologia

Arthur Arruda Leal Ferreira

Discussão histórica

No começo de qualquer trabalho histórico, impõe-se uma questão inicial: seriam as transformações do objeto estudado produto da evolução gradual e contínua de uma experiência original, ou seriam o resultado de múltiplas combinações casuais e inesperadas? É desta forma que o filósofo e historiador Michel Foucault (1971) nos coloca perante uma escolha de que nenhum historiador pode se omitir. Perguntamos então: como esta questão se configura na história da psicologia? É quase um consenso entre os historiadores da psicologia o estabelecimento do século XIX como marco institucional do surgimento dessa disciplina. Mas o historiador não se satisfaz com inaugurações oficiais, sempre se pergunta sobre que experiências, práticas e saberes estariam condicionando essa fundação.

Uma boa parte dos textos sobre história da psicologia aponta para uma origem remota, como se a psicologia pudesse encontrar nessa sua fundação no século XIX ecos de uma experiência e de uma curiosidade bem anteriores. É desta forma que podemos encontrar em trabalhos clássicos, como os de Otto Klemm (1933), Gardner Murphy (1960) e George Brett (1963) ou, principalmente, Edwin Boring (1950), as trilhas da história da psicologia se cruzando com os caminhos de uma busca ancestral de conhecimento de si, confundindo-se com a própria história do saber ocidental. Como se, por um sutil *insight*, tivesse havido no século XIX a decisão de apropriar tais intuições ancestrais por um saber regulado e cientificamente disciplinado. Daí a clássica frase de Hermann Ebbinghaus: "A Psicologia tem um longo passado, mas uma curta história" (Vidal, 2000).

Contudo, uma outra forma de pensamento histórico aponta para o surgimento da psicologia a partir da irrupção de condições bem peculiares que

teriam surgido de forma singular a partir do século XVI, e que confluiriam para a necessidade do conhecimento de si, da busca de uma natureza na individualidade e na interioridade humanas. Muito mais do que uma tomada de consciência, teria se produzido uma nova experiência da relação consigo e com os demais, em que um conhecimento disciplinado e naturalizado teria se imposto como uma necessidade.

Dentro desta perspectiva, a hipótese adotada neste livro é que em nossa modernidade (a partir do século XVI) teriam irrompido diversas experiências que, em seu emaranhado, conduziram a uma multiplicidade de orientações no campo atual da psicologia. Uma segunda hipótese derivada deste ponto é que a multiplicidade da psicologia não é o produto de um descuido científico ou de uma imaturidade do saber psicológico, mas o eco dessa profusão de experiências, e do modo como elas se articulam na construção de um solo psicológico. Portanto, deve-se perguntar: que experiências são essas que surgem na modernidade e constituem o solo fragmentado da psicologia?

De modo corrente, se faz a história da psicologia (e das ciências) de duas formas:

1) ou se busca demarcar as condições da psicologia através de uma série de transformações intelectuais, conceituais ou metodológicas (a chamada abordagem internalista);
2) ou se busca estabelecer as condições da psicologia a partir de uma série de transformações culturais, sociais, econômicas e políticas (a chamada abordagem externalista).

Compreendemos que, para se fazer a história da psicologia, as duas formas são necessárias, pois, por um lado, a psicologia, ainda que calcada em conceitos e práticas científicas, faz parte de uma rede de interesses (dos próprios pesquisadores, do público e das agências de fomento) e de práticas sociais. E, por outro lado, a forma pela qual os interesses e práticas sociais se ordenam nas ciências (e na psicologia em particular) é bem específica, sendo articulados a projetos científicos. Portanto, as transformações nos planos interno e externo de um saber não podem ser vistas de forma isolada. Consideremos então a rede conceitual e de práticas sociais que possibilita a constituição da psicologia como um saber e uma prática singulares.

As práticas sociais modernas

O conjunto do saber e das práticas psicológicas contemporâneas apresenta algumas experiências constitutivas fundamentais, uma vez que

presentes em todas as psicologias. Tais experiências referem-se respectivamente à constituição de um domínio de interioridade reflexiva (a nossa subjetividade) e de um campo de singularização valorativa num espaço coletivo (a nossa individualidade). Contudo, a partir dessas experiências surgem outras práticas relevantes, notadamente as que conduzem à distinção entre mente e corpo, e as que produzem a identificação da loucura a uma doença de ordem mental, além da distinção entre infância e idade adulta enquanto períodos da vida.

A constituição de um plano de subjetividade

Por subjetividade entende-se a constituição de um plano de interioridade reflexiva, em que cada vivência se encontra centrada e ancorada em uma experiência de primeira pessoa, de um "eu". A história de um plano de interioridade não visa à busca de uma experiência universal no homem, mas à compreensão da constituição dessa experiência, considerada por nós, na atualidade, uma das mais fundamentais. Essa história pode ser contada como um capítulo dentro do domínio do que Foucault (1984) chamou de história das técnicas de si, procurando, pois, desvendar as formas como os indivíduos estabeleciam relações de trato e cuidado consigo desde a Antiguidade pagã. Apresentaremos, então, uma história desse processo, apontando de início alguns momentos em que essa experiência de interioridade não fazia parte da existência dos indivíduos, seguindo na constituição dessa experiência e nas transformações em sua configuração.

A consideração da história das técnicas de si na Antiguidade pagã operaria aqui como uma contraprova da universalidade de nosso modo de subjetivação atual, baseado numa reflexividade sobre si em que buscamos desbastar, na densa floresta da nossa vida interior, a cidadela do verdadeiro eu, "o eu de todos os eus". Contudo, essa busca não fazia o menor sentido na Antiguidade greco-romana. Ainda que possamos nos deparar com a máxima do oráculo de Delfos – "Conhece-te a ti mesmo" –, esta não visa ao conhecimento de nossa intimidade, mas aponta para um respeito à *sofrosine*, a medida, o controle: o homem deveria saber de seus limites, que não é deus nem animal. Assim, o que impera nesse período é a busca de constituição de uma vida calcada no autogoverno e na justa medida. Nas palavras de Foucault (1984), não há na Antiguidade pagã uma busca de conhecimento de si mesmo (uma *hermenêutica de si*), mas da constituição de uma vida tão bela quanto uma obra de arte (uma *estética da existência*). As técnicas de relação consigo não estão calcadas na busca da revelação de um eu, mas na construção de si a partir

da verdade e do ensinamento dos grandes mestres. Para Jean-Pierre Vernant (1990), os gregos não possuíam uma experiência generalizada do eu enquanto interioridade individualizada ou personalidade, apesar de esta se manifestar no discurso em primeira pessoa da poesia lírica, e nos feitos de indivíduos como magos e guerreiros. Há, enfim, entre os gregos uma interioridade, mas esta não é individualizada, reflexiva, ancorada em um eu. Para Vernant, esse "eu" da Antiguidade clássica se assemelha mais a um ele. Por exemplo, quando se fala da alma humana, especialmente nos círculos pitagóricos e platônicos, esta não é a alma de alguém, como aprendemos na tradição cristã, mas uma alma universal. Mais uma alma em mim do que a minha alma. Mesmo quando se fala do conhecimento que essa alma tem das coisas, não há a nossa clássica oposição entre mundo externo e interno, pois conhecer é incorporar os próprios objetos ou a essência destes.

A invenção da interioridade individualizada e da hermenêutica como instrumento de verdade só será processada a partir de uma ética cristã, gestada a partir do século II d.C. Aqui começam a ser formados os termos básicos para a constituição do cuidado de si atual, ao menos quanto ao seu objeto e ao seu processo. Segundo Foucault (1984), nesse momento surge a figura do homem santo que se destaca da comunidade a fim de buscar Deus no interior de seu verdadeiro eu, tendo para tal que estar atento às armadilhas do demônio. Trata-se, nesse mergulho na própria alma, de distinguir os pensamentos de origem divina dos infundidos pelo mal. Esse modo de vida, lentamente produzido no seio da vida religiosa, nos monastérios do Oriente próximo (atuais Síria e Egito), irá se propagar ao longo de todo o tecido social progressivamente até a nossa modernidade no interior das práticas culturais, instituições e hábitos individuais. E com algumas inversões de signos: o próprio eu, impedido de ser cultuado na ética dos primeiros cristãos, tendo em vista a purificação do indivíduo, passará a se tornar uma finalidade em si na modernidade, configurando-se como a nossa riqueza mais íntima e preciosa.

Na passagem para o cuidado de si moderno há, pois, uma mudança de finalidade: não se busca mais uma purificação da alma para atingir Deus, mas uma pura afirmação de si. E também, o exame de si, outrora exercido através de instrumentos religiosos e jurídicos (como a confissão), cede aos aparatos científicos modernos (a anamnese, a entrevista clínica, os testes mentais). Portanto, mudam igualmente as técnicas desse novo cuidado de si.

O que permite a passagem desse cuidado da Antiguidade cristã até as suas formas modernas? Podemos dizer que, a partir da modernidade, passaram a existir diversas formas de relação consigo, além da religiosa, que

nos convidam a um exame da nossa vida interior. Uma delas é a constituição do tema da sexualidade, tão caro a nós nos dias de hoje, como bem mostra Foucault em *A vontade de saber*, 1977. Outra prática relevante para o adensamento de uma região de subjetividade em nossa existência é a *separação entre os plano público e privado*, enquanto produto da constituição dos Estados modernos. Ela pode ser acompanhada no surgimento das sociedades de corte e dos seus rituais de etiqueta, como relata Norbert Elias (1990), e mesmo no pensamento dos principais pensadores do Estado moderno, como demonstra Figueiredo (1992).

Para entendermos como essa experiência que cinde a nossa existência entre o plano do foro íntimo privado e o das representações públicas, tão natural à nossa vida atual, pode ter sido diferente, basta considerarmos que muitos dos nossos pensamentos e gestos mais íntimos reservados se desenrolavam na naturalidade da vida cotidiana. Para Elias (1990), um processo de expurgo e ritualização desses nossos atos e gestos começa a se configurar na formação das sociedades de corte, que passam a ser configuradas dentro do processo de centralização do poder estatal. É no bojo das sociedades de corte que todo um conjunto de etiquetas e de representações públicas vai se constituindo, relegando ao plano íntimo uma série de atos e pensamentos. Esse processo vai se disseminando paulatinamente para diversos setores sociais, inicialmente estranhos à sociedade de corte, como os próprios grupos burgueses e urbanos.

Paralela à constituição desse conjunto de dispositivos comportamentais, surge a questão filosófica da relação do poder central com as liberdades individuais. Isto conduziria à partilha entre uma intimidade livre a ser cultivada em contraposição a uma obediência pública ao poder monárquico. Em todas essas formas de pensamento político – as absolutistas, as liberais ou as iluministas –, a função primordial do Estado seria a preservação das leis e dos direitos naturais, garantidos pela ordem pública. A única distinção que se pode fazer, segundo Figueiredo (1992), é que no pensamento liberal, bem como no iluminista, há um investimento maior do plano privado e íntimo contra os excessos do poder central e de suas representações públicas.

Contudo, a instalação do poder central nos Estados modernos se fez de forma diversa nas diferentes nações européias, consagrando diversos dispositivos de exercício da vida privada. Assim, na Inglaterra inventaram-se as cartas e o romance intimista como espaço de expressão de nossas experiências interiores, e o jardim inglês, o turismo, os *pubs*, cafés, os clubes masculinos como locais de exercício da nossa vida privada. Na França destaca-se o próprio

movimento iluminista, além da literatura libertina e das sociedades secretas como a maçonaria. Nas nações de língua alemã, operou-se a afirmação de uma cultura alemã contra os requintes civilizatórios importados pela nobreza das cortes. Isto está presente não apenas no romantismo, mas na literatura psicológica produzida ao longo do século XVIII por autores como Johan Heinrich Jung (1740-1817), Johann Caspar Lavater (1741-1801), Karl Philipp Moritz (1734-1815) e Franz Anton Mesmer (1734-1815). O primeiro foi autor do romance autobiográfico *A juventude de Heinrich Stilling – História verdadeira*, onde buscava dar publicidade às suas experiências privadas. Lavater, também autor de romance autobiográfico, foi o criador da fisiognomia enquanto saber que relaciona características anatômicas às espirituais. Moritz, por seu lado, foi fundador de uma revista de psicologia experencial, *Conhece-te a ti mesmo*, onde eram publicados diversos relatos de experiências individuais, como as suas, presentes em uma autobiografia romanceada. Por fim, Mesmer, médico da corte austríaca, foi o inventor do magnetismo animal enquanto técnica de influência física, apta a dar conta das mais diversas enfermidades. Tratado como charlatão, no século XIX suas técnicas serão retomadas como mero processo de sugestão psicológica e base da hipnose. Os dois primeiros autores serão relevantes para a constituição da psicologia no século XVIII (capítulo 2). O terceiro caso será fundamental para a elaboração da experiência psicopatológica no século XIX (capítulo 8).

Alguns autores, no entanto, vislumbram um alcance maior dessa experiência moderna no campo psicológico. Peter Berger (1985) vê no aprofundamento dessa distinção entre os domínios público e privado a condição fundamental para o surgimento dos saberes psicológicos. É a mesma postura de Figueiredo (1992), ainda que este entenda que para isso tenha sido necessária uma crise dessa subjetividade interiorizada, criando uma região de completa ignorância e desconhecimento para o sujeito. De modo mais seguro, podemos dizer que essa história reforça a da constituição de um plano interno de subjetividade, crucial para a constituição do campo psicológico. Mesmo que, em nome da cientificidade, orientações como a behaviorista (capítulo 11) tentem fazer uma psicologia centrada no domínio público.

Mas poderíamos destacar na modernidade uma forma especial de cuidado de si, estabelecido pelo tema do conhecimento, que será crucial para as psicologias, desde o século XVIII. Se a experiência de constituição de uma interioridade na Antiguidade cristã visa distinguir a presença do bem e do mal em nós, a partir do século XVII o exame da interioridade tem como

meta o acesso à verdade e a fuga das ilusões, alternando-se os filósofos na atribuição da razão (os RACIONALISTAS) ou dos sentidos (os EMPIRISTAS) como via privilegiada do conhecimento. A questão do conhecimento se impôs no cenário moderno a partir das incertezas presentes no século XVI em conseqüência do declínio do modo de vida feudal. Para isso, certamente, contribuíram diversos fatores como a retomada da vida urbana, o incremento do comércio como forma de produção de riqueza, a constituição dos Estados modernos, as grandes navegações e a descoberta de novos povos, a invenção da imprensa, a Reforma (e a Contra-reforma) religiosa e, por fim, o surgimento da física matemática.

> Pode-se falar do RACIONALISMO em três sentidos: psicológico (advogando a superioridade do pensamento sobre os estados afetivos); metafísico (afirmando a inteligibilidade da realidade); e gnosiológico (referente à teoria do conhecimento, em que a fonte dos nossos saberes seria oriunda da razão, e não dos sentidos). É neste sentido último que se constitui o racionalismo moderno de René Descartes e Gottfried Leibniz.
>
> O EMPIRISMO em suas diversas manifestações comporta um componente psicológico (a suposição de que todo o nosso conhecimento provém dos sentidos) e um gnosiológico (a afirmação de que só o conhecimento empírico é válido). Estes elementos estão presentes no empirismo moderno de John Locke, Georges Berkeley e David Hume, constituindo a principal corrente antagônica ao racionalismo gnosiológico.

O personagem-chave nessa nova abordagem da interioridade é o filósofo moderno René Descartes (1596-1650). É esse autor que encontra no recurso à própria subjetividade a base para o estabelecimento das novas certezas indubitáveis, e o palco para que se possa distinguir a verdade do erro. Como esse processo de expurgo e purificação ocorre no cerne de uma interioridade? Em Descartes, a derrota da dúvida se faz nutrindo-se da própria dúvida cética (a certeza de que não há certezas), radicalizando-a, tornando-a hiperbólica, e pondo-a sob o domínio de um suposto gênio maligno apto a fazer com que nos equivoquemos com tudo; é desta forma que esse filósofo moderno estabelecerá os primeiros pilares de um novo porto seguro do pensamento:

> Não há, pois, dúvida alguma que sou, se ele (o suposto Gênio Maligno) me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisso e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que essa proposição *eu sou, eu existo* é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio em meu espírito. (Descartes, 1972 [1641]: 100)

Essa intuição imediata do próprio eu pensante impõe um novo ponto de partida para o pensamento ocidental: não mais a busca das essências dos seres (como no pensamento antigo), ou o fundamento divino da existência (como no pensamento medieval), mas o Espírito e o Sujeito, enquanto sedes da verdade. É neste ponto que o pensamento ocidental se torna predominantemente

voltado para o tema do conhecimento: para saber da verdade dos objetos conhecidos, passa a ser necessário saber, antes, da verdade do sujeito.

Para Descartes, no interior do espírito é possível estabelecer uma distinção entre uma razão de origem divina enquanto cerne de toda inteligibilidade e consciência, onde o eu faz a sua morada, e uma região fronteiriça desse espírito, situada na interseção com o corpo: as paixões. Se na primeira região encontramos a fonte do conhecimento, na segunda encontra-se a raiz de todos os nossos equívocos, de todas as nossas ilusões produzidas por nossos sentidos. Nesse mesmo movimento constitui-se, portanto, uma cisão fundamental entre alma e corpo (este, a causa de nossos enganos), distinção que, ao contrário do que se pensa, não remonta a uma cristandade medieval. Nesse momento, espírito e corpo são compreendidos como portando duas substâncias de naturezas diversas: a extensa (o corpo) e a inextensa (a alma). A princípio, o corpo se constitui como objeto de exame, retificação e controle por parte do espírito. Mais tarde, no século XVIII, o próprio espírito irá se constituir em objeto de exame, conhecimento e disciplina.

A essa solução racionalista sobre a questão do conhecimento se opõe a alternativa empirista de John Locke (1624-1704), George Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711-1776), para os quais o saber não viria de outra fonte senão de nossas paixões, dos nossos sentidos. Nada haveria no espírito que não fosse proveniente destes, sendo as nossas funções superiores meras complicações e conjunções de impressões sensoriais (e, neste ponto, responsáveis pelas nossas ilusões). Razão ou sensibilidade: nos séculos XVII e XVIII debate-se sobre que região do espírito é responsável pela verdade, qual é a culpável pelo erro. No século XIX as epistemologias serão herdeiras do trato com essa primeira região, responsável pelo conhecimento verdadeiro, ao mesmo tempo em que as psicologias ocuparão a região da incerteza devotando-se ao sujeito das paixões e das ilusões.

Empiristas e racionalistas concordam, contudo, em um aspecto: a evidência imediata, a transparência no conhecimento do espírito, em oposição à opacidade do corpo. Seria mais fácil conhecer a nossa subjetividade do que esta estranha parte de nós que nos foi tornada alheia: o corpo. Esta formulação sofrerá, contudo, uma reversão a partir do final do século XVIII, quando essa análise do espírito cindido entre razão e sensibilidade será superada por uma nova formulação da nossa subjetividade.

A chave para essa mudança pode ser encontrada no pensamento de Imannuel Kant (1781) que, ao analisar a questão do conhecimento em novas bases, supõe-no como uma síntese *a priori* entre as formas e categorias do SUJEITO

TRANSCENDENTAL (nossa razão) e do *diverso sensível* (nossa experiência). Separados e colocados isoladamente, a razão pura e o puro sensível apenas nos equivocariam: a primeira nos conduziria às conclusões mais disparatadas (como faz a metafísica) e o segundo não produziria sem a razão nenhum conhecimento. Dentro deste quadro, nosso espírito passa a ser visto como composto por um sujeito transcendental (condição *a priori* do nosso conhecimento dos objetos, mas ao mesmo tempo incognoscível e opaco em si) e um sujeito empírico (cognoscível e composto pelas experiências que temos de nós mesmos). Não há mais uma simples divisão entre razão e paixões, nem a transparência no conhecimento de si que os primeiros modernos atribuíam ao espírito. Com essa nova divisão, impõe-se uma nova instância, o sujeito transcendental, que legitima o conhecimento dos objetos (uma vez que situados no tempo e no espaço), mas é completamente limitado quanto ao conhecimento de si.

O SUJEITO TRANSCENDENTAL para Kant não se refere a um indivíduo, ou uma parte substancial deste. Ele é chamado de transcendental, não porque possua qualquer componente místico, mas porque é a condição necessária para qualquer para qualquer conhecimento. E quais são estas condições? As formas a priori que permitem a experiência dos objetos no espaço e no tempo, e as categorias a priori, que permitem a reflexão destes objetos a partir de noções como substância, causalidade, qualidade, quantidade entre outras.

Dentro desse esquema, criticam-se todas as tentativas de fundar uma psicologia no século XVIII, como a de Christian Wolff (1679-1754) (capítulo 2), pois o sujeito transcendetal seria uma condição *a priori* para o conhecimento e jamais um objeto a ser esquadrinhado no tempo e no espaço. Para ser possível uma psicologia empírica para Kant, seria necessário o exame do conjunto das nossa experiências conscientes, o sujeito empírico (e não o transcendental, mera condição lógica para o conhecimento) a partir de um elemento discreto de análise, da matematização e de um mínimo de objetividade (capítulo 4). Esses novos parâmetros exigem que a psicologia, para ser reconhecida como científica, seja mais do que a descrição do sujeito empírico, ou das vivências imersas em um mundo de ilusões: ela deve ter, no trato com a experiência imediata, todo o rigor de uma experiência cientificamente mediada e matematizada. Surge, então, no final do século XIX, na Alemanha, o projeto da psicologia enquanto ciência da experiência, tomando como base a fisiologia, calcado no conceito de sensação como elemento objetivo e matematizável. Esse conceito de sensação ocupou na psicologia o lugar do sujeito transcendental de Kant, permitindo que Wilhelm Wundt propusesse a psicologia como ciência independente (cf. capítulo 5). É através de sua análise que se pode avaliar as ilusões presentes em nossa experiência comum (imediata), de resto distinta da experiência física (mediata).

Contudo, a herança desse esquema kantiano sobre a nossa subjetividade não se resume apenas ao projeto da psicologia como ciência rigorosa da experiência (respondendo às críticas de Kant à psicologia empírica), mas a toda a psicologia, ao instituir sempre um modo de relação entre o sujeito empírico (as nossas experiências conscientes) e um sujeito transcendental (que é em geral assimilado a um conceito de uma ciência natural, como o de sensação fisiológica, equilíbrio físico e adaptação biológica). Isto ocorre mesmo em psicologias que tomam a nossa consciência como objeto privilegiado, como faz o gestaltismo, que apela para princípios não conscientes, como o da boa-forma (capítulo 18). É deste modo que a psicologia tenta unir aquilo que a modernidade tentou cindir: o sujeito transcendental ou epistêmico e o sujeito empírico, impuro.

A questão então é: como estudar sob os rigores do método científico aquilo que foi excluído por definição de suas possibilidades de ação (a nossa experiência comum)? Como fazer uma ciência precisa daquilo que, em nossa experiência, é impreciso? Toda a psicologia teria que realizar o trânsito do plano transfenomenal (opaco) ao da consciência (o vivido). Daí as alternativas propostas por Luís Cláudio Figueiredo (1986): ou se faz uma psicologia partindo do vivido em direção aos mecanismos transfenomenais, como realizariam a psicologia da Gestalt, a epistemologia genética e a psicanálise, caracterizando-se uma direção *metapsicológica* (conforme conceito do autor), ou se parte do cientificamente estabelecido, para se abordar em seguida o âmbito fenomenal consciencial, como procede o behaviorismo, numa linha *parapsicológica* (conforme conceito do autor).

Qual é o método com que trabalha o psicólogo: ele segue os contornos da experiência na busca de algo transfenomenal (posição metapsicológica)? Ou parte de um método ou de um modelo de ciência natural, limitando parte (ou mesmo a totalidade) de nossa experiência subjetiva (posição parapsicológica)? Como diria Pierre Gréco (1972: 19), esta é a desgraça do psicólogo com relação ao seu método: "nunca está seguro de fazer ciência. E quando a faz, nunca está seguro de que faça psicologia".

A distinção ente corpo e mente na definição da identidade do indivíduo

Essa experiência é de certo modo derivada da constituição de um espaço privado e de um campo de subjetividade, aqui depurado da nossa carne. Segundo Fernando Vidal (2002), essa distinção não é tão longínqua

quanto nós pensamos; ela teria surgido a partir do século XVII. A par da episódica distinção platônica e pitagórica entre alma e corpo, até o início da modernidade, a definição da pessoa era operada na relação indistinta entre estes termos. Uma comprovação disto é a concepção HILEMÓRFICA, desenvolvida por Aristóteles na antiguidade e que perdurou até o fim da Idade Média. Nessa concepção, alma e corpo se unem indissociavelmente como forma e matéria, uma não existindo sem o outro. O cristianismo medieval, além de maciçamente influenciado por Aristóteles, desenvolveu uma gama de conceitos e práticas que atuam na contramão da divisão entre alma e corpo. Por exemplo, a noção de carne, longe de implicar apenas o nosso corpo, aponta para uma região indistinta entre este e a alma onde os nossos desejos são forjados.

CONCEPÇÃO HILEMÓRFICA: aqui a alma é entendida como forma do corpo como matéria. Por forma entende-se a essência de um determinado ser, ao passo que na matéria encontram-se todas as suas possibilidades de transformação, a fim de atingir a sua essência. Como no esquema aristotélico matéria e forma são indissociávies, não há a separação possível entre alma e corpo.

Contudo, para Vidal, a prova mais decisiva da ausência de distinção entre esses dois domínios pode ser encontrada no debate sobre o tema da ressurreição, que pontuou o cristianismo de Santo Agostinho (354-430) até Samuel Buttler (1612-1680), passando por pensadores como São Tomás de Aquino (1225-1274). Ao contrário do que supomos, para esses teólogos, o momento do Juízo Final não seria marcado apenas pela presença de nossas almas, mas também do nosso corpo. E neste ponto surgiriam discussões muito curiosas, a saber: se os nossos cabelos e unhas cortados, bem como membros mutilados, corpos canibalizados e fetos abortados compareceriam também perante Deus no Juízo Final. Aqui vê-se claramente que a pessoa é definida por sua associação indistinta entre alma e corpo.

Como visto, este quadro se altera no início do século XVII, quando Descartes propõe a separação entre esses domínios, entendidos agora como duas substâncias distintas. Mas será apenas com John Locke que a nossa identidade pessoal será claramente vinculada a uma atividade da alma, no caso, a memória. Na sua esteira, os demais pensadores só vinculavam a alma ao cérebro, permanecendo as demais partes do nosso corpo irrelevantes na definição da nossa identidade. Essa idéia "desencorporificadora" da nossa identidade (somos o que é determinado em nossa mente e nosso cérebro) persevera até hoje não apenas na psicologia e nas ciências cognitivas, mas em práticas como a CRIOGENIA. Nossa mente e cérebro se identificam pois ao sujeito, restando ao corpo o papel de mero objeto, de mera máquina opaca ao nosso conhecimento imediato.

CRIOGENIA: prática de congelamento de corpos (ou apenas suas cabeças, dependendo do preço pago) de pessoas falecidas, na esperança de que em um futuro próximo (ou remoto) suas doenças passam ser curadas e seus corpos ressuscitados.

Essa dualidade marcou o início da psicologia no século XVIII (capítulo 2), e ainda está presente nas discussões sobre a relação entre alma e corpo, que acompanham a psicologia até os dias de hoje. Mesmo que essa discussão não seja feita mais em torno da existência de substâncias, mas de experiências objetivas e subjetivas. Ainda que aparentemente sepultada para alguns, esta é a questão mais perseverante no campo psicológico (e filosófico), onde encontramos posições dualistas e monistas. As primeiras tentam resolver o problema determinando uma forma de comunicação entre as duas realidades. As segundas tentam resolver o problema negando-o, afirmando que só há uma natureza. É assim que dentre os dualismos, teríamos posturas como as interacionistas e paralelistas. A primeira posição, de mais difícil aceitação nos dias de hoje graças à tese física da conservação de energia, supõe uma verdadeira relação de causa e efeito entre as substâncias. O paralelismo, aceito por algumas escolas psicológicas como a gestaltista (capítulo 18) e a construtivista (capítulo 15), acolhe a existência das duas substâncias, mas defende uma não-interação entre elas, operando estas como duas séries independentes, porém sincronizadas, como dois relógios acordados para funcionar no mesmo horário.

O campo das teses monistas, por sua vez, vai tentar esgotar o problema pela redução de toda a natureza a um determinado aspecto, como a matéria (materialismo), o espírito (idealismo), ou a experiência (monismo neutro). Na psicologia, teríamos o materialismo de alguns autores da escola behaviorista como John Watson (capítulo 11), e uma forma branda de monismo da experiência, como o do fundador da psicologia como área acadêmica, Wilhelm Wundt (capítulo 5). Haveria ainda uma posição muito especial de monismo, a tese da substância única, na qual matéria e espírito seriam apenas dois modos, dois atributos do mesmo ser. Esta posição mais rara marcou contudo o pensamento de um dos maiores responsáveis pelo reconhecimento da psicologia como um saber potencialmente científico: o psicofísico Gustav Fechner (capítulo 4).

A constituição de individualidades

Ao propormos fazer uma história do indivíduo, não nos encontramos mais na história da subjetividade ou da interioridade reflexiva, seja na relação com os objetos a serem conhecidos, com um domínio público ou ainda com o nosso próprio corpo. Trata-se aqui do processo da constituição dos indivíduos

enquanto unidades políticas a serem destacadas e diferenciadas no conjunto da sociedade. Quando se fala de história da individualização, não se nega, é claro, a percepção das diferenças entre os indivíduos concretos, mas a experiência de que os indivíduos são ao mesmo tempo fonte e alvo dos poderes. Tal processo, que conduz à existência dos indivíduos ao mesmo tempo na sua singularidade e na sua igualdade, é crucial, não apenas para a compreensão do individualismo como valor social, mas para o lugar especial que a psicologia ocupa entre os saberes e práticas modernos. Destaque não apenas na medida em que a psicologia singularizaria os indivíduos de acordo com suas capacidades, mas operaria no duplo sentido de incrementar a sua autonomia e seu controle.

A nossa história desse processo de individualização poderia se fiar na observação de Norbert Elias (1994), para o qual até o século XIII não existia sequer a noção de INDIVÍDUO. Como vimos no primeiro item, nas cidades-estado (*polis*) gregas, a autonomia, o autocontrole e governo de si se colocam

Existe, para exemplificar isso, uma bela citação de Friedrich Nietzsche que ilustra essa ausência de valor sobre o INDIVÍDUO durante um longo período da nossa história: "Nos tempos mais longos e remotos da humanidade, o remorso era inteiramente diverso do que é hoje. Hoje em dia alguém se sente responsável tão-só por aquilo que quer e faz, e tem orgulho de si mesmo: todos os nossos mestres do direito partem desse amor-próprio e prazer consigo de cada indivíduo, como se desde sempre se originasse daí a fonte do direito. Durante o mais longo período da humanidade, no entanto, não havia nada mais aterrador do que sentir-se particular. Estar só, sentir particularmente, não obedecer nem mandar, ter significado como indivíduo – naquele tempo isso não era prazer, mas um castigo; a pessoa era condenada a "ser indivíduo". A liberdade de pensamento era o mal-estar em si. Enquanto nós sentimos a lei e a integração como perda, sentia-se o egoísmo como algo doloroso, como verdadeira desgraça. Ser si próprio, estimar-se conforme uma medida e um peso próprios – era algo que ofendia o gosto. Um pendor para isso era tido por loucura; pois à solidão estavam associados toda miséria e todo medo. Naquele tempo, o "livre-arbítrio" era vizinho imediato da má-consciência: e quanto mais se agia de forma não livre, quanto mais transparecia no ato o instinto de rebanho, em vez do senso pessoal, tanto mais moral a pessoa se avaliava. Tudo o que prejudicasse o rebanho, tivesse o indivíduo desejado ou não, dava remorsos ao indivíduo – e também a seu vizinho, e mesmo ao rebanho todo! Foi nisso, mais que tudo, que nós mudamos. (Nietzsche, 1882: 142-143)

como valores norteadores. Haveria aqui uma certa valoração do indivíduo? Como esclarece Foucault (1984), essa busca de autonomia visa garantir que o governo da *polis* não seja dominado por um tirano (como bárbaros, ou as mulheres, crianças, escravos no âmbito da cidade). Ela não se refere, contudo, ao indivíduo: busca-se a autonomia da *polis*, não para si, mas através de si. A vida comum na Antiguidade clássica, longe de ser facilmente comparável à nossa, parece-nos bastante paradoxal, mantendo distanciadas algumas experiências que para nós estão necessariamente acopladas, como a de uma interioridade individualizada. Pois há na antiga Grécia uma interioridade, porém não reflexiva e não individualizada. Ao mesmo tempo em que há uma experiência de singularidade, completamente destituída, porém, de interioridade e valor social.

Dada a inexistência do indivíduo como valor universal até o fim da Antiguidade, iniciaremos por essa época a história da constituição da individualidade como um dos nortes da nossa existência. Essa história pode ser contada em dois tempos, conforme a constituição de dois tipos de indivíduos. O primeiro, o indivíduo enquanto entidade universal, autônoma e livre, pode ser descrito de acordo com a reflexão de alguns pensadores políticos modernos (como Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau), consagrando uma série de práticas políticas herdadas dos Estados modernos da Igreja católica sediada em Roma. O segundo, um indivíduo tomado como um objeto a ser descrito e classificado de acordo com certos determinantes, é constituído como produto das relações políticas de poder a partir do século XVIII, notadamente as práticas disciplinares, descritas por Michel Foucault (1977).

Com a cristandade, conforme visto, surge a experiência de um foro íntimo, mas a busca de autonomia e controle de si não se colocam mais como metas da vida política e social. Na vida monástica, o que se busca, tão-somente, são a purificação e a salvação individual. Nessas comunidades religiosas dos primeiros séculos da era cristã esse esforço de salvação irmana e igual a todos os fiéis enquanto membros de uma fraternidade divina. Contudo, essa forma de individualização gestada nos mosteiros, referida a um domínio de interioridade e marcada por uma igualdade (perante Deus) e livre-arbítrio (na busca de salvação), vai se mostrar limitada em relação a outras formas sociais desse período. Durante quase toda a Idade Média as relações sociais estão baseadas nas relações de linhagem, na relação contratual entre as famílias de diferentes graus hierárquicos. Nesse espaço social hierarquizado, a posição dos indivíduos é determinada estritamente por sua posição social. São raras as experiências de individualização no campo social. Figueiredo (1995) cita alguns desses raros exemplos, como as figuras dos cavaleiros andantes e a dos foliões. Norbert Elias (1994), como vimos, é mais radical neste aspecto: para esse autor, até o século XIII não existia sequer a noção de indivíduo, nem mesmo uma palavra que designasse essa experiência. Quando esta passa a ser utilizada pelos ESCOLÁSTICOS, remete à natureza de qualquer ente singular não classificável em um grupo maior.

Os acontecimentos que ancorariam uma experiência de individualização no campo social e político, tal como começa a despontar no fim da Idade Média, remontam à criação dos Estados modernos. Segundo Louis Dumont

ESCOLÁSTICOS: diz respeito ao ensino filosófico dado nas escolas eclesiáticas e universidades da Europa do século X ao XVII. Esse ensino tinha por características distintivas, de um lado, buscar um acordo entre a revelação divina e a luz natural da razão; de outro, ter por métodos principais a argumentação silogística, e a leitura comentada dos autores clássicos conhecidos nessa época, sobretudo Aristóteles. O principal representante dessa corrente é São Tomás de Aquino.

(1993), a criação correlata dos Estados modernos e de uma experiência de individualização decorre dessa matriz cristã mais arcaica. É nos Estados modernos que a fraternidade dos homens em torno de Deus se laiciza: todos são irmãos perante a lei não mais divina, mas do Estado. Foucault (1979) analisa a transformação política desse período através da noção de um Poder Pastoral (baseado no extremo cuidado com cada ovelha e com o rebanho inteiro) enquanto matriz dos Estados modernos. Por detrás dos Estados modernos teríamos o modelo de Roma (como sede da estrutura eclesial), e por detrás desta, as antigas fraternidades monásticas, individualizadas pela igualdade perante a lei divina. Teríamos assim no início da Idade Moderna uma primeira experiência mais universal de individualização: a constituição do indivíduo no século XVI enquanto *um sujeito autônomo, singular, igual aos demais e dotado de uma interioridade (foro íntimo)* que seria a base contratual dos Estados modernos e fonte do poder destes.

Essa idéia foi fartamente explorada pelo pensamento político desde a defesa do absolutismo esclarecido por Thomas Hobbes (1588-1679) até o pensamento liberal (John Locke, David Hume e outros) e iluminista (Voltaire, Denis Diderot e Jean-Jacques Rousseau) do século XVIII. Em outras palavras, teríamos o surgimento do que Foucault (1976) chamaria de indivíduo soberano regulado pela lei. Aqui o indivíduo seria meramente fonte, mas jamais alvo de um poder: o Estado não tem ainda como meta o bem-sstar e a qualidade de vida dos seus cidadãos. Suas únicas funções nesse momento são as declarações de guerra e de paz e a gerência do comércio. Trata-se de um Estado que, em nome da lei contratada entre os seus cidadãos, pode tirar a vida destes e submetê-los a toda espécie de suplícios toda vez que houver uma infração. Nas palavras de Foucault (1977: 128) "trata-se de um Estado que faz morrer e deixa viver".

Esse indivíduo soberano, tal como surge no raiar da modernidade, também não é objeto de qualquer saber. Até então perseverava o veto do filósofo grego Aristóteles contra uma ciência do particular: só existe ciência de entes universais. De mais a mais, o indivíduo soberano jamais poderia se tornar objeto de um saber, uma vez que era a fonte da legalidade e identificado a um sujeito autônomo. Contudo, se o indivíduo como alvo do conhecimento não existia, ele já se fazia presente, como fonte jurídica, nas manifestações iluministas, liberais e românticas, próprias do poder soberano. Daí que Figueiredo (1985) sustente que esse sujeito soberano não é alvo e nem condição suficiente da psicologia, enquanto saber sobre o indivíduo; é

necessária a invenção de outra forma de individualização, que se manifestará a partir do século XVIII.

Fatores como o aumento da população, a proliferação dos pobres nas cidades, a invenção de novas técnicas, como o fuzil e os artefatos industriais, e novas relações de produção baseadas no trabalho contratual impõem-se a constituição de novas tecnologias de poder, baseadas não mais na lei, mas no esquadrinhamento e na vigilância constantes dos indivíduos e da populações ao longo do tempo e do espaço. Este exame constante se produz em espaços privilegiados que surgem ou são reapropriados nesse período como fábricas, casernas e prisões (primeiro caso), e hospitais, asilos e escolas (segundo caso). Surge o que Foucault chama de biopoder, composto de biopolítica (sobre as populações) e de poder disciplinar (sobre os indivíduos). Na esteira deste, desponta todo um conjunto de saberes que buscam descrever a natureza de cada indivíduo, singularizando-o.

A partir de então impõe-se uma duplicidade no que entendemos por indivíduo: para além do indivíduo *soberano,* que não gera um saber sobre si, emerge o indivíduo *disciplinado*, que é produzido através do exame, superando o veto aristotélico. Se no poder soberano o indivíduo é avaliado a partir da *lei* contratuada, o indivíduo disciplinado é ordenado a partir de uma *norma*, que determina a sua filiação ou não à normalidade. Aqui se destaca a importância de todos os saberes sobre a vida. Esse novo indivíduo desponta não mais como um sujeito, mas *um objeto determinado, singular, diferenciado e dotado de uma interioridade (identificada agora a uma natureza biológica),* que será o alvo do cuidado dos Estados contemporâneos e de uma série de agências privadas. Muda-se a meta; se a forma soberana indicava o "fazer morrer e deixar viver", a fórmula disciplinar agora é "fazer viver e deixar morrer". E partindo dessa forma de zelo pelos indivíduos, cuja qualidade de vida e o bem-estar são metas últimas, é que vão se constituir os saberes psicológicos, médicos e psiquiátricos.

Essa experiência de individualização marca de forma decisiva diversas escolas psicológicas fundadas no século XIX em países de língua inglesa, uma vez que ancoradas em saberes sobre a vida, como a biologia evolucionista. É o caso das psicologias funcional, evolutiva, comparativa e diferencial (capítulos 6, 7 e 16). Mas deve-se considerar que essas formas da nossa individualização também estão presentes em todas as práticas psicológicas, oscilando entre a busca de autonomia (soberania) e o controle dos seus sujeitos (disciplina). Pode-se, a partir daqui, de igual modo estabelecer uma das tensões que operam como bússola no campo psicológico: como colocar como objeto de controle o mesmo indivíduo que se configura como essencialmente autônomo e livre em termos jurídicos?

Deste modo, ou uma determinada teoria, prática ou sistema psicológico valorizará mais o indivíduo em sua suposta autonomia soberana, ou tomará mais como referência a disciplina, seja em nome da sociedade, do Estado, ou do bem comum, sempre, contudo, se dirigindo à direção complementar à sua posição. Assim, ou se parte do indivíduo autônomo em direção a uma suposta determinação última, como procedem os funcionalistas, construtivistas e gestaltistas (capítulos 15 e 18), ou se parte das disciplinas para a constituição de um indivíduo autônomo e autocontrolado, como realiza o behaviorismo (capítulo 11). Algumas psicologias, pois, mesmo que privilegiem a autonomia do ser humano, remetem-no a uma norma natural; outras, ainda que tentem disciplinar os sujeitos, fazem-no de modo a favorecer o seu autocontrole autônomo.

> Um exemplo disto são as primeiras versões de *A Bela Adormecida*, em que esta não é acordada pelo beijo de um príncipe, mas pelos filhos que este fez nela enquanto dormia.

A psicologia se situa, assim, em um espaço político entre o indivíduo autônomo e soberano (fonte do poder) e o indivíduo sob controle das disciplinas (alvo dos poderes), realizando o trânsito entre estes. Poderíamos dizer que, sem esta ambigüidade moderna, não haveria nem mesmo a psicologia, pois, se só houvesse a individualidade autônoma, não haveria a suposição do indivíduo como objeto de conhecimento. Por outro lado, se só houvesse a determinação, cairíamos em um fatalismo em que toda intervenção psicológica seria desnecessária. Daí a suposição de Nikolas Rose (1998) de que a psicologia só é possível em sociedades liberais, tendo como função favorecer o "bom uso" da liberdade pelos indivíduos.

Como visto, o impacto das novas tecnologias disciplinares incide sobre algumas instituições como casernas, hospitais, asilos, presídios, escolas e fábricas. Nelas vemos surgir a constituição de tipos como doentes mentais, crianças-problema, delinqüentes e trabalhadores desajustados. Todos serão objeto de exame necessário para a constituição de psicologias específicas (psicopatologias, psicologias da infância e do desenvolvimento, psicologias do trabalho). Examinemos na seqüência os dois primeiros exemplos enquanto tipos privilegiados de tecnologias individualizantes.

A constituição da infância como uma etapa da vida

Um capítulo especial nessa história dos processos de individualização diz respeito à demarcação da infância como um estágio da vida e preparatório

da vida adulta. Tal história é fundamental para a constituição do tema da evolução das nossas faculdades mentais, crucial para um bom número de psicologias (capítulos 7, 11, 15, 16, 17, 21 e 22). Para tal, teria sido necessária a distinção entre a infância e a idade adulta, que, segundo Philippe Ariès (1979), teria se desenvolvido a partir do século XVI através da constituição da escola e da família nuclear modernas. Não se propõe aqui uma história calcada na descoberta de um objeto atemporal, a infância, descoberta que a teria conduzido até o seu lugar natural, a escola. Pode-se, a partir do trabalho de Ariès, propor uma nova formulação histórica: da invenção da escola no século XVII produz-se uma experiência evolutiva do desenvolvimento que, por sua vez, cria um certo modo de infância. Essa história da infância tem o seu grau zero na quase ausência desta, tal como ocorre no final da Idade Média. Pode-se observar a ausência da infância não apenas nas representações pictóricas, como também em qualquer esforço de segregar o seu modo de vida do dos adultos, seja na vida sexual (esta não consistia em algo a ser oculto dos infantes), no espaço da casa (não havia o "quarto das crianças" como espaço preservado), no dormitório (a maior parte das vezes elas dormiam com os adultos), na literatura (as fábulas não eram tão INFANTIS, bem como as crianças podiam ser alfabetizadas com clássicos como os diálogos platônicos), na pedagogia (as poucas escolas que existiam não segregavam alunos por turmas de idades, nem favoreciam o esquema de internato), no trabalho (era muito comum a alternativa pedagógica de se mandar um jovem realizar o seu aprendizado servindo em casas alheias; daí a origem do termo *garçon* nos restaurantes), nas guerras (os exércitos não possuíam limite de idade, característica presente até o século XIX, e ainda presente em certas milícias guerrilheiras). Ainda que muitas destas características firam a nossa sensibilidade atual, elas são marcas de muitos grupos sociais ainda existentes (mesmo os meninos de rua, como uma rede social no interior da nossa) e provas da possibilidade de um mundo sem infância, sem escola e sem psicologia.

A infância começa a se segregar como personagem e sentimento (a "paparicação") a partir do século XVII, e graças a um duplo acontecimento: 1) a diminuição da mortalidade infantil e a possibilidade de apego, restrita até então por causa das altas taxas de mortalidade na Idade Média; 2) o surgimento dos padres reformadores, portadores de uma nova moral baseada na necessidade de preservação da inocência e da racionalidade supostas nessa fase da vida. Daí o surgimento da escola em forma de internato, enquanto aparato disciplinar de quarentena destinada à prevenção da poluição suscitada pelo convívio com o mundo adulto. Supondo a inversa razão entre idade, por

um lado, e inocência e racionalidade moral, por outro, se instituem classes diferenciadas por idade, instalando-se o castigo como correção de qualquer desvio da suposta pureza infantil. Inicia-se nesse período o firme laço entre instituições religiosas e pedagogia (vínculo ainda muito presente aqui no Brasil), visando à assepsia moral.

Paralelamente a esse movimento, a família começa a se nuclearizar, se diferenciar de uma massa social uniforme. Ela se transforma de instituição condutora de linhagens de parentesco em espaço de gestação de sentimentos ternos entre seus membros; nasce o que Ariés designa por "família sentimento". A divisão do espaço interno da casa passa a acompanhar a divisão do espaço social. De um espaço uniforme, em que os cômodos não eram diferenciados e os móveis realmente móveis, deslocando-se conforme a atividade dos seus habitantes, a casa começa a ganhar compartimentos bem determinados. De igual modo, a mescla indistinta de vida privada – lazer – trabalho – ensino, presente na casa medieval, começa igualmente a se segregar, restando somente a primeira função em seu interior. No século XVIII esse movimento se reforça graças às transformações nas funções dos Estados; estes passam a se encaminhar mais para a gestão de populações do que territórios: impera o biopoder e a infância também se torna um capital estatal. Um exemplo disto é a campanha antimasturbatória, capitaneada pelos médicos, em que se via esta prática como a causa dos mais diversos males, podendo levar até à morte. Para prevenir este mal, exortava-se aos pais que mantivessem estrita vigilância e contato com os filhos. Entre os séculos XVII e XVIII surgem em conjunto uma primeira forma de infância, a família burguesa, a escola, mas ainda não uma psicologia devotada às crianças.

Novos acontecimentos pontuam o século XIX: por um lado, o advento da revolução industrial e o ajustamento a novas demandas impõem um ensino de cunho mais técnico que moral. De igual modo, o ensino laico se instaura como tarefa do Estado. Ainda que o modelo de ensino religioso perseverasse, outros modelos mais atinentes à ciência laica se impunham. Mudanças sutis com relação à imagem da infância e às metas do ensino são a partir daí engendradas: a pureza como essência original da criança e alvo da educação desaparece do horizonte. Desponta uma nova infância preconizada por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); sem o racionalismo moral suposto pelos religiosos reformadores, mas marcada pelo primitivismo e por uma evolução a se concluir na idade adulta. Evolução natural, mas que supõe a constante correção de seu trajeto na direção do adulto cidadão e trabalhador. A nova escola pública, no esforço de constituição da cidadania conforme as leis do

evolucionismo, irá sancionar um novo interesse na psicologia na virada para o século XX.

De início, a psicologia mantém-se alheia a esse processo; em meados do século XIX ela se interessa apenas pelo exame da nossa experiência subjetiva, detendo-se em tempos de reação e classificação de sensações; a infância não lhe diz respeito (capítulos 4 e 5). De mais a mais, como os sujeitos, para se submeterem a esses exames, precisam de treinamento, este tipo de investigação jamais se dirige a animais, doentes mentais e mesmo crianças. A grande transformação ocorre na virada para o século XX, quando o Ministério da Educação francês demanda ao psicólogo Alfred Binet um teste que ordene as turmas conforme as suas capacidades intelectuais, e não mais quanto a suas idades (capítulo 16). Habilidades e não mais a pureza moral como critério de classificação. Quociente intelectual, idade lógica e não mais cronológica. E a psicologia se verá capturada nessa imagem laica da infância: o evolucionismo solapa o império do homem adulto normal e civilizado. Mark Baldwin nos Estados Unidos, Alfred Binet na França, Eduard Claparède na Suíça, Karl Gross na Alemanha, são alguns dos pioneiros da psicologia no atendimento dessa demanda. Não é de modo algum coincidência que alguns defensores da Escola Nova (movimento em prol da escola laica) fossem igualmente psicólogos funcionalistas (que tomam o modelo darwinista de adaptação como paradigma da psicologia), como John Dewey (capítulo 7) e o próprio Eduard Claparède (capítulo 15). Busca-se na psicologia prioritariamente estudar e promover na escola a adaptação da criança a seu meio, observando-se seus interesses e instigando a sua inteligência através da proposição de situações-problema.

Como visto, o impacto das novas tecnologias disciplinares incide sobre algumas instituições como casernas, hospitais, asilos, presídios, escolas e fábricas. Nelas vemos surgir a constituição de tipos como doentes mentais, crianças-problema, delinqüentes e trabalhadores desajustados. Todos serão objeto de exame necessários para a constituição de psicologias específicas (psicopatologias, psicologias da infância e do desenvolvimento, psicologias do trabalho). Examinemos na seqüência os dois primeiros exemplos enquanto tipos privilegiados de tecnologias individualizantes.

A constituição da loucura como doença mental

Essa prática é fundamental para a constituição de uma forma de experiência psicológica, pois como nos mostra Foucault em *A história da loucura* (1961), antes do século XIX não existe o conceito de doença mental, e se

recuarmos para antes do século XVII, não encontraremos uma divisão radical entre razão e loucura. Nesse texto clássico, Foucault mostra que o percurso do Renascimento até os nossos dias tem o sentido da progressiva separação e exclusão da loucura no seio das nossas experiências sociais, recolhendo-se esta ao interior dos asilos e de nossas experiências psicológicas. Para tal análise, são destacadas, do século XV até o século XIX, tanto as diferentes manifestações sobre o conhecimento teórico da loucura (médicas e filosóficas) quanto a percepção social dos loucos, presente nos relatórios administrativos e burocráticos, e mesmo em manifestacões artísticas. Deste modo é que no Renascimento (séculos XV e XVI), especialmente nas representações pictóricas, a loucura é expressa como uma espécie de saber esotérico sobre o nosso destino trágico, como se o louco pudesse decifrar os sentidos confusos que o mundo apresentaria em sua aproximação do Juízo Final. Estes temas estão presentes não apenas nas pinturas de Brugel e Bosch, como no tema recorrente da *Stultifera Navis* (a Nau dos Loucos). Um outro exemplo dessa tradição pode ser encontrado no Arcano 0 (zero) do Tarô, representado pelo Louco. Mais do que a depreciação do louco, essa carta se refere à loucura como uma busca errante da verdade. Nesse período encontramos também em algumas cidades européias grandes feiras e festivais de loucos. Irmanada à razão, em cujo grau mais alto se encontraria a loucura (é a forma como o filósofo Michel de Montaigne (1533-1592) avalia seu amigo Tarso), a esta caberia no máximo uma condenação de cunho moral (enquanto presunção, desregramento, irregularidade da conduta, defeito, falta e fraqueza), tal como encaminhada por alguns pensadores humanistas, como Erasmo de Roterdã (1435-1536), curiosamente o escritor do *Elogio à loucura*.

Nos séculos XVII e XVIII, a loucura definitivamente é excluída da ordem da razão e do seio da experiência social. No primeiro caso, encontramos a suposição de Descartes de que podemos encontrar a verdade até no sonho, mas jamais na loucura. No segundo caso, os loucos, especialmente nas grandes cidades, passam a ser enclausurados junto a uma população heterogênea, considerada excedente moral e econômico da sociedade: sodomitas, prostitutas, libertinos, sifilíticos, mendigos, blasfemadores, suicidas, magos, feiticeiros, alquimistas etc. A todos estes cabe a acusação de uma desrazão moral, em que o trabalho forçado se impõe como imperativo ético para sua correção. Outra marca desse período clássico é a dissociação entre essa percepção social dos loucos, governada pela experiência do internamento, e o conhecimento médico da loucura, regido por um paradigma taxinômico, em que as diversas formas de loucura constituíam espécies, famílias e gêneros em continuidade com as demais doenças. Daí a ausência de qualquer especificidade que conferisse à

loucura um domínio à parte entre as doenças; nos séculos XVII e XVIII não existe uma doença mental a par das demais. Elas são antes de tudo doenças dos nervos, que impedem que representemos o mundo como ele realmente é. É neste sentido que a demência é a forma por excelência da loucura nesse período, e o delírio o seu sintoma-chave. Tratava-se de uma desrazão cognitiva, que nada tinha a ver com a desrazão moral, que conduzia ao enclausuramento administrativo.

A linha divisória entre razão e desrazão, que surge no período clássico, cava sulcos mais profundos do século XIX em diante, quando os loucos se vêm libertos das correntes por Philippe Pinel (1745-1826) e Samuel Tuke (1784-1857) e separados de seus antigos parceiros de internamento, ainda que circunscritos ao espaço asilar. A loucura não é mais entendida como um problema dos nervos, mas como uma alienação da natureza humana, um fenômeno de natureza espiritual ou mental. E o asilo não é mais visto como um local de punição, mas o espaço no qual o louco (agora doente mental), uma vez recluso, pode expressar livremente a sua loucura. Neste aspecto pode-se dizer que a atual psiquiatria seria mais herdeira do antigo processo de enclausuramento administrativo do que da antiga medicina classificatória. Assim a loucura é liberta no confinamento ao saber médico na solidão dos asilos, sem mais as suas parcerias do período clássico. Nas palavras de Foucault, liberta-se o louco das correntes, mas ele é atrelado a um domínio de interioridade da natureza humana. Essa experiência, fundamental na gestação da psicologia na França e na Europa Central, será básica para a área psicopatológica (capítulo 8). Nesse campo as psicologias se distinguirão quanto ao modo como essa cisão entre razão e desrazão (ou normalidade e patologia) é vista: se há uma continuidade entre elas (como supõe a psicanálise – capítulo 22) ou se há uma descontinuidade clara (como parece insinuar a atual psiquiatria biológica).

O surgimento das ciências humanas

Resta ainda uma questão na constituição da psicologia: como se constrói uma ciência psicológica a partir dessas experiências históricas? Para isso foi necessária uma série de transformações na estrutura do conhecimento que levaram à possibilidade de uma peculiar ciência do homem no século XIX. Por que esta não teria sido possível antes? Por que não havia uma ciência humana na Antiguidade e na Idade Média? Poderíamos dizer que ela só foi

possível a partir de duas transformacões: 1) a tentativa moderna de separação entre um domínio de seres naturais e outro de seres humanos a partir do final do século XVI, tal como especificada por Bruno Latour (1994); 2) a distinção contemporânea entre os domínios científico e filosófico no final do século XVIII, tal como descrito por Michel Foucault (1966) e patriocinado por certos filósofos como Imannuel Kant e Augusto Comte. Examinemos de modo destacado essas separações, contrastando-as com os estados anteriores do conhecimento.

A cisão entre o domínio humano e natural

Latour (1994) destaca que antes do século XVI não há nenhuma distinção essencial entre seres humanos e seres naturais; no máximo a distinção aristotélica entre um mundo sublunar e outro supralunar, sendo este marcado pela constância e regularidade. A natureza (*physis*) é marcada pelo mesmo conjunto de princípios, independente da natureza dos seres. Para esse autor, a modernidade se constitui no século XVII na tentativa de clivagem e purificação de entes humanos e naturais. Os entes humanos tornaram-se a partir de então assunto da política, tendo a sua representação nos parlamentos, enquanto que os seres naturais passaram a ser tema das ciências, sendo representados nos laboratórios; distinguem-se claramente questões de valor e questões de fato. Um exemplo disto é a distinção feita por Galileu entre as qualidades primárias e secundárias da nossa experiência. As primeiras seriam correspondentes a aspectos do mundo real, como a extensão; as segundas diriam respeito a aspectos unicamente subjetivos da nossa experiência os quais projetaríamos no mundo. Firma-se a separação entre uma natureza governada por princípios universais e a diversidade das culturas humanas. Estes aspectos, ainda que não explicitamente tematizados, fariam parte do que Latour chamou de Constituição Moderna, ou seja, um conjunto de princípios implícitos que governariam o trato com os diferentes seres.

Contudo, essa modernidade produziria como efeito colateral dessa tentativa de purificação a proliferação dos híbridos, seres com marcas ao mesmo tempo humanas e naturais. O caso mais clássico abordado por Latour é o da representação nos fóruns humanos (parlamentos e tribunais) de seres ameaçados de extinção, da biosfera e de substâncias (como o cloro flúor carboneto) carentes de controle. Apesar de não ser abordada por esse autor, a psicologia, como ciência humana, pode ser vista como um outro tipo

de híbrido colateral, onde os seres humanos passariam a ser representados em laboratórios. Seria um saber híbrido, uma vez que ciência e humana ao mesmo tempo, multiplicado em sua diversidade graças a esse esforço de purificação moderna: são muitas formas de se fazer ciência acopladas a muitas práticas sociais. É desta forma que a psicologia é recusada pelos cientistas e epistemólogos por ser por demais plural em suas vertentes e escolas, ao mesmo tempo em que é desdenhada pelos humanistas por seu pretenso naturalismo, desagradando a todos os puristas de nossa modernidade.

A cisão entre os saberes filosóficos e científicos

Para dar conta dessa história, de como os seres humanos são considerados como os demais seres naturais, um bom guia pode ser encontrado em *As palavras e as coisas* de Foucault (1966). Este autor entende que a abordagem do homem como ser empírico (objeto natural) só foi possível na modernidade (a partir do século XIX), graças à superação do modelo de conhecimento clássico, o da representação, vigente nos séculos XVII e XVIII. Esse modelo buscava ordenar os seres em ordens ideais, e operava do mesmo modo no que designaríamos hoje como saberes naturais e como filosofia. Assim, por exemplo, na história natural, a taxinomia de Lineu classificava os seres vivos em grupos, famílias, gêneros e espécies, e a filosofia de Descartes buscava determinar de forma gradativa a ordem das razões. Neste quadro, a natureza física e a natureza humana, sujeito e objeto seriam claramente cindidos em dois domínios, cumprindo-se o que Latour chama de Constituição Moderna. Para Foucault, nesse período clássico, o homem é sempre sujeito, jamais objeto de conhecimento. Contudo, Vidal (2000), em seu texto *The Eighteenth Century as "Century of Psychology"* nos mostra uma situação um pouco diversa. Esse trabalho demonstra claramente que existe todo um conjunto de saberes psicológicos no século XVIIII (cf. capítulo 2) que são reconhecidos na época de forma tão legítima como a física de então. Tematizam basicamente a relação entre o plano do conhecimento (representações) com o mundo físico (a relação mente e corpo), e tentam classificar as faculdades do espírito humano. Mesmo quando a mente humana é tomada como objeto de conhecimento, utiliza-se um modelo classificatório, ou taxinômico.

Para Foucault, no século XIX há uma mudança na *epsitemè*, ou no modelo ou estrutura que rege o conhecimento em uma época. Os seres naturais não são mais relacionados a uma ordem ideal, mas abordados em

sua profundidade empírica e histórica. Um exemplo disto é o surgimento da biologia evolucionista, que não considera mais os seres vivos enquanto entes estáticos pertencentes a uma ordem ideal: suas características e funções são determinadas por sua história de relações com o meio ambiente. É nesse contexto que o homem passaria a ser considerado como ser empírico (objeto natural) por algumas ciências do homem (biologia, economia e filologia). Em outras palavras, ele é visto não mais como um ser que idealmente representa o mundo, mas um ente vivo, que trabalha, modifica o mundo e possui uma história peculiar.

Contudo, esse conhecimento moderno, possuiria segundo Foucault, uma outra marca: a clara separação entre o domínio das ciências empíricas e o domínio filosófico. Assim, este mesmo homem tematizado como Ser Empírico (objeto) pelas ciências naturais é duplicado em ser transcendental (sujeito fundamentante) por uma série de filosofias antropológicas como as dialéticas, o positivismo e a fenomenologia. Aqui o homem, mesmo com suas características limitadas, seria o fundamento do conhecimento. Neste quadro, qual é o lugar da psicologia? Para Foucault, é do cruzamento dessas ciências empíricas do homem com as filosofias antropológicas que nasceriam as ciências humanas como a psicologia. Essas ciências humanas terminariam por restituir o jogo de representações pré-modernas e clássicas, estudando como a vida, o trabalho e a linguagem são representados em uma consciência.

Contudo, algumas questões sobre esse esquema de Foucault em *As palavras e as coisas* (1966) se impõem. Em primeiro lugar, será que apenas economia, biologia e filologia forneceriam modelos e conceitos para a psicologia e as ciências humanas? O que dizer da fisiologia, presente em toda a psicologia clássica como modelo (capítulos 4 e 5), a física, exportadora de conceitos para o gestaltismo (capítulo 18) e a psicanálise (capítulo 22), além da inteligência artificial, base do cognitivismo (capítulo 13)?

Outro problema dessa análise de Foucault é que esse autor afirma que só há uma ciência positiva do homem a partir do século XIX. Como vimos, para Vidal (2000) existe uma psicologia positiva no século XVIII. Neste aspecto, o que se dá na virada para o século XIX? Mudam os critérios de conhecimento, ou a própria *epsitemè*. O conhecimento classificatório (representacional) da psicologia do século XVIII cede a um modelo empírico em que nossas faculdades psicológicas passam a ser vistas como processos naturais. De igual modo, a necessidade de classificar o saber como científico ou filosófico se impõe; é neste aspecto que se processa uma transformação

capital, conduzida por autores como Kant (1781), em que a metafísica passa a ser entendida como um saber sem fundamento. É aí que são inicialmente alojados os saberes psicológicos do século XVIII, relegados à mera metafísica na impossibilidade de serem ciências legítimas.

Durante todo o século XIX, a psicologia para se fundar e ser aceita no restrito clube das ciências irá tentar cumprir o novo decálogo do saber, buscando objetividade, embasamento matemático e a determinação de um elemento básico de investigação (conforme as sugestões produzidas por Kant em *Fundamentos metafísicos das ciências da natureza*, 1786). E esse apoio à psicologia buscará nos conceitos e métodos das ciências naturais (de início, na fisiologia e, depois, na biologia, na química e mesmo na inteligência artificial). Contudo, como lembra Foucault (1966), esses conceitos naturais passarão a ter funções transcendentais, operando como fundamento para a determinação da natureza humana e condição de todo o saber. Nas palavras de Isabelle Stengers (1989), procede-se a uma captura conceitual em que os conceitos das ciências naturais são apropriados e retirados do seu contexto científico, sendo em seguida inflados à categoria de entes transcendentais, que serviriam para embasar o nosso conhecimento de si e as nossas práticas. Essa história específica nos mostra como a psicologia opera com os seus conceitos, como ela duplica conceitos empíricos (extraídos das ciências naturais) em uma função transcendental; metáforas científicas transmutadas agora em imagens fundamentais de homem.

Assim, poderíamos ver os conceitos de energia e equilíbrio, fundamentais na termodinâmica serem transformados na noção de boa forma no gestaltismo (capítulo 18) e no princípio do prazer na psicanálise (capítulo 22). O primeiro conduz esses conceitos termodinâmicos a uma visão fundamentante do homem enquanto um ser ativo e passível de compreensão imediata dos fenômenos mundanos. O segundo, a uma concepção desejante do homem embasada nos circuitos energéticos do aparelho psíquico. Da mesma maneira operaria a psicologia behaviorista (capítulo 11), ao ampliar o conceito de adaptação (sobrevivência de uma espécie em meio natural) para o de ajustamento (uma melhor vivência de um indivíduo em seu meio social) coroado pelo de condicionamento, conduzindo a uma visão ambientalista do homem e do próprio pesquisador das condutas humanas. É desta forma ainda que o cognitivismo (capítulo 13), ao ampliar o conceito de informação e importar o conceito de computação, funda o homem em um quadrante racionalista,

como um ser racional. Aqui, deve-se registrar apenas uma curiosa inversão processada pelas psicologias existencialistas e humanistas (capítulos 19 e 20), que partem de um conceito de homem da filosofia (como um ser marcado por uma liberdade fundamental) e transformam-no em um conceito natural, a ser perturbado por forças constringentes (a sociedade e suas normas enrigecedoras) dessa sua essência universal.

O curto-circuito de saberes e práticas

Poderíamos agora fechar o nosso sistema circulatório entre, por um lado, experiências e práticas sociais e, por outro lado, conceitos científicos, que permitem a proliferação das psicologias. Essa duplicação dos conceitos científicos apropriados pela psicologia em conceitos transcendentais (fundamentais) completa as partições das experiências e práticas sociais modernas, uma vez que nesses transcendentais se ancoram os aspectos transfenomenais em que gravita a nossa subjetividade e os determinantes últimos de nossa liberdade individual. Por conseqüência determina também a natureza humana a ser alienada pela loucura e as forças que nos conduzem da infância até a idade adulta. É assim que os conceitos capturados das ciências naturais favorecem um transcendental para nosso conhecimento de si e nossas práticas. Deste modo, a noção de equilíbrio termodinâmico da física se codifica no princípio do prazer para a psicanálise, e no conceito de boa forma gestaltista; a noção biológica de adaptação ampara a de condicionamento no behaviorismo, e a de computação está na base dos supostos módulos informacionais para o cognitivismo. Todas estas noções se alçam em transcendentais (fundamentos) para a nossa subjetividade e determinantes para a nossa individualidade, além de potencialmente esclarecer a nossa relação entre corpo e mente, patologia e normalidade, infância e idade adulta, e domínio público e privado.

Opera-se, pois, aqui no campo psicológico um curto-circuito entre conceitos e práticas sociais (das mais gerais às mais específicas), ou entre o que Latour denominou o domínio humano e o domínio natural, cindidos na modernidade. Assim, as práticas de confissão e o esforço de desvelar as fontes dos nossos desejos e nossas mais íntimas verdades se cruzam com os modelos da física termodinâmica e da química analítica do século XIX na gestação da psicanálise (capítulos 22, 23 e 24); a tentativa de disciplina das atividades humanas na educação e no trabalho se cruza com o conceito de

adaptação, ensejando o behaviorismo (capítulos 11 e 12); as novas práticas pós-industriais acopladas aos conceitos de informação e de cibernética geram o cognitivismo (capítulos 13 e 14); o exame da experiência ingênua (visando ao controle dos erros) associado ao conceito de sensação gera a chamada psicologia clássica (capítulos 4 e 5). É no conjunto dessas experiências e práticas sociais em conluio com as transformações no conhecimento que se conduz a constituição do campo psicológico em sua multiplicidade, ao cruzar as mais distintas experiências históricas com conceitos, modelos e métodos das ciências naturais, tornados agora entes transcendentais que explicam todos os aspectos da natureza humana. São essas múltiplas hibridações que constituem enfim o nosso campo psicológico fragmentado, dando ensejo à múltiplas psicologias gestadas através dessas diversas irrupções.

Mapa das psicologias do século XIX

Que psicologias serão essas que irão surgir a partir de tais condições? Independentemente da discussão sobre a cientificidade, as psicologias que surgirão em meados do século XIX serão muito distintas das que se configuram no século XVIII (cf. capítulo 2). Não por serem mais científicas. Mas por possuírem condições históricas muito distintas. No século XVIII vamos ter uma psicologia que é uma pura descoberta de uma subjetividade, de um campo de experiências, em que nada se oculta ao observador, seja no exame da sua privacidade, seja no exame da natureza do espírito em sua relação com o corpo. Nessa época, fazer psicologia não gera problema, no duplo sentido em que todos podem exercê-la (a nossa interioridade é límpida e cristalina) e de que não há nenhuma crítica à cientificidade (como a que irá surgir no final do século XVIII).

Com isso, podemos ver que nem todas as questões listadas neste capítulo para que surja a psicologia afloram ao mesmo tempo, e produzem o mesmo tipo de psicologia. Por que as mudanças em torno da individualidade e das configurações da loucura não produzem efeitos na psicologia do século XVIII? Porque a sua derradeira mutação se dá apenas no século XIX. Até o século XVIII, todas essas experiências (sobre a individualidade, infância e loucura) estão calcadas ainda no parâmetro da razão. Razão que ainda está pressuposta no foro íntimo dos indivíduos, ou na pureza de uma infância a ser preservada contra os vícios do mundo adulto. Razão moral que falta aos loucos e indisciplinados, e que inspira toda uma série de tratamentos e punições com

base nos trabalhos forçados durante o enclausuramento promovido nos séculos XVII e XVIII. Razão de entendimento do mundo que falharia quando os nossos nervos, por serem muito moles ou muito duros, turvam a visão cristalina que o nosso espírito tem do mundo.

Somente na virada para o século XIX a autonomia proporcionada pela razão cederá a uma natureza humana e sua possível descrição científica. Aqui terá enorme importância, por exemplo, o pensamento evolucionista (especialmente a teoria da evolução de Charles Darwin). A evolução das espécies, a seleção dos mais aptos e a adaptação ao meio ambiente servirão na psicologia e nas ciências sociais para escalonar os grupos humanos e as demais formas de vida, separar os normais dos anormais e promover o constante ajuste dos desajustados aos meio social. É neste sentido que a psicologia, nos rastros de Darwin, se funda na Inglaterra como psicologia comparada (cf. capítulo 6) e como psicologia (cf. capítulo 16). Nos Estados Unidos essa fundação será mais calcada ainda neste modelo ao estudar a nossa consciência em torno de sua função adaptativa e sua evolução da infância até a idade adulta (cf. capítulo 7). Especialmente aqui trata-se de disciplinar indivíduos, buscar o seu ajuste e o seu bom desenvolvimento.

Contudo, na Europa Central, o que irá surgir é uma psicologia, no entorno entre a psiquiatria e neurologia, tentando especificar a loucura como uma patologia da mente e não mais dos nervos. Aqui deve se registrar o trabalho de Jean-Martin Charcot (1825-1893), por circunscrever a histeria como doença (e não simulação) de cunho neurológico. Essa experiência está na base da experiência psicanalítica (cf. capítulo 22). A loucura não se define mais como falta de razão, mas como desvio da natureza humana. Se no espectro evolucionista trata-se de uma natureza humana a ser desenvolvida, aqui trata-se de uma natureza humana a ser retirada de seu estado de alienação.

E o que ocorre com a velha psicologia do século XVIII? Especialmente na Alemanha, ela será torpedeada pelos avatares das novas concepções de conhecimento como Imannuel Kant (cf. capítulo 2). Que vai enxergar um limite na razão, em face da natureza humana, de algo transcendental, que não permite mais o livre acesso da introspecção a todas as regiões do espírito. É com Kant que a psicologia mais estruturada da época, a de Christian Wolff (cf. capítulo 2), sofrerá um golpe mortal. A psicologia racional será vista como impossível, e a empírica como ciência imprópria. Como veremos, com base na fisiologia e na psicofísica, a psicologia empírica poderá responder às questões de Kant e se tornar psicologia experimental na Alemanha em 1879 (cf. capítulo

4), possuindo pela primeira vez um laboratório e uma formação universitária. Buscando, no caso, estudar na nossa subjetividade a fonte de nossos erros.

As outras experiências ocorridas nos Estados Unidos, Inglaterra e Europa Central também serão decisivas para produzir psicologias diferentes. Mas, até quase o final do século XIX, não havia a possibilidade de alguém se tornar psicólogo – profissionalmente falando – sem viajar a Leipzig, na Alemanha (sede do primeiro curso reconhecido). Somente na virada para o século XX novas formações irão se estabelecer, fazendo frente à psicologia da experiência alemã. E daí em diante ocorrerá uma enorme proliferação dos modos de se fazer psicologia.

Contudo, resta uma pergunta: como essas experiências modernas se configuram na psicologia brasileira? Até meados do século XIX, não há nenhum sinal de psicologia propriamente dita; apenas o que Marina Massimi (cf. capítulo 3) chama de idéias psicológicas, ou discursos que, mesmo não se intitulando como psicológicos, respondem a questões deste campo. Tais idéias seriam oriundas de algumas fontes específicas, como a aristotélico-tomista, difundida pelos jesuítas. A penetração da psicologia sempre foi tardia em relação a outros países, mesmo considerando países americanos, como os EUA, ou mesmo latino-americanos, como a Argentina.

Isso talvez ocorra porque as experiências modernas (especialmente as da constituição da individualidade, subjetividade e privacidade) e as condições para a transformação do conhecimento (lembremos que as nossas primeiras escolas universitárias só surgem em meados do século XIX) são bastante tardias entre nós. E, como sugere Figueiredo (1996), tais forças modernas entram de "forma inapropriada", "mais para inglês ver", compondo com formas pré-modernas. É o caso da experiência de individualidade moderna, em que esta conviveria com diversas formas pré-modernas e hierárquicas ainda presentes em frases como "sabe com quem está falando?", ou ainda a importância do sobrenome em nossa identidade (a célebre máxima em Pernambuco de que se é um Cavalcanti ou um cavalgado). Parafraseando Georges Politizer (cf. capítulo 21), "nós somos tão modernos quanto os selvagens evangelizados são cristãos". A nossa modernidade é tributária de uma absorção bem peculiar (antropofágica, nas palavras de Oswald de Andrade), em que esta se instala na negociação com regimes de identidade arcaicos, mesmo pré-modernos. A penetração da psicologia em território brasileiro é, pois, expressão da modernidade tardia. Daí o "*boom* da psicanálise" nos anos 1970 (e diríamos também da psicologia), destacado por Sérvulo Figueira (1991). Para esse autor, é na passagem da família arcaica, patriarcal, para a família moderna,

igualitária, que a expansão da psicanálise se impõe; não apenas expressando o conflito entre essas duas formas familiares através da sua demanda, mas se instituindo como instrumento de negociação nesse conflito.

É neste sentido que veremos a cada capítulo a penetração tardia e mimética da psicologia em solo brasileiro. Pois, se há a desvantagem de a psicologia brasileira ser ainda mais um centro consumidor do que criador de formas de psicologia, há a vantagem de se poder configurar em toda a sua diversidade as psicologias produzidas pelos centros mais tradicionais. Da mesma forma que a população brasileira reproduz etnicamente uma diversidade quase mundial, a psicologia aqui produzida também assimila toda a sua pluralidade. Num possível trunfo para o nosso caráter antropofágico.

Indicações bibliográficas

Ariès, P. (1979) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Dreyfuss, H. e Rabinow, P. (orgs.) (1995) *Michel Foucault na trajetória filosófica.* Rio de Janeiro: Forense universitária (entrevista concedida em 1984).

Dumont, L. (1993) *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro: Rocco.

Figueiredo, L.C.M. (1985) Um capítulo na história do conhecimento científico: a metodologia experimental de caso único. *Textos para o Programa de Psicologia Educacional da PUC/MG – PROPPG – XVII PROPES.*

Foucault, M. (1972) *A história da loucura.* São Paulo: Perspectiva (livro publicado em 1961).

_______ (1966) *As palavras e as coisas.* Lisboa: Portugália.

_______ (1982) Nietzsche, a genealogia e a história. In: Machado, R. (org.) *Microfísica de poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_______ (1977) *História da sexualidade I. A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal.

_______ (1995) Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: Dreyfuss, H. e Rabinow, P. (orgs.) *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Latour, B. (1994) *Jamais fomos modernos.* Rio de Janeiro: Editora 34.

_______(2001) *A esperança de Pandora.* São Paulo: UNESC.

Vernant, J. P. (1990) El individuo en la ciudad. In: *Sobre el individuo*. Barcelona: Paidós.

Referências bibliográficas

Ariès, P. (1979) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Berger, P. (1985) Para uma compreensão sociológica da Psicanálise. In: Figueira, S. (org.) *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Boring, E. G. (1979) *Historia de la Psicología Experimental.* México: Trillas.

Brett, G. S. (1963) *Historia de la Psicología.* Buenos Aires: Paidós.

Descartes, R. (1972 [1641]) Meditações metafísicas. In: Pessanha, J. A. *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

Dumont, L. (1993) *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro: Rocco.

Elias, N. (1990) *O processo civilizatório* (vol. I). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_______ Mudança na Balança Nós-Eu. In: Elias, N. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Figueira, S. A. (1991) O pós-*boom* da psicanálise no Brasil. In: *Nos bastidores da psicanálise.* Rio de Janeiro: Imago.

Figueiredo, L.C.M. (1985) Um capítulo na história do conhecimento científico: a metodologia experimental de caso único. *Textos para o Programa de Psicologia Educacional da PUC/MG – PROPPG – XVII PROPES.*

_______ (1986) Reflexões acerca dos projetos de psicologia como ciência independente. *Textos para o Programa de Psicologia Educacional da PUC/MG – PROPPG – XVII PROPES.*

_______ (1992) *A invenção do psicológico.* São Paulo: Escuta.

_______ (1995) Hierarquia e individualismo. In: *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos.* São Paulo: EDUC.

_______ (1995) Modos de subjetivação no Brasil. In: *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos.* São Paulo: EDUC.

Foucault, M. (1972) *A história da loucura.* São Paulo: Perspectiva (livro publicado em 1961).

_______ (1966) *As palavras e as coisas.* Lisboa: Portugália.

_______ (1982) Nietzsche, a genealogia e a história. In: Machado, R. (org.) *Microfísica de poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_______ (1982) Soberania e disciplina. In: Machado, R. (org.) *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal.

_______ (1977) *História da sexualidade I. A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal.

_______ (1996) Omnes et singulatim. In: Morey, M. (org.) *Tecnologias del yo.* Barcelona: Paidós/ ICE – UAB.

_______ (1995) Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: Dreyfuss, H. e Rabinow, P. (orgs.) *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gréco, P. (1972) Epistemologia de la Psicologia. In: Piaget, J. (org.) *Lógica y conocimiento científico.* Buenos Aires: Proteo.

Kant, I. (1989) *Pricípios metafísicos de la ciência de la naturaleza*. Madri: Alianza.

_______ (1972) Crítica da razão pura. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril.

Klemm, O. (1933) *Historia de la Psicología*. México: Edicciones Pavlov.

Latour, B. (1994) *Jamais fomos modernos.* Rio de Janeiro: Editora 34.

_______(2001) *A esperança de Pandora.* São Paulo: UNESC.

MacGurk, H. (1976) *Crescimento e mudança*. Rio de Janeiro: Zahar.

Murphy, G. (1960) *Introducción histórica de la Psicología contemporánea.* Buenos Aires: Paidós.

Nietzsche, F. (2001) *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.

Piatelli-Palmarini, M. (org.) (1985) *Teorias da linguagem, Teorias da aprendizagem.* São Paulo: Cultrix.

Rose, N. (1998) *Inventing Ourselves*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sennet, R. (1988) *O declínio do Homem Público.* São Paulo: Companhia das Letras.

Stengers, I. (1989) *Quem tem medo da ciência?* São Paulo: Siciliano.

Vernant, J. P. (1990) El individuo en la ciudad. In: *Sobre el individuo*. Barcelona: Paidós.

Vidal, F. (2000) The eighteenth Century as "Century of Psychology" In: *Jarbuch Für Recht Und Ethik*, 8.

_______ (2002) *L'histoire et les enjeux des neurosciences: L'avènement du «sujet cérébral» au XX^e siècle.* Programa de pesquisa apresentado para concurso no CNRS.

Indicação estética

São muitas as indicações estéticas que comportam este capítulo. Sobre a produção de uma subjetividade e de uma distinção entre espírito e corpo, cabe a indicação de *A lenda do cavalheiro inexistente*, de Italo Calvino, brilhantemente discutida por Luís Cláudio Figueiredo no primeiro capítulo de *Os modos de subjetivação no Brasil* (São Paulo: Escuta, 1996). Sobre a constituição da nossa individualidade, ficarei com o aforismo de Nietzsche já citado. Quanto ao surgimento da infância, uma dica é o livro *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, que mostra a passagem de uma concepção clássica e religiosa da infância para outra, evolucionista e moderna. No que tange à constituição da loucura como doença mental (e não mais desrazão ou doença dos nervos), é o livro *O sobrinho de Rameau*, de Denis Diderot. Outra boa dica é *O alienista*, de Machado de Assis. No entanto, priveligiarei uma citação que destaca a própria constituição de uma ciência humana.

O livro *Moby Dick*, de Hermann Melville, pode, a princípio, parecer um conto de aventuras sobre caçadores de baleias e, mais especialmente, sobre o duelo entre o capitão Ahab e Moby Dick, o cachalote branco. Mas ele pode ser lido também como um conjunto de crônicas cousturadas pela caça à baleia. No decorrer do livro, encontramos várias linhas de fuga. Numa delas, Ismael, o narrador da história, se pergunta sobre o que há de mais assustador em Moby Dick. Ao concluir que o que há de mais assustador no cachalote é a sua brancura, ele se pergunta o que há de tão assustador nos seres brancos, como o tubarão branco, o urso polar, o cachalote e as pessoas albinas. A conclusão a que Ismael-Melville nos conduz é de que o branco nos

remete à mortalha da natureza nua, a qual adquiriria cores para se figurar na experência humana. Aqui temos uma clara separação entre o mundo humano e o natural, condição para o surgimento de uma ciência da natureza humana. Demos voz a Ismael-Melville:

> E quando consideramos essa outra teoria dos filósofos da Natureza, segundo a qual todas as outras cores terrestres, cada esmalte magnífico e encantador, as tintas suaves dos céus crepusculares e dos bosques, os veludos brilhantes das borboletas e as faces de borboleta das donzelas não são mais do que ilusões sutis de modo algum inerentes a substância e sim meras exterioridades, chegamos à conclusão de que a divina Natureza pinta-se como uma cortesã, cujas atrações nada cobrem senão o sepulcro que leva dentro de si. E ainda mais, quando consideramos que o mistério cromático, ou seja, o grande princípio da luz, permanece para sempre branco ou incolor, em si mesmo, e que se atuasse sem ter ponto de apoio na matéria, tocaria todos os objetos, fossem tulipas ou rosas, com a sua própria tonalidade vazia, chegamos à conclusão de que afinal de contas o universo é como que um leproso e como os bisonhos habitantes da Lapônia que não querem usar óculos de cor, o viajante descrente sente-se cegar diante da mortalha monumental que envolve todas as perspectivas que o rodeiam. E todas essas coisas a baleia branca constitui o símbolo.
>
> Melville, H. (1982) *Moby Dick*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 225.

Capítulo 2
"A mais útil de todas as ciências". Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo

Fernando Vidal

Introdução

Em torno de 1770, o autor de um artigo sobre psicologia numa enciclopédia suíça termina seu texto com a seguinte pergunta: "Qual é a ciência que mereça nossa atenção e que não tenha a *psicologia* por base, princípio e guia?" Ele acrescenta ainda que

> sem o conhecimento da natureza, das faculdades, qualidades, estados, relações e destinação da alma humana, nós não podemos julgar nem decidir sobre nada, nem determinar nada, nem escolher, nem preferir nada, nem fazer nada com segurança e sem erro. Assim a psicologia é a primeira, a mais útil de todas as ciências, a fonte, a fundação de todas e o guia que conduz a cada uma delas. (Mingard, 1770-1775: 511-513)

Esta passagem é interessante sob vários aspectos. Primeiro, pela relação que o autor estabelece entre a psicologia e o que ele considera serem as ciências e as questões que mais merecem nossa atenção, principalmente (tal como especificadas no artigo) a teologia e a imaterialidade e a imortalidade da alma, a ética e a identificação de ações morais, a política e o modo de governar os seres humanos, e finalmente a lógica e o modo de adquirir o conhecimento e de distinguir o falso do verdadeiro, o certo do provável. Em segundo lugar, porque o autor relaciona o conhecimento empírico da alma, adquirido através da observação e da experiência, com princípios religiosos ou metafísicos sobre a natureza e a destinação da alma. Em terceiro lugar, porque atribui à psicologia um estatuto didático e prático preeminente em relação às ciências.

Além disso, fica implícito que a psicologia era também epistemologicamente singular: tal como explica o artigo, "uma vez que a psicologia não pode extrair seus princípios nem os fatos que sustentam seus argumentos de uma ciência que se poderia supor anterior a ela, ela não busca nem deve buscá-los em nenhum outro lugar fora do próprio objeto de suas investigações" (Mingard, 1770-1775: 513). Assim sendo, a psicologia revela-se como a única ciência cuja metodologia deriva do estudo de seu próprio objeto.

Tais juízos sobre a ciência empírica da alma indicam seu lugar no panorama intelectual do Iluminismo e legitimam a descrição do século XVIII como "o século da psicologia" (Gilson e Langan, 1964: 225; ver também os livros clássicos de Cassirer, 1932 e Gay, 1969). A psicologia conquistou essa posição através dos mecanismos intelectuais e sociais que fizeram dela uma disciplina genuína. No século XVIII, a psicologia não pôde se tornar uma profissão acadêmica; na época, tais profissões eram apenas o direito, a medicina e a teologia. Os outros ramos do conhecimento ensinados nas universidades – as "artes" da gramática e da retórica e as "ciências" da lógica, da ética, da "física" (o estudo da natureza) e da metafísica – eram subordinados àquelas três faculdades "superiores" e serviam como preparação para elas. Enquanto tratava de fenômenos empíricos relacionados à alma em sua ligação com o corpo, a psicologia era ensinada no curso de física; enquanto tratava da natureza e da essência da alma, como separada do corpo, ela pertencia à metafísica.

A psicologia no século XVIII não era, portanto, uma profissão institucionalizada. No entanto, ela era uma disciplina – se considerarmos o termo *disciplina* como uma estrutura social e intelectual caracterizada pela existência de indivíduos que reconhecem a si próprios como seus praticantes; por um conjunto de saberes, problemas, regras, métodos, divergências e debates considerados relevantes; por uma terminologia comum; por publicações, incluindo jornais, além de pessoas identificadas como pertencentes ao domínio em questão ou dotadas de uma autoridade intelectual especial; por sua presença nos currículos acadêmicos e nos materiais de ensino (em manuais ou capítulos de livros didáticos, por exemplo). Tudo isso pode existir na ausência de instituições específicas tais como departamentos de universidades, cátedras ou sociedades. É neste sentido de *disciplina*, que combina o sentido tradicional da palavra com os significados que ela tem na sociologia da ciência, que a psicologia no século XVIII alcançou a consistência e a magnitude que, como veremos abaixo, levaram Immanuel Kant a declarar que ela deveria ganhar o estatuto de disciplina universitária autônoma. O propósito deste capítulo não

é, portanto, discutir as idéias psicológicas do Iluminismo, mas esboçar alguns dos fatores que fizeram com que a psicologia do século XVIII se tornasse uma disciplina, e a "mais útil de todas as ciências".

O limbo historiográfico contra a autoconsciência metodológica

Em geral, os livros de história da psicologia não consideram a psicologia do século XVIII uma disciplina e situam-na no limbo de uma "pré-história" ou de uma história "pré-científica", resumindo as idéias psicológicas dos filósofos iluministas mais importantes. A psicologia, escreveu o eminente experimentalista Herman Ebbinghaus (1850-1909), "tem um passado longo, mas uma história breve" (Ebbinghaus, 1910: 9). Essa frase, tão freqüentemente citada, é normalmente interpretada da seguinte maneira: a psicologia empírica e naturalista só teve início nos laboratórios da Alemanha no final do século XIX. Desse modo, acredita-se que a psicologia do século XVIII pertença ao seu *passado* científico, mas não à sua *história*. Mas, mesmo que ela não fosse experimental, seria inexato negar a existência de uma psicologia empírica no século XVIII. A psicologia podia não ter laboratórios, mas era concebida como uma disciplina de pesquisa empírica comprometida com a perspectiva naturalista que excluía a alma como *um princípio explicativo*; por exemplo, ela analisava o pensamento em sua relação com a sensação em lugar de remetê-lo à natureza da substância imaterial e imortal.

A razão pela qual a psicologia do século XVIII foi julgada "pré-científica", "filosófica", ou "especulativa" parece derivar da suposição de que a psicologia natural-científica deveria ser necessariamente quantitativa, experimental e independente de propósitos metafísicos ou religiosos. Contudo, a partir de seus próprios termos, a psicologia do século XVIII pode ser considerada uma ciência natural (Hatfield, 1994). Os psicólogos incluíam sua disciplina no estudo da natureza, davam relevo ao estudo dos fenômenos, recusavam-se a discutir a alma como conceito metafísico e apelavam à observação, à experiência, ao método de "análise", e mesmo à experimentação. Além disso, seguindo o modelo das ciências físicas, eles formulavam hipóteses e esperavam chegar a algum cálculo psicológico. Tudo isso, devemos reconhecer, era fundamentalmente programático e muitas supostas observações não eram mais que ficções conceituais e experimentos intelectuais. Porém, mesmo isso não escapava aos autores do século XVIII.

Já a partir da década de 1750, havia na Alemanha animadas discussões metodológicas. Em 1770, o filósofo de Yena Christian Gottfried Shütz (1747-1832), um dos primeiros kantianos, discutiu a questão relativa às dificuldades que resultavam do fato de que a alma é ao mesmo tempo o observador e o observado, o sujeito e o objeto da investigação. Ele assinalou, por exemplo, que mesmo a mais atenta introspecção não consegue atingir muitos fenômenos, tais como os afetos, as percepções obscuras ou rapidamente concatenadas, os processos graduais de mudança psicológica, ou as primeiras fases do desenvolvimento. Ele examinou rigorosamente os métodos empírico e sintético e era particularmente crítico do método analítico. Este método, cujo teórico mais importante era o filósofo francês Etienne Bonnot Condillac (1715-1780), visava à "composição" e à "decomposição" de idéias de modo a reduzi-las às mais simples, que podiam ser remetidas às sensações. Schütz caracterizava-o como "o método de conexão arbitrária" (*in* Bonnet, 1770: 205). O exemplo principal era a estátua imaginada por Condillac no Tratado das Sensações (1754) e pelo naturalista e filósofo suíço Charles Bonnet (1720-1793) no *Ensaio analítico sobre as faculdades da alma* (1760), estátua que, a partir da exposição de estímulos sensoriais separados, gradualmente tornava-se um ser pensante. No entanto, Schütz acabou favorecendo uma integração dos três métodos: o método empírico, para estabelecer os fenômenos; o analítico, para desenvolver hipóteses com base nas observações feitas; e o sintético, para derivar dedutivamente os fenômenos das hipóteses formuladas.

Uma década depois, Jean Trembley (1749-1811), um discípulo de Bonnet, autor de alguns dos mais conhecidos trabalhos de psicologia publicados no século XVIII, advogava em favor da tese de que a psicologia deveria seguir a física. Bonnet defendia o papel construtivo da hipótese. Trembley, que estava de acordo com ele quanto a isso, explicava que a física "progrediu apenas depois que se tornou experimental, e que passou a calcular efeitos sem se preocupar com as causas" (Trembley, 1781: 274).

A psicologia deveria imitá-la não somente em seus princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos, mas também em sua estrutura como disciplina. O problema com a psicologia é que, como cada autor tenta construir "todo um sistema", não se consegue examinar nada com profundidade. A física, por sua vez, avançou na medida em que os físicos enfocaram ramos específicos dessa ciência. A psicologia deveria seguir seu exemplo:

> Por que razão alguns autores não se fixam na investigação psicológica dos sentidos, na maneira pela qual conhecemos e julgamos os objetos; e outros na história das crianças e mesmo dos animais que, uma vez que

> são seres dotados de sensibilidade, são em muitos aspectos semelhantes a nós; outros na história das paixões ou nos diferentes tipos de ações dos homens na sociedade; outros na filosofia da história, etc. A psicologia tornar-se-ia assim uma ciência igualmente vasta e luminosa; cada dia lhe traria novas riquezas e talvez um dia nós pudéssemos reunir todas essas riquezas e ousar empreender uma teoria do homem. Sem dúvida essa é a maneira mais importante de fazer progredir esta ciência [...]. (Trembley, 1781: 292-293)

O progresso da psicologia dependia do uso de métodos empíricos em combinação com a especialização. A tendência a elaborar sistemas psicológicos tais como os que Trembley criticava continuou por todo o século XVIII. Apesar disso, a crítica de Trembley era um reflexo da atitude naturalista daquela época, reforçada pelas tentativas de aplicar o raciocínio matemático ou os modelos físicos aos fenômenos e mecanismos mentais, de combinar observações médicas e psicológicas, de discutir a base anatômica da alma ou de conceituar a fisiologia das interações mente-corpo.

Tal como ilustrado pela obra de Wilhelm Wundt (1832-1920), considerado o próprio "pai" da psicologia científica, mesmo a ciência que se institucionalizou nas décadas finais do século XIX estava longe de ser exclusivamente experimental. A ênfase na ciência de laboratório correspondia aos interesses de uma consolidação institucional. Nos Estados Unidos ela era aclamada como "a nova psicologia". O livro publicado em 1897 por Edward Wheeler Scripture (1864-1945), um especialista em psicologia da fala e da fonética experimental, recebeu este nome. Esta denominação foi também adotada depois por outros autores. Na França, Théodule Ribot (1839-1916) deu ao seu livro de 1879 *A psicologia alemã contemporânea* (*La psychologie allemande contemporaine*), o subtítulo "escola experimental"; desse modo ele chamava atenção para o que deveria ser uma psicologia positiva e científica. Ao final do século XIX, a psicologia acadêmica do Iluminismo já havia sido relegada para o "passado" da disciplina, de tal modo que poderíamos bem pensar que "o século da psicologia" não tinha mais nenhuma relação com ela. No entanto, agora é preciso reconfigurá-la como objeto legítimo da *história* da disciplina.

Psicologia: a palavra e o conceito

A palavra *psychologia* popularizou-se inicialmente nos textos sobre a alma usados nas universidades protestantes da Alemanha. Ela apareceu na década

de 1570 e foi impressa como título pela primeira vez (em caracteres gregos) em 1590 em uma coletânea de discussões sobre a origem e a transmissão da alma racional (Goclenius, 1590). *Psychologia* era um neologismo conveniente para introduzir os estudantes no sistema geral das ciências, na medida em que ajudava a localizar a *scientia de anima* e indicar suas relações com as outras disciplinas. Enraizava-se intelectualmente no retorno do aristotelismo e na adoção, dentro das novas universidades protestantes, do método "escolástico" de raciocínio, caracterizado pela sistematização dedutiva, o formalismo lógico e o rigor conceitual no tratamento da controvérsia filosófica, doutrinal e religiosa.

De acordo com Aristóteles, a alma era definida como a "forma" do corpo natural que potencialmente tem vida (*De anima*, 412-420). Um corpo "animado" – *empsuchos* é a palavra grega original – é, portanto, um tipo de matéria dotada de alma (*psuchè*, *anima*), e, portanto, capaz de realizar as funções que definem os organismos vivos. A alma era dotada de diferentes poderes ou faculdades (às vezes também apresentados como diferentes tipos de alma): vegetativa (incluindo nutrição, crescimento e reprodução); sensível (incluindo os sentidos externo e interno, movimento físico, as paixões e outros apetites sensíveis); e racional ou intelectual (incluindo o entendimento, o juízo e a vontade) (Michel, 2000; ver também os capítulos de K. Park e E. Kessler *in* Schmitt *et al.*, 1990). Os seres dotados de alma eram hierarquizados de acordo com as faculdades que eles possuíam: as plantas tinham apenas uma faculdade vegetativa;os animais não humanos tinham a vegetativa e a sensível; e os humanos tinham as três faculdades (vegetativa, sensível e racional). *Psychologia* era, portanto, o nome da ciência geral dos seres vivos e servia como introdução à investigação naturalista das plantas, dos animais e dos humanos. É por esta razão que o estudo do homem ou *antropologia* (tal como foi chamado nos séculos XVI e XVII) era um ramo da psicologia e não o contrário; é por isso também que ela era freqüentemente entendida como uma descrição anatômica do corpo humano.

Ainda que a psicologia fizesse parte do conjunto das ciências naturais, a compreensão de que os humanos eram dotados de um intelecto imaterial e a alma supostamente persistia depois da morte fazia com que os discursos sobre a alma fossem por vezes situados no campo da metafísica. A acepção metafísica do conceito ficou ainda mais evidente quando, depois de desfeito o quadro do pensamento aristotélico, a alma deixou de ser entendida como princípio da vida, responsável pelas funções não intelectuais, passando a ser idêntica à mente, à razão, à consciência. O livro de John Broughton intitulado *Psychologia:*

or, An Account of the Nature of the Rational Soul (Uma descrição da natureza da alma racional), publicado em 1703, é um exemplo interessante (Broughton, 1703). O autor, um clérigo protestante, tentou demonstrar com o maior rigor que os seres humanos são compostos de duas substâncias heterogêneas. Sua argumentação metafísica se desdobrava, de modo puramente *a priori*, numa defesa da noção de substância (na época, bastante criticada) como constituindo o substrato, a essência e a condição da existência das coisas (como um princípio explicativo). Seu tratado é um exemplo do tipo de trabalho que fazia com que o termo *psicologia* fosse difícil de aceitar por aqueles que pretendiam fazer uma ciência empírica da mente. Mas também revela as mudanças no cenário intelectual que abriram espaço para a disciplina da psicologia tal como ela se desenvolveu no século XVIII, a saber, a "mecanização" das funções vegetativa e sensível e a identificação da alma com a mente.

Psicologia e psicologização

Em suas aulas de 1770, Immanuel Kant (1724-1804) explicava que a psicologia empírica tinha permanecido no campo da metafísica não apenas porque os limites da metafísica haviam sido mal estabelecidos, mas também porque a psicologia não era suficientemente ampla e sistemática. Mas chegara o momento de a psicologia se tornar uma disciplina acadêmica:

> A razão pela qual a psicologia foi situada no interior da metafísica é evidentemente a seguinte: ninguém nunca soube realmente o que é a metafísica, apesar de ter sido por tanto tempo objeto de muita explanação. Não se sabia como determinar as fronteiras de seu território e por isso muito do que nele foi posto não era cabível [...]. A segunda razão era evidentemente esta: a doutrina empírica dos fenômenos da alma não tinha chegado a qualquer sistema que pudesse constituir uma disciplina acadêmica separada. Se ela fosse tão extensa quanto a física empírica, então ela teria sido separada da metafísica. Mas sendo muito pouco extensa e como não se quis descartá-la inteiramente, empurraram-na para a metafísica [...]. Mas ela já se tornou muito ampla e logo atingirá uma magnitude quase tão grande quanto a da física empírica. (Kant, 1968: 223-224)

A previsão de Kant para a psicologia empírica como uma disciplina científico-natural começou a se confirmar na segunda metade do século XVIII, nas universidades da Alemanha. Nessa época, a psicologia empírica não tinha cátedras ou departamentos, mas entrou no ensino acadêmico, tornou-se um

capítulo nos manuais de filosofia e começou a se disseminar em periódicos e manuais. Esse processo foi acompanhado do que poderíamos descrever como a psicologização da cultura ilustrada.

Ainda no século XVIII, o filósofo inglês John Locke (1632-1704) foi identificado como o pioneiro indiscutível da tendência psicologizante; seu *Essay on Human Understanding* (Ensaio sobre o entendimento humano), de 1690, foi devidamente descrito como o "evangelho psicológico" do Iluminismo (Becker, 1955: 64). O historiador da filosofia Gary Hatfield observa justamente que "o empirismo de Locke é bem distinto da tese psicológica de que as habilidades perceptivas humanas são adquiridas através da experiência". Ele nos alerta para o equívoco de interpretar de modo psicologizante os primeiros autores modernos e do Iluminismo, porque para muitos desses autores "estudar o intelecto humano não era um esforço em fazer com a que a psicologia explicasse a lógica ou a epistemologia, e muito menos praticar a psicologia tal como nós a entendemos hoje, mas investigar a própria faculdade lógica e epistêmica" (Hatfield, 1990: 11-12). De fato, o *Ensaio* de Locke era considerado como uma lógica e não como uma protopsicologia. Contudo, a interpretação psicologizante de Locke se impôs já no século XVIII e foi crucial para o estabelecimento das tarefas e dos contornos da psicologia empírica.

O empirismo, uma corrente filosófica dominante nesse século, define os elementos básicos da psicologização do século XVIII: rejeição das idéias inatas; crítica dos "sistemas" e da metafísica abstrata e substancialista; apelo à observação e à experiência; e, finalmente a convicção de que todo o conhecimento começa com as impressões sensíveis, de que as idéias correspondem a essas impressões e que as idéias complexas podem ser "decompostas" em elementos mais simples. O sensacionalismo, uma forma de empirismo estreitamente ligado, nesse contexto, a Condillac e seu *Essai sur l'origine des connaissances humaines* (Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos) (1754), vai mais adiante e tende a compreender o conhecimento como coextensivo à sensação.

Em razão da projeção que o empirismo e o sensacionalismo alcançaram no cenário intelectual do Iluminismo, os historiadores observaram que, no século XVIII, a psicologia (no sentido do discurso psicológico) tornou-se a disciplina básica e estratégica dentro do conjunto das ciências humanas e filosóficas. Segundo Isaiah Berlin, transformar a filosofia "em uma espécie de psicologia empírica" (Berlin, 1984: 19) era um projeto da maior importância nessa época. A reforma deveria começar com a primeira ciência, a metafísica. Condillac proclamava a primazia epistêmica e cognitiva da análise e essa

abordagem promoveu a psicologização da maneira de pensar. Os princípios empiristas foram sistematicamente aplicados em inúmeras áreas da atividade humana, da lógica à educação, da teoria do conhecimento à ética, da religião à estética. No final do século XVIII, o pedagogo rousseauniano suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) já não tinha nenhuma originalidade ao declarar que seu objetivo era psicologizar a educação humana. A lógica e a filosofia moral são exemplos importantes desse processo.

Voltaire (1694-1778), em suas *Lettres philosophiques* (Cartas filosóficas) de 1734, declarava que nunca existira "um lógico mais exato" do que Locke e o elogiava por ter escrito uma "história" da alma em oposição aos "romances" que haviam sido produzidos até então. Do mesmo modo, o *Discours préliminaire* à *Encyclopédie* explicava que Locke tinha reduzido a metafísica ao que ela deveria ser, "uma física experimental da alma". O escocês David Hume (1711-1776), no *Tratado da natureza humana*, afirmava que "a única finalidade da lógica é explicar os princípios e as operações de nossa faculdade de raciocinar, e a natureza das idéias" (Hume, 1739-40: xv). Ao unir a lógica ao estudo empírico da mente, os *philosophes* adotaram não apenas a terminologia contemporânea, mas também a noção de que a análise das faculdades cognitivas constituía a base de uma lógica nova e antiformalista.

Tal como foi explicado por James Buickerood, no século XVIII entende-se que a finalidade da lógica é expor a "história natural" do entendimento. A lógica da época, portanto, supõe que seu sucesso como uma disciplina normativa depende de descrições precisas e completas das operações cognitivas sobre as quais suas prescrições deveriam se apoiar (Buickerood, 1985: 187). Do mesmo modo que Hatfield, Buickerood recomenda cautela ao interpretar as alusões às faculdades cognitivas, cujo contexto de referência original não era necessariamente psicológico. A lógica não era psicologia; mas a tarefa da psicologia era fornecer o conhecimento das operações mentais que a lógica deveria comandar.

Na filosofia moral, enquanto alguns autores insistiam na sensação e na associação como a única fonte das idéias morais, outros argumentavam em favor da existência de um "sentido moral". Ambos os lados, entretanto, compartilhavam a mesma confiança e o mesmo otimismo na capacidade de aperfeiçoamento da espécie humana, e acreditavam na existência de mecanismos inatos que tornavam possível o avanço moral. Locke enfatizava o papel do hábito, e o *encycopédiste* materialista francês Claude-Adrien Helvétius (1715-1771), em seu *De l'homme, de ses facultés intelectuelles et de son éducation* (Do homem, suas faculdades intelectuais e sua educação) (1752), sustentava que

a educação tinha total poder de moldar o indivíduo. Já em seu *Inquiry into the Origin of Our Ideas of Beauty and Virtue* (Investigação sobre a origem de nossas idéias de beleza e virtude) (1752) e em outras obras, Francis Hutcheson (1694-1746), professor de filosofia moral em Glasgow e um dos primeiros utilitaristas, expunha sua tese de que Deus havia dotado o homem com um sentido moral universal, uma capacidade de produzir idéias de ações "agradáveis ou desagradáveis". Segundo Hutcheson, as ações benevolentes são virtuosas porque elas nos agradam e é por isso que as procuramos. Como todas as outras faculdades psicológicas, o sentido moral pode às vezes falhar, mas isso não o torna menos universal. Alguns anos depois da publicação do *Inquiry* de Hutcheson, seu discípulo Adam Smith (1723-1790), e também professor de filosofia moral em Glasgow, publicou uma *Theory of Moral Sentiments* (Teoria dos sentimentos morais) (1759) onde são expostas as bases psicológicas de seu *The Wealth of Nations* (A riqueza das nações) (1776).

Evidentemente, muito mais poderia ser dito sobre a lógica e a filosofia moral, além de outros campos. Neste esboço, ilustro apenas resumidamente as áreas onde as fontes dos fundamentos do juízo e da prática não eram buscadas em regras formais ou tradições consolidadas, mas antes no conhecimento empírico da natureza e da mente humana. Embora geralmente se desconheça a maioria das publicações que portavam o nome *psicologia*, as pesquisas acerca dos diferentes domínios da psicologização levaram a descrições muito diferentes da psicologia do século XVIII, justificando a visão do Iluminismo como o "século da psicologia" (ver, por exemplo, Rousseau, 1980; Porter, 1995).

A psicologia no contexto nacional

Do mesmo modo que a psicologização de diferentes domínios se deu sob condições de grande diversidade metodológica e doutrinária, o desenvolvimento da psicologia como disciplina e como *corpus* de um pensamento psicológico apresentou variações significativas através de fronteiras geográficas e lingüísticas.

A "ciência do homem" – da psicologia e da "economia animal" à moral e à economia política – era *par excellence* a "investigação escocesa" do Iluminismo. A abordagem escocesa da mente era marcada pela "tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais", tal como proclamado no subtítulo do *Tratado da natureza humana* de David Hume (Bryson, 1945). O que se fazia em psicologia não portava inicialmente esse

nome. Por exemplo, a *Encyclopædia Britannica* (1768-1771), totalmente lockeana em sua interpretação, definia a psicologia como o "conhecimento da alma em geral e da alma do homem em particular" (3: 175). Ao associar a psicologia às discussões anteriores sobre as origens e a essência da alma ou aos debates sobre a imaterialidade e imortalidade, a *Encyclopedia* declara implicitamente que, apesar das "mais profundas, das mais sutis e abstratas pesquisas [...], é extremamente difícil afirmar qualquer coisa [a respeito da alma] que seja racional, e ainda mais difícil, que seja positivo e bem fundado" (3: 175). Um tal juízo implicava uma rejeição da "psicologia" como uma legítima ciência empírica da mente: esta era a lógica, uma ciência que visava à explicação "da natureza da mente humana e da própria maneira de exercer seus vários poderes" (2: 984-1003).

A "filosofia da mente humana" dos escoceses – tal era o objeto dos *Elements* publicados em 1792-1827 pelo professor de filosofia moral de Edimburgo Dugald Stewart (1753-1828) – não era normalmente chamada "psicologia". A própria palavra, contudo, não era desconhecida. Em suas *Observações sobre o homem*, o médico e filósofo David Hartley (1705-1757) situava a "psicologia, ou teoria da mente humana, junto com os princípios intelectuais dos animais brutos" dentro da filosofia natural, ao lado da mecânica, da hidrostática, da pneumática, ótica, astronomia, química, medicina e outras teorias das artes e ocupações manuais (Hartley, 1749: 223). No início da década de 1760, na Universidade de Aberdeen, o professor de filosofia moral James Beattie (1735-1803) lecionava "psicologia ou ciência da natureza dos vários poderes ou faculdades da mente humana" (Beattie, 1790: 1); embora ele considerasse a psicologia parte da pneumatologia (doutrina das substâncias espirituais), ele a separava completamente das discussões sobre a imortalidade e a imaterialidade da alma. Uma abordagem empírica e naturalista dos poderes da mente – lockeana e sensualista inicialmente e em seguida dominada pela filosofia anticética do "senso comum" – disseminou-se por todo o Iluminismo escocês, sendo tomada como a base da lógica, da estética, da filosofia moral e política, e constituindo os fundamentos do ensino acadêmico dessas disciplinas.

A primeira coisa a se notar na França é que a palavra *psicologia*, embora conhecida, era ausente do vocabulário filosófico corrente. É evidente que a agenda anticlerical e anti-religiosa dos *philosophes* – aqui não no sentido geral de "filósofo", mas referindo-se especificamente aos franceses assim conhecidos na época (e desde o século XVIII) – contribuiu para estigmatizar uma disciplina cujo nome incluía o termo *alma* e que, portanto, parecia estar associada aos ensinos obscuros da "escolástica" e ao uso de conceitos

que eram considerados sem sentido. O próprio Condillac recusou-se explicitamente a usar esse nome. A ciência que aplica o método de análise para descobrir a "origem e a geração" das idéias seria a primeira ciência; mas uma tal ciência, escrevia ele, é tão nova que não tem ainda um nome: "eu a chamaria *psicologia*, se conhecesse qualquer trabalho de boa qualidade com esse título" (Condillac, 1947-51: 29). Os descendentes intelectuais de Condillac reproduziram a atitude de seu mestre. Destutt de Tracy (1754-1836) inventou a palavra "ideologia" (*idéologie*) para designar a "análise do pensamento" no lugar de "psicologia", que, segundo ele, significava "a ciência da alma" e evocava "a vaga busca de causas primeiras" (Tracy, 1992: 71). No início do século XIX, em suas aulas nas Escolas Normais (*Écoles Normales*) criadas pela Revolução Francesa, o escritor e político Dominique-Joseph Garat (1749-1833) rejeitou a palavra em favor da expressão lockeana "análise do entendimento" (Garat, 1800: 149-150).

Esses são os autores que nos vêm à mente quando pensamos na psicologia do século XVIII na França. Os *philosophes*, contudo, debatiam constantemente com católicos tais como o abade Joseph Adrien Lelarge de Lignac (1710-1762), cujas respostas ao sensacionalismo radical, embora quase inteiramente esquecidas, eram notáveis e mereceriam hoje ser novamente situadas no contexto do Iluminismo francês (Lignac, 1753, 1760). Geralmente, no quadro de uma defesa do cristianismo contra o que era percebido como materialismo e fatalismo, os críticos dos *philosophes* enfatizavam a atividade da mente e a unidade do eu (*self*) e da consciência em oposição ao trabalho mecânico de uma máquina orgânica que passivamente responderia à estimulação externa.

A narrativa histórica usual acerca da evolução do pensamento psicológico no Iluminismo francês começa com os esforços de superar o dualismo cartesiano e com a tese de que os homens são seres inteiramente naturais cujas funções psicológicas podem ser empiricamente estudadas. A crítica à noção de uma alma substancial indivisível que formaria o eu e se manteria subjacente ao comportamento humano levou a diferentes estratégias. Uma delas era a descrição dos efeitos externos dos "movimentos" da alma, tais como a fisionomia ou a expressão das paixões. Numa segunda estratégia, os conceitos metafísicos foram reformulados como noções empíricas. A alma foi assim substituída por mente (*esprit*) e depois por *moral*. A terceira estratégia era a anexação materialista desses conceitos. Do "Sistema da natureza" (*Système de la nature,* 1770) do *philosophe* determinista Paul-Thiry d'Holbach (1723-1789) ao "Relatório sobre o físico e o moral do homem" (*Rapports du physique et du moral de*

l'homme, 1802) do *médecin-philosophe* Pierre-Jean-Georges Cabanis (1757-1808), a alma tende a desaparecer do discurso da ciência do homem.

Do mesmo modo que em outros países da Europa, o empirismo entrou nos tratados de educação e inspirou a reforma pedagógica e também as filosofias que enfatizavam a sensibilidade e o "coração". Na virada do século XVIII, a psicologia francesa viveu um breve período de existência institucional. Depois da revolução, os *idéologues* contribuíram para a criação de diversas instituições públicas de ensino e pesquisa e assim tiveram ocasião de realizar e disseminar suas idéias psicológicas, pedagógicas e políticas. A psicologia, portando seu próprio nome, entretanto, só entrou no ensino acadêmico depois de Napoleão proscrever os *idéologues* e principalmente depois da Restauração monárquica que sucedeu a queda do regime napoleônico.

Mas ela era então espiritualista mais do que sensacionalista e fortemente influenciada pela filosofia escocesa do senso comum.

A Alemanha, que não era ainda um país unificado no século XVIII, era a principal produtora de psicologias, e onde a psicologia foi mais longe na institucionalização e conquista de um *status* de disciplina (Dessoir, 1902). A palavra *psicologia*, que (como vimos) apareceu no final do século XVI nas universidades protestantes, era usada com freqüência no *Aufklärung* ou Iluminismo alemão. Seu destino no século XVIII estava vinculado inicialmente ao sistema filosófico de Christian Wolff (1679-1754), que dominava o ensino da disciplina até o surgimento da filosofia crítica de Kant. A obra monumental de Wolff tratava praticamente de todas as áreas do conhecimento; seu objetivo era unificar a razão e a experiência e garantir à filosofia a certeza que era reservada à matemática, mas que era característica da *scientia* como a disposição ou capacidade de demonstrar suas afirmações a partir de princípios estabelecidos (*habitus asserta demonstrandi*) (Wolff, 1728: § 30). Wolff definiu os objetos da filosofia como Deus, a alma humana e os corpos materiais e dividiu seu reino em lógica, metafísica, filosofia prática, física, filosofia das artes (tecnologia e a filosofia das artes liberais e da medicina) e a filosofia da jurisprudência. Ele organizou as disciplinas de acordo com sua dependência de princípios fornecidos por outras disciplinas. A metafísica ou "ciência do ser, do mundo em geral e dos espíritos" (Wolff, 1728: § 79) incluía, em ordem de dependência, a ontologia, a cosmologia geral, a psicologia empírica, a psicologia racional e a teologia natural. Os manuais acadêmicos de Wolff seguiam essa estrutura, e foi através deles que a psicologia entrou no currículo de filosofia com seu próprio nome.

Uma vez que a filosofia era a "ciência dos possíveis à medida que eles podem ser", a psicologia era a ciência das coisas que são possíveis através da alma humana (*scientia eorum quae per animas humanas possibilia sunt*) (Wolff, 1728: § 58). Como todas as outras ciências no sistema de Wolff, a psicologia podia ser abordada de duas maneiras: empiricamente e racionalmente, a primeira dava origem a um conhecimento *a posteriori* dos seres e das coisas materiais e imateriais, e a segunda a um conhecimento *a priori* de sua essência, de sua razão ou possibilidade. Do mesmo modo, cada psicologia tinha seu método próprio. A psicologia racional (daqui em diante, PR) procedia por dedução a partir de "definições, experiências indubitáveis, axiomas e proposições já demonstradas" (PR, § 3). A psicologia empírica (daqui em diante, PE) usava a observação e podia usar a experimentação (PE, §§ 458, 459). A observação é a experiência que nós temos dos fatos da natureza sem nossa intervenção (PE, § 456) e a experiência é a "cognição do que é evidente apenas mediante nossas percepções" (Wolff, 1728: § 664). Na psicologia empírica, o conhecimento era possível "através das ocorrências em nossas almas das quais nós temos consciência" (PE, § 2), o que Leibniz chamava de "apercepção".

A *Psychologia empirica* de Wolff enfocava a vida interior da alma, excluindo as relações fisiológicas e corporais. A primeira parte do tratado lida com a alma em geral (sua existência provada por um argumento semelhante ao *cogito* cartesiano) e suas faculdades cognitivas: percepção, sentidos, imaginação, *facultas fingendi* (imaginação criativa), memória, atenção e refexão, e intelecto. A segunda parte analisa a passagem do conhecimento para o "apetite" e a aversão. Ela examina o prazer e o desprazer como intuições da perfeição e da imperfeição (e propõe a "psicometria" como uma ferramenta para o estudo de seus vários graus); o bem e o mal em termos de inclinações da alma; as paixões e outros estados mentais, o apetite e a aversão racional, todos em relação ao prazer/desprazer e ao problema da liberdade. Uma seção final descreve a interação da alma e do corpo. A psicologia empírica fornecia os princípios para a lei natural, a teologia natural e a lógica (PE, §§ 6-10).

A *Psychologia rationalis*, por sua vez, visava à explicação *a priori* dos fatos apresentados na psicologia empírica através da dedução de axiomas e proposições provadas. A primeira delas é a definição da alma como um poder ou faculdade de representação do universo (*vis representativa universi*), cuja primeira atividade é a sensação (PR, §§ 66, 67). Ela começa com o conceito ou a essência da alma: um ser consciente de si e das coisas externas, capaz portanto não apenas de percepção, mas também de representação e apercepção. Com base nessa definição, a psicologia racional dedutivamente

explicava as faculdades e as operações da alma; ela avaliava as diferentes explicações para a correspondência entre elas e os movimentos do corpo; tratava da natureza dos espíritos (substâncias dotadas de intelecto e livre-arbítrio) e da espiritualidade da alma, sua origem, sua união com o corpo e a imortalidade; e concluía com uma seção sobre a alma dos animais. A psicologia racional, explicava Wolff, não era capaz de produzir conhecimentos empíricos novos, mas ela "aumenta nosso discernimento na observação do que acontece em nossa alma" e "revela aspectos da alma que não são acessíveis apenas pela observação" (PR, §§ 8, 9).

Enquanto os manuais de Wolff foram usados nas universidades alemãs, até a metade do século XVIII, a psicologia era abordada fundamentalmente como uma ciência empírica. A ênfase no empírico era também demonstrada pelo fato de que duas das três popularizações da psicologia de Wolff que apareceram na década de 1750 em língua francesa continham somente sua psicologia empírica. Isto refletia ou, pelo menos, estava em acordo com um crescente interesse na antropologia. Tal como já foi mencionado, os usos iniciais da *antropologia* enfatizavam a anatomia e a fisiologia humanas. No século XVIII, a antropologia ganha autonomia e, concedendo mais ou menos peso à psicologia, à medicina, à fisiologia ou à filosofia, ela veio a encarnar o projeto de uma "ciência do homem" (Linden, 1976). Ao oferecer um objetivo e um ideal unificado de um conhecimento total e coerente sobre a "história da humanidade", tal projeto desempenhou um papel heurístico importante no desenvolvimento inicial das *ciências* humanas em sua pluralidade. E isso se aplicou inteiramente à psicologia, como veremos abaixo.

Enfim, a invenção de uma tradição psicológica foi crucial para o desenvolvimento da psicologia como disciplina (Vidal, 2000). Foi o que aconteceu na seleção de autores e trabalhos "psicológicos" e na emergência da história da psicologia como um gênero historiográfico. Com isso, foi reforçada a autonomia nascente da psicologia e o domínio da psicologização foi ampliado para a história da humanidade de um modo geral.

O capítulo mais longo do que, provavelmente, é a primeira bibliografia a considerar a psicologia empírica como um assunto distinto é dedicado à literatura da "psicologia ou lógica" (Hißmann, 1778: §§ 71-107). Trata-se de uma bibliografia com notas explicativas sobre a psicologia em geral; sobre a lógica; a sensação e os sentidos; a história da teoria das idéias, vários fenômenos e faculdades psicológicas; e inúmeros tópicos "lógicos" e metodológicos. A própria classificação reflete a psicologização da lógica. Como explica o autor,

à medida que define as regras para o melhor uso dos poderes da alma humana, a lógica pertence à psicologia (Hißmann, 1778: § 8). E mais ainda:

> Uma vez que a psicologia, como teoria do entendimento humano, constitui metade da filosofia, e uma vez que as considerações da outra metade referem-se a ela, os conteúdos dos escritos que lidam com o entendimento humano intervêm de várias maneiras nas áreas da psicologia que têm a vontade humana como seu objeto próprio. Essa é a razão pela qual esses escritos podem ser empregados proveitosamente em assuntos práticos. Por outro lado, há escritos em psicologia que, de fato, desenvolvem um assunto [relevante para] a filosofia prática geral, através dos quais fazem-se muitas considerações importantes para a filosofia teórica. [...] (Hißmann, 1778: § 71)

A organização bibliográfica dos tópicos filosóficos concentra-se na defesa de uma reforma das disciplinas filosóficas, especialmente através da assimilação da lógica à psicologia, bem como por uma diferenciação clara das investigações empíricas e metafísicas da alma. A bibliografia, portanto, ao mesmo tempo refletia e contribuía para estabelecer as fronteiras do crescente domínio da psicologia.

A ampliação do cânone psicológico abrangia o passado. O aparecimento do tratamento historiográfico da psicologia foi simultâneo ao desenvolvimento da psicologia empírica. Ele surgiu num momento de expansão da historiografia da física e das ciências naturais, mas estava enraizado na história da filosofia. Durante o século XVIII, na Alemanha, a história da filosofia deslocou-se da erudição para o criticismo kantiano através de uma perspectiva eclética e de uma ênfase na história como progresso. No final desse século, a história da filosofia enfatizava a relevância das obras filosóficas como manifestações de uma cultura e tornou-se uma maneira de fazer filosofia. De modo semelhante, a história da psicologia passou a ser vista como uma contribuição para a história psicológica e espiritual da humanidade. As primeiras formas desse gênero novo reconstruíam a "psicologia empírica" de filósofos anteriores tais como Aristóteles, ou incluíam a psicologia como um domínio autônomo dentro da história das idéias filosóficas. Em 1808 surgiu, postumamente, uma *História da psicologia* de 770 páginas, a primeira em seu gênero. Seu autor, o professor Friedrich August Carus (1770-1807), de Leipzig, descreveu um progresso que ia das idéias míticas sobre a alma e a ausência de um sentido do eu, até a psicologia empírica e a disciplina autônoma de sua própria época. Para Carus, portanto, a história da psicologia – tanto como processo histórico como um gênero historiográfico – tinha uma participação no progresso da consciência e reflexividade humanas (Carus, 1808).

Enfim, ilustrando um movimento característico do *Aufklärung*, os autores psicológicos às vezes adotavam formas "populares" (ensaios, romances, jornalismo) ou (como o próprio Carus) abandonavam quase inteiramente a linguagem intelectualizada e abstrata das faculdades mentais da psicologia de Wolff em favor de narrativas mais "psicológicas" (no nosso sentido) e existenciais, que freqüentemente recorriam ao termo "sentimento de si" (*Selbstgefühl*) como fonte principal de dados psicológicos. Um exemplo importante desse desenvolvimento é a *Revista de Psicologia Empírica* (*Magazin zur Erfahrungs-Seelenkunde*) (Moritz, 1783-93), sendo que aqui se poderia dizer também "experiencial", editada pelo escritor Karl Philipp Moritz (1756-1793), que se tornou conhecido por seu "romance psicológico" de 1785-90, *Anton Reiser*. Convencido de que o autoconhecimento era o caminho tanto para a saúde espiritual individual quanto para o aperfeiçoamento da humanidade, Moritz publicou inúmeros estudos de casos normais e patológicos, auto-observações e relatos de sonhos de diversos colaboradores da revista (Kaufmann, 2000).

Na *Crítica da razão pura* (1781), Immanuel Kant negou a validade de qualquer psicologia racional (Hatfield, 1992; Mischel, 1967). Ele argumentava que as afirmações a respeito da essência, da natureza e da relação da alma com o mundo material derivavam da proposição "Eu penso", que é baseada numa experiência *a posteriori*. A psicologia, portanto, só pode ser empírica, e, conseqüentemente, não uma "ciência" no sentido de ser capaz de produzir evidência demonstrativa. Ela poderia proporcionar, no máximo, relatos "históricos" (descritivos, *a posteriori*) da alma. Além disso, ela não poderia ser submetida à análise matemática e, dada a não-confiabilidade da introspecção, ela deveria se apoiar na história, na biografia, na literatura e nos relatos de viagem. A crítica kantiana definiu alguns problemas fundamentais da psicologia alemã do início do século XIX (Leary, 1978, 1982). Contudo, o que Kant escreveu e lecionou sobre a psicologia ajustava-se ao contexto do desenvolvimento da psicologia empírica e da antropologia na Alemanha do final do século XVIII, correspondia às suas próprias idéias em relação à psicologia como uma disciplina universitária e estava intimamente ligado ao que ele chamou de "antropologia do ponto de vista pragmático", isto é, o estudo (de um modo geral, psicológico) "do que o homem, como um ser que age livremente, faz ou poderia e deveria fazer de si próprio" (Kant, 1798: 119).

Psicologia, as ciências humanas e o destino do homem

A psicologia no século XVIII precisa ser considerada, no quadro geral da "antropologia", de duas maneiras: como uma "ciência do homem", que incluía os temas principais das "ciências humanas", e como uma visão geralmente cristã da constituição e do destino da humanidade. Em 1966, Michel Foucault declarava que nos séculos XVII e XVIII "o homem não existia" (Foucault, 1966: 355-356).

Contra essa declaração tão afirmativa, é inevitável que sustentemos que o entendimento do "homem" como um indivíduo e um ser social estava no centro de quase todos os domínios do pensamento. Todo trabalho clássico sobre o Iluminismo reconhece a importância da ciência do homem. A historiografia pós-foucaultiana considera mais cuidadosamente seus detalhes e seu contexto e retoma as questões sobre as continuidades e descontinuidades entre as ciências humanas e sociais institucionalizadas no final do século XIX e no século XX e as várias formas da ciência do homem do século XVIII (Fox et *al.*, 1994; Olson, 1993, 2003). No caso da psicologia, enfatizam-se seu enraizamento na ciência do homem e suas conexões com os múltiplos projetos que a compunham (Smith, 1997).

Um bom exemplo de como a psicologia foi entendida como pertencendo à ciência do homem é dado na revisão protestante da *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert. Publicada na cidade suíça de Yverdon em 1770-1775, ela examinou as noções de psicologia e antropologia muito mais amplamente do que a famosa enciclopédia francesa modernizando seu vocabulário, harmonizando a ciência do homem com a visão de mundo cristã e incorporando idéias que estavam sendo desenvolvidas na Alemanha e na Suíça. O artigo sobre antropologia poderia ser considerado como um sumário programático. A antropologia, explicava ele,

> nos ensinaria a conhecer, 1º as origens do homem; 2º os diferentes estágios pelos quais ele passa; 3º suas qualidades ou afeições; 4º suas faculdades ou ações das quais podem ser deduzidas; 5º um conhecimento de sua natureza; 6º de suas relações; 7º de sua destinação; e 8º das regras que ele deve seguir para conformar-se adequadamente a isso. A *Antropologia* dependeria assim de todas as ciências e delas ela tiraria ou daria seus princípios e reportaria ao homem todas as conseqüências para sua utilidade, isto é, para sua conservação, sua perfeição e felicidade. (Mingard, 1770-1775: 22)

O autor associa a antropologia principalmente à filosofia, à história natural, à fisiologia, à metafísica e à psicologia. São elas as disciplinas

antropológicas fundamentais; juntas elas formam a ciência do homem e só têm valor à medida que possam contribuir para atualizar a "perfectibilidade" da humanidade.

A perfectibilidade, uma palavra-chave do Iluminismo, tornou-se freqüente depois que Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) a usou em seu *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité* (Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade) (1775). De acordo com o filósofo genebrês, ao retirar o homem de sua "condição originária", a perfectibilidade era a fonte da miséria humana. Voltaire questionava o pessimismo de Rousseau e defendia a tese de que a humanidade se aperfeiçoa dentro dos limites impostos pela natureza. Mais tarde, em seu *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano) (1795), o Marquês de Condorcet (1743-1794) veio a afirmar que a perfectibilidade não tinha limites. De qualquer modo, a perfectibilidade era em geral considerada um dos aspectos mais importantes da espécie humana. Ela consistia na aquisição de novos poderes e principalmente no desenvolvimento em direção à felicidade e à perfeição das capacidades que os homens já têm em conformidade com as leis da natureza (como na *Enciclopédia Yverdon*) e a vontade de Deus.

A ciência do homem que Hume e os *philosophes* franceses promoviam estava estreitamente ligada a uma crítica da religião. Mas esse não era o caso da maioria dos autores engajados na psicologia e na antropologia. Como vimos, a ciência do homem e as disciplinas que ela envolvia eram mutuamente dependentes. A psicologia era a disciplina antropológica crucial por duas razões. A primeira era didática e epistemológica e consistia no método e no objeto de estudo: a "análise" era proposta como paradigma do conhecimento legítimo e o esclarecimento dos mecanismos envolvidos no conhecer era a condição da aquisição e da crítica do próprio conhecimento. De acordo com Hume, por exemplo, os princípios de associação (semelhança, contigüidade no tempo ou no espaço e relação de causa e efeito) eram equivalentes ao princípio de atração universal de Newton. Mas nem todos os Newtons da mente aceitavam que a mente era redutível à matéria em movimento. Ao contrário, a maioria dos psicólogos do século XVIII concordava com a definição cristã do homem como composto de corpo e alma.

Nos séculos XVII e XVIII, três posições davam as coordenadas das discussões sobre a união da alma com o corpo. De acordo com o sistema da influência física, as duas substâncias afetavam uma a outra materialmente. No "ocasionalismo" do cartesiano Nicolas Malebranche (1638-1715), Deus é o agente causal de sua união. Por exemplo, quando a alma desejava mover

o corpo, era Deus que o fazia mover-se. Finalmente, Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) via a relação entre a alma e o corpo como regulada por uma harmonia preestabelecida, como dois relógios sincronizados. Os escritos psicológicos diferenciavam sistematicamente a união e a interação da alma e do corpo. Enquanto a união era aceita como um fato confirmado pela fé, pela razão e pelo sentido interno, ainda que em si mesmo misterioso, sua interação era considerada um tópico da pesquisa empírica que poderia ser estudado através do exame de fenômenos que pareciam manifestar a dependência mútua entre a alma e o corpo (Vidal, 2003).

Já nas primeiras linhas de seu *Essai de psychologie* (Ensaio de psicologia), Charles Bonnet formulou a premissa da psicologia empírica do Iluminismo: "Nós só conhecemos a alma através de suas faculdades; nós só conhecemos tais faculdades através de seus efeitos. Estes efeitos tornam-se aparentes somente através da intervenção do corpo" (Bonnet, 1755: 1). E no prefácio do *Essai sur les facultés de l'âme* (Ensaio sobre as faculdades da alma):

> A alma age em seu corpo e através de seu corpo. Portanto, devemos sempre nos voltar ao corpóreo como primeira origem de tudo que a alma experimenta. Não sabemos melhor o que é uma idéia na alma do que é a própria alma. Sabemos, porém, que as idéias estão ligadas à atividade de certas fibras e nós podemos, portanto, raciocinar sobre essas fibras porque nós vemos essas fibras; podemos estudar um pouco seus movimentos, os resultados desses movimentos e as conexões entre as fibras. (Bonnnet, 1760: xxi-xxii)

Admitidos tais princípios, fazia sentido investigar empiricamente as operações de uma substância imaterial tal como elas se davam no interior de si própria e tal como elas se manifestavam nos outros. O postulado da existência dessa substância não era de modo algum obstáculo à psicologia empírica. E mais ainda, esta crença dava alento às psicologias que se baseavam em especulações neurológicas e atribuía um importante papel ao cérebro, como sede da interação entre a alma e o corpo, e aos nervos, como os órgãos responsáveis por essa interação.

Daí então a segunda razão para a preeminência da psicologia: entre as disciplinas que, da economia animal à economia política, compunham a ciência do homem, a psicologia era aquela cujo objeto próprio virtualmente coincidia com a definição de ser humano. Isto poderia ter a conseqüência aparentemente paradoxal de manter o estudo psicológico inseparável do estudo do corpo e principalmente do sistema nervoso, ao mesmo tempo em que fornecia sustentação à antropologia cristã que ela pressupunha. Hartley,

que concluiu suas *Observations on Man* (Observações sobre o homem) vinculando a psicologia à doutrina da ressurreição do corpo, entendia que as "sensações surgem na alma a partir dos efeitos excitados na substância medular do cérebro", mas ele se recusava a explicar como isso acontecia. "É suficiente para mim", dizia ele, "que haja uma certa conexão, de algum tipo, entre as sensações da alma e os efeitos excitados na substância medular do cérebro; que é tudo o que concedem os médicos e filósofos" (Hartley, 1749: 320-321). Bonnet também teve que se defender da suspeita de materialismo, enfatizando sua conformidade com a doutrina cristã:

> Se alguns de meus leitores achassem que eu faço a alma depender excessivamente do corpo, eu pediria que considerassem que o homem é, em razão de sua própria natureza, um ser composto, necessariamente constituído por duas substâncias: uma espiritual e outra corporal. Eu mostraria que tal princípio é por isso mesmo o próprio princípio da REVELAÇÃO, que a doutrina da ressurreição do corpo é sua conseqüência imediata. Longe de opor-se ao *philosophe* deísta, um dogma tão claramente revelado deveria, ao contrário, mostrar-se a ele como um pressuposto favorável à verdade da RELIGIÃO, já que é tão perfeitamente consistente com o que nós conhecemos com mais certeza sobre a natureza de nosso ser. (Bonnet, 1755: 3-4)

A fazer depender tão intimamente a alma do corpo, a psicologia empírica ao mesmo tempo aceitava e validava o princípio de união da alma e do corpo. Na visão de Bonnet, a natureza "mista" dos seres humanos era a chave para os dogmas cristãos da encarnação e da ressurreição; por sua vez, a chave para nossa natureza mista estava nos nervos, como intermediários entre a alma e o corpo, e no cérebro, como sede da alma (Vidal, 2002). Em suma, Hartley e Bonnet, os dois psicólogos iluministas mais neurofisiológicos, integravam as promessas cristãs de ressurreição e vida eterna em seus trabalhos especulando sobre os mecanismos psicofisiológicos e não afirmando uma crença religiosa.

Observações finais

O século XVIII foi, de várias maneiras, "o século da psicologia" – tanto para o historiador que se dedica ao Iluminismo de um modo geral, quanto para os historiadores da lógica, da estética, da filosofia ou da educação, e isso em razão da psicologização que ocorreu nesses e em outros domínios. Esta

afirmação também é válida para o historiador das ciências humanas, porque a psicologia empírica se transformou durante o século XVIII num campo de investigação protoprofissional autônomo e, como tal, tornou-se um suporte teórico para a psicologização de outros saberes. Além disso, a psicologia se impôs como disciplina antropológica crucial e mesmo como a primeira ciência de todo o sistema do conhecimento por duas razões. Primeiramente, ela mostrava como os seres humanos naturalmente adquiriam conhecimento (das sensações aos conceitos), e assim indicava os melhores métodos de investigação empírica para todas as outras ciências. Embora os métodos de observação e a experiência já tivessem sido proclamados como os mais apropriados para as ciências empíricas, o método psicológico de "análise" confirmava seu valor e demonstrava que eles eram de fato os meios naturais pelos quais se dava a aprendizagem humana. Em segundo lugar, na medida em que o objeto da psicologia era a alma unida ao corpo e interagindo com ele, a psicologia era o "fundamento" e o "guia" de todas as ciências, fornecendo conhecimentos sem os quais, tal como escreveu o pastor Mingard, citado no início deste capítulo, "nós não podemos julgar nada, decidir sobre nada, determinar nada, escolher nada, preferir nada, fazer nada com segurança e sem erro". Certamente, nem todo intelectual do Iluminismo compartilhava essa opinião; mas ela desempenhou um papel essencial e inspirou a própria constituição da psicologia.

Enfim, a psicologização e o desenvolvimento da psicologia empírica como disciplina estavam ligados organicamente. A tendência a psicologização funcionava como uma condição de possibilidade da constituição da disciplina; reciprocamente, a disciplina que emergia justificava e estruturava a psicologização fornecendo coordenadas comuns para suas diversas manifestações. As conseqüências sociais desse processo foram muitas. No século XX, a psicologia profissional tornou-se o que ela ainda é hoje – um mecanismo maior de definição das normas para o ser humano e sua conduta, e para o controle de seu funcionamento (Rose, 1996). O caminho em direção a esse posto de controle foi pavimentado no século XVIII. O Iluminismo deveria supostamente trazer ao homem sua liberdade. De acordo com Kant, tratava-se de abandonar "a imaturidade em que a própria pessoa se mantinha" e ganhar coragem para usar seu próprio entendimento (Kant, 1784). Kant não foi o único a propor uma definição para o Iluminismo, e nem todos os autores a compartilhavam (Schmidt, 1996). Os psicólogos, porém, concordavam que a psicologia era parte de um projeto que ajudaria a humanidade a avançar no caminho de sua perfectibilidade. A psicologia empirica, entretanto, logo veio

a apoiar formas de autoridade que, à medida que resultavam supostamente de um conhecimento da natureza humana, mostravam-se mais inexoráveis do que aquelas que haviam sido forjadas por tradições seculares e religiosas, contra as quais os homens podiam finalmente se rebelar (ver um exemplo disso em Vidal, 2004). Neste sentido, também, a psicologia acabou sendo a "mais útil de todas as ciências".

Referências bibliográficas

Anônimo. (1745) Psychologie ou Traité sur l'âme, contenant les connoissances, que nous en donne l'expérience. Par M. Wolff. In: Wolff, *Gesammelte Werke*, III. 46.

Azouvi, François. (ed.) (1992) *L'institution de la raison. La révolution culturelle des ideologues*. Paris: Vrin.

Beattie, James (1790) *Elements of Moral Science*. Edinburgh: printed for T. Cadell.

Becker, Carl L. (1955 [1932]) *The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers*. New Haven: Yale University Press.

Berlin, Isaiah. (1984 [1956]) *The Age of Enlightenment*. Nova York: New American Library.

Bonnet, Charles. (1782) Essai analytique sur les facultés de l'ame (1760). In: Bonnet, *Oeuvres d'histoire naturelle et de philosophie* (ed. in-8°). Neuchâtel, chez Samuel Fauche, vol. 13.

Bonnet, Charles. (1978 [1755]) *Essai de psychologie*. Hildesheim: Olms.

Broughton, John. (1990 [1703]) *Psychologia: or, An Account of the Nature of the Rational Soul*. Bristol: Thoemmes Press.

Bruhlmeier, Daniel; Holzhey, Helmut; Mudroch, Vilem. (eds.) (1996) *Schottische Aufklärung. A hotbed of genius*. Berlim: Akademie Verlag.

Bryson, Gladys. (1945) *Man and society: the Scottish inquiry of the eighteenth century*, Princeton: Princeton University Press.

Buickerood, James G. (1985) The natural history of the understanding: Locke and the rise of facultative logic in the 18th century. *History and Philosophy of Logic*, 6, 157-190.

Campo, Mariano. (1939) Cristiano Wolff e il razionalismo precritico. In: Wolff, *Gesammelte Werke*, III. 9.

Carus, Friedrich August. (1990 [1808]) *Geschichte der Psychologie*. Berlim: Springer Verlag.

Cassirer, Ernst. (1992 [1932]) *Filosofia do Iluminismo*. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: UNICAMP.

Champs, Jean Des. (1747) Cours abrégé de la philosophie wolffienne, en forme de Psychologie expérimentale e Psychologie raisonnée. In: Wolff, *Gesammelte Werke*, III.13.2.1 e 2.

Condillac, Etienne Bonnot de. (1947-1951 [1775) Des progrès de l'art de raisonner, Histoire moderne. Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme, In: Le Roy, Georges. (ed.) *Oeuvres philosophiques de Condillac*. Paris: PUF.

Dessoir, Max. (1964 [1902]) *Geschichte der neueren deutschen Psychologie*. Amsterdam: Bonset.

Destutt de Tracy, Antoine Louis Claude. (1992 [1797]) Sur un systême méthodique de Bibliographie. In: *Mémoire sur la faculté de penser […] et autres textes*. Paris: Fayard.

Donald, John. (1989) *The "Science of man" in the Scottish Enlightenment: Hume, Reid, and their contemporaries*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

Ebbinghaus, Hermann. (1910) *Abriß der Psychologie*. 3 ed. Leipzig: Veit.

Eckardt, Georg; John, Matthias, van Zantwijk, Temilo e Ziche, Paul. (eds.) (2001) *Anthropologie und empirische Psychologie um 1800*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau.

École, Jean. (1990) *La métaphysique de Christian Wolff*. In: Wolff, C. *Gesammelte Werke*. III.12.

Formey, Jean Henry Samuel. (1753) *La Belle Wolfienne: tome cinquième, qui contient la Psychologie expérimentale.* In: Wolff, C. *Gesammelte Werke*. III.16.2.

Foucault, Michel. (1966) *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.

Fox, Christopher. (ed.) (1988) *Psychology and literature in the eighteenth century*. Nova York: AMS Press.

Garat, Dominique-Joseph. (1800) Analyse de l'entendement. In: *Séances des Écoles Normales, recueillies par des sténographes, et revues par les professeurs*. Paris: A l'Imprimerie du Cercle Social.

Gay, Peter. (1969) *The Enlightenment: An Interpretation*. Nova York: Norton.

Gilson, Etienne e Langan, Thomas D. (1964) *Modern Philosophy. From Descartes to Kant*. Nova York: Random House.

Goclenius, Rudolph. (1597 [1590]) *ΨΥΧΟΛΟΓΙΑ: hoc est, de hominis perfectione, animo, et in primis ortu hujus, commentationes ac disputationes quorundam Theologorum & Philosophorum nostrae aetatis [...]*. Marburgo: Ex officina typographica Pauli Egenolphi.

Grandière, Marcel. (1994) Le sensualisme dans les traités d'éducation à la fin du XVIIIème siècle (1760-1789). Quelques aspects. In: Hannoun, Hubert e Drouin-Hans, Anne-Marie, (eds.) *Pour une philosophie de l'éducation*. Dijon: CNDP.

Grandière, Marcel. (1998) *L'idéal pédagogique en France au dix-huitième siècle*. Oxford: Voltaire Foundation.

Hartley, David. (1834 [1749]) *Observations on Man, His Frame, His Duty, and His Expectations*, Londres: Printed for T. Tegg and So.

Hatfield, Gary. (1992) Empirical, rational, and transcendental psychology: Psychology as science and as philosophy. In: Guyer, Paul. (ed.) *The Cambridge Companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hatfield, Gary. (1994) Remaking the science of mind. Psychology as a natural science. In: Fox, Christopher; Porter, Roy e Wokler, Robert. (eds.) *Inventing Human Science. Eighteenth century domains.* Berkeley: University of California Press.

Hatfield, Gary. (1990) *The natural and the normative. Theories of spatial perception from Kant to Helmholtz*, Cambridge, Mass.: MIT Press.

Hißmann, Michael. (1778) *Anleitung zur Kenntniss der auserlesenen Litteratur in allen Theilen der Philosophie*, Göttingen, Lemgo: Meyersche Buchhandlung.

Hume, David. (1978 [1739-1740]) *Treatise of human nature: being an attempt to introduce the experimental method of reasoning into moral subjects*. Oxford: Oxford University Press.

Jones, Peter. (1988) *Philosophy and science in the Scottish enlightenment*. Edimburgo: John Donald.

Kant, Immanuel. (1798) Anthropologie in pragmatischer Hinsicht (Antropologia de um ponto de vista pragmático). In: Kant, I. *Gesammelte Schriften*, vol. 25.1.

Kant, Immanuel. (1968) *Gesammelte Schriften*. Berlim: Walter de Gruyter, vol. 28.1.

Kant, Immanuel. (1997) *Lectures on metaphysics*. Tradução Karl Ameriks e Steve Naragon, Cambridge: Cambridge University Press.

Kaufmann, Doris. (2000) Dreams and Self-consciousness. Mapping the mind in the late eighteenth and nineteenth centuries. In: Daston, Lorraine. (ed.) *Biographies of scientific objects*. Chicago: University of Chicago of Press.

Leary, David. (1982) Immanuel Kant and the Development of Modern Psychology. In: Mitchell G. Ash e William R. Woodward. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in the Nineteenth Century* (*A Ciência Problemática: Psicologia no Século XIX*). Nova York: Praeger.

Leary, David. (1978) The Philosophical Development of the Conception of Psychology in Germany 1780-1850. *Journal of the History of the Behavioral Sciences,* 14, 113-121.

Lignac, Joseph Adrien Lelarge de. (1753) *Elémens de métaphysique tirés de l'expérience, ou Lettres à un matérialiste sur la nature de l'âme*. Paris: Desaint et Saillant.

Lignac, Joseph Adrien Lelarge de. (1760) *Le témoignage du sens intime et de l'expérience, opposé à la foi profane et ridicule des fatalistes modernes*. Auxerre: F. Fournier.

Linden, Maretta. (1976) *Untersuchungen zum Anthropologiebegriff des 18. Jahrhunderts*. Berna: Lang.

Masseau, Didier. (2000) *Les ennemis des philosophes. L'anti-philosophie au temps des Lumières*. Paris: Fayard.

Michael, Emily. (2000) Renaissance theories of body, soul, and mind. In: Wright, John P. e Potter. (eds.) *Psyche and Soma. Physicians and metaphysicians on the mind-body problem from Antiquity to Enlightenment*. Oxford: Clarendon Press.

Mingard, Gabriel. (1770-1775) Psychologie. In: Bartolomeo de Felice, Fortunato. (ed.) *Encyclopédie, ou Dictionnaire universel raisonné des connaissances Encyclopédie d'Yverdon*. Yverdon: Société Typographique.

Mischel, Theodor. (1967) Kant and the Possibility of a Science of Psychology, *The Monist*, 51, 599-622.

Moravia, Sergio. (1983) The capture of the invisible. For a (pre)history of psychology in 18th-century France. *Journal of the history of the behavioral sciences*, 19, 370-378.

_____________ (1982) *Filosofia e scienze umane nell'età dei lumi*. Florença: Sansoni.

_____________ (1974) *Il pensiero degli Idéologues. Scienza e filosofia in Francia, 1780-1815*. Florença: La nuova Italia.

_____________ (1978) *La scienza dell'uomo nel Settecento*. Bari: Laterza.

Moritz, Karl Philipp. (ed.) (1986) *ΓΝΟΘΙ ΣΑΥΤΟΝ oder Magazin zur Erfahrungs-Seelenkunde als ein Lesebuch für Gelehrte und Ungelehrte* (1783-1793). Nördlingen: Franz Greno, 10 vols.

Müller, Martin. (1994) Methoden psychologischer Forschung und Diagnostik im Deutschland des 18. Jahrhunderts. In: Gundlach, Horst. (ed.) *Arbeiten zur Psychologie-Geschichte*. Göttingen: Hogrefe.

Olson, Richard. (2003) The human sciences. In: Roy Porter. (ed.) *The Cambridge history of science*. vol. 4: *Eighteenth-century science*. Cambridge: Cambridge University Press.

Olson, Richard. (1993) *The emergence of the social sciences, 1642-1792*. Nova York: Twayne.

Palmer, Robert R. (1961 [1939]) *Catholics and unbelievers in 18th-century France*. Nova York: Cooper Square Publishers.

Pestalozzi, Johann Heinrich. (1932) Die Methode. In: Herbert Schönebaum e Kurth Schreinert. (eds.) *Pestalozzi Sämtliche Werke*. Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter.

Porter, Roy. (1995) Psychology. In: Yolton, John W. (ed.) *The Blackwell companion to the Enlightenment*. Oxford: Blackwell.

Rappard, Hans van. (1979) *Psychology as self-knowledge. The development of the concept of mind in German ratinalistic psychology and its relevance today.* Tradução Liane Faili. Assen: Van Gorcum.

Richards, Robert. (1980) Christian Wolff's Prolegomena to Empirical and Rational Psychology: Translation and Commentary, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 124, 227-239.

Rose, Nikolas S. (1996) *Inventing our selves: psychology, power, and personhood*. Nova York: Cambridge University Press.

Rousseau, George. (1980) Psychology In: Rousseau, G. S. e Porter, Roy. (eds.) *The ferment of knowledge. Studies in the historiography of eighteenth-century science*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schmidt, James. (ed.) (1996) *What is Enlightenment? Eighteenth-century answers and twentieth-century questions*. Berkeley: University of California Press.

Schmitt, Charles B.; Skinner, Quentin; Kessler E; e Kraye, Jill. (eds.) *The Cambridge history of Renaissance philosophy*. Nova York: Cambridge University Press.

Schneiders, Werner. (ed.) (1983) *Christian Wolff, 1679-1754. Interpretationen zu seiner Philosophie und deren Wirkung*, Hamburg: F. Meiner.

Schütz, Christian Gottfried. (1770) Betrachtungen über die verschiednen Methoden der Psychologie. In: Bonnet, Charles. *Analytischer Versuch über die Seelenkräfte*. Tradução C. G. Schütz. Bremen, Leipzig: Johann Henrich Cramer.

Smith, Roger. (1988) Does the history of psychology have a subject? *History of the Human Sciences*, 1, 147-177.

Smith, Roger. (1997) *The Fontana history of the human sciences*. Londres: Fontana Press.

Stichweh, Rudolf. (1984) *Zur Entstehung des modernen Systems wissenschaftlicher Disziplinen. Physik in Deutschland 1740-1890*. Frankfurt: Suhrkamp.

Trembley, Jean. (1781) Réponse à la question, proposée par la Société de Harlem: Quelle est l'Utilité de la Science Psychologique dans l'éducation & la direction de l'Homme, & relativement au bonheur des Sociétés? Et quelle serait la meilleure maniere de perfectionner cette belle Science, & d'accroitre ses progrès? *Verhandelingen, uitgegeeven door de Hollandsche Maatschappye der Weetenschappen, te Haarlem.* 20 (1), 1-310.

Vidal, Fernando. (2003) Soul. In: Kors, Alan Charles. (ed.) *Encyclopedia of the Enlightenment.* Nova York: Oxford University Press, vol. 4.

____________ (2002) Brains, bodies, selves, and science. Anthropologies of identity and the resurrection of the body. *Critical Inquiry*, 28(4), 930-974.

____________ (2000) La psychologie empirique et son historicisation pendant l'*Aufklärung*," *Revue d'histoire des sciences humaines*. 2, 29-56.

____________ (1999) La 'science de l'homme:' désirs d'unité et juxtapositions encyclopédiques. In: Blanckaert, Claude *et al.* (eds.) *L'histoire des sciences de l'homme. Trajectoire, enjeux et questions vives*. Paris: L'Harmattan.

____________ (2004) Onanism and the immanent justice of nature. In: Daston, Lorraine e Vidal, Fernando. (eds.) *The moral authority of nature*. Chicago: University of Chicago Press.

____________ (2005) *Les sciences de l'âme, XVIe-XVIIIe siècles*, Paris: Champion.

Wolff, Christian. (1728) *Discursus praeliminaris de philosophia in genere, Philosophia rationalis sive Logica Pars I*. In: Wolff. *Gesammelte Werke*, II.1.1.

Wolff, Christian. (1965) *Gesammelte Werke*, Hildesheim: Olms (I: Deutsche Schriften; II: Lateinische Schriften; III: Materialien und Dokumente).

Wolff, Christian. (1963) *Preliminary discourse on philosophy in general*. Tradução Richard J. Blackwell. Nova York: Bobbs-Merril.

Wood, Paul B. (1993) *The Aberdeen Enlightenment. The arts curriculum in the 18th century*. Aberdeen: Aberdeen University Press.

Zelle, Carsten. (2001) Experimentalseelenlehre und Ehrfahrungseelenkunde. Zur Unterscheidung von Erfahrung, Beobachtung und Experiment bei Johann Gottlob Krüger und Karl Philipp Moritz. In: C. Zelle. (ed.) *«Vernünftige Ärzte». Hallesche Psychomedizinischer und die Anfänge der Anthropologie in der deutschprachigen Frühaufklärung*. Tübingen: Max Niemeyer.

Capítulo 3
Idéias psicológicas na cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII

Marina Massimi

As instituições superiores de ensino são criadas no Brasil somente no século XIX, o que faz com que a psicologia percorra outros caminhos em sua história entre nós. Assim, vamos nos deter neste capítulo em uma vertente historiográfica que se denomina história das idéias psicológicas e que se refere ao estudo da elaboração dos conhecimentos psicológicos ao longo do tempo nas diferentes culturas. Indica-se com este nome a reconstrução de conhecimentos e práticas psicológicas presentes no contexto de culturas e sociedades específicas, expressivos das diversas "visões de mundo" que as caracterizam. Entende-se por *visão de mundo* aquele conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo e os diferencia de outros grupos sociais. Evidenciaremos a seguir alguns tópicos da produção cultural brasileira do período entre o século XVI e o início do século XIX que podemos reconhecer como significativos para a história dos conhecimentos psicológicos na cultura ocidental.

Os jesuítas como portadores e transmissores de idéias psicológicas

Ordem religiosa recém-surgida quando da vinda de seus padres missionários ao Brasil junto à armada do governador geral português Tomé de Souza em 1549, a Companhia de Jesus originara-se num contexto cultural muito fecundo da Europa da época. Seus inícios aconteceram no âmbito de um pequeno grupo de docentes e alunos da Universidade de Paris, local de convergência da tradição medieval e dos novos fermentos do Humanismo e do Renascimento. Inclusive alguns dos membros da Companhia foram

ilustres representantes dessa corrente de pensamento. Além disso, a identidade hispânica de seu fundador, Inácio de Loyola (1491-1556), e de vários entre os primeiros adeptos,[1] proporcionava a colocação da Companhia no âmago de um dos mais importantes movimentos culturais da Europa da época: a *Segunda Escolástica* ibérica, escola filosófica que tencionava abarcar e discutir as novas teorias dos filósofos renascentistas e ao mesmo tempo manter uma ligação estreita com a tradição filosófica cristã.

A proveniência portuguesa ou hispânica de grande parte dos jesuítas que após 1549 chegaram ao Brasil e o fato de sua formação espiritual e intelectual ter sido realizada no Colégio das Artes de Coimbra, que fora um dos focos do referido movimento filosófico, reforçam ainda mais a significação do papel cultural que os jesuítas assumiram no Brasil: o de serem portadores e transmissores da tradição medieval e renascentista da Europa no contexto da colônia além-mar, sendo que propiciaram e em parte se encarregaram de realizar o enxerto das idéias, sonhos e desilusões, riquezas e contradições do Velho Mundo no terreno fecundo, virgem e desconhecido do Mundo Novo, onde irão estabelecer sua morada.

A educação é tida pelos religiosos – imbuídos do espírito da pedagogia humanista – como instrumento privilegiado para criar um homem novo e uma nova sociedade na Terra de Santa Cruz, sendo que a criação de escolas constituíra-se um dos objetivos prioritários do plano missionário da Companhia. Tal empreendimento acarretava a necessidade de formular conhecimentos e práticas que, na nossa linguagem atual, designaríamos como pedagógicos e psicológicos.

Outro motivo que justifica o interesse pelo estudo do saber dos jesuítas do ponto de vista da historiografia das idéias psicológicas no Brasil é que a ênfase no conhecimento de si mesmo (através do *discernimento dos espíritos*) e no diálogo interpessoal visando à compreensão da dinâmica interior (através da *direção espiritual*) é uma das dimensões principais da espiritualidade da Companhia e de sua formação. Revela uma atenção toda moderna para com o cuidado de si mesmo. Esses recursos, aplicados à vida do indivíduo, são, porém, funcionais ao bem-estar do grupo e visam favorecer a adaptação aos diversos contextos de atuação missionária. Neles canalizam-se conceitos teóricos e receitas práticas próprios de toda a tradição clássica e medieval.

Apresentamos a seguir as principais *idéias psicológicas* que surgiram no âmbito da produção jesuítica, no meio sociocultural do Brasil colonial, remetendo à bibliografia adequada para o melhor conhecimento das mesmas.

O estudo da alma e a cura das enfermidades do ânimo

Uma importante fonte para o conhecimento da teoria psicológica difundida no ambiente cultural da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil ao longo do período colonial são alguns comentários às obras de Aristóteles elaborados por jesuítas portugueses docentes junto ao Colégio de Coimbra, os tratados assim chamados CONIMBRICENCES, baseados nos textos gregos daquele filósofo. Nesses compêndios didáticos, assumia-se uma posição cultural explícita a favor de Aristóteles (384-322 a.C.) e de Santo Tomás (1225-1274), mas ao mesmo tempo acolhedora dos fermentos culturais novos do Humanismo e da Renascença. A teoria psicológica dos mestres de Coimbra pode ser apreendida pela leitura dos comentários às obras psicológicas de Aristóteles, a saber: *De Anima, Anima Separata, Parva Naturalia, Ética a Nicomaco, De Generatione et Corruptione.*

CONIMBRICENCES: termo derivado de *Conimbrica,* nome latino da cidade de Coimbra.

A concepção psicológica proposta pelos *Comentários* é inspirada na tradição aristotélico-tomista. Nesta, a alma é definida como o ato primeiro e substancial do corpo, forma do corpo e princípio de toda atividade (cf. capítulo 1). Inovadora, porém, é a ênfase quanto à utilidade concreta da ciência da alma – o que justifica a posição prioritária que ela ocupa entre as outras disciplinas filosóficas.

As cegas paixões do coração humano

A descrição e a definição conceptual de emoções tais como o medo, o amor, a tristeza, na época chamadas *paixões,* são temas recorrentes na literatura jesuítica produzida no Brasil ao longo dos séculos XVI e XVII. A elaboração de uma teoria completa acerca de tais fenômenos e de seu controle pelo saber da Companhia é documentada pela literatura moral e pela oratória sagrada.

No século XVII, nos *Sermões* de Antônio Vieira (1608-1697), encontram-se várias referência às "paixões", sendo estas reconhecidas como motores do comportamento humano individual e social. O saber de Vieira acerca da psicologia das paixões fundamenta-se numa longa tradição teológica, médica e filosófica, em muitos casos explicitamente documentada e citada e que, de qualquer forma, já encontramos nos tratados filosóficos dos mestres de Coimbra (cf. Massimi e Silva, 2001).

O conhecimento de si mesmo: força poderosa sobre as próprias ações

Para Vieira e para os outros pregadores do período colonial, o estudo dos fenômenos psicológicos situa-se no plano de um conhecimento de si mesmo instrumental à conversão religiosa e ao comportamento virtuoso. Para tanto, o sermão é considerado meio privilegiado e eficaz, conforme assinala num famoso conjunto de sermões (*As cinco pedras da funda de Davi em cinco discursos morais,* 1676): "*O conhecimento de si mesmo, e o conceito que cada um faz de si, é uma força poderosa sobre as próprias ações*" (1993, vol. V: 612).

Na visão dos pregadores, o verdadeiro conhecimento psicológico brota não de uma autonomização do campo do psicológico, mas, pelo contrário, de uma consideração deste do ponto de vista de uma ordem superior da experiência humana, que é a ordem do espiritual. Para atingir tal perspectiva é preciso "sair", distanciar-se do que de imediato aparece como o ser do homem. Quando a subjetividade se espelha numa alteridade, e o *eu* se depara com o Outro, então começa-se a adquirir o verdadeiro conhecimento de si mesmo. É por isso que "a boca do pregador", semelhante à "boca de Deus", é o instrumento com que a graça "forma" os homens. Por isso, inclusive em vários de seus *Sermões* Vieira define os pregadores como "médicos das almas".

O conhecimento do índio como pessoa

Numa ótica já voltada para a atuação no campo social da Colônia, a correspondência epistolar e a literatura de viagem elaboradas pelos jesuítas ao longo de sua presença missionária no Brasil do século XVI ao século XVIII constituem-se numa fonte importantíssima de transmissão de *idéias psicológicas* acerca de si mesmo e do outro. O conhecimento dos índios, adquirido pelos missionários jesuítas através da convivência quotidiana com eles, norteada pelo objetivo da evangelização, transmitido e difundido através da correspondência epistolar, é, sucessivamente, organizado em tratados e informes. Nesses documentos, é elaborado um saber que, adquirido pela experiência direta, é filtrado pelo crivo da visão antropológica da teologia católica da época, especialmente a doutrina elaborada pelos teólogos da Companhia de Coimbra e em Roma.

Um exemplo da modalidade pela qual o conhecimento do índio vem sendo construído pelos missionários é o *Diálogo do Padre Nóbrega sobre a conversão do gentio* (in Nóbrega, 1988). Nesse texto, a "criação" de uma "*psicologia*" do

índio é esboçada para corroborar a tese da humanidade do mesmo, tese que, por sua vez, justifica a ação evangelizadora dos religiosos junto a ele. Para comprovar que os índios também têm alma, Nóbrega (1517-1570) baseia-se no dado de observação de que eles possuem todas as "potências" atribuídas pelos filósofos à alma, a saber "*entendimento, memória e vontade*" (idem, p. 237). Desse modo, a demonstração da "humanidade" do índio é feita a partir do conhecimento de suas características psicológicas. Outros autores jesuítas – tais como José de Anchieta (1534-1597) e Fernão Cardim (1549-1625) – em seus escritos constroem *idéias psicológicas* acerca dos índios brasileiros (cf. Massimi, 1990; Massimi, Mahfoud *et al.*, 1997).

"A criança disposta para se formarem nela quaisquer imagens"

A crença na possibilidade de o homem "fazer-se a si mesmo", característica do Humanismo e do Renascimento, colocando ênfase na possibilidade de o ser humano ser plasmado através da educação, encontra nos Novos Mundos recém descobertos o grande *laboratório* de sua realização. O trabalho desenvolvido pelos missionários da Companhia de Jesus, visando à criação de escolas para a formação de crianças indígenas e mestiças no Brasil colonial, enquadra-se nesse contexto: a realização do projeto missionário da Companhia, através da educação, tornará viável a transformação do homem, da cultura e da sociedade. O homem em sua origem é considerado uma *tabula rasa,* e o seu desenvolvimento é um processo em que esta *tabula* poderá ser preenchida: "*Conforme for a primeira doutrina, conforme a primeira educaçam, que deres a vossos filhos, podereis conhecer, o que ham de vir a ser*" (Gusmão, 1685: 2). Esta afirmação encontra-se no tratado *Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia* (1685), de outro jesuíta brasileiro, Padre Alexandre de Gusmão (1629-1725), pedagogo e literato, fundador do Colégio de Belém, em Salvador da Bahia, e autor, entre outros, da novela *História de Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1685).

Idéias psicológicas de pensadores brasileiros no Brasil nos séculos XVII e XVIII

Entre o século XVII e o início do século XIX, a proibição da criação da Universidade no território nacional imposta pela política cultural da Metrópole levara os jovens brasileiros membros de famílias mais abastadas a realizar seus estudos no exterior, sobretudo nas Universidades de Coimbra,

Paris e Montpellier. Uma das conseqüências mais graves desse êxodo foi a impossibilidade de se conseguirem modalidades de formação do intelectual que fossem integradas às condições e peculiaridades da realidade nacional; incentivou-se também uma tendência ao individualismo no mundo intelectual autóctone. A formação cultural como autodidatas foi o caminho encontrado por vários brasileiros que não lograram sair do país para realizar seus estudos. Esses pensadores afirmavam a dignidade cultural de sua posição e ao mesmo tempo tinham uma consciência crítica da condição de *desterro* do intelectual brasileiro, consciência esta evidente nos seus escritos.

O tema barroco da existência humana como transformação, mudança, movimento caracteriza suas concepções. A vida é concebida como fluxo constante de partes às vezes antagônicas: a beleza faz pressentir a decadência, a alegria contém em si o germe da tristeza, há "firmeza na inconstância", parafraseando um poema de Gregório de Matos (1633-1696) (Moscheta, Massimi, 2000). A ênfase na variabilidade da experiência humana – comum nesse período –, por sua vez, remete-nos à imagem do *homo viator* formulada pela tradição medieval. A metáfora do *peregrino*, já proposta numa novela pelo jesuíta Gusmão, é retomada por um escritor atuante no Brasil no século XVIII: Nuno Marques Pereira (1652-1728), autor do *Compêndio Narrativo do Peregrino de América,* editado em 1728 em Coimbra e sucessivamente reeditado em 1731, 1760 e 1765 (Assis, Massimi, 1995): "*Se bem reparamos que cousa é a vida de um homem neste mundo, acharemos que não é mais que uma mera peregrinação: já andando, já navegando, já apetecendo glórias até possuí-las, e na mesma posse temendo perdê-las*" (Pereira, 1939, vol. 1: 22).

Posição semelhante encontra-se no texto manuscrito do carioca Feliciano Joaquim de Souza Nunes, *Política Brazilica* (1781), encontrado na Biblioteca Pública do Porto, conjunto de instruções sobre vários tópicos de natureza moral ou religiosa. A perspectiva proposta por Nunes é marcada por uma ética pessimista, onde a visão aristotélica e contrare-formista é interpretada numa tônica estóica e fatalista. Trata-se de submeter-se à imutável ordem hierárquica das coisas, sendo que a prudência – virtude por excelência, no enfoque aristotélico-tomista – não garante a felicidade: "*não está na tua mão evitar as desgraças*" (fl. 83), mas "*a conformidade tem mais poder, para fazer ditoso o desgraçado, do que a prudência, para o constituir venturoso*" (idem).

Da mesma forma, a noção da estreita correspondência entre higiene moral e higiene física, própria da teoria aristotélica e da teoria dos temperamentos, é rejeitada:

> Persuade o discurso, que a conservação da saúde pende da boa regulação dos costumes: porém vê como acaba aquele paralítico, ainda que bem morigerado: vê como vive este robusto, não obstante a sua intemperança. (fl. 85-86)

Análoga percepção da existência humana é formulado pelo autor paulista Matias Aires Ramos da Silva de Eça (1705-1763), em sua obra *Reflexão sobre a vaidade dos homens* (1752). A vaidade nasce quando o homem fixa sua atenção numa das "*cenas*" do "*teatro do mundo*", como se fosse a definitiva e como se possuísse uma realidade última. A imagem do "teatro" é característica da cultura do Barroco que tende a transformar a existência em espetáculo e representação. Contrariamente ao que acontece no caso dos outros afetos ("*paixões*"), a vaidade não é uma paixão do corpo e portanto independe da composição humoral somática, mas deriva do "*discurso*" e do "*entendimento*" (idem: 15). Ela é uma espécie de "delírio", pois "*nos finge mil objetos imortais*" (idem: 34-35), produzindo um conflito no *eu* do homem: ao mesmo tempo em que o juízo reconhece e denuncia os seus delírios, a vontade segue-os. Na perspectiva de Matias Aires, o discurso sobre a vaidade é motivado também por razões políticas: a constatação da decadência do Império português, apesar das ostentações de luxo e de riqueza.

O tema da vaidade encontra-se também na produção poética de Gregório de Matos (cf. Moscheta e Massimi, 2000), de Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810), de Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), bem como nos sermões já citados de Antônio Vieira (cf. Massimi, 1990). Todavia, nos autores que aqui analisamos, a mutabilidade, a antinomia entre a essência e a aparência, o sentido de incerteza e de instabilidade tornam-se dimensões salientes e interiores de todo ser humano, sendo ao mesmo tempo sinais da consciência que os intelectuais brasileiros tinham acerca da dissolução do mundo cultural e político da tradição.

Indicação estética e bibliográfica

Inconstância dos bens do mundo

Gregório de Matos

Nasce o Sol, e não dura mais que um dia,
Depois da Luz se segue a noite escura,
Em tristes sombras morre a formosura,
Em contínuas tristezas a alegria.

Porém, se acaba o Sol, por que nascia?
Se é tão formosa a Luz, por que não dura?
Como a beleza assim se transfigura?
Como o gosto da pena assim se fia?

Mas no Sol, e na Luz falte a firmeza,
Na formosura não se dê constância,
E na alegria sinta-se tristeza.

Começa o mundo enfim pela ignorância,
E tem qualquer dos bens por natureza
A firmeza somente na inconstância.

Referências bibliográficas

Assis, R. M.; Massimi, M. (1995) Cultura popular e idéias psicológicas no Compêndio Narrativo do Peregrino de América (1728) de Nuno Marque Pereira. In: Goldfarb, A.M., Maia, C.A., *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Expressão e Cultura, Coleção América 92: Raízes e Trajetórias, p. 369-377.

Massimi, M. (1990) *História da psicologia brasileira*, São Paulo: Edição Pedagógica Universitária.

Massimi, M.; Silva. P. J. C. (2001) *Os olhos vêem pelo coração. Conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira nos séculos XVI e XVII*. Ribeirão Preto: Editora Holos-FAPESP.

Massimi, M. (1993) A contribuição de um iluminista brasileiro á História das Idéias Psicológicas, *Psicologia: Teoria e Pesquisa,* Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, vol.9, n. 1, p. 39-50.

Massimi, M.; Mahfoud, M.; Silva, P. J.; Avanci, S. R. (1997) *Navegadores, colonos e missionários na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Loyola.

Moscheta, M.; Massimi, M. (2000) *Mapeamento das paixões na obra de Gregorio de Matos*. Relatório

Final, Fapesp.

Silva, P. J. C.; Massimi, M. (1997) A construção do conhecimento psicológico na obra *História do predestinado peregrino e seu irmão Precito* (1682) de Alexandre de Gusmão S. J. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 17, janeiro-junho, p. 71-80.

Fontes primárias

Anchieta, J. (1988) *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia.

Cardim, F. (1980) *Tratados da terra e gentes do Brasil*, Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia.

Eça, Matias Aires Ramos da Silva. (1770) *Reflexões acerca da vaidade dos Homens ou Discursos Moraes sobre os Effeitos da Vaidade*. Lisboa: Galhardo.

Góis, M. (1607) *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, In Libro de Generatione et Corruptione Aristotelis Stagiritae.* Veneza: Vincenzo Amadino, 760p.

___ (1602) *Commentarii Collegii Conimbricensis Societati Iesu, in tres Libros de Anima*. Venetiis.

___ (1593) *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, in Libros Aristotelis qui Parva Naturalia appellantur.* Lisboa: Simão Lopes.

___ (1593) *Disputas do Curso sobre os livros da Moral da Ética a Nicomaco, de Aristóteles*. Lisboa: Simão Lopes.

Gusmão, A. (1865) *A Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: Deslandes.

___ (1685) *História de Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*. Lisboa: Deslandes.

Nobrega, M. (1988) *Cartas do Brasil.* Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia.

Nunes, F. J. S. (1781) *Politica Brazilica dirigida aos Venturosos Indios da Villa de Lavradio*. Biblioteca Municipal do Porto, manuscrito.

Pereira, N. M. (1939) *Compêndio Narrativo do Peregrino de America.* Rio de Janeiro: Editora da Academia Brasileira das Ciências, 2 vols.

Vieira, A. (1951 [1696]) *Sermões*, 15 vols. Porto: Lello e Irmão.

___ (1993 [1676]) As cinco pedras da funda de Davi em cinco discursos morais. In: Vieira, A. *Sermões*. Porto: Lello Irmãos, vol. V.

Capítulo 4
A psicologia no recurso aos vetos kantianos

Arthur Arruda Leal Ferreira

Para entender os rumos da psicologia, especialmente na Alemanha do século XIX, é necessário em primeiro lugar entender as críticas a que foi submetida desde o final do século XVIII. E o mais notável de todos os seus críticos foi IMANNUEL KANT, considerado o inaugurador da filosofia contemporânea. A ele caberá a colocação dos novos parâmetros para o conhecimento ocidental. Neste aspecto, processa-se uma transformação capital com relação ao século XVIII, uma vez que se passa a distinguir ciência de metafísica, esta entendida como um saber sem fundamento. É aí que ameaçavam ser alojados os saberes psicológicos do século XVIII, relegados à mera metafísica na impossibilidade de serem ciências legítimas, graças às críticas kantianas. No capítulo 2 pudemos ver tais críticas voltadas para um dos pilares da psicologia de língua alemã do século XVIII, Christian Wolff. Mas essas não se voltaram apenas para a *psicologia racional* de Wolff, mas também para a sua *psicologia empírica*. Segundo Kant, em seus *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (1786/1989: 32-33), a psicologia empírica para se provar como *ciência propriamente dita* deveria:

IMANNUEL KANT nasceu em Konigsberg, na Prússia Oriental (hoje Rússia), em 1724, cidade em que viveu até a sua morte em 1804. A sua filosofia criticista constitui-se como base do pensamento contemporâneo, a partir de seu projeto de estabelecer os novos parâmetros para o conhecimento, a ética e os juízos estéticos. Essa tentativa de delimitação dos parâmetros nos quais a razão poderia operar constituiu respectivamente os três principais livros de Kant, quais sejam: *A crítica da razão pura* (1781), *A crítica da razão prática* (1785) e *A crítica do juízo* (1790).

1. descobrir o seu elemento de modo similar à química, para com isto efetuar análises e sínteses;
2. facultar a esse elemento um estudo objetivo, em que sujeito e objeto não se misturem como na introspecção;
3. produzir uma matematização mais avançada que a geometria da linha reta, apta a dar conta das sucessões temporais da nossa consciência (o sentido interno).

Durante todo o século XIX, a psicologia, para se fundar e ser aceita no restrito clube das ciências, tentou pleitear o recurso a tais vetos e aos de outros filósofos, como o positivista AUGUSTO COMTE. Assim, nesse intento, esboçaram-se alguns projetos de psicologia como os de Rudolph Lotze (1817-1881), na Alemanha, e Francis Galton (1822-1911), na Inglaterra (cf. capítulo 6). Contudo, como veremos a seguir, essas questões serão respondidas de modo decisivo indiretamente graças ao trabalho de alguns fisiólogos e de um físico, contribuindo para a constituição da psicologia como ciência independente no final do século XIX.

AUGUSTO COMTE (1798-1857) foi um dos fundadores do movimento positivista, surgido na França do século XIX, e que buscava uma reforma no âmbito do conhecimento, da política e mesmo da religião. A primeira proposta positivista de Comte situa-se no âmbito do conhecimento e afirma que este só pode ser obtido através de juízos empíricos, públicos e controláveis. Como a psicologia de sua época não preenchia estes critérios, Comte concluiu que a psicologia não poderia ser uma ciência. Posteriormente, algumas correntes psicológicas, como o behaviorismo, propuseram-se a contornar o veto comteano e fazer uma psicologia científica, utilizando, para isto, o paradigma comteano de ciência.

A superação dos vetos kantianos: fisiologia sensorial e psicofísica

O primeiro problema listado, a falta de um elemento objetivo, será resolvido pela *teoria das energias nervosas específicas* de JOHANNES MÜLLER, formulada explicitamente em seu *Manual de fisiologia* de 1826. Para esse fisiólogo, cada via nervosa aferente possuía uma energia nervosa específica que se traduziria em uma sensação específica de cada nervo. Assim, o nervo ótico excitado pela ação da retina, ou por forças mecânicas e químicas, produziria sempre imagens luminosas. O mesmo ocorreria com os demais sentidos.

JOHANNES MÜLLER (1801-1858) foi um dos mais importantes fisiólogos da primeira metade do século XIX, forneceu a base da moderna fisiologia nervosa ao conceber os nervos não mais como dutos de uma matéria sutil, os *espíritos animais*, mas de energias nervosas específicas.

A posição de Müller conduziu a uma espécie de "kantismo fisiológico", em que o mundo percebido seria uma mera propriedade das nossas energias nervosas específicas (no lugar do sujeito transcendental), estimuladas sempre por um fator físico qualquer, não importando a sua natureza. A sensação, enquanto variação das energias nervosas específicas, representaria um elemento preciso, corporalmente situado como fenômeno, ao contrário das *idéias* e *impressões* descritas pelos filósofos empiristas do século XVIII. Foi por tal razão que a sensação veio a ser utilizada como elemento para a construção de uma possível psicologia, pois ela liga a) o mundo físico que constantemente estimula os sentidos; b) o fisiológico, uma vez que as

energias nervosas específicas estão ligadas aos nervos e c) o psicológico, uma vez que a sensação seria a base de nossas representações.

Quanto ao segundo problema kantiano, quem apresenta a solução é um discípulo de Müller, HERMANN VON HELMHOLTZ. Esse autor elaborou em 1860 uma teoria sobre o surgimento das representações psicológicas, ou *apercepções*, que, no seu reverso, irá fomentar um novo método para o estudo objetivo das sensações. A teoria proposta é a das *inferências inconscientes*, de claro cunho empirista, e o método, o da *introspecção experimental*, bem diferente do produzido na psicologia do século XVIII. Vejamos primeiro a teoria das *inferências inconscientes.* Para esse fisiólogo alemão, as nossas sensações seriam organizadas por experiências passadas, que seriam armazenadas como as premissas maiores de um SILOGISMO, aptas a ordenar de modo inconsciente e rápido as premissas menores informadas pelos sentidos, produzindo como conclusão as nossas representações psicológicas. O modo de análise das sensações, a *introspecção experimental*, se processaria de modo inverso a essas sínteses inconscientes, visando neutralizar os efeitos dessa inferência silogística operada pela experiência passada.

HERMANN VON HELMHOLTZ (1795-1878) foi um dos personagens mais relevantes da ciência do século XIX, trabalhou de modo especial com a fisiologia nervosa, hidrodinâmica, eletrodinâmica e ótica física. No âmbito da fisiologia destacam-se seus estudos sobre as sensações (especialmente as óticas e auditivas, objeto de seus mais extensos manuais), que conduziram ao levantamento de uma série de teorias, métodos, instrumentos e resultados. Sobre as teorias destaca-se a da ressonância auditiva. No campo dos instrumentos, inventou o oftalmoscópio e o olfatômetro, ao passo que no campo das medições destaca-se o registro da velocidade de condução dos impulsos nervosos. Na física foi um dos principais proponentes da moderna teoria da conservação de energia, muito utilizada por algumas orientações psicológicas, como a psicanálise e o behaviorismo.

Um SILOGISMO, enquanto unidade fundamental da lógica clássica (desenvolvida da antigüidade grega ate o início do século XIX) é composto de três partes: 1) Premissa maior, ligando um conceito geral a um termo médio (do tipo, "Todo homem é mortal"), 2) Premissa menor, ligando o termo médio a um conceito específico ou um indivíduo (do tipo "Sócrates é homem"), e 3) Conclusão, ligando o conceito maior ao especifico ou ao indivíduo (do tipo "Logo, Sócrates é mortal).

Para neutralizar essa síntese inconsciente, processa-se então uma análise consciente, em que os sujeitos dos experimentos são treinados para reconhecer o aspecto mais bruto e selvagem de nossa experiência. Fazendo uma analogia, isso ocorreria da mesma maneira que a reeducação de animais selvagens domesticados em seu retorno ao ambiente natural. Essa necessidade de treinamento dos sujeitos faz com que esse estudo não possa ser feito com crianças, primitivos, ou doentes mentais, visando evitar o *erro do estímulo*, qual seja, a confusão do objeto percebido com os juízos inconscientes acumulados pela experiência passada. Por isso, o estudo objetivo das sensações em um sujeito só poderia ser feito se esse mesmo sujeito fosse também um fisiólogo, apto a distinguir o joio da experiência passada do trigo das sensações. Por todos

esses cuidados metodológicos, o treinamento e a presença de um estímulo objetivo a ser percebido pelo sujeito (mesmo que a experiência observada ocorra com o próprio sujeito), é que o método introspectivo se distingue da introspecção dos filósofos-psicólogos do século XVIII.

Restava ainda o problema da matematização, o terceiro colocado por Kant. É aqui que entra a psicofísica de GUSTAV FECHNER, delineada no livro *Elementos de psicofísica,* de 1860. Pode-se dizer que ela também oferece uma resposta experimental ao segundo veto kantiano, referente à impossibilidade de estudos objetivos. Mas a sua principal conquista está em oferecer a qualquer estudo psicológico a possibilidade de desenvolver uma matemática mais avançada que a "geometria de uma linha reta" (nos termos da críticas kantianas). Isso, através do estabelecimento da primeira lei matemática na psicologia, batizada por ele *Lei Weber-Fechner*, em função do aproveitamento da equação desenvolvida por ERNST WEBER sobre a relação de proporcionalidade entre as *diferenças apenas percebidas* (*dap*) entre dois estímulos (*Ea* e *Eb*) e os valores absolutos destes, gerando a fórmula: $dap = Ea - Eb / Eb$. Para entendermos o que Weber quis mostrar com sua fórmula, basta pensarmos na diferença percebida na relação entre um peso de 1 kg e outro de 2 kg, e a compararmos com a diferença percebida entre um peso de 21 kg e outro de 20 kg. A diferença absoluta é a mesma (um quilo), mas a diferença relativa, que é a efetivamente percebida, depende da relação da diferença com os valores absolutos.

Fechner, além de complexificar a equação, irá transformar as *diferenças apenas percebidas* (*daps*) em sensações (*S*), sugerindo a primeira medição psicológica, e chegando à fórmula $S = k \log R$, em que k é uma constante matemática e R significa limiar de percepção do ESTÍMULO. Mas, antes de se

GUSTAV FECHNER (1801-1887) foi também um personagem bastante versátil: formado em medicina em 1822, dedicou-se no início de sua carreira às matemáticas e especialmente à física. Até 1839 destacava-se nesse campo, quando renunciou à cátedra em função de um comprometimento ocular, adquirido no exame da luz solar através de lentes coloridas. Essa enfermidade lhe causou uma reclusão de cerca de cinco anos, quando Fechner passou a meditar sobre uma série de postulados metafísicos e religiosos, o *panpsiquismo* e a sua *visão diurna*. Sua recuperação, creditada por ele a esse pensamento, conduziu à publicação de uma série de livros, dos quais o mais conhecido é *Elementos de psicofísica* (1860), em que o autor busca comprovar empiricamente a relação indissociável entre matéria e espírito. Nesse período, ele se dedica ao estudo de fenômenos diversos como a estética experimental (determinação estatística das formas do gosto comum) e fenômenos paranormais, ao acompanhar o médium espírita Henry Slade.

ERNST WEBER (1795-1878) foi fisiólogo e anatomista, tendo lecionado na Universidade de Leipzig. Fez parte também da fundação da moderna fisiologia alemã, realizando uma série de estudos sobre sensibilidade tátil e propondo a lei das *diferenças apenas percebidas* (*dap*), posteriormente retrabalhada por Fechner em termos logarítmicos, gerando a rebatizada Lei Weber-Fechner, em que as *daps* são assumidas como medidas de sensação.

ESTE TRABALHO, proposto em 1860, tem a sua importância não apenas por ser um suposto marco para a psicologia, mas por ter gerado uma linha de pesquisa presente até os dias de hoje. Ainda que a psicofísica atual seja mais inspirada nos trabalhos de Stanley Stevens (1906-1973), a Sociedade Internacional de Psicofísica (ISP – Intenational Society of Psychophysics) ainda hoje promove congressos internacionais. No Brasil destacam-se pesquisadores como José Aparecido da Silva (USP), Nílton Ribeiro Filho (UFRJ) e Élton Matsushima (UFF), organizadores do Congresso da ISP no Brasil em 2002.

identificar o trabalho de Fechner como o início da psicologia experimental (ao menos na Alemanha), deve-se perguntar por que um físico como ele iria se dedicar a estabelecer uma lei rigorosamente matemática sobre a relação entre o domínio físico e o psicológico (daí o termo da área de conhecimento proposto, *psicofísica*). Temos então que relacionar esse texto com o conjunto de sua obra, que caracteriza um trabalho mais ou menos sistemático na direção do que o próprio Fechner designou como *visão diurna* ou *panpsiquismo*. Por panpsiquismo entendia-se um conjunto de pensamentos e reflexões sobre o mundo enquanto composto por uma hierarquia de seres em que o espírito e o corpo seriam coextensivos, em todas as esferas. O domínio físico e o mental não seriam duas naturezas, mas uma única natureza composta de duas perspectivas, de resto um mistério tão complexo como saber se uma esfera é côncava ou convexa (Fechner, 1850, p. iv). Ficariam assim excluídas as concepções dualistas da natureza (que crêem na existência de substâncias), e principalmente as materialistas (que negam a existência de qualquer fator de natureza espiritual), denominadas por Fechner *visão noturna*. O trabalho psicofísico de Fechner não representa, pois, uma exceção dentro de sua concepção da natureza, mas uma tentativa de estabelecer a prova e o rigor matemático desta.

Por se tratar da possível superação do último veto kantiano é que se pode dizer que o trabalho de Fechner representa o primeiro pilar de uma psicologia a nascer. As fundações desse pilar se encontrariam no sonho de Fechner de 22 de outubro de 1850, em que intuiu matematicamente a relação entre os elementos físicos (estímulos) e espirituais (sensações), data que é reconhecida por alguns historiadores da psicologia como o marco do surgimento da psicologia experimental (Boring, 1950). Mas deve-se lembrar que o valor desse trabalho está correlacionado ao poder de resposta que ele oferece às críticas kantianas. É nesse circuito que se concretiza a importância do trabalho de Fechner, pois ele abriu espaço para a primeira formulação de psicologia reconhecida como científica pelos novos padrões do século XIX, ou seja, superando os impasses da psicologia empírica do século XVIII. Assim, quando em 1879 Wilhelm Wundt inaugura a psicologia como formação e área de investigação acadêmica, todos os elementos possibilitadores desse ato já estarão garantidos, pelas respostas indiretas tanto da fisiologia quanto da psicofísica aos vetos kantianos.

Antes do sonho de Fechner havia o sonho da psicologia de acordar do sono dogmático de todo saber metafísico denunciado por Kant. O sonho de Fechner pode ter brevemente acordado a psicologia (ou ter feito sonhar que acordou) do sono dogmático, apesar de sua intenção ter sido mais nos acordar do sono materialista. Pois correlacionar o físico (estímulo) e o espiritual

(sensação), para Fechner, não visava provar uma psicologia matematizável, mas um duplo aspecto de uma mesma natureza extensível a todos os seres, o seu *panpsiquismo*. Contudo, a história da psicologia prosseguirá na proliferação de escolas e sistemas que se postulam como a quintessência da cientificidade na psicologia. Em função da proliferação desses mundos científicos possíveis é que se pode perguntar se os vetos kantianos, formulados no final do século XVIII, não continuam a assombrar a psicologia.

Indicação estética e bibliográfica

O livro indicado para este capítulo é *Textos básicos em história da psicologia*, de E. G. Boring e R. J. Herrnstein (1971), da Editora Herder, de São Paulo. Nesse livro, encontraremos alguns textos de autores citados neste capítulo e que não possuem livros traduzidos em português, como Johannes Müller, Ludwig von Helmholtz, Ernest Weber, Gustav Fechner e Wilhelm Wundt. Também encontraremos textos de Imannuel Kant. Sobre esse filósofo, existe ainda a coleção de textos da Editora Abril, *Os Pensadores*. Ainda que um texto clássico, o livro de E. G. Boring (1979), *História de la Psicología Experimental* (México: Trillas), é um bom guia na exposição da fisiologia e psicofísica do século XIX.

O trecho de *Moby Dick* citado no capítulo 1 é expressivo do problema do conhecimento e da representação abordado neste capítulo. Mas, para entender a nova concepção da percepção e da experiência surgida no século XIX, agora devidamente encarnada no corpo e nos nervos, e tendo como base a noção de sensação, temos que seguir a indicação de Jonathan Crary (1990), e ver que esses trabalhos têm uma perfeita correspondência com a pintura moderna (especialmente a impressionista) de Monet, Matisse e Turner. Mais do que a realidade em si, busca-se pintar o que o olho vê.

Referências

Boring, E. G. (1979 [1929, 1950]) *História de la Psicología Experimental* (tradução R. Ardilla). México: Trillas.

Boring, E. G. e Herrnstein, R. J. (1971) *Textos básicos em história da psicologia*. São Paulo: Herder e EDUSP.

Crary, J. (1990) *Technics of the Observer*. Massachusetts: Cambridge University Press.

Fechner, G. (1966 [1860]) *Elements of Psychophysics* (tradução H. Adler). Nova York: Holt, Rinehart, Winston, Inc.

Kant, I. (1989 [1786]) *Pricípios metafísicos de la ciência de la naturaleza* (tradução C. Másmela). Madri: Alianza.

Wilhelm Wundt

Wilhelm Maximiliam Wundt, filho de um pastor protestante, nasceu em 16 de agosto de 1832 no vilarejo de Neckarau, nas cercanias de Mannheim (Alemanha). Já aos quatro anos mudou-se com a família para Heidelsheim, onde passou a maior parte de sua infância solitária e deu início aos seus estudos. Aos oito anos, sua educação ficou por conta de um tutor, assistente de seu pai. Em 1845, quando já contava com 13 anos, mudou-se para a casa de sua tia em Heidelberg para freqüentar o ginásio. Ao término desse período, Wundt teve que escolher uma carreira profissional. Como tinha interesse em se mudar, ainda que por pouco tempo, de Heidelberg, ele acabou escolhendo o curso de medicina na Universidade de Tübingen, onde seu tio era professor de anatomia e fisiologia. No entanto, ele só permaneceu lá por um ano, após o qual retornou para a Heidelberg, acompanhando a transferência de seu tio para aquela universidade.

Foi em Heidelberg que Wundt terminou seu curso de medicina e começou sua brilhante carreira profissional. Além de fisiologia, estudou matemática, física e também química, área em que conseguiu sua primeira publicação, em 1853, relativa a um experimento sobre a concentração de sal na urina. Em 1855, ele finalmente conseguiu sua habilitação para a prática médica. No entanto, após um curto período em que trabalhou como assistente clínico em um hospital municipal sob a direção de um de seus ex-professores, Wundt começou a ter dúvidas sobre sua capacidade para a prática da medicina, o que o levou de volta à vida acadêmica. Em 1857, após estudar fisiologia com Johannes Müller e Du Bois-Reymond em Berlim, habilitou-se como docente (*Privatdozent*) e proferiu seu primeiro curso de fisiologia experimental.

Em 1858, Wundt tornou-se assistente de Helmholtz em Heidelberg, posição que ocupou durante cinco anos. Foi durante esse período que realizou seus primeiros estudos em psicologia, que foram posteriormente reunidos no seu primeiro livro propriamente psicológico – *Beiträge zur Theorie der Sinneswahrnehmung* (Contribuições à Teoria da Percepção Sensorial) –, publicado em 1862. Esses estudos vieram precedidos de um ensaio introdutório – o primeiro texto puramente teórico de Wundt –, em que ele propõe uma reforma conceitual e metodológica na psicologia. No ano seguinte, com base nos cursos de psicologia que vinha oferecendo em Heidelberg, publicou as *Vorlesungen über die Menschen- und Thierseele* (Conferências sobre a mente humana e animal), obra que representa uma extensão dos princípios fundamentais expostos nas *Beiträge*.

Um aspecto da vida de Wundt que também merece atenção é o seu envolvimento com a política. Tendo sido convidado para ministrar conferências populares na Associação Educativa dos Operários, ele se engajou não só no movimento para a educação dos operários, mas foi se envolvendo cada vez mais nas discussões políticas, o que o levou a se eleger pelo Partido Progressista, em 1866, como membro do Parlamento de Baden. Dois anos depois, ele abandonou a carreira política para se dedicar exclusivamente à vida acadêmica.

Antes de deixar Heidelberg, Wundt publicou o livro que lhe deu fama e reconhecimento acadêmico – *Grundzüge der physiologischen Psychologie* (Princípios de psicologia fisiológica). Este livro, que teve seis edições revistas e ampliadas durante sua vida, influenciou por muito tempo a formação e a direção do trabalho de toda uma geração de novos psicólogos.

Em 1874, Wundt recebeu um convite para assumir a cátedra de filosofia indutiva na Universidade de Zurique, na Suíça. No entanto, ele só permaneceu lá por um ano, pois em 1875 ele foi chamado para lecionar na Universidade de Leipzig, onde permaneceu até 1917, quando se aposentou. Sua primeira grande realização foi a fundação, em 1879, do famoso Laboratório de Psicologia, que atraiu estudantes de várias partes do mundo e deu a ele a fama de fundador da psicologia científica. Juntamente com o laboratório, Wundt fundou também, em 1883, um periódico de psicologia, que inicialmente se chamava *Philosophische Studien* (Estudos filosóficos) e, a partir de 1906, passou a se chamar *Psychologische Studien* (Estudos psicológicos).

Foi em Leipzig que Wundt escreveu a maior parte de sua obra. Além de suas já tradicionais publicações na área da psicologia fisiológica, ele escreveu longos tratados de filosofia – *Logik* (1880-1883), *Ethik* (1886) e *System der Philosophie* (1889) – e uma síntese teórica do seu projeto de psicologia – o *Grundriss der Psychologie* (Compêndio de psicologia) (1896) –, entre outros. A partir de 1900, dedicou-se especialmente à *Völkerpsychologie* (Psicologia dos Povos) – para muitos, sua maior realização acadêmica – até publicar o décimo volume, em 1920. Nesse mesmo ano, terminou sua autobiografia – *Erlebtes und Erkanntes* (O que eu vivi e conheci) – e veio a falecer no dia 31 de agosto, pouco depois de completar 88 anos de idade.

Capítulo 5
Wilhelm Wundt e o estudo da experiência interna

Saulo de Freitas Araujo

Wilhelm Wundt (1832-1920) é normalmente considerado, na historiografia da psicologia, como o fundador da psicologia científica, título este que está diretamente relacionado ao fato de ter criado, em 1879, o Laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig, na Alemanha. Além disso, é um dos autores mais citados e mencionados nos manuais de história da psicologia. Entretanto, apesar de toda essa fama, Wundt ainda é um autor não só bastante desconhecido, como também aquele, dentre os chamados "fundadores" da psicologia, cujas idéias mais sofreram distorções na literatura psicológica. Não só a extensão e as dificuldades de acesso à sua obra original, mas principalmente a atitude de vários historiadores da psicologia, que têm se detido apenas em partes dela, sem se preocupar com o sentido geral do seu sistema de pensamento, têm contribuído para essa situação desconfortável. Sendo assim, a primeira coisa que o leitor interessado em se aproximar da psicologia de Wundt deve ter em mente é que estamos ainda longe de ter uma clara e adequada compreensão de toda a sua obra e, o que aqui nos interessa mais de perto, do lugar que seu projeto psicológico nela ocupa.

É bem verdade que, sobretudo a partir da década de 1980, começaram a surgir novos e importantes estudos sobre a obra de Wundt que têm procurado reavaliar o seu pensamento e mostrar as origens de algumas interpretações equivocadas tradicionalmente presentes nos manuais de história da psicologia. Alguns desses estudos, contudo, apesar de terem contribuído significativamente para mostrar a complexidade do projeto wundtiano de psicologia, são ainda superficiais e podem acabar introduzindo novos problemas na interpretação do pensamento de Wundt, na medida em que deixam de considerar textos fundamentais de sua obra, como seus escritos psicológicos iniciais, que abrangem o período de 1858 a 1863, quando ele ainda não tinha ido para Leipzig.

Muitas questões permanecem mal resolvidas na obra de Wundt. Em primeiro lugar, coloca-se a questão da continuidade ou ruptura de seu projeto de psicologia. Teria ele apresentado vários sistemas teóricos distintos, introduzindo modificações essenciais em cada um deles? Ou haveria um único sistema psicológico, cujas alterações posteriormente introduzidas não afetariam sua unidade fundamental? Isso nos remete a uma outra questão, que diz respeito aos interesses e pressupostos filosóficos fundamentais de Wundt, que subjazem ao seu projeto de psicologia. Wundt é, antes de tudo, um filósofo que formulou um sistema de filosofia, incluindo uma lógica, uma teoria do conhecimento, uma ética e uma metafísica. Sem uma adequada compreensão de seus escritos filosóficos, os problemas relativos à interpretação de sua psicologia não poderão ser satisfatoriamente resolvidos.

Como as questões acima referidas aguardam uma solução definitiva, cujas exigências demandam um aprofundamento que extrapola os objetivos do presente capítulo, vamos privilegiar aqui, em vez de uma apresentação sistemática de todo o percurso wundtiano, alguns dos principais tópicos de seu pensamento psicológico, tomando como base sua fase madura, que se expressa na última grande síntese teórica de seu projeto de psicologia – o livro *Compêndio de psicologia* (*Grundriß der Psychologie*), cuja primeira edição é de 1896.

A natureza da psicologia

Talvez a melhor maneira de iniciar uma apresentação introdutória da psicologia wundtiana seja explicitando a própria definição de psicologia proposta por Wundt. Neste sentido, a pergunta "O que é psicologia?" receberia a seguinte resposta: "A psicologia é uma ciência empírica cujo objeto de estudo é a experiência imediata". No entanto, torna-se ainda necessário esclarecer o conceito de "experiência imediata".

Wundt entende por experiência em geral um todo unitário e coerente, que pode ser concebido e elaborado cientificamente a partir de dois pontos de vista distintos, porém complementares: toda experiência pode ser analisada pelo seu conteúdo objetivo (experiência mediata) ou subjetivo (experiência imediata). No primeiro caso, a ênfase recai sobre os objetos da experiência (mundo externo), pensados independentemente do sujeito da experiência, enquanto, no segundo caso, investiga-se o próprio sujeito da experiência (mundo interno) em sua relação com os conteúdos da experiência. Com base nesses dois pontos de vista, surge uma dupla possibilidade de se fazer

ciência empírica: a ciência natural (física, química, fisiologia etc.), que cuida dos conteúdos específicos da experiência mediata, uma vez que os objetos fornecidos na experiência são sempre mediados pelos fatores subjetivos; e a psicologia, que tem por objeto a experiência imediata, já que não abstrai o próprio sujeito, como a ciência natural.

Com essa definição de psicologia, Wundt pretende, em primeiro lugar, atacar um tipo de psicologia bastante difundida em sua época, que vinha sendo definida como ciência da alma ou MENTE (cf. capítulo 2). Segundo Wundt, essa psicologia está assentada em hipóteses metafísicas (ESPIRITUALISMO ou MATERIALISMO) que extrapolam o domínio da experiência possível. Como sua intenção é inaugurar uma nova psicologia, autônoma e independente de teorias metafísicas, o único caminho possível era recusar essa psicologia e construir uma outra, que se atém somente à experiência psicológica propriamente dita. Para a psicologia wundtiana, só há a experiência, vista como um conjunto de processos interligados, e nada mais.

Na língua alemã, não existe um substantivo para aquilo que hoje chamamos de "MENTE". No contexto da filosofia e da psicologia alemãs do século XIX, utilizam-se freqüentemente dois substantivos – *Seele* (alma) e *Geist* (espírito) –, que podem ter significados muito diversos conforme o autor em questão. Em Wundt, contudo, podemos aproximar a idéia de alma à de mente, evitando assim um possível anacronismo terminológico na psicologia contemporânea.

Wundt entende por ESPIRITUALISMO qualquer hipótese ou teoria que defenda a existência de uma substância ou entidade imaterial (alma, espírito etc.), que seria o fundamento de todos os processos psíquicos.

O MATERIALISMO é a doutrina segundo a qual a matéria é o fundamento de tudo o que existe. Estendida ao campo dos fenômenos psíquicos, afirma que todos os eventos psicológicos não são nada mais que eventos cerebrais.

É importante enfatizar que, de acordo com essa definição, não há uma diferença essencial de natureza entre o mundo interno e o externo – uma vez que a experiência é um todo organizado que abrange ambos –, mas apenas uma diferença na maneira de se abordá-los. Por isso, a relação entre a psicologia e as ciências da natureza (*NATURWISSENSCHAFTEN*) é de complementaridade. Elas se complementam, na medida em que fornecem relatos diferentes da mesma experiência, sem que haja a possibilidade de haver uma subordinação ou redução de uma a outra.

Por outro lado, na medida em que a psicologia é a ciência das formas universais da experiência humana imediata, ela pode ser considerada a mais geral de todas as ciências do espírito (*GEISTESWISSENSCHAFTEN*) e, portanto,

A distinção entre ciências da natureza (*NATURWISSENSCHAFTEN*) e ciências do espírito (*GEISTESWISSENSCHAFTEN*) foi introduzida pela primeira vez por Wilhelm Dilthey (1833-1911), na segunda metade do século XIX, na Alemanha, e refere-se à tentativa de se estabelecer uma autonomia metodológica para os estudos sobre a experiência humana em relação aos estudos sobre a natureza. Neste sentido, a inclusão da psicologia entre as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) poderia sugerir uma contradição no pensamento de Wundt, na medida em que Wundt foi um crítico radical do espiritualismo. No entanto, essa aparente contradição se dissolve quando consideramos a diferença existente entre uma tese metafísica que afirma a existência de uma substância espiritual subjacente à nossa experiência (espiritualismo) e um postulado metodológico e epistemológico que reconhece e legitima a dualidade dessa mesma experiência (imediata e mediata), sem que isso implique uma distinção metafísica sobre a natureza última da realidade (paralelismo psicofísico de Wundt).

o fundamento de cada uma delas em particular (filologia, história, direito etc.).

Há que se considerar ainda a relação entre psicologia e filosofia. De todas as disciplinas empíricas, Wundt considera que a psicologia é aquela cujos resultados mais contribuem para a investigação dos problemas gerais da teoria do conhecimento e da ética, os dois domínios filosóficos fundamentais para ele. Se a psicologia, portanto, é complementar às ciências naturais e o fundamento das ciências do espírito, podemos dizer que é preparatória para a filosofia. Em outras palavras, os resultados da investigação psicológica podem guiar a construção de um sistema filosófico.

A questão do método e a subdivisão da psicologia

Como a psicologia não estuda um objeto diferente do objeto das ciências naturais, mas apenas a mesma experiência de um outro ponto de vista, seus métodos de investigação também não podem diferir. A psicologia vai se servir, portanto, dos dois principais métodos utilizados pelas ciências da natureza: o experimento e a observação. O experimento consiste na interferência proposital (manipulação) do pesquisador sobre o início, a duração e o modo de apresentação dos fenômenos investigados (como na física, na química e na fisiologia). A observação propriamente dita refere-se à mera apreensão de fenômenos ou objetos, sem que haja qualquer interferência por parte do observador (como na botânica, na anatomia e na astronomia).

No que diz respeito ao experimento, a psicologia utiliza-o diretamente em suas investigações, como demonstram os estudos sobre a sensação, a percepção e a representação, ou seja, aquilo que Wundt chama de psicologia individual, fisiológica ou experimental. Nesse caso, pode-se investigar cuidadosamente tanto o início quanto o curso desses processos, visando sempre à sua relação com seus elementos constituintes.

Há, porém, uma diferença metodológica significativa entre a psicologia e as ciências da natureza, decorrente da especificidade da perspectiva psicológica. Em primeiro lugar, já que a psicologia é o estudo da experiência imediata, seu conteúdo revela apenas processos, jamais objetos estáveis, como acontece na observação científica da natureza. Em segundo lugar, a psicologia não pode desconsiderar ou colocar entre parênteses, como fazem as ciências naturais, o sujeito da experiência, uma vez que este é precisamente o assunto de seu interesse. Além disso, seria muito difícil que, mesmo em situações

freqüentemente repetidas, os mesmos elementos objetivos da experiência imediata viessem acompanhados da mesma condição do sujeito. Em outras palavras, a intenção do observador, que deve estar presente nas observações científicas, altera significativamente o início e o curso dos processos psíquicos. Levando em consideração essa particularidade dos eventos psicológicos, o psicólogo estaria, portanto, impossibilitado, por princípio, de utilizar a observação pura ou auto-observação (*Selbstbeobachtung*) no domínio da psicologia individual.

É importante estar atento para este ponto, tendo em vista o fato de que Wundt é muitas vezes acusado de ser um dos principais defensores da auto-observação ou introspecção tradicional, que remonta à tradição filosófica. No entanto, o que permanece em grande parte ignorado por seus intérpretes, e que está implícito nas considerações anteriores, é a diferença fundamental que ele estabeleceu entre a auto-observação (*Selbsbeobachtung*) e a percepção interna (*innere Wahrnehmung*). Essa última, segundo Wundt, por estar baseada no controle experimental das condições externas da experiência, substituiria a introspecção tradicional e livraria a psicologia das duras críticas feitas por diversos autores ao introspeccionismo.

Isso não significa, porém, que não haja lugar para a pura observação na psicologia. Ao contrário, existem fatos psíquicos que, embora não sejam objetos reais do mundo externo, possuem o caráter de objetos psíquicos, na medida em que sua natureza é relativamente estável e que independem do observador. Além disso, eles têm uma outra característica em comum, que os tornam adequados à observação: eles são inacessíveis pelo método experimental. Mas que objetos psíquicos são esses? São aquilo que Wundt chama de produtos mentais surgidos ao longo da história, como a linguagem, a religião, os mitos e os costumes, que dependem de certas condições psíquicas gerais, as quais podemos inferir com base em suas características objetivas.

Uma característica fundamental desses produtos mentais é que eles pressupõem a existência de uma comunidade de muitos indivíduos que compartilham uma certa mentalidade, embora sua fonte última sejam sempre as características psíquicas do indivíduo em particular. É por estarem ligados a uma comunidade popular que Wundt chamou essa área de investigação psicológica de psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*), que complementa a psicologia individual ou experimental na busca de uma compreensão geral dos princípios fundamentais da vida psíquica. No entanto, há uma curiosa diferença na atitude de Wundt em relação a essas duas áreas de investigação psicológica. Enquanto na psicologia individual ele procurou sempre investigar

direta e empiricamente os fenômenos, na psicologia dos povos Wundt o fez apenas indiretamente, baseando-se acima de tudo nos relatos e estudos etnológicos. Os últimos 20 anos de sua vida (1900-1920) foram dedicados principalmente a essa psicologia dos povos, esforço esse que resultou em dez extensos volumes.

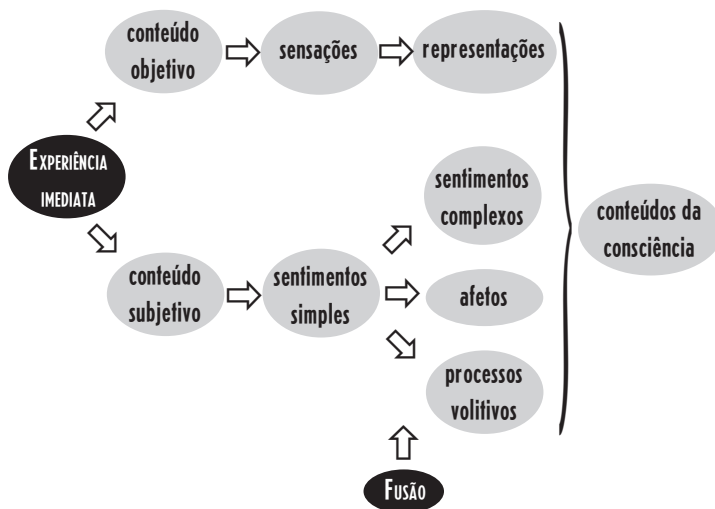
Em suma, a psicologia dispõe, assim como a ciência natural, de dois métodos de investigação, que darão origem a duas formas complementares de estudo psicológico: o experimento, que a psicologia individual/fisiológica utiliza na análise dos processos psíquicos mais simples; e a observação dos produtos mentais, através da qual a psicologia dos povos investiga os processos psíquicos superiores. É importante termos sempre em mente que essa subdivisão da psicologia é uma necessidade apenas metodológica, que em princípio não compromete a unidade do seu objeto de estudo (os processos psíquicos revelados na experiência).

Principais conceitos e idéias psicológicas

Uma das principais idéias psicológicas de Wundt é a de que a vida psíquica desenvolve-se gradual e continuamente do simples para o complexo, através de uma série de processos regulares, que constituem nossa experiência psicológica na vida cotidiana. Neste sentido, nossa experiência imediata só nos fornece conteúdos de natureza complexa, que resultam da ligação de vários elementos simples.

Esses elementos psíquicos, que são revelados através da análise psicológica e, portanto, de uma abstração – uma vez que em nossa experiência eles nunca aparecem isolados, mas somente ligados a outros conteúdos –, constituem a base de toda nossa vida mental. Como o conteúdo de nossa experiência imediata varia entre dois pólos, um objetivo e outro subjetivo, os elementos podem ser, seguindo essa divisão, de dois tipos: as sensações ligadas ao conteúdo objetivo (som, luz etc.) e os sentimentos simples relacionados ao conteúdo subjetivo (prazer, desprazer etc.).

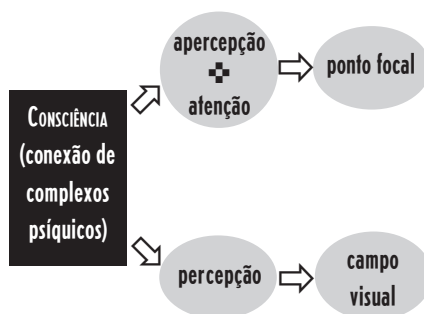
O próximo passo é a formação, a partir das sensações ou dos sentimentos simples, daquilo que Wundt chamou de complexos psíquicos (*psychische Gebilde*), que se diferenciam uns dos outros por certas características próprias, formando uma unidade relativamente autônoma. Eles podem assumir quatro formas diferentes: representações, sentimentos compostos, afetos e processos volitivos. Enquanto as representações têm sua origem nas sensações, todos os

outros complexos psíquicos originam-se a partir dos sentimentos simples (ver Esquema 1).

Esquema 1. Conteúdos da consciência

É importante ressaltar aqui que, para Wundt, os complexos psíquicos, embora sejam compostos de elementos psíquicos, possuem características que não pertencem a nenhum de seus elementos em particular. É a ligação dos elementos que produz essas novas características, que pertencem somente aos complexos enquanto tais. Aqui entra em cena uma das principais idéias da teoria psicológica de Wundt, que permanece ignorada por muitos comentadores, a saber, o conceito de fusão (*Verschmelzung*) e o princípio da síntese criadora. É a fusão – que tem como resultado a síntese criadora – que liga os elementos e constitui os complexos psíquicos, enquanto que a associação é um processo secundário, que se refere apenas à ligação de elementos já presentes em diversos compostos. O processo fundador da complexidade psíquica é, pois, a fusão, e não a associação. Sendo assim, Wundt está longe do ASSOCIACIONISMO BRITÂNICO, como faz questão de ressaltar inúmeras vezes.

Os complexos psíquicos podem ainda se conectar, formando um todo unitário. Essa conexão dos complexos psíquicos Wundt denomina consciência. E o processo através do qual um conteúdo psíquico é trazido à clareza da

O ASSOCIACIONISMO é um dos princípios fundamentais do chamado empirismo britânico, que tem como representantes principais John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). De acordo com esses empiristas, a associação de idéias é o mecanismo fundador da dinâmica psíquica e responsável por toda a formação dos compostos psíquicos, que consistem unicamente na ligação de elementos simples.

consciência é chamado de apercepção (*Apperception*), que vem acompanhado do estado de atenção. Mas é possível também apreender conteúdos sem a presença da atenção, e nisso consiste exatamente a percepção (*Perception*). Desta forma, fazendo uma analogia com o sistema visual, Wundt chama o conteúdo ao qual a atenção está dirigida de ponto focal (*Blickpunkt*) da consciência, e o conteúdo restante de campo visual (*Blickfeld*) da consciência (ver Esquema 2).

Esquema 2. Apercepção e percepção

Outra importante idéia psicológica de Wundt é o conceito de "causalidade psíquica", que está diretamente relacionado ao seu PARALELISMO PSICOFÍSICO. Para Wundt, a experiência pode, como já foi dito, ser conhecida a partir de dois pontos de vista distintos, porém complementares: objetivo (experiência mediata) e subjetivo (experiência imediata). Certas partes da experiência mediata podem ter uma correspondência direta com partes da experiência imediata, sem que uma possa ser reduzida à ou derivada da outra. De acordo com o princípio do paralelismo psicofísico, quando isso acontece há uma relação necessária entre cada processo psíquico elementar e seu processo físico correspondente. No entanto, existem vários conteúdos da nossa experiência que só podem ser conhecidos a partir de um único ponto de vista, seja ele físico ou psicológico. Nesse caso, somos obrigados a reconhecer a autonomia do conhecimento psicológico e estamos justificados a supor uma causalidade própria para o domínio dos processos mentais, do mesmo modo que supomos a causalidade física na natureza. Os dois tipos de causalidade são complementares e nunca podem entrar em contradição entre si. Assim como a causalidade física está fundamentada nas leis da natureza, a causalidade psíquica vai encontrar sua fundamentação última nas leis fundamentais da vida psíquica.

O PARALELISMO PSICOFÍSICO é uma doutrina acerca do problema mente-corpo, que tem suas raízes nas filosofias de Baruch Spinoza (1632-1677) e Gottfried Leibniz (1646-1716), entre outros. Embora contenha variantes, caracteriza-se essencialmente pela afirmação de que o físico e o psíquico são processos paralelos, que não podem ser reduzidos um ao outro. É uma doutrina bastante influente na filosofia e na psicologia do século XIX, que consiste em uma tentativa de superar tanto o dualismo de substâncias quanto o monismo materialista. A particularidade do paralelismo de Wundt consiste no fato de ele não ser um princípio metafísico, mas sim um postulado empírico que garante a autonomia da psicologia em relação à fisiologia, ou seja, ele é uma expressão da irredutibilidade da nossa experiência subjetiva.

A institucionalização da psicologia

O título de fundador da psicologia, normalmente consagrado a Wundt em quase todos os manuais de história da psicologia, encontra freqüentemente justificativa na fundação, em 1879, do Laboratório de Psicologia da Universidade de Leipzig, onde ele permaneceu até se aposentar em 1917. Entretanto, esse fato seria por si só insuficiente para sustentar tal escolha. Tendo em vista a rápida disseminação de laboratórios de fisiologia por praticamente toda a Alemanha do século XIX, é sempre possível apontar a existência de laboratórios anteriores ao de Leipzig, onde também eram realizadas investigações de cunho psicológico, o que colocaria em questão o pioneirismo de Wundt.

Ao investigarmos mais detalhadamente a vida acadêmica de Wundt, sobretudo o período de Leipzig, podemos perceber mais claramente onde reside a verdadeira justificativa para a eleição de Wundt como o fundador da psicologia científica. Não se trata da fundação do laboratório em si, mas sim daquilo que ele passou a representar a partir de então. Durante todo o último quarto do século XIX, o Laboratório de Leipzig atraiu estudantes de várias partes do mundo (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros) e tornou-se o primeiro e maior centro de formação de toda uma geração de psicólogos, que posteriormente regressaram a seus locais de origem e fundaram novos laboratórios nos moldes wundtianos.

Foi também o sucesso do LABORATÓRIO DE LEIPZIG que gerou a institucionalização formal da psicologia, quando, em 1883, o Instituto de Psicologia teve sua autonomia oficialmente reconhecida pela Universidade de Leipzig e passou a ser incluído no orçamento universitário. A nova psicologia (científica) separava-se formalmente, pela primeira vez na história, da filosofia e ganhava finalmente sua esperada autonomia. Contudo, os resultados posteriores dessa separação não foram vistos com bons olhos por Wundt, que continuou até o fim da vida insistindo na reaproximação entre ambas as disciplinas.

Além de tudo isso, é digno de nota o fato de Wundt ter fundado e publicado, em 1883, um dos primeiros periódicos de psicologia, que inicialmente se chamava *Philosophische Studien* (Estudos filosóficos), e, a partir de 1906, passou a se chamar *Psychologische Studien* (Estudos psicológicos). Esse periódico era o

O LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA fundado em 1879 era bastante precário e consistia apenas em uma pequena sala, anteriormente utilizada como auditório, que foi doada a Wundt. Aos poucos, ele foi adicionando novas salas ao Laboratório, o que levou o espaço a adquirir feições de um Instituto propriamente dito. Posteriormente, o Instituto mudou-se para um prédio próprio, construído segundo as especificações de Wundt, que se tornou modelo para os demais laboratórios de psicologia na época, até ser totalmente destruído durante a Segunda Guerra Mundial.

veículo oficial de publicação dos trabalhos realizados no Instituto de Psicologia.

Não podemos nos esquecer também que o próprio Wundt, desde seus primeiros trabalhos psicológicos (1858-1863), que antecedem por mais de dez anos sua chegada a Leipzig (1875), sempre reivindicou para si o ato de fundação de uma nova psicologia, restrita ao campo da experiência possível. Foi Wundt, mais do que qualquer outra pessoa, que lutou para fixar o significado do termo "psicologia" em conformidade com a tradição científica do século XIX na Alemanha.

No que diz respeito ao desenvolvimento e à institucionalização da psicologia no Brasil, é praticamente impossível estabelecer qualquer ligação direta entre esta e a obra de Wundt. Se levarmos em consideração que a penetração da psicologia no Brasil ocorreu principalmente pela via da psicologia aplicada – seja na psiquiatria ou na pedagogia, com ênfase na psicometria – e que Wundt jamais se preocupou seriamente com qualquer aplicação da psicologia, torna-se evidente a distância. O máximo que podemos afirmar é que, caso tenha havido alguma influência, esta ocorreu de maneira muito indireta, com a criação de laboratórios de psicologia e a utilização de alguns instrumentos de medição de fenômenos psicológicos.

Wundt e Titchener

Um dos equívocos cometidos com mais freqüência nos manuais de história da psicologia é a afirmação de que Wundt seria, ao lado de Titchener, um dos principais representantes do estruturalismo. Esse equívoco, que por si só já representa uma total falta de compreensão da psicologia wundtiana, está diretamente relacionado a outros ainda mais graves – p. ex., quando ele é apontado como um defensor do elementarismo e do associacionismo britânicos –, na medida em que subvertem os principais fundamentos filosóficos de seu pensamento.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que existem diferenças importantes entre Wundt e Titchener, pelo menos enquanto este último se definiu como estruturalista e foi fiel aos seus princípios. Foi Titchener quem fundou o estruturalismo, e não Wundt. Embora tenha sido aluno e colaborador de Wundt no Laboratório de Leipzig, ele construiu sua própria concepção de psicologia, que em muitos aspectos se distanciou do pensamento wundtiano.

A divergência fundamental está na própria concepção de objeto e método da psicologia. Para Titchener, a psicologia é fundamentalmente o estudo dos elementos da consciência através da introspecção. Aquilo que não for passível de estudo e registro introspectivo não deve ser considerado assunto da psicologia. Fica evidente, portanto, que o sistema de Titchener é muito mais restrito do que o de Wundt, uma vez que todo o conteúdo da psicologia dos povos não deve ser tema de investigação psicológica.

Há ainda uma outra divergência importante. Titchener foi reconhecidamente um defensor do elementarismo e do associacionismo. A análise ou decomposição dos processos psíquicos conscientes em seus elementos mais básicos (estruturas fundamentais) e a descoberta dos seus mecanismos associativos subjacentes eram os objetivos últimos de sua psicologia estruturalista. Para Wundt, a análise era apenas um meio de se alcançar a meta principal da psicologia, que era a descoberta das leis universais da vida psíquica em todas as suas manifestações. Além disso, quando rotulou seu sistema psicológico de voluntarismo, uma de suas maiores preocupações era manifestar sua insatisfação com a psicologia associacionista, que segundo ele era incapaz de explicar a dimensão afetiva (sentimentos) e volitiva (vontade) da vida mental.

Os equívocos acerca de Wundt presentes na historiografia tradicional da psicologia só poderão vir a ser definitivamente corrigidos quando os estudos sobre sua obra alcançarem uma maior consistência, permitindo-nos, desta forma, resolver problemas cruciais de interpretação do seu pensamento, como, por exemplo, a questão da relação entre seus textos psicológicos iniciais e seu pensamento maduro. Ainda está por vir uma análise exaustiva do projeto wundtiano de psicologia.

Bibliografia indicada

Araujo, S. de F. (2003) A obra inicial de Wundt: um capítulo esquecido na historiografia da psicologia. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 15 (2): 63-76.

Bringmann, W. e Tweney, R. (1980) *Wundt Studies*. Toronto: C. J. Hogrefe.

Rieber, R. (1980) *Wilhelm Wundt and the making of a Scientific Psychology*. Nova York: Plenum.

Rieber, R. e Robinson, D. (2001) *Wilhelm Wundt in History*. Nova York: Kluwer Academic/ Plenum Publishers.

Wundt, W. (1896) *Grundriß der Psychologie*. Leipzig: Alfred Kröner.

Referências bibliográficas

Bringmann, W. e Scheerer, E. (1980) Wundt centennial issue. *Psychological Research* (42) 1-2.

Petersen, P. (1925) *Wilhelm Wundt und seine Zeit*. Stuttgart: Fr. Frommanns.

Ringer, F. (2000) *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: EDUSP.

Wundt, W. (1910) Das Institut für experimentelle Psychologie zu Leipzig. *Psychologische Studien*, Band V: 279-293.

___ (1920) *Erlebtes und Erkanntes*. Stuttgart: Alfred Kröner.

Capítulo 6
Comparação e genealogia na psicologia inglesa no século XIX

Francisco Teixeira Portugal

A obra de Charles Darwin (1809-1882) marcou de maneira incontornável a concepção do vivo no século XIX e os cinqüenta anos que sucederam a publicação de *Origem das espécies* (1859) podem ser chamados de era darwiniana não só na psicologia, mas na biologia e nas ciências sociais (Jacquard, 1986).

Ao final de sua obra marco, Darwin "visualiza novos campos que se estendem para pesquisas ainda mais importantes" e continua sua previsão escrevendo que a "psicologia irá basear-se num fundamento novo, o da necessária aquisição gradual de cada faculdade mental". Dessa forma, "nova luz será lançada sobre o problema da origem do homem e de sua história" (Darwin, 1859: 351).

À psicologia caberia a importante tarefa de mostrar a aquisição gradativa de cada faculdade mental e assim chegar a estender as propostas transformacionistas ao homem, algo repleto de conseqüências não apenas para a universidade inglesa, ainda muito clerical, mas também para os grupos governantes ainda muito antiliberais. Um fundamento novo – seguindo as palavras de Darwin – suportou as novas pesquisas sobre o homem, os seres vivos e as organizações sociais, e a história de sua difusão revela o surgimento de uma importante vertente da psicologia inglesa no século XIX.

Constitui um erro comum considerar a biologia como fornecedora de referenciais e modelos para a psicologia, especialmente no que diz respeito às contribuições de Darwin. A suposição é a de que nas relações entre elas, as inovações conceituais e metodológicas da biologia seriam exportadas para a psicologia. Nesta linha de pensamento, e destacando a psicologia pós-darwiniana inglesa, restaria à psicologia apenas o procedimento menor de recolocação dos problemas a partir de um referencial novo que se mostrou fértil alhures sobre seu objeto privilegiado, as faculdades mentais. Mas, deveríamos crer, ingenuamente, que a aplicação de um pressuposto ou de um método sobre

um objeto faria com que ele se apresentasse aos nossos olhos sem possibilidade de ocultação?

Outros são os termos de Darwin e outra também a história desse saber. Essa psicologia, como qualquer outra, não se fez por depuração metodológica, mas pela constituição de dispositivos de legitimidade e pela emergência de novos temas. O papel desempenhado pela psicologia foi relevante para a constituição da própria teoria da seleção natural, modificando a mão dessa trilha que liga a psicologia à biologia.

O evolucionismo constitui um exemplo do equívoco apontado acima. Embora o conceito de evolução tenha se identificado com a evolução orgânica, ele não se restringe à biologia e pode ser remetido a campos diversos das ciências naturais e das ciências humanas e sociais (por exemplo, cosmologia evolutiva, termodinâmica evolutiva, algumas teorias da linguagem, as ciências sociais, a geologia). Como afirmou Lewontin (1985: 249), Darwin representa o ponto culminante da teoria da evolução orgânica, não a matriz do evolucionismo do século XIX.

Podemos dizer que Darwin forneceu, com seu livro inaugural, uma credibilidade, segundo os cânones da ciência de então, à noção de evolução (Jacquard (1986) lembra, entretanto, que o termo só apareceu na sexta edição da obra *Origem das espécies*). Na verdade, um dos grandes organizadores e difusores da tese evolucionista na Inglaterra do século XIX foi Herbert Spencer (1820-1903).

Spencer é atualmente um pensador muito ignorado; todavia, a ressurgência das forças liberalistas tem sido acompanhada da revalorização de parte de sua obra. Assim, há uma simpatia por seu pensamento quer pelos filósofos de mercado, quer pela renovada tentativa de aplicar os princípios evolucionistas à sociedade humana. A ausência de formação universitária e inserção profissional acadêmica de Spencer não impediu que ele fosse indicado a receber, ao longo dos últimos trinta anos de sua vida, uma série de homenagens acadêmicas (tendo recusado quase todas). Juntamente com Edward Burnett Tylor (1832-1917) e Lewis Henry Morgan (1818-1881), Spencer está entre os três mais destacados evolucionistas do século XIX, e embora, segundo Burrow (1968), seu trabalho tenha sido exaltado da Rússia aos EUA, sua importância entre os pensadores do século XIX tem sido exagerada. Sua herança intelectual inclui também, além do evolucionismo, o liberalismo clássico calcado no individualismo, na noção puramente econômica das relações sociais, no Estado mínimo e na negação gradual das instituições com exceção da

propriedade. Estas características fizeram dele o grande DARWINISTA SOCIAL, pois foi sobretudo seu evolucionismo, não o de Darwin, que, associado ao liberalismo individualista, deu suporte às práticas excludentes e perigosas do evolucionismo social.

O DARWINISMO SOCIAL foi uma concepção da evolução social que ordenava teoricamente e justificava os fatos danosos da estratificação social a fim de conciliá-la com o igualitarismo. Sua configuração é a de um corpo de valores conservadores, individualistas e liberalistas. Além de Spencer, incluem-se, na Inglaterra, Walter Bagehot (1826-1877) e, nos EUA, onde essa teoria encontrou ampla repercussão, William Graham Sumner (1840-1910).

O positivismo determinista presente nas ciências sociais na segunda metade do século XIX encontrou em Spencer um de seus mais firmes adeptos. Sua crença na causação natural o levou a adotar a teoria evolucionista. Tendo escrito algumas de suas obras onde a concepção de evolução é exposta antes mesmo da publicação do livro *Origem das espécies* de Darwin, Spencer buscou aplicar o princípio da evolução sistematicamente a todo o universo e especialmente à sociedade humana. Spencer considerava-se o Newton das ciências morais, a aplicar a lei universal da conservação de energia traduzida em princípio da evolução ao universo. Assim, para além do mundo ao qual os físicos se dirigem, a evolução se aplicaria também ao mundo dos seres vivos, aos homens e suas organizações SOCIAIS.

Sua fórmula completa de evolução rezava o seguinte: "Evolução consiste na integração da matéria e na concomitante dissipação do movimento, [processo] no qual a matéria passa de uma homogeneidade indefinida e incoerente a uma heterogeneidade definida e coerente, e durante o qual o movimento retido produz uma transformação paralela."

Sua concepção de evolução não vem, pois, de Darwin, nem ele foi um darwiniano. A concepção de evolução relaciona-se à sua crença na causação natural e a uma ciência determinista e, no caso de sua aplicação aos seres vivos, vem muito mais de um conhecimento de segunda mão das concepções de Jean-Baptiste Lamarck do que de uma reflexão a partir da obra de Darwin. Seu credo liberal valorizava, assim como os utilitaristas da primeira metade do século XIX, o indivíduo, mas de uma forma renovada, ao propor o conceito de estrutura social.

É dessa perspectiva individualista que se pode compreender a expressão de Spencer – "sobrevivência do mais apto" – para o conceito darwiniano de seleção natural. A seleção natural, tão importante por ter fornecido um sentido para as transformações e diferenças entre os seres vivos, inexplicáveis na perspectiva lamarquista, se ancora na comunidade, não no indivíduo. Spencer desloca para o indivíduo esse conceito crucial nos trabalhos de Darwin e o aloca na perspectiva do progresso. Além da deformação conceitual que representa a transformação da seleção natural em sobrevivência do mais apto, Spencer manteve até o final de sua vida a crença na concepção lamarquista de

herança dos traços adquiridos. O evolucionismo liberalista de Spencer pode então hierarquizar as organizações sociais tomando como cume a organização liberal da Inglaterra colonialista.

Spencer foi muito mais resenhado por autores das ciências sociais que da psicologia. Contudo, considerando o retorno das abordagens evolucionistas ou evolucionárias na psicologia, Spencer tem sido retomado e historicamente revalorizado. Assim é que se indica repetidamente o elogio de Darwin e de William James a Herbert Spencer.

Sir FRANCIS GALTON (1822-1911) cunhou em 1883 o termo eugenia para designar o estudo e o uso da reprodução seletiva em homens e animais a fim de melhorar as espécies ao longo das gerações especificamente em relação a seus padrões hereditários. Galton diferenciou a eugenia positiva da negativa, a primeira encorajando o mais apto a reproduzir-se com mais freqüência, a segunda desencorajando o menos apto a reproduzir.

Nessa vertente do melhoramento biológico, social e psíquico que se elaborou teoricamente na Inglaterra também pode ser incluído o contemporâneo de Spencer, Sir FRANCIS GALTON (1822-1911). As contribuições de Galton para a psicologia podem ser divididas em dois campos: a eugenia e a psicologia diferencial. Apresentaremos aqui somente a eugenia, uma vez que a psicologia diferencial será abordada no capítulo 16.

Termo cunhado por Galton a partir do grego, eugenia significa "bem-nascido" e consistia no estudo e no uso da reprodução seletiva com o fito de melhorar as espécies, principalmente dos atributos hereditários, ao longo das gerações. A definição de eugenia foi refinada por Galton ao distinguir a eugenia positiva, que incentivava a reprodução do "mais apto", da eugenia negativa, que buscava evitar ou dificultar a proliferação do "menos apto". Assim, e nos termos marcadamente conservadores da Inglaterra vitoriana, Galton afirmou "da maneira mais desqualificada" sua impaciência e objeção em relação à tese da igualdade natural entre os homens (Galton, 1869: 44).

O esforço de Galton foi o de mostrar que as habilidades mentais – o que ele chamava gênio – eram traços hereditários tanto quanto os padrões físicos e estavam, conseqüentemente, submetidas aos mesmos dispositivos de transmissão. O lorde inglês utilizou para demonstrar tal propósito dois instrumentos de legitimação, um artifício matemático (a teoria das probabilidades) e as palavras de Darwin (a SELEÇÃO ARTIFICIAL). O problema principal para Galton foi como ter acesso às habilidades mentais e como mostrar que eram traços hereditários. Para tanto, Galton fez uma passagem cheia de conseqüências ao correlacionar as habilidades mentais superiores à reputação profissional alcançada pelos indivíduos. O pressuposto era o de que a

A SELEÇÃO ARTIFICIAL indica o processo de modificação das espécies por meio do influxo humano, intencional ou não intencional.

reputação só pode ser alcançada através das altas HABILIDADES MENTAIS. Em seguida era preciso mostrar como os indivíduos de alta reputação mantinham um padrão hereditário. Em outras palavras, tratava-se de naturalizar as diferenças sociais. Além disto, observe-se que o termo correlacionar aqui é importante porque os instrumentos matemáticos permitem "limpar" as escolhas morais de Galton uma vez que a sofisticação introduzida pelas matemáticas obstruem freqüentemente a percepção dos interesses e conseqüências político-sociais envolvidos nessas análises.

É muito interessante notar os termos dessa escolha: "Eu estou convencido que homem algum pode atingir um reputação muito alta sem ser dotado de altas habilidades e poucos dos que possuem essas altas habilidades falham em alcançar eminência" (Galton, 1869: 79).

O primeiro passo foi dado sem maiores dificuldades – "Estou convencido…" –, o segundo foi dado ao indicar a similaridade entre a forma de distribuição das habilidades mentais e dos traços físicos herdados (ambos eram distribuídos segundo a curva normal). Embora tal similaridade não permitisse indicar a hereditariedade das habilidades mentais, o que importa notar é que o instrumental matemático ajudou a sustentar uma fraude científica muito mais por suas conseqüências sociais que por qualquer má-fé de seu criador e de seus divulgadores.

O argumento era circular; sem ter como medir a hereditariedade das habilidades mentais, Galton mediu as freqüências com que a eminência ou reputação aparecia em famílias de grande notabilidade segundo o grau de parentesco. Comparando-as com as freqüências de eminência esperada da população mais ampla, descobriu que as relações de homens eminentes exibiam uma freqüência muito maior de eminência que a esperada na base e que ela declinava conforme o grau de parentesco dessas relações. Então, e aí está a circularidade do argumento, Galton concluiu que esse padrão só poderia resultar da herança das habilidades mentais.

Independentemente das falhas do procedimento de Galton, estaríamos enganados ao diminuir as conseqüências das propostas eugênicas. Elas tiveram uma ampla aplicação ao longo do século XX e estão presentes em nossos dias. O infame programa eugênico levado a cabo na Alemanha nazista em nome da pureza da raça ariana foi realizado pela esterilização forçada de centenas de milhares de pessoas consideradas mentalmente desadaptadas e pelos programas de eutanásia compulsória que mais tarde desembocaram no assassinato de milhões de "indesejáveis", incluindo judeus, ciganos e homossexuais, durante o Holocausto perpetrado na Segunda Grande Guerra.

O segundo maior movimento eugênico ocorreu nos EUA que, desde o final do século XIX, implantou leis sob a égide da eugenia proibindo o

casamento dos epilépticos, imbecis e débeis mentais. As teses eugenistas também estiveram presentes em 1924 nas decisões do Congresso americano de dificultar a imigração, ao serem aconselhados sobre os riscos de espalhar entre os americanos um "estoque inferior" proveniente da Europa Oriental e do sul. Assim, também sob inspiração eugênica, foram adotadas, ainda nos EUA, leis contra o incesto e de antimiscigenação, bem como levados a cabo programas de esterilização que atingiram milhares de americanos considerados desadaptados. Um relatório favorável desse programa de esterilização foi apontado pelo governo nazista como evidência de que a esterilização era praticável e humana e, durante o Tribunal de Nuremberg dos Crimes de Guerra, os administradores nazistas de programas de esterilização em massa apontaram os programas americanos como sua inspiração. Contudo, observe-se que, com exceção do Reino Unido, quase todos os países não católicos da Europa Ocidental implantaram ao longo do século XX uma legislação eugênica.

Após a Segunda Grande Guerra, os programas perdem força, mas muitos eugenistas nos EUA criam o termo criptoeugenia com a intenção de manter as propostas eugênicas disfarçadas. Assim, diversas argumentações sobre raça, imigração, pobreza, criminalidade e saúde mental são categorizadas como criptoeugênicas, ou seja, publicações e práticas eugênicas ganham novos nomes. Atualmente, um dos programas de inspiração eugênica de maior alcance está ligado ao projeto genoma de mapeamento do código genético.

Uma importante modificação nos procedimentos classificatórios praticados pelos pesquisadores do mundo natural no final do século XVIII e início do século XIX consistiu no abandono da descrição do que era observado diretamente na superfície das coisas e na eleição de princípios ordenadores invisíveis que pudessem fornecer sentido à classificação dos seres. A história natural própria ao século XVIII ordenava seu mundo pela comparação das características visíveis das plantas e dos animais em um sistema fechado, refratário às transformações. As novas noções de vida, de função e de órgãos que emergem no século XIX deslocam o procedimento descritivo da história natural e se impõem na formação de novas práticas que constituem a biologia (Foucault, 1987). Também o tempo passa a constituir uma dimensão invisível que ordena as relações entre os seres vivos. A genealogia se impõe à comparação.

Darwin, representante dessas modificações, também se perguntou sobre o sentido da classificação. As aproximações e as diferenças que emergem da

pura comparação entre os seres vivos geravam uma infinidade de categorias, tornando a classificação pouco operacional. Essas categorias poderiam ser drasticamente reduzidas se fosse eleito um princípio norteador que fornecesse uma inteligibilidade manuseável. Enquanto biólogos mais ligados à Igreja – os teólogos naturalistas – se esforçavam em agrupar os seres vivos em círculos simbólicos que revelariam a escrita de Deus própria ao CRIACIONISMO, Darwin, na esteira transformacionista, elege a genealogia como critério que fornece sentido às aproximações e diferenciações que permitem agrupar os tipos animais e vegetais. Entende, pois, que as enormes diferenças existentes entre os seres vivos remontariam a um longo passado repleto de pequenas bifurcações. Se todos os seres existentes e que existiram pudessem ser coletados, então seria possível estabelecer suas séries, relacionando-os em um grande e indivisível grupo.

O CRIACIONISMO refere-se às teses que atribuem a criação dos seres vivos a uma entidade divina. Esta concepção contrastou com as abordagens evolucionista e transformacionista que acentuaram a dimensão processual, isto é, as transformações dos tipos vivos, e deixaram a questão da origem absoluta da vida em aberto.

Ainda que esse princípio tenha sido altamente difundido a partir de então na biologia, não devemos esquecer sua artificialidade. As "ordens, famílias e gêneros são termos meramente artificiais extremamente úteis para mostrar o parentesco daqueles membros da série que não se tornaram extintos" (Darwin, 1859). Darwin ainda comenta que os naturalistas sabem que seus critérios são artificiais, mas têm a estranha tendência a esquecer essa característica e conceber suas propostas como o simples reflexo do mundo natural.

A psicologia entra em cena nos trabalhos de Darwin a partir de sua tentativa de saber como o homem descende de alguma forma preexistente. Se no livro *Origem das espécies* (1859) não houve menção à genealogia humana, com o sucesso de suas propostas, a pergunta encontra seu encaminhamento vinte e poucos anos depois em *A ascendência do homem* (1871) e em *A expressão das emoções em homens e animais* (1872).

As conexões do homem com alguma forma preexistente foram procuradas nas variações da estrutura corporal e nas faculdades mentais. A assimetria dos critérios que garantem a conexão genealógica entre os seres vivos quando referidos às estruturas corporais e às faculdades mentais marca uma diferenciação presente entre biologia e psicologia. Darwin tem muito mais dificuldade em estabelecer critérios de ordenação das faculdades mentais e seus elos com formas anteriores, em franco contraste com os critérios utilizados para as estruturas corporais.

Ainda que Darwin não tenha desenvolvido uma teoria sofisticada da relação mente-corpo, ele concebe as faculdades mentais como produtos do funcionamento cerebral. Seu argumento era bastante simples: assim como não se sabe por que a gravitação é um efeito da matéria e ninguém fica perplexo por isso, também não sabemos por que a mente é um efeito do cérebro. Com essa definição naturalista, as faculdades mentais, tanto quanto os atributos estruturais dos organismos, poderiam ser utilizadas para classificá-los, legitimando a comparação entre homens e animais no campo da psicologia.

Entretanto, a tentativa de classificar um tipo animal por seus hábitos ou instintos havia se mostrado muito insatisfatória. Devemos lembrar sempre que as tentativas de classificação centradas em apenas um critério eram concebidas pelo naturalista como inadequadas e insuficientes, mas de uma forma geral o comportamento e as faculdades mentais não serviram ou não tiveram o mesmo respaldo que os critérios atinentes às estruturas corporais para o sistema classificatório.

Se fica claro que a base de sustentação da teoria biológica diferenciou-se da psicológica, por outro lado estaríamos equivocados ao afirmar que não houve interação entre elas, ou mesmo que a primeira tenha sido imposta à segunda. As faculdades mentais e o comportamento não são determinados passivamente pela evolução, tendo sido concebidos pelos TRANSFORMACIONISTAS como desempenhando um papel relevante na trajetória dos seres vivos. Jean-Baptiste LAMARCK concebia o comportamento como simultaneamente produto e instrumento das transformações das espécies. Sua obra teve importante influência no pensamento de Darwin que a conheceu durante seus estudos em Edimburgo (onde tentou sem sucesso formar-se em medicina como seu pai e seu avô) e que manteve por longo tempo no eixo de suas reflexões. O pensamento do naturalista francês atua sobre o jovem Darwin da seguinte forma: algumas modificações no ambiente constrangem os animais a novos hábitos, em decorrência de novas exigências. Novos hábitos alteram as estruturas cerebrais bem como outros órgãos, se praticados ao longo de muitas gerações. Para Darwin, a memória ou o pensamento, quando tornados habituais e involuntários, afetam a estrutura física do cérebro, podendo tais transformações ser transmitidas à prole. Dessa forma, os instintos ganhavam uma explicação

> O TRANSFORMACIONISMO se diferencia do fixismo e do criacionismo. No século XIX as teses transformacionistas valorizam a transformação dos tipos vivos ao longo do tempo, fornecendo inteligibilidade aos fósseis cujo desaparecimento as concepções criacionistas atribuíam a algum tipo de catástrofe, como o dilúvio.
>
> JEAN-BAPTISTE LAMARCK (1774-1829), um dos mais conhecidos transformacionistas da França, propôs os seguintes mecanismos retores da evolução. Os animais ajustam seus comportamentos conforme as circunstâncias e o uso contínuo de um orgão o fortalece. Os novos hábitos dos animais poderiam produzir mudanças hereditárias nos órgãos e funções.

materialista, mas grandes brechas ficaram abertas, a mais conhecida e mais grave sendo a pergunta: como conectar a modificação estrutural produzida pelo hábito com a transmissão para a prole das estruturas adquiridas?

Os INSTINTOS MARAVILHOSOS eram, para Darwin, extremamente difíceis de explicar pelo hábito. Sua dificuldade principal estava na acentuação do caráter não intencional e não consciente de comportamentos complexos. Como poderia a solitária vespa aprender a cavar um buraco, paralisar uma aranha e colocar seus ovos, se suas crias nascerão depois de sua morte? Que benefício futuro ela poderá tirar? Que tipo de ajuste do comportamento pode ser evocado para dar sentido a este tipo de instinto? Em um formigueiro pode haver formigas divididas em duas ou mais castas, sendo algumas estéreis. Como esses insetos sexualmente neutros poderiam deixar prole?

INSTINTOS MARAVILHOSOS eram, por exemplo, a mudança da lagarta em borboleta ou o comportamento altamente organizado das formigas divididas em castas dentro de um mesmo formigueiro. No primeiro caso, a transformação da lagarta em borboleta era concebida, entre os teólogos naturalistas, como uma evidência da intervenção divina no mundo natural.

Darwin encontrou respostas a estas perguntas na transposição do foco de análise do indivíduo para a população. A solução encontrada que permitiu a aplicação da teoria da seleção natural a estes casos foi o reconhecimento da diferença entre o animal que seleciona um comportamento por sua utilidade (o animal é o centro decisório) e o animal que é selecionado por seu comportamento útil (o animal é parte de um processo). A unidade de medida passa a ser a população ou a comunidade.

Um problema considerado psicológico como o do instinto ocupou, portanto, um lugar destacado no estabelecimento da teoria da seleção natural, envolvendo-a numa longa reflexão sobre a moral e as faculdades mentais.

Como dito anteriormente, foi principalmente nas obras *A ascendência do homem* (1871) e *A expressão das emoções em homens e animais* (1872) que Darwin buscou explicitar o parentesco comum entre homens e animais através das expressões e das faculdades mentais.

Ao longo desses livros foram desfiados extensos comentários sobre as semelhanças psicológicas entre homens e animais calcados em "fatos" colhidos por mais de quarenta anos através de observações, de questionários e de experimentações. A liberdade com que foram aplicados atributos mentais aos animais a partir das observações de viajantes e missionários salienta uma opção pela continuidade mental entre eles, já que esses "fatos" eram tremendamente antropomórficos e ANTROPOCÊNTRICOS.

Um exemplo de ANTROPOCÊNTRISMO: Sir E. Tennent, um dos agentes do colonialismo inglês na Índia e fonte de informações de Darwin, observou: "Alguns anos atrás um elefante que foi ferido por um nativo [...] perseguiu o homem até a cidade, seguiu-o pelas ruas e pisoteou-o até a morte no bazar em frente a uma multidão de espectadores apavorados, obtendo sucesso em sua retirada para a selva". Este "fato" registrado pelo eminente inglês indica o aguçado senso de justiça do elefante que foi injustamente ferido.

Muito mais do que uma fonte intelectual e documental para a construção de uma psicologia comparada ou uma etologia, a psicologia de Darwin se apresenta como uma crítica aos argumentos que isolam qualitativamente homens e animais. Assim é que a observação dos cachorros pode fornecer uma evidência anticartesiana, uma vez constatado que eles constroem "uma idéia geral dos gatos e das ovelhas, e conhece[m] as palavras correspondentes tão bem quanto as pode conhecer um filósofo" (Fontenay, 1998: 566). Ou mesmo que os animais se espantem; aqui, lembramos ser o espanto uma característica-chave para a atividade filosófica na concepção de Platão e Aristóteles. Ficamos também constrangidos ao sermos comparados pelo naturalista em relação aos nobres sentimentos de um cão que, no momento mesmo de sua vivisseção, lambe a mão de seu dono: sinal não só de aceitação de seu martírio em nome da nobre causa da ciência, como de seu perdão por uma ação tão cruel.

O esforço de Darwin se justificava pela barreira imposta à teoria da seleção natural diante da descontinuidade das capacidades mentais do homem e dos animais. A genealogia simiesca do homem, apesar de gerar INTENSAS DISCUSSÕES, foi aceita por um público amplo. Se o clero e algumas camadas dominantes a rejeitaram com fervor, o livro de Darwin alcançou várias tiragens, as palestras de Huxley atraíam multidões e houve também a produção de uma literatura popular, divulgando valores evolucionistas, avidamente consumida por um grande público.

A QUERELA entre Thomas Henry Huxley (1825-1895), o "buldogue de Darwin" por sua encarniçada defesa da teoria darwiniana (avô de Aldous Huxley, autor de *Admirável mundo novo*), e o bispo Samuel Wilberforce (1805-1973), importante representante da Igreja na Universidade, tem sido a mais divulgada, ainda que tremendamente parcial e incompleta. O bispo teria perguntado a Huxley se ele descendia de macaco por parte do avô ou da avó e este teria respondido que não se envergonhava de sua ascendência simiesca, mas de pertencer à mesma espécie daqueles que utilizam seu poderoso intelecto para falsear a verdade.

Mas, no plano das argumentações acadêmicas, muito havia ainda a ser feito para garantir a continuidade homem-animal no plano mental. Os esforços de George John Romanes (1848-1894) e Conwy Lloyd Morgan (1852-1936) foram os mais relevantes em continuidade com os do mais conhecido naturalista inglês.

Encarregado por Darwin de realizar a extensão das teses evolucionistas à mente e ao comportamento, Romanes realizou um estudo de psicologia comparada centrado na experiência humana consciente. Para ele, a força de uma teoria estava na possibilidade de fornecer inteligibilidade a campos novos que não tinham sido seu foco inicial e este era o caso da teoria da seleção na explicação de temas psicológicos como o instinto, a razão e o senso moral.

Seu projeto consistiu principalmente na elaboração de princípios explicativos da gênese da mente, mas ele também realizou estudos sobre o intelecto, a emoção, a vontade, a moral e a religião. Há um claro esforço em atestar a continuidade homem-animal, o que o levou a uma seleção bastante tendenciosa do material a ser analisado. Explicando: como seu material continuava provindo, em grande parte, de viajantes e missionários nas colônias européias, Romanes o selecionava conforme a fama do autor do relato. Se o autor não fosse reconhecido, fazia a verificação da qualidade da observação através da confrontação das informações. Como a maioria dos relatos utilizados era proveniente de eminentes ingleses trabalhando nas longínquas terras daquele então vasto império colonial, não questionava seus dados nem sua interpretação, já que, segundo seus critérios, estes eram válidos e confiáveis. Dessa forma, o antropomorfismo das observações ganhava uma teorização academicamente legitimadora na obra de Romanes. Contudo, também contou com observação mais controlada e chegou mesmo a "cuidar" de um MACACO CEBUS como parte de suas pesquisas.

A mente, em sua concepção, é imediatamente dada a nós, não podemos duvidar de que temos conhecimento de um certo fluxo de pensamentos e sentimentos. Com esta perspectiva SOLIPSISTA, a observação de outras mentes torna-se possível por inferência, a partir das atividades dos organismos que parecem exibi-las. Solipsismo e antropomorfismo regem a reflexão. Primeiro passo: os humanos têm acesso introspectiva e diretamente às suas mentes (é por analogia que podemos afirmar que todos partilhamos esta característica). Segundo passo: como só podemos inferir as mentes em animais a partir das atividades dos organismos, devemos compará-las às dos homens para, na medida de sua semelhança, vislumbrá-las.

Romanes justifica seu procedimento lançando mão de um argumento teológico. Assim como os teólogos mostraram que a mente divina só pode ser

A prática de criar macacos e primatas se tornou mais tarde difundida principalmente nos EUA, nos estudos de psicologia comparada, e, nesta linha, Romanes foi um inovador (ainda que o MACACO CEBUS tenha ficado sob os cuidados de sua irmã em uma residência londrina no século XIX e não tenha sido diretamente observado por ele).

SOLIPSISMO indica a valorização extrema do sujeito pensante que, por sua própria consciência, constitui-se como realidade única, todo o restante não passando de representações.

concebida por analogia com a nossa, ainda que imperfeita, também em relação à mente animal devemos impor tal entendimento e aplicar o "antropomorfismo invertido" (invertido aqui em comparação ao alvo teológico que, na primeira comparação, se dirige a Deus).

A consciência e a escolha são os traços distintivos que indicam a existência da mente entre os animais. Assim como os comportamentos humanos que não se restringem ao conjunto de hábitos herdados podem ser explicados pela consciência e pela escolha, também as atividades dos animais que escapam ao hábito podem indicar decisão e consciência. Mas a mente só pode ser inferida a partir de atividades que se sobrepõem às determinações inatas. Atividade consciente e aprendizagem se aproximam e a distinção inato-aprendido passa ao primeiro plano.

Coube a Conwy Lloyd Morgan indicar um caminho para que a psicologia comparada pudesse se livrar das pesadas lentes do antropomorfismo. Seu monismo metafísico o fez adotar a concepção de consciência de William James evitando o "forte PRECONCEITO de que temos estados mentais e de que o cérebro os condiciona" (1977ª [1894]). Seu monismo fornece três vetores ao trabalho do pesquisador: uma teoria monista do conhecimento, uma interpretação monista da natureza e um monismo analítico. O primeiro evita tanto o idealismo quanto os dualismos que segmentam sujeito e objeto como entidades separadas e independentes. Nesta direção, os aspectos subjetivos e objetivos são uma divisão que se faz sobre o fluxo unitário da experiência pela atividade da razão. A concepção monista da natureza, por sua vez, o leva a conceber a análise psicológica e a biológica como aspectos de um mesmo processo, a mente consistindo em um dos aspectos da existência natural. Finalmente, o monismo analítico indica que a divisão mente-corpo resulta do trabalho do conhecimento. A atividade do conhecimento cria um objeto a ser conhecido para além dos sentidos, uma vez que o acesso a ele ocorre somente pela reflexão. O homem é concebido como objeto natural, sendo seus aspectos corporais e mentais estabelecidos pelo mesmo movimento e sem que um determine o outro.

> Esse PRECONCEITO causalista está muito presente nos estudos psicofisiológicos de nossos dias. Reduz-se o psiquismo a mero efeito da atividade cerebral e perde-se toda a dimensão da experiência em sua dimensão social, simbólica, política etc.

Evocando a experiência subjetiva do leitor, Lloyd Morgan escreve "que ele sabe o que quero afirmar quando digo que ele é consciente" (1977ª [1894]: 11). O termo mente é utilizado como o conjunto das atividades psíquicas que,

não tendo uma realidade independente do corpo, correspondem a diferentes modos de olhar o mesmo conjunto de ocorrências naturais.

Lloyd Morgan transformou a divisão entre a mente e o corpo em diferença de superfície, isto é, evitou sua duplicação ontológica. Entretanto, manteve a introspecção como via de acesso à mente: só podemos ter um conhecimento direto e imediato dos próprios processos psíquicos, o que faz da introspecção o ponto de partida de toda a psicologia comparada.

Mas seu monismo falha justamente na tentativa de conhecer as mentes animais. Podemos colocar sua questão da seguinte forma: se só temos conhecimento direto de nossa própria mente e derivamos sua existência nos outros homens por analogia, dada a semelhança interna à nossa espécie, como conhecer as mentes animais? É o aspecto corporal que sustenta a comparação porque permite estabelecer uma ponte entre as mentes humanas e as animais. Se a observação direta das mentes animais nos é vedada, as semelhanças corporais sustentam a hipótese das semelhanças psíquicas. O trajeto da comparação tem como ponto de partida o aspecto mental dos homens, passando em seguida a seu aspecto corporal, de onde, dadas as semelhanças, passa-se ao aspecto corporal de alguns animais para, finalmente, alcançarmos seu aspecto mental. A teoria da evolução constitui o solo desse trajeto, já que tanto o aspecto mental quanto o corporal são o resultado de exigências ambientais.

O dualismo de aspecto apresentado por Lloyd Morgan – que, em sua argumentação filosófica, seria secundário em relação ao monismo metafísico –, levou-o a uma valorização anômala (como compatibilizar a hierarquia dos aspectos com o monismo?) do aspecto corporal sobre o mental. A comparação entre os psiquismos segundo Lloyd Morgan é legítima quando realizada, no máximo, em relação aos vertebrados superiores, porque seus estados psíquicos podem ser inferidos a partir da semelhança de seus hemisférios cerebrais com os dos homens. A dificuldade em atribuir esse privilégio ao aspecto físico, incoerente com o monismo, deixa em aberto o conhecimento dos estados psíquicos de animais cujas estruturas cerebrais são muito diferenciadas da dos homens.

Lloyd Morgan também introduziu o "princípio da simplicidade" na atividade comparativa. Este princípio diz que não se deve interpretar uma ação de um animal através de uma faculdade psíquica superior se ela puder ser explicada por uma outra mais simples. Tal princípio atuará no estabelecimento das diferenças entre as funções psíquicas de homens e animais, introduzindo uma continuidade imprevista ao legitimar a busca e a generalização de

explicações "objetivas" das características mentais dos animais. É conhecido como cânon de Lloyd Morgan, organizando as pesquisas comparadas a partir da teoria da evolução. O parâmetro para inferir as habilidades mentais dos animais tem necessariamente que resultar de seu comportamento nos ambientes, já que a seleção natural não poderia explicar uma faculdade mental superior às exigidas por essa interação.

A acentuação do experimentalismo nos estudos psicológicos no início do século XX introduziu definitivamente uma desconfiança quanto à validade da observação. Se essa validade já havia sido notada por Romanes, os novos pesquisadores se ampararam sobretudo na observação planejada, não casual, e a tornaram dispositivo de legitimação indispensável.

A aproximação entre homens e animais levada a cabo por Darwin foi o solo de onde emergiu a psicologia comparada. Canguilhem (1970) mostra, entretanto, como a metodologia desta se desenvolveu, em parte, contra a perspectiva darwiniana. A psicologia que compara homens e animais se tornou possível transformando o difundido paralelismo homem-animal, com sua intransponível barreira, numa genealogia de muitas e pequenas diferenças. Assim, noções como retorno, luta pela vida, adaptação por seleção natural forneceram instrumentos para a comparação na psicologia, mas sua aplicação teve que esperar até os trabalhos de Lloyd-Morgan.

A noção de meio específico da vida desenvolvida por Jacob von Uexküll (1864-1944) – considerado por alguns etólogos como figura central para emergência de seu campo – e, mais tarde, pela etologia (cf. capítulo 17) permitiu o abandono dessa homogeneização promovida por Darwin na medida em que dissociou estrutura e comportamento. As características psicológicas do animal, se não anularmos as diferenças, devem ser tomadas pelas relações entre o organismo do animal e o meio que ele determina por sua estrutura: "A atenção de um animal é inseparável de seu modo de capturar suas presas. A rã aguarda e o sapo procura" (Canguilhem, 1970: 125).

A psicologia elaborou essa relação entre homens e animais de três modos: primeiramente, tomando a conduta dos animais como referenciada à experiência humana conscientemente vivida. Em seguida, a psicologia abordou as condutas animais como tema da fisiologia, compreendida como parte da biologia que aborda as relações entre o organismo e o meio. Uma terceira via foi o estudo do comportamento animal isolado de seu meio, isto é, inserido no laboratório e abordado analiticamente. Foi necessário que a psicologia se liberasse dessas formas de pesquisa para considerar o animal como sujeito de

sua experiência, ou seja, foi necessário que esse caminho fosse percorrido para que a psicologia se despojasse de seu antropomorfismo.

Referências

Burrow, John W. (1968) *Evolution and Society. A Study in Victorian Social Theory.* Cambridge: Cambridge University Press.

Canguilhem, G. (1970) L'homme et l'animal du point de vue psychologique selon Charles Darwin. In: *Études d'histoire et de philosophie des sciences.* Paris: Vrin, 112-125.

Darwin, C. (1909) *The voyage of the beagle (1840-43)*. Nova York: P.F. Collier & Son Company.

_________ (1994 [1859]) *Origem das espécies*. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Vila Rica.

_________ (2000 [1872]) *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras.

_________ (2000 [1887]) *Autobiografia, 1809-1882*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_________ (s/d [1871]) *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex.* Nova York: Random House, Inc.

Desmond, A. e J. Moore (2000) *Darwin. A vida de um evolucionista atormentado*. São Paulo: Geração Editorial.

Foucault, M. (1987) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.

Galton, Francis (1869) *Hereditarius Genius: An Inquiry into Its Laws and Consequences*. Londres: Macmillan. Disponível também no sítio: http://galton.org.

Jacquard, A. (1986) Darwin. In: F. Châtelet, O. Duhamel e E. Pisier (eds.) *Dictionnaire des œuvres politiques* (pp. 246-252). Paris: PUF.

Kuper, Adam. (1988) *The invention of primitive Society. Transformations of an Illusion.* Londres: Routledge.

Lewontin, R. C. e Levins, R. (eds.) (1985) Evolução. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 6: Orgânico/Inorgânico. Evolução. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Lloyd Morgan, C. (1977a [1894]) *An Introduction to Comparative Psychology.* Washington, D.C., University Publications of America.

_________ (1977b [1894]) *The Limits of Animal Intelligence*. Washington, D.C.: University Publications of America.

Morgan, C. L. e R. H. Wozniak (1993) *An Introduction to Comparative Psychology*. Londres: Routledge/Thoemmes Press.

Richards, R. J. (1987) *Darwin and the Emergence of Evolutionary Theories of Mind and Behavior.* Chicago: University of Chicago Press.

Romanes, G. J. (1912 [1882]) *Animal intelligence*. Nova York e Londres: D. Appleton and Company.

_________ e C. Darwin (1883) *Mental Evolution in Animals.* Nova York: D. Appleton and Company.

von Uexküll, J. (1998) La Tique et son milieu. In: B. Cyrulnik. *Si les lions pouvaient parler: essais sur la condition animale*. Paris: Gallimard, 703-706.

Wozniak, R. H. (1999) *Classics in Psychology, 1855-1914: Historical Essays.* Bristol, UK: Thoemmes Press.

Capítulo 7
O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação

Arthur Arruda Leal Ferreira
Guilherme Gutman

As condições históricas dos movimentos funcionalistas

A psicologia no século XIX, especialmente como se produzia na Alemanha no final daquele século (centro mundial da produção acadêmica e institucional deste saber nesse período), é completamente estranha ao nosso quadro atual. Trata-se de uma psicologia que:

a) Devota-se à pesquisa pura, em contraste com o quadro recente que enfatiza o aspecto prático de intervenção nos mais diversos campos.

b) Toma como objeto de estudo a nossa experiência comum consciente, objeto suficientemente problematizado por correntes relevantes como a psicanálise e o behaviorismo.

c) Devota-se a este objeto através da suspeita de ilusão de nossa experiência comum, problema herdado da física e da filosofia do século XVII, sem buscar, naquele momento, qualquer forma de ajustamento dos indivíduos.

d) Utiliza nesse exame da nossa experiência uma forma particular de introspecção controlada em que os sujeitos teriam que ser mentalmente sãos e treinados para fazer a descrição mais precisa dos elementos básicos dessa experiência comum, as sensações.

e) Por conta das exigências do método, não estuda os sujeitos comuns (muito menos crianças, animais e loucos); estuda outros psicólogos devidamente treinados na profissão de fé da fisiologia para chegarem aos meandros da nossa experiência mais pura. Mais ingênua.

O objetivo deste capítulo é expor a transformação desse quadro da psicologia, tal como operada especialmente nos Estados Unidos graças ao movimento funcionalista, composto por psicólogos como Granville Stanley Hall (1844-1924), James McKeen Cattell (1860-1944), James Mark Baldwin (1831-1934) e William James (1842-1910), além de escolas como a de Chicago, composta por John Dewey (1859-1952), James Angell (1869-1949) e Harvey Carr (1873-1954), e a de Colúmbia, integrada por Edward Lee Thorndike (1874-1949) e Robert Sears Woodworth (1869-1962).

Para compreender tal transformação, é necessário de início estabelecer uma distinção básica entre essa orientação funcionalista norte-americana surgida na virada do século XIX para o século XX e um projeto da psicologia enquanto ciência e técnica da adaptação que, de um modo mais amplo, se faz presente de modo maciço na atualidade. De fato, esse projeto delimita-se a partir tanto desse movimento funcionalista como das psicologias diferencial e comparada, surgidas na Inglaterra (cf. capítulo 6). Nesses movimentos, graças ao empuxo darwinista, demarca-se uma psicologia interessada na adaptação, evolução e variação das atividades mentais. Contudo, ao longo da história da psicologia, esse modelo se dissemina, transcende os seus movimentos originais e se dissolve no campo psicológico, dando a uma expressiva parte desse campo sua feição atual enquanto saber voltado para as práticas de ajustamento. Que forças históricas conduziram de forma mais específica a esse projeto? Como o movimento funcionalista norte-americano lhe conferiu uma feição mais organizada e sistemática, apesar de sua tão comentada falta de sistematicidade? Estas são as questões que serão tratadas na seqüência deste capítulo.

Comecemos pela primeira questão, a saber, que condições presentes em solo norte-americano teriam constituído, de forma específica, essa forma de fazer psicologia. Dentre várias situações que concorreram para a irrupção desse projeto, destacamos duas: a) as necessidades políticas e administrativas decorrentes de um processo de modernização avançado próprio àquele país; e b) as características do sistema universitário norte-americano no final do século XIX.

No que tange à modernização, pode-se dizer que, especialmente em meados do século XIX, assiste-se nos Estados Unidos, de modo semelhante a alguns países europeus, a um galopante processo de urbanização que se expande da costa leste em direção à oeste, por meio do avanço industrial e de uma série de transformações institucionais, como a expansão do sistema escolar. Esse processo demandou uma série de novos ajustes, exames e controles sobre os indivíduos, que Foucault (1977) denominaria poder disciplinar (cf.

capítulo 1). É nesse contexto que a psicologia passou a ter um papel ativo, classificando, selecionando e ajustando os indivíduos a esses novos espaços – as escolas e as fábricas – e auxiliando no bom uso da sua liberdade nesse admirável mundo novo.

Como vimos no primeiro capítulo, a psicologia da experiência alemã é herdeira da problemática do estudo da subjetividade, enquanto a psicologia dos países de língua anglo-saxã vincula-se à temática do indivíduo, ancorado nas forças vitais.

É nesse avanço galopante da modernidade que o sistema universitário norte-americano se expande, sem o peso da tradição que possuíam as universidades européias. Em certas áreas, como a da filosofia e das ciências humanas, isso implicava a adoção de novos modelos e paradigmas, como os evolucionismos darwinista e spenceriano (cf. capítulo 6), conduzindo à circulação de novos conceitos como adaptação, função e equilíbrio na constituição de novas áreas e na abordagem de velhos problemas, como o do conhecimento humano.

Essa expansão universitária levou à constituição de novas e importantes universidades, como a de Chicago e a de Colúmbia, sedes de movimentos funcionalistas. É nesses centros e em outras universidades mais tradicionais, como Harvard, que esses novos conceitos serão vigorosamente utilizados, não apenas visando estudar processos naturais como a evolução e adaptação dos organismos, mas especialmente promovê-los nos finos ajustes e controles do mundo moderno em expansão. É neste sentido que se pode dizer que o movimento funcionalista conduziu a uma implementação refletida e regulada das práticas disciplinares surgidas na modernidade.

Os primeiros psicólogos norte-americanos

Nesse processo, alguns psicólogos começam a se destacar em centros isolados e com diferentes relações com a matriz alemã. Um primeiro grupo, claramente representado pelo inglês Edward Titchener (1867-1927) na Universidade de Cornell, aportava nos Estados Unidos (no seu caso, em 1892), visando trazer a boa nova da psicologia alemã. Esse psicólogo será responsável pelo batismo da psicologia funcionalista em 1898, ao tentar diferenciá-la de sua psicologia, a estrutural, supostamente mais objetiva e oficial (cf. capítulo 5). Titchener será uma voz praticamente isolada no contexto da psicologia americana, pregando no deserto do novo mundo.

Um segundo grupo, composto por psicólogos genuinamente norte-americanos, como Granville Stanley Hall, James McKeen Cattell e James Mark Baldwin, freqüentou a Roma da psicologia do século XIX (Leipzig, na Alemanha) visando à obtenção da bênção institucional de seu papa (Wilhelm Wundt). Mas essa rígida formação não aplacou interesses diversos do modo germânico de produzir psicologia. Baldwin (em Princeton), por exemplo, tendo passado apenas um breve período em Leipzig (1885), foi um dos autores que, de modo mais evidente, adotou o pensamento darwinista, voltando-o para temas como o desenvolvimento infantil. Cattell, mesmo tendo sido o primeiro assistente de Wundt em 1883, ao retornar para Columbia dedicou-se ao trabalho de aperfeiçoamento de medidas mentais para a classificação dos indivíduos, crucial para a constituição dos testes mentais (cf. capítulo 16). Stanley Hall, apesar de ser, sob orientação de William James, o primeiro doutor em psicologia nos Estados Unidos em 1878, e o primeiro aluno americano de Wundt (em 1879), ao retornar para a Universidade de Clark promove a implantação de uma série de novas áreas e de um conjunto de novas instituições. É desta forma que se dedica a áreas como a psicologia da infância, adolescência e velhice, a psicologia da educação, o sexo e a religião. Funda revistas (como a *American Journal of Psychology*) e associações (como a American Psychological Association – a mais importante dos Estados Unidos), além de ser responsável pelo convite, em 1909, para a vinda de Sandor Ferenczi, Gustav Jung e Sigmund Freud para expor em linhas gerais a psicanálise (cf. capítulo 23), ou, nas palavras do último, "trazer a peste para a América".

Um terceiro grupo de psicólogos, composto por William James (em Harvard) e por John Dewey (nas universidades de Michigan, Minesota e Chicago), dispensa claramente as bênçãos da matriz germânica e implanta essa disciplina em território norte-americano a seu próprio modo. As primeiras tentativas de sistematização da psicologia sob a nova orientação couberam a estes autores: Dewey, com seu livro *Psychology* (1886), e James, com seu *The Principles of Psychology* (1890), mesmo que esses textos tivessem um aspecto pouco sistemático para os padrões germânicos (Wundt considerava *Os princípios de psicologia* de James como pura literatura). O livro-texto de James, ainda que posterior ao trabalho de Dewey (os primeiros artigos de James datam de 1878), foi fundamental para a constituição de um primeiro esboço do movimento funcionalista. Examinemos no próximo item como se esboçam a psicologia e, em especial, a filosofia de James.

A psicologia e a filosofia de William James

Para fins didáticos, é possível dividir a obra de WILLIAM JAMES em dois momentos: um psicológico (que vai da década de 1870 à de 1890) e outro filosófico (da década de 1890 até o final de sua vida). O primeiro período tem como marco inicial a criação de um pequeno laboratório de psicologia, em 1875, na Universidade de Harvard (ao qual James, na verdade, nunca devotou grande interesse), ou, ainda no mesmo ano, o seu primeiro curso de psicologia, sobre *As relações entre a fisiologia e a psicologia*. Nesse período, o ponto culminante de sua produção teórica é, sem dúvida, a publicação em 1890, após 12 anos de elaboração minuciosa, de *OS PRINCÍPIOS DE PSICOLOGIA*. Nesse tratado de mais de mil páginas encontram-se as principais idéias de James sobre tópicos tais como "hábito", "atenção", "fluxo do pensamento" e "*self*". Vejamos um pouco de alguns destes temas, a começar pelo último.

WILLIAM JAMES nasceu em Nova York, em 1842, e faleceu em 1910, em sua casa de campo na cidade americana de Chocorua. Em sua juventude, acompanhou o então eminente naturalista Louis Agassiz em uma expedição ao Brasil. Médico, introduziu os métodos experimentais em psicologia na Universidade de Harvard, decisivos para a elaboração de *Os princípios de psicologia* (1890). Teve, ao longo da vida, interesse profundo pelo estudo das religiões e temas místicos, deixando um livro importante sobre o tópico: *As variedades da experiência religiosa* (1902). Como filósofo, foi responsável por aquela que é considerada a maior contribuição americana à filosofia: o *pragmatismo*.

THE PRINCIPLES OF PSYCHOLOGY, no original. No Brasil, foi traduzido apenas o capítulo IX – "*O fluxo do pensamento*" –, presente na série *Os Pensadores*, da Abril Cultural, no volume dedicado a William James. Há uma tradução argentina desse tratado publicada pela Editora Glem (James, 1890).

Em primeiro lugar, James interroga os limites daquilo que é chamado de "*self*", "eu" ou "ego" (os três termos são usados de forma intercambiável, sem distinção conceitual nítida), em oposição ao mundo circundante. Em sua concepção, o *self* não é algo como uma esfera polida, com um espaço interior no qual cabem coisas, e mergulhada em um mundo que a delimita externamente. O eu, afirmou James, é apenas "o nome de uma posição"; uma espécie de perspectiva individual privilegiada a partir da qual o mundo é medido em suas distâncias. Em segundo lugar, James concebe tais distâncias – por exemplo, a distância entre o que é "aqui" e "ali" – em função das ações individuais sobre o ambiente: onde o indivíduo age é o aqui ou, em outro exemplo possível, o momento em que ele age é o "agora", contraposto ao momento de uma ação passada ou de uma ação que ainda acontecerá. Em razão disso, James constrói uma noção de *self* caracterizada por certa *fluidez*: sem limites estabelecidos previamente e com as referências básicas de tempo e espaço definidas em função das ações das quais esse mesmo *self* é autor. Em

outras palavras, o *self* não existe como uma estrutura com certa organização psíquica, antes de suas ações; ao contrário, ele passa a existir em função de suas ações sobre o ambiente!

A posição de James desconcerta o seu leitor, num primeiro momento, em função de sua originalidade. É possível dizer, em favor do efeito, que o próprio autor também ficou desconcertado ao chegar às conclusões a que chegou. Na verdade, essa versão mais fluida de *self* é produto da fase final de sua obra, estando presente principalmente nos *Ensaios sobre o Empirismo Radical* (1905). É, contudo, resultado de uma longa trajetória intelectual – o trabalho de uma vida, não seria exagero dizer – que começa exatamente em seus escritos mais psicológicos. Em um dos capítulos mais citados desse livro tão abrangente, no qual James estuda o conceito de "fluxo do pensamento", temos um excelente exemplo do modo como ele já avançava teoricamente em bases sobre as quais, mais tarde, edificaria, em termos mais livres, as relações entre o *self* e o ambiente. Ao afirmar que o pensamento é contínuo, isto é, que não é fragmentado em partes, ele constitui a metáfora que nomeará o capítulo e entrará para a história como uma de suas principais contribuições ao estudo da psicologia. Escreveu ele:

> A consciência não se apresenta, para ela mesma, cortada em pequenos pedaços. Palavras tais como "cadeia" ou "sucessão" não a descrevem adequadamente, tal qual ela se apresenta em primeira instância. Ela não é algo agregado; ela flui. Um "rio" ou um "fluxo" são as metáforas pelas quais ela é mais naturalmente descrita. *Ao falar dela, daqui por diante, vamos chamá-la de o fluxo do pensamento, da consciência ou da vida subjetiva* (James, 1890: 239).

A vida subjetiva retratada como o fluxo de um rio – correlata do conceito de *fluxo do pensamento* – é uma idéia poderosa que, associada a outras peças conceituais do mesmo período e levada à radicalidade em escritos posteriores, é uma das vigas centrais para a caracterização final dos principais conceitos de James. Nestes termos, a consciência teria como propriedades básicas: 1) a pessoalidade; 2) o seu aspecto mutante; 3) a continuidade; 4) a referência aos objetos; 5) o seu aspecto seletivo (James, 1890: 225).

A análise do conceito de *hábito* também será útil à compreensão de como os "textos psicológicos" de James, especialmente quando interpretados ao lado dos "textos filosóficos e religiosos" do último período, já traziam as idéias mais importantes para a caracterização de seu funcionalismo. Sobre *hábito*, há três tópicos principais: primeiro, o destaque dado à sua base física ou neurofisiológica e sua participação tanto nos limites do aprendizado de novos

hábitos como na modificação de hábitos antigos; segundo, a apresentação do hábito como uma versão possível das ações adaptativas de um organismo em referência a um meio; ou seja, a ênfase sobre os aspectos funcionais do hábito; terceiro, a possibilidade de alteração dos hábitos pela ação voluntária e os efeitos ético-morais a ela correspondentes.

Os dois primeiros tópicos são especialmente relevantes para o tema em questão. No primeiro tópico, está presente um elemento central que é o do contraponto regular da preocupação de James em conceber o hábito em solo fisicalista, com seu interesse em determinadas implicações de cunho ético. Fundamentalmente, ele lança metáforas naturalistas de efeitos teóricos e morais poderosos. Ou seja, James enuncia, com base em um vocabulário biológico, definições sintéticas de seus conceitos principais, mas de sintaxe suficientemente ampla para que ele próprio, mais adiante, estenda largamente suas possibilidades de significação. Sua metáfora central nesse conjunto de textos é a de que "um hábito adquirido, do ponto de vista fisiológico, é nada mais que uma nova via de descarga formada no cérebro pela qual, desde então, certas correntes aferentes tendem a seguir" (James, 1892: 137).

No segundo tópico, James revela a posição darwiniana ao destacar a utilidade adaptativa do hábito. Ao dissertar sobre os "efeitos práticos do hábito", ele é claro: "Primeiro, o hábito simplifica nossos movimentos, os faz acurados e diminui a fadiga. [...] Segundo, o hábito diminui a atenção consciente com a qual realizamos nossos atos" (James, 1892: 140-141). E, na continuidade, James enuncia sua segunda metáfora naturalista: "Hábitos dependem de sensações não atendidas" (James, 1892: 143).

O fundamental aqui é notar o quanto é importante para um organismo a aquisição e manutenção da habilidade, ou capacidade, de fazer a atenção consciente repousar. Em outras palavras, não atender a uma sensação equivale a ascender a um tipo particular de repouso. Deixando a cargo do hábito toda uma série de atividades mais ou menos cotidianas ou banais, embora fundamentais à conservação da vida diária, o organismo reserva à vida mental plenamente consciente outras tarefas e esforços.

Retomando o que se convencionou chamar aqui de primeira metáfora naturalista, é possível colocar em suspenso a nomeclatura neurofisiológica e sustentar a afirmação mais simples de que *um hábito é uma via.* Ao se destituir a metáfora de termos como "correntes elétricas" e "descargas cerebrais", abre-se campo para uma imagem de *self* menos comprometida com o vocabulário da neurofisiologia. Não é que James tenha deixado de lado a fisiologia, mas, ao reduzir o seu interesse pela psicologia experimental, passa a falar do corpo,

utilizando-se mais dos termos da linguagem do dia-a-dia do que do vocabulário médico. Então, essa imagem de *self*, potencialmente delineada no segmento mais maduro da obra de James, tem como centro de referência conceitual um corpo humano e suas ações, mas não restringe seu alcance semântico à gramática do fisicalismo.

Em suma, os conceitos de *self*, *fluxo do pensamento* e *hábito* fornecem indicações teóricas suficientes para a sustentação da importância de James para o funcionalismo: na obra desse autor, o foco está sempre colocado sobre a função e não sobre supostas "propriedades" de um organismo dotado de psiquismo. Dito de outra forma, na perspectiva jamesiana, o que um organismo é, ou deixa de ser, decorre das funções que exerce e das interações com um dado ambiente.

No entanto, como Dewey (1940) ressalta, a psicologia dos *Princípios* de James ainda não é plenamente funcional. Suas intenções funcionalistas se expressam na adoção parcial da máxima oriunda de Herbert Spencer segundo a qual os fenômenos biológicos e psicológicos se irmanam nos processos adaptativos entre as relações internas e externas ao organismo. Ou ainda no balanceamento desta máxima com a proposta darwinista de seleção ao acaso das variações do organismo. Essa psicologia seria prenhe de boas intenções, mas seria travada por obstáculos, como um certo dualismo entre um sujeito conhecedor e os objetos a serem conhecidos, postulados como entidades naturais e dadas previamente à tarefa do conhecimento. Mesmo que este dualismo seja advogado como atitude do psicólogo, seria um entrave a um funcionalismo que toma essas entidades como construídas nas ações do organismo (Dewey, 1940: 343 e 354).

Contudo, é na filosofia de James (à qual se dedica a partir da década de 1880) e, mais especificamente, no seu pragmatismo que a orientação funcionalista ganha força. Para termos de modo mais claro essa mudança em seu trabalho, devemos recorrer a algumas definições prévias de sua filosofia. Passemos a palavra ao próprio autor. Sobre o pragmatismo, este seria "primeiramente um método, e em segundo lugar, uma teoria genética do que se entende por verdade" (James, 1907: 25). Em seu primeiro sentido, significa: "A atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das "categorias", das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, conseqüências, fatos" (James, 1907: 21). Atuaria de forma a

> [...] extrair de cada palavra o seu valor de compra prático, pô-la a trabalhar dentro da corrente de nossa experiência. Desdobra-se então menos como uma solução do que como um programa para mais trabalho,

e mais particularmente como uma indicação dos caminhos pelos quais as realidades existentes podem ser modificadas.

As teorias assim tornam-se instrumentos e não respostas aos enigmas, sobre as quais podemos descansar (James, 1907: 20).

O método pragmatista aqui exposto é originário do filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914). Contudo, na sua apropriação há um deslocamento, pois, se para Peirce este visava apenas extrair as "regras de conduta", ou ações presentes nos diversos conceitos, para James este representava o estudo das modificações na experiência trazidas pelas teorias, em especial as metafísicas e religiosas. Portanto, ao contrário de Peirce, para James a teoria da verdade, ou o segundo sentido para o termo pragmatismo, é tida como conseqüência natural do seu primeiro sentido, enquanto método. Se o método pragmático une o significado à conduta, a teoria pragmática da verdade implica a boa conduta em seu sentido adaptativo. Devolvendo novamente a palavra a James (1907: 78):

> Nosso relato de verdade é um relato de verdade no plural, o processo de conduzir, compreendido *in rebus* (nas coisas), e tendo somente essa qualidade em comum, que elas pagam. Cumpririam guiando-nos a alguma parte de um sistema que mergulha em numerosos pontos, em objetos de percepção-senso, que podemos copiar mentalmente ou não, mas com os quais, de qualquer modo estamos na espécie de comércio designado verificação. A verdade para nós é simplesmente um nome coletivo para processos de verificação, do mesmo modo que a saúde, a riqueza, a força, etc., são nomes de outros processos ligados à vida, e também perseguidos, porque compensa persegui-los. A verdade é feita, do mesmo modo que a saúde, a riqueza e a força são feitas no curso dos acontecimentos.
>
> Verdadeira é o nome para qualquer idéia que inicie o processo de verificação, útil é o nome para sua função completada na experiência (James, 1907: 73).

Exposto em breves linhas o pragmatismo, deve-se em seguida perguntar: quais são as relações dessa forma de pensar o conhecimento com o movimento funcionalista? Mais do que a mera presença de alguns autores, como Dewey, nos dois movimentos, para alguns comentadores a relação entre pragmatismo e funcionalismo é de pura semelhança. Seriam, pois, duas faces de uma mesma moeda: o pragmatismo seria o funcionalismo filosófico, assim como o funcionalismo seria o pragmatismo psicológico. É deste modo que Angell se pronuncia:

> Não desejo comprometer qualquer das tendências ao afirmar que a psicologia funcional e o pragmatismo são a mesma coisa. Na verdade, como

> psicólogo eu hesitaria em atrair para mim a torrente de críticas metafísicas, provocadas pelos autores pragmatistas [...] De qualquer forma, sustento apenas que os dois movimentos decorrem de motivação lógica semelhante e, para sua vitalidade e propagação, dependem de forças muito semelhantes (Angell, 1906: 622).

Contudo, mais concretamente, que implicações o pragmatismo tem para a constituição dos funcionalismos? A tese aqui defendida é que, dentro desses novos referenciais, a consciência e a experiência não são mais abordáveis no afã analítico de decompô-las em seus elementos mínimos, a fim de distinguir a verdade das ilusões (como almejava a psicologia alemã). Como não há verdade prévia, mas apenas efeitos de verdade, deve-se tomar a experiência consciente a partir de seus processos e efeitos. É desta maneira que ela passa a ser considerada a partir da sua função em um duplo sentido: enquanto um processo dinâmico (um ato) e como processo orgânico dotado de finalidade adaptativa. Aqui, a experiência consciente se coloca conforme uma nova questão: para que serve? Como opera? Qual é a sua função biológica?

Ainda que o objeto da psicologia se assemelhe bastante ao da psicologia alemã, a experiência passa a ser vista a partir de uma nova questão (a adaptação), através de métodos diversificados que fogem da monotonia da introspecção controlada (os métodos comparativos com os animais, as psicometrias, a observação natural) e regulada por um novo modelo de cunho estritamente darwinista. Essa guinada é crucial na história da psicologia porque encarna o sujeito da experiência, avalizado pela psicologia clássica como sujeito dos erros ou das ilusões do conhecimento em um corpo vivo. Se a psicologia clássica, mesmo apoiada na fisiologia sensorial, estudou a nossa experiência imediata a partir do referencial de verdade da experiência mediata da física, tomando esse sujeito desencarnado do conhecimento como modelo, o funcionalismo denunciou essa ilusão, passando a conceber a verdade e a ilusão como processos da vida, adaptação e desadaptação. Em outras palavras, a fisiologia cede à biologia a função de ciência-guia da psicologia. Com isso, a relação da consciência com o mundo passa a ser de adaptação e não mais de adequação (como estabelecido pela psicologia alemã). Vejamos de modo mais detalhado a encarnação desse projeto da psicologia no próximo item.

As escolas de Chicago e Columbia

Neste momento, podemos nos deparar mais claramente com a questão proposta no início do artigo, a saber: como o movimento funcionalista norte-americano deu uma feição mais organizada e sistemática ao projeto da psicologia enquanto ciência e técnica de adaptação. Apesar de não possuir o caráter engessado de um sistema como o voluntarismo de Wundt ou o estruturalismo de Titchener (cf. capítulo 5), os princípios funcionais se convertem em escolas no final do século XIX, e justamente em duas das mais novas universidades americanas: Chicago e Columbia. A primeira, como visto, com Dewey (que se manteve ligado à psicologia apenas até a passagem para o século XX), Angell e Carr; e a segunda com Thorndike e Woodworth.

Nessas escolas marca-se o que poderíamos designar como orientação funcionalista propriamente dita. O que seria essa abordagem? Deve-se lembrar, antes de tudo, que nesse período inicial da psicologia institucionalizada nenhum psicólogo se distinguia nitidamente dos demais por sua escola, isolando-se do convívio com os demais, ou utilizando algo como uma etiqueta ou crachá, revelando a sua orientação. O que caracterizava uma escola era então o convívio institucional de um grupo de psicólogos que operavam mais ou menos dentro de uma mesma linha, como no caso dessas escolas funcionalistas. De mais a mais, deve-se lembrar que o batismo dessa escola deve-se ao grande opositor dessa abordagem e paladino da psicologia germânica nos Estados Unidos, Titchener, na tentativa de distinção entre as abordagens estrutural e funcional. Apesar de estas não serem vistas como antagônicas, demarcam uma tomada da consciência mais voltada para a decomposição em seus elementos (abordagem estrutural, mais semelhante à anatomia), ou mais direcionada para seus processos e efeitos adaptativos (abordagem funcional, mais próxima à fisiologia), ou ainda voltada para a história da evolução dos seus componentes (abordagem genética, análoga à embriologia). Contudo, essa distinção se aprofunda, dividindo o campo da psicologia americana.

Como foi se especificando a nascente psicologia funcional? Na seqüência, demarcaremos algumas características dessa psicologia, tal como se apresenta nas suas duas principais escolas. A Escola de Chicago servirá de linha mestra, ainda que a de Columbia se imponha em certos temas.

A primeira característica dessa psicologia é a sua assistematicidade. Certamente isso facilitou a sua difusão e a delimitação de modo mais amplo da psicologia como ciência e técnica de adaptação. Esse caráter assistemático é reconhecido por seus próprios membros, como Angell (1906: 617-618):

> Atualmente, a psicologia funcional é um pouco mais do que um ponto de vista, um programa, uma ambição. Sua vitalidade talvez decorra fundamentalmente de um protesto contra a excelência exclusiva de outro ponto de partida para o estudo da mente [o estrutural], e atualmente tem, pelo menos, o vigor peculiar que geralmente adquire qualquer forma de protestantismo, em seus estágios iniciais, antes de tornar-se respeitável e ortodoxo.

As razões para o caráter assistemático do funcionalismo vão além da reação a uma psicologia em moldes germânicos, extremamente sistematizada. Ela reflete também os interesses diversificados de seus membros na propagação dessa nova forma de psicologia. É desta forma que seus membros se dedicaram tanto a cargos administrativos quanto a atividades acadêmicas (James Angell, da Escola de Chicago, por exemplo, foi presidente da Associação de Psicólogos Americanos em suas primeiras administrações).

O seu caráter eclético pode se dever também à sua vinculação com o pensamento pragmatista. Neste, como vimos, opera-se uma recusa a tudo que se possa caracterizar como sistema estático ou fechado. O objeto dessa recusa é, pois, a filosofia idealista de Georg Wilhelm Hegel (1770-1831), de caráter sistemático e muito em voga nos círculos filosóficos americanos. Daí que se possa dizer que o ecletismo da filosofia pragmatista em oposição ao idealismo de Hegel é paralelo ao ecletismo dos funcionalismos na sua reação ao estruturalismo de Titchener.

Caracterizado, pois, o funcionalismo como uma orientação geral, eclética e assistemática, resta entender a importância dos conceitos de função (de natureza biológica) e de adaptação para esse movimento. Os críticos do funcionalismo vêem uma ambigüidade em sua noção central, a de função. Christian Ruckmick (Heidbreder, 1933: 170) destacou a dupla significação dessa noção: "Na primeira, função é empregada como sinônimo de atividade; neste sentido, o perceber e o rememorar são funções. Na segunda classe, esta palavra é usada para indicar a utilidade de uma atividade para o organismo". Carr (1930) rebate esta crítica ao sugerir que, em ambos os casos, o que está em jogo é a noção matemática de função, definindo-a como "relação contingente", independentemente de esta ter como termos um ato e uma estrutura, um meio e um fim, ou uma causa e um efeito. Mesmo com a ressalva de Carr, deve-se destacar o exame da noção de função através de seu duplo aspecto: 1) como processo vital; 2) como sentido adaptativo.

Quanto ao primeiro sentido, se a noção de função se refere ao estudo das relações contingentes entre um ato e a sua estrutura, ou uma causa e seu efeito,

o funcionalismo constitui uma psicologia explicativa, e não apenas descritiva dos elementos mentais. Ou seja, o funcionalismo não se ocupa com a listagem dos átomos mentais, como fazia a psicologia clássica alemã. Isto se deve a uma opção não só de estudo, como também doutrinária, presente por exemplo na *teoria da corrente da consciência* de James. É desta forma que um pensamento não se torna semelhante a outro por seu conteúdo, mas por envolver um mesmo processo. Além do mais, se a função última da consciência é a adaptação, são as funções e não os elementos mentais que devem ser alvo de investigação.

A crítica a uma psicologia dos elementos, a par da realizada por James (1890), especialmente em seu capítulo *A teoria dos materiais do Espírito*, foi seguida por Angell (1903) e Dewey (1896). Enquanto o primeiro recusa a possibilidade de uma psicologia elementar calcada em átomos mentais, o segundo, no texto inaugural da Escola de Chicago, recusa a compartimentalização do reflexo em unidades estanques. Uma vez que o reflexo diz respeito a uma unidade funcional intrinsecamente coordenada e voltada para a adaptação, qualquer divisão seria um mero artifício, e jamais poderia ser tomada em termos substanciais. Para Dewey (1896: 398),

> […] a concepção comum da teoria do arco reflexo, em vez de um caso de simples ciência, é uma sobrevivência do dualismo metafísico, inicialmente formulado por Platão, e de acordo com o qual a sensação é uma moradora ambígua na terra fronteiriça entre a alma e o corpo, a idéia (ou processo central) é puramente psíquica, e o ato (ou movimento) é puramente físico. Assim, a teoria do arco reflexo não é nem física (ou fisiológica) nem psicológica; é uma suposição mista de materialismo e espiritualismo […] O fato é que o estímulo e resposta não são distorções de existência, mas distinções teleológicas, isto é, distinções de função, ou papel desempenhado, com referência a buscar ou manter um fim.

A crítica de Angell (1903) é mais contundente. Coloca em xeque toda a possibilidade de uma psicologia estruturada em elementos mentais do mesmo modo que a anatomia e a morfologia se calcam em estruturas espaciais. Em primeiro lugar, a metáfora falha em seu aspecto essencial, uma vez que os átomos mentais ou sensações não possuem o caráter espacial. Na verdade, a analogia só se manteria a respeito de uma "complexidade" de ambos os conjuntos. Em segundo lugar, o aspecto temporal também diferencia os elementos psíquicos dos anatômicos, uma vez que os primeiros teriam duração instantânea. Para inviabilizar de vez a analogia, é posta em questão a possível identidade entre as sensações elementares.

Contudo, Angell vai mais além e questiona a própria existência desses elementos psíquicos. Em primeiro lugar, remonta à "falácia do psicólogo",

destacada por James (1890), para quem não se pode confundir a "experiência do psicólogo" em termos de introspecção com a experiência efetiva da nossa vida cotidiana. A primeira diria respeito a um artefato elaborado com fins de compreender a segunda. Não seria, pois, real. Mesmo enquanto recurso metodológico, a atomização não seria procedente, dada a sua artificialidade. Neste aspecto, a tese da "corrente da consciência" de James seria mais fértil. É deste modo que o aspecto estrutural do psiquismo, para Angell, deve ser buscado não nos seus supostos elementos, mas nas funções, atos ou processos mentais. É assim que a psicologia deve reconhecer, em sua análise estrutural, não elementos como sensações ou sentimentos, mas atos como julgar, perceber, recordar. É neste sentido que, para Angell, a psicologia se torna mais funcional do que a biologia, pois não apenas o funcional precede e produz o estrutural, como também ambos representam duas fases de um mesmo fato.

Voltando então aos significados do termo função, cabem algumas considerações sobre seu segundo sentido. Se há um conceito capital no funcionalismo, este é o de adaptação. Função aqui é vista como utilidade promovida em uma situação adaptativa. Se a noção de adaptação se associa às de ajustamento e de equilíbrio, a de função representa a utilidade, a finalidade biológica cumprida por este equilíbrio. Ela põe o funcionalismo em contato direto com o evolucionismo biológico, diferenciando-o da psicologia clássica alemã. Enquanto esta buscava avaliar o ajustamento da nossa experiência aos objetos experimentados, o funcionalismo intenta estudar a adaptação do organismo a seu meio ambiente através da sua experiência. Neste caso, são estudados outros indivíduos além dos adultos ocidentais sadios e treinados experimentalmente, como fazia a psicologia clássica. É isto que permite e justifica uma psicologia animal, uma psicologia do anormal e uma psicologia do desenvolvimento.

O conceito de função como adaptação é, por conseguinte, um conceito claramente importado da biologia. Entretanto, ocorre uma inflação deste, levando-o a perder seu sentido original. De fato, a consciência como instância adaptadora é vista não somente como adaptada (produto da evolução filogenética), mas inclusive como adaptante (fator de evolução individual e solucionadora dos impasses na vida dos indivíduos). Adapta o organismo ao meio, ao selecionar, em função de um fim por ela fixado, uma dentre várias possibilidades de ação oferecidas pelo sistema nervoso. Como sugere James (1890), isto ocorre porque o cérebro humano é um órgão complexo e, portanto, sujeito ao acaso, carecendo da consciência em situações problemáticas. Para que o corpo se adapte ao meio, é preciso, pois, que a consciência tenha para si

as finalidades a atingir, e que, em função destas, selecione os meios adequados. É, pois, uma adaptação com finalidade, sem paralelo no mundo físico. Neste mundo,

> a sobrevivência só pode entrar em uma discussão puramente fisiológica, como uma hipótese forjada por um vaticinador do futuro. Mas deste momento em que incluímos uma consciência, a sobrevivência deixa de ser uma mera hipótese [...] Converta-se agora em um decreto imperativo: "A sobrevivência ocorrerá e, por conseguinte, os órgãos devem trabalhar assim. Os fins reais aparecem agora pela primeira vez na cena do mundo (James, 1890: 141).

É deste modo que em James (1890) pode-se reconhecer a distinção entre uma adaptação vital e uma adaptação psicológica. A primeira, de fundo darwinista, seria casual e disteleológica (sem finalidade). A finalidade, se é que se pode falar dela, estaria no final do processo, e careceria de uma consciência externa que a nomeasse enquanto tal. Por outro lado, a adaptação psicológica seria de índole estritamente teleológica, uma vez que a finalidade existe antes e seleciona, pois, ações possíveis. A consciência, à moda de um "impulso para a sobrevivência", conheceria imediatamente as finalidades a cumprir, não agindo, portanto, ao acaso.

O modelo de adaptação de James está presente na teoria da inteligência de Dewey (1910), segundo a qual a nossa consciência é ativada em situações-problema, de que os nossos instintos e hábitos correntes não dão conta. Nesses casos, a nossa inteligência atua de forma consciente, escolhendo possíveis alternativas para a solução do problema. A fase seguinte seria a testagem das alternativas dentro do contexto do problema; uma vez que uma determinada resposta soluciona a situação-problema, ela é mantida como um novo hábito. A nossa consciência seria, pois, ativada perante novos problemas, atuando na seleção de respostas, visando adaptar os organismos e produzir novos hábitos.

Esse modelo será fartamente utilizado pelo próprio Dewey na sua linha pedagógica da Escola Nova, em que propõe uma metodologia baseada nessa aprendizagem inteligente e na cooperação entre os indivíduos. Só através dessa aprendizagem inteligente poderíamos criar hábitos sólidos, ao mesmo tempo que indivíduos autônomos, ativos e capazes de atuar coletivamente – ideais para as sociedades democráticas, as únicas que permitiriam o desenvolvimento inteligente de seus cidadãos. Neste aspecto, poder-se-ia concluir que, no quadro do funcionalismo, as formas democráticas de vida permitem a realização de forma completa das nossas funções adaptativas naturais. A democracia não

seria apenas uma forma social justa, mas antes de tudo uma forma natural, ao mesmo tempo arcaica e moderna.

A Escola de Columbia, por sua vez, toma a adaptação em sentido mais comportamental e ancorada em aspectos motivacionais. Thorndike, em seus experimentos sobre a inteligência animal, não supõe mais a solução dos problemas como governada por uma consciência selecionadora de respostas, mas um conjunto casual de respostas que são selecionadas por seus efeitos de satisfação. Esta é a sua clássica Lei do Efeito. Ao substituir a consciência pelo acaso, não apenas adequa o seu modelo ao darwinista, como abre caminho para o behaviorismo (cf. capítulo 11). Aqui o ajuste do organismo ao meio se realiza através de um conjunto de mecanismos casuais, mecânicos e passíveis de controle, concedendo portanto plenos poderes aos psicólogos, enquanto *engenheiros da conduta*. Contudo, essa retirada da consciência do seu palco central na psicologia não implica a adoção de um modelo estímulo-resposta (E-R) por parte da Escola de Columbia. Woodworth, pleiteando a importância do organismo (O) e dos seus estados motivacionais, propõe para a psicologia um modelo E-O-R. Na consideração dos estados internos, o funcionalismo de Columbia troca a consciência pelos impulsos do organismo.

Mesmo com essas considerações da Escola de Columbia, a abordagem funcionalista de adaptação é marcada ainda por um ligeiro desvio em relação a sua matriz darwinista. Entretanto, outras características no seu uso corrente pela psicologia funcional alargam mais ainda esse desvio. A adaptação, conforme já insinuado, não se refere apenas a um processo filogenético (na evolução das espécies), mas, antes de tudo, ontogenético (ligado à adaptação individual). Trata-se, pois, mais da adaptação do indivíduo do que da espécie. De mais a mais, o conceito de adaptação deixa de expressar uma relação de sobrevivência (referente à taxa de reprodução da espécie) em um meio, e passa a significar uma "melhor vivência neste", tornando-se, pois, um conceito qualitativo. Essa melhor vivência, esse equilíbrio, não se refere apenas a um meio físico, mas antes de tudo a um meio social. Estar adaptado é antes de tudo estar ajustado às demandas do meio social, sejam elas quais forem.

A necessidade de estar conforme ao meio social justifica-se pela extrapolação de um conceito biológico a um significado social. É confiando no valor deste conceito que os psicólogos em sua prática zelarão pelo "equilíbrio social". Portanto, a idéia original de função, como utilidade promovida para sobrevivência do organismo, é transportada para um contexto psicossocial. Isto ocorre quando ela é acoplada à idéia de utilidade, e por fim substituída, favorecendo um uso "asséptico" desta noção. Contudo, como lembra

Canguilhem (1956: 119), o homem aqui não é mais o julgador, mas o meio de promoção de uma utilidade, no caso, a social. Assim, a psicologia funcional conduz a uma concepção instrumental do ser humano. Conforme visto no capítulo 1, a vida se torna o grande vetor na determinação e disciplinarização dos indivíduos. Segundo Canguilhem (1956: 120), o homem não seria mais uma inteligência servida por órgãos, mas uma mera consciência a serviço destes. Desta maneira, o homem é apenas um dentre os seres vivos e a consciência somente um órgão, ainda que especial, no seu ajuste ao meio natural-social.

Mas a psicologia funcional não se interessa apenas pelo estudo da adaptação. Ela deseja igualmente se transformar num instrumento de adaptação, promovendo-a. E isto ocorre mais uma vez graças à postura pragmatista, na qual o valor de um conhecimento está calcado em suas conseqüências práticas. É desta forma que não apenas o conhecimento comum deve se mostrar vital, mas principalmente o do psicólogo. Só que a utilidade buscada não diz respeito ao indivíduo, mas à sociedade como um todo. Portanto, o meio social não é apenas regulador, mas também finalidade da adaptação. A adaptação psicológica visa, então, ajustar a sociedade a si própria, através do manejo dos indivíduos, especialmente os desadaptados. A utilidade-função, assim, não se manifesta de forma individual e solta. Ela é antes de tudo regulada pelas normas sociais. O psicólogo entra nesse contexto como um engenheiro social da utilidade, buscando promover, à moda UTILITARISTA, o maior bem possível. Transforma-se assim a utilidade individual em patrimônio social.

O UTILITARISMO sustenta o primado do valor de utilidade sobre todos os demais, ou mesmo como este sendo o único valor ao qual os demais se reduzem. São representantes dessa filosofia Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-836)) e John Stuart Mill (1806-1873).

Essa abordagem ao mesmo tempo utilitarista e biológica conduz também a uma abordagem dos indivíduos através de sua variação em um grupo, como expresso nos testes mentais (cf. capítulo 16). É deste modo que o funcionalismo não trabalha só com leis gerais, mas com a diferença, ainda que referida ao grupo. É essa diferença que favorece que, no meio social, de forma análoga ao natural, alguns indivíduos mais adaptativos sejam selecionados pelos testes mentais. Deste modo, o psicólogo e seus testes recriam nas instituições a lei do mais apto, supondo um prolongamento das funções da vida na sociedade. Mas o psicólogo, em sua prática, não só reproduz a natureza em sua função de seleção, mas principalmente na de adaptação e ajustamento. Não apenas ajustando os indivíduos aos novos meios sociotécnicos modernos, como as linhas de montagem fabris, mas também favorecendo uma adaptação ativa, como visto no exemplo da Escola Nova. Quando o behaviorismo (cf. capítulo

11) vier a banir a consciência de seu papel central na psicologia, a presunção dos poderes dos psicólogos chegará ao máximo, transformando os indivíduos em instrumentos de utilidade social, uma vez que predominaria nestes a capacidade de se moldar às contingências do meio.

Psicologia funcional na atualidade e no Brasil

Quais são os destinos do funcionalismo? Em primeiro lugar, deve-se dizer que se a fundação do movimento funcionalista é norte-americana (ou anglo-saxônica, se considerarmos a Inglaterra), suas condições históricas e seu desenvolvimento certamente não o são, e dizem respeito às forças da própria modernidade (cf. capítulo 1). É neste sentido que podemos encontrar ecos de sua disseminação em outros grandes centros, destacando-se os trabalhos de Karl Gross na Alemanha, Alfred Binet e Henri Piéron na França, Eduard Claparède e Jean Piaget na Suíça (veremos esses dois últimos autores no capítulo 15). No Brasil, tivemos representantes desse movimento mais ligados à área fronteiriça entre psicologia e pedagogia graças ao movimento da Escola Nova. No caso, poderiam ser destacados os nomes de Helena Antipoff, Lourenço Filho (cf. capítulos 15 e 16) e Anísio Teixeira (1900-1971). Este, além de grande divulgador da Escola Nova e do pensamento de alguns autores como John Dewey, foi um vigoroso defensor do ensino público no Brasil, o que em certos momentos mais totalitários da política nacional levou-o à condição de perseguido político.

> Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité (BA), em 12 de julho de 1900, numa família de fazendeiros. Em 1928, estudou na Universidade de Columbia, em Nova York, onde conheceu John Dewey. Em 1931, foi nomeado secretário de Educação do Rio de Janeiro. Em sua gestão, criou uma rede municipal de ensino completa, que ia da escola primária à Universidade do Distrito Federal (UDF), extinta em 1939. Em 1946, ele assumiu o cargo de conselheiro da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1951, assumiu o cargo de secretário-geral da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes) e, no ano seguinte, o de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), onde ficou até 1964. Anísio foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1961. tornando-se reitor em 1963. Com o golpe de 1964, foi para os Estados Unidos, lecionar nas universidades de Columbia e da Califórnia. Voltou ao Brasil em 1965, morrendo em 11 de março de 1971, de modo misterioso.

Por fim, pode-se discutir qual teria sido o ponto terminal do funcionalismo. Pode-se conjecturar que este teria encontrado seu termo nos trabalhos de Carr (Chicago) e Woodworth (Columbia). Ou ainda no behaviorismo, através de um funcionalismo puramente darwinista ao dispensar a consciência (Watson, seu fundador, dizia-se um funcionalista conseqüente). Contudo, podemos dizer, considerando o quadro da psicologia atual, especialmente em suas práticas e sua multiplicidade, que a psicologia

funcional e o projeto da psicologia como ciência e técnica de adaptação triunfaram. Alçando a psicologia à função de zeladora do bom uso e do ajustamento de nossas capacidades. Nada mais moderno...

Indicação estética e bibliográfica

Comparativamente com alguns países, como a Argentina, temos poucas traduções dos textos funcionalistas. Na coleção *Os Pensadores*, há volumes específicos sobre John Dewey e William James, onde constam alguns de seus textos psicológicos. John Dewey, em função dos interesses do movimento brasileiro da Escola Nova, teve vários textos pedagógicos traduzidos. Destes, destaca-se o seu último texto puramente psicológico, *Como pensamos* (1910). Alguns extratos de textos funcionalistas podem ainda ser encontrados em textos de história da psicologia como os de Boring e Herrnstein (1965) e os de Schultz e Schultz (1992).

Dewey, J. (1959 [1910]) *Como pensamos?* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Boring, E. G. e Herrnstein, R. J. (1971) *Textos básicos da história da Psicologia*. São Paulo: Herder/ EDUSP.

Schultz, D. e Schultz, S. E. (1992) *História da Psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix.

Neste tópico, vale a correlação do funcionalismo com, de um lado, a obra literária de Henry James (1843-1916) – irmão de William James e romancista – e, de outro, a pintura do também norte-americano Edward Hopper (1882-1967). No primeiro caso, temos uma literatura que não cansa de se aproximar e de se distanciar; de refletir e de divergir da psicologia e do pragmatismo jamesianos. Especialmente nos contornos mais fantásticos do romancista, que tangem às reflexões do filósofo sobre a relação entre a alma e o corpo (essa relação com a literatura de Henry James não exclui aproximações com vertentes mais naturalistas, como a de Henry Miller). No segundo caso, temos o realismo incômodo de Hopper que, sem apelo à abstração, mostra, como poucos, toda a estranheza da condição humana no mundo.

Referências

Angell, J. R. (1903) The relations of structural and functional psychology to philosophy. *The Philosophical Review*, 8 (3).

________ (1971 [1906]) O Funcionalismo. In: Boring, E. G. e Herrnstein, R. J. (orgs.) *Textos básicos da história da Psicologia*. São Paulo: Herder/EDUSP.

Carr, H. (1965 [1930]) Funcionalismo. In: *Psicologia del "acto"*. Buenos Aires: Paidós.

Dewey, J. (1971 [1896]) O conceito de arco reflexo. In: Boring, E. G. e Herrnstein, R. J. (orgs.) *Textos básicos da história da Psicologia*. São Paulo: Herder/EDUSP.

_______ (1961 [1940]) Como se esfuma el sujeto en la psicologia de James. In: *El hombre y sus problemas*. Buenos Aires: Paidós.

Canguilhem, G. (1973) O que é psicologia? In: *Tempo Brasileiro,* n. 30-31.

Foucault, M. (1977) *História da sexualidade I. A vontade de Saber.* Rio de Janeiro: Graal.

Heidbreder, E. (1964 [1933]) *Psicologias do século XX.* Buenos Aires: Paidós.

James, W. (1950 [1890]) *The Principles of Psychology*. 2 vols. Nova York: Dover.

________ (1992 [1892]) *Psychology: briefer course.* Nova York: The Library of America.

________ (1979 [1905]) Ensaios em Empirismo Radical. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

________ (1979 [1907]) Pragmatismo. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

Marx, M. e Hillix, W. (1963) *Teorias e sistemas psicológicos*. São Paulo: Cultrix.

Schultz, D. e Schultz, S. E. (2000 [1992]) *História da Psicologia moderna.* São Paulo: Cultrix.

Titchener, E. (1898) Structural and functional psychology to philosophy. In: *The Philosophical Review,* 8 (7).

Capítulo 8
Fios, seduções e olhares: os primórdios "psi" nas terapias para corpos e mentes perturbados

Denise Barcellos da Rocha Monteiro
Ana Maria Jacó-Vilela

Viena, último quarto do século XVIII. A mansão da Landstrasse número 261 recebe músicos famosos no teatro montado no jardim; nas reuniões são servidas as mais sofisticadas iguarias, enquanto os convidados passeiam entre as estátuas, apreciam a piscina circular de mármore e sobem o pequeno morro para avistarem o Danúbio. Trata-se da casa de Franz Anton Mesmer (1734-1815), um alemão enriquecido pelo matrimônio, homem de notável cultura, ele mesmo um músico, com títulos no campo da teologia, doutor em filosofia, em direito e, por fim, em medicina, na qual se formou aos 32 anos, apresentando à Universidade de Viena a dissertação acerca da influência dos ciclos planetários nos distúrbios humanos.

Nesse trabalho, postula a existência de um fluido primordial que seria a força motriz do cosmos, a "*gravitas universalis*". Em 1774, ao ter notícia da utilização de ímãs na cura de certas doenças, Mesmer identifica tal fluido como força magnética. Inspirada na teoria da gravitação dos corpos e nas experiências de Benjamin Franklin acerca da eletricidade, sua teoria afirma a existência de fluidos magnéticos que permeariam todos os elementos do universo, incluindo os corpos humanos. A doença se estabeleceria pelo desequilíbrio desses fluidos no corpo.

Assim, por essa época, a mansão da Landstrasse é tomada por fios e ímãs. Tudo se presta à energização: as árvores do parque, a água do tanque de mármore, os talheres, os móveis, os espelhos, as pessoas e os animais. As curas se sucedem e o médico busca dispositivos que possam atender a muitas pessoas. Surge o *blaquet*, ou cuba de saúde, montagem de garrafas enfileiradas imersas em água, ligadas a cabos condutores que, por sua vez, eram aplicados

nos doentes. Mesmer chegou a construir um equipamento que dava conta de vinte pacientes ao mesmo tempo, cada um conectado ao “fluido” através de uma roda de ferro.

Acima: Mesmer atendendo a duas doentes

Ao lado: Esquema da cuba de saúde

A fama de Mesmer cresce nas principais cidades européias e ele é aceito pelos médicos de Viena, Hamburgo, Genebra e Munique. No entanto, em 1775, Mesmer faz uma retificação em seu método: a cura não era promovida pelo ímã, mas pelo contato com o magnetizador. As cubas, árvores e fios passam a ser simples cenários para a terapêutica, porque o médico entende que na verdade está em jogo o *magnetismo animal*, inerente ao humano. Daí sua conclusão de que nenhuma outra força da natureza é maior que aquela que um homem pode exercer sobre o outro. Entre a medicina e a magia das cubas, varetas e passes magnéticos, Mesmer descobre o poder da SUGESTÃO.

SUGESTÃO: este conceito terá um grande papel posteriormente na psicologia de massas, através do trabalho de George Tarde (cf. capítulo 26).

A fama do médico cresce na mesma proporção que as dúvidas quanto à sua honestidade. Mesmer se envolve num caso escandaloso com uma paciente, Maria Teresa Paradies, que culmina em sua acusação pela

Comissão de Costumes da Áustria. Enquanto o Colégio de Médicos de Viena o declara "impostor", a Academia de Berlim o considera "equivocado".

Em 1777 Mesmer deixa Viena para se estabelecer em Paris, que por essa época vivia uma onda de magiolatria, encantando-se com quiromantes e curandeiros, como o Conde de Saint German – que dizia ter conhecido Jesus Cristo – e o Conde de Cagliostro, famoso por suas poções mágicas. É nesse contexto que Mesmer instala um hospital em Créteil, nos arredores de Paris. Mesmo com a desaprovação de Luís XVI, o médico agrada à maioria da corte, à burguesia e à própria Rainha Maria Antonieta. Quando o Rei nega financiamento para a construção de um centro de cura, Mesmer declara sua intenção de abandonar Paris: um movimento, orquestrado principalmente por fraternidades ligadas à maçonaria, arrecada fundos num montante superior ao solicitado, para mantê-lo na cidade.

Paris vai experimentar a mesmeromania e, se por um lado a "moda" do magnetismo populariza o método, por outro lado é o método mesmo que demanda, para sua eficácia, a espetacularização e o ritual. As consultas ocorrem nos ambientes luxuosos da residência na Praça Vendôme e do Hotel Bossilon em Montmartre. Os aposentos são mantidos à meia-luz e ocupados pelas cubas de saúde. Os clientes dão-se as mãos para formarem uma corrente humana em transe, enquanto Mesmer, vestido com uma túnica lilás, vai tocando alguns doentes com sua varinha de ferro, detendo-se para conversar em voz baixa com outro ou desenhando signos no ar em frente a um terceiro. A intervenção do médico pretendia funcionar como um condutor para que o magnetismo animal pudesse ser canalizado do universo para o corpo do paciente, sendo o ritual acompanhado por instruções que faziam os participantes mergulharem em suas "mentes" até atingirem a "crise" (suores, contrações, convulsões etc). Dessa vivência de choque decorria a cura.

Em 1784, a oposição de Luís XVI quanto ao "magnetismo" se intensifica e resulta na convocação de uma comissão formada por Benjamin Franklin (1706-1790), pelo astrônomo Jean-Sylvain Bailly (1736-1793), pelo químico Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794) e pelo Dr. Joseph Ignace Guillotin (1738-1814), entre outros. Esse grupo de estudiosos (o primeiro, na história da medicina, constituído pelo Estado para deliberação no campo científico) não só nega a existência de uma força de natureza sugestiva exercida pelo magnetizador, como alude aos perigos da promiscuidade e da histeria provocada nos ambientes onde se pratica a cura pelo magnetismo.

Mais tarde o mesmo Guillotin será o inventor do equipamento que cortará as cabeças de Lavoisier e de Bailly nos embates da Revolução Francesa.

O destino de Mesmer foi selado nessa rejeição por parte da Academia francesa, mas também pelo desenrolar da Revolução de 1789. Ele sai de Paris em 1792, pobre e difamado, primeiro para a Áustria, depois para a Suíça e, finalmente, para sua cidade natal, Iznang, na Alemanha, onde morre em 1814.

Mesmer, assim, inaugurou a prática do que mais tarde veio a ser designado como hipnose, embora o batismo desse estado especial da consciência só ocorresse em 1843, quando James Braid conceituou o estado hipnótico como uma forma de sono intensa que afetava a atividade encefálica do indivíduo e que seria induzido pelo hipnotizador.

James Braid (1795-1860) formula uma interpretação neurofisiológica do sonambulismo-magnetismo, utilizando o fenômeno para elucidação do psiquismo na histeria e como medida terapêutica. Publica, em 1843, *A neurohipnologia ou a racionalidade do sonho nervoso em relação ao magnetismo animal*.

Poder-se-ia pensar que o episódio "Mesmer" foi o último representante de uma época ainda de poucas luzes, havendo a "ciência" vencido a "superstição", como aliás representado em gravura da época que retratava os membros da comissão francesa nomeados pelo Rei aureolados, expulsando Mesmer e seus discípulos montados em vassouras de bruxas.

Mas, veremos que os estudos sobre a hipnose prosseguirão cada vez mais no âmbito científico. Tais estudos não serão menos espetaculares que aqueles orquestrados por Mesmer, nem tampouco dispensarão a participação da histeria. Na verdade, Mesmer viveu no espaço de ruptura entre dois sistemas que organizavam o entendimento da ciência médica, exatamente o final do século XVIII e o início do XIX, que podem ser analisados à luz das idéias de Foucault sobre *O nascimento da clínica* (1994). Nessa obra, Foucault estabelece não uma diferença entre os elementos com que os dois sistemas trabalharam, mas uma alteração decisiva entre os discursos que definiram suas práticas – do Iluminismo a um Positivismo na clínica.

Foucault (1994) aponta os anos finais do século XVIII como o berço da medicina moderna, marcando uma alteração decisiva entre os discursos (conceitos, métodos e objetos de estudo). Se na medicina clássica conviviam as teorias mágicas lado a lado com um sistema aristotélico de categorizações detalhadas, no início do século XIX insere-se a empiria, a observação atenta e o "olhar".

A medicina clássica se ocupava em descrever e classificar seguindo uma lógica que Foucault denomina "botânica de sintomas" (Foucault, 1994: xvii).

Assim, comportava uma linguagem do imaginado (idealizado) fantástico, no sentido em que o suporte perceptivo (ver, contactar) era subordinado pelo exercício do espírito e depurado pela razão. Focalizava-se a *doença* por meio do fenômeno manifesto (ou seja, pelo conjunto de sintomas), que por sua vez evocava o signo (a doença representada), sendo tal associação apreendida pela elaboração racional que compara, categoriza, mede, estabelece relações, desvela causas e evolução e aponta prescrições necessárias. Nesse sistema tradicional da clínica do século XVIII, a ênfase é dada na saúde (vigor, flexibilidade, fluidez que são reduzidos pela doença) e não na noção de normalidade (norma e desvio de funcionamento).

A percepção médica é uma ponte entre o sintoma e a doença, um elemento elucidador, mas não um constituinte essencial, já que tais instâncias eram da ordem da natureza, a serem desveladas (ou iluminadas). Assim, o corpo doente concreto não é o objeto da consideração, pelo contrário, é abstraído como fonte de confusão, para que se possam observar os signos que diferenciam uma doença da outra. Assim, a ação médica deveria ocorrer no momento certo, nem muito cedo, nem muito tarde. Os sintomas iniciais, chaves para o reconhecimento da doença, não deveriam ser ocultados nem, por outro lado, deveria se permitir o fortalecimento irreversível da patologia. É importante notar que, nesse caso, a patologia é vista como fenômeno da natureza e, portanto, o lugar por excelência do embate com a doença é o lugar da vida, o âmbito familiar, o domicílio – não o hospital.

Nos últimos anos do século XVIII, marca-se a emergência da medicina moderna – com a soberania do olhar – guiada pelo empirismo vigilante, que constrói um outro discurso. A "lógica BOTÂNICA" será substituída por uma "GRAMÁTICA dos signos" ao longo do século XIX.

> Há uma mensagem embutida nesses termos de Foucault que constroem uma imagem rica dos dois momentos da medicina. A "BOTÂNICA" é coletar as espécies, separá-las, identificá-las parte a parte. Sobretudo, é atividade que se dá no ambiente natural da espécie. Já a "GRAMÁTICA" remete à organização de elementos, a sinais que fazem um sentido, a uma atividade que desvenda pelo olhar, pela leitura e reconhecimento de signos. Não mais se exerce no ambiente natural, mas requer o local onde a observação possa ser controlada.

No seu "Discurso sobre a maneira de exercer a boa prática no hospital", de 1797, Petit recomenda: "É preciso, tanto quanto ela autoriza, tornar a ciência ocular" (Foucault, 1994: 100). Trata-se, portanto, de um olho capaz de saber ver, analisar, estabelecer identidades e diferenças, classificar o normal e apontar o desvio.

Os valores da lógica botânica não foram abandonados, mas organizados sobre outras bases. Agora, o olhar é do médico (especialista) investido de poder de intervir; está em pauta, mais que a saúde, o desvio; sobrepondo-se à

observação, o cálculo e a previsão. Os sintomas expõem a verdade inteira ao olhar, não remetendo mais a nenhuma essência; é a intervenção da consciência (olhar sensível do médico) que expande o sintoma em signo. É o "ver" que "enuncia", ou, nas palavras de Foucault, o puro olhar que seria também pura linguagem. Essa pureza do olhar que observa emudece a imaginação, os discursos e as teorias para ouvir "uma linguagem no momento em que percebe um espetáculo" (Foucault, 1994: 122). É neste sentido que o espaço do hospital é, por excelência, o cenário e o laboratório onde os fatos da doença aparecem (o espetáculo).

Todas as formas, todas as modificações no espetáculo da observação permitem que se identifiquem as repetições, as identidades, das quais emerge uma verdade. E se é no campo da clínica que esta verdade é desvelada e pode ser conhecida, é ali também que ela pode ser ensinada, configurando um espaço de espetáculo, mas sobretudo de espetáculo pedagógico.

É nesse contexto que se inserem as apresentações de Jean-Martin Charcot (1825-1893), como se verá a seguir.

Charcot e a hipnose

Paris, século XIX. O uso terapêutico da hipnose é marcado pelos trabalhos de Charcot, médico residente de Salpêtrière e criador do que mais tarde se tornaria um dos maiores centros de pesquisa na neurologia, reunindo grandes nomes da ciência. Charcot conceituou a histeria como uma neurose que se manifestaria em indivíduos predispostos hereditariamente por trauma físico. Em 1878, passou a aplicar a hipnose no acompanhamento de casos histéricos, demonstrando que a crise histérica (mutismo, amnésias, anestesias, paralisias etc.) podia ser induzida em pacientes hipnotizados. A partir disso, a hipnose e a histeria são agrupadas numa classificação patológica distinta daquela que reunia as doenças mentais causadas por lesões do sistema nervoso.

Salpêtrière, 1853

Charcot sugeria a existência de "idéias fixas" no núcleo destas neuroses e afirmava que os fenômenos somáticos relativos à indução hipnótica se organizavam em fases sucessivas, com a regularidade de um mecanismo de relógio, independentemente de fatores externos, ou seja, o desenrolar das fases histéricas era universal.

Os estudos de Charcot levaram à conclusão que tais manifestações somáticas podiam ser transferidas de um ponto a outro do corpo por meio de ímãs. Setenta anos depois da queda de Mesmer no ostracismo, o famoso médico francês resgata "cientificamente" suas idéias. Charcot, vestido sobriamente, orquestrava as sessões de indução hipnótica no estudo da histeria, sessões tão espetaculares quanto os rituais mesmerianos. Porém, o ambiente onde suas "demonstrações" ocorriam – o hospital – conferia ao método uma aura científica que a Lanstrasse ou a Montmartre não foram capazes de expressar por Mesmer. Salpêtriére se tornava, então, um pólo gerador de conhecimento sobre patologias "nervosas", reunindo não só médicos de várias especialidades, mas também literatos, pintores e fotógrafos. Esses registros fotográficos, a cargo de ALBERT LONDE e

ALBERT LONDE (1835-1910), fotógrafo que aplicava a cronofotografia para fins científicos e, participante da equipe de Charcot, produziu uma iconografia do Salpêtrière que testemunha a importância do "olhar" anteriormente referida.

Foto de Albert Londe, ataque histérico masculino **Foto de Charcot, fases histéricas**

O quadro de André Brouillet (1887) é considerado uma das representações mais eloqüentes da medicina dos últimos anos do século XIX, sendo objeto de vários estudos, especialmente pelas presenças (e algumas ausências) ilustres. Segundo Pérez-Rincón (1998), o próprio Charcot desenhou a cena e escolheu os participantes dentre os freqüentadores de suas exibições. São retratados: Charcot, Blanche Wittmann (a paciente-modelo em posição de "arco histérico"), Mdm. Bottard (a enfermeira-modelo de Salpêtrière), Joseph Babinski, Ecary, Paul Richer, Charles-Samson Feré, Pierre Marie, Gilles de la Tourrete, Alexis Joffroy, Edouard Brissaud, Paul Berbez, Albert Londe, Gilbert Ballet, Desiré Bourneville, Naquet, Arsène Claretie, Paul Arène, Albert Gombault, Leon Le-Bas, Georges Guinon, Théodule Ribot, Eduard Lelorrain, Jean Baptiste Charcot (filho), Matias Duval, Maurice Debove, Phillipe Burty e Victor Cornil. A Escola de Salpêtrière aí retratada constituiu o campo positivista na medicina francesa.

do próprio Charcot, constituíram os vários volumes da *Nouvelle Iconographie Photographique de la Salpêtrière.*

ºUm dos presentes, Theodule Ribot (1839-1916), filósofo, lança as bases da "nova psicologia" francesa com sua obra de 1870, *A psicologia inglesa contemporânea*, na qual apresenta a escola associacionista e o ideário positivista de John Stuart Mill (1806-1873), Herbert Spencer (1820-1903), Hippolyte Taine (1828-1893) e Francis Galton (1822-1911). Ribot defende a constituição de uma psicologia como ciência autônoma, com uma metodologia própria, apartada das considerações metafísicas, em contraposição à "velha psicologia", articulada à filosofia espiritualista.

Em 1879, surge um segundo manifesto, *Introdução à psicologia alemã contemporânea*, através do qual Ribot intensifica os ataques à corrente metafísica. Nessa obra, Ribot aponta características desejáveis para a psicologia científica: esforço em direção à precisão, emprego da experimentação, determinações quantitativas, delimitação de campo de estudo e a publicação de monografias em lugar de trabalhos extensos. Entretanto, seu elogio a Wundt é dúbio, pois acredita que a introspecção mantém o caráter metafísico que quer afastar da psicologia. Por outro lado, alguns autores consideram que Ribot criou as condições para que Wundt tivesse sua imagem na historiografia da psicologia restrita à vertente psicofisiológica da psicologia, por só apresentar (e criticar) o trabalho de Wundt restrito à medição de sensações, ignorando o trabalho relativo à psicologia dos povos (conferir capítulo 5).

A partir de 1880, começa a esboçar sua visão de psicologia, uma PSICOLOGIA FISIOLÓGICA, definida pela possibilidade de medições no estudo do fato psíquico e, embora utilizando-se das psicologias inglesa e alemã, não se prende nem ao associacionismo nem ao atomismo, estimulando seus discípulos em direção a uma psicologia que pretende estudar o homem em sua totalidade, estudando os processos superiores e a personalidade. Ribot dedica-se então ao que será a parcela mais significativa de sua obra – uma série de estudos que edificam a ênfase psicopatológica de seus trabalhos, sobre os quais as exposições de Charcot exerceram grande influência, tanto que recomenda a seus discípulos Pierre Janet (1859-1947) e Alfred Binet (1857-1911) que trabalhem em Salpêtrière. Os temas de suas obras dessa segunda

A esse respeito diz Ribot: *Todo método experimental repousa definitivamente sobre o princípio da causalidade. A PSICOLOGIA FISIOLÓGICA tem dois meios à sua disposição: determinar os efeitos pelas causas (por exemplo, a sensação pela excitação); determinar as causas pelos efeitos* (os estados internos pelos atos que os traduzem). (Ribot [1879] apud Marchal e Nicolas, 2000). Entretanto, sua visão de experimento diferia bastante da utilizada na psicologia alemã. Para ele, o método patológio resulta da observação pura e da experiência, pois a enfermidade em si é uma experimentação. Esta será a marca da psicologia francesa, onde a experimentação não se restringirá a laboratórios, mas sempre terá em vista as condições onde se insere, procurando nelas intervir.

fase versam sobre a memória (*Les maladies de la mémoire*, 1881), a vontade (*Les maladies de la volonté*, 1883) e os estados mórbidos da personalidade (*Les maladies de la personnalité,* 1885).

Nesse conjunto, definiu também o seu método, que consistia em elucidar mecanismos normais de funcionamento apelando à observação da patologia, considerada como uma degradação da função normal. No estudo da memória, abandonou a concepção de "faculdade da alma" e adotou uma perspectiva biológica, de cunho evolucionista (fundamentado em Spencer e Huglins Jackson), que será seguida pela neuropsiquiatria francesa. Além disso, formulou a idéia de "memórias múltiplas", retomada por vários psicólogos, dentre os quais Alfred Binet, autor do teste de nível mental que será apresentado no capítulo 16.

A terceira fase de suas obras refere-se aos estudos sobre a vida afetiva e os sentimentos, ou seja, a relevância de fatores emocionais e afetivos, e de forças motivacionais no funcionamento psicológico e no desenvolvimento da personalidade, o que fundamenta o caráter de uma "psicologia dinâmica", que se fará presente na psicologia francesa.

À parte sua ênfase no método psicopatológico, Ribot será considerado um personagem fundante da psicologia francesa por seus papéis institucionais. Em 1885 começa a ministrar curso de psicologia experimental na Sorbonne, que deixa ao assumir, em 1889, a cátedra de Psicologia Experimental e Comparada no Collège de France (onde Pierre Janet será seu auxiliar a partir de 1896, e o substituirá quando de seu afastamento definitivo em 1902). Funda e edita também, a partir de 1875, a *Revue Philosophique*, com grande número de artigos de psicologia. A psicologia na França se desenvolverá durante um largo período através do trabalho de seus principais discípulos, entre eles Alfred Binet, Pierre Janet e George Dumas (1866-1946).

Alfred Binet é uma das ausências do quadro de Brouillet, mas foi um dos mais criativos alunos de Charcot. Seu interesse pela psicologia foi despertado pelos temas do hipnotismo, magnetismo e desdobramento da personalidade. O criador da primeira escala psicométrica do desenvolvimento da inteligência (cf. capítulo 16) foi também escritor do teatro de terror da *belle-époque*, um estilo estereotipado e de muito sucesso então: *A obsessão, A horrível experiência, O homem misterioso, Os invisíveis* são alguns dos títulos encenados. É curioso perceber como os homens de ciência da época, empenhados que estavam na luta para consolidar campos de estudo, ou seja, para especializar o conhecimento, são, eles mesmos, ecléticos em suas atuações e portadores de uma cultura universal considerável.

Binet, contudo, terá seu trabalho reconhecido não por essa vertente, mas por sua direção do Laboratório de Psicologia Fisiológica da École Pratique des Hautes Etudes (seção de Ciências Naturais) da Sorbonne, onde começa a produzir uma psicologia experimental no sentido wundtiano (já que o experimento de Ribot era, na verdade, resultante de observações clínicas), e onde cria seu teste de nível mental. Esse Laboratório é importantíssimo para a criação de uma outra linha na psicologia francesa, mais coadunada com os caminhos que a psicologia estava tomando em outros lugares. Dirigido inicialmente por H. Beaunis (1830-1921) (quando de sua criação em 1889), é assumido por Binet a partir de 1895 e, posteriormente, por Henri Pierón (1881-1964) e Paul Fraisse (1911-1996), nomes relevantes da psicologia experimental francesa.

O grupo de Charcot, a chamada Escola de Salpêtrière, é considerado um dos fundadores da neurologia como especialidade da medicina. No entanto, a Escola de Salpêtrière não foi unanimemente seguida. Os ataques viriam principalmente por parte de um grupo de médicos da Faculdade de Nancy, liderados por Hippolyte Berheim (1840-1919). Este discordava do postulado de Charcot de que tanto a hipnose quanto a histeria seriam fenômenos patológicos associados, discordando também dos estágios da hipnose e da transferência magnética. Afirmava ainda que os fenômenos descobertos por Charcot eram produto da sugestionabilidade de pacientes e médicos, aliados a uma metodologia de pobre controle experimental. Esse grupo de Nancy abandona, com o tempo, as induções hipnóticas, para adotar a técnica da sugestão direta no estado de vigília, batizada de "PSICOTERAPIA".

Essa abordagem será de especial interesse para nós, visto que os médicos brasileiros da corte de D. Pedro II optaram por essa linha, introduzindo a PSICOTERAPIA no Brasil, como será visto adiante.

Tanto as práticas de Charcot quanto a linha seguida na Escola de Nancy estiveram presentes no surgimento da psicanálise, cujos enunciados se opõem à etiologia orgânica da histeria, indo buscar suas causas nos acontecimentos de natureza traumática da vida infantil. Freud, que freqüentou os cursos do Salpêtrière entre 1885 e 1886, vai se inspirar em Charcot, ao assumir que a hipnose podia ser utilizada para induzir o sintoma histérico, e em Bernheim, ao constatar que a hipnose não seria a única forma de atingir esse estado, sendo possível trabalhar com a sugestão no estado de vigília.

A história da psicanálise será apresentada nos capítulos 22, 23 e 24, mas é importante destacar aqui que se tratou, então, de uma ruptura, de uma clínica que se fundava na escuta e não mais no olhar. Esse caminho será trilhado através da livre-associação e da transferência para com o terapeuta, espelho que permitirá ao paciente reviver as emoções recalcadas. Sedução,

sexualidade, transferência e contratransferência se uniam para tornar a psicanálise um terreno de atuação polêmico, mesmo que estes temas fossem correntes no decurso dos séculos XVIII e XIX (conforme Foucault em *A vontade de saber*, 1976).

A psicologia francesa

Enquanto o debate entre Nancy e Salpêtrière corria, o francês Pierre Janet completava seus estudos de filosofia, indo em seguida para Paris se especializar em medicina. Sua dissertação a respeito do "automatismo psicológico" apresenta uma série de estados mentais anormais que envolveriam a histeria e a psicose, apreendidos através da observação clínica, quando também aplicava a hipnose e a escrita automática na investigação desses estados especiais, que denominava automatismo. Em 1889 tornou-se discípulo de Charcot em Salpêtrière, por sugestão de Ribot, a quem passa a acompanhar a partir de 1896 no Collége de France. Charcot chega a criar um pequeno laboratório de psicologia no Salpêtrière e o entrega à direção de Janet. Enquanto o mestre fixava em imagens os casos espetaculares, Janet apresentava a predileção pelo registro escrito, havendo compilado inúmeros diários dos casos que acompanhava nas enfermarias.

Um de seus casos mais longos foi *Pauline Lair Lamotte* ou *Madeleine Lebouc* ("O Bode"), como ela mesma gostava de se apresentar – a que veio para expiar os pecados do mundo. MADELEINE, que em seus sintomas nunca apresentou o

MADELEINE nasceu em 1853 no norte da França, sendo internada em Salpêtrière em 1896 onde permaneceu sob os cuidados de Janet durante 23 anos. Era flagelada com lesões, feridas, tatuagens feitas a fogo, erupções, todas, ela afirmava, mandadas por Deus. O médico usava, inutilmente, um arsenal de métodos experimentais para provar a fraude à sua louca. Por outro lado, os sintomas de Madeleine eram intrigantes. Antes dos êxtases, Madeleine ficava impossibilitada de urinar, apresentando longas pausas respiratórias de até 80 segundos. Seu metabolismo basal chegava a 10 cal/kg a cada 24 horas, sendo que no indivíduo normal esse valor é 50 cal/kg. A paciente apresentava uma intensa atividade interior, de caráter sensual, onde contracenava, pelo menos a princípio, com Deus. Perto do Natal, os seios de Madeleine ficam pesados – é a Virgem grávida; quando Jesus nasce, ela toma o seu lugar e nenhum alimento é mais suportável: "Durante todo o dia seguinte ao êxtase [...] ela não pode beber num copo, tudo o que faz é mamar" (Clèment e Kakar, 1996: 50).

mais famoso deles, o ARCO HISTÉRICO, andava na ponta dos pés, num trote curto e doloroso, esticada, porque, como a Virgem, era puxada aos céus por Deus.

O ARCO HISTÉRICO é a contratura apresentada pela paciente que Charcot sustenta no quadro de Brouillet, anteriormente mostrado.

Janet argumentava, desafiando "o Bode" a se elevar alguns centímetros do chão, tentando provar que seu peso não se alterava e que, portanto, não poderia estar sendo levantada um pouco mais a cada dia. A lógica de Madeleine persistia implacável: "Que estranho colocar medida nas coisas divinas! O milagre não é tão grande a um milímetro? [...] se agora o levantamento só é de um milímetro, ele logo vai aumentar e logo chegará aos dez centímetros exigidos". E tripudiava: "Que insolência fixar datas desta maneira para Deus, a ascensão ocorrerá quando Deus desejar e não quando agradar ao senhor Janet" (Clèment e Kakar, 1996: 62).

Janet foi médico também de Sophie, que cuidava da cortina onde o espírito de sua mãe havia se instalado, ou mergulhava de cabeça na bacia onde estava o espírito do tio. Ela alternava crises de catatonia com hiperatividade destrutiva, comia os próprios excrementos (porque eram sagrados) e repetia sem parar palavras como RIVED (cujo contrário resulta em DEVIR). Houve Clarisse, depressiva e paranóica; Omu, a curandeira de cabeça raspada; Nea, que se dizia maldita desde a infância. Loetitia dormiu cinco anos seguidos durante a guerra e, desmentindo Descartes, afirmava: "Penso, mas não existo". Houve ainda Flore, Now, Adèle, Agathe, Olga, Cécile, Marianne, Hérmine, Judith e Irène. Todas mulheres, visto que Salpêtrière era um hospício feminino, todas apresentando o diagnóstico de histeria e de quadro psicótico.

Assim, o médico que aos 15 anos passou por uma violenta crise religiosa e que escreveu então um trabalho sobre Francis Bacon e os alquimistas parece compensar sua tendência mística com a predileção pelas pacientes extáticas, que trata à luz da mais positivista psicologia. Pierre Janet talvez tenha sido a síntese mais representativa da tradição do século XVIII com a face positivista da clínica do século XIX. Sua coleção de casos formava quase uma botânica, um "jardim" à disposição do médico; no entanto, não em estado "natural", mas firmemente plantado e delimitado pelas normas que se materializavam nos muros do Salpêtrière. A articulação entre saber e poder (Foucault, 1996) é bem visível nessa instituição (o hospital psiquiátrico), que "paralisa" seu objeto de estudo, para mais minuciosamente "observá-lo".

George Dumas, o menos famoso dos discípulos de Ribot, é quem, de fato, ocupa seu lugar, no sentido de difusão e institucionalização da psicologia. Assume a cátedra de Psicologia Experimental na Sorbonne em 1905 e publica o *Tratado de psicologia* em 1923-1924 e o *Novo tratado de psicologia*, com sete volumes, a partir de 1931. Terá grande relevância na constituição da psicologia brasileira na medida em que viaja ao Brasil (e a outros países latino-americanos) para ministrar conferências, aceita médicos brasileiros em seu laboratório (como Manoel Bomfim e Maurício de Medeiros – cf. capítulo 9), enfim, enfatiza a institucionalização da psicologia.

A influência da psicologia francesa no Brasil

Até aqui se vem discorrendo sobre alguns aspectos da constituição do campo psicológico francês. Cumpre observar que, tendo em vista a relação de grande proximidade de nossa elite política, econômica e intelectual com o universo francês, foi esse o campo que mais influência exerceu no pensamento brasileiro. No entanto, no caso de nosso país, algumas especificidades devem ser mencionadas.

A medicina moderna (e com ela, um novo conceito de psicologia) não emergiu nem se propagou simultaneamente por toda a Europa. Na península ibérica, em fins do século XVIII, a medicina ainda era ensinada como um conjunto de aforismos e prognósticos teóricos e, por todo o século XIX, a pesquisa e a empiria serão incomuns nas academias portuguesa e espanhola. Conseqüentemente, as colônias dependentes dessas metrópoles, tanto econômica quanto culturalmente, estiveram submetidas a essas restrições.

No Brasil, colônia portuguesa, a profissão de médico foi vetada aos brasileiros até 1800 e, mesmo a partir dessa data, poucos estudantes eram nomeados pela província do Rio de Janeiro para continuarem seus estudos em Coimbra, onde, de qualquer forma, o ensino médico era defasado e ineficiente. Com a chegada da família real em 1808, foram criadas escolas para a formação de "cirurgiões", responsáveis por sangrias, aplicações de sanguessugas, extrações dentárias etc.; no entanto, a formação de médicos (ou "físicos") permanecia restrita a Coimbra. Nessa época, a "abertura dos portos às nações amigas" veio atenuar um grande problema para a formação de pessoal qualificado pois o acesso à bibliografia médica até então era dificultado pelas restrições da metrópole.

A situação continuou precária mesmo com a conversão das escolas em academias médico-cirúrgicas, entre 1813 e 1815. É nesse cenário que deve ser compreendido o curioso título do livro do médico pernambucano João Lopes Cardoso Machado *Dicionário médico-prático – para uso dos que tratam de saúde pública, onde não há professores de medicina*. Esse compêndio de 1823 fala pela primeira vez de magnetismo animal, aplicando o termo "catalepsia espontânea" (Câmara, 2002).

A institucionalização da medicina brasileira foi marcada pela criação da Sociedade de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1829, que elaborou o Plano de Organização das Escolas Médicas do Império. Em 1832, por conta

Esses anos iniciais da medicina brasileira, que se consolidava institucionalmente, foram pautados por uma série de conflitos. Enquanto os professores das faculdades ainda se aproximavam bastante dos antigos práticos, o corpo discente começava a ser predominantemente representado pelas classes mais favorecidas. As instituições, à medida que se consolidavam, competiam umas com as outras em termos de prestígio para elaborar políticas públicas. Por exemplo, a Sociedade de Medicina que, em 1835, passa a ser Academia Imperial de Medicina foi suplantada pela Junta Central de Higiene Pública, criada para atuar no controle das epidemias e, posteriormente, pelas mesmas faculdades de medicina que regulamentou. A influência da Academia já será insignificante quando, entre 1879 e 1884, ocorrem novas reformas do ensino médico no Brasil, dessa vez privilegiando o modelo alemão experimentalista.

Em *Rio de Janeiro. A vida da cidade refletida nos jornais* (1978: 49-53), Delso Renault analisa manchetes relevantes dos anos de 1851 e 1852: "O Brasil, 'phenomeno-singular', progride malgrado o atraso dos seus habitantes, comenta a imprensa da corte. 'Precisamos educar a população nascente, preparal-a para dignamente substituir a actual' [*Correio da Tarde*, 26/2/1852]. Os profissionais – médicos, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, parteiros – enfrentam a concorrência do emigrado estrangeiro, que desembarca na cidade com nomes pomposos, impressionantes. A despeito do funcionamento da Escola de Medicina e dos concursos que nela se fazem, o exercício da profissão não evoluiu. Nem os médicos têm o conhecimento dos avanços da medicina nos países civilizados. Os jornais refletem esse quadro triste. De um lado a medicina empírica e rudimentar; de outro, a ignorância e a ingenuidade da população envolvida por charlatães e inescrupulosos. As boticas – já com o nome de farmácia – oferecem drogas para todos os males. [...] As Faculdades de Medicina – do Rio e da Bahia – expedem diplomas de doutor (aos médicos, farmacêuticose parteiros), desde o ato que as reformou em 1832. Sem o título, é vedado o exercício da profissão. Mas, a despeito da exigência, é livre o ensino da medicina: qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, pode manter curso particular mediante uma taxa por matrícula: 'moço habilitado em uma das academias do Imperio pretende aplicar algumas horas em explicar o primeiro e segundo annos medicos ou pharmaceuticos' [*Jornal do Comercio*, 3/2/1851]. O curso de Farmácia é de três anos, enquanto as parteiras fazem um curso particular com o 'lente de partos'. Chegados da Europa, os barcos abarrotam as farmácias de drogas estrangeiras. A medicina primária, improvisada por processos rudimentares, é anunciada: 'pessoas que padecem de quebraduras e roturas (por mais antigas que ellas sejão) e que quizerem ter uma cura radical, não sendo necessario resguardo ou dieta', encontrarão para seus males 'a verdadeira e legitima Pelle de Peixe Boi'. [...] Os laboratórios do mundo civilizado já transmitem à medicina as conquistas da anestesia e da assepsia, invenções revolucionárias no campo da cirurgia. A bacteriologia e a microbiologia, por sua vez, davam ao homem novos meios preventivos de combate ao vírus da raiva e às endemias. Entrementes, nesse ano [1852] aconselha-se o vinagre quente ou água tépida e ácido muriático para o tratamento de 'mordedura de cão damnado'. [...] O jornal [*Correio Mercantil*, 31/12/1852] divulga a descoberta de certo cidadão do Rio, ´cujos maravilhosos effeitos ainda não estão bem estudados´. O caso é que certo escravo joga-se do primeiro andar, onde se achava, e fratura o crânio. 'Para voltar a si, mandou lhe aplicar uma boa porção de palmatoadas, e o pobre infeliz voltou a si, todo ensanguentado, depois de applicação desse novo therapeutico'."

desse projeto, os cursos então existentes, em Salvador e no Rio de Janeiro, foram transformados em faculdades, regulamentadas com nítida influência da Academia de Medicina de Paris. Eliminaram-se funções típicas da sociedade colonial – curandeiros, herbalistas, sangradores, barbeiros (como eram chamados os cirurgiões dessa época) – exercidas por pessoas humildes, mestiços descendentes de negros e índios. As faculdades recém-criadas passaram a emitir os títulos de doutor em medicina, farmacêutico e parteiro (Schwarcz, 2002). Há a preocupação de regulamentar o espaço médico: nesse ano, por exemplo, a Sociedade rejeita oficialmente a tese do médico Leopoldo Gamard acerca do magnetismo animal, sob o rótulo de charlatanismo.

Na segunda metade do século XIX, principalmente a partir de 1870, o campo da medicina já se mostra fortalecido. Foi o período da constituição de

uma imprensa médica, configurando-se a necessidade de um perfil específico de atuação que desse conta das epidemias, do atendimento dos inúmeros doentes que retornavam da Guerra do Paraguai e do controle de uma população urbana em crescimento na corte.

Além disso, deve-se acentuar a importância do último imperador brasileiro, D. Pedro II, preocupado em consolidar para o país uma imagem moderna. O imperador era visitante habitual da Academia de Ciências de Paris, além de membro de várias sociedades francesas – Sociedade de Agricultura, Sociedade de Higiene, Sociedade de Geografia, Sociedade dos Amigos da Ciência –, havendo mesmo doado dois milhões e meio de francos (dos cofres brasileiros) ao Instituto Pasteur. E é através do "monarca esclarecido" que Charcot volta à nossa cena, já que D. Pedro II não só foi um dos pacientes mais ilustres do médico da Salpêtrière, como também um amigo chegado, hóspede habitual nas famosas "reuniões de terça-feira" na residência do Boulevard Saint-German.

Em 1887, o imperador recorreu a Charcot como paciente. O diagnóstico é a "surménage psyco-physique", ou seja, astenia física e psíquica, que hoje seria denominada "depressão". Nos anos seguintes, D. Pedro II será atendido várias vezes pelos médicos franceses Charcot e Bouchard, bem como por seu médico pessoal, o Conde de Mota-Maia, por conta de uma diabetes (e, pode-se especular, pelo temperamento lusitano tão afeito à melancolia, agravado pelo exílio em terras francesas). O atestado de óbito do último imperador brasileiro será assinado, em 1891, pelos três especialistas.

É curioso notar que, apesar da admiração imperial pela Escola de Salpêtriére, a influência desse grupo no Brasil se dará especialmente na fundação da neurologia, através do trabalho de *Antônio Austregésilo* (1876-1961) pelos idos de 1912. No entanto, a psicoterapia exercida ainda durante o Segundo Reinado inclui também os rivais da Salpêtrière, ou seja, a Escola de Nancy.

Austregésilo foi um dos primeiros divulgadores das idéias psicanalíticas no Brasil, estabelecendo uma singular articulação entre a neurologia e a psicanálise nos anos quarenta do século XX.

Em 1887, Érico Coelho apresenta três comunicações à Academia Imperial de Medicina, anunciando a aplicação da hipnoterapia na cura do beribéri. A Academia aprova o método – a psicoterapia ou método hipnótico sugestivo – e se constitui, na corte, a primeira geração de hipniatras, representada por Érico Coelho, Moraes Jardim, Francisco Fajardo (1864-1906), João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921), Kossuth Vinelli, Francisco

de Castro (1857-1901), Alfredo Barcellos, Phillipe Jardim, Dias da Cruz Filho (1853-1937), entre outros.

A hipnose, nos moldes de Berheim, foi aplicada por esses médicos no tratamento de distúrbios motores, fobias, crise aguda de beribéri, anorexia, enxaquecas e como anestesia em partos e intervenções cirúrgicas. Assim, não estava restrita às enfermidades nervosas, mas entendia uma íntima relação entre fenômenos somáticos e psíquicos.

Em 1889, a psicoterapia é consolidada com a publicação da tese de Francisco Fajardo, intitulada *Hypnotismo*, com grande repercussão na meio médico. Nesse ano, o Brasil se faz representar no I Congresso de Hipnose Clínica e Terapêutica em Paris, presidido por Charcot.

As práticas psicoterápicas francesas se revelam na emergente psiquiatria brasileira. Teixeira Brandão, considerado o primeiro psiquiatra brasileiro, formou-se no alienismo francês de Philippe Pinel (1745-1827). Critica a administração do Hospício de Pedro II, inaugurado em 1852 e dirigido pela Santa Casa de Misericórdia e as irmãs de caridade. Assume a direção do Hospício em 1883, procurando introduzir a "terapêutica moral", científica. Ardente republicano, apóia a mudança do nome do hospício para Hospital Nacional dos Alienados (1890) e a primeira lei a respeito do atendimento em saúde mental, a Lei de Assistência aos Psicopatas, de 1903. Deixa a direção do já Hospital dos Alienados em 1899. Seu principal substituto só ocupará a direção em 1903: Juliano Moreira (1873-1933), o grande nome da psiquiatria no Brasil, dirige o Hospital até 1930, introduzindo as idéias organicistas alemãs na psiquiatria brasileira. A psicologia francesa permanecerá entre nós através da influência de Binet e do uso de testes, substituindo a psicologia experimental centrada em instrumentos de laboratórios.

A emergência da psiquiatria brasileira se inscreve através de dois embates significativos, profundamente entrelaçados. O primeiro refere-se à constituição de um saber, no esforço para se destacar da medicina geral, mantendo-se contudo aliada ao seu prestígio. Assim, em 1881, temos a criação da cadeira Moléstias Nervosas e Mentais no curso de Medicina, inaugurando o ensino de psiquiatria no curso regular, o que será oficializado em 1886. O segundo embate deu-se no campo do poder, um confronto direto pela administração do hospício. Tratava-se de firmar a necessidade de um tratamento científico em substituição à assistência religiosa. Nesse longo caminho, muitas alianças foram estabelecidas, com incursões no campo da saúde pública e do direito. Em 1912, a psiquiatria se tornará especialidade médica autônoma.

A filiação da psiquiatria à medicina encontra forte expressão na idéia de que o distúrbio mental poderia ser explicado pelo (mau) funcionamento orgânico. O maior representante dessa corrente será o alemão Emil Kraepelin, cujos estudos orientaram, por sua vez, a atuação de Juliano Moreira em termos de assistência (tanto médica quanto jurídica) ao doente mental. No entanto, em nome do organicismo, muitos atentados foram cometidos contra o "corpo louco". Por exemplo, experimentos denominados "terapias cirúrgicas", tais como intervenções ginecológicas (castração uni e bilateral, ovariotomia, histerectomia, etc.) em doentes mentais levadas a cabo pelo Dr. Luiz Puech em 1907. Ainda no campo biológico, a idéia de uma "hereditariedade" da doença mental será o campo fértil para o nascimento das idéia eugênicas no nosso país, estandarte que a Liga Brasileira de Higiene Mental carregará a partir dos anos 1930.

Indicações bibliográficas e estéticas

Para uma análise das diferenças culturais, é interessante o livro de Catherine Clément e Sudhir Kakar, *A louca e o santo* (referências abaixo) em que se discute o caso de Madeleine, a louca de Janet, e um grande místico indiano, Rama Krishna.

Referências bibliográficas

Câmara, F. P. Instituição da psicoterapia na medicina brasileira: 1887-1889. Psychiatry on Line Brazil (8), dez. 2002-jan. 2003. Disponível em http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0103.htm. Acessado em 7/9/2003.

Campos, R. H. de F. (2001) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil. Pioneiros*. Rio de Janeiro/Brasília: Imago/CFP.

Clément, C.; Kakar, S. (1997) *A louca e o santo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Fajardo, F. (1889) *Hypnotismo*. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Foucault, M. (1994) *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1996) *Vigiar e punir. História da violência nas prisões.* Petrópolis: Vozes.

Garcia-Roza, L. A. (1992) A pré-história da psicanálise I. In *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Marchal, A.; Nicolas, S. (2000) L'émancipation de la Psychologie vue à travers trois textes majeurs de Ribot: Les "introductions" (1870, 1879) à la psychologie anglaise et allemande contemporaine et "les méthodes de la psychologie" (1909). *Psychologie et Histoire*, vol. 1, 43-81. Disponível em: http://lpe.psycho.univ-paris5.fr/membres/nicolas/nicolas.francais.html Acessado em 29/9/2003.

Nicolas, S.; Murray, D. (2000) Le fondateur de la Psychologie "scientifique" française. Théodule Ribot (1839-1916). *Psychologie et Histoire*, vol. 1, 1-42. Disponível em http://lpe.psycho.univ-paris5.fr/membres/nicolas/nicolas.francais.html. Acessado em 29/9/2003

Nicolas, S. (2000) L'école de la Salpêtrière en 1885. *Psychologie et Histoire*. vol.1, 165-207. Disponível em: http://lpe.psycho.univ-paris5.fr/membres/nicolas/nicolas.francais.html Acessado em 10/10/2003.

Oliveira, C. E. M. (2000) *Do mesmerismo à sugestão hipnótica e ao nascimento da psicanálise*. Comunicação pessoal. Rio de Janeiro: UERJ.

Pérez-Rincón, H. (1998) *El teatro de lãs histéricas. De como Charcot descrubrió, entre otras cosas, que también había histéricos*. México: Fondo de Cultura Económica. Disponível em: http://lectura.ilce.edu.mx:3000/biblioteca/sites/ciencia3/162/htm Acessado em 21/9/2003.

Renault, D. (1978) *Rio de Janeiro: A vida da cidade refletida nos jornais. Rio de Janeiro (1850-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro.

Schwarcz, L. M. (2002) *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sweig, S. (1960) A cura pelo espírito. In: *Obras completas*, v. 7, 17-100. Rio de Janeiro: Delta.

Teive, H., Almeida, S. M., Arruda, W. O. *et al*. Charcot and Brazil. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* [online], jun. 2001, vol. 59, n. 2A, p. 295-299. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/anp/v.59n2A/a32v592a.pdf Acessado em 12/10/2003.

Caminho de figuras

Mesmer e cuba de saúde: http://www.deeptrancenow.com/

Mesmer sendo expulso pela Razão: http://psychicinvestigator.com/demo/MesrSpc4.htm

Fotos de Londe e Charcot: http://webperso.easyconnect.fr/baillement/letrres/charcot-photo.html

Quadro de Brouillet: http://webperso.easyconnect.fr/baillement/lettres/charcot-brouillet.html

Capítulo 9
O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX

Marina Massimi

No século XIX, o Brasil encontrava-se diante do desafio de tornar-se uma nação moderna tendo um projeto unitário político, social e cultural. Um aspecto muito importante desse desafio consistia no fato de que a saúde, a educação, a religião, a moral e várias outras dimensões da experiência pessoal dos cidadãos começaram a ser gerenciadas ou controladas diretamente pelo aparelho estatal. Esse processo foi acompanhado por uma progressiva estruturação dos papéis sociais dos indivíduos, vindo estes a ser considerados como funções e produtos do processo social.

Neste sentido, importava consolidar um saber que pudesse proporcionar uma concepção de homem e de sociedade funcional a esse objetivo. Ao mesmo tempo, precisava favorecer a superação das raízes lusitanas em prol de uma abertura a outras matrizes teóricas que norteassem esse processo de mudança. Assim é que a ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA MECANICISTA de matriz francesa, por um lado, e o positivismo, por outro, vieram fornecer os alicerces teóricos necessários para esta transformação cultural e política, proporcionando a ideologia e legitimando as práticas apropriadas para garantir a coesão do universo social e a adesão de seus membros à lógica hegemônica.

> A ANTROPOLOGIA MECANICISTA funda-se no conceito de homem-máquina, formulado pelo filósofo e médico francês J. O. de La Mettrie (1709-1751) que, radicalizando as conclusões dos estudos da biologia e da fisiologia da época e a teoria mecanicista cartesiana do animal-máquina, afirma que o homem é apenas matéria organizada de modo especial e atuando conforme a constituição de suas partes. Desse modo, seria dispensável o tradicional conceito de alma humana....

Ao mesmo tempo, a criação de órgãos oficiais de transmissão e elaboração do conhecimento – como escolas, faculdades, academias, sociedades científicas, revistas, bibliotecas – pretendia oferecer as estruturas institucionais necessárias para alcançar o objetivo visado. Acompanharemos sucintamente os passos desse processo.

O estado físico da nossa máquina influi poderosamente nas operações da alma

No início do século XIX, o médico mineiro Francisco de Mello Franco (1757-1822), formado em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra e autor de vários tratados e artigos, propõe um tipo de *psicologia médica* inspirada nas teorias do Iluminismo e do sensualismo francês, especialmente na teoria do médico-filósofo Pierre Jean Georges Cabanis.

Num livro publicado em 1813 no Brasil, *Elementos de hygiene ou ditames teoréticos e práticos para conservar a saúde e prolongar a vida*, cujo objetivo declarado é "oferecer certos ditames para a felicidade dos povos" (ed. 1823: XI), Mello Franco define o físico como "a recíproca encadeação de todos os sistemas de órgãos que formam a nossa máquina" (idem: 308), sendo a dimensão moral "tudo quanto diz respeito às funções e particulares afeições da nossa alma" (ibidem). Além do mais, afirma ser uma evidência empírica o fato do estado físico do corpo ter grande influência nas operações da alma. Portanto,

> a observação e o bom senso, podem com o tempo alumiar-nos, de modo que, dado o conhecimento das impressões feitas em tais ou tais órgãos, possamos cair na conta dos resultados morais, que devem ser a sua conseqüência. (idem: 325)

As antigas doutrinas acerca das relações mente-corpo e a tradicional TEORIA DOS TEMPERAMENTOS de derivação hipocrática são reformuladas numa perspectiva tendencialmente monista. Sendo o funcionamento do organismo regulado por leis da natureza, compreensíveis e previsíveis através da observação e da experimentação, será possível calcular e modificar o dinamismo pela transformação das circunstâncias físicas determinantes, graças a remédios e normas higiênicas. A saúde do conjunto psicossomático que constitui o ser humano é definida como equilíbrio, sendo este entendido como harmonia da maquina corporal, cujo efeito é o bem-estar psicológico. Uma conseqüência dessa mentalidade será a proliferação do gênero literário dos *tratados de higiene*, visando difundir junto à população brasileira regras e conselhos que proporcionassem o bem-estar do corpo e do espírito. Outro livro do autor – o *Tratado da educação física dos meninos para uso da nação portuguesa*, publicado em Lisboa em 1790 – responde

A TEORIA HUMORALISTA, cujas origens remontam a Hipócrates e Galeno, considera a constituição do homem determinada pela presença de quatro *humores* fundamentais que, por sua vez, correspondem aos quatro elementos básicos da composição do Universo. Os humores são: biles preta, biles amarela, fleuma e sangue. Conforme o predomínio de um destes na constituição dos indivíduos, tem-se quatro tipos de *temperamentos*: melancólico, colérico, fleumático e sangüíneo. Os temperamentos, por sua vez, determinam as características psicossomáticas do sujeito: sua condição orgânica bem como seus estados psíquicos.

a finalidade semelhante, aplicada dessa vez ao campo específico da educação da criança, afirmando a tese de que "sem a educação física, pouco se pode fazer na moral e literária" (1790, ed. 1946: 98-99) – tese esta fundada na tese empirista de que "a fonte das nossas idéias são os sentidos" (idem: 319).

Desse modo, no século XIX, a medicina propõe-se a si mesma como *a ciência do homem*, substituindo a ética, a filosofia e a teologia na tarefa de orientar indivíduos e sociedades rumo à felicidade. A obra de Mello Franco constitui uma inversão radical da tradição cultural anterior, fato este que fica explicito no tratado *Medicina Teológica, ou Suplica Humilde aos Senhores Confessores e Diretores sobre o modo de proceder com seus penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice* (1794), texto polêmico confiscado pelas autoridades por causa de seu conteúdo taxado de materialista. Mello Franco propõe-se uma transformação de discursos: os conceitos e práticas elaborados pela teologia acerca do pecado são *traduzidos* nos conceitos e práticas da ciência médica acerca da doença. A analogia entre medicina do corpo e medicina do espírito, tradicionalmente utilizada pela filosofia e pela teologia, adquire uma significação nova – a medicina do corpo pretendendo dar conta também da medicina da alma. A revolucionária afirmação do autor, de que "a experiência mostra que muitos pecados humanos têm sua origem em doenças particulares do corpo" (idem: 23-24), suscitou vivazes reações ao livro no âmbito católico e especialmente eclesiástico, abrindo uma nova fase na história da cultura brasileira, no que diz respeito à concepção do homem e de seu psiquismo, fase esta que se explicitará mais clara e amplamente ao longo de todo o século XIX.

O homem primitivo é um mero autômato

O estudo de José Bonifácio de Andrada e Silva acerca dos índios brasileiros (*Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Brasil*, de 1823, destinado a ser apresentado, discutido e aprovado no âmbito da Assembléia Geral Constituinte) propõe um plano de colonização dos índios, a ser realizado através de um processo de aculturação. Para alcançar este objetivo, é necessário, segundo o autor, "conhecer primeiro o que são e devem ser naturalmente os Índios bravos, para depois

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), cientista e político brasileiro de renome, teve um papel fundamental na constituição do Estado brasileiro pós-colonial, tendo sido vice-presidente da junta do governo em 1821 e ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Exilado na França em razão do dissídio com o Imperador D. Pedro I, voltou ao Brasil em 1829, acabando por ser confinado na Ilha de Paquetá (RJ) onde veio a falecer.

acharmos os meios de os converter no que nos cumpre que sejam" (ed. 1965: 9-10). Os comportamentos dos índios são explicados na base de uma teoria acerca do "homem no estado selvagem", inspirada na filosofia iluminista da época (notadamente na antropologia mecanicista). Uma primeira característica do homem no estado selvagem é a ausência das necessidades próprias do homem "civilizado" que estimulam a atividade e o trabalho. Um segundo aspecto é a ausência daquele tipo de racionalidade característica do "espirito científico" europeu. A possibilidade de modificar a realidade humana e social assim retratada baseia-se, para José Bonifácio, num postulado antropológico ambientalista claramente explicitado:

> Mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes. Com efeito, o homem primitivo nem é bom, nem é mau naturalmente; é um mero autômato cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios. Se Catão nascera entre os sátrapos da Pérsia, morreria ignorado entre a multidão de vis escravos. Newton, se nascera entre os guaranis, seria mais um bípede, que passara sobre a superfície da terra. Mas um Guarani criado por Newton, talvez ocupasse o seu lugar (idem: 12).

A civilização sendo entendida como modelo a ser realizado, resta necessário definir a estratégia para sua concretização. A proposta de atuação, para José Bonifácio, consiste na criação dos métodos e dos meios para possibilitar a "pronta e sucessiva civilização dos Índios" (idem: 15). Alguns dos "meios" de "civilização" propostos por José Bonifácio têm uma clara significação psicológica, como por exemplo, a tentativa de inculcar nos índios o sentido da inferioridade cultural através de gestos e rituais voltados a induzir nos nativos "altas idéias do nosso (ndr: do governo brasileiro) poder, sabedoria e riqueza" (p. 17). A adaptação dos índios ao novo modelo sociocultural, e, em particular, à nova organização do trabalho, deve ser realizada gradualmente, "acostumando-os a pouco a pouco" (p. 19) ao novo modo de vida e, estimulando neles "novas necessidades" ("se vestir melhor, ter suas casas mais cômodas e asseadas", ibid.), próprias do homem "civilizado".

O projeto de José Bonifácio, assim como outros similares elaborados ao longo do século XIX, documenta que o processo de organização da sociedade nacional implica a necessidade de nivelar os sujeitos sociais e culturais presentes no Brasil num protótipo nacional, com função normalizadora.

Do materialismo ao espiritualismo eclético: o percurso de Eduardo Ferreira França

A biografia intelectual do médico, político e filósofo baiano Eduardo Ferreira França (1809-1857) é significativa de um percurso comum a vários pensadores brasileiros da época, tais como J. Gonçalves Magalhães (1811-1882). Formado em Medicina em Paris em 1834 e adepto entusiasta do materialismo reducionista, França "converteu-se" posteriormente ao espiritualismo, ao que parece em conseqüência de suas atividades políticas como deputado estadual e federal. Com efeito, diante da necessidade de fundamentar o princípio da liberdade e dos direitos humanos, França reconheceu a impossibilidade de fazê-lo fundamentando-se em teorias naturalísticas e mecanicistas. Como ele mesmo afirma em sua obra (*Investigações de psicologia*, 1854; ed. 1973), seria impossível explicar o fenômeno da liberdade bem como outros fatos da vida humana na base do pressuposto materialista. Adere, portanto, ao espiritualismo francês de Maine de Biran (1766-1824), o qual, questionando sua posição inicial de empirismo radical, chegara a fundar a liberdade numa "ciência do eu".

Ao substituir o conceito de "alma" – que, como vimos, era próprio da tradição aristotélico-tomista, cuja influência fora relevante no Brasil do século XVI ao XVIII – pelo *topos* do "eu", ou "espírito", o espiritualismo determinara uma transformação considerável na psicologia filosófica do século XIX, pois o "eu" assim entendido não é mais uma categoria ontológica (essência) e sim um dado fenomênico, passível de conhecimento científico da mesma forma que os fatos naturais. As manifestações mais relevantes da vida psíquica são as faculdades concebidas como causas das modificações subjetivas, ou seja, a inteligência, a sensibilidade e a atividade (ou vontade). O método do conhecimento é baseado na "percepção interna", sendo que os fatos internos são dependentes da consciência; aliás, são – conforme expressão de Ferreira França – "modos de objetivação" dessa (1854; edição de 1973: 321).

Mérito do espiritualismo, no que diz respeito à introdução da psicologia como disciplina curricular em várias instituições de ensino do Brasil, é o de tê-la estabelecido, conforme expressão de Gonçalves Magalhães em seu livro *Fatos do espírito humano*, como "base e ponto de partida de todas as sciências philosophicas" (1858: 29).

A "fisiologia mental" de Luís Pereira Barreto e a introdução do positivismo no Brasil

Os alicerces conceituais que permitiram a formulação dos conhecimentos psicológicos nos termos de uma ciência natural, experimental e autônoma em relação à filosofia e à tradição por esta transmitida encontram-se, na segunda metade do século XIX, no pensamentos dos filósofos positivistas brasileiros, em primeiro lugar o médico e filósofo paulista Luís Pereira Barreto (1840-1923). Analogamente a Eduardo Ferreira França, sua formação filosófica ocorreu no exterior, na Bélgica, sendo que no regresso ao Brasil, desenvolveu suas atividades profissionais principalmente em São Paulo, ocupando-se de divulgar o positivismo no meio cultural brasileiro, através de livros e artigos. Na introdução de sua obra principal, *As três filosofias*, publicada entre 1874 e 1876, no Rio de Janeiro, ele afirma que o programa positivista não veio perturbar a ordem e sim ocupar "um lugar tornado vago pela extinção gradual das antigas crenças" (1973: 128). Segundo Barreto, esse programa, criado pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) e aplicado ao estudo dos fenômenos psicológicos e sociais pelo filósofo francês Herbert Spencer (1820-1903), teria como objetivo a "reconstrução espiritual" da sociedade brasileira numa base científica, cujo instrumento principal seria a reforma radical do ensino, uma vez libertado das influências nefastas das Academias e da Igreja. Assim, a realidade contemporânea é por ele interpretada como expressiva de uma fase histórica determinada a ser superada na marcha progressiva da humanidade. Esta será a ótica adotada pelo ministro Benjamin Constant ao realizar a reforma da instrução pública de 1891, que introduziu no ensino secundário as ciências, inclusive a psicologia, eliminando a filosofia e reduzindo o espaço das disciplinas históricas.

Pois, segundo Pereira Barreto, a "fisiologia mental" proporcionaria o conhecimento verdadeiro do homem em sua totalidade, e da história. Analogamente aos fenômenos naturais, os fatos humanos são sujeitos a leis fixas e invariáveis e por isto podem ser inteiramente submetidos à investigação conduzida pelo método experimental. O médico filósofo, fiel à doutrina comtiana, descreve o ser humano como um composto de inteligência, sentimento e atividade, todas funções do cérebro. A unidade e o equilíbrio entres essas funções e sua adaptação ao meio ambiente são a condição essencial para a saúde individual. O estudo dos fenômenos psicológicos deve ser visto como parte da fisiologia e não em termos de uma psicologia autônoma, pois somente a fisiologia conhece as condições e os meios necessários para manter

ou restabelecer o equilíbrio do ser humano. Como tal, ela é também a base da pedagogia, proporcionando um "systema racional de educação" (ibidem).

Pereira Barreto aplica a fisiologia mental ao estudo dos fenômenos religiosos estabelecendo uma relação causal entre desarranjos cerebrais e crenças religiosas, sendo a religião reduzida a termos unicamente psicológicos. Neste sentido, decorre a afirmação de que manifestações religiosas predispõem à loucura, surgindo a necessidade de eliminá-las em nome de uma "higiene do espírito" (idem: 316).

O ensino da "psychologia" nas instituições de segundo e de terceiro grau

No século XIX, a "psychologia" comparece como parte de disciplinas em diferentes áreas do saber (filosofia, direito, medicina, pedagogia, teologia moral), matérias de diversos currículos em instituições escolares do País. Inclusive, os manuais para uso escolar, em muitos casos, contêm seções dedicadas a este campo. Neles, a diversidade de abordagens no estudo dos fenômenos psíquicos depende da multiplicidade de referências filosóficas mais influentes na época.

No ensino filosófico na Faculdade de Direito de São Paulo, fundada em 1827, por exemplo, o estudo dos problemas da subjetividade é considerado como propedêutico à teoria e à prática jurídicas. Várias são as tendências doutrinárias presentes nos textos dedicados a esses tópicos: desde o sensualismo francês, ao empirismo moderado de Antônio Genovesi (1712-1769), à doutrina kantiana, o espiritualismo, inclusive na versão alemã elaborada por Karl Christian Friedrich Krause (1751-1831).

No ensino médico, instituído na Bahia e no Rio de Janeiro a partir de 1832, o estudo dos fenômenos psicológicos é concebido como parte daquela "higiene social" da população brasileira da qual os médicos deveriam ser os artífices. Vários tratados médicos (em particular de higiene, medicina forense e psiquiatria) abordam problemáticas de natureza psicológica. Da mesma forma, muitas entre as teses elaboradas pelos estudantes para a obtenção do grau de doutor em Medicina vertem sobre este domínio. Especialmente, destaca-se a ênfase na assim chamada "terapia moral": com este rótulo atribui-se ao médico a tarefa de cuidar do estado físico e também moral do ser humano, pois afirma-se a ciência médica como capaz de conhecimento pleno do homem, vindo assim a assumir uma tarefa que tradicionalmente cabia à filosofia e à teologia.

Nos seminários episcopais e escolas internas para a formação do clero, a psicologia é estudada seja como disciplina integrante da metafísica (em particular da "pneumatologia", literalmente, ciência do espírito), seja como conhecimento prático da conduta humana no âmbito da teologia moral. Nos manuais utilizados, prevalece a inspiração tomista, mas também há influxos espiritualistas.

Nos currículos e programas do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, a partir de 1850 leciona-se a "psychologia" no sexto e no sétimo anos do curso, enquanto matéria propedêutica à filosofia, sendo que no conteúdo ensinado domina a ênfase espiritualista.

Nas escolas normais fundadas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX com o objetivo de formar um corpo docente competente e adequado às necessidades do sistema educacional brasileiro, a psicologia comparece no âmbito da disciplina "Metódica e Pedagogia", moldada pela preocupação de introduzir a metodologia científica no ensino, sob a inspiração de modelos europeus e norte-americanos. No curso normal anexo à Escola Americana, fundada em São Paulo em 1870, por obra de membros da Igreja Presbiteriana, o currículo incluí a matéria "Psicologia aplicada ao desenvolvimento da criança".

A criação dos primeiros laboratórios de psicologia experimental

Nas primeiras décadas do século XX, surgem alguns laboratórios de psicologia experimental: no Rio de Janeiro, junto à Clínica Psiquiátrica do Hospício Nacional, um fundado pelo médico Maurício Medeiros (1885-1966); e outro junto à cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por Henrique Roxo. Na mesma cidade funciona o Laboratório de Fisiologia mantido por Miguel, Alvaro e Branca Osório, especialistas em fisiologia nervosa e psicofisiologia. No Hospital de Engenho de Dentro, no mesmo Estado, é fundado em 1923, por Gustavo Riedel, o Laboratório de Psicologia que, a partir de 1924, é dirigido pelo polonês Waclaw Radecki (1887-1953). Com a colaboração de vários pesquisadores, nesse laboratório são realizadas investigações que foram publicadas nos *Annaes da Colônia de Psychopatas* entre 1928 e 1936 e em outras revistas. Entretanto, o mais antigo laboratório de psicologia experimental no Brasil é criado no Rio de Janeiro em 1890: o Pedagogium. Inicialmente Museu Pedagógico, passa a funcionar como laboratório sob a direção de Manoel Bomfim (1868-1932).

Em São Paulo, assiste-se ao crescimento dos estudos psicológicos, na vertente psicanalítica, na Faculdade de Medicina: um dos expoentes mais significativos, Francisco Franco da Rocha (1864-1926), cria o Hospital de Juqueri em 1898 onde seu sucessor Antonio Carlos Pacheco e Silva instala laboratórios especializados no tratamento das doenças mentais. Nessa mesma cidade, outro médico, o cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe (1843-1926), cria no início do século XX um Instituto Psycho-Physiologico voltado para a elaboração e experimentação de terapias do alcoolismo. Outro centro importante para os estudos psicológicos é o Instituto de Higiene, fundando em 1926. A instituição de um Laboratório de Psicologia Experimental propriamente dito ocorre em São Paulo no ano de 1912 junto à Escola normal da capital, por obra do médico e pedagogo italiano Ugo Pizzoli. No Estado de São Paulo, na cidade de Amparo, o professor Clemente Quaglio fundou em 1909 um Gabinete de Psicologia Experimental junto à Escola Rangel Pestana.

Em conclusão, pode-se observar que no século XIX e no início do século XX, a psicologia começa a ocupar um espaço próprio enquanto campo de conhecimentos e de práticas, se bem que ainda não como disciplina científica autônoma. Em alguns casos, assiste-se a tentativas originais de elaboração conceptual acerca de tópicos psicológicos por alguns autores tais como Ferreira França; mas, na maioria das vezes, trata-se da transmissão e interpretação de teorias importadas (principalmente da França). De fato, na busca de transformar o Brasil em nação ocidental moderna, o passado colonial é encarado negativamente e o futuro é concebido como adequação a modelos que, num enfoque positivista do processo histórico, aparecem como mais evoluídos. Neste sentido, também a criação dos primeiros laboratórios no início do século XX parece acompanhar esse movimento voltado a criar no Brasil uma ciência do homem segundo métodos e objetivos sugeridos pelo cenário cultural e social internacional.

Referências

Massimi, M. (1990) *História da psicologia brasileira*. São Paulo: Edição Pedagógica Universitária.

Massimi, M. (1991) As idéias psicológicas de Francisco de Mello Franco, médico e iluminista brasileiro, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, v. 7, n.1, p. 83-90.

Fontes primárias

Andrada e Silva, J. B. (1965 [1823]) *Apontamentos para a Civilização dos Indios Bravos do Império do Brasil*. Santos: Textos e documentos inéditos do Instituto Santista de Estudos Políticos.

Barreto, L. P. (1967) As três filosofias. In: Barros, R.S.M. *Obras filosóficas de Luís Pereira Barreto*. São Paulo: EDUSP / Grijallbo, v. 1.

Franco, F. (1946 [1790]) *Tratado de educação física dos meninos para uso da nação portuguesa*. Rio de Janeiro: Agir (org. J. M. Rocha).

Franco, F. M. (1823) *Elementos de Hygiene ou Ditames Teoréticos e Práticos para preservar a saúde e prolongar a vida*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências.

Franco, F. M. (1794) *Medicina Teológica ou Suplica humilde, feita a todos os Senhores Confessores e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados*. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo.

França, E. F. (1973 [1854]) *Investigações de Psicologia*. São Paulo: EDUSP / Grijalbo.

Magalhães, E. G. (1858) *Fatos do Espírito Humano.* Roma: Fontaine (2ª ed., Rio de Janeiro, 1865).

Capítulo 10
A reflexologia soviética: Séchenov, Pavlov e Bechterew

Eustáquio José de Souza Júnior
Manuela Gomes Lopes
Sérgio Dias Cirino

A Rússia foi um país pioneiro no campo de estudos da reflexologia, exercendo um importante papel no desenvolvimento científico de meados do século XIX até a década de 1940. Foi um período marcado pela extrema efervescência política do então Estado czarista russo, que culminou com a implantação do Estado socialista em 1917.

Dentre os numerosos pesquisadores empenhados na fisiologia dos reflexos, pode-se destacar a influência de pelo menos três na história da psicologia moderna: Ivan Michajlovic Séchenov (1829-1905), considerado o iniciador da fisiologia russa; Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936), fisiologista que criou o conceito de reflexo condicionado; e o psiquiatra e fisiologista Vladimir Michailovitch Bechterew (1857-1927), responsável pela aplicação do conceito de reflexo condicionado ao estudo de reflexos motores.

Ivan Michajlovic Séchenov e a fisiologia russa moderna

Séchenov foi um importante agente do estudo dos reflexos condicionados e na recusa das explicações mentalistas. Em sua tese intitulada *Dados para a futura fisiologia da intoxicação alcoólica*, há o embrião da proposta de uma fisiologia ocupada com o organismo em interação com as forças ambientais que atuam sobre ele (Pessoti, 1976).

Por volta de 1862, Séchenov estudava no laboratório de CLAUDE BERNARD em Paris.

CLAUDE BERNARD (1813-1905). Eminente fisiologista francês. Lecionou Fisiologia Experimental e Fisiologia Comparada na Sorbonne. Inspirado no positivismo de Augusto Comte, formou a base da fisiologia experimental francesa no século XIX.

Ocupava-se naquele momento dos centros nervosos inibidores dos movimentos reflexos em rãs. Nutriu-se das idéias de Charles Darwin e do associacionismo de John Locke. Nesse contexto, teve origem sua obra de maior importância chamada *Os reflexos do cérebro*. Uma das principais idéias defendidas e estudadas por Séchenov era que a *vida psíquica* não era independente do corpo, mas somente uma função do sistema nervoso central, principalmente do cérebro. Séchenov via no reflexo uma unidade mínima de comportamento, válida ao mesmo tempo como unidade de análise experimental e como instrumento metodológico para explicar unidades de comportamento mais sofisticadas. Os processos psíquicos seriam, desta forma, componentes de um complexo ARCO-REFLEXO. Esta foi uma das primeiras tentativas cientificamente articuladas de abordagem da vida psicológica como uma função estritamente fisiológica em termos de reflexo.

Os reflexos do cérebro: O primeiro título dado ao trabalho foi *Uma tentativa de estabelecer as bases fisiológicas dos processos psíquicos*. A doutrina oficial do Estado-Igreja russo pressupunha que o psiquismo competia unicamente à alma. Devido a este fato, Séchenov foi obrigado a substituir o título, além de publicá-lo em uma revista médica especializada em vez de lançá-lo como livro popular.

ARCO-REFLEXO é um termo cunhado por fisiologistas preocupados em preencher objetivamente o intervalo entre o estímulo e a resposta onde se subentende a existência de: a) um órgão receptor, b) um elemento nervoso aferente que conduza o estímulo a um centro nervoso, c) um elemento nervoso eferente que conduza o pulso nervoso ao órgão efetor e d) o efetor em si. Este conceito é diferente do conceito de *reflexo* que consiste na simples relação observada publicamente entre o estímulo e a resposta (Keller e Schoenfeld, 1950-1966).

O uso do arco-reflexo como unidade de análise e a ênfase antimetafísica evidenciam a importância atribuída por Séchenov à estimulação sensorial para a explicação dos processos psicológicos. Para ele, o avanço da fisiologia nervosa poderia viabilizar uma explicação consistente para o comportamento global, utilizando somente a terminologia da fisiologia dos reflexos. Séchenov lançou as idéias que mais tarde influenciaram teórica e metodologicamente outros importantes pesquisadores da reflexologia.

Ivan Petrovich Pavlov e a proposição do reflexo condicionado

Ivan Pavlov nasceu em Ryazan, na Rússia. Como filho de um sacerdote, foi educado até os 11 anos de idade pelo pai, seguindo para um seminário onde estudou teologia. Aos 21 anos preferiu explorar novas possibilidades. Influenciado pelas idéias de Charles Darwin, a fama crescente de DIMITRI

DIMITRI IVANOVITCH PISAREV (1840-1868). Eminente crítico literário russo que defendia a implementação de uma cultura de base científica na qual fossem eliminadas as diferenças sociais. Exerceu forte oposição sobre o então Estado czarista.

Ivanovitch Pisarev e a obra de Séchenov, mudou-se para São Petersburgo com o objetivo de freqüentar a universidade.

Optou por estudar medicina, especializando-se em fisiologia animal. Antes mesmo de graduar-se em 1875, foi premiado, juntamente com um colega, Afanasyev, pelo excelente trabalho desenvolvido sobre a inervação pancreática. Após sua graduação, continuou seus estudos para obter o direito de candidatar-se a uma cátedra em fisiologia. Seguiu com dificuldades financeiras até 1890, momento em que conheceu e aprimorou a técnica de abrir fístulas para observar processos fisiológicos internos em animais vivos.

Fístula: técnica desenvolvida por D. D. Glinsky em 1895, que consistia em fazer aberturas cirúrgicas em tecidos do organismo para facilitar a observação de processos fisiológicos.

Nesse mesmo ano, Pavlov foi nomeado professor de farmacologia na Academia Militar de Medicina, onde dedicou mais de 40 anos de estudo à fisiologia e ao desenvolvimento do Instituto de Medicina Experimental. Num primeiro momento, Pavlov focalizou esforços no estudo da atividade do sistema nervoso sobre o músculo cardíaco. Em seguida passou ao estudo do sistema endócrino, campo que lhe rendeu a publicação, em 1897, de *O trabalho das glândulas digestivas*, que foi agraciado com o Prêmio Nobel de Fisiologia em 1904.

Sempre preocupado ao extremo em padronizar as condições experimentais de suas pesquisas, Pavlov tentava usar controles rigorosos e eliminar, ao máximo, as possíveis fontes de erros. A trajetória percorrida por Pavlov até o pleno reconhecimento da comunidade científica passou pelo uso de uma técnica sofisticada para a época: o chamado “método crônico”. Este consistia na utilização de fístulas na pele e em órgãos internos de cobaias para que o pesquisador pudesse observar diretamente os processos digestivos em atuação *in vivo*. Até então os estudos em fisiologia digestiva eram realizados em animais sacrificados nas diferentes etapas do processo de digestão. Esta técnica possibilitou à fisiologia o estudo de novos processos mais complexos, superando assim os limites da fisiologia da digestão da época.

A partir das investigações acerca das glândulas digestivas, por volta de 1900, Pavlov constatava as diferenças na composição salivar de cães. Estava convencido que isso decorria do tipo de estimulação efetuada na cavidade bucal (no caso, as estimulações mecânica, térmica e química dos receptores sensoriais) e tinha à mão uma explicação tipicamente biológica para o fenômeno. Contudo, observava que os sujeitos, às vezes, salivavam em circunstâncias que não poderiam ser descritas nos termos da teoria do arco-reflexo. Os cães salivavam antes de entrarem em contato direto com

o alimento (ou seja, a presença do alimento na boca). Para tal bastava que os sujeitos vissem, ouvissem, cheirassem quaisquer elementos do ambiente experimental que se relacionassem de alguma forma com o alimento. Esse não era um processo de estimulação fisiológica típico, ou seja, um processo no qual haveria um contato direto entre as propriedades físicas dos elementos e os órgãos receptores sensoriais. Assim, as secreções observadas por Pavlov derivavam de alguma forma de estimulação não fisiológica. Eram conhecidas como secreções *psíquicas*. Nas palavras de Pavlov:

> Nos EXPERIMENTOS PSICOLÓGICOS, são as propriedades dos objetos exteriores, sem importância para a função das glândulas salivares e, inclusive completamente ocasionais, as que excitam o animal. As propriedades luminosas, acústicas e, inclusive, as puramente olfativas dos objetos considerados não exercem, por si mesmas, quando pertencem a outros objetos, nenhuma influência sobre as glândulas salivares; estas, por sua vez, não mantêm nenhuma relação funcional com essas propriedades (Pavlov, 1984 [1903]: 19).

Pavlov denominou EXPERIMENTOS PSICOLÓGICOS aqueles nos quais as respostas reflexas estavam indiretamente relacionadas aos estímulos.

Complementando, Pavlov se mostra ainda mais intrigado com o seu achado:

> Nos experimentos psicológicos não são somente as propriedades dos objetos sem importância para a função das glândulas que fazem o papel de excitantes, mas também […] tudo que se relaciona com eles de uma ou de outra forma: a vasilha que os contém, os móveis onde estão colocados, os recintos, as pessoas que os conduzem, os ruídos produzidos por estas pessoas […]. Desta maneira […] a relação com os objetos que provocam a excitação das glândulas salivares se faz mais longínqua e tênue. Não resta dúvida de que estamos diante de uma adaptação mais adiantada (Pavlov, 1984 [1903]: 19-20).

O termo reflexo psíquico foi utilizado por Pavlov para descrever o fenômeno num primeiro momento, chegando ele inclusive a conjecturar acerca das vontades, julgamentos e desejos dos animais utilizados em seus experimentos. Este tipo de abordagem foi logo abandonado em favor de uma alternativa supostamente mais objetiva, que logo veio a constituir a mais famosa contribuição de Pavlov à psicologia, o chamado reflexo condicionado.

Pavlov delineou a seguinte metodologia em seus estudos sobre os reflexos: colocava-se o sujeito experimental (em geral, cães) sobre uma mesa, preso por correias, dentro de uma sala com isolamento acústico e isenta de estimulação visual externa. Através de uma fístula feita na parte inferior do focinho do animal, introcuzia-se um encanamento emborrachado que era ligado às glândulas salivares. Esse encanamento continha uma escala graduada onde

era possível aferir com precisão a quantidade de saliva secretada. Através da cânula, toda a saliva era depositada num pequeno recipiente apoiado sobre uma mola sensível. A saliva que caía no recipiente movimentava uma agulha ligada à mola, que registrava o gotejamento num quimógrafo.

Os experimentos iniciais consistiam na apresentação ao cão de um pedaço de pão que logo em seguida era dado ao animal para que o comesse. Com a repetição do procedimento, bastava a visão do alimento para que o cão salivasse. O reflexo salivar eliciado pelo alimento colocado na boca do animal foi denominado reflexo incondicionado, visto que não demandava nenhuma aprendizagem. Era, portanto, inato. Já a secreção salivar obtida com a visão do alimento só foi obtida após algumas tentativas. Logo, o processo demandou uma aprendizagem ou condicionamento, fato que levou Pavlov a denominá-lo REFLEXO CONDICIONADO.

> Os termos REFLEXO CONDICIONADO e reflexo incondicionado foram utilizados por Pavlov pela primeira vez no discurso "A psicologia e a psicopatologia experimentais dos animais", numa reunião do Congresso Médico Internacional de Madri em 1903 e publicado nas *Nouvelles de l'Academie de Médecine Militaire* (1903: 103).

Pavlov descobriu que qualquer estímulo não aversivo poderia provocar respostas reflexas em seus sujeitos, desde que condicionadas corretamente. Por exemplo: um som (até então um estímulo neutro) é apresentado ao sujeito. Poucos instantes depois (digamos, 5 segundos), é apresentado o alimento (estímulo incondicionado). É óbvio que o sujeito salivará apenas diante do estímulo incondicionado num momento inicial. Repetindo-se os emparelhamentos entre o estímulo neutro e o estímulo incondicionado, o estímulo neutro será capaz de eliciar a salivação. Quando isto ocorre, o estímulo neutro se torna um estímulo condicionado, passando então a produzir respostas condicionadas. O desafio, a partir daí, passou a ser a determinação e a identificação dos limites dentro dos quais operava o condicionamento, tais como a intensidade e outras propriedades dos estímulos, as relações temporais entre o estímulo original e o novo que adquiria condicionalmente o poder de eliciar a resposta etc. Dessa forma, o que anteriormente era conhecido como *vida psíquica* passou a ser então considerado um imenso complexo de reflexos condicionados, ou seja, de respostas dadas a estímulos condicionados a outros, originais.

Pavlov foi fortemente criticado por conceber uma visão de homem ofensiva para a época vigente; foi oficialmente hostilizado por propor um programa de pesquisas que visava à explicação natural e fisiológica de processos psíquicos. Fica claro que os estudos de Pavlov não recebiam apoio governamental. Ele próprio, em sua autobiografia, retrata a maneira hostil com a qual os diretores dos institutos o tratavam, assim como a contrariedade

aos seus projetos. Com a revolução de 1917, a situação melhorou bastante. A Revolução Russa levou Lênin ao poder, que via com bons olhos as atividades científicas do fisiólogo. O governo socialista financiou a construção da chamada "Cidade da Ciência", onde Pavlov aprofundou suas observações e experimentos. Mais de 200 colaboradores trabalharam com ele. Segundo Schultz (1975), seu programa de pesquisas estendeu-se por um período mais longo de tempo e envolveu maior número de pessoas do que qualquer outro esforço de pesquisa desde Wundt.

A Cidade da Ciência é o local onde se situou o novo laboratório de Pavlov, construído na cidade de Koltuchi a partir de 1921. Essa cidade veio mais tarde a se chamar Pavlovo em homenagem póstuma a Pavlov.

Outro tema importante estudado por Pavlov foi a distinção, na atividade do sistema nervoso, de dois fenômenos centrais: o da excitação e o da inibição. Por excitação, entendia o processo ativo que fundamenta a produção das respostas apresentadas por um organismo. Já a inibição foi definida como um processo ativo exercendo um efeito oposto ao da excitação e, conseqüentemente, impedindo uma resposta ou diminuindo sua força. Pavlov aplicou a conceituação desses fenômenos à compreensão de temas psicopatológicos, dentre outros.

A predileção de Pavlov pela metodologia experimental objetiva ficou particularmente evidente nas notórias "quartas-feiras", que, apesar do nome, foram realizadas nas quartas e sextas-feiras no período de 1921 a 1936, ano do seu falecimento. Essas reuniões destinavam-se às comunicações científicas de Pavlov e seus colaboradores, sendo marcadas pela crítica aos idealistas não soviéticos (dentre eles os gestaltistas). Como referência histórica, é lamentável que constem registros dessas reuniões apenas de 1929 a 1936.

O trabalho de Pavlov ocasionou mudanças na psicologia moderna ao estabelecer medidas mais exatas, com a utilização de uma unidade mínima de análise; uma terminologia mais precisa para se referir ao que denominava fenômenos psicológicos, como por exemplo *estímulo*, *resposta* e *ambiente*; uma maior clareza na delimitação do objeto de estudo; e, por fim, uma metodologia indispensável para a expansão posterior das teorias behavioristas.

Neste aspecto, respondia indiretamente às críticas feitas por Imannuel Kant e Augusto Comte às psicologias introspeccionistas. A dedicação de Pavlov à pesquisa sempre foi de suma importância em sua vida. Sua obstinação em alcançar suas metas não foi perturbada por questões práticas, tais como salário, falta de apoio governamental ou condições de vida. Aos 86 anos de idade, Pavlov foi proclamado "Príncipe dos fisiologistas de todo o mundo" no XV Congresso Internacional de Fisiologia, mantendo, até o fim de sua vida, sua luta contra as explicações metafísicas do comportamento.

Vladimir Michailovitch Bechterew e os reflexos motores

Assim como Pavlov, Bechterew tentou complementar com dados empíricos e rigor experimental a proposta teórica de Séchenov. Sofreu intensa perseguição do governo czarista. Além da intolerância do Estado russo, teve em comum com Séchenov e Pavlov o doutoramento em São Petersburgo. Em 1881, Bechterew defendeu a tese *Resultados da investigação clínica da temperatura corporal em certos tipos de distúrbios psíquicos*. Partiu para Leipzig, na Alemanha, onde trabalhou com Wilhelm Wundt. De lá, seguiu para Berlim e depois para Paris, onde estudou com Jean M. Charcot. Ao finalizar essa trajetória, concluiu sua formação em psiquiatria e fisiologia retornando à Rússia, onde assumiu a cátedra de distúrbios mentais na Academia Militar de São Petersburgo.

Apesar de ser um grande escritor e estudioso, com trabalhos publicados em neurologia, anatomia nervosa, psiquiatria, pedagogia e psicologia, a obra de Bechterew foi ofuscada pelos estudos de Pavlov. Como pontos comuns, ambos defendiam uma proposta objetiva, atacando conceitos mentalistas utilizados para a descrição e explicação de processos psicológicos.

> A essa altura, Wundt coordenava o primeiro laboratório de psicologia experimental do mundo, onde estudava a organização ativa dos elementos constituintes da consciência.
>
> Charcot: médico francês (1825-1893) pioneiro na descrição da histeria. Freud fez parte da assistência de suas demonstrações.

A sua formação em psiquiatria fez com que aplicasse o conceito de reflexo a problemas clínicos humanos, além de favorecer a sua dedicação a uma grande gama de campos de trabalho. Bechterew publicou trabalhos em psiconeurologia, concentrando-se principalmente na anatomia e fisiologia do sistema nervoso central e na reflexologia. Considerou inclusive a reflexologia como uma via pela qual a personalidade humana poderia ser abordada. Priorizava o estudo objetivo do homem, compreendido como um ser agente em seu ambiente social e no estabelecimento de suas relações com o mundo externo. Trabalhou também no tratamento de doenças nervosas e mentais. Descobriu um grande número de sintomas e reflexos bastante significativos para o diagnóstico dessas doenças, além de ser pioneiro na descrição de várias patologias e categorias nosológicas, particularmente classificando as fobias. Por fim, é interessante ressaltar outros dois campos de trabalho de Bechterew: o primeiro, com crianças, no qual desenvolveu estudos sobre o desenvolvimento da linguagem e dos processos de atenção. O segundo, com alcoolistas, campo no qual publicou vários trabalhos e fundou uma instituição especial para o tratamento de distúrbios mentais relacionados ao álcool.

Os interesses de Bechterew refletiam-se na sua proposta metodológica. Enquanto Pavlov se ateve principalmente às secreções glandulares, Bechterew interessou-se pelos reflexos motores, utilizando para estudá-los uma metodologia livre de intervenções cirúrgicas. Embora os métodos de Pavlov e Bechterew contenham algumas diferenças técnicas, essencialmente suas práticas se equivaliam. Em ambas ocorria a substituição de um estímulo eliciador natural (incondicionado) por um novo estímulo (condicionado).

Pessoti (1976) resume a técnica de Bechterew: usava-se uma descarga elétrica na planta do pé como excitante direto e, concomitantemente, aplicava-se um estímulo luminoso à retina. De início, nestas condições, era esperada a excitação simultânea da planta do pé e da retina. Após algumas repetições nas quais a cor (da luz aplicada à retina) era sempre a mesma, a excitação elétrica era interrompida e era possível verificar que a excitação luminosa era, por si só, suficiente para produzir o reflexo plantar.

Nos termos de Bechterew, ocorrerá um REFLEXO ASSOCIADO, ou seja, o estímulo não associado luz (estímulo incondicionado, nos termos de Pavlov) passou a eliciar as respostas reflexas plantares, passando a ser, desta forma, um estímulo associado (ou condicionado).

> REFLEXO ASSOCIADO: a terminologia de Bechterew se mostrou bastante influenciada pelo empirismo de John Locke. O paradoxo instaurado é evidente ao utilizar o conceito de *associação* na sua explicação do condicionamento reflexo, já que Bechterew opunha-se declaradamente às explicações metafísicas, típicas do associacionismo de Locke.
>
> PRINCÍPIOS GERAIS DA REFLEXOLOGIA HUMANA: Foi um consenso entre Bechterew e seus colaboradores que o termo *reflexologia* estaria mais próximo de um ramo objetivo da ciência do que o termo *psicologia*.

A principal obra publicada por Bechterew foi o seu livro *Psicologia objetiva* de 1907. Em 1932, foi publicada uma terceira edição com o título *General Principles of Human Reflexology* (*PRINCÍPIOS GERAIS DA REFLEXOLOGIA HUMANA*). Nessa obra fica clara a concordância com Pavlov no que se refere à gênese dos processos psíquicos superiores, classificados por ambos como combinações de unidades reflexas elementares:

> No momento atual da ciência, deve-se submeter todos os ramos da ciência natural a uma investigação estritamente objetiva, inclusive aquelas debruçadas sobre as mais elevadas e sofisticadas atividades do organismo que, recentemente, foram abordadas por análises subjetivistas, obtidas por meio de auto-observações, também estas poderão se valer de uma terminologia estritamente objetiva. (Bechterew, 1973 [1913]: 17, tradução dos autores)

É clara, portanto, a ênfase compartilhada com Pavlov na busca de objetividade científica e o desejo de Bechterew de salientar o significado

psicológico das suas experiências. Ambos os pesquisadores estavam convencidos de que haviam descoberto o caminho que levaria a uma explicação materialista de todo o comportamento.

Conclusão

É importante destacar o fato de que boa parte dos estudos científicos de Séchenov, Pavlov e Bechterew foi realizada sob os efeitos de manobras políticas e governamentais que visavam à censura e ao controle das suas produções. Essa situação só mudaria mais tarde, mediante a queda dos czares e a tomada do poder pelos revolucionários socialistas. Lênin apoiou abertamente essas pesquisas que apresentavam proximidade com o materialismo dialético de Karl Marx. A partir desse momento, tais estudos se tornaram modelo para a psicologia pós-revolucionária. O sujeito íntegro, concreto, com uma essência material proveniente da sua história, se consubstanciava nos sujeitos experimentais de Pavlov. O método crônico representava para os revolucionários a abertura de uma porta nas ciências naturais para os ideais marxistas. A partir da ascensão de Stalin e o conseqüente endurecimento do controle ideológico comunista, houve um fortalecimento ainda maior dos estudos reflexológicos pavlovianos.

O materialismo psicofisiológico da reflexologia chegou a ser considerado a "única abordagem psicológica aceitável pelo marxismo-leninismo" (Bottomore e Guimarães, 1988: 308). As idéias de Pavlov traziam a concepção de uma grande plasticidade potencial para o ser humano e sua atividade; idéia que aderia facilmente às pretensões ideológicas do novo regime. Embora outros nomes de importância para a ciência psicológica, como Vigotski, por exemplo, tenham atingido proeminência no período leninista, a "stalinização" do Estado soviético teve dois efeitos imediatos sobre os estudos psicológicos e fisiológicos realizados na União Soviética até então: o primeiro deles foi a proibição da circulação de obras da psicologia histórico-cultural de Vigotski; o segundo efeito recaiu sobre os estudos pavlovianos que acabaram sendo incorporados pela ideologia de Stalin.

As correspondências e as inexistentes divergências para com o poder político vigente levaram a reflexologia a um lugar de destaque dentre as pesquisas científicas soviéticas. A partir dela poder-se-ia abordar um sujeito único, determinado por uma história e compreendido sob o crivo de uma ciência objetiva. O extenso trabalho desenvolvido pelos autores referidos neste

capítulo foi de importância para o delineamento de algumas das bases para uma visão da subjetividade humana calcada numa constituição essencialmente materialista. Um materialismo que pouco mais tarde seria explicitado na psicologia russa em suas dimensões sociais e históricas, além de fornecer algumas das bases para o estabelecimento e desenvolvimento da psicologia behaviorista norte-americana.

Indicações bibliográficas e estéticas

Pessoti, Isaías (1976) *A pré-história do condicionamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Essa obra aborda uma grande variedade de antecedentes históricos, científicos e filosóficos do condicionamento reflexo e operante de modo claro e objetivo.

Pavlov, Ivan Petrovich (1984) *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.

O livro traz uma boa coletânea da produção de Pavlov, incluindo, além dos textos clássicos de condicionamento, o discurso proferido no recebimento do Prêmio Nobel de Fisiologia de 1904 e exemplos das críticas pavlovianas aos "idealistas".

Referências

Bechterew, V. M. (1973) *General Principles of Human Reflexology.* Nova York: Arno Press.

Bottomore, T. B. e Guimarães, A. M. (1988). *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar (verbete "Psicologia", p. 307-309).

Keller, F. S. e Schoenfeld, W. N. (1966) *Princípios de psicologia.* São Paulo: Editora Herder.

Pavlov, I. P. (1984) *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.

Penna, A. G. (1978) *Introdução à história da psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

Pessoti, I. (1976) *A pré-história do condicionamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Schultz, D. P. e Schultz, S.E. (1994) *História da psicologia moderna.* São Paulo: Cultrix. 6ª ed. revista e ampliada.

Ivan Petrovich Pavlov. Nobel Lectures, Physiology or Medicine 1901-1921. Armsterdan: Elsevier Publishing Company. Disponível em http://www.nobel.se/ medicine/ laureates/ 1904/ pavlov-bio.html. Acessado em 24/3/2004.

Capítulo 11
O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento

Carlos Renato Xavier Cançado
Paulo Guerra Soares
Sérgio Dias Cirino

Nos Estados Unidos do final do século XIX, dois pontos de vista se mostravam fortes na psicologia: o funcionalismo de William James (cf. capítulo 7) e o estruturalismo de Edward Titchener (cf. capítulo 5). As principais universidades de psicologia dos Estados Unidos nessa época eram Cornell e Harvard, onde ensinavam, respectivamente, Titchener e James. Apesar de as propostas de ambos serem conceitualmente diferentes, elas se aproximavam em um aspecto: consideravam a *consciência* como o objeto de estudo da psicologia.

Nesse período, os estudos de psicologia nos Estados Unidos se consolidavam cada vez mais. James Mark Baldwin e William James publicaram diversos artigos importantes. E os avanços não se restringiram apenas a publicações. Em 1888, James McKeen Cattell, da Universidade da Pensilvânia, tornou-se o primeiro professor a lecionar formalmente a disciplina de psicologia em território estadunidense. Em 1892, foi criada a American Psychological Association (APA) e dois anos mais tarde, foi fundado o *Psychological Review*, um dos principais periódicos sobre psicologia do mundo, que continua sendo publicado até os dias atuais.

Um dos estudiosos mais destacados da época era Edward Lee Thorndike, da Escola Funcionalista de Columbia (cf. capítulo 7), um dos

James Mark Baldwin (1861-1934). Seus principais estudos sobre psicologia foram realizados a partir da última década do século XIX. Baldwin foi uma figura importante no estudo do desenvolvimento mental de crianças, tendo realizado ele mesmo, pela primeira vez na história da psicologia, experimentos utilizando crianças como sujeitos. Também foi um dos primeiros psicólogos a aplicar a teoria da evolução de Darwin às suas teorias do desenvolvimento.

Edward Lee Thorndike (1874-1949) trabalhou, inicialmente, com galinhas, no porão da casa de William James. Após um período em Boston, Thorndike se dirige, com o auxílio de James Cattell (1860-1944), para a Universidade de Columbia (Nova York), onde realiza seu doutoramento em 1899, com a famosa dissertação *Inteligência animal: um estudo experimental dos processos associativos nos animais*.

primeiros psicólogos a ter sua formação inteira realizada nos Estados Unidos. Ele foi um dos pioneiros na realização de experimentos controlados com descrição detalhada das atividades dos animais sem se deter na introspecção como abordagem. Por meio desses experimentos, Thorndike formula a "Lei do Efeito". Tal proposição afirma que

> das várias respostas emitidas para a mesma situação, aquelas que forem concomitantes ou acompanhadas por satisfação para o animal irão, mantidas as mesmas condições, se tornar mais firmemente conectadas a esta situação, dessa forma, quando essa ocorrer novamente, [as respostas] terão mais chance de ocorrer novamente; aquelas que são concomitantes ou acompanhadas por desconforto para o animal irão, mantidas as mesmas condições, ter as suas conexões com esta situação enfraquecida, dessa forma, quando ela ocorrer novamente, [as respostas] terão menos chances de ocorrer novamente (Thorndike, 1911: 244).

Os estudos de Thorndike foram de grande influência para os pensadores da psicologia, principalmente os estadunidenses, na área de educação. Segundo o autor, "assim como a ciência e a agricultura dependem da química e da botânica, a educação depende da psicologia e da filosofia" (Thorndike, 1910: 6). Dessa forma, a psicologia buscaria auxiliar os processos educacionais atuando em quatro tópicos principais: objetivos, materiais, meios e métodos. Para investigar tais tópicos, seriam propostas duas linhas de trabalho: descobrir e implementar maneiras de se mensurar as funções intelectuais; e estudar diversas etnias, ambos os sexos, idade, diferenças individuais e outros elementos que facilitassem a compreensão do indivíduo.

Apesar de fazer uso de experimentos controlados e de trabalhar com dados empíricos, Thorndike foi criticado, posteriormente, por utilizar termos ainda mentalistas como "satisfação" e "desconforto" em suas explicações. Tais explicações, contudo, eram cada vez menos aceitas por um determinado grupo de autores que buscavam alternativas aos modelos mentalistas e introspeccionistas na psicologia. Essa busca crescente culminou no surgimento de uma nova maneira de se pensar e se trabalhar a psicologia: O BEHAVIORISMO.

Behaviorism, em inglês, gerou o termo BEHAVIORISMO, consagrado na língua portuguesa, aparecendo nos dicionários mais recentes publicados no Brasil. Optou-se, no presente capítulo, pela utilização do termo behaviorismo. Em português encontram-se também os termos comportamentalismo e comportamentismo.

O "manifesto behaviorista" e os primórdios de uma ciência do comportamento

> O que precisamos fazer é começar a trabalhar na psicologia fazendo do comportamento, e não da consciência, o ponto objetivo do nosso ataque.
>
> *Watson*, 1913

A frase acima, proferida pelo psicólogo estadunidense JOHN BROADUS WATSON em seu manifesto de 1913, "A psicologia como o behaviorista a vê" (*Psychology as the behaviorist views it*), exemplifica a forma como esse autor pensa a psicologia. O interesse de Watson era o estudo do comportamento. Ele propõe que a psicologia seja uma ciência empírica e que leve a generalizações amplas sobre o comportamento humano, mantendo-se a uniformidade do procedimento experimental, para que os experimentos dos psicólogos possam, assim como os dos físicos e químicos, ser replicados em qualquer laboratório. Os experimentos desenvolvidos nos tradicionais laboratórios de psicologia tinham como função detectar processos e conteúdos mentais que estivessem envolvidos na percepção, na memória etc., e não verificar o modo como o ser humano responde a situações em um ambiente complexo. Para Watson, conceitos como imaginação, julgamento e raciocínio não deveriam ser tomados como objetos de estudo pela ciência da psicologia. Da mesma forma, tais conceitos já vinham servindo de base explicativa por cientistas das tradicionais abordagens de psicologia até então.

JOHN BROADUS WATSON (1878-1958) matriculou-se, em 1894, na Universidade de Furman. Em 1903, Watson se torna a mais jovem pessoa a se doutorar na Universidade de Chicago. Em 1913, publica o artigo "A psicologia como o behaviorista a vê", que ficou conhecido como o "manifesto behaviorista" e no qual delimitava o campo onde a psicologia deveria focar seus estudos. Dois anos mais tarde, é eleito presidente da Associação Americana de Psicologia (APA). Após alguns desentendimentos com a Universidade Johns Hopkins, onde lecionava, Watson é afastado e passa a concentrar sua atenção nos estudos de publicidade e propaganda.

A primeira fase do trabalho de Watson é marcada por um grande interesse na psicologia animal. Defendendo o uso de sujeitos animais no estudo do comportamento, ele enfatizava as vantagens de sua utilização em detrimento do uso de sujeitos humanos. O trabalho com animais visa responder a perguntas (hipóteses) que poderiam ser GENERALIZADAS ao comportamento humano. Neste aspecto, a psicologia animal (cf. capítulo 6) se torna o modelo para os estudos do comportamento. Porém, preocupado em dar ao behaviorismo um valor

O conceito de GENERALIZAÇÃO implica a realização do mesmo procedimento empírico com outros sujeitos da espécie em questão ou com sujeitos de outras espécies. Só quando da replicação dos resultados – pela realização do mesmo procedimento metodológico-experimental ou de procedimento análogo – com sujeitos da mesma espécie (replicação direta) ou com sujeitos de outras espécies (replicação sistemática) pode-se falar em generalização dos resultados.

prático, que ultrapassasse as barreiras dos laboratórios acadêmicos, Watson estende seus estudos aos sujeitos humanos, apresentando no livro *A psicologia do ponto de vista de um behaviorista*, talvez o mais importante de sua carreira, sua proposta de psicologia como uma ciência natural independente.

Mais tarde, na década de 1920, o interesse do autor muda para o estudo de crianças. Watson propôs que, ao nascer, a criança conta com apenas três reações básicas: amor, raiva e medo. Por meio dessas reações, o ambiente seria responsável pela formação dos hábitos. Segundo o autor, as pessoas, ao entrarem em contato com o ambiente que as cerca – tanto o ambiente interno (músculos, glândulas etc.) quanto o externo (os objetos do mundo exterior) –, aprendem a responder aos estímulos particulares do mesmo. Quando exposta à mesma situação novamente, a pessoa realiza as mesmas ações de forma mais rápida e com a necessidade de menos movimentos diz-se que a pessoa formou um hábito para lidar com essa situação (Watson, 1924: 200). Em *Os cuidados psicológicos com a criança,* de 1928 – um livro de estrondoso sucesso –, Watson apresentava um sistema para a criação de filhos baseado no comportamentalismo. Ele aconselha os pais a incentivarem os filhos desde cedo a superarem as pequenas dificuldades do ambiente sem a ajuda de adultos. De acordo com o método de criação apresentado por Watson, os pais deveriam dispensar aos filhos apenas poucas demonstrações de afeto, no sentido de controlar o comportamento da criança. Essa postura, segundo Skinner (1959), levou a que Watson se arrependesse publicamente do livro, pois "ele alertava os pais sobre a demonstração incondicional de afeto".

Durante a realização de suas pesquisas com bebês, envolveu-se com sua assistente, Rosalie Rayner, o que causou um grande escândalo, pois Watson, casado, teve que se divorciar de sua esposa. Pela grande repercussão do caso, foi afastado da Johns Hopkins University, onde então lecionava.

Watson destacou-se também na área de publicidade. Após seu afastamento da universidade, foi contratado por uma grande empresa de propaganda, e seus estudos na área de predição e controle do comportamento foram bem recebidos no mundo dos negócios. Para ele, o trabalho da propaganda era simplesmente atingir o medo, a raiva ou o amor e influenciar, dessa forma, uma necessidade psicológica. Valendo-se disso, o autor iniciou os processos de pesquisa na área da publicidade, afirmando que a melhor maneira de alcançar um comprador é conhecê-lo, e a única maneira de fazer isso é pesquisando. Watson torna-se, mais tarde, vice-presidente da empresa que o contratou, trabalhando na área até sua aposentadoria.

Mesmo dedicando a maior parte de seu tempo ao estudo da propaganda, Watson não deixou de escrever sobre psicologia. Em seu livro de 1924, *Behaviorismo*, o autor contextualiza e define o behaviorismo não como um sistema de psicologia, mas como uma aproximação metodológica aos problemas da mesma. Watson considerava o comportamento como um campo de estudo muito novo, e que concepções como "mente" e "consciência" ainda não haviam sido abolidas de outros campos do saber, como a filosofia, por exemplo.

Além disso, apresenta conceitos como "estímulo" e "resposta", mostrando como uma resposta pode ser condicionada a um estímulo específico, que tipos de resposta podemos apresentar, e dedica algumas páginas para tratar dos reflexos condicionados, estudados por Ivan P. Pavlov (cf. capítulo 10), que foi um dos maiores influenciadores de seu trabalho a partir de 1916.

Em 1957, foi homenageado pela Associação Americana de Psicologia (APA) como um dos autores mais importantes da história da psicologia moderna. No ano seguinte Watson falece, aos 80 anos.

Uma abordagem funcional do comportamento: o conceito de operante

> Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de suas ações.
>
> *Skinner*, 1957: 15

A presente citação, retirada do livro *O comportamento verbal*, de Burrhus Frederic Skinner, faz referência a um ponto central no sistema de pensamento proposto por esse autor: o comportamento operante.

> B. F. Skinner (1904-1990) graduou-se em inglês no Hamilton College e decidiu seguir a carreira de escritor. Após algumas tentativas frustradas, a escrita, como atividade profissional, foi deixada de lado. Skinner ingressou no curso de psicologia da Universidade de Harvard em 1928 e doutorou-se em 1931. Permaneceu nessa instituição como pesquisador até 1936, ano em que começou a lecionar psicologia na Universidade de Minnesota. Em 1947, retornou à Harvard como professor. Permaneceu nessa instituição como professor-pesquisador até sua aposentadoria, em 1974. Publicou vários livros, sendo os mais importantes: *O comportamento dos organismos* (1938), *Walden II* (1948), *Ciência e comportamento humano* (1953), *O comportamento verbal* (1957), *Para além da liberdade e da dignidade* (1971) e *Sobre o behaviorismo* (1974). Essas obras revelam a posição teórica do autor, bem como as mudanças pelas quais passou seu pensamento.

Até o início da década de 1930, em parte da psicologia estadunidense, a ênfase explicativa dada ao comportamento dos organismos ora era feita com base na concepção mentalista da psicologia – ou seja, fazendo-se referência àquilo que estaria ocorrendo em sua mente –, ora utilizando-se a noção de reflexos, esta última proposta por Pavlov e apropriada pela psicologia

behaviorista de Watson. Da mesma forma, a Lei do Efeito elaborada por Thorndike influía na compreensão dos atos do indivíduo, embora tal proposta teórica tenha sido criticada por Watson por referir-se a sentimentos e estados mentais quando da explicação do comportamento.

O contexto acadêmico da época foi marcado por uma fase conhecida como a "crise da física clássica", que alterou a maneira de pensar a ciência em todas as suas formas. O sistema determinista, que atribuía relações estritas entre as causas e os efeitos nos fenômenos naturais, sofria várias críticas desde muito antes da crise. Ernst Mach (1838-1916), físico austríaco, defendia o abandono das explicações de causalidade mecânica utilizadas pela física newtoniana, em favor da adoção de RELAÇÕES FUNCIONAIS entre os fatos. Dessa forma, atribuições mecanicistas de causa e efeito foram gradativamente perdendo espaço para as descrições funcionais entre fatos. Um exemplo disso é a teoria da relatividade geral de Albert Einstein (1879-1955), que, em 1915, formula uma teoria da gravitação mais abrangente que a de Newton.

> RELAÇÕES FUNCIONAIS, no caso do comportamento, são descrições de relações (seja entre aspectos do ambiente ou entre o ambiente e o organismo) nas quais um dos eventos (ou variáveis) altera-se em função de modificações no outro. Não se trata mais de explicações substanciais ou deterministas. A partir de uma análise dos fatos relacionados, busca-se a descrição da relação através de uma função matemática. Chamam-se *variável dependente* aqueles aspectos da relação sobre os quais observa-se um efeito de manipulação prévia ou alteração em outra variável – a *variável independente* – a ela relacionada. A Análise do Comportamento tem como variável dependente o próprio comportamento e como variáveis independentes quaisquer condições que afetem o comportamento de um organismo (Skinner, 2000 [1953]; Catania, 1999).

Influenciado por essa concepção funcional de Mach, Skinner propõe um sistema no qual as explicações dadas para o comportamento do organismo em termos de causa e efeito são substituídas por descrições de relações funcionais entre as alterações ambientais e o comportamento. Esse sistema englobava dois tipos de condicionamento: o que chamou *tipo S*, ou condicionamento reflexo já estudado por Pavlov e Watson, e o que chamou *tipo R*, no qual se torna uma conseqüência contingente a uma resposta, o que já havia sido trabalhado por Thorndike, como vimos acima. Os resultados de Skinner em suas pesquisas sobre o comportamento reordenavam as considerações feitas sobre esse objeto de estudo até então. O comportamento dos organismos não seria influenciado apenas por alterações ambientais antecedentes, como proposto pela psicologia estímulo-resposta, baseada no paradigma reflexo. Grande parte do comportamento seria influenciada por suas conseqüências. Um organismo, ao comportar-se, produz modificações no ambiente que, por sua vez, alteram a forma como o indivíduo se comporta. É neste sentido que, na perspectiva skinneriana, pode-se dizer que o organismo produz o meio que o determina.

Proposto formalmente no ano de 1937, quando Skinner publica o artigo "Dois tipos de reflexo condicionado: uma resposta a Konorski e Miller", o conceito de OPERANTE marca a distinção em face de uma psicologia proponente de teorias estímulo-resposta diretamente ligadas à noção de causalidade mecanicista. Considerando o significado dado às ações do organismo pelo operante, sobretudo ao fazer do organismo humano, esse conceito proporciona uma ampliação do comportamento como objeto de estudo até então não atingida no âmbito da análise do comportamento reflexo.

"O termo OPERANTE designa uma classe de respostas. A característica comum a estas respostas é que elas possuem a propriedade à qual a conseqüência é contingente. Um operante é, portanto, uma categoria cujas instâncias concretas são respostas do organismo, ou seja, ocorrências discretas de comportamento. Essas respostas não são definidas por sua forma, mas por sua relação com a conseqüência" (de Rose, 1982: 73).

A noção de comportamento operante descreve a ação do organismo sobre o meio do qual emergem as conseqüências últimas de seu comportamento. No entanto, quando se trata de sujeitos humanos, deve-se considerar uma forma de comportamento operante distintiva, que age indiretamente sobre o meio, ou seja, que age inicialmente sobre outros seres humanos. Denomina-se esse tipo de operante COMPORTAMENTO VERBAL.

O organismo humano, portanto, quando se comporta verbalmente, tem as conseqüências de suas ações providas por outros seres humanos, e não imediatamente pelo ambiente físico que o cerca. À medida que o comportamento verbal começa a ser estudado, aproximadamente a partir de 1934, abre-se a possibilidade de uma análise funcional dos diversos níveis da ação humana: a linguagem, o pensamento, a moral, a alienação, os propósitos, dentre outros. A complexidade característica a esse tipo de comportamento não justifica uma nova forma de análise, ou seja, os operantes verbais são analisados em termos de sua relação com o ambiente, sobretudo sua relação com o ambiente humano, social.

COMPORTAMENTO VERBAL é o comportamento operante que possui reforço mediacional. Segundo Catania (1999: 392), comportamento verbal "é qualquer comportamento que envolva palavras, independente da modalidade (falada, escrita, gestual); que é adquirido e mantido pelas práticas de reforçamento de uma comunidade verbal, isto é, uma comunidade de falantes e ouvintes". Linguagem, segundo o mesmo autor, seriam as práticas de reforçamento partilhadas pelos membros de uma comunidade verbal, levando-se em conta as "consistências de vocabulário e de gramática" (1999: 409).

Desde a proposta watsoniana, que relacionava a linguagem a complexas cadeias de respondentes, os psicólogos behavioristas vêm tentando abordar o fenômeno lingüístico, cada qual baseando-se em concepções específicas do que seria o comportamento e, portanto, a linguagem e outros fenômenos relacionados (como o pensamento). Ressalta-se que, para Skinner, a linguagem é um comportamento operante e, portanto, é selecionada e mantida pelo contato do organismo com contingências de reforçamento específicas.

Durante a década de 1970 e início dos anos 1980, Skinner esboça mais claramente seu interesse nas influências biológicas que atuam sobre o comportamento. A obra *Origem das espécies*, de Charles Darwin (cf. capítulo 6), é utilizada por ele para traçar um paralelo entre os princípios da seleção natural e o comportamento dos organismos. Skinner amplia, assim, a visão de Mach sobre as relações funcionais entre fatos tomando como modelo de causalidade a proposta darwiniana de seleção por conseqüências. O fenômeno da seleção natural, desenvolvido por Darwin para a explicação da evolução das espécies, aplica-se também à análise do comportamento do indivíduo, bem como ao estudo do processo de evolução das culturas.

Assim como características genéticas levam a mutações fisiológicas que podem ser selecionadas conforme suas conseqüências, isto é, segundo proporcionem maior adaptação do organismo a determinado ambiente, os comportamentos são selecionados pelo processo de REFORÇAMENTO, ou seja, são determinados pelas conseqüências que forem contingentes às respostas dadas pelo organismo.

O termo "REFORÇAMENTO" designa a operação comportamental de conseqüenciação às respostas emitidas por um organismo e que tem, como resultado, um aumento da freqüência de respostas da mesma classe.

Segundo Skinner, o comportamento humano é selecionado não apenas para atender a necessidades de sobrevivência imediata – sendo esta apenas um tipo de conseqüência seletiva – como também para se adaptar a situações futuras. Os diversos tipos de ambientes com os quais nos deparamos ao longo da vida exigiriam que nosso comportamento também esteja em constante mutação, fazendo com que cada pessoa, entrando em contato com CONTINGÊNCIAS específicas, se torne única, comportando-se de forma distinta das outras pessoas. Duas pessoas, mesmo que possuam idêntico dote genético, não teriam a mesma história de relação com o ambiente, simplesmente pelo fato de ocuparem locais diferentes no ESPAÇO.

CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO são as condições nas quais uma resposta produz uma conseqüência (Catania, 1999: 394).

"Uma pessoa [...] é um LÓCUS, um ponto no qual muitas condições genéticas e ambientais se agrupam em um efeito conjunto. Como tal, ela permanece inquestionavelmente única. Ninguém (a menos que ela tenha um gêmeo idêntico) tem seu dote genético e, sem exceção, ninguém tem sua história pessoal" (Skinner, 1974: 168).

Skinner define, dessa forma, três níveis de atuação das contingências: o filogenético, o ontogenético e o cultural. O comportamento humano é fruto da ação integrada e inseparável destes três níveis. O primeiro refere-se à seleção de comportamentos característicos da espécie ao longo do processo evolutivo da mesma. O segundo diz respeito à história de reforçamento, ou seja, é relativo aos comportamentos selecionados ao longo da vida de um indivíduo, considerando-

se a interação deste com seu ambiente. O terceiro, o nível cultural, é relativo aos comportamentos selecionados pela interação do organismo humano com seu ambiente social específico, caracterizado por determinadas práticas sociais (Skinner, 1981). Algo de extrema importância a ser ressaltado é que a susceptibilidade do organismo às conseqüências do comportamento – ou seja, a capacidade de ser influenciado pelas conseqüências de suas ações –, é uma característica que foi selecionada filogeneticamente.

Segundo Skinner, a humanidade deu um grande passo em termos sociais quando a musculatura vocal passou a ficar sob controle operante, isto é, quando as emissões vocais passaram a ser influenciadas por suas conseqüências. A emergência do comportamento verbal teria permitido que a cooperação entre os seres humanos fosse mais bem-sucedida. Da mesma forma, as pessoas passaram a aprender a partir daquilo que outros haviam aprendido, por exemplo, seguindo REGRAS socialmente estabelecidas e conselhos dados por outrem. O alfabeto e a escrita desempenham um papel preponderante nesse aspecto, uma vez que possibilitam a disseminação de determinados avanços obtidos por uma comunidade humana por diversos locais e, sobretudo, ao longo do tempo.

REGRAS são descrições de contingências de reforçamento, i.e., são enunciados acerca de condições nas quais determinadas respostas produzem conseqüências. Neste sentido, num esporte como, por exemplo, o futebol, há uma regra que especifica que se o jogador de um time deixar que a bola ultrapasse a linha de de marcação do campo, a posse de bola passa a ser do time adversário.

Para o behaviorismo de Skinner, comportar-se verbalmente, por sua vez, permite outro passo importante, que é o processo de evolução cultural. Uma maneira diferente de resolver determinado problema, como, por exemplo, cultivar grãos, desenvolver um novo método de navegação ou mesmo escrever um poema, é selecionada por suas conseqüências: o cultivo de determinado tipo de grãos, um melhor barco e um poema escrito. Tais processos surgiriam em níveis individuais e poderiam ser passados a outros seres humanos. Contribuirão para a evolução da cultura aqueles desenvolvimentos de determinado grupo que se mostrarem úteis na solução de QUESTÕES SOCIAIS.

A análise do comportamento, denominação dada à forma de ciência proposta por Skinner, considera o comportamento dos organismos como sendo fruto desses três níveis de atuação das contingências que, por sua vez, são indissociáveis. Os seres humanos são parte de uma espécie e possuem uma relação única com seu ambiente, que é social e também histórica. Filogeneticamente

QUESTÕES SOCIAIS. "É o efeito no grupo e não as conseqüências reforçadoras em relação aos indivíduos, que é responsável pela evolução cultural" (Skinner, B. F. *Selection by Consequences*. 1981).

seria selecionado um organismo *da espécie humana* enquanto a ontogenia e a cultura selecionariam, respectivamente, uma *pessoa* e um *eu*.

Os conceitos de "pessoa" e "eu" não descrevem o indivíduo como portador ou possuidor de uma personalidade, enquanto conceito explicativo ou estrutura determinante de seus comportamentos. Um organismo, uma pessoa ou um eu são denominações que descrevem os comportamentos do organismo procurando fazer referência, respectivamente, às contingências filogenéticas, ontogenéticas ou culturais nas quais a explicação deve ser buscada.

Aspectos filosóficos da análise do comportamento

O behaviorismo, segundo Skinner, não é a ciência do comportamento humano, mas sua filosofia. Diferentemente do behaviorismo watsoniano, O BEHAVIORISMO RADICAL rejeita o critério de consenso público – isto é, consenso entre dois ou mais observadores acerca de um fenômeno – como central na definição de um objeto de estudo. Da mesma forma, não ignora a capacidade de auto-observação, mas questiona a natureza daquilo que é observado, em suma, daquilo que é conhecido. Segundo Skinner, a introspecção proposta pelas tradicionais escolas de pensamento psicológico enfatiza apenas o interno, o mental. Ao contrário, o behaviorismo metodológico, rejeitando o estudo dos eventos mentais – pois não haveria sobre eles consenso entre observadores –, enfatiza a análise dos eventos externos determinantes do comportamento.

A designação BEHAVIORISMO RADICAL foi cunhada por Skinner para se referir à filosofia da análise experimental do comportamento. O termo "radical" vem de raiz, no sentido em que designaria uma proposta que se atém ao estudo do comportamento a partir do próprio comportamento, sem o recurso explicativo a qualquer outra entidade.

O behaviorismo radical estabeleceria um equilíbrio, na medida em que admite a CAPACIDADE DE AUTO-OBSERVAÇÃO e que foca também os determinantes ambientais do comportamento. Aqueles comportamentos emitidos de maneira inobservável não são tomados como especiais apenas porque ocorrem no interior do organismo.

"O behaviorismo radical não nega a possibilidade da AUTO-OBSERVAÇÃO ou do autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido e observado. Restaura a introspecção, mas não aquilo que os filósofos e os psicólogos introspectivos acreditavam 'esperar' (*spect*), e suscita o problema de quanto de nosso corpo podemos realmente observar" (Skinner, 2000 [1974]: 19).

Assim como comportamentos diretamente observáveis, os eventos privados são também comportamentos, são frutos da interação de um organismo com seu ambiente. O fato de ocorrerem no interior

do organismo não lhes atribui uma natureza especial (seja uma natureza não física, seja uma natureza explicativa de comportamentos públicos). Como ressaltado por Skinner, o que observamos é nosso próprio organismo, nosso comportamento. A proposta behaviorista radical parte do estudo do comportamento tomando-se como objeto o próprio comportamento, isto é, sem buscar referências explicativas de outra natureza, sejam elas mentais ou fisiológicas.

As conseqüências da aplicação dos princípios da análise do comportamento aos assuntos humanos aproximaram Skinner de reflexões morais e filosóficas. O critério de cientificidade adotado pelo behaviorismo radical passa a ser o de utilidade do conhecimento produzido. Dessa maneira, proposições acerca do comportamento humano seriam relevantes na medida em que se mostrassem úteis na solução de problemas enfrentados pela comunidade humana.

Nas obras do final de sua carreira, Skinner enfatiza a discussão de aspectos filosóficos de sua posição. *Para além da liberdade e da dignidade*, de 1971, e *Sobre o behaviorismo*, de 1974, são exemplos de livros que buscam esclarecer dúvidas sobre as questões filosóficas apresentadas pelo behaviorista. Em relação ao primeiro, o autor elabora uma discussão sobre os avanços do estudo do comportamento humano, desde a época da Grécia Antiga, e faz uma reflexão comportamental sobre temas como dignidade, liberdade e responsabilidade, aproximando seu ponto de vista de temas cotidianos. De acordo com sua visão, a liberdade seria *"uma questão de contingências de reforço, e não de sentimentos que as contingências geram"* (Skinner, 1977: 34). Em *Sobre o behaviorismo*, trata de elucidar as principais dúvidas e erros teóricos oriundos da má interpretação de suas idéias, mostrando as interpretações behavioristas radicais sobre diversos temas, em oposição a explicações mentalistas acerca desses temas.

Optou-se pelo presente título, dado à tradução portuguesa da obra de 1971, *Beyond Freedom and Dignity*, em detrimento do da tradução brasileira, *O mito da liberdade*. Acreditamos que *Para além da liberdade e da dignidade* expressa mais fidedignamente a idéia contida no título original.

Contingências especiais de reforçamento proporcionaram a evolução dessa forma específica de conhecimento, assim como de vários tipos de conhecimentos existentes sobre o comportamento humano. Deve-se procurar entender o behaviorismo, bem como qualquer outra forma de saber, como um processo que evoluiu em um meio histórico-cultural específico e que está sujeito a ser selecionado pela cultura, na medida em que se mostre útil para a compreensão dos seres humanos.

Desdobramentos da análise do comportamento no Brasil

O surgimento dos primeiros cursos de psicologia no Brasil, nos anos 1950, aponta para a necessidade de atualização exigida por parte de profissionais de instituições de ensino, sobretudo de ensino superior, o que levou os docentes desses novos cursos a entrar em contato com tendências recentes do pensamento psicológico, bem como a buscar, com outros profissionais da área, seja em contexto brasileiro ou internacional, apoio para o ensino e para o desenvolvimento da psicologia em âmbito nacional.

Assim, no início da década de 1960, mais precisamente no primeiro semestre de 1961, a convite do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, professor Paulo Sawaya, chega ao Brasil, como professor visitante, o psicólogo estadunidense FRED SIMMONS KELLER. Dar-se ia, nesse

FRED SIMMONS KELLER (1899-1996). Graduou-se no Tufts College e estudou Psicologia em Harvard, universidade na qual permaneceu até 1931. Tornou-se professor de Psicologia da Universidade de Columbia, instituição na qual permaneceu até sua aposentadoria, em 1964. Foi também professor visitante em duas universidades brasileiras – Universidade de São Paulo e Universidade de Brasília – respectivamente nos anos de 1961 e 1964. Idealizou o Sistema Personalizado de Instrução (PSI), método de ensino criado a partir de estudos em análise experimental do comportamento. É autor do livro *Princípios de Psicologia* (1950, co-autoria de W. N. Shoenfeld) e de vários outros artigos científicos. Keller esteve no Brasil como professor visitante no período de 1961-1962. Retorna ao país em 1964, como professor da Universidade de Brasília, onde permanece por apenas dois meses. Nos anos de 1972 e 1978 e também nas décadas de 1980 e 1990, volta ao país para participar de congressos científicos.

contexto, o primeiro contato efetivo de profissionais e estudantes em uma instituição de ensino brasileira com a análise do comportamento. Antes de realizar sua primeira viagem ao Brasil, Keller trabalhava como professor na Universidade de Columbia, nos EUA. Suas pesquisas, bem como sua atuação profissional, colaboraram para o estabelecimento e para a divulgação da análise do comportamento.

Inicialmente, as contingências de ensino estabelecidas por Keller – duas disciplinas optativas – atraíram alguns poucos alunos e também professores. Dentre esses destacam-se Carolina Martuscelli Bori, Rodolpho Azzi, ambos docentes da USP, e Maria Amélia Matos, nessa época estudante de graduação do curso de psicologia. As aulas teóricas e os exercícios práticos, esses últimos realizados num laboratório recém-construído por Keller e Rodolpho Azzi, procuravam instruir os alunos acerca das bases conceituais da análise comportamental para que, em curso posterior, fossem tratados autores como Pavlov, Watson e Skinner.

Em 1962, Keller retorna aos EUA. Seus alunos da Universidade de São Paulo estabeleceriam novas contingências a partir daquelas anteriormente

propostas, direcionadas ao ensino e à pesquisa em solo brasileiro. Novos projetos de pesquisa e propostas de ensino baseados nos preceitos e metodologia comportamentais começaram a ser elaborados nesse período. A falta de uma sólida preparação teórica, bem como de materiais necessários ao andamento dos projetos propostos foram barreiras difíceis de serem transpostas, mas não impossíveis.

Em relação a esse aspecto, é muito cara a contribuição não só à analise do comportamento, mas à psicologia como um todo da professora Carolina M. Bori. Ao elaborar projetos para o financiamento de pesquisa junto a órgãos governamentais ligados à educação, para a construção de materiais para o ensino e também para a pesquisa em laboratórios, e para o estabelecimento de um acervo bibliográfico consistente, ela dá subsídios para o estabelecimento desse campo de saber específico, assim como para a psicologia de uma forma geral. Posteriormente, à frente de importantes instituições científicas como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Carolina Bori colabora para a fundação de diversos cursos de graduação em psicologia e também cursos de pós-graduação relacionados à análise do comportamento.

Carolina Martuscelli Bori (1924-2004). Em 1947, formou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. No ano seguinte é contratada como professora assistente de Psicologia na USP, universidade na qual permaneceu como docente até sua aposentadoria, em 1994. Seu contato com a análise do comportamento deu-se, efetivamente, em 1961, quando foi aluna de F. S. Keller. Carolina M. Bori, em mais de 50 anos de trabalho, dedicou-se à ciência como um todo, na busca de sua divulgação e de seu progresso. Orientou aproximadamente 100 teses de mestrado e doutorado e destacou-se como presidente de importantes sociedades científicas brasileiras como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1986-1989) e a Sociedade Brasileira de Psicologia (1992-1993). Carolina Bori propôs uma ampliação do Sistema Personalizado de Instrução, elaborado por F. S. Keller: A Análise de Contingências em Programação de Ensino.

A partir da década de 1970, passam a ser estabelecidos diversos cursos de pós-graduação no país, com forte ênfase em análise do comportamento, por exemplo, na USP, na Universidade de Brasília, na Universidade Federal do Pará, na Universidade Federal de São Carlos e, mais recentemente, na PUC-SP. Analistas do comportamento passam a se organizar em sociedades científicas e a produzir publicações dirigidas tanto à área quanto ao público em geral.

Temas de pesquisa inicialmente tratados, como esquemas de reforçamento e controle aversivo, abrem caminho para estudos acerca de toxicologia, bem como a respeito de educação, tema desenvolvido por Skinner em *Tecnologia do ensino*. O Sistema Personalizado de Ensino (PSI, da sigla original em inglês) idealizado por Keller toma no Brasil uma nova

O SISTEMA PERSONALIZADO DE ENSINO propõe uma aplicação de preceitos da análise do comportamento ao campo da educação. A proposta de Keller foca a análise dos temas e dos textos a serem ensinados, bem como a maneira pela qual esse processo seria avaliado.

direção, proposta por Carolina M. Bori: A Análise de Contingências em Programação de Ensino. Segundo essa visão, deveriam ser analisados os conhecimentos e habilidades necessários para o exercício de determinada atividade e o conseqüente planejamento de contingências de ensino que proporcionassem a aquisição dos mesmos. Tal vertente de pesquisa influenciou diversos analistas do comportamento, bem como profissionais voltados para o ensino de diversas áreas, como a matemática, a química, a engenharia e a arquitetura, em várias capitais do país.

Ao longo do tempo, áreas como o comportamento verbal, a variabilidade comportamental, a equivalência de estímulos, dentre outras, passaram a ser estudadas no Brasil. As atividades de ensino e de atuação clínica também cresceram entre os analistas do comportamento. Atualmente, grande parte dos analistas do comportamento brasileiros reúne-se todo ano nos encontros da ABPMC (Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental) e nas reuniões da SPB (Sociedade Brasileira de Psicologia). Artigos sobre a análise do comportamento são publicados nas mais diversas revistas científicas do país e profissionais brasileiros vêm colaborando para revistas internacionais especializadas em análise do comportamento.

Indicações estéticas e bibliográficas

Drawing hands, litogravura (28,5 x 34 cm) de M. C. Escher, 1948.

Raciocinar sobre a relação organismo-ambiente, tomando um desses pontos em separado consiste, de maneira geral, em uma abstração. Essa interação ocorre como num fluxo, e a abstração é feita no sentido de simplificar uma situação, com o intuito de descrevê-la. Uma alteração feita por um organismo em seu ambiente leva a uma modificação dessa ação, processo que é contínuo e apenas interrompido com a morte do organismo que se comporta.

A litogravura de Escher apresenta duas mãos que se desenham simultaneamente em uma folha de papel, presa a uma prancheta por quatro tachas. O produto da ação de uma das mãos – isto é, o desenho da outra mão – pode vir a repercutir nessa ação, uma vez que a mão alterada desenhará aquela que a produziu. É interessante também notar que os desenhos estão, de

certa maneira, inacabados. Seguindo por este caminho, poder-se-ia pensar que essas duas mãos continuariam a se desenhar infinitamente ou que, subitamente parariam, como quando o resultado se mostrasse ideal.

Em uma analogia, o comportar-se de um organismo dá-se infinitamente no curso de uma vida. O comportamento é matéria não acabada, estando sempre por ser trabalhada – no sentido de que se modifica, evolui, nessa interação organismo-ambiente. O desenho pronto, acabado, coincidiria com a situação na qual o organismo já não mais se comportaria, situação esta em que deixaria de viver.

Baum, W. M. (1999) *Compreender o behaviorismo – ciência, comportamento e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Catania, A. C. (1999) *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição.* Porto Alegre: Artmed.

Skinner, B. F. (1977) *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Bloch.

___ (1978 [1957]) *O comportamento verbal.* São Paulo: Editora Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo.

___ (2000 [1953]) *Ciência e comportamento humano.* São Paulo: Martins Fontes.

Referências bibliográficas

Abreu-Rodrigues, J.; Ribeiro, M. R. (org.) (2005) *Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação*. São Paulo: Artmed.

Catania, A. C. (1999) *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição.* Porto Alegre: Artmed.

Escher, M. C. (2002) *M. C. Escher gravuras e desenhos.* Taschen.

Kerbauy, R. R. (1983) *Keller: o cientista ensina.* In: Kerbauy, R. R, Fernandes, F. *Keller.* São Paulo: Ática.

Matos, M. A. (1998) *Carolina Bori: a psicologia brasileira como missão.* São Paulo: Psicologia USP, 9 (1): 67-70.

___ (1998) *Contingências para a análise comportamental no Brasil.* São Paulo: Psicologia USP, 9 (1): 89-100.

___ (2001) *Com o que o behaviorismo radical trabalha.* In: Banaco, R. A. (org.) *Sobre comportamento e cognição* (p. 45-53). Santo André: Esetec.

Micheletto, N. (2001) *Bases filosóficas do behaviorismo radical.* In: Banaco, R. A. (org.) *Sobre comportamento e cognição* (p. 29-44). Santo André: Esetec.

Schultz, D. P. e Schultz, S. E. (2001) *História da psicologia moderna.* São Paulo: Cultrix.

Skinner, B. F. (1977) *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.

___ (1974) *About Behaviorism.* Nova York: Knopf.

___ (1976) *Particulars of My Life*. Nova York: Knopf.

___ (1978 [1957]) *O comportamento verbal.* São Paulo: Editora Cultrix / EDUSP.

___ (1979) *The Shaping of a Behaviorist: Part Two of an Autobiography.* Nova York: Knopf.

___ (1981) Selection by Consequences. *Science*, 213 (4507): 501-504.

___ (1983) *A Matter of Consequences: Part Three of an Autobiography.* Nova York: Knopf.

___ (1975) *Tecnologia do ensino*. São Paulo: Herder.

Thorndike, E. L. (1910) The contribution pf psychology to education. *The Journal of Educational Psychology*, 1: 5-12.

___ (1911) *Animal Intelligence*. Nova York: Macmillan.

Watson, J. B. (1913) Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20: 158-177.

___ (1930) *Behaviorism* (ed. revis.). Nova York: Norton.

Capítulo 12
As bases teóricas e filosóficas das abordagens cognitivo-comportamentais

Eliane M. O. Falcone

"A dúvida não é um estado agradável, mas a certeza é absurda."
Voltaire

O avanço das ciências físicas e biológicas ocorrido no século XIX, cujas características marcantes foram a experimentação e os métodos objetivos de investigação, contribuiu fortemente para o surgimento das bases empíricas das abordagens cognitivo-comportamentais. Nessa época, a física se desenvolvia com o avanço de teorias que permitiam maior compreensão da matéria. A biologia, por sua vez, estava progredindo na descoberta da etiologia de determinadas doenças orgânicas e do tratamento destas. Juntando-se a esses fatos, os estudos de Darwin, que defendiam uma continuidade entre a espécie humana e a dos outros animais, incentivaram a investigação do comportamento animal para o entendimento do comportamento humano (Kazdin, 1983).

Os estudos com condicionamento se originaram primeiramente entre os investigadores russos, que começaram a aplicar os métodos objetivos da fisiologia aos problemas da psicologia. Dentre estes, o mais conhecido foi Ivan P. Pavlov (1849-1936), que realizou várias experiências com cães, a partir das quais deu origem à teoria dos reflexos condicionados.

O mesmo modelo de condicionamento também foi realizado para eliciar respostas condicionadas de medo, onde uma luz vermelha, após alguns emparelhamentos com um estímulo incondicionado (choque elétrico), transformava-se em um estímulo condicionado, provocando respostas de medo nos animais. A partir desses achados, o paradigma de condicionamento clássico ou pavloviano passou a ter implicações para a compreensão de fenômenos psicopatológicos.

Os estudos dos investigadores russos passaram a influenciar os pesquisadores norte-americanos e, no final do século XIX, surgiu a psicologia experimental animal, que forneceu as bases para um outro modelo de condicionamento, conhecido como condicionamento operante, desenvolvido a partir de observações feitas por Edward L. Thorndike. Ao realizar uma série de experimentos com gatos, Thorndike encontrou que, após emitirem várias respostas, esses animais passavam a manifestar apenas uma: aquela que era seguida da possibilidade de acesso ao alimento. Esse fenômeno ficou conhecido como a "Lei do Efeito", segundo a qual, dentre as várias respostas emitidas em uma mesma situação, aquela que é seguida de satisfação do desejo do animal será a mais fortemente conectada com a situação (Baldwin e Baldwin, 1998).

Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) ampliou os estudos de Thorndike definindo o reforço como um estímulo que aumenta a probabilidade de ocorrência de uma resposta (Skinner, 1981). Diferentemente do modelo pavloviano, onde o reforço (estímulo incondicionado) está associado a um estímulo neutro, eliciando uma resposta condicionada, o reforço no condicionamento operante é contingente a uma resposta dada. Ele só ocorre após o comportamento se manifestar.

A psicologia experimental animal, surgida no final do século XIX, deu origem ao behaviorismo, que representou uma revolução metodológica, na medida em que se propunha a estabelecer as bases científicas da psicologia.

Os behaviorismos metafísico, radical e metodológico

John Broadus Watson (1878-1958), ao fundar o behaviorismo, exerceu grande importância na clarificação e formalização da filosofia desta orientação. Embora seja reconhecido na literatura como representante do behaviorismo metodológico, sua rejeição ao conceito de "mente" fez com que o seu nome estivesse principalmente associado ao behaviorismo metafísico (Mahoney, 1974).

O behaviorismo metafísico negava a existência da "mente" e dos "estados mentais". Aceitar o conceito de "mente" implicaria aceitar uma teoria dualista, onde uma entidade espiritual (mente) influenciaria uma física (corpo) e vice-versa. Além disso, o mundo privado, por não ser diretamente observável, não poderia ser um foco de estudo. Assim, para não aderir ao dualismo mente-corpo, Watson adotou uma posição estrita de monismo

materialista onde todo comportamento humano, incluindo o pensamento, é o resultado de secreções glandulares e movimentos musculares.

O behaviorismo metafísico, por ser considerado ortodoxo até pelos behavioristas, não sobreviveu. Em vez deste, manteve-se o behaviorismo radical, representado por Skinner, que enfatizava a importância das relações empíricas entre os acontecimentos ambientais e o comportamento. Sua proposta era descrever essas relações e não gerar teorias e modelos de comportamento. Embora reconhecendo que os enunciados empíricos nunca estão totalmente livres de teoria, Skinner rejeitava aquelas teorias que expressavam os achados empíricos em termos não confirmados pelos mesmos métodos de observação utilizados para obtê-los. Assim, para se entender o comportamento não se deveria recorrer às ciências naturais tais como a fisiologia, nem a noções teóricas abstratas dentro da psicologia. A teoria, neste sentido, seria algo construído para compensar a inadequação dos dados, ou o controle imperfeito ou insuficiente sobre o objeto de estudo. Em outras palavras, a teoria representava para Skinner uma conseqüência da falta de compreensão dos fenômenos estudados. A rejeição de Skinner era dirigida principalmente às teorias que utilizavam variáveis intervenientes e construtos hipotéticos localizados no organismo. Assim, Skinner criticava os teóricos que propunham uma interpretação da aprendizagem em termos de E-O-R, em que O se referia a aspectos do organismo, em vez de componentes do estímulo e da resposta (E-R) bem fundamentados (Kazdin, 1983), tema a que voltaremos mais à frente.

O behaviorismo radical, representado por Skinner, manteve a posição de monismo materialista ao não aceitar o conceito de "mente", porém admitiu o estudo científico dos fenômenos privados. Assim, "[...] pensamentos não são substancialmente diferentes em virtude de sua natureza privada. Eles podem ter propriedades especiais porque são verbais, mas ainda são comportamentos" (Hayes, 1987: 330). Com base nesta proposição, o behaviorismo radical encontrou uma saída para estudar as reações humanas fazendo uma distinção entre público e privado, em vez de físico e mental, considerando este último como falso e dualista. Por rejeitar os processos mentais como recursos confiáveis de estudo na mediação do comportamento, o behaviorismo radical foi chamado de *não mediacional* (Mahoney, 1974).

O behaviorismo metodológico, ao contrário do behaviorismo radical, não estava preocupado com os impasses relacionados à aceitação da existência da mente. Michael Mahoney (1974) afirma que filósofos como Gilbert Ryle (1900-1976) já haviam convencido muitos cientistas comportamentais de que

o problema corpo-mente era apenas uma questão semântica. Desse modo, o behaviorismo metodológico estava mais preocupado com o método científico, que incluía a identificação de variáveis independentes e dependentes, além da inferência do que existe dentro do organismo (variáveis intervenientes). Os modelos de condicionamento clássico de Pavlov, além do condicionamento por contigüidade de Edwin R. Guthrie (1886-1959), do comportamentalismo propositivo de Edward C. Tolman (1896-1961) e da teoria hipotético-dedutiva do comportamento de Clark L. Hull (1884-1952), constituem exemplos que caracterizam o behaviorismo metodológico, uma vez que estes pressupõem um estado de consciência ou processamento cognitivo, mediando a aprendizagem.

Os investigadores russos já haviam reconhecido que o condicionamento clássico em seres humanos envolve muito mais do que o simples estabelecimento de vínculos estímulo-resposta. O modelo de condicionamento pavloviano, por exemplo, inclui a linguagem como um "segundo sistema de sinais", que fornece ao ser humano, de modo único, uma fonte infinita de estímulos condicionados e a capacidade de aprendizagem complexa. Mahoney (1974) cita vários experimentos realizados por esses investigadores demonstrando que as palavras podem não só estimular a ativação diretamente como também podem se transformar em elementos em cadeias de condicionamento de ordem mais elevada. O autor afirma:

> O papel crítico dos estímulos verbal e imaginário no comportamento humano é dramaticamente aumentado pelo fato dos seres humanos serem criaturas auto-estimuladoras. Logo após adquirir as habilidades de linguagem na infância, os seres humanos iniciam uma vida onde a fala coberta e encoberta dirigida a si mesmo é raramente interrompida. Os monólogos audíveis auto-instrucionais da criança são gradualmente substituídos por solilóquios inaudíveis que continuam a dirigir e influenciar o comportamento. Esta "internalização" gradual do comportamento da linguagem pode ser um desenvolvimento recente nas espécies (Mahoney, 1974: 40).

As especulações de Pavlov sobre a linguagem constituíram a base para o desenvolvimento do interesse dirigido ao estudo dos processos mentais complexos inerentes à aprendizagem humana. A insuficiência do modelo E-R obrigou os investigadores à necessidade de incluir variáveis intervenientes, fenômenos privados e processos conscientes em geral no estudo do comportamento. Tal necessidade, segundo Kazdin, "já havia sido evidente desde os primórdios do comportamentalismo e da teoria estímulo-resposta" (p. 253). Guthrie, que iniciou o seu trabalho dentro da tradição E-R,

admitiu que a especificação dos estímulos não era suficiente por si só para explicar o comportamento. Esse autor concluiu que o estudo dos processos de aprendizagem nos seres humanos necessitava explicar como o indivíduo percebia os estímulos e que significado tinha essa percepção. Tolman, por sua vez, propunha que os organismos desenvolvem cognições sobre diferentes estímulos e que a formação dessas cognições constituía a aprendizagem. O organismo aprendia estratégias de resposta e percebia relações gerais em seu ambiente. Assim, para que os animais aprendessem a solucionar um labirinto, desenvolviam mapas cognitivos dos estímulos ambientais e essas cognições eram responsáveis pelo comportamento (Kazdin, 1983).

A despeito das diferenças entre os behaviorismos radical e metodológico, a integração dos paradigmas de condicionamento pavloviano e skinneriano foi proposta por Hobart Mowrer (1928-1982), que descreveu um modelo de dois fatores para explicar o medo e o comportamento de evitação. A aquisição do medo aconteceria por meio do condicionamento clássico e, por ser o medo um estímulo aversivo, o animal aprende a reduzi-lo evitando os estímulos condicionados (reforçamento negativo).

Primeiras aplicações dos princípios de condicionamento

Condicionamento pavloviano

Dentre as primeiras tentativas de utilização dos princípios de condicionamento para os problemas de ansiedade, a mais famosa refere-se aos procedimentos de condicionamento realizados por Watson e Rayner, em 1920, com o "Pequeno Albert", um bebê de 11 meses. O objetivo desse experimento era demonstrar que as reações fóbicas eram aprendidas por meio de condicionamento. Albert era uma criança saudável que, ao ser colocada diante de um rato branco, não manifestou nenhuma reação de medo. Entretanto, após algumas sessões de condicionamento em que o aparecimento de um rato ficava associado a um barulho forte, Albert começou a manifestar medo do rato branco e de outros objetos semelhantes ao animal, tais como algodão, casaco de pele etc.

Posteriormente, Mary Cover Jones (1896-1987), em 1924, começou a aplicar os princípios de extinção para ajudar crianças com fobia a perder o medo. Dois métodos demonstraram ser eficazes. O primeiro foi realizado a partir da associação do objeto temido com uma resposta agradável (ex.,

comer uma barra de chocolate); o segundo consistiu na apresentação do estímulo fóbico na presença de outras crianças que não manifestavam nenhum temor.

Em 1935, Hobart Mowrer e Willie Mowrer desenvolveram um tratamento para a enurese noturna utilizando os princípios de condicionamento clássico em 30 crianças enuréticas com idades entre três e 13 anos. Partindo do princípio de que o controle da micção corresponde a uma reação aprendida e que as crianças com enurese noturna apresentam uma falha na resposta aos sinais (distensão da bexiga) que precedem à micção, os Mowrer aplicaram um método de tratamento baseado no condicionamento pavloviano, onde a distensão da bexiga corresponde ao estímulo condicionado ao controle do esfíncter e à inibição da micção. Um ruído forte servia como estímulo incondicionado e o despertar (acompanhado da contração do esfíncter) era a resposta incondicionada. Para a realização do experimento foi construído um colchão contendo em seu interior fios elétricos que se conectavam ao som de uma campainha. Quando a criança, dormindo, começava a urinar, esta molhava o colchão, ativando o circuito elétrico, que por sua vez acionava a campainha, provocando o despertar da criança. Após algumas repetições dessa experiência, a criança começava a acordar antes da micção e, posteriormente, passava a controlar o esfíncter sem precisar despertar. O procedimento conseguiu eliminar a enurese nos 30 participantes do estudo.

No início da década de 1950, na África do Sul, Joseph Wolpe (1915 - 1997) começou a realizar experimentos sobre "neurose experimental" em gatos, baseado nas pesquisas de Masserman (1943). Nesses experimentos, os gatos aprendiam a sentir medo do alimento, após alguns emparelhamentos com estímulos aversivos. Posteriormente, após aproximações sucessivas onde o gato era empurrado em direção à comida, na ausência da estimulação aversiva, a ansiedade se reduzia até a extinção. Wolpe concluiu que o medo condicionado e o ato de comer eram mutuamente antagônicos, ou seja, parecia haver uma inibição recíproca entre ambos. Wolpe testou essa hipótese alimentando os animais em locais cada vez mais próximos de onde eles haviam recebido o choque. Verificou então que o medo poderia ser reduzido mediante a apresentação concomitante de estímulos provocadores de ansiedade e estímulos que produziriam uma resposta antagônica e mais forte do que a ansiedade. Assim, os estímulos provocadores de ansiedade eram produzidos de forma gradual, dentro de uma hierarquia, começando por aqueles que provocassem ansiedade mais leve.

Para utilizar o seu trabalho em seres humanos, Wolpe criou a técnica de *dessensibilização sistemática* para tratar pacientes com fobia. Utilizou como resposta antagônica ao medo o relaxamento. Inicialmente, o paciente aprendia o exercício de relaxamento e, posteriormente, começava a enfrentar, passo a passo, as etapas da hierarquia de situações temidas, mantendo-se em relaxamento para inibir reciprocamente a reação de medo. As exposições ao estímulo temido poderiam ocorrer ao vivo ou pela imaginação. Os procedimentos detalhados da técnica de Wolpe podem ser encontrados em uma publicação traduzida para o português em 1981, com o título *Prática da terapia comportamental*.

A contribuição de Wolpe exerceu grande influência na prática da terapia comportamental. Entretanto, a base teórica da inibição recíproca deixou de exercer influência, uma vez que a exposição em situações na vida real foi vista como a forma mais eficaz de produzir reduções na ansiedade condicionada. Além disso, a exposição gradual e o uso de inibidores recíprocos, tais como o relaxamento, são desnecessários. Por outro lado, a técnica da dessensibilização sistemática incentivou as pesquisas que levaram ao desenvolvimento atual das terapias baseadas na exposição (Hawton, Salkovskis, Kirk e Clark, 1997).

Outros investigadores que contribuíram para o desenvolvimento da terapia comportamental na África do Sul foram James G. Taylor e Leo J. Reyna, os quais exerceram influência sobre os estudos de Wolpe. Stanley J. Rachman e Arnold A. Lazarus trabalharam diretamente com Wolpe após o desenvolvimento da técnica de dessensibilização sistemática (Kazdin, 1983).

Na mesma época em que Wolpe realizava as suas pesquisas, Hans J. Eysenck (1916-1997) publicava na Inglaterra, em 1952, um trabalho com o título *The Effects of Psychotherapy: An Evaluation*. Nessa publicação, Eysenck avaliou a eficácia das terapias de orientação psicanalítica e a confiabilidade do diagnóstico psiquiátrico através da revisão da literatura psicoterápica. Eysenck não encontrou provas conclusivas de que a psicoterapia psicanalítica fosse mais efetiva do que a remissão espontânea (melhora produzida sem nenhum tratamento específico). Essa revisão tornou-se famosa e bastante polêmica, já que colocava em questão a eficácia da terapia psicanalítica. Os estudos de Eysenck despertaram maior preocupação com a verificação de eficácia psicoterápica em geral e com as possíveis limitações da terapia tradicional (Kazdin, 1983). Eysenck fundou, em 1963, a revista *Behaviour Research and Therapy*, a primeira dedicada à terapia do comportamento.

Outros autores que deram contribuições relevantes para a terapia comportamental na Inglaterra foram Shapiro, que chamou atenção para o

trabalho com o paciente individual, mais do que com as técnicas de mudança em geral; Meyer, que tratou do medo de espaços abertos e de lugares fechados utilizando métodos de aproximação sucessiva; e Yates, que desenvolveu técnicas de tratamento de tics (Kazdin, 1983).

Trabalhos com *terapia de aversão* foram também utilizados para tratar problemas de alcoolismo e desvios do comportamento sexual. Os estímulos, pensamentos ou comportamentos externos relacionados à resposta indesejada eram associados a um estímulo aversivo, tal como um choque elétrico. Esperava-se que esse tipo de condicionamento promovesse uma resposta de desagrado diante da bebida ou da estimulação sexual desviante. Entretanto, tais procedimentos foram desestimulados, tanto por razões éticas quanto pela sua ineficácia (Hawton *et al.*, 1997).

No início da década de 1960, os tratamentos comportamentais começaram a se expandir para uma variedade de problemas além da redução do medo, graças aos estudos de Shapiro que empregava uma metodologia de casos isolados, envolvendo repetição de medidas de variável clinicamente relevante, feita em intervalos regulares (série temporal).

Condicionamento operante

As aplicações dos procedimentos do condicionamento operante aos problemas clínicos tornaram-se conhecidas pelo nome de análise do comportamento aplicado e tiveram início no final dos anos 1950.

As primeiras técnicas concentraram-se na modificação do comportamento de pessoas com deficiência mental e de crianças deficientes. Com relação à modificação de comportamentos psicóticos tais como atos violentos, delírios e comportamento alimentar inadequado, assim como hábitos de higiene, Ayllon utilizou cigarros e elogios como reforçadores de comportamentos sadios e supressão da atenção ao paciente como extinção de comportamentos inadequados.

Em 1961, Ayllon e Azrin criaram um esquema de reforçamento denominado *sistema de fichas*, as quais funcionavam como reforçadores que poderiam ser trocados por uma série de privilégios à escolha do paciente. Esse trabalho demonstrou a eficácia da intervenção psicológica em pacientes psicóticos (especialmente aqueles com esquizofrenia crônica), que antes não eram considerados passíveis de mudança. Posteriormente, foi ressaltada a importância do reforço social e do *feedback* como fatores mais importantes

nesses programas. O uso de reforçadores sociais estruturados (elogio e atenção do terapeuta) passou a ser mais amplamente adotado, assim como uma maior valorização das interações sociais na ajuda a pacientes com esquizofrenia (Hawton *et al.*, 1997).

Vários estudos citados por Kazdin (1983) realizados em crianças deficientes e autistas foram implementados com êxito na década de 1960, na Rainier School e na Universidade de Washington.

Os princípios do condicionamento operante também foram aplicados na área da educação, através do ensino programado, onde o material acadêmico era apresentado de forma individual para cada estudante, proporcionando reforço imediato às suas respostas. No início dos anos 1960, vários editores começaram a publicar uma grande quantidade de material programado para uso em aula e uma elevada percentagem de escolas nos Estados Unidos começou a utilizar material educativo programado.

Surgimento e evolução das abordagens cognitivo-comportamentais

Ao final dos anos 1960, iniciou-se um movimento de insatisfação com os modelos estritamente comportamentais (E-R) ou não mediacionais de abordagem ao comportamento humano. Embora – como foi mencionado no início deste capítulo – muitos modelos de condicionamento tenham apontado a existência de processos cognitivos como mediadores de estímulos, o auge desse fenômeno ocorreu no final dos anos 1960 e início dos 1970 (Dobson e Scherrer, 2004).

Albert Bandura (1925-) foi um dos críticos mais poderosos do modelo operante de condicionamento e suas contribuições neste sentido serviram de base para o movimento mediacional. Para Bandura (1969), um dos problemas da aprendizagem pelas conseqüências refere-se ao fato de que o indivíduo deve se comportar *antes* de aprender. O modelo operante pressupõe que o indivíduo somente aprenderá após a ocorrência de reforçadores que se sucedem a sua resposta. Assim, se toda aprendizagem ocorresse através do condicionamento operante, poucas pessoas sobreviveriam. Como seria, por exemplo, aprender a nadar ou a pilotar um avião pelo modelo operante? Bandura propôs uma teoria da aprendizagem sem tentativa, conhecida como *modelação*, que é altamente freqüente entre os seres humanos e que se dá pela simples observação, sem a necessária reprodução do comportamento. Uma parte considerável da aprendizagem social é desenvolvida pela exposição a

modelos da vida real que desempenham, intencionalmente ou não, padrões de comportamento que podem ser imitados pelos outros. Depois que a pessoa desenvolve um repertório verbal adequado, os modelos podem ser verbais. Assim, personagens de filmes, de propagandas, figuras históricas etc. podem funcionar como modelos poderosos. Os pais, professores e irmãos mais velhos costumam ser modelos para as crianças. Nos grupos sociais, estamos constantemente imitando atitudes de algumas pessoas e, ao mesmo tempo, somos modelo para outras.

A modelação implica processos cognitivos importantes que envolvem atenção, julgamento sobre o modelo e as conseqüências do comportamento deste etc. indicando que a mediação cognitiva influencia o comportamento. Para Bandura, a conseqüência da resposta não exerce uma influência puramente instrumental sobre o comportamento. Ela também é conceituada como um processo cognitivo. A partir da observação de suas próprias ações, o indivíduo vai discernir respostas apropriadas e inapropriadas e vai se conduzir de acordo com esse julgamento. A concepção de resposta apropriada é construída pelo próprio indivíduo, a partir da observação de seu comportamento. Em outras palavras, o reforço aumenta a probabilidade de ocorrência de uma resposta pela sua função preditiva, e não porque ele esteja automaticamente conectado à resposta. Assim, a motivação também tem base cognitiva e é influenciada pela previsão das conseqüências futuras.

Dentre os conceitos mais importantes da teoria de aprendizagem social de Bandura, que contraria a explicação operante sobre o poder da contingência, encontra-se o de *auto-eficácia*, que se refere à crença que uma pessoa tem de que será capaz de realizar um determinado comportamento. A força da convicção da pessoa sobre a própria eficácia influencia no quanto ela vai tentar enfrentar as situações dadas. Isso irá determinar tanto a iniciação quanto a persistência do comportamento. As contribuições de Bandura sobre *auto-eficácia* se estendem hoje a uma variedade de pesquisas, tanto na psicologia social, em estudos sobre idosos e sobre evasão acadêmica, como na clínica e na saúde, no entendimento das dependências químicas, na depressão e em outros transtornos psicológicos.

Em 1974, Michael Mahoney publicou um livro intitulado *Cognition and Behavior Modification*, em que defendeu a cognição como mediadora do comportamento. Um dos motivos da rejeição ao estudo dos fenômenos cognitivos por parte dos behavioristas radicais devia-se ao fato de que este era baseado em inferências, significando que o que é inferido não poderia se aplicar ao estudo do comportamento. Mahoney sustentou que o que caracteriza

um conhecimento científico não é a sua ausência de inferências, mas sim a sua capacidade preditiva:

> A questão básica nas explicações mediacionais *versus* não-mediacionais do comportamento não é se as inferências são justificáveis, mas sim *quais* inferências são legítimas e úteis. Como foi referido antes, a aceitação de uma hipótese ou teoria é determinada por sua adequação e força preditiva, e não por sua parcimônia ou falta de inferências. Muitos behavioristas, é claro, presumem que há uma forte correlação positiva entre estas características – ou seja, que as explicações não inferenciais e parcimoniosas do comportamento são mais capazes de precisão preditiva e amplitude explicativa. Esta é, de fato, a base da interpretação errônea da postura de Skinner acerca da mediação e da inferência (Mahoney, 1974: 26).

Outros autores também desafiaram os princípios estritamente comportamentais. Dobson e Scherrer (2004) citam o trabalho de Vygotsky realizado em 1962 com crianças que estavam aprendendo regras gramaticais com sucesso, independentemente da habilidade de pais e educadores para usarem reforço discriminativamente. Esses autores citam também o trabalho de Mischel, Ebbesen e Zeiss (1972) sobre retardo na gratificação.

Além da insatisfação com os modelos E-R, outros fatores históricos e contextuais contribuíram para o desenvolvimento das abordagens cognitivo-comportamentais. O primeiro desses fatores refere-se à rejeição dos modelos psicodinâmicos e ao questionamento de sua eficácia.

Rachman e Wilson (1980, citados por Dobson e Block, 1988) afirmaram não haver indícios aceitáveis que sustentassem a visão da psicanálise como uma abordagem de tratamento eficaz. Dobson e Scherrer (2004) mencionam trabalhos de Albert Ellis (1973) e Aaron Beck (1967) em que ambos, embora vindos de uma tradição psicodinâmica, revelaram divergências filosóficas para com diversos princípios básicos desse modelo. No prefácio de uma publicação traduzida para o português intitulada *Terapia cognitiva da depressão*, Beck (Beck, Rush, Shaw e Emery,1982) relata que seus questionamentos ao modelo psicanalítico tiveram início em 1956, quando este tentava validar a formulação psicanalítica da depressão. Ao verificar que a hipótese da raiva retrofletida não se confirmara em seus estudos, levando-o a outras descobertas (como, por exemplo, a tríade negativista da depressão), Beck procurou embasamento nas teorias cognitivas para explicar a depressão.

Outro fator histórico-contextual que culminou no desenvolvimento das abordagens cognitivo-comportamentais refere-se a uma atenção crescente dada aos aspectos cognitivos do funcionamento humano na psicologia geral, aliados ao desenvolvimento, pesquisa e estabelecimento

de diversos conceitos mediacionais na psicologia experimental. Os modelos de processamento de informação (cf. capítulo 13) passaram a ser cada vez mais aplicados em construtos clínicos, tal como se pode ver nas publicações sobre mediação cognitiva da ansiedade referidas em uma revisão de estudos feita por Dobson e Scherrer (2004). Assim, tanto a psicologia cognitiva em geral quanto a psicologia cognitiva aplicada acumularam evidências que desafiavam os modelos estritamente comportamentais a explicar esses dados pela incorporação de fenômenos cognitivos. Todas essas evidências levaram os teóricos comportamentais a redefinirem os seus limites e a incorporarem fenômenos cognitivos dentro dos modelos de mecanismo comportamental (Dobson e Block, 1988).

Finalmente, a crescente identificação de diversos terapeutas e teóricos como de orientação cognitivo-comportamental, aliada às pesquisas de resultados, na maioria positivos, das intervenções clínicas cognitivo-comportamentais, constituiu mais um fator contextual de desenvolvimento dessa abordagem. Dobson e Scherrer (2004: 45) afirmam que a autodenominação de muitos profissionais como cognitivo-comportamentais "resultou em um *zeitgeist* que chamava cada vez mais atenção para o campo crescente da TCC" (terapia cognitivo-comportamental). Todo esse movimento gerou a criação da revista científica *Cognitive Therapy and Research*, em 1977, que abriu mais espaço para a divulgação desse enfoque.

Princípios das abordagens cognitivo-comportamentais: o foco na cognição, na emoção e implicações para o tratamento

As abordagens cognitivo-comportamentais compartilham diversas características fundamentais, mas também manifestam considerável diversidade de princípios e de procedimentos. Dobson e Scherrer (2004) explicam essa diversidade pelas diferentes origens teóricas de seus representantes. Eles citam Beck e Ellis, por exemplo, como vindos de uma tradição psicanalítica, enquanto apontam Marvin R. Goldfried, Donald Meichenbaum e Mahoney como treinados na abordagem comportamental.

A premissa básica das abordagens cognitivo-comportamentais refere-se à existência de um processo interno e oculto de cognição, sendo o comportamento mediado por eventos cognitivos. Um mesmo evento pode ser considerado como agradável para uma pessoa, gerando um comportamento

de se manter na situação, ou ameaçador para outra, provocando nesta intensa ansiedade e retraimento. Assim, não é o evento em si que gera emoções e comportamentos, mas sim a nossa interpretação do mesmo.

Uma das diferenças existentes entre os diversos modelos teóricos cognitivo-comportamentais está no papel das cognições e das emoções. Para alguns autores, tais como Beck e Ellis, existe uma ênfase na explicação das cognições como mediadoras do comportamento e como influenciadoras das emoções, embora estas últimas também possam influenciar as cognições. Por outro lado, autores de enfoque cognitivo-construtivista defendem o papel das emoções como preponderantes na influência do comportamento.

Embora existam várias formas de abordagens cognitivo-comportamentais, a terapia racional emotivo-comportamental de Ellis e a terapia cognitiva de Beck são consideradas como as mais conhecidas e influentes.

O modelo ABC de Ellis, por exemplo, propõe que os sintomas ou conseqüências neuróticas (C – *consequences*) são determinados pelos sistemas de crença do indivíduo (B – *believes*) com relação às experiências ou fatos ativadores (A – *activatics)*). Os indivíduos tendem a preservar vigorosamente os seus padrões de pensamentos irracionais, formados a partir de tendências inatas e adquiridas. A intervenção baseada nesse modelo teórico visa identificar e contestar as crenças irracionais através de um automonitoramento, em que a pessoa contesta o seu próprio sistema de crenças para manter um estado de saúde emocional. Técnicas cognitivas, de imagem, de relaxamento e desenvolvimento de habilidades são empregadas para atingir esse objetivo (Rangé, 2001). Estudos avaliando a eficácia da terapia racional emotivo-comportamental estão surgindo mais recentemente (Dobson e Scherrer, 2004).

O modelo cognitivo de Beck enfatiza que os pensamentos influenciam as nossas emoções e comportamentos. Os pensamentos ocorrem em três diferentes níveis. Em um nível mais superficial, encontram-se os pensamentos automáticos, que correspondem às avaliações de eventos específicos (por exemplo, "acho que vou me ferrar nessa prova"). Embora não estejamos conscientes desses pensamentos, eles podem ser facilmente acessíveis mediante treinamento. Em um segundo nível estão as suposições e regras, que são mais globais, menos diretamente associadas a um evento específico e menos acessíveis à nossa consciência (exemplo, "para ser competente, eu não posso falhar", ou "se cometer um erro, significa que sou incapaz"). Finalmente, as crenças centrais constituem o nível mais global da cognição. São construídas no início do desenvolvimento e fortalecidas com as experiências da vida.

As crenças centrais, as suposições e regras, e os pensamentos automáticos estão interligados no processamento cognitivo dos transtornos psicológicos. Se um indivíduo possui uma crença central (por ex., "sou incompetente"), ele criará suposições para enfrentar essa crença (por ex., "se eu der o melhor de mim e me esforçar ao máximo, serei aceito pelos outros"; "se eu demonstrar ansiedade, significa que sou incapaz"). Tais crenças predispõem esse indivíduo a desenvolver estratégias (por ex., estabelecer padrões irrealistas de desempenho, monitorar exageradamente as próprias reações pessoais) que provavelmente o tornarão predisposto a confirmar a crença central, através de uma forma tendenciosa de interpretar os acontecimentos. Ao estabelecer padrões irrealistas de desempenho, por exemplo, ele tenderá a supervalorizar as próprias falhas, a ignorar os seus sucessos e a prestar atenção excessiva em suas manifestações de ansiedade, levando à confirmação de que é incompetente (para leitura mais detalhada do assunto, ver Falcone, 2001; J. Beck, 1997).

O modelo de Beck tem sido aperfeiçoado para dar conta de um melhor entendimento de transtornos psicológicos mais graves, tais como os transtornos de personalidade, para os quais tem sido sugerido o papel dos esquemas, definidos como "estruturas internas relativamente duradouras de características genéricas ou prototípicas armazenadas de estímulos, idéias ou experiências que são utilizados para organizar novas informações de um modo significativo, deste modo determinando como os fenômenos são percebidos e conceitualizados" (Dobson e Scherrer, 2004: 47). Os esquemas são desenvolvidos no início da infância e atuam como "filtros" pelos quais as informações são processadas. Os esquemas adaptativos possibilitam avaliações flexíveis, realistas, enquanto os desadaptativos são rígidos e levam à distorção da realidade.

O objetivo da terapia cognitiva é ajudar o cliente a desenvolver habilidades para identificar as suas distorções cognitivas e explorar novas formas de entender as suas experiências. A estratégia da abordagem é colaborativa, de modo a ajudar o indivíduo a construir os próprios recursos para testar a validade de suas interpretações.

Dattilio e Padesky (1995) realizaram uma revisão de estudos para avaliar os resultados da terapia cognitiva e constataram ser esta tão eficaz quanto os medicamentos para o alívio da depressão maior, além de apresentar uma taxa inferior de recaídas em comparação com medicamentos. Outra revisão feita por Beck (1997) revelou a eficácia da terapia cognitiva no tratamento de transtornos da ansiedade, transtornos alimentares, abuso de substâncias, problemas conjugais e depressão de pacientes internados. Atualmente,

resultados positivos da terapia cognitiva têm sido encontrados no tratamento do transtorno bipolar (Juruena, 2004) e da esquizofrenia (Barretto e Elkis, 2004).

Além da terapia racional emotivo-comportamental de Ellis e da terapia cognitiva de Beck, outras abordagens cognitivo-comportamentais surgiram com o passar dos anos, embora não tenham atingido uma posição tão influente. Entre estas se incluem: a reestruturação sistemática de Goldfried (1974); o treinamento de auto-instrução e de inoculação de estresse desenvolvido por Donald Meichenbaum nos anos 1970; a terapia de resolução de problemas de D'Zurilla e Goldfried, na década de 1970; e a terapia de autocontrole, construída por Fuchs e Rehm, em 1977 (citados por Dobson e Scherrer, 2004).

Desenvolvimentos mais recentes da abordagem cognitivo-comportamental referem-se às terapias estruturais e construtivistas. Guidano e Liotti criaram na década de 1980 uma abordagem estrutural da psicoterapia, em razão do potencial explicativo limitado da teoria da aprendizagem. Para esses autores, a organização cognitiva de um indivíduo, incluindo teorias causais, pressupostos básicos e regras tácitas de inferência que determinam o conteúdo dos pensamentos, desempenha um papel causal nos comportamentos problemáticos. Para mudar essas estruturas cognitivas disfuncionais, a terapia começa com a identificação e modificação de estruturas cognitivas superficiais e depois, das mais profundas (teorias causais implícitas mantidas pelo paciente) (Dobson e Scherrer, 2004).

Embora existam aspectos comuns entre a terapia estrutural de Guidano e Liotti e as outras formas de abordagem cognitivo-comportamental quanto à identificação e modificação de estruturas cognitivas, estas últimas são consideradas racionais, uma vez que o seu pressuposto filosófico é o de que existe um mundo externo que pode ser percebido de forma correta ou incorreta. Por outro lado, Guidano mostrou-se mais preocupado com o "valor de validade" das estruturas cognitivas do que com o seu "valor de verdade" (Dobson e Scherrer, 2004).

Para os terapeutas de enfoque construtivista, que têm atualmente Mahoney como um dos principais defensores, a terapia consiste em enfatizar o processo de dar significado à experiência, em oposição ao conteúdo do que está sendo pensado. Assim, as estratégias focalizam-se em exercícios facilitadores que enfatizam o processo do pensamento e a produção de significado, em oposição aos exercícios corretivos em torno do conteúdo do pensamento (Dobson e Scherrer, 2004).

Enquanto alguns autores (por ex., Neimeyer e Raskin, 2001) questionam a compatibilidade teórica entre as terapias construtivistas e cognitivo-comportamentais, outros defensores das terapias cognitivo-comportamentais adotaram, em graus variados, tratamentos com base em princípios construtivistas (por ex., Mahoney, 1991; Meichenbaum, 1994; Young, 1994, citados por Dobson e Scherrer, 2004). Assim, as questões sobre a compatibilidade teórica entre os enfoques cognitivo, construtivista e pós-racionalista ainda não são conclusivas.

Popularidade e abrangência das abordagens cognitivo-comportamentais

Em uma pesquisa realizada por Robins, Gosling e Craik (1999), a abordagem cognitivo-comportamental é apontada como a que mais obteve popularidade nos últimos 20 anos. Embora esse estudo não faça menção aos locais onde essa popularidade se manifesta, sua metodologia baseou-se em uma meta-análise de publicações existentes em um determinado período sobre as diversas abordagens teóricas, o que permite perceber o avanço crescente das abordagens cognitivo-comportamentais em todo o mundo. Outro estudo realizado por Buela-Casal, Alvarez-Castro e Sierra (1993), para avaliar as preferências dos psicólogos na Espanha, concluiu que os psicólogos espanhóis manifestam uma clara preferência pela abordagem cognitivo-comportamental.

Parece existir um consenso na literatura sobre a popularidade da abordagem cognitivo-comportamental na psicologia clínica e na psicologia da saúde, nos Estados Unidos e na Europa. Paul M. Salkovskis (2005), em seu livro recentemente traduzido para o português com o título: *Fronteiras da terapia cognitiva* propõe que "[…] a terapia cognitiva se tornou a abordagem psicoterápica mais importante e a melhor validada entre as demais. É o tratamento psicológico de escolha para uma ampla variedade de problemas psicológicos" (p. 15). Em entrevista concedida a uma revista argentina (1999), esse autor afirma:

> Um avanço na Inglaterra consistiu em que o Colégio de Psiquiatras exige que os psiquiatras tratem vários casos com terapia cognitiva em seu treinamento, de tal maneira que eles não podem converter-se em psiquiatras sem haver recebido supervisão em terapia cognitiva (p. 187).

Para Dobson e Scherrer (2004), as abordagens cognitivo-comportamentais "têm aumentado de escopo e popularidade, adquirindo sua atual condição de 'paradigmas dominantes' na área da psicologia clínica" (p. 42). Em publicação

recente traduzida para o português com o título *Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento* (2005), os autores Michael S. Gazzaniga (neurocientista) e Todd F. Heatherton (psicólogo social e da personalidade) apontam a terapia cognitivo-comportamental como a mais eficaz no tratamento dos transtornos da ansiedade, do humor e da personalidade.

No Brasil, a popularidade das abordagens cognitivo-comportamentais está apenas começando e pode ser identificada principalmente pela crescente publicação de livros organizados por autores brasileiros nos últimos cinco anos. Alguns desses autores são de São Paulo (Abreu e Roso, 2003; Lipp, 2004; Silvares, 2000), Rio de Janeiro (Range, 2001) e Rio Grande do Sul (Caminha, 2005; Caminha, Wainer, Oliveira e Piccoloto, 2003; Knapp, 2004). Além dos livros nacionais, a quantidade de publicações traduzidas para o português tem aumentado consideravelmente. Uma variedade de publicações em periódicos nacionais pode ser também encontrada.

A popularidade das abordagens cognitivo-comportamentais tem aumentado em parte graças à fundação de associações itinerantes que organizam congressos anuais (Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental – ABPMC, fundada no Rio de Janeiro em 1991) e a cada dois anos (Sociedade Brasileira de Terapias Cognitivas – SBTC, fundada no Rio Grande do Sul em 1997). A primeira publica a *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, desde 1999. A segunda publica a *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas,* fundada em 2005. Associações regionais também têm surgido, como a Associação de Terapias Cognitivas do Estado do Rio de Janeiro (ATC-RIO), que organiza, juntamente com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um evento anual (Mostra de Terapia Cognitivo-Comportamental).

Os profissionais brasileiros de orientação cognitivo-comportamental têm se dedicado a intervenções em consultórios, além de pesquisa, ensino, orientação e supervisão clínica. A prática clínica institucional tem sido realizada por um grupo do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, em um ambulatório de ansiedade (ANBAM), onde psicólogos e psiquiatras exercem atividades de ensino, pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental.

No campo da psicologia da saúde, tem se destacado o trabalho de um grupo de psicólogos de São José do Rio Preto, que desenvolveram o Serviço de Psicologia do Hospital de Base da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), iniciado em 1981 com a contratação de uma psicóloga para atuar na enfermaria de pediatria e contando atualmente com 40 psicólogos (docentes, contratados e aprimorandos) que desenvolvem atividades de extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa em psicologia da saúde. A história

e estrutura desse serviço está publicada em detalhes na revista *Psicologia USP* (Miyazaky, Domingos, Valério, Santos e da Rosa, 2002).

Conclusões

Embora compartilhando de pressupostos básicos, as abordagens cognitivo-comportamentais abrangem uma variedade de mais de 20 modelos (Mahoney e Lydoon, 1988, citados em Knapp, 2004). Além disso, mudanças filosóficas, teóricas e práticas importantes têm ocorrido na sua trajetória. Assim, relatar a sua história e seus princípios teóricos e filosóficos em um capítulo não constitui uma tarefa fácil.

Contrariamente às afirmações de que as abordagens cognitivo-comportamentais são de origem estadunidense, pode-se verificar, na revisão deste capítulo, que os investigadores russos foram tão importantes (ou mais) para o behaviorismo (pelo menos para o behaviorismo metodológico) do que os próprios americanos, e que os estudos de Pavlov servem de base até hoje para os estudos da neuropsicologia, através da relação entre áreas do cérebro e o comportamento (Caminha, 2003).

A preocupação com a eficácia dos procedimentos de intervenção e com a revisão de princípios teóricos faz com que as abordagens cognitivo-comportamentais sejam alvo de reformulações através do tempo, o que provavelmente constitui a sua característica mais marcante.

Indicação bibliográfica

O livro organizado por Knapp – *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica.* Porto Alegre: Artmed. – é uma boa apresentação do tema.

Referências

Abreu, C. N. e Roso, M. (orgs.) (2003) *Psicoterapias cognitiva e construtivista. Novas fronteiras na prática clínica*. Porto Alegre: Artmed.

Baldwin, J. D. e Baldwin, J. I. (1998) *Behavior Principles in Everyday Life*. 3rd ed. New Jersey: Prentice-Hall.

Bandura, A. (1969) *Modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Editora Interamericana.

Barretto, E. M. P. e Elkis, H. (2004) Esquizofrenia. In: P. Knapp (org.) *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed.

Beck, A. T.; Rush, A. J.; Shaw, B. F. e Emery, G. (1982) *Terapia cognitiva da depressão*. Rio de Janeiro: Zahar.

Beck, J. S. (1997) *Terapia cognitiva. Teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Buela-Casal, G.; Álvares-Castro, S.; Sierra, J. C. (1993) Perfil de los psicólogos de la ultima promocion de las universidades españolas. *Psicología Conductual*, 1, 181-206.

Caminha, R. M. (org.) (2005) *Transtornos do estresse pós-traumático. Da neurobiologia à terapia cognitiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Caminha, R. M.; Wainer, R.; Oliveira, M. e Piccoloto, N. M. (orgs.) (2003) *Psicoterapias cognitivo-comportamentais. Teoria e prática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dattilio, F. M. e Padeski, C. A. (1995) *Terapia cognitiva com casais*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Dobson, K. S. e Block, L. (1988) Historical and philosophical bases of the cognitive-behavioral therapies. In: K. S.Dobson (ed.) *Handbook of Cognitive-behavioural Therapies*. Nova York: Guilford.

Dobson, K. S. e Scherrer, M. C. (2004) História e futuro das terapias cognitivo-comportamentais. In: P. Knapp (org.) *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed.

Falcone, E. (2001) Psicoterapia cognitiva. In: B. Range. (org.) *Psicoterapias cognitivo-comportamentais. Um diálogo com a psiquiatria*. Porto Alegre: Artmed.

Gazzaniga, M. S. e Heatherton, T. F. (2005) *Ciência psicológica. Mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Artmed.

Hawton, K.; Salkovskis, P. M.; Kirk, J. e Clark, D. M. (1997) Desenvolvimento e princípios das abordagens cognitivo-comportamentais. In: K. Hawton, P. M. Salkovskis, J. Kirk, e D. M. Clark (orgs.) *Terapia cognitivo-comportamental para problemas psiquiátricos. Um guia prático*. São Paulo: Martins Fontes.

Hayes, S. C. (1987) *A Contextual Approach to Therapeutic Change*. In: N. S. Jacobson (ed.) Psychotherapists in Clinical Practice. Nova York: Guilford.

Juruena, M. F. (2005) Transtorno afetivo bipolar. In: P. Knapp (org.) *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed.

Kazdin, A. E. (1983) *Historia de la modificación de conducta*. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Knapp, P. (org.) (2004) *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed.

Lipp, M. (org.) (2004) *O stress no Brasil. Pesquisas avançadas*. São Paulo: Papirus.

Mahoney, M. J. (1974) *Cognition and Behavior Modification*. Cambridge: Ballinger Publishing Company.

Miyazaki, M. C. O. S.; Domingos, N. A. M.; Valério, N. I.; Santos, A. R. R.; Rosa, L. T. B. (2002) Psicologia da saúde: Extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa. *Psicologia USP* 13, 29-53.

Pavlov, I. (1972) *Reflexos condicionados e inibições*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Range, B. (org.) (2001) *Psicoterapias cognitivo-comportamentais. Um diálogo com a psiquiatria.* Porto Alegre: Artmed.

Robins, R. W.; Gosling, S. D.; Craik, K. H. (1999) An Empirical Analysis of Trends in Psychology. *American Psychologist (APA)*, 54, 117-128.

Salkovskis, P. (1999) Entrevista de clinica psicologica con Paul Salkivskis. *Revista Argentina de Clínica Psicológica*, 8, 183-187.

___ (2005) Prefácio. In: P. M. Salkovskis (org.) *Fronteiras da terapia cognitiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silvares, E. F. M. (org.) *Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil*, vols. I e II. São Paulo: Papirus.

Skinner, B. F. (1981) *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

Wolpe, J. (1981) *Prática da terapia comportamental*. São Paulo: Brasiliense.

Capítulo 13
A psicologia no contexto das ciências cognitivas

Virgínia Kastrup

Como temos visto ao longo deste livro, a história da psicologia é marcada por cruzamentos e interfaces com disciplinas diversas, como a filosofia, a física, a fisiologia, a teoria da evolução e as ciências sociais. Na segunda metade do século XX, assistimos a uma ampliação significativa da rede de saberes que participa da transformação da psicologia ao longo do tempo. A apresentação e análise de um domínio recente como o das ciências cognitivas será ocasião de compreender que a história de uma disciplina não se limita à investigação de seu passado, mas inclui a história do presente, onde o processo de transformação ainda não se sedimentou em extratos históricos bem estabelecidos, mas encontra-se ainda vivo e em pleno processo de invenção. Fazer o mapeamento do campo das ciências cognitivas na atualidade é, portanto, aceitar o desafio de abordar um movimento que, fazendo parte de nosso contemporâneo, vem produzindo modificações importantes no saber psicológico. O quadro que apresentamos é, portanto, marcado por uma seleção que incluiu escolhas e, certamente, algumas omissões que não poderiam deixar de acontecer, tendo em vista a extensão do campo. Nosso critério foi trazer a cena movimentos, abordagens, autores, problemas e discussões que, por seu caráter inovador e polêmico, forçaram a psicologia a repensar e reinventar o conceito de cognição.

Cabe ressaltar que, por seus objetivos e pela natureza das questões que se situam no coração dos debates, o campo das ciências cognitivas distingue-se de forma bem nítida do domínio do desenvolvimento cognitivo. Como veremos adiante, temas como a transformação temporal da cognição e os estágios da inteligência da infância à idade adulta dão lugar a questões de natureza epistemológica, discutidas num contexto interdisciplinar e que incidem, em seus primórdios, sobre a possibilidade de simulação da mente através dos modelos computacionais. O diálogo entre as ciências cognitivas e a

psicologia do desenvolvimento cognitivo tem sido, pelo menos até o momento, praticamente inexistente.

Uma máquina cognitiva?

As ciências cognitivas surgem na década de 1950, nos Estados Unidos. Participam da formação deste campo diferentes disciplinas como a Psicologia, a inteligência artificial, a filosofia da mente, as neurociências, a lingüística, a lógica e a antropologia. Dentre as condições históricas do surgimento deste campo destaca-se um elemento decisivo, que não é um fundador, mas um dispositivo técnico – o computador. A idéia de uma máquina cognitiva, dotada de memória, linguagem, que calcula e soluciona problemas, coloca radicalmente em questão o que seja conhecer, tirando da psicologia a exclusividade, e mesmo a hegemonia no tratamento do problema. A identificação do conhecimento com a inteligência humana, já abalada pelo reconhecimento da existência de uma inteligência animal pelo gestaltismo na década de 1920 (Kohler, 1927; 1978), cairá definitivamente com o desenvolvimento da inteligência artificial. As ciências cognitivas reúnem doravante dois domínios até então separados: a natureza e o artifício (Passos, 1994). O surgimento do computador trará para o centro do debate não apenas novas disciplinas, mas também novas questões e perspectivas metodológicas que se apresentam como promissoras para a retomada do estudo da mente.

A idéia de uma "máquina universal", capaz de desempenhar qualquer operação realizada pela mente humana, formulada na década de 1930 pelo matemático inglês Alan Turing, foi o primeiro marco para a configuração desse campo. Turing (1936) propõe uma formalização matemática da noção de máquina e lança as bases do que será mais tarde o computador digital. Cabe também destacar o advento da teoria da informação de Claude Shannon (1938), que apresenta uma abordagem matemática da comunicação cuja ênfase recai numa lógica binária 0-1 e não nos aspectos semânticos da linguagem humana. A cibernética de Norbert Wiener (1948) constitui um terceiro vetor

Alan Turing (1912-1954). Matemático inglês. Elaborou o conceito de máquina abstrata, ou, como ficou conhecida posteriormente, máquina de Turing.

Claude Shannon (1916-2001). Matemático americano. Criador da teoria da informação, graduou-se com prêmio extraordinário na Universidade de Michigan em Engenharia Elétrica e Matemática. Seu trabalho central é publicado em 1948, "A Mathematical Theory of Communication".

Norbert Wiener (1894-1964). Graduou-se em Matemática e Filosofia em Harvard, tendo estudado com Bertrand Russel.

essencial. Definida como ciência dos sistemas de comunicação e controle, naturais e artificiais, a cibernética rompe com os limites do humanismo e do vitalismo, ou seja, tanto com a irredutibilidade dos fenômenos humanos aos fenômenos biológicos quanto com a irredutibilidade dos últimos aos fenômenos físicos. As máquinas cibernéticas são dotadas de meta e de um funcionamento regido por uma causalidade circular. Este tipo de causalidade faz parte do funcionamento de máquinas diversas, como aparelhos de ar-condicionado e mísseis antiaéreos.

Todavia, é uma série de conferências consecutivas realizadas nos anos 1940 e 1950 nos Estados Unidos, reunindo um grupo de pesquisadores de diferentes áreas, que serão decisivas para a constituição do campo das ciências cognitivas. Os debates giravam em torno da natureza do conhecer e dos elementos envolvidos no controle do comportamento. No Simpósio de Hixon, realizado em 1948 no California Institute of Technology, John von Neumann apresentou uma comunicação onde propôs uma comparação entre o cérebro e o computador digital programado. A comunicação de Warren McCulloch "Why the Mind is in the Head" ("Por que a mente está na cabeça") comparava o cérebro a uma máquina lógica, no sentido em que as conexões entre os neurônios poderiam ser tratadas como seqüências lógicas. Karl Lashley, psicólogo até então ligado ao movimento behaviorista, apresentou o trabalho "The problem of serial order in behavior" ("O problema da ordem serial no comportamento"), onde destacou a importância da consideração do sistema nervoso central, e não do meio ambiente, no controle do comportamento. Cabe ainda citar o Simpósio sobre Teoria da Informação, que teve lugar no Massachusetts Institute of Technology (MIT) em 1956, reuniu os cientistas Allen Newell e Norbert Simon, que viriam a inaugurar a área da inteligência artificial, bem como o lingüista Noam Chomsky e o psicólogo George Miller.

John Von Neumman (1903-1957). Estudou Matemática nas universidades de Budapeste e Berlim e Engenharia Química no Instituto Federal de Tecnologia da Suíça.

Warren McCulloch (1899-1969). Estudou Filosofia e Psicologia na Universidade de Yale e Psicologia na Universidade de Columbia.

Karl Lashley (1890-1958). Psicofisiologista americano, estudou com Watson na Universidade John Hopkins. Defendeu uma posição não localizacionista com relação ao funcionamento do cérebro na famosa "teoria de ação de massa".

Allen Newell (1927-1922). Graduou-se em Física na Universidade de Stanford. Pesquisador, destacou-se por sua participação na criação do "General Problem Solver".

Herbert Simon (1916-2001). Estudou Ciências Sociais e Economia na Universidade de Chicago. Ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1978, por sua teoria da análise dos processos de tomada de decisão.

Noam Chomsky (1928-). Lingüista norte-americano, graduou-se na Universidade da Pensilvânia, tendo lecionado por muitos anos no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Atualmente destaca-se por sua severa crítica à política norte-americana.

George Miller.

A série consecutiva das Conferências Macy (1946-1953), organizadas por Norbert Wiener e pelo matemático John von Neumann, também teve uma grande importância e por isso voltaremos a ela adiante.

A partir desses encontros, podemos dizer que teve início o que chamamos hoje de abordagem transdisciplinar do problema do conhecimento, evidenciando-se o cruzamento das pesquisas em diferentes domínios e a exigência da formulação de uma linguagem comum. Com o surgimento das ciências cognitivas, a psicologia ganha novos intercessores, mas a idéia da aproximação entre a cognição humana e a cognição da máquina não será aceita de maneira consensual e sem resistências. Conforme veremos adiante, o campo das ciências cognitivas será marcado pela unidade temática, mas também por acirrados debates e profundas divergências conceituais. Para a psicologia, tão marcada pela heterogeneidade e pela dispersão ao longo de toda a sua história (Figueiredo, 1991; Ferreira, 1999), esse não será um cenário totalmente estranho.

A primeira obra sistemática sobre o surgimento do campo das ciências cognitivas foi escrita pelo psicólogo Howard Gardner, no final dos anos 80. No livro *A nova ciência da mente* (1995), Gardner considera que a ciência cognitiva é uma nova ciência da mente. Ela deve ser entendida como um movimento de crítica ao behaviorismo, no sentido em que traz a investigação da mente de volta ao campo científico. O computador surge como estratégia metodológica, sendo tomado como sistema equivalente à mente humana. A noção de sistema equivalente diz respeito à possibilidade da máquina de desenvolver as mesmas operações e de chegar aos mesmos resultados da mente humana. O modelo computacional surge como alternativa ao método da introspecção, outrora utilizado. Nesse caso, a retomada da mente pelas ciências cognitivas não consiste num retorno à antiga psicologia da consciência, pois trata-se agora da investigação de uma mente destituída de sua dimensão de experiência. O computador não compreende o que faz, e conhecer é apenas processar informação. O modelo do processamento de informação faz com que conhecer seja calcular. O cálculo opera com símbolos, que são entidades discretas, que possuem uma base material e uma dimensão semântica. A base material pode ser tanto uma máquina quanto um cérebro e a dimensão semântica – postulada como uma relação de correspondência com elementos de um mundo externo e predefinido – dispensa a consciência. Gardner apresenta o surgimento da ciência cognitiva como um esforço contemporâneo e empiricamente fundamentado

Howard Gardner (1943-). Psicólogo americano, graduou-se em Psicologia em Harvard, onde leciona atualmente no Departamento de Psicologia.

para responder a antigas questões epistemológicas, particularmente aquelas relativas à natureza do conhecimento, seus componentes, suas fontes, seu desenvolvimento e distribuição. As cinco características-chave deste campo são:

1) a consideração de um nível autônomo e separado tanto do nível físico-fisiológico quanto do nível sócio-histórico: o nível da representação;
2) a utilização do computador como modelo de referência;
3) a colocação entre parênteses de fatores afetivos, contextuais, culturais e históricos;
4) os estudos interdisciplinares;
5) a retomada de problemas filosóficos clássicos.

A denominação "ciência cognitiva" expressa a consideração de um domínio unificado. Esta expressão, presente nos primeiros textos dos comentadores americanos, é aos poucos substituída por "ciências cognitivas", que evidencia de forma mais adequada um domínio marcado pela pluralidade de abordagens e portador de um espectro muito amplo de posições, que vão desde posições extremas – adesão completa ao modelo computacional ou sua absoluta rejeição – até posições intermediárias, as mais diversas e nuançadas. A propósito disso, o próprio Gardner (1985) reconhece que há um paradoxo, que ele denomina paradoxo do computador. Quanto mais se investiga a possibilidade de aproximar a mente humana do computador, mais esta possibilidade é afastada. Em síntese, o livro de Gardner guarda o mérito de escrever a história desse importante movimento num texto simples a acessível, ainda no calor dos acontecimentos. Apresenta, entretanto, limites e mesmo alguns problemas. Em primeiro lugar, a tese de que as ciências cognitivas constituem um movimento de reação ao behaviorismo superestima a importância dessa corrente da psicologia para um movimento que extrapolava em muito qualquer fronteira disciplinar. Outro limite é não chegar a distinguir o surgimento das ciências cognitivas e aquele que surgirá como o primeiro paradigma ou modelo hegemônico nesse domínio: o cognitivismo computacional.

A partir de uma pesquisa detalhada sobre as atas das Conferências Macy citadas anteriormente, Dupuy (1996) destaca o papel central da cibernética na fase inicial das ciências cognitivas. Segundo Dupuy, a cibernética introduziu o formalismo lógico-matemático nas ciências do cérebro, concebeu máquinas de processamento de informação, lançou os fundamentos da inteligência artificial e da teoria dos sistemas, deixando fortes marcas em diversos campos, como a economia, a teoria dos jogos, a terapia

familiar, a antropologia e diversos outros. Os anos cibernéticos trouxeram a cena as complexas relações entre cérebro, mente e máquina. Para Dupuy, a fase cibernética revela também relações mais complexas entre as ciências cognitivas e o behaviorismo do que aquelas sublinhadas por Gardner. Num primeiro aspecto, a linguagem da primeira fase da cibernética e do behaviorismo revela proximidades, pois em ambos prevalece a preocupação com o controle do comportamento e com as *performances* cognitivas, evitando uma linguagem mentalista. O conceito de *input* (mensagem de entrada) é próximo ao de estímulo, e o de *output* (mensagem de saída) ao de resposta. O que afasta a primeira cibernética do behaviorismo é o conceito de *FEED-BACK* que, enquanto mecanismo circular, se distingue da causalidade linear defendida pelo behaviorismo clássico. A ênfase nos aspectos lógicos em detrimento dos aspectos materiais da máquina é outro ponto de distinção e afastamento. Na concepção cibernética de máquina, a lógica toma o lugar da física. A segunda cibernética, representada por John von Foerster, acentuará tal afastamento, através da distinção proposta entre máquinas triviais, que respondem a um sinal, e máquinas não triviais, que processam informação. As primeiras são máquinas estímulo-resposta, enquanto as segundas envolvem cálculo e processamento central de informação. Destacam-se ainda nessa fase os conceitos de auto-organização e de autonomia dos sistemas, que serão retomados alguns anos mais tarde pela abordagem da autopoiese e da enação, a serem tratadas mais adiante. Cabe destacar ainda que Dupuy ressalta a presença de um hibridismo do campo das ciências cognitivas já no momento de seu surgimento, indicando que as críticas ao modelo da teoria da informação, bem como as controvérsias em torno da equivalência entre os sistemas cognitivos naturais e artificiais, não surgiram apenas após um suposto primeiro momento de euforia e consenso acerca do modelo informacional. De resto, o referido hibridismo dos primeiros anos responderá pela bifurcação operada mais tarde entre duas abordagens rivais: o cognitivismo computacional e o conexionismo.

O conceito de FEED-BACK dá conta de um mecanismo de retroalimentação, que responde pela regulação entre a meta e a ação efetiva do sistema, dispensando a consideração da intervenção da consciência humana.

O cognitivismo computacional

Duas disciplinas constituem os principais eixos do cognitivismo computacional: a inteligência artificial e a filosofia da mente. A inteligência artificial (IA), fundada por JOHN MCCARTHY, Allen Newell e Herbert

Simon, e a filosofia da mente, cujos principais representantes são ZENON PYLYSHYN e JERRY FODOR, são as principais referências para a hegemonia do chamado "modelo da representação" por um longo período da história das ciências cognitivas. A noção essencial é a de representação, definida como estado mental dotado de intencionalidade, o que significa "ser a propósito de alguma coisa". No âmbito do cognitivismo, o conceito de representação, que remonta à filosofia de Franz Brentano (Dupuy, 1996), ganha nuances específicas. A primeira é que ao adotar o pressuposto filosófico de que conhecer é representar, considera-se que a representação consiste na representação de um mundo pré-existente (Varela, s.d.). A segunda é que o cognitivismo traduz o conceito de representação pelo conceito de símbolo. A novidade é então o trato com representações fisicamente instanciadas na forma de símbolos processados por uma máquina como o computador. Os símbolos são entidades discretas, ao mesmo tempo físicas e semânticas, cuja articulação é baseada num código, ou seja, num conjunto de regras lógicas.

JOHN MCCARTHY (1927-) graduou-se em Matemática no California Institute of Technology em 1948. É um dos fundadores da pesquisa em inteligência artificial, tendo lecionado em várias universidades como Princeton University, Dartmouth College, Massachusetts Institute of Technology e Stanford University. Membro da Academia Americana de Artes e Ciências atualmente trabalha a questão da formalização do contexto na lógica matemática.

ZENON PYLYSHYN (1937-) estudou engenharia e física na Universidade McGill, e graduou-se Phd em psicologia experimental pela Universidade de Baskatchewan. Atualmente trabalha no Centro de Ciências Cognitivas e no Departamento de Psicologia da Universidade de Rutgers.

JERRY FODOR (1935-) graduou-se PhD em filosofia em Princeton (1960). Foi professor do M.I.T. de 1959 a 1986, atualmente leciona na Universidade de Rutgers.

A principal característica do cognitivismo computacional é a consideração de um nível da representação, denominado nível simbólico, tido como autônomo em relação aos níveis físico-fisiológico e sócio-histórico. É a autonomia do nível simbólico, seu primado, que autoriza a colocação entre parênteses dos outros dois níveis complementares. A cognição é então definida como processamento simbólico por regras lógicas (Varela, s.d.). A noção de processamento linear da informação é central. Os símbolos se sucedem numa ordem seqüencial, sendo articulados através de uma lógica invariante, refratária às transformações temporais tanto do corpo biológico quanto da história social do sistema cognitivo.

Nos quadros do cognitivismo computacional, a investigação da cognição é reduzida a sua sintaxe, a suas regras formais de funcionamento. A dimensão semântica – ou seja, o sentido – não coloca problemas que a sintaxe não possa resolver. A operação cognitiva é como montar um quebra-cabeça (*puzzle*) cujas peças estão de cabeça para baixo. A montagem seria feita sem levar em conta o

desenho da gravura ou a cor das peças – a dimensão semântica –, mas apenas suas formas – a dimensão sintática. A articulação das peças seria realizada apenas através de sua dimensão sintática, sem necessidade da compreensão do conteúdo do desenho. Uma vez terminado o trabalho, se virarmos o *puzzle* para cima, o desenho surgirá por inteiro. O exemplo do quebra-cabeça (*puzzle*) serve como ilustração para o chamado "teste de Turing", que diz respeito a uma situação em que não é possível distinguir quem realizou uma atividade cognitiva, se um homem ou uma máquina. Dupuy (1996) sugere que para entender a natureza desse teste, poderíamos pensar numa situação envolvendo três participantes: um ser humano, uma máquina e um interrogador. Sem ter contato direto com o homem ou com a máquina, o interrogador deve poder determinar quem é quem. A questão é que a máquina é programada para "imitar" o comportamento humano, induzindo o interrogador ao erro. A máquina terá simulado suficientemente bem o comportamento do ser humano se o interrogador for incapaz de decidir adequadamente, ficando então indicada a autonomia do conhecimento, aí limitado ao nível das regras lógicas, em relação ao caráter humano ou artificial do sistema.

Enfim, o cognitivismo computacional investiga uma cognição destituída de referências biológicas, históricas e experienciais, que não é privilégio nem do homem nem dos seres vivos. Em última análise, ela é uma linguagem formal, um cálculo mecânico passível de repetição e da previsão de seus resultados.

A inteligência artificial (IA) possui duas vertentes: uma teórica e uma tecnológica. Segundo a vertente teórica da IA, a mente humana e o computador são sistemas simbólicos, ou seja, entidades que processam, transferem e manipulam símbolos. O computador é um modelo para o estudo da mente, viabilizando a simulação cognitiva. A noção de modelo é aqui utilizada no sentido inverso daquele utilizado pelo senso comum. Para este o modelo é aquilo que serve de parâmetro para um processo de imitação. Nos quadros da IA, o modelo não é aquilo que é imitado, mas sim o que imita, simula uma atividade cognitiva. A idéia de simulação cognitiva foi transformada num programa de pesquisa levado a cabo na década de 1960, visando ao desenvolvimento de um dispositivo de resolução de problemas geral (*general problem solver* – GPS). A proposta de Newell e Simon era criar um único programa de computador capaz de solucionar qualquer problema, do mais simples ao mais complexo. Na base desse projeto estão duas idéias. A primeira é que o essencial da atividade cognitiva consiste na solução de problemas e a segunda é que haveria um mecanismo geral para a solução de todo e qualquer problema. O projeto obteve resultados bastante limitados, ficando o programa bem

aquém da complexidade e da generalidade almejadas por seus idealizadores. A IA volta-se então para o desenvolvimento dos chamados sistemas peritos, bastante especializados e voltados para a solução de problemas específicos. Tais sistemas, amplamente utilizados em diversos setores da indústria e do comércio, evidenciaram a força da vertente tecnológica da IA, mas ainda se mostraram limitados no que diz respeito à vertente teórica, voltada para o desenvolvimento de modelos para o entendimento da cognição.

No que diz respeito à filosofia da mente, cabe ressaltar o empenho de Zenon Pylyshin e Jerry Fodor para articular dois campos que poderiam parecer até certo ponto incongruentes: a filosofia e as ciências da computação. Esse empreendimento é evidenciado por Pylyshyn no seu clássico *Computation and Cognition* (1986). A fórmula proposta pelo autor é: conhecer é computar. A computação não é tomada como uma mera metáfora para a cognição, mas a fórmula é tomada em seu sentido literal e mesmo radical. Esta é também a formulação de Jerry Fodor que, herdeiro de Noam Chomsky, define a mente através de regras e representações. Sua proposta de formular uma linguagem da mente envolveu a definição de representação como símbolo, estendendo-a ao âmbito das máquinas.

No caso de Fodor, a adoção do modelo computacional não impediu a identificação de seus limites no que diz respeito à adequação para o conhecimento humano. Nesta direção, há que se destacar sua teoria da modularidade da mente, formulada nos anos 1980. Fodor distingue então na cognição três instâncias: os transductores, os sistemas *input* e os processadores centrais. Os transductores respondem pela transformação da estimulação proximal em sinais neurais, correspondendo aos nossos órgãos dos sentidos. Os sistemas *input* são módulos ou compartimentos informacionalmente encapsulados, específicos de um domínio (como percepção e linguagem), localizados no sistema nervoso, dotados de funcionamento rápido, autônomo, obrigatório e inato, portanto invariante e refratário à interferência da experiência passada. Os processadores centrais são responsáveis pela fixação de crenças (opiniões, valores etc.) e têm um funcionamento holístico, encontrando-se sujeitos à interferência do meio externo. Segundo Fodor, apenas o sistema de módulos apresenta um funcionamento computacional, o que indicaria, em princípio, um limite do modelo para o entendimento da mente humana. No entanto, diante desse impasse, Fodor conclui que só pode haver estudo científico daquilo que existe de computacional na mente. É lançando mão dessa manobra que o modelo computacional continua sendo por ele sustentado.

FRANCISCO VARELA (1946-2001), chileno, cursou Medicina na Universidade Católica (1964-1966) e graduou-se em Biologia na Universidade do Chile em 1967. Obteve o doutorado em 1970 na Universidade de Harvard e retornou ao Chile para desenvolver com Humberto Maturana a teoria da autopoiese. Sua vida acadêmica se dividiu entre várias universidades americanas e européias, tendo se radicado finalmente na França, onde trabalhou seu conceito de enação. Em 1988 foi nomeado diretor de pesquisa no CNRS – Centre Nationale de Recherche Scientifique –, onde permaneceu até sua morte. A extensa pesquisa de Francisco Varela no campo das ciências da cognição e das neurociências tem produzido ressonâncias em diferentes campos d0 saber como a filosofia e a psicologia.

Fazendo um balanço do cognitivismo computacional, FRANCISCO VARELA (s.d.) afirma que seu aspecto negativo foi operar um resfriamento formal da cognição, pois investiga uma cognição abstrata, independente e dissociada tanto do corpo quanto dos afetos e da história do sistema. Para Dupuy (1996), o aspecto positivo do cognitivismo computacional é ter evidenciado que a cognição é um processo, concorrendo para a dissolução de uma suposta unidade do sujeito do conhecimento. A idéia de um processo sem sujeito é evidente não apenas na teoria da modularidade de Fodor, mas também em outros autores pertencentes ao campo da IA, como Marvin Minsky. Sua teoria da sociedade da mente constitui já a expressão de um movimento de fragmentação do sujeito cognoscente, já que destitui de unidade o sistema cognitivo e introduz uma multiplicidade em seu interior, o que será ainda mais acentuado pelas abordagens conexionista e da autopoiese nos anos 80, como veremos adiante.

Antônio Gomes Penna (1984) destaca a existência de um movimento cognitivista no próprio campo da psicologia. O livro *Plans and the Structure of Behavior* (1960), publicado na década de 1960, de autoria do psicólogo George Miller, do lingüista Eugene Gallanter (1924-) e do neurofisiologista Karl Pribram (1919-), destaca a importância dos conceitos de estrutura e de plano, operando como variáveis cognitivas que organizam e orientam a conduta. No movimento da psicologia cognitiva cabe destacar os trabalhos de Ulrich Neisser (1929-) no campo da percepção, de Donald Broadbent (1926-1993) no da memória e da atenção, – onde propôs a teoria do canal único –, de George Miller no da memória e de Jerome Bruner (1915-) e Michael Posner (1936-) no do pensamento, apenas para citar os mais célebres. O ponto comum entre esses autores é o entendimento do funcionamento dos processos cognitivos como sendo de captação, processamento e conservação de informações provenientes do mundo externo. Cabe ressaltar ainda que as ressonâncias do modelo da teoria da informação na psicologia extrapolam as contribuições de cunho teórico. Como desdobramento desse modelo, destaca-se no campo da clínica a terapia cognitivo-comportamental, proposta por Aaron Beck na década de 1960, cujas bases remetem à obra de Zenon Pylyshyn. Além disso,

é importante observar que o vocabulário da teoria da informação faz parte ainda hoje da representação social da psicologia, ou seja, da forma como o senso comum pensa habitualmente o funcionamento cognitivo.

Em última análise, o movimento cognitivista, tanto na versão psicológica quanto naquelas da filosofia da mente e da inteligência artificial, segue o projeto epistemológico da modernidade. Segundo Figueiredo (1995), o caráter central assumido pelo problema do conhecimento na modernidade vem marcado por preocupações epistemológicas e metodológicas. O recurso ao método apresentava-se então como garantia da purificação do conhecimento de toda subjetividade que pudesse interferir como ruído indesejável na formulação de um conhecimento universal. O homem encarnado e contextualmente situado, considerado fonte de erros e ilusões, deveria então dar lugar ao sujeito epistêmico abstrato, separando assim o particular e contingente do universal e necessário no âmbito do conhecimento. No campo das ciências cognitivas, o projeto epistemológico da modernidade comparece dirigindo a investigação para as leis e princípios invariantes da cognição (Kastrup, 1999). A busca das condições de possibilidade da cognição, invariantes e abstratas, tais como definidas pelo cognitivismo computacional, segue enfim um movimento já iniciado no domínio dos estudos da cognição levados a cabo pela psicologia, como é o caso do gestaltismo e da epistemologia genética de Jean Piaget. Restam excluídas as dimensões temporal, coletiva e viva, que serão retomadas anos mais tarde.

Os modelos da emergência e a contribuição do conexionismo

Os modelos da emergência constituem, segundo Francisco Varela (s.d.) a terceira etapa na história das ciências cognitivas, sendo a primeira, como visto, os chamados anos cibernéticos e a segunda, o cognitivismo computacional. Mas, conforme adverte Dupuy (1996), devemos estar atentos ao fato de que essas etapas não mantêm necessariamente uma relação de sucessão cronológica. O que permite manter a denominação “terceira etapa” é apenas uma questão de hegemonia dessas abordagens. O que ocorreu até a

década de 1980 não foi a presença exclusiva do cognitivismo computacional e sim o fato de que até esse período, ele dominou o cenário da discussão no campo das ciências cognitivas, bem como capitalizou a maior parte das verbas destinadas à pesquisa. Nesta medida, ele veio a se constituir como um modelo de referência, o que significou que todos os autores, concordando ou não com sua adequação, marcaram sua posição em relação a ele.

Conforme tivemos ocasião de assinalar, já por ocasião das Conferências Macy, alguns limites do cognitivismo puderam ser evidenciados. Como observa Varela (s.d.), jamais foram encontradas regras lógicas nem um processador central de informação num cérebro real. Além disso, os próprios estudos do cérebro apontavam as dificuldades da perspectiva localizacionista, que pressupunha que a informação fosse conservada em zonas específicas. Tornava-se evidente, através do próprio trabalho de McCulloch, que o cérebro funcionava por conexões maciças e distribuídas e que a configuração das ligações se modificava ao longo da experiência. O funcionamento cerebral tinha um caráter ao mesmo tempo plástico e holístico. Entretanto, esta questão bem como a da aptidão dos neurônios para a auto-organização foram eclipsadas durante quase 30 anos e só voltaram à cena no final da década de 1970. Varela sugere que seu retorno é tributário do surgimento da noção de auto-organização na física e na matemática não linear. A referência é o trabalho de Ilya Prigogine na área da termodinâmica dos sistemas longe do equilíbrio. Destaca-se ainda a invenção de computadores mais potentes e capazes de apresentar um processamento de informação paralelo e distribuído. Tais avanços tecnológicos abriram a possibilidade de criação de modelos que replicassem a cognição da criança em sua notável maleabilidade e potencial modificação pela aprendizagem, que vêm substituir os dois modelos anteriores: o solucionador geral de problemas e o sistema perito.

Em síntese, os modelos da emergência não constituem exatamente um novo paradigma. O que permite reunir um conjunto de autores bastante independentes, e mesmo adversários sob certos aspectos, é o conceito de emergência, que visa explicar como, a partir da reunião de elementos simples, surge uma propriedade nova, que não estava presente em qualquer dos seus elementos. Para elucidá-

> Ilya Prigogine (1927-2003) graduou-se em Química na Universidade de Bruxelas. O tema principal de seus trabalhos científicos foi a compreensão do papel do tempo nas ciências físicas e na biologia, tendo contribuído significativamente para o entendimento de processos irreversíveis, particularmente em sistemas longe do equilíbrio. Recebeu inúmeros prêmios ao longo de sua carreira, entre eles o Prêmio Nobel de Química em 1977 por sua teoria das estruturas dissipativas.
>
> John Searle (1932-) iniciou sua graduação em Filosofia em Wiscosin, tendo terminado em Oxford. Trabalhou questões relacionadas aos atos de linguagem, mas seu trabalho mais significativo se situa no campo das ciências da cogingção, onde trabalha o tema da consciência. Atualmente, é professor de filosofia na Universidade de Berkeley.

lo, John Searle (1987) refere-se ao exemplo da água. A molécula de água é composta de dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio. No entanto, nem o hidrogênio nem o oxigênio possuem o caráter líquido, que só comparece a partir de uma certa reunião desses elementos, tal como ocorre na fórmula da molécula da água. Segundo Searle, a noção de emergência exige a adoção de uma concepção de causalidade distinta da linear. Na causalidade emergentista, causa e efeito não consistem em dois eventos sucessivos, mas em níveis distintos de descrição da realidade, um referido ao nível microscópico e o outro ao nível macroscópico e observável.

No caso da cognição, Searle considera que mente e cérebro não são duas substâncias distintas, como defendem as posições dualistas. Sua tese é de que a mente é uma propriedade emergente do cérebro, causada pelo comportamento dos seus elementos. A máquina não pode ser tomada como causa da mente, pois, segundo Searle, a mais importante característica da mente é a consciência. A consciência é definida pela presença de uma série de estados qualitativos (*qualia*), subjetivos e privados, como o cheiro de uma rosa, a percepção do céu azul ou a sensação de dor. Nesta direção, a posição de Searle é de que a sintaxe (nível das regras) não pode explicar a semântica (nível do sentido). Para defender esta tese, ele propôs o experimento de pensamento conhecido como o quarto chinês. Um sujeito que não conhece chinês é colocado num quarto onde existem caracteres do alfabeto chinês, bem como um manual de instruções contendo as regras de sua utilização, em linguagem materna. O argumento de Searle é de que ainda que o sujeito consiga formar frases utilizando o material de que dispõe, simulando para um observador externo que compreende o chinês, isto não significa que realmente saiba chinês. O experimento do quarto chinês é uma réplica ao teste de Turing e ao exemplo da montagem do quebra-cabeça (*puzzle*) que apresentamos acima. Nos termos de Searle, o domínio de regras não implica compreensão, e por isso não autoriza afirmar que houve um processo cognitivo pleno.

Dentre as abordagens da emergência, o conexionismo é um movimento ocorrido no interior da própria IA e tem como representantes James McClelland, David Rumelhart, Geoffrey Hinton e Paul Smolensky. O que caracteriza essa abordagem é uma crítica ao entendimento da cognição a partir do nível simbólico das representações. O conexionismo considera que a cognição funciona num nível sub-simbólico, que é composto por unidades simples que se conectam através de processamento paralelo e distribuído (PPD). Segundo os autores, tarefas simples como o reconhecimento de figuras não podem ser explicadas através de um modelo de causalidade linear, lógica e abstrata,

como defendia o cognitivismo computacional. Neste sentido, fica evidente que a crítica não incide sobre a utilização do modelo computacional, mas sobre um certo tipo de modelo, encarnado pelas máquinas de processamento linear. Nesta medida, os engenheiros conexionistas desenvolvem um modelo baseado em máquinas mais rápidas e inspiradas no funcionamento do cérebro. Este modelo ficou conhecido como modelo de redes neurais, cuja propriedade é a emergência de propriedades globais a partir de um conjunto de elementos simples e não inteligentes. Tais propriedades globais correspondem aos comportamentos cognitivos.

Além da recusa dos símbolos, o conexionismo nega a existência de regras lógicas, abstratas e invariantes, considerando que as ligações entre os elementos modificam-se ao longo da história do sistema. A regra proposta pelo fisiologista Donald Hebb (1904-1985) na década de 1940 servirá de referência para o entendimento da mudança gradual das ligações entre os elementos sub-simbólicos. Segundo a regra de Hebb, quando dois neurônios são ativados simultaneamente, a conexão entre eles tende a ser fortalecida; do contrário, ela é enfraquecida. A tônica incide sobre a reciprocidade das conexões, e não sobre sua linearidade. A regra de Hebb regula a mutação gradual e a dinâmica das ligações a partir de um estado inicial mais ou menos indiferenciado e arbitrário. Neste caso, a configuração das ligações é inseparável da aprendizagem, ou seja, das tarefas realizadas e das transformações das conexões que têm lugar no sistema ao longo de sua história. Henrique del Nero (1994) aponta o quanto o modelo das redes neurais constitui uma divergência em relação ao behaviorismo. Pelo fato de considerar uma rede de conexões que se interpõe entre o estímulo e a resposta, coloca em xeque a questão da previsibilidade do comportamento.

As divergências entre o cognitivismo computacional e o conexionismo são algumas vezes minimizadas, sendo as duas consideradas apenas abordagens complementares e correspondendo a níveis de explicação ou estados distintos da cognição. Uma outra maneira de ligar computação simbólica e emergência sub-simbólica é considerar que os símbolos são apenas a descrição de propriedades de um sistema distribuído subjacente. Esta é, de resto, a compreensão de Varela (s.d.), para quem o nível simbólico não deve ser entendido como restringindo os comportamentos possíveis do sistema cognitivo, mas sim como macrodescrições aproximativas de operações no nível sub-simbólico. A observação de Varela busca preservar a autonomia do nível sub-simbólico, que responde pelo aspecto de gênese da cognição, que foi evidenciado pelo conexionismo e desconsiderado pelo cognitivismo computacional. Na

perspectiva inclusiva defendida por Varela, preservam-se dois aspectos que caracterizam a abordagem da emergência. Em primeiro lugar, a idéia de que cada unidade funciona no seu ambiente local, destacando-se aí que o sistema não é acionado por um agente exterior. É a natureza configuracional do sistema que faz com que a cooperação global tenha uma emergência espontânea. Em segundo lugar, a idéia de que as regras são temporárias e destituídas de fundamento, apenas apoiadas nas conexões formadas ao longo da história do sistema, e não lógicas, invariantes e abstratas.

É importante sublinhar que o conexionismo critica o conceito de símbolo, mas mantém o de representação, redefinindo-o e propondo o conceito de representação distribuída. Segundo tal perspectiva, a representação não é formada a partir de objetos ou informações do mundo externo, mas sim pelas conexões que se estabelecem ao longo da história do sistema. Num balanço das contribuições do conexionismo, observamos que o ponto mais decisivo é o desenvolvimento da noção de rede de conexões que, em sintonia com os estudos desenvolvidos pelas neurociências, aponta o caráter acentrado e distribuído da cognição, retirando o sujeito do centro do processo de conhecimento. O conceito de representação distribuída é outro ponto a ser destacado. No entanto, segundo Varela, os engenheiros da IA trabalham com tarefas simples e predefinidas, limitando ainda a cognição a um processo de solução de problemas e mantendo o critério de otimização da cognição bem como o pressuposto de mundo dado e predefinido, típicos do realismo cognitivo que é característico desse modelo chamado de representacional.

No artigo "A dimensão filosófica do conexionismo" (1998) o filósofo Hubert Dreyfus procura avançar nessa discussão. Dreyfus ficou conhecido no âmbito das ciências cognitivas por ser um autor que desde sempre promoveu uma crítica radical à utilização do computador para o entendimento da mente humana. Desde o célebre *O que os computadores não podem fazer?* (1972), que já no título evidencia a preocupação com os limites do modelo computacional, sua posição tem sido de recusa intransigente do cognitivismo computacional. Inspirado nas idéias de Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, Hubert Dreyfus considera que o *background* em jogo nas atividades cognitivas cotidianas jamais poderia ser transformado em sintaxe, como pretende a IA. O background resiste à formalização não apenas pela enorme quantidade de experiências que possui, mas sobretudo porque ter uma regra não é o mesmo que saber aplicá-la. A aplicação de uma regra depende da avaliação de sua pertinência para a situação em questão, remetendo ainda ao valor que lhe é atribuído, em função das circunstâncias que marcaram sua aquisição,

e assim sucessivamente. Ao comentar o conexionismo, Dreyfus toma como exemplo a aprendizagem do jogador de xadrez e do motorista. No início do processo de aprendizagem, o sujeito recebe instruções gerais sobre como se conduzir, agindo através da mediação de regras e representações. Com o desenvolvimento do aprendizado, a conduta vai se tornando cada vez mais imediata e contextual, prescindindo de tal mediação. O caminho do aprendizado vai do abstrato e geral ao concreto e contextual. Dreyfus afirma que a explicação cognitivista dá conta apenas da cognição do iniciante, cuja conduta é guiada por regras, enquanto o conexionismo estaria muito melhor habilitado para o entendimento da aprendizagem da perícia. Segundo Dreyfus, a dimensão filosófica do conexionismo está pautada no reconhecimento de que a representação distribuída não mantém uma relação de correspondência com os elementos do mundo externo. O reconhecimento de um objeto envolve toda a rede de conexões sub-simbólicas, sem recorrer à medida da semelhança predeterminada de traços do mundo externo.

A teoria da autopoiese e abordagem da enação

A teoria da autopoiese foi criada por Humberto Maturana (1928) e Francisco Varela. No livro *Autopoiesis and Cognition* (1980), os dois biólogos chilenos apresentam sua primeira crítica sistemática à abordagem dominante da teoria da informação. No prefácio à reedição do livro, 20 anos depois de sua publicação original (Maturana e Varela, 1997), Maturana conta que foi levado a formular o conceito de autopoiese quando perguntado por um aluno sobre o que era um ser vivo. Relata que nessa ocasião não foi capaz de responder que o sistema vivo era um sistema de processamento de informação, pois não acreditava mais naquele que ainda era um modelo hegemônico na época. Pede um ano para pensar e, em parceria com seu aluno e doravante parceiro Francisco Varela, vem a formular aquela que ficou conhecida como a teoria da autopoiese. De acordo com essa abordagem, os sistemas vivos são definidos como sistemas autopoiéticos. Estes se definem como sistemas auto-produtivos, ou seja, que têm como característica produzirem-se a si mesmos enquanto funcionam. Eles se distinguem dos sistemas alopoiéticos, que produzem coisas distintas deles mesmos. O conceito de autopoiese encontra suas bases no conceito de auto-organização, formulado pela segunda geração da cibernética.

Denominados por Daniel Andler (1988) "rebeldes", Maturana e Varela são críticos severos do modelo da representação, que era até então hegemônico nas ciências cognitivas. Na versão concebida pela teoria da informação, o funcionamento cognitivo é explicado pelos *inputs* provenientes do mundo externo, que são processados linearmente por regras lógicas e saem sob a forma de *outputs*. O chamado "modelo do tubo" trabalha com o pressuposto de um mundo predefinido, de resto presente nas demais versões do realismo cognitivo. A esse modelo Maturana e Varela opõem o modelo da célula, que é um sistema fechado, dotado de uma membrana que o distingue do seu entorno. A noção de clausura operacional dá conta do mecanismo de funcionamento do sistema vivo. A ênfase dos autores incide sobre a emergência do sistema vivo a partir de uma rede de processos físico-químicos. Com o surgimento da membrana, organismo e meio são definidos de modo simultâneo, recíproco e indissociável. Entre organismo e meio a causalidade não é linear, mas circular.

O sistema vivo é um sistema cognitivo. Quando colocamos o problema – O que surge primeiro, o sistema cognitivo ou o mundo conhecido? – nos vemos diante de uma alternativa que Varela chama de posição da galinha ou posição do ovo. Na posição da galinha, consideramos que o mundo vem primeiro e a tarefa do sistema cognitivo é representá-lo de modo adequado. Na posição do ovo, entendemos que o sistema cognitivo cria o próprio mundo através de suas regras internas. No entanto, segundo Varela, trata-se de um problema mal colocado, pois galinha e ovo definem-se mutuamente e são correlativos. A alternativa proposta é uma via intermediária, onde sistema cognitivo e domínio cognitivo são co-engendrados num movimento de vaivém, através de um mecanismo de causalidade circular.

A fórmula proposta é: ser = conhecer = fazer. Em *A árvore do conhecimento* (1986), Maturana e Varela destacam o papel da ação, em lugar da representação, para o entendimento da atividade cognitiva. A ênfase na ação e em seu papel na construção do sujeito e do objeto do conhecimento aproxima a teoria da autopoiese do construtivismo de Jean Piaget. No entanto, o problema da lógica da ação, tão caro a Piaget, será substituído pelo problema do fluir da conduta (Kastrup, 1999). Neste sentido, cabe ressaltar a importância do conceito de BREAKDOWN, que procura dar conta do fato de que o ambiente perturba, mas não informa. O conceito de *breakdown* busca explicar a invenção de problemas, que até então ficara ausente da teorização cognitiva, que restava limitada à solução de problemas. Vale lembrar também que a noção de acoplamento estrutural, proposta

O BREAKDOWN é uma quebra de continuidade, uma rachadura no fluxo habitual da ação, e não é considerado apenas uma exceção, mas parte essencial do funcionamento cognitivo.

por Maturana e Varela, promove em relação ao conceito de adaptação uma crítica homóloga àquela já referida ao conceito de representação. A adaptação não é entendida como adequação da conduta a um mundo preexistente, mas acoplamento direto entre o sistema cognitivo e o domínio cognitivo, envolvendo composição, ou seja, transformação mútua e permanente do organismo e do ambiente. Não se trata de adaptar-se ao meio e sim de compor com o meio.

Desfeita a parceria com Maturana e após se radicar na França, Varela formula a abordagem da enação. No livro escrito em parceria com Evan Thompson e Eleanor Rosch que foi traduzido no Brasil com o título *A mente incorporada* (2003), dois aspectos serão enfatizados. O primeiro é a questão da corporificação do conhecimento. Para questionar a separação mente e corpo, tão cara ao cognitivismo computacional, Varela busca referências na obra de Merleau-Ponty. Seu interesse recai sobre as obras *A estrutura do comportamento* e *Fenomenologia da percepção* e principalmente sobre o conceito de corpo próprio. A cognição não está na cabeça, mas envolve todo o corpo.

A separação entre mente e corpo, tomados como duas substâncias distintas, é substituída pela noção de corpo cognitivo. Tal dicotomia deve ser superada, pois o conhecimento não é uma atividade puramente mental. Também não basta situar a base corporal do conhecimento no cérebro ou mesmo no sistema nervoso. Para Varela, há cognição mesmo onde não há neurônios, como atestam os estudos realizados sobre o sistema imunológico, que evidenciam um mecanismo de memória e reconhecimento. O corpo cognitivo é situado e configurado ao longo de sua história, constituindo-se ao mesmo tempo que seu domínio cognitivo e sendo dele inseparável. O segundo aspecto ressaltado é a dimensão de invenção de mundo que a cognição possui. Mais uma vez, agora de maneira ainda mais contundente, o pressuposto de um mundo dado é recusado. É esta idéia que se encontra presente no conceito de enação, que provém do inglês *enaction*, que significa interpretar, pôr um mundo, configurá-lo. Enfim, na abordagem da enação a ênfase recai sobre o mecanismo de co-engendramento, recíproco e indissociável, do si e do mundo. Cabe por fim ressaltar que além das referências filosóficas, abundam nesse livro as referências às tradições orientais, em especial ao Budismo Tibetano, do qual o próprio Varela foi um praticante declarado. A introdução do Budismo no cenário das ciências cognitivas causou polêmica, mas permaneceu

O Budismo Tibetano, ou Budismo Vajrayana, é o resultado do sincretismo da corrente tântrica do Budismo Mahayana com a religião local tibetana Bon. Esse sincretismo originou a instituição do Lamaísmo, exclusiva desta forma de Budismo. Ele incorporou os escritos e a influência tântrica de um período tardio (século VII d.C. e, por isso, sofreu grande influência da cultura indiana. Além disso, o Budismo Tibetano é, nas palavras de S. S., o XIV Dalai Lama, "a mais completa forma do budismo. Ele inclui todos os ensinamentos essenciais das várias tradições do Budismo que existem hoje em diversas partes do mundo". Ou seja, ele inclui ensinamentos dos três Giros da Roda do Darma: Hinayana, Mahayana e Vajrayana.

como uma constante até seus últimos trabalhos, acentuando ainda mais a transdisciplinaridade desse campo.

Um outro aspecto da abordagem da enação é a relevância conferida ao senso comum. Segundo Varela, a cognição não pode ser adequadamente compreendida sem a referência a ele, que é formado ao longo da história física e social do sistema cognitivo. Segundo o modelo do co-engendramento, o senso comum e o contexto são especificados através de uma causalidade circular. O senso comum não equivale a regras abstratas e o contexto não se confunde com um mundo absoluto e independente. A partir de tais colocações, Varela distingue dois tipos de representação: a representação em sentido forte e a representação em sentido fraco. A primeira caracteriza o chamado "modelo da representação" e é fundada em pressupostos ontológicos e epistemológicos. O pressuposto ontológico é que o mundo é predefinido e o pressuposto epistemológico é que a atividade cognitiva consiste em representações, nas quais se baseia a conduta. A segunda noção, a representação em sentido fraco, possui apenas um sentido pragmático, e diz respeito a uma interpretação ou a um certo modo de conhecer que resulta da experiência, sem que se recorra ao pressuposto de um mundo dado que lhe sirva de fundamento. Varela dirige sua crítica à representação em sentido forte, e não em sentido fraco. A manutenção da segunda justifica-se tendo em vista a consideração da invenção prévia das regularidades cognitivas, bem como sua abertura permanente a transformações subseqüentes. Em outras palavras, a representação em sentido fraco é uma certa solução de um problema que se encontra aberta a futuros *breakdowns*.

Os anos 1990: a década da consciência

Enquanto o surgimento das ciências cognitivas fez com que o estudo da mente retornasse ao cenário científico no início da segunda metade do século XX, nos últimos anos assiste-se à retomada da investigação da consciência. Pela quantidade de artigos e livros dedicados a esse tema, a década de 1990 é chamada de década da consciência. Entre o retomada da mente e a retomada da consciência, passa-se quase meio século. A retomada da consciência significa uma reconciliação entre a ciência e a experiência. O tema da experiência foi eclipsado pelo veto positivista, proferido por Augusto Comte no seu *Curso de Filosofia Positiva* (1972 [1851]). Para Comte, ou bem fazemos ciência ou bem estudamos a experiência, pois o estudo da realidade subjetiva é necessariamente carregado de subjetivismo. As críticas de Comte ao método da introspecção

tornaram-se célebres e produziram forte efeito sobre o campo da psicologia, o que pode ser evidenciado pela força assumida pelo behaviorismo durante quase quatro décadas (1920-1960). Num congresso realizado em Tucson em 1994, o jovem filósofo americano David Chalmers afirmou que a ciência da consciência era na atualidade o nosso o *hard problem* – o mais difícil e, ao mesmo tempo, mais urgente desafio.

Uma das tentativas de resenhar algumas das posições mais significativas nessa área foi empreendida por John Searle em seu livro *O mistério da consciência* (1998). Searle afirma que a questão da atualidade é transformar esse mistério em um problema passível de investigação rigorosa por parte de filósofos e cientistas. As abordagens da consciência apresentadas no livro de Searle formam um espectro variado de posições, muitas delas conflitantes. As teorias de Francis Crick, Gerald Edelman, Roger Penrose, Daniel Dennett, David Chalmers e Israel Rosenfield são comentadas numa ampla discussão, onde ganham destaque o problema mente-corpo e as recentes polêmicas acerca da distinção entre o dualismo de substância e de propriedades.

Deve ser acrescentada aqui a posição assumida por Francisco Varela que, embora ausente no livro de Searle, apresenta uma das contribuições mais inovadoras na contemporaneidade. A originalidade de sua abordagem reside em estudar a consciência tendo rompido com o modelo da representação, como vimos anteriormente. Nos anos 1990, Varela desenvolveu dois eixos de pesquisa distintos e complementares. O primeiro situa-se na área das neurociências e volta-se para o estudo do cérebro, através das recentes tecnologias de pesquisa. Cabe sublinhar que as técnicas de ressonância magnética produziram um grande avanço nessa área, por sua notável superioridade em relação ao antigo registro através do eletroencefalograma, pois permitiram a observação do funcionamento do cérebro diante de situações específicas e momentâneas. A pesquisa de Varela e sua equipe buscou investigar a dinâmica da atividade cerebral de um momento da experiência. Resultou daí a teoria da sincronização em larga escala, apresentada no artigo "The brainweb: phase synchronization and large-scale integration" ("A rede cerebral: sincronização de fase e integração em larga escala"), publicado na revista *Nature*. Segundo essa teoria, os neurônios possuem uma oscilação constante. Num certo momento, diversos pontos do cérebro passam a oscilar juntos, entrando em sincronia. O mecanismo revela a formação transitória de grupos síncronos, envolvendo não apenas neurônios em contigüidade espacial, mas também distantes e distribuídos de maneira ampla pelo cérebro. Essa sincronia surge e desaparece em seguida, revelando

uma dinâmica cerebral semelhante a ondas que emergem e se desfazem, sem que tal funcionamento tenha um centro de controle.

O segundo eixo de pesquisa é desenvolvido no campo filosófico-epistemológico e é dedicado ao estudo da experiência. Para o trabalho neste segundo eixo, Varela associou-se à filósofa Natalie Depraz e ao psicólogo Pierre Vermersch, ambos ligados à fenomenologia de Husserl. O recurso à fenomenologia deveu-se à sua contribuição ao estudo da experiência na filosofia ocidental. Vale lembrar que o domínio das ciências cognitivas na atualidade divide-se em duas vertentes: aquela cujos trabalhos apóiam-se na fenomenologia e aquela cuja referência filosófica é buscada na FILOSOFIA ANALÍTICA, como é o caso do cognitivismo computacional. É, portanto, com dois fenomenólogos que Varela veio a escrever seu derradeiro livro, publicado após sua morte precoce, com o título *On Becoming Aware* (*O devir consciente*, 2003). O tema do livro é o devir consciente. Este tem lugar quando algo que nos habitava de modo implícito, difuso e virtual vem a aparecer no campo da experiência de modo claro. Adotando uma posição nomeada de pragmática fenomenológica, os autores buscam o desenvolvimento de uma metodologia em primeira pessoa para sua investigação, ao contrário de autores como Crick e Dennett, cujas investigações acerca da consciência restam limitadas à metodologia de terceira pessoa. Como afirma Varela em seu artigo "O estudo científico da consciência" (2003), a necessidade do desenvolvimento das metodologias em primeira pessoa já havia sido sublinhada por Chalmers, sendo essencial para complementar o estudo da consciência realizado através de métodos em terceira pessoa pelas neurociências, o que evidencia que na obra de Varela qualquer tipo de reducionismo neurofisiológico encontra-se descartado. O reducionismo neurofisiológico consiste em reduzir o estudo científico da mente e mesmo da consciência a seus correlatos no sistema nervoso.

Dentro do pensamento contemporâneo, o que se costuma chamar de FILOSOFIA ANALÍTICA não é exatamente um movimento homogêneo, e sim um conjunto de tendências que colocam como tarefa básica da filosofia a análise da linguagem, de modo a encontrar elementos simples de relacionamento com o mundo. Neste movimento predominam as filosofias de língua inglesa, talvez por causa da presença, em seu início, de filósofos como Bertrand Russell e George Moore.

A metodologia proposta por Depraz, Varela e Vermersch é inspirada no método da redução fenomenológica apresentado por Husserl (Depraz, Varela e Vermersch, 2003). Na obra de Husserl, o método da redução consiste na colocação entre parênteses de todo juízo acerca do mundo. Os autores observam que embora essa colocação seja fundamental, Husserl não chegou a explicitar como ela se daria, nem tampouco atentou para as dificuldades que poderiam advir de sua implementação por parte de um agente. A partir

daí, procuram lançar as condições para transformá-la numa verdadeira metodologia, definindo três gestos procedurais: a suspensão, a redireção da atenção do exterior para o interior e a mudança da qualidade da atenção, da busca para o acolhimento da experiência (*letting-go*). Através desses três gestos, o objetivo é acessar um plano de vitualidade de si, onde a experiência não é de um sujeito, mas impessoal e pré-subjetiva.

No método da introspecção, sobretudo naquele proposto por Wundt e Titchener, o treino dos sujeitos experimentais visava à transformação da auto-observação em primeira pessoa em observação em terceira pessoa, sobretudo através da análise da experiência. No método da redução proposto por Depraz, Varela e Vermersch, o ato de voltar-se para si faz-se através do ato refletinte, que consiste num gesto de conhecimento de si sem reflexão. Sua prática também exige, como na introspecção clássica, um treino específico e disciplinado. Mas trata-se aí não do desenvolvimento de uma habilidade sensório-motora, mas antes de uma aprendizagem da atenção. A distinção não se dá pelo caráter treinado ao qual se oporia um suposto espontaneísmo. Há um aprendizado inelutável da atenção que ocorre no seio de uma tradição – seja ela o Budismo, a psicanálise, o ensino de filosofia ou o exercício da escrita – e que se faz através de exercícios reiterados em sessões sucessivas. A suspensão, a redireção e o *letting-go* são seguidos pela experiência da evidência intuitiva, que completa o ato do devir consciente. A preocupação dos autores é ainda promover o treino da descrição de tal experiência com vistas a transformá-la numa metodologia rigorosa de pesquisa.

Na investigação do devir consciente, o desafio é trazer ao cenário contemporâneo uma região até então inexplorada pela psicologia e pelas ciências cognitivas de modo geral. Fazendo do devir consciente um problema, Depraz, Varela e Vermersch apostam na necessidade da investigação daquilo que na cognição é mais um processo que um estado mental, dando mais um passo para o esclarecimento de um processo sem sujeito, que as ciências cognitivas evidenciaram desde seu surgimento. Para a psicologia, é mais um problema que força a pensar e que exigirá a busca de novas soluções teóricas e práticas em seu domínio de atuação.

Indicações estéticas e bibliográficas

a) Literatura:

Philip K. Dick. *Do Androids Dream of Electric Sheep?*
Ray Bradbury. *Crônicas marcianas.*
Isaac Asimov. *Eu, robô*.

b) Filmes:

Ridley Scott. *Blade runner.*
Stanley Kubrick. *2001, uma odisséa no espaço* (baseado no livro homônimo de Arthur Clarke).
Steven Spielberg. *Inteligência artificial.*

c) Artes plásticas:

Marinetti e o movimento futurista na arte contemporânea.

Muitas dessas obras são historicamente anteriores ao próprio surgimento das ciências cognitivas, estando ligadas a problemas e discussões intrínsecos ao campo do qual fazem parte: literatura, cinema, artes plásticas. No entanto, elas permanecem atuais e até hoje fazem pensar em questões pertinentes ao campo das ciências da cognição, como a questão das máquinas pensantes. De todo modo, podem constituir uma via de entendimento interessante e que complementa o estudo científico.

Nota

- Colaborou neste capítulo Gustavo Cruz Ferraz, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na redação das notas biográficas. Agradecemos também aos professores André do Eirado, Arthur Arruda Leal Ferreira e Paulo Ghiraldelli pela ajuda na composição das demais notas.

Referências

Andler, D. (1988) As ciências da cognição. In: Jean Hamburger (org.) *A filosofia das ciências hoje*. Lisboa: Fragmentos.

Beck, A. (1976) *Cognitive Therapy and Emotional Disorders*. Nova York: International University Press.

Broadbent, D. A mechanical model for human attention and memory. *Psychological Rewiew*, 64: 205-215.

Comte, A. (1972) Curso de Filosofia Positiva. In: Pessanha, J. A. (org.) *Os Pensadores*. São Paulo: Abril.

Del Nero, H. S. (1994) Do behaviorismo às redes neurais. In: Paulo Abrantes (org.) *Epistemologia e cognição*. Brasília: EdUNB.

Depraz, N. Varela, F., e Vermersch, P. (2003) *On Becoming Aware. Advances in Consciousness Research*, 43. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company.

Dreyfus, H. (1988) A dimensão filosófica do conexionismo. In: Daniel Andler (org.) *Introdução às ciências cognitivas*. São Leopoldo: UNISINOS.

Dupuy, J-P. (1996) *Nas origens das ciências cognitivas.* São Paulo: UNESP.

Ferreira, A. A. L. (1999) *A diferença que nos une: um estudo sobre o saber psicológico em sua dispersão.* Tese de doutorado: Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUCSP.

Figueiredo, L. C. (1991) *Matrizes do pensamento psicológico.* Petrópolis: Vozes.

___ (1995) *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética nas práticas e discursos psicológicos*. São Paulo: EDUC.

Fodor, J. (1983) *The Modularity of Mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Gardner, H. (1995) *A nova ciência da mente*. São Paulo: UNESP.

Kohler, W. (1927) *L'intelligence des singes supérieures*. Paris: Librairie Félix Alcan.

___ (1978) A inteligência dos antropóides. In: Arno Engelman (org.) *Kohler*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais).

Maturana, H. e Varela, F. (1997) *De máquinas e seres vivos. Autopoiese – a organização do vivo.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Maturana, H. e Varela, F. (1995) *A árvore do conhecimento*. Campinas: Editorial Psy.

McClelland, J., Rumelhart, D. E. e Hinton, G. E. (1987) Une nouvelle approche de la cognition: le connexionnisme. *Le Débat*, 47, 45-64.

Miller, G., Galanter, E. e Pribram, K. (1960) *Plans and Structure of Behavior*. Nova York: Holt: Rinchart and Winston, Inc.

Minsky, M. (1968) *The Society of Mind*. Nova York: Simon & Schuster.

Neisser, U. (1967) *Cognitive Psychology*. Nova York: Appleton.

Passos, E. (1994) Pós-naturalismo e ciência da subjetividade. *Cadernos de Subjetividade,* PUC-SP, 2, 67-78.

Penna, A. G. (1984) *Introdução à psicologia cognitiva*. São Paulo: EPU.

Pylyshyn, Z. (1986) *Computation and Cognition*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Searle, J. (1987) *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70.

___ (1998) *O mistério da consciência*. São Paulo: Paz e Terra.

Shannon, C. E. (1938) *A Symbolic Analysis of Relay and Switching Circuits*. Tese de doutorado: MIT. Publicado em Transations of the American Institute of Electrical Engineers 57, 1-11.

Turing, A. (1965 [1936]) On compuable numbers, whit an application to the Entscheidungs-problem. *Proc. London Math. Soc.*, s. 2, 42, 230-265. In: M. Davis (org.) *The Undecidable*. Nova York: Hewlett, Raven Press.

Varela, F., Thompson, E. e Rosch, E. (2003) *A mente incorporada*. Porto Alegre: Artmed.

Varela, F. (2003) O estudo científico da consciência. In: Daniel Goleman (org). *Como lidar com emoções destrutivas*. Rio de Janeiro: Campus.

Varela, F. Lachaux, J-P., Rodriguez, E. e Martinerie, J. (2001) The brainweb: phase synchronization and large-scale integration. *Nature Rewiews – Neuroscience* 2, april, 229-239.

Varela, F. (s.d.) *Conhecer. As ciências cognitivas: tendências e perspectivas.* Lisboa: Instituto Piaget.

Wiener, N. (1948) *Cybernetics*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Capítulo 14
As ciências cognitivas no Brasil

Adriana Benevides Soares

Os grupos de ciências cognitivas no Brasil se caracterizam por uma definição ampla do termo, não tendo todos uma preocupação formal com os aspectos representacionais e experimentais exigidos em uma perspectiva mais estrita do campo. Descreveremos aqui alguns poucos grupos considerados significativos e expressivos no desenvolvimento da área, seja pelo impacto de sua produção científica, seja pela divulgação e desenvolvimento de trabalhos multidisciplinares deste campo de pesquisa.

O primeiro grupo, intitulado Laboratório de Estudos Cognitivos do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 1973, tem desenvolvido e atuado basicamente em três temas. O primeiro, Ciência cognitiva aplicada, pesquisando aspectos da cognição tais como os lingüísticos, neurológicos, psicológicos e sociológicos; a inteligência natural e suas relações com a inteligência artificial e ainda suas aplicações e implicações no campo educacional. Este tema tem envolvido o estudo e o desenvolvimento de metodologias de ensino-aprendizagem para a educação geral e para a especial. O segundo, Ecologias cognitivas: produção de conhecimento, apre-ndizagem e cognição, abrange o estudo da aquisição, do processamento e da consolidação do conhecimento na interface com diferentes ecologias sociais/ institucionais tais como a escola, a clínica, as tecnologias da comunicação e da informação. Enfatiza os efeitos das novas tecnologias nos processos de cognição, subjetivação e sociabilidade. O terceiro, Processos cognitivos básicos e aplicações, tange a problemática da cognição dentro dos novos territórios e paisagens psicotecnosociais. Interessa-se por pensar a cognição como constituída e constituidora das transformações nas formas de pensar e também nas realidades psíquicas, sociais e institucionais com o advento de tecnologias intelectuais e, mais ultimamente, com os processos de digitalização

da informação. É um grupo que apresenta expressiva colaboração com a área de informática na educação e tecnologias educacionais.

O segundo grupo, caracterizado pela Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, foi criado em 1976 pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Realiza pesquisas sobre as relações entre *cultura e cognição*, *desenvolvimento cognitivo*, *linguagem*, *educação matemática e científica*, *lógica mental e argumentação*. Tem sido um grupo de pesquisa de grande repercussão para a psicologia cognitiva brasileira e tem em desenvolvimento projetos sobre os processos psicológicos, interpessoais e contextuais envolvidos na aquisição da linguagem, da leitura e da escrita; sobre práticas culturais e sua relação com a construção do significado; sobre o desenvolvimento da linguagem, do raciocínio lógico, matemático, científico e da argumentação informal em crianças, adolescentes e adultos; e ainda pesquisas que visam à compreensão da emergência e desenvolvimento de conceitos em domínios específicos da matemática e das ciências. Esse grupo tem também em desenvolvimento instrumentos didáticos e tecnológicos para uso educacional. Tem uma produção nacional e internacional das mais importantes na área da psicologia cognitiva e, já há alguns anos, mestrado e doutorado com a maior avaliação da CAPES.

O terceiro grupo, de "Auto-organização" (Grupo Interdisciplinar do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – CLE), fundado em 1986 na Unicamp, tem por objetivo realizar estudos sobre o *conceito de auto-organização* e as possibilidades de sua aplicação em algumas áreas específicas do conhecimento, buscando a identificação de fenômenos caracterizados como auto-organizados. Sendo assim, o grupo estuda o conceito de auto-organização e suas possibilidades de *aplicação na ciência cognitiva*, mais especificamente aquelas relacionadas aos estados e processos mentais; suas relações com os conceitos envolvidos na *ciência dos sistemas*, buscando a identificação de fenômenos caracterizados como auto-organizados nos diferentes tipos de sistemas dinâmicos; sua aplicação nas *ciências da vida*, principalmente aquelas relacionadas aos processos biológicos; e também sua aplicação no *estudo da criatividade*, identificando fenômenos auto-organizados no processo criativo. É um grupo essencialmente interdisciplinar fundamentado nas questões centrais da ciência cognitiva.

O quarto, o Grupo Acadêmico Estudos Cognitivos (GAEC), iniciou suas atividades em 1990, no Departamento de Filosofia da UNESP, tendo como objetivo central a pesquisa filosófico-interdisciplinar sobre a natureza dos processos cognitivos na perspectiva da ciência cognitiva dinâmica e da

filosofia da mente. Este são os principais temas de investigação do GAEC: o primeiro, que aborda a natureza da mente tratando da questão dos seus conteúdos e sua localidade à luz da filosofia da mente contemporânea e dos atuais estudos da cognição é *Externalismo versus internalismo*. Este tema dá especial ênfase à pesquisa acerca da natureza e do papel cognitivo supostamente desempenhado pelas representações mentais. O segundo, *Memória, auto-organização e identidade pessoal,* trata da natureza da memória e sua relação com o processo de formação de identidade pessoal a partir da teoria da auto-organização e da teoria sociocultural da memória, sendo esta perspectiva contrastada com a visão mecanicista da mente. O terceiro, *O processo de auto-organização na aquisição do conhecimento,* estuda a dinâmica dos processos que se organizam independentemente de um centro organizador ou de qualquer programa pré-estabelecido. Algumas aplicações dessa dinâmica são propostas no estudo do processo de aquisição do conhecimento comum e aos modelos de redes neurais. O exame dos conceitos de auto-organização, emergência, informação, hábito e crença, a partir da perspectiva filosófico-interdisciplinar, constituem o foco central das pesquisas desenvolvidas nesta área. O quarto, *O problema mente-corpo no paradigma conexionista*, estuda o problema mente-corpo na perspectiva cartesiana. Esta perspectiva é criticada a partir da concepção conexionista da ciência cognitiva dinâmica e da teoria sistêmica que caracterizam a mente como um produto emergente da interação entre o organismo e o meio ambiente. Esse grupo trabalha em estreita colaboração com o de Auto-organização da Unicamp. É também interdisciplinar e adota uma perspectiva teórica das ciências cognitivas.

O quinto grupo, fundado em 1992, reúne pesquisadores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realiza uma abordagem transdisciplinar da cognição, através de interfaces da psicologia com a filosofia, a biologia e a comunicação. O grupo trabalha com a definição da cognição como criação de si e do mundo, investigando processos cognitivos tais como os da aprendizagem, da linguagem e da atenção. Desenvolve também pesquisas de campo abordando a relação das tecnologias, da experiência com a arte, com a clínica, com as instituições, revelando assim a dimensão ética e política da cognição. Tem como linha de pesquisa a questão da *cognição e da subjetividade*. É um grupo de psicologia em interação com as ciências cognitivas.

O sexto grupo, intitulado Laboratório de Ciências Cognitivas da Universidade Estadual do Norte Fluminense, foi criado em 1996 e extinto em 2002. Criado pela autora deste capítulo em 1996, tinha como núcleo o

desenvolvimento de pesquisas multidisciplinares em colaboração com o GEAC e o CLE baseando-se principalmente no desenvolvimento de pesquisas sobre os processos representacionais mentais aplicados à matemática e à computação e também sobre a aquisição da linguagem. Desse laboratório inicial surgiu um novo grupo interdisciplinar que estuda e investiga aspectos da cognição e da linguagem. O mestrado, decorrente desse grupo, em *Cognição e Linguagem* hoje preocupa-se em desenvolver pesquisas que se caracterizam pelo estudo dos processos cognitivos, da filosofia da mente e das interações sociocognitivas.

Ainda para o desenvolvimento deste campo conta-se com o esforço de inúmeros pesquisadores de psicologia, filosofia, informática e outros que por razões diversas não constituem grupos de pesquisa em ciências cognitivas, mas que não são menos importantes para que este campo se torne ainda mais expressivo nos anos a vir.

Referência

Informações relevantes e atualizadas sobre estes grupos de pesquisa podem ser encontradas no site do CNPq http://dgp.cnpq.br/diretorioc

Capítulo 15
O funcionalismo europeu: Claparède e Piaget em Genebra, e as repercussões de suas idéias no Brasil

Regina Helena de Freitas Campos
Denise Maria Nepomuceno

O movimento funcionalista em psicologia é, em geral, caracterizado como uma proposta de interpretação dos fenômenos psicológicos tipicamente norte-americana, derivada do pragmatismo (cf. capítulo 7). Descrita como um protesto contra a psicologia da consciência defendida por Wundt, voltada para o estudo da estrutura da mente (cf. capítulo 5), a perspectiva funcionalista focaliza o funcionamento da mente e seu papel na adaptação do organismo ao ambiente. Assim, as funções mentais são tratadas como totalidades em ação, e busca-se explicá-las em termos de suas finalidades no processo de adaptação (Schultz e Schultz, 2000).

No entanto, o funcionalismo teve um desenvolvimento importante e original na Europa, através do trabalho iniciado em Genebra por Édouard Claparède (1873-1940), cuja continuidade resultou na obra imponente de Jean Piaget (1896-1980), considerado por muitos como o psicólogo mais importante do século XX. A interpretação genebrina caracteriza-se por uma abordagem dos fenômenos psicológicos do ponto de vista genético-funcional, ou seja, busca-se explicá-los a partir de sua gênese na história do sujeito psicológico, e de sua função no processo de adaptação. Diferentemente do funcionalismo norte-americano, que acabou por privilegiar os processos adaptativos em termos de comportamentos observáveis, a escola genebrina privilegiou o estudo da cognição humana, ou seja, da consciência e do próprio pensamento. Mais que isso, tanto Claparède como Piaget tratam a gênese dos processos cognitivos de um ponto de vista interacionista, isto é, como o resultado da construção progressiva de esquemas de adaptação ao ambiente na interação entre o sujeito e o meio. Assim, os dois rejeitam tanto a perspectiva inatista, que

atribui o desenvolvimento psicológico à maturação de estruturas geneticamente determinadas, quanto o ambientalismo próprio do behaviorismo, que atribui todo o desenvolvimento à aprendizagem por condicionamento. Na formulação da Escola de Genebra, a ênfase é colocada no processo de construção das estruturas psicológicas na interação entre o sujeito e o ambiente, tanto físico quanto social. Por isso, a interpretação interacionista é considerada uma alternativa sólida tanto à explicação inatista quanto à ambientalista, na medida em que introduz um terceiro elemento entre as estruturas herdadas e o impacto do ambiente: o indivíduo, com seu movimento espontâneo em direção ao conhecimento do mundo, construindo e reconstruindo progressivamente suas próprias estruturas de conhecimento.

Este capítulo descreve o desenvolvimento da abordagem genético-funcional proposta por Claparède e Piaget, e sua influência na evolução da psicologia no Brasil, ao longo do século XX.

A perspectiva genético-funcional na obra de Édouard Claparède

Édouard Claparède (1873-1940), médico e psicólogo suíço, é considerado pioneiro nos estudos de psicologia da criança. Estudioso dos processos psicológicos do ponto de vista funcional, publicou em 1909 uma de suas obras mais conhecidas, *Psicologia da criança e pedagogia experimental*. Juntamente com Pierre Bovet, fundou o Instituto Jean-Jacques Rousseau em 1912, orientado para a formação de educadores, para a realização de pesquisas nas áreas de psicologia e pedagogia, e para o incentivo às reformas educativas baseadas no movimento da Escola Nova (Éducation Nouvelle), que Claparède defendia desde 1899, quando foi co-fundador da Liga Internacional pela Educação Nova, em Genebra. Em 1924, o psicólogo colaborou na fundação da Escola Internacional de Genebra e, no ano seguinte, do Bureau Internacional de Educação, atualmente integrado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

> Claparède: formado em Medicina pela Universidade de Genebra, em 1897, fez estágio como neuropatologista no Hospital La Salpêtrière, em Paris, em 1897-1898. A partir de 1899, dirigiu o Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra, onde se tornou professor de psicologia a partir de 1915. Fundou em 1901, juntamente com Théodore Flournoy, a revista *Archives de Psychologie*, um dos primeiros periódicos em língua francesa dedicados à nova ciência psicológica, do qual foi editor até 1940.
>
> A obra *Psicologia da criança e pedagogia experimental* foi traduzida em 11 idiomas – romeno, espanhol, russo, turco, alemão, italiano, inglês, húngaro, polonês, tcheco e português –, conforme consta da 11ª edição, feita em Genebra em 1926 (Claparède, E. (1926) *Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale.* Genebra: Kundig).

A fundação do Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra, em 1912, tinha por finalidade precisamente promover não só a formação de educadores na perspectiva da educação funcional, como o próprio desenvolvimento da psicologia científica. Segundo Antipoff, Claparède pensava que "a escola deve ter por fim não tanto o ensino do que já se sabe, mas antes mostrar o que não se sabe ainda, por que não se sabe e o que se deve fazer para saber" (Claparède, citado por Antipoff, 1992 [1940]: 217).

O Instituto Rousseau tornou-se logo um dos principais centros de referência sobre o movimento da Escola Nova na Europa, envolvido na crítica à educação tradicional e na defesa de mudanças na educação que tornassem a escola mais humana e mais interessante para as crianças. Para Claparède e seus colaboradores no Instituto, era preciso operar uma verdadeira "REVOLUÇÃO COPERNICANA" na educação, tornando o educando o centro das atividades escolares. Na perspectiva do grupo genebrino, seria a própria atividade espontânea da criança que deveria guiar o educador, e por isso a abordagem que defendiam passou a se denominar "Escola Ativa" (Hameline, Jornod e Balkaïd, 1995). Além disso, associaram-se a Dewey na defesa de um papel mais importante da educação na formação do cidadão, e, após a Primeira Guerra Mundial, na promoção de atividades de educação para a paz (Campos, 2003), inspirando-se na "espírito de Genebra", cidade sede da Liga das Nações, onde se elaborava uma das mais belas utopias do século XX: a "esperança de que uma paz duradoura possa ser obtida graças à arbitragem internacional dos conflitos, ao desarmamento e à cooperação internacional nos campos político, econômico e intelectual" (Vidal, 1998: 101). O conhecimento da psicologia humana era central no projeto humanista e pacifista do Instituto, e Claparède será um dos principais estudiosos a propor o aprofundamento dos estudos psicológicos, especialmente do ponto de vista funcionalista.

A expressão REVOLUÇÃO COPERNICANA designa, para Claparède, a mudança que, na sua opinião, deveria ser empreendida pelos educadores de sua época. Assim como Copérnico havia revolucionado a visão dos astrônomos ao propor que a Terra é que gira em torno do Sol (e não o contrário, como se acreditava), também os educadores deveriam revolucionar a educação, modificando a direção do processo educativo. Em vez de organizar a educação tendo como centro o educador com seu saber, o centro deveria ser o educando, com sua curiosidade e desejo de aprender. Por isso, para Claparède, a psicologia seria a mais importante das ciências da educação, por fornecer ao educador as teorias e métodos de pesquisa que lhe permitiriam conhecer melhor seu aluno, condição necessária para a nova organização do processo de ensino e de aprendizagem.

A perspectiva funcional defendida por Claparède tinha origem nas lições de psicologia experimental aprendidas com Flournoy, no Laboratório de Psicologia da Universidade de Genebra, quando estudante de medicina. Foi nesse laboratório que Claparède conheceu William James, cuja teoria

da emoção Flournoy admirava e divulgava entre os alunos. Foi também a partir dessa experiência que o jovem estudante veio a se interessar por Alfred Binet (1857-1911)), e um pouco mais tarde por Karl Groos (1861-1946), que o fizeram

> trocar minha visão fisiológica e cerebral muito estreita dos fenômenos psicológicos por uma concepção biológica mais profunda e dinâmica, que me serviu de fio de Ariadne ao longo de meus trabalhos ulteriores. (Claparède, 1941 [1930]: 158)

Figura 1: ícone utilizado como símbolo do Instituto Jean-Jacques Rousseau, mostrando uma criança de pé ao lado de um adulto, que tem um livro na mão. A criança aponta para fora da janela, como a buscar ativamente conhecer a natureza através da experiência concreta. A altura semelhante das figuras sugere uma relação mais igualitária entre professor e aluno.

Na busca dessa explicação dinâmica e funcional para os fenômenos psicológicos, Claparède propôs a "lei do interesse momentâneo", segundo a qual o organismo tende, a cada instante, a seguir a linha de seu maior interesse. Para o autor, a concepção funcional consiste em

> abordar os fenômenos psíquicos do ponto de vista de seu papel, de sua função na vida, de seu lugar na conduta em um momento dado. Isto implica colocar a questão de sua utilidade. Depois de me perguntar para que serve o sono, examinei da mesma forma para que serve a infância, para que serve a inteligência, para que serve a vontade... (Claparède, 1941 [1930]: 162).

Esta pergunta "para que serve", isto é, a questão da utilidade de uma função psicológica no processo de adaptação do organismo ao ambiente, é a questão fundamental proposta pelos funcionalistas.

Embora reconhecendo o valor da psicologia experimental praticada nos primeiros laboratórios, como o de Wilhelm Wundt, na Alemanha, Claparède observa que o movimento da psicologia científica "parecia ter perdido de vista o indivíduo em seu conjunto, o indivíduo agente, a conduta humana", procurando determinar as estruturas dos processos psicológicos, e não seu dinamismo (Claparède, 1940: 22-23). A psicologia funcional, por sua vez, cuja origem estaria no trabalho de William James, na América do Norte, é que estaria apta a captar o dinamismo das condutas, podendo ser definida conforme segue:

> a psicologia funcional não é mais que a aplicação à psicologia, por um lado, do ponto de vista biológico, e por outro do ponto de vista pragmatista, segundo o qual, antes de mais nada, é a ação que importa: não vivemos para pensar, pensamos para viver. (Claparède, 1940: 23)

Dewey também teria contribuído para estabelecer o ponto de vista funcional em psicologia com seu famoso artigo sobre o arco reflexo, em que aborda o objeto da psicologia como a "função", definida como a síntese entre sensação e reação constituída como um ato adaptativo. Na Europa, Claparède identifica elementos da psicologia funcional nas obras de Karl Groos, na Alemanha, e de Sigmund Freud (1856-1939), na Áustria. Em Groos, o ponto de vista funcional se manifesta na explicação do jogo como uma espécie de pré-exercício, destinado a desenvolver as funções necessárias ao desenvolvimento. Em Freud, Claparède considera as concepções dinâmicas da vida mental, especialmente os mecanismos de defesa, como expressões de uma perspectiva funcional. Mas é em Genebra, no trabalho de Théodore Flournoy (1854-1920), e no seu próprio, que Claparède identifica com mais precisão a perspectiva funcional em psicologia, centrada no estudo da utilidade das funções para a adaptação. A partir dessa questão, colocam-se outras que, para Claparède, completam o ponto de vista funcional: questões sobre as origens dos processos psicológicos, de sua gênese no desenvolvimento do indivíduo.

Claparède buscou exprimir esse ponto de vista dinâmico, genético-funcional, através de um conjunto de leis que regularia toda a conduta humana. Essas leis descrevem o processo de auto-regulação, próprio dos organismos vivos, pois

> todo organismo vivo é um sistema que tende a conservar-se intacto. Desde que se lhe rompa o equilíbrio interior (físico-químico), desde que comece a desagregar-se, ele efetua os atos necessários à sua reconstrução. É o que os biologistas chamam de auto-regulação. Pode-se pois definir a vida como o perpétuo reajustamento de um equilíbrio perpetuamente rompido. Toda reação, todo comportamento, tem sempre por função a manutenção, a preservação ou a restauração da integridade do organismo. (Claparède, 1940: 55)

A ruptura do equilíbrio de um organismo provocaria o surgimento de uma "necessidade", ou seja, de uma falta. Mas o próprio surgimento da necessidade, que se confunde com a sensação da falta, teria a propriedade, segundo Claparède, de provocar no organismo as reações próprias a satisfazê-la, buscando recuperar o equilíbrio temporariamente perdido. Esta seria a

dinâmica que manteria o organismo em seu movimento vital, sempre ativo em busca da satisfação de suas necessidades.

A coordenação entre a necessidade e as reações próprias a satisfazê-la é enunciada por Claparède na forma de uma lei, a primeira das leis da conduta: "toda necessidade tende a provocar as reações próprias a satisfazê-la". Esta lei tem por corolário a afirmação de que "a atividade é sempre suscitada por uma necessidade". A necessidade seria, portanto, uma motivação intrínseca, provocando ações aparentemente espontâneas, sem a necessidade de um excitante externo. Para Claparède, a presença da motivação intrínseca demonstra que não basta o estímulo externo para provocar a ação: ao contrário, sem essa motivação o indivíduo não é sequer estimulado pelo excitante externo.

Essa tensão provocada pela presença de uma necessidade, que desencadeia o desequilíbrio, é sentida pelo indivíduo, interiormente, como tensão afetiva. Essa tensão afetiva, sentida como uma inquietação, é que desencadearia as ações tendendo à busca do restabelecimento do equilíbrio perdido. É nesse ponto que intervém a utilidade da atividade mental, do próprio pensamento como processo de adaptação: é justamente essa atividade mental, simbólica, que permite ao indivíduo prever a ruptura do equilíbrio, perceber os sinais que anunciam acontecimentos que podem vir a romper o equilíbrio, desencadeando as ações que visam prevenir essa ruptura antes mesmo que ela ocorra.

Por outro lado, Claparède reconhece que nem toda necessidade provoca a atividade mental. Há necessidades puramente orgânicas, cuja satisfação não desencadeia processos de pensamento mais complexos. Ao contrário, esses processos só intervêm quando a satisfação da necessidade demanda um esforço maior do indivíduo, uma busca ativa de solução para o problema. Esta afirmação está expressa na segunda lei proposta por Claparède para a explicação psicológica: a lei da extensão da vida mental. Esta lei exprime-se nos seguintes termos:

> O desenvolvimento da vida mental é proporcional à diferença existente entre as necessidades e os meios de satisfazê-las. Se a diferença é nula (respiração, reflexos pupilares, tosse, espirro, secreções etc.), nenhuma atividade mental. Se é muito grande (fome, que suscita a invenção de todos os instrumentos de caça e pesca, dos necessários à agricultura etc.), atividade mental muito extensa. (Claparède, 1940: 67)

A lei da extensão da vida mental tem como corolário a lei da tomada de consciência: quanto menos familiar o problema a resolver, mais cedo o

indivíduo toma consciência dele e busca resolvê-lo com o auxílio da consciência. O reverso desse corolário afirma, evidentemente, que quanto mais familiar o problema, quanto mais sua solução apelar para automatismos já adquiridos, menor será o apelo à consciência. Esse modelo foi também desenvolvido pelos funcionalistas norte-americanos.

Por fim, Claparède formula a *lei do interesse*, e é neste ponto que sua definição da conduta se torna verdadeiramente finalista. Para ele, embora as condutas sejam sempre suscitadas por necessidades, essas necessidades devem ser traduzidas, no nível psicológico, por um fim a atingir, por um interesse. Assim, pode-se afirmar que a conduta é movida não por uma necessidade, mas por um interesse, que é a expressão psicológica da necessidade. Claparède explica a natureza psicológica do interesse da seguinte forma:

> A palavra "interesse" exprime uma relação de conveniência entre o indivíduo e o objeto que lhe importa num dado momento. O interesse não é, pois, evidentemente, uma qualidade objetiva das coisas, que só se tornam interessantes na medida em que se relacionam a uma necessidade, na medida em que são capazes de determinar a conduta no sentido que importa ao indivíduo. (Claparède, 1940: 75)

É a partir desse raciocínio que Claparède termina por afirmar que "o interesse é o princípio fundamental da atividade mental" (Claparède, 1940: 76). O interesse seria, assim, o elemento próprio ao indivíduo, a dimensão psicológica que realmente suscita a atividade mental. Esta idéia, que coloca o indivíduo como o agente de sua própria atividade, como o elo de ligação entre a natureza que o constitui e o ambiente que o estimula a agir, é a principal contribuição de Claparède ao debate sobre a psicologia funcional. E é precisamente esta idéia que está no ponto de partida da proposta teórica de Jean Piaget, conforme se verá a seguir.

A perspectiva genético-funcional na obra de Jean Piaget

Jean Piaget (1896-1980) nasceu em Neuchâtel, na Suíça. Doutorou-se em Ciências Naturais em 1918, na Universidade de Neuchâtel, e em seguida estudou psicanálise em Zurique, com Eugen Bleuler (1857-1939) e Carl Gustav Jung (1875-1961), e psicologia em Paris, com Pierre Janet (1859-1947), Georges Dumas (1866-1946) e Henri Piéron (1881-1964). Durante a estada em Paris, a convite de Théodore Simon (1873-1961), participou do trabalho de padronização do teste de raciocínio de Cyril Burt (1883-1971) no

Laboratório de Psicologia da Sorbonne. Nesse trabalho, iniciou a pesquisa sobre as diferenças de raciocínio entre crianças e adultos, examinando a maneira como as crianças resolviam as questões do teste através de entrevistas clínicas, nas quais era focalizado o processo de pensamento da criança, e não apenas o resultado de seu raciocínio. Foi assim que Piaget inventou o método clínico, baseado na associação livre utilizada pela psicanálise. O método clínico consiste em uma conversa livre sobre um tema proposto pelo entrevistador, na qual se solicita à criança que resolva um problema e em seguida justifique sua resposta.

Voltando à Suíça em 1921, Piaget tornou-se o principal colaborador de Claparède no Instituto Jean-Jacques Rousseau, e estabeleceu um programa de pesquisa sobre o pensamento infantil que resultou na publicação de suas primeiras obras: *A linguagem e o pensamento na criança* (1923), *O juízo e o raciocínio na criança* (1924), *A representação do mundo na criança* (1926), *A causalidade física na criança* (1927) e *O julgamento moral na criança* (1932). Nessa primeira fase de sua obra, o autor dedicou-se a explorar as formas específicas da mentalidade infantil dos 2 aos 8 anos de idade, principalmente as manifestações do egocentrismo e da lógica pré-operatória. Nesse período inicial, Piaget tinha por objetivo demonstrar empiricamente que o pensamento da criança diferia do pensamento do adulto, e descrever essas diferenças, através da análise das respostas das crianças a suas questões. Visava ainda demonstrar que as formas de compreensão do mundo desenvolvidas pelas crianças eram o resultado de uma construção progressiva, engendrada pela atividade do sujeito guiado por seu interesse, baseando-se na perspectiva evolutiva proposta por Claparède.

Em 1936, com a publicação da obra *O nascimento da inteligência na criança*, Piaget propõe a teoria do desenvolvimento da inteligência que viria a ser conhecida como epistemologia genética. Reportando-se ainda a Claparède, Piaget critica tanto a concepção inatista, que considera a inteligência como uma faculdade inata, quanto o associacionismo, para o qual a inteligência é um jogo de associações adquiridas. Claparède havia definido a inteligência como "um instrumento de adaptação, que entra em jogo quando falham os outros instrumentos de adaptação, que são o instinto e o hábito" (Claparède, 1958: 103). Utilizando as evidências empíricas obtidas na observação de seus próprios filhos quando bebês – Jacqueline, Lucienne e Laurent –, Piaget busca demonstrar, em primeiro lugar, que a inteligência é constituída de um conjunto

Figura 2: Jean Piaget, por volta de 1930, com a esposa e os três filhos, Jacqueline, Lucienne e Laurent, cujo desenvolvimento intelectual ele estudou extensamente, através de observações e entrevistas clínicas.

de esquemas de conhecimento do real progressivamente construídos a partir da atividade do sujeito sobre o ambiente. Nesse processo de construção, intervêm os invariantes funcionais, isto é, os processos de assimilação, acomodação e equilibração, presentes em todos os processos vitais. Assim, cada novo objeto a ser conhecido pelo sujeito é primeiro assimilado, isto é, o sujeito aplica nele os esquemas já adquiridos anteriormente. Ao sentir a resistência do objeto, o sujeito acomoda os esquemas anteriores, isto é, adapta-os às características do novo objeto. Esse processo resulta em uma nova equilibração, ou seja, o novo esquema, construído na relação sujeito-objeto, é então incorporado à estrutura anterior do sujeito. Nessa obra, o autor descreve o funcionamento dos processos de assimilação, acomodação e equilibração na construção da inteligência *sensório-motora*, característica da relação do sujeito com o mundo a conhecer no primeiro período de seu desenvolvimento, anterior ao domínio da linguagem. A partir de então, nas obras posteriores, Piaget dedica-se a demonstrar a construção das estruturas lógicas que vão permitir ao sujeito conhecer o mundo de forma cada vez mais objetiva. A construção progressiva dessas estruturas depende, sem dúvida, de algumas poucas propriedades inatas do indivíduo (alguns reflexos), e também da contribuição do ambiente. Mas entre esses dois conjuntos de fatores, Piaget introduz sempre o *sujeito ativo*, cuja tendência básica é avançar na busca do seu equilíbrio cognitivo através da ação sobre os objetos e da reflexão sobre a ação. Esse avanço, por sua vez, passa por etapas que Piaget descreveu com precisão: a partir da construção dos esquemas sensório-motores, a criança passa por um período em que predomina o pensamento egocêntrico, pré-lógico, no qual se constrói progressivamente o equilíbrio entre o sujeito, o outro e os objetos. A seguir, com a aquisição das primeiras estruturas operatórias e da lógica dos agrupamentos, predomina o pensamento operatório concreto, no qual a presença ou a representação do objeto concreto são necessárias para a construção do conhecimento. Mais tarde, a partir da adolescência, o sujeito se liberta dos objetos concretos e passa a raciocinar também por dedução, a partir das estruturas operatório-formais. O quadro 1 resume a concepção de Piaget sobre o desenvolvimento da cognição.

Quadro 1 – O desenvolvimento cognitivo e socioafetivo segundo Piaget – a revolução copernicana em miniatura

Estágios	Características	Esquemas	Vida afetiva
Inteligência sensório-motora	Inteligência prática, manifesta em ações	Esquemas de ação, "conceitos" sensório-motores, início da construção das categorias de objeto, espaço, tempo e causalidade	Da indiferenciação eu-mundo exterior ao reconhecimento de objetos e pessoas, sentimentos derivados da ação.
Inteligência pré-operatória	Pensamento intuitivo, presença do animismo e do artificialismo no raciocínio, egocentrismo	Indiferenciação entre o ponto de vista próprio e o dos outros, rigidez e irreversibilidade do pensamento	Interesse como prolongamento da necessidade, sentimentos de respeito (afeição + temor) pelos mais velhos, obediência, moral heterônoma
Inteligência operatório-concreta	Passagem da intuição à lógica do concreto, início da descentração	Aquisição da capacidade de perceber a reversibilidade das operações, explicações causais, noções de permanência de substância, peso e volume	Sentimentos de respeito mútuo e de justiça (distributiva e retributiva), moral da cooperação (correlata à lógica da reversibilidade), aparecimento da vontade como regulação da ação
Inteligência operatório-formal	Acesso à lógica operatória abstrata, descentração se completa	Pensamento proposicional e hipotético-dedutivo, esquemas formais de lógica combinatória e de proporções	Construção da autonomia

Essa teoria foi posteriormente reafirmada e mais bem desenvolvida por Piaget nas obras *Psicologia da inteligência* (Piaget, 1947-1967) e *Introdução à epistemologia genética* (Piaget, 1950). Essa abordagem do desenvolvimento cognitivo é então batizada de epistemologia genética, por se tratar de uma teoria do conhecimento humano (epistemologia) que traça a sua gênese e evolução a partir dos processos de assimilação, acomodação e equilibração, na forma de uma espiral em que cada nova aquisição incorpora e modifica as anteriores, dando lugar às equilibrações majorantes, que ocorrem quando há transformações estruturais que modificam radicalmente as concepções existentes.

Durante todo o percurso de sua obra, Piaget revela-se um apaixonado pela lógica, que ele considera um prolongamento das estruturas biológicas, tendendo à construção cada vez mais aperfeiçoada do equilíbrio entre o sujeito e o ambiente. Em 1942, em uma série de conferências pronunciadas no Collège de France, em Paris, ele afirma:

> Toda explicação psicológica acaba mais cedo ou mais tarde por apoiar-se na biologia ou na lógica (ou sobre a sociologia, mas esta também encontra-se diante da mesma alternativa). Para alguns, os fenômenos mentais não se tornam inteligíveis se não estiverem ligados ao organismo. […] Mas a neurologia não pode jamais explicar por que 2 e 2 são 4, ou por que

> as leis da dedução se impõem ao espírito. [...] É portanto dessa dupla natureza, biológica e lógica, da inteligência que devemos partir. (Piaget, 1998: 11-12)

Mais à frente, no mesmo texto, o autor completa:

> Que a lógica seja o espelho do pensamento, e não o inverso, este é o ponto de vista ao qual fomos conduzidos pelo estudo da formação das operações na criança. [...] Isto significa dizer que a lógica é uma axiomática da razão, sendo a psicologia da inteligência a ciência experimental correspondente. (Piaget, 1998: 43)

O desenvolvimento da lógica, por sua vez, tendo origem nos processos sensório-motores, decorre do próprio processo de socialização do indivíduo. Desde o nascimento, reconhece Piaget, o indivíduo está imerso em um meio social, que lhe propõe problemas, tal qual o meio físico. Ao mesmo tempo, a sociedade fornece ao indivíduo um "sistema de signos já construído", modificando-lhe sem cessar o pensamento, propondo-lhe valores e uma seqüência infinita de obrigações. Assim, para o autor,

> É portanto evidente que a vida social transforma a inteligência através do triplo intermediário da linguagem (signos), do conteúdo das trocas (valores intelectuais) e de regras impostas ao pensamento (normas coletivas lógicas ou pré-lógicas). (Piaget, 1998: 209)

Desta maneira Piaget submete a análise do desenvolvimento social do indivíduo à mesma perspectiva genético-funcional utilizada na análise do desenvolvimento da razão. Durante o período sensório-motor, a criança é objeto de múltiplas influências sociais, proporcionadas pelos adultos que a nutrem, acariciam, protegem, desafiam. Mas, do ponto de vista do bebê, não se pode ainda falar em distinção entre meio físico e meio social. Já na fase posterior ao aparecimento da linguagem, com o acesso ao pensamento simbólico e intuitivo, as relações sociais se destacam, transformando o pensamento do indivíduo. Ao mesmo tempo que se lhe impõe todo o sistema conceitual que constitui a linguagem social, a criança deve reconstruí-lo em seu pensamento,

O conceito de EGOCENTRISMO, para Piaget, designa a tendência do sujeito a centrar-se sobre a sua própria atividade, sobre seus próprios interesses, sobre a percepção subjetiva da coisas, por oposição à *descentração* da ação e do pensamento que ocorre quando há alternância de *centrações* sobre a atividade própria e sobre seus efeitos no ambiente, conduzindo progressivamente à conquista da objetividade e à coordenação dos pontos de vista do eu e do outro. O ponto de vista egocêntrico (= centrado no eu) traduz-se em uma indiferenciação entre o eu e o mundo exterior, expressa nas formas de pensamento intuitivo que encontramos nas crianças na fase pré-operatória: o *animismo* (acreditar que os objetos inanimados têm intenções, como os seres humanos), o *artificialismo* (acreditar que todas as coisas são fabricadas pelos seres humanos) ou o *realismo* (tomar a própria perspectiva como absoluta, negando a relatividade dos pontos de vista) (cf. Montangero e Maurice-Naville, 1998).

O conceito de IRREVERSIBILIDADE, para Piaget, designa a característica do pensamento pré-lógico (ou pré-operatório) que se traduz na impossibilidade de perceber o inverso de uma operação realizada, assim como o conceito de *reversibilidade* designa a característica do pensamento lógico que se traduz na capacidade de perceber que toda ação (ou operação) pode ser realizada no sentido inverso, em pensamento: "do ponto de vista da forma lógica, todo sistema de operações implica a existência de operações inversas, suscetíveis de tornar toda construção reversível: à adição, por exemplo, corresponde a subtração, etc." (Piaget, citado por Montangero, 1998: 225).

que é, nesse período, dominado pelo EGOCENTRISMO e pela IRREVERSIBILIDADE (período pré-operatório). Assim, do ponto de vista da criança, as relações sociais são deformadas, pois que centradas em seu próprio ponto de vista. A criança aceita o ponto de vista do outro como se fosse seu, mas sem ainda ter acesso ao raciocínio que regula o pensamento e ação do outro. A normatividade é pois HETERÔNOMA: aceita-se o ponto de vista do outro por respeito unilateral, e não ainda por coordenação de pontos de vista. Somente após a aquisição das noções de CONSERVAÇÃO e de reversibilidade, necessárias à lógica operatória, é que a criança pode propriamente cooperar com o outro, e portanto coordenar seu ponto de vista com o do outro, alcançando assim a possibilidade da relação social regulada pelo respeito mútuo. Do ponto de vista moral, é nesse ponto que Piaget reconhece a dinâmica da autonomia.

No estudo do juízo moral, Piaget destaca os dois tipos de julgamento: o primeiro, HETERÔNOMO (sujeição à autoridade do outro ou a uma lei exterior), expressa o respeito unilateral à opinião do outro, resultante de uma relação de coação (a criança adota o ponto de vista do adulto, por exemplo, por temor ou respeito aos mais velhos); o segundo, *autônomo* (capacidade da razão de estabelecer por si mesma leis morais), expressa a capacidade de julgamento consciente do sujeito, baseada em uma percepção própria do bem objetivo, calcada em relações de respeito mútuo e de cooperação entre iguais.

Na linguagem piagetiana, o conceito de CONSERVAÇÃO designa a capacidade do sujeito de destacar as características invariantes dos objetos através das transformações pelas quais ele passa. O exemplo clássico é o famoso experimento da conservação de líquido: a água de um copo pequeno e largo é transferida para um copo longo e fino, diante do sujeito. O sujeito que possui o esquema da conservação percebe que a quantidade de líquido permanece a mesma, apesar das transformações na forma dos recipientes. Assim, a conservação remete a um esquema de assimilação, isto é, a uma estrutura que permite ao sujeito operar com a constância e as transformações. São esses esquemas que nos permitem considerar que os objetos são os mesmos, quando vistos por ângulos diferentes. A conservação é correlata da *descentração* progressiva do pensamento operada ao longo do desenvolvimento.

Ao descrever o processo de socialização da inteligência do indivíduo, pressionado pelo intercâmbio com o meio ambiente social, Piaget se coloca a questão de saber se é a vida social que engendra a evolução das estruturas operatórias ou se, pelo contrário, é o avanço da lógica que permite ao sujeito interagir com o outro. As observações empíricas evidenciam que a passagem do pensamento intuitivo à lógica operatória processa-se ao mesmo tempo que a descentração do sujeito de seu próprio ponto de vista, tendendo à capacidade de compreender cada vez mais ampla e objetivamente o ponto de vista do outro, e a coordenar os múltiplos pontos de vista com os quais se depara. Se, no período dominado pelo egocentrismo, a criança é inconsciente de sua própria subjetividade, progressivamente, sob a pressão do outro, a criança torna-se consciente da diferença entre o seu ponto de vista e o do outro, tornando-se apta a cooperar:

> À medida que as intuições se articulam e acabam por se agrupar operatoriamente, a criança se torna cada vez mais apta à cooperação, relação social

> distinta da obrigação na medida em que supõe uma reciprocidade entre indivíduos sabendo diferenciar seus pontos de vista. Na ordem da inteligência, a cooperação é assim a discussão levada objetivamente (de onde parte essa discussão interiorizada que constitui a reflexão), a colaboração no trabalho, a troca de idéias, o controle mútuo (fonte da necessidade de verificação e de demonstração) etc. (Piaget, 1998: 217)

Nessa ordem de idéias é que Piaget afirma que a lógica seria uma "moral do pensamento, imposta e sancionada pelos outros", conforme a explicação a seguir:

> A obrigação de não se contradizer não é simplesmente uma necessidade condicional (um "imperativo hipotético"), para aquele que deseja obedecer às exigências das regras do jogo operatório: ela é também um imperativo moral ("categórico"), exigido tanto pelo intercâmbio intelectual quanto pela cooperação. (Piaget, 1998: 218)

Com efeito, para Piaget a cooperação constitui o sistema de operações efetuadas em comum, sendo portanto um conjunto de cooperações. Ela corresponde, no nível interindividual, ao mesmo processo que permite a realização das operações de agrupamento, no nível lógico, decorrendo também ela das operações de conservação e de reversibilidade que desencadeiam o pensamento racional. Para o autor, a atividade operatória interiorizada e a cooperação interindividual constituem as duas faces de uma mesma moeda, nos níveis subjetivo e objetivo, constituindo, em última análise, as aproximações possíveis de uma equilibração continuamente buscada pelo sujeito na sua relação com o meio tanto físico quanto social.

É essa compreensão dos processos de construção do pensamento lógico que Piaget desenvolve, a partir dos anos 1940, na direção de uma equipe de pesquisadores no Instituto Jean-Jacques Rousseau dedicados à pesquisa sobre a evolução do pensamento operatório na criança e no adolescente, tendo como principal colaboradora a psicóloga Barbel Inhelder (1913-1997). Em 1955, com o apoio da Fundação Rockefeller, o pesquisador cria em Genebra o Centro Internacional de Epistemologia Genética, com o objetivo de estudar os problemas da teoria do conhecimento (epistemologia) a partir dos resultados experimentais obtidos na pesquisa psicológica, confrontando-os com as reflexões teóricas de pesquisadores de diversas disciplinas, como a lógica, a biologia, a cibernética, a física, entre outras.

É nessa época, a partir dos anos 1950, que a obra de Piaget é conhecida mais extensamente nos Estados Unidos, sendo logo traduzida em 24 idiomas. Ele se torna assim, ao longo da segunda metade do século XX, a principal

referência internacional na área da psicologia do desenvolvimento intelectual da criança e da psicologia da educação.

Ao mesmo tempo, desde 1929 Piaget dirige, em Genebra, o Bureau Internacional de Educação, organismo criado pelo pessoal do Instituto Rousseau e vinculado à Sociedade das Nações, destinado a se tornar um centro de referência internacional sobre a educação. Durante os anos 1930, quando crescem as pressões na Europa que irão desencadear a Segunda Guerra Mundial, o BIE promove campanhas importantes de promoção da educação para a paz. Após um período de retraimento em função da guerra, o Bureau retoma as atividades em 1948, já vinculado à Unesco, e prossegue nas iniciativas visando à democratização e ao desenvolvimento da educação em diversos países. O trabalho de Piaget no Bureau será lembrado pela ênfase no respeito aos direitos da criança, sobretudo o direito à educação, e na pesquisa sobre a situação da educação básica no mundo.

Repercussões das obras de Claparède e Piaget no Brasil

A perspectiva genético-funcional proposta por Claparède e Piaget exerceu profunda influência sobre a psicologia brasileira, sobretudo nas áreas da psicologia do desenvolvimento e da psicologia da educação, em cursos de formação de educadores e, a partir dos anos 1950, em cursos de formação de psicólogos.

A divulgação das obras dos dois autores entre nós teve início no final dos anos 1920, no contexto do movimento da Escola Nova, constituindo referência importante para os pioneiros escolanovistas que visavam contribuir para a renovação educacional com base em conhecimentos da psicologia da criança e da evolução dos processos cognitivos.

Entre esses pioneiros, destaca-se a figura de Helena Antipoff (1892-1974), que veio para o Brasil em 1929 para dirigir o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Minas Gerais e lecionar psicologia para os educadores que iriam empreender a reforma do ensino no Estado, iniciada em 1928. Aluna e assistente de Claparède e colega de Piaget no Instituto Rousseau, Antipoff recorria à teoria funcional no ensino de psicologia para educadores e nas pesquisas realizadas no laboratório (Campos e Lourenço, 2001).

As pesquisas realizadas pelo laboratório sobre o desenvolvimento mental das crianças em idade escolar tinham por objetivo subsidiar a introdução dos testes de medida da inteligência nas escolas primárias locais. Observando então

as grandes diferenças nos resultados de crianças de diferentes meios sociais, Antipoff propôs o conceito de inteligência civilizada para descrever a função registrada pelos testes, definindo-a como "a natureza mental do individuo polida pela ação da sociedade em que vive e desenvolvendo-se em função da experiência que adquire com o tempo" (Antipoff, 1931). A partir dessa compreensão funcional da inteligência, Antipoff sugeriu às escolas a adoção de programas de "ortopedia mental", visando equalizar as oportunidades para as crianças de baixa renda que não obtinham resultados satisfatórios. Introduziu também a denominação "excepcional" para designar os indivíduos cujos resultados nos testes se afastavam da zona de normalidade. A definição de "excepcional" adotada por Antipoff é nitidamente funcionalista, enfatizando os problemas de ajustamento ao meio sociocultural como determinantes. Com o objetivo de promover a reeducação dos excepcionais e sua inclusão social, Antipoff propôs a criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em 1932, e, mais tarde, a Sociedade Pestalozzi do Brasil. Também com o objetivo de educar crianças excepcionais através de métodos ativos, isto é, que promovem a atividade do sujeito como meio de conhecimento (na perspectiva de Claparède e Piaget), a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais instalou a Fazenda do Rosário, localizada no município de Ibirité, Minas Gerais. A Fazenda do Rosário constituiu um complexo de instituições educativas de grande relevância e tornou-se exemplo da utilização de métodos educativos baseados no funcionalismo.

Figura 3: A psicóloga e educadora Helena Antipoff na Fazenda do Rosário, em Ibirité (MG), 1970.

Também Lourenço Filho (1897-1970), responsável pela ampla divulgação das bases teóricas do movimento escolanovista no Brasil através da obra *Introdução ao estudo da Escola Nova*, publicada pela primeira vez em 1930, com sucessivas reedições, conhecia e admirava o trabalho do grupo de Genebra. Embora mais identificado com o funcionalismo norte-americano, Lourenço Filho incluía informações sobre a perspectiva genético-funcional em seus cursos na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (Penna, 1992; Campos, Assis e Lourenço, 2002). Lourenço Filho utilizou ainda a abordagem genético-funcional na elaboração do teste ABC, elaborado com o objetivo de avaliar a maturidade das crianças para a aprendizagem da leitura e da escrita. O teste ABC, constituído por um conjunto de provas de percepção, raciocínio e psicomotricidade, foi padronizado para a população brasileira pela primeira vez em 1933, e amplamente utilizado no sistema escolar a partir

INTRODUCÇÃO
AO ESTUDO DA
ESCOLA NOVA
LOURENÇO FILHO

Figura 4: Folha de rosto da primeira edição do livro *Introdução ao estudo da Escola Nova,* de Manuel Bergström Lourenço Filho, 1930 (18ª edição, 2002, EdUERJ/CFP).

dessa época. Nos anos 1950 e 1960, Lourenço Filho foi um dos líderes do movimento pela regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil que resultou na aprovação da Lei 4.119, em 27 de agosto de 1962.

Entre os proponentes da perspectiva funcional em psicologia, Claparède foi um dos autores com maior número de obras traduzidas e editadas em português, entre 1920 e 1940. Em 1924 foi publicada a primeira tradução, feita por Lourenço Filho, de *A escola e a psicologia experimental*, obra dedicada à divulgação, para educadores, das descobertas da psicologia experimental e suas aplicações à renovação dos métodos e processos educativos. Em 1928, a obra foi reeditada, sempre pela Editora Melhoramentos, de São Paulo. Em 1933, foi publicada a primeira edição da *Educação funcional*, na série "Atualidades Pedagógicas" da Biblioteca Pedagógica Brasileira da Companhia Editora Nacional, dirigida por Fernando de Azevedo (1894-1974). Em 1934, foi a vez de *Psicologia da criança e pedagogia experimental*, editada pela Imprensa Oficial, de Belo Horizonte.

Essas traduções foram promovidas e/ou realizadas pelos intelectuais engajados no movimento de difusão das idéias escolanovistas no país, com a finalidade de tornar conhecido o pensamento do autor nas escolas de formação e aperfeiçoamento de professores. Foram reeditadas diversas vezes, fazendo supor que tenham se tornado leitura obrigatória nos cursos de psicologia ministrados em cursos de formação de educadores nas escolas normais, sendo também utilizadas por outros profissionais interessados na área. As bibliotecas das principais universidades brasileiras possuem um rico acervo de obras de Claparède, em francês e em português. Assim, o trabalho de Claparède constituiu-se em uma das principais referências para a construção e consolidação da área da psicologia no Brasil, no período acima citado, seja através de suas propostas teóricas, sua visão das relações entre psicologia e educação, ou suas recomendações relativas à implantação de laboratórios de psicologia experimental.

Claparède esteve no Brasil em 1930 e 1932, a convite de Helena Antipoff. Em 1930, no Rio de Janeiro, foi recebido por ex-alunos do Instituto Jean-Jacques Rousseau, médicos e psicólogos em atividade no Brasil, como Gustavo Lessa, um dos presidentes da Associação Brasileira de Educação; Waclaw Radecki, seu antigo assistente no Laboratório de Psicologia de

Genebra em 1901 e então chefe do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Rio de Janeiro; e Ernani Lopes, então presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental. Em Belo Horizonte, pronunciou palestras na Escola de Aperfeiçoamento de Professores e ministrou um curso sobre "Psicologia da criança e pedagogia experimental", título de seu primeiro livro publicado no Brasil em 1924. Aí recebeu a visita de Lourenço Filho, então professor da Escola Normal de São Paulo. Permaneceu em Belo Horizonte por mais tempo do que previa, em razão do início da Revolução de 1930, e dedicou-se então a terminar a obra *L'Éducation fonctionnelle*, logo depois traduzida por Jayme Grabois e publicada pela Companhia Editora Nacional. Voltou ao Brasil em 1932, também para cursos e palestras em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro (Antonini, 2001).

Entre os intérpretes da obra de Claparède cujos trabalhos foram publicados no Brasil destacam-se o próprio Lourenço Filho, a aluna e assistente Helena Antipoff, a psicóloga Noemi Silveira Rudolfer (1902-1988), assistente de Lourenço Filho que viria a substituí-lo na cátedra de Psicologia Educacional e no Laboratório de Psicologia Educacional, da Escola Normal Caetano de Campos, posteriormente integrada à Universidade de São Paulo (Baptista, 2001), e o médico Iago Pimentel (1890-1962), autor de um manual de estudo da psicologia (*Noções de psicologia aplicadas à educação*) extensamente utilizado em cursos normais (Lourenço e Tinoco, 2001). Esses quatro autores representam, no país, perspectivas decorrentes dos principais campos de conhecimento que contribuíram da formação da área da psicologia no país: a medicina e a educação. Na época, poucos autores apresentavam formação universitária específica em psicologia. No caso, apenas Helena Antipoff tinha obtido o diploma de Psicologia da Educação fornecido pelo Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. Lourenço Filho havia se formado na Escola Normal Superior em São Paulo e cursado a Faculdade de Direito, Iago Pimentel formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, e Noemi Rudolfer, após cursar o Normal na Escola Caetano de Campos, freqüentou os seminários pedagógicos da Universidade de Columbia, nos EUA. Os quatro autores integraram em seu trabalho a análise genético-funcional dos fenômenos psicológicos proposta por Claparède.

A obra de Piaget também começou a ser conhecida no Brasil a partir dos trabalhos de Lourenço Filho e de Helena Antipoff, durante os anos 1920-1930. A princípio lida no original em francês, nas Escolas Normais, logo iniciaram-se as traduções, conforme se pode verificar na tabela 1.

Tabela 1 – Traduções de obras de Jean Piaget feitas no Brasil (1936-1995)

Data das traduções	Número de traduções	Percentagem (%)
Antes de 1960	3	4,8
1960-1969	12	20,0
1970-1979	38	62,3
1980-1989	5	8,3
1990-1995	3	4,8
Total	61	100

Fonte: Macedo e Vasconcelos, 1996.

A maior parte das traduções de livros de Piaget feitas no Brasil ocorre a partir de 1960, época em que sua obra será amplamente divulgada nos cursos de pedagogia e nos de psicologia, estes últimos recém-criados, especialmente em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio de Janeiro, os trabalhos realizados sobre a obra de Piaget foram feitos principalmente por Antonio Gomes Penna (1978), Franco Lo Presti Seminério (1996), Circe Navarro Vital Brazil e Maria Lúcia Seidl de Moura. Em São Paulo, destacam-se, como intérpretes de Piaget, Zélia Ramozzi Chiarottino e Lino de Macedo.

A partir dessa época, a teoria de Piaget torna-se uma das principais referências para a psicologia no Brasil, especialmente nas áreas da psicologia do desenvolvimento e da psicologia da educação. Mário Sérgio Vasconcelos (1996), em estudo sobre a difusão das idéias de Piaget no Brasil, afirma que é a partir da criação dos cursos universitários de psicologia e dos cursos de pós-graduação em psicologia e educação que se expande a pesquisa com base na teoria piagetiana, instituindo-se núcleos de estudo e pesquisa na perspectiva da epistemologia genética em vários Estados brasileiros (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba e Distrito Federal). Muitos desses núcleos tiveram por objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos entre psicólogos e educadores na aplicação dos conhecimentos gerados pela psicologia genético-funcional à educação e apresentaram grande número de publicações, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, teses e dissertações publicados no Brasil na perspectiva de Jean Piaget entre 1936 e 1996

Período	Livros e capítulos de livros	Artigos em periódicos	Teses e dissertações
Antes de 1960	3	1	-
1960-1969	7	3	-
1970-1979	54	67	13
1980-1989	75	202	103
1990-1996	89	201	108
Total	228	474	224

Fonte: Macedo e Vasconcelos, 1996.

Grande parte dessas publicações resulta das atividades de pesquisa desses núcleos, divulgadas em teses, dissertações e artigos de periódicos. De início voltada para a réplica dos experimentos piagetianos, essas pesquisas vão progressivamente se debruçar sobre questões socioculturais, próprias da realidade brasileira. Vasconcelos assim resume a situação da pesquisa piagetiana feita no Brasil no período recente:

> De um modo geral, até os anos oitenta, os piagetianos, independentemente de sua área de atuação, estudavam, em sua maioria, os aspectos estruturais da explicação genética, isto é, os estádios de desenvolvimento e sua caracterização em termos de estruturas operatórias. Depois do início dessa década, parece ocorrer um aumento do interesse pela pesquisa dos aspectos funcionais, quer dizer, pela concepção construtivista e interacionista do desenvolvimento. (Vasconcelos, 1996: 267)

Nessa época, ampliam-se os debates sobre os aspectos socioculturais da cognição, e sobre as relações entre a epistemologia genética e a educação. O construtivismo se impõe como alternativa, na área educacional, com base nos estudos inspirados na teoria piagetiana, na área do ensino da leitura e da escrita, e no ensino de ciências.

Embora possam ser detectados problemas na interpretação do construtivismo, muitas vezes utilizado de maneira esquemática, pode-se observar um retorno às propostas escolanovistas de conhecer o pensamento da criança e centrar o ensino na dinâmica dos interesses dos estudantes. Assim, cada vez mais o estudo das obras de Claparède e de Piaget se torna necessário, como inspiração para o melhor conhecimento do desenvolvimento humano no contexto brasileiro, e para efetivamente colocar a psicologia a serviço da melhor qualidade e da democratização da educação em nosso país.

Indicação estética

A idade da inocência (*L'argent de poche*), de François Truffault (1976), é um filme que toma como tema a infância de um modo muito diferente da visão caricatural de Hollywood, em que as crianças são tratadas ora como cópias miniaturizadas dos adultos, ora como bibelôs de consumo para nos enternecer. As crianças que habitam este filme de Truffault têm uma vida própria, num trajeto que cruza o mundo dos adultos sem se confundir com este. Não há um adultocentrismo, como o título em português erroneamente sugere. Não há inocência, não há malícia, não há caricatura, nem cópia degenerada. Apenas um outro mundo com seus afetos, perigos e vícios. E sem dúvida é esta a grande lição do funcionalismo de Genebra (trazendo os ecos das reflexões de Jean-Jacques Rousseau): o mundo vivido pela criança é governado por princípios que não se reduzem às mesmas leis que regem a vida dos adultos. Em vez de uma teoria psicológica geral, propõe uma teoria especial para cada extrato da vida.

Referências bibliográficas

Antipoff, Helena. (1992 [1940]) Édouard Claparède – homem e educador. In: *Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff*, v. II (Fundamentos da Educação). Belo Horizonte: Imprensa Oficial/Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, p. 215-222.

Claparède, Édouard. (1940) *A educação funcional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional (Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, 4).

___ (1941 [1930]) Autobiographie. *Archives de Psychologie* 28 (111): 145-191, Juin.

___ (1958). *Psicologia da criança e pedagogia experimental*. São Paulo: Ed. do Brasil (Coleção Didática do Brasil, 18).

Macedo, Lino e Vasconcelos, Mário S. (1996) *Publicações relacionadas às idéias de Jean Piaget no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo (publicação eletrônica).

Piaget, Jean. (1998) *La psychologie de l'intelligence*. Paris: Armand Colin.

Vasconcelos, Mário S. (1996) *A difusão das idéias de Piaget no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Vidal, Fernando. (1998) A "escola nova" e o espírito de Genebra: uma utopia político-pedagógica dos anos 20. In: Guedes, Maria do Carmo (org.) *História e historiografia da psicologia: revisões e novas pesquisas*. São Paulo: EDUC.

Bibliografia complementar

Antonini, Isabel G. (2001) Édouard Claparède. In: Campos, Regina H. F. *et al.* (orgs.) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia.

Antunes, Mitsuko A. M. (1999) *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC.

Baptista, Marisa T. D. S. (2001) Noemy da Silveira Rudolfer. In: Campos, Regina H. F. *et al.* (orgs.) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia.

Campos, Regina H. F. (1999) A Psicologia em Genebra e os movimentos de defesa dos direitos das crianças (1920-1940): conexões epistemológicas. In: Guedes, Maria do Carmo e Campos, Regina H. de F. (eds.) *Estudos em história da Psicologia.* São Paulo: EDUC.

___ (2003) Psicologia e direitos humanos – as relações entre ciência e ética na perspectiva do Instituto Rousseau, em Genebra (1920-1940). In: Guerra, Andréa *et al.* (orgs.) *Psicologia social e direitos humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Campos, Regina H. F e Lourenço, Érika. (2001) Helena Antipoff. In: Campos, Regina H. F. *et al.* (orgs.) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia.

Campos, Regina H. F.; Assis, Raquel M. e Lourenço, Érika. (2002) Lourenço Filho, a Escola Nova e a Psicologia no Brasil. In: Lourenço Filho, M. B. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Conselho Federal de Psicologia, 14ª ed.

Claparède, Édouard. [s.d.] *A escola e a psychologia experimental.* vol. 2, São Paulo: Melhoramentos.

___ (1959) *A escola sob medida: a escola sob medida e estudos complementares sobre Claparède e sua doutrina, por Jean Piaget, Louis Meylan e Pierre Bovet*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura (estante de Pedagogia).

Hameline, Daniel e Vonèche, Jacques. (orgs.) (1996) *Jean Piaget: agir et construire*. Genebra: Éditions FPSE, Université de Genève.

Hameline, Daniel; Jornod, Arielle e Belkaïd, Malika. (1995) *L'École Active: textes fondateurs*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lourenço, Érika e Tinoco, Breno. (2001) Iago Pimentel. In: Campos, Regina H. F. *et al.* (orgs.) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago/Conselho Federal de Psicologia.

Lourenço Filho, Manuel B. (1971) A psicologia no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 23: 113-142.

___ (2002) *Introdução ao estudo da Escola Nova*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Conselho Federal de Psicologia, 14ª ed.

Montangero, Jacques e Maurice-Naville, Danielle (1998) *Piaget ou a inteligência em evolução*; trad. Fernando Becker e Tânia Beatriz Iwaszko Marques. Porto Alegre: Artes Médicas.

Nicolas, Serge. (2001) *Histoire de la psychologie*. Paris: Dunod.

Parrat-Dayan, Silvia. (1993a) La réception de l'œuvre de Piaget dans le milieu pédagogique des années 1920-1930. *Révue Française de Pédagogie* 104: 73-83, juillet-septembre.

___ (1993b) Le texte et ses voix: Piaget lu par ses pairs dans le milieu psychologique des années 1920-1930. *Archives de Psychologie* 61: 127-152.

Penna, Antonio G. (1978) *Introdução à história da psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 3ª ed.

___ (1992) *História da psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.

Piaget, Jean. (1959) A psicologia de Claparède. In: Claparède, Édouard. *A escola sob medida.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

___ (1975). *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar.

Schultz, Duane e Schultz, Sydney. (2000) E. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix, 16ª ed.

Seminério, Franco Lo Presti. (1996) *Piaget: o construtivismo na psicologia e na educação*.

Capítulo 16
Medir, classificar e diferenciar

Alexandre Carvalho Castro
Alexandre Grillo de Castro
Silvia Carvalho Josephson
Ana Maria Jacó-Vilela

Conforme visto neste livro, uma das vertentes que leva ao surgimento da psicologia no século XIX, especialmente em solo de países de língua inglesa, é o afã de medir, diferenciar e classificar indivíduos. É importante dizer que esse movimento, por si, só não produziu os famosos testes mentais. Há um salto dado no início do século XX, que é significativo em nossa história. Este é o alvo deste capítulo: descrever como formas maciças e padronizadas de mensuração psicológica foram estabelecidas a fim de alocar os indivíduos em sua posição no conjunto de uma determinada população.

Mas, antes de se tratar dessa produção maciça de formas de mensuração e classificação, são necessárias uma definição e uma categorização dos testes psicológicos. Neste sentido, a "psicometria" assume, para alguns, grande destaque, por ser o campo que prima por medir e estudar quantitativamente fenômenos psíquicos, processo esse que conduz à elaboração das escalas estatísticas usadas em muitos testes. No entanto, o estudante que começa a se aproximar dessa temática freqüentemente não encontra uma única direção a seguir, em virtude dos muitos e distintos usos conceituais. Tal é o caso de algumas expressões (como, por exemplo, "teste psicotécnico") que são privilegiadas pelos leigos, embora não sejam aceitas de forma unânime no contexto da psicologia acadêmica. Dessa forma, os primeiros contatos com a terminologia mais precisa pode, aos poucos, esclarecer certos detalhes e pontuar algumas ênfases recorrentes, pois dentro da mesma nomenclatura – "testes psicológicos" – estão incluídos tipos diferentes de instrumentos, com

histórias também distintas. Como veremos, se os primeiros testes, objetivos, são herdeiros da psicologia diferencial de Galton, os demais (expressivos e projetivos) são oriundos da psicologia dos estados mórbidos do século XIX (cf. capítulo 8).

Nesta definição inicial, uma palavra ainda deve ser dita sobre a massificação dos "testes psicológicos" em revistas, jornais e sites da internet, que visam oferecer aos leitores um (pseudo) diagnóstico instantâneo. Há nesta área, como em outras da psicologia, um enorme esforço para diferenciar práticas psicológicas "legítimas" das ditas "ilegítimas". Esforço que redundou, por exemplo, na não-recomendação por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de alguns testes psicológicos – muitos deles de uso corrente – no ano de 2003 (este tema voltará a ser tratado mais adiante). Não é meta deste capítulo discutir a validade ou mesmo a possibilidade de tais critérios diferenciadores. O que caberia a um historiador é se perguntar se tais formas "legítimas" ou "ilegítimas" de mensuração e classificação não seriam produtos de uma mesma cultura da medida, constituída na esperança de poder diferenciar e situar os indivíduos, a partir de um eixo governado por critérios operacionais.

O horizonte das técnicas de avaliação psicológica é bem amplo. As diferentes abordagens em psicologia têm proporcionado, em função de pesquisas teóricas e investigações empíricas, uma grande variedade de instrumentos para esse fim. Tal amplitude de recursos, porém, implica alguma dificuldade para aqueles que desejam se apropriar desse instrumental. Assim sendo, este tópico tem por objetivo, segundo uma perspectiva introdutória, apresentar uma história desses instrumentos – os testes objetivos e os testes projetivos – a fim de procurar dimensionar sua conceituação, seus usos e aplicações.

Os testes objetivos

Um teste psicológico objetivo é um instrumento de avaliação psicológica que presumivelmente possibilita uma medição quantitativa de um determinado comportamento, traço de personalidade, função cognitiva e/ou intelectual. Recebe essa designação, "objetivo", em decorrência de seu resultado ser obtido de modo independente do julgamento subjetivo do avaliador. Justamente por compreender, em tese, medida científica, deve ser calcado nos parâmetros padronizados da psicometria. Dentre esses testes objetivos se destacam testes de inteligência, testes de aptidão, testes de interesse e testes de personalidade.

Os testes de inteligência

A inteligência foi a primeira habilidade psicológica a merecer a atenção da psicologia no final do século XIX, notadamente nos Estados Unidos, onde apareceram os primeiros psicólogos responsáveis pela elaboração de instrumentos de medida dessa habilidade. De fato, os Estados Unidos foram um dos mais fortes representantes do chamado "MOVIMENTO DOS TESTES", colaborando para a criação de tais instrumentos, bem como para sua difusão no campo social e acadêmico, inclusive com efeitos marcantes para a política administrativa daquele país e para a produção de uma certa cultura psicológica da medição.

O MOVIMENTO DOS TESTES visava ao aperfeiçoamento das técnicas de diagnose e predição científicas mediante a utilização de provas breves e objetivas na forma de testes, escalas e questionários passíveis de aplicação em larga escala.

Começaram a ser elaborados no final do século XIX com os trabalhos de James McKeen Cattell, a partir de seu interesse pela mensuração das diferenças individuais, reforçado após seu contato com as propostas de Francis Galton, o primeiro realmente interessado em construir um instrumento de medida da inteligência. Nos Estados Unidos, Cattell se dedicou à divulgação do movimento dos testes psicológicos e à expansão dos laboratórios de psicologia experimental.

É dele, também, a utilização do termo "teste mental" na literatura psicológica, empregado pela primeira vez no artigo "Testes mentais e mensuração" (Cattell, 1890). Nesse artigo Cattell descreveu os testes que construiu, os métodos para sua aplicação e os resultados obtidos ao longo de um ano de trabalho com estudantes universitários. Eram 10 TESTES de aplicação individual, baseados em funções sensoriais e associativas, compostos por tarefas de força física, tempo de reação e concentração, entre outras.

A publicação desse artigo veio mostrar a proximidade de seu trabalho com os métodos utilizados por Galton, no sentido de demonstrar ser possível a obtenção de medidas da capacidade intelectual individual por meio de testes de tempo de reação e de discriminação sensorial.

Exemplos destes TESTES são: a) Julgamento de 10 segundos: o aplicador explicava ao sujeito que iria bater o lápis na mesa duas vezes e que o sujeito deveria bater o seu lápis no momento em que considerasse que havia transcorrido o mesmo espaço de tempo entre as duas batidas do aplicador. Este dava o intervalo de 10 segundos entre cada batida; b) Divisão de uma linha de 50 cm: solicitava-se que uma régua de madeira de 50 cm de comprimento por 3 cm de largura fosse dividida em duas partes iguais, utilizando-se uma linha que se movimentava pela extensão da régua; c) Número de letras repetidas com uma só audição: 6 letras eram ditas, de preferência apenas consoantes (para evitar a formação de sílabas), e pedia-se que o sujeito repetisse na ordem em que foram ditas. Com o acerto do exercício, o número de letras aumentava até a incidência de erro, o que interrompia o teste.

O avanço de seu trabalho foi significativo no sentido de promover a passagem da experimentação para o "teste"

propriamente dito. A diferença entre esses dois procedimentos reside em que a experimentação pretende descobrir a natureza de uma função psíquica: qual o seu mecanismo, quais as leis que a regem; o teste, por sua vez, permite calcular em que medida um sujeito possui uma determinada função que é, em seguida, comparada com a média do grupo dos indivíduos submetidos ao mesmo instrumento.

Cinco anos após a publicação desse trabalho de Cattell, o psicólogo francês Alfred Binet (cf. capítulo 8) publicou o artigo "A psicologia individual" (Binet e Henri, 1895), que produziu acirrada discussão no interior da comunidade psicológica por explicitar a divergência entre ele e Cattell, qual seja: se por um lado Binet afirmava que a melhor maneira de fazer a testagem dos processos mentais superiores era medindo-os direta e globalmente, Cattell, por sua vez, propunha ser melhor fazê-lo através das faculdades sensoriais simples como tempo de reação e concentração.

Esta discussão se estendeu até 1901, quando, ao publicar seu artigo "As correlações dos testes físicos e mentais", Clark Wissler, utilizando os valores obtidos pelo próprio Cattell, concluiu que as correlações existentes entre os vários testes de execução sensorial e mental aplicados nos estudantes da universidade eram desprezíveis. Esse artigo acabou por decretar a vitória de Binet sobre Cattell.

Clark Wissler (1870-1947), antropólogo americano, nascido no Estado de Indiana, foi membro do laboratório de Cattell em Columbia.

Em 1904, as escolas francesas possuíam um número significativo de alunos repetentes e/ou com dificuldades para com o aprendizado. Em virtude disso, o Ministério da Educação da França opta por comissionar Binet para desenvolver um projeto com metas bem práticas: criar técnicas que identificassem crianças cujo desempenho escolar sugerisse a necessidade de alguma forma de intervenção ou educação especial. Para isso Binet trabalhou com seu discípulo Theodore Simon (1873-1961) e, juntos, eles definiram uma série de tarefas breves, em grau crescente de dificuldade, relacionadas a problemas da vida quotidiana que exigiam habilidades como memória, elaboração de imagens mentais, imaginação, atenção, compreensão, sugestibilidade, sentimento estético, sentimentos morais, força muscular, força de vontade, habilidade motora e habilidade perceptual em relações espaciais. Nascia assim, em 1905, a escala Binet-Simon, bateria de testes que permite a classificação de indivíduos em níveis distintos de desenvolvimento mental.

Uma segunda versão dessa escala foi elaborada por eles em 1908, na qual as crianças eram solicitadas a resolver tarefas organizadas em níveis crescentes de dificuldade até se depararem com uma que não conseguiam

responder. A esta última corresponderia um determinado nível ao qual foi dado o nome de idade mental. Subtraía-se esta idade mental da idade cronológica da criança e ao valor resultante dava-se o nome de nível intelectual geral (IC − IM = NIG). Uma criança de 7 anos que obtivesse no teste de idade mental de 6 anos possuiria um nível intelectual geral equivalente a 1 (7-6 = 1). Geralmente, crianças que obtivessem NIG=0 ou 1 eram mantidas em suas turmas iniciais. Mas os casos que atingissem um valor de NIG ≥ 2 poderiam ser alocadas em programas de educação especial. Por outro lado, os casos que obtivessem valores de NIG negativos (crianças que acertassem exercícios que correspondessem a idades mentais superiores às cronológicas, desta forma obtendo NIG = -1, -2 ou menos) eram mantidos nas salas de origem, pois o programa do governo francês dizia respeito à alocação de crianças com problemas de aprendizado e não com altas habilidades.

É importante apontarmos, mesmo que de forma resumida, as concepções teóricas de Binet que davam sustentação à sua escala e que foram completamente ignoradas quando de sua introdução nos Estados Unidos:

1) Trata-se de recurso prático e aproximativo para identificar crianças com problemas de aprendizagem e/ou ligeiramente retardadas, com o fim de apenas indicar estudo especial, e não o de criar uma hierarquia para enquadrá-las.
2) A escala não mede a inteligência, a qual não é definida como inata e tampouco se constitui como uma teoria do intelecto.
3) A despeito de quais sejam as causas das dificuldades das crianças, os resultados obtidos na escala servem para enfatizar possibilidades de aprimoramento das capacidades através de uma escola especial adequada.

Em 1911 Binet encerrou seu trabalho com a publicação da forma final de sua escala que ficou composta por 54 exercícios divididos, em média, em grupos de 5. Cada um desses grupos representava as tarefas que uma criança de determinada idade estaria apta a executar (Ver boxe). Ao entrar em contato com esse trabalho, William Stern modificou, em 1912, a forma proposta por Binet para o cálculo do nível intelectual geral. Propôs que os valores de idade mental e idade cronológica não fossem subtraídos, mas divididos e multiplicados por 100. O resultado dessa operação foi denominado

> Uma criança de 3 anos, por exemplo, deveria estar apta a: mostrar nariz, olhos e boca.; repetir 2 algarismos.; Enumerar os objetos de uma figura; dar nome e sobrenome; repetir uma frase de 6 sílabas. Uma criança de 8 anos, por sua vez, deveria estar capacitada a: comparar 2 objetos de memória; contar de 20 a 0; indicar omissões de partes de figuras; Dizer o dia da semana e do mês; repetir 5 algarismos.
>
> William Stern (1871-1938), psicólogo alemão, titular da cadeira de filosofia (reunia os cursos e pesquisas em psicologia) da Universidade de Hamburgo. Exerceu influência significativa no início da psicologia do desenvolvimento.

quociente de inteligência (IM/IC x 100 = QI). Essa alteração não pode ser avaliada por Binet em virtude de seu falecimento naquele ano. A contribuição de Stern acabou por sepultar o termo nível intelectual geral, embora tenha proporcionado alguma relevância para o termo idade mental (acredita-se ter sido este segundo a "menina dos olhos" de Binet em detrimento do primeiro). Aliás, esta foi a única vantagem que a criação do conceito de QI proporcionou ao trabalho de Binet, pois Stern e Goddard (como será visto a seguir) podem ser considerados os precursores do desmantelamento e das injustiças feitas à obra de Binet. Quanto ao QI enquanto contribuição científica, até hoje é muito questionada sua aplicabilidade e fundamentação, tanto nos testes de inteligência como na psicologia como um todo.

O teste Binet-Simon foi traduzido e aplicado em larga escala nos Estados Unidos em 1908 por Henry Herbert Goddard (1866-1957) e divulgado como o grande instrumento de medida da inteligência humana. Goddard foi o criador do termo "débil mental" (*feeble-minded*), que utilizou com a finalidade de ajustar as chamadas deficiências mentais à escala de Binet, tendo mesmo criado uma taxonomia para hierarquizá-las: débeis mentais seriam os indivíduos adultos com idade mental entre 8 e 12 anos; imbecis, aqueles com idade mental entre 3 e 7 anos; e, finalmente, os idiotas teriam idade mental inferior a 3 anos.

É relevante sublinhar que grande parte das intenções de Goddard poderia se resumir a que, em nome da ciência, fossem eliminados os débeis mentais nos Estados Unidos, quer através de seu isolamento e da não-permissão para sua reprodução, quer no sentido de tornar mais severas as leis de imigração, impedindo-se não só a entrada de débeis mentais no país, como também de etnias estrangeiras que poderiam colocar em risco o povo americano – aqui entendido como branco, anglo-saxão e protestante. Nesse momento se vislumbram os efeitos dessa nova significação dos testes de inteligência que, por sua vez, presentificam uma de suas origens, o pensamento de Galton. Iniciava-se aí o deslocamento de função de uma ferramenta que foi constituída com uma finalidade bem precisa – indicar o nível médio de desenvolvimento mental de uma criança – para uma concepção biológica da inteligência: o quociente intelectual (QI) como função de uma aptidão hereditária. Sua utilização mobilizou um amplo contigente de psicólogos e o público em geral, tendo se constituído no século XX como padrão oficial para a medida da inteligência nos Estados Unidos.

Lewis Terman (1877-1956), um grande entusiasta dos testes, em 1916, trabalhando na Stanford University, promoveu a primeira revisão da escala Binet-Simon, aumentando o número de tarefas de 54 para 90 e ampliando a

escala de idade mental, que abarcava o período dos 3 aos 16 anos, para o de 2 aos 18 anos. Promoveu ainda outra inovação: introduziu o intervalo de seis meses entre as faixas etárias na escala de determinação da idade. Também adaptou sua escala de modo que, em todas as faixas etárias, as pessoas que tivessem a inteligência geral normal e fossem submetidas ao teste obtivessem neste um escore de 100, com uma faixa de desvio variando em 15 a 16 pontos, dependendo da idade. Essa escala foi batizada de Stanford-Binet e se tornou um marco para a psicologia, sendo referência para todos os testes de QI que a ela se seguiram.

Embora tenha sido Goddard o introdutor da escala de Binet nos Estados Unidos, foi Terman quem a popularizou. A escala Stanford-Binet foi aceita e aplicada em larga escala e serviu de modelo para outros testes de inteligência que foram construídos depois. Estes, na busca do reconhecimento de sua cientificidade, utilizaram-na como padrão para a aferição estatística de sua VALIDADE, isto é, como prova de que media a inteligência, sem terem sequer questionado se a escala original media verdadeiramente a inteligência geral como se supunha. Goddard, Terman e outros psicólogos posteriores a eles ignoraram o fato de que a escala visava apenas identificar crianças com problemas de aprendizado. Transformá-la numa medida de inteligência geral foi um grande salto em relação às finalidades iniciais do teste.

Entretanto, o que proporcionaria a consolidação dos testes nas culturas americana e psicológica seria a contribuição da união entre Terman e YERKES. O objetivo de Yerkes consistia em demonstrar que a psicologia, como ciência, deveria atender a critérios tão rigorosos quanto a física. Para tal, a quantificação, a medida das habilidades psicológicas e os testes seriam instrumentos imprescindíveis. Yerkes, entretanto, se deparou com duas situações que poderiam comprometer sua meta: primeiro, a não-padronização da forma de aplicação dos testes e o preparo quase amadorístico dos aplicadores desses instrumentos comprometia seriamente seus resultados. Em segundo lugar, o não-reconhecimento da psicologia como ciência autônoma dificultava o apoio e o patrocínio necessários para a padronização e utilização dos testes em larga escala.

A solução para esses problemas surgiu em 1917 com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. Yerkes reuniu-se a Goddard e Terman que, como ele, afirmavam o caráter hereditário da inteligência e

VALIDADE é um procedimento psicométrico que permite aferir o grau em que um teste mede aquilo que se propõe a medir.

ROBERT MEARNS YERKES (1876-1956), nascido na cidade de Breadysville, Pensilvânia. Psicólogo e biólogo, lecionou na Universidade de Yale (1924-1944) as disciplinas psicologia e psicobiolgia.

conseguiu convencer o Exército americano a apoiar esse projeto, permitindo a aplicação no início da guerra de um teste de inteligência em 1.750.000 soldados.

Assim, os três criaram o teste Alfa do Exército, para soldados alfabetizados. Os analfabetos e soldados que falhassem no teste deveriam passar pelo teste Beta do Exército ou uma versão individual e não verbal do teste de Binet. Os resultados eram classificados em uma escala que ia de A a E (com graduações que variavam de mais para menos) e tinham como objetivo sugerir as funções que os soldados estariam aptos a desempenhar. Os recrutas que obtivessem um desempenho de nível C eram designados para o posto de soldado raso, e não se esperava que um recruta com escore do nível E fosse capaz de ler e compreender ordens escritas.

Esse teste apresentava vários problemas, que começavam na elaboração, passando pela aplicação e culminando com o "público-alvo" escolhido. Eis abaixo alguns dos que, conforme análise apresentada por Gould (1999: 204-234), poderiam ser citados:

- O tempo de aplicação era muito curto, em razão do número de recrutas que deveriam ser submetidos ao teste.
- O teste era aplicado a muitos imigrantes, que possuíam pouco ou nenhum contato com o idioma inglês e a cultura americana, de modo que não conseguiam entender o sentido das perguntas; e mesmo o teste Beta não facilitava muito as condições por se tratar de uma visão figurativa do primeiro teste.
- O local de aplicação do teste não proporcionava as condições mínimas para uma aplicação decente, pois as salas eram pequenas para o número de soldados que entravam por vez, havia péssimas condições de visualização e acústica, além de muitas cadeiras estarem quebradas.
- Vários grupos raciais (principalmente negros), ao tentar esclarecer dúvidas durante a execução do teste, eram atendidos de forma negligente e grosseira.
- Os resultados finais eram, em alguns casos, falsificados para privilegiar determinada classe ou raça.
- Os oficiais de altas patentes não aprovavam o trabalho e criavam várias dificuldades para os psicólogos.

Para o Exército, esse trabalho teve pouca repercussão. Seus resultados, entretanto, deram origem a uma monografia com 800 páginas, contendo dados estatísticos e conclusões que acreditamos serem bastante tendenciosos.

Para demonstrar essa tendenciosidade, Gould (1989) enumera vários aspectos. Citamos aqui alguns dados:

1) Os resultados possibilitaram a distinção dos imigrantes por país de origem, sendo que os oriundos dos países eslavos e do sul da Europa obtiveram um desempenho enquadrado nos parâmetros da debilidade mental, com uma variação de idade mental entre 10,74 anos e 11,34 anos, conforme o país de origem.
2) Em virtude da forma relapsa de atendimento a dúvidas que tiveram e da falsificação de seus resultados finais, os negros obtiveram o pior desempenho, com média de 10,41 anos de idade mental, dando ensejo a novos estudos com critérios ainda mais preconceituosos.
3) Com relação aos americanos adultos brancos, seus resultados foram fronteiriços com a debilidade mental, obtendo média de 13,04 anos de idade mental.

Mas, se o Exército não deu muita importância aos resultados de Yerkes, o mesmo não se deu nos campos político, econômico e social. As análises do teste, tanto quanto as conclusões do estudo, foram feitas por eugenistas, seguidores da doutrina de que a inteligência era inata, o que alimentou ainda mais a idéia de que o baixo resultado do americano branco era devido à miscigenação descontrolada com os pobres, negros e débeis mentais da América.

No campo político, a repercussão desse trabalho veio a abalar um dos grandes alicerces dos Estados Unidos: sua democracia. Pois seria possível manter a democracia americana, exemplar para o mundo, se os membros dessa sociedade possuem idade mental de 13 anos, sendo que este índice irrisório se deve apenas à permissividade social e legal que amparava todo tipo de mistura racial?

Restringir o número de imigrantes foi uma ótima solução do ponto de vista eugenista e se configurou como a grande vitória desse grupo. Em 1924, o Congresso americano aprovou o *Restriction Act,* pelo qual se restringia o acesso aos Estados Unidos a cotas de 2% das pessoas originárias de regiões consideradas geneticamente desfavorecidas. Nesse quadro, as populações mais atingidas foram as mediterrâneas e do Leste europeu.

Validado por amostra representativa de 1,75 milhões de soldados, o teste Alfa foi o teste mais bem aceito na história da psicologia, especialmente nos meios empresarial e educacional. Exerceu influência tão grande na vida acadêmica psicológica e empresarial dos Estados Unidos que todos os testes de inteligência desenvolvidos posteriormente copiaram vários de seus itens ou modelos de exercícios, o que acarretou outro inconveniente: as gerações

pós-1920 foram submetidas, desde então, a avaliações freqüentes com base em diversas formas de teste de inteligência muito semelhantes àqueles primeiros, embora desenvolvidos posteriormente, o que produziu uma familiaridade indesejada com os tipos de questões constantes desses instrumentos.

Após 1960, era quase impossível encontrar um americano que, em algum momento de sua vida, não tivesse sido avaliado por algum teste de inteligência, o que redundou em uma possível resistência aos testes psicológicos, mas também, com certeza, na produção de indivíduos definidos e possuidores de uma identidade a partir desse parâmetro.

Testes de aptidão

Muito embora os testes de inteligência tenham sido concebidos para desempenhar uma enorme gama de funções, com o passar do tempo foi ficando claro que tinham sérias limitações e não podiam ser aplicados em qualquer situação a fim de classificar qualquer pessoa.

Na verdade, o que paulatinamente foi se verificando é que com os "testes de inteligência", somente certos aspectos da inteligência eram medidos. Se, por um lado, esses testes mostravam-se muito úteis em ocasiões em que era preciso avaliar a habilidade verbal ou as relações abstratas e simbólicas, por outro, esses mesmos testes deixavam a desejar quando o objetivo incluía outras características e aptidões.

De fato, a ampla divulgação dos testes de inteligência e a percepção de suas limitações se tornaram dois lados da mesma moeda, pois a aplicação continuada de testes de inteligência em amostras bastante significativas foi justamente o que mostrou a limitação desse instrumento e passou a indicar, concomitantemente, a necessidade da elaboração de outros tipos de testes que pudessem aferir atributos e capacidades distintos daqueles identificados nas tabelas próprias dos testes de inteligência. Testes que pudessem, por exemplo, medir a atenção concentrada ou a rapidez motora na execução de dada tarefa no ambiente de trabalho.

Do ponto de vista histórico, portanto, as limitações dos instrumentos de avaliação disponíveis no início do século XX forjaram a circunstância na qual se constatou a necessidade de criar "testes específicos de aptidões" a fim de suplementarem os genéricos "testes de inteligência". Além disso, o desenvolvimento das técnicas estatísticas da análise fatorial, que permitiam

identificar e classificar diferentes traços de habilidades, criou uma base teórica sólida para a elaboração de baterias de aptidões múltiplas.

Em 1901, Karl Pearson (1857-1937) já apontara o caminho para esse tipo de análise. O avanço do método e sua efetiva aplicabilidade à testagem psicológica, entretanto, devem ser creditados principalmente aos norte-americanos T. L. Kelley e Louis Thurstone (1887-1955) e ao inglês Cyril Burt (1883/1971). Tendo como substrato psicométrico a contribuição desses estudiosos, foi possível escolher a melhor medida disponível dos fatores identificados pela análise fatorial.

A questão era prática – os testes de inteligência não atendiam às novas demandas a contento –, mas também, ao mesmo tempo, metodológica e epistemológica. Binet, por exemplo, concebia a inteligência como uma aptidão unitária e a media objetivamente a fim de obter um único escore. Todavia, Thurstone, que fazia uma oposição direta à visão de Binet, defendeu novos caminhos na abordagem quantitativa da investigação das aptidões mentais. Começando por estabelecer inter-relações entre os testes de aptidões, verificou, mediante o uso da análise fatorial múltipla, que todos os testes se correlacionavam positivamente, o que indicava um provável fator comum entre eles.

A partir dessa constatação, Thurstone criou o "teste de aptidões mentais primárias", que consistia em uma bateria onde os testes com maiores validades fatoriais foram reunidos para medirem a compreensão verbal, a fluência verbal, a memória, a rapidez perceptual, a indução, e a capacidade numérica e espacial.

Outrossim, um forte incentivo para a testagem de aptidões foi obtido pela crescente atuação de psicólogos na seleção e classificação de pessoal militar. Aliás, é necessário destacar o papel dos psicólogos no contexto militar, principalmente na Primeira Guerra Mundial, onde significativa parte das pesquisas psicológicas sobre testes realizadas nas Forças Armadas americanas foi dirigida para a construção de baterias de aptidões múltiplas, a fim de avaliar pilotos, artilheiros, operadores de rádio etc.

Paralelamente às pesquisas no âmbito militar, muitos testes de aptidão também vinham sendo desenvolvidos para uso na indústria, principalmente na seleção de pessoal. Os testes de aptidão mecânica de Stenquist, o exame para funcionários de escritório de Thurstone e o Minnesota Paper Form Board, criados respectivamente em 1921, 1922 e 1928, são exemplos dessa tendência. A idéia subjacente à aplicação de todos esses testes é que eles poderiam ser úteis na classificação de certas pessoas como mais aptas para

dadas funções, proporcionando uma melhor adequação do trabalhador a seu posto de trabalho.

O teste de aptidão, fundamentalmente, era destinado a diagnosticar ou prognosticar a capacidade da pessoa examinada no desempenho de uma dada tarefa. Assim, os testes passaram a visar ao enquadramento do trabalhador à lógica da produção industrial ou às atividades habituais de um escritório. Um teste de aptidão mecânica, por exemplo, tinha por finalidade mensurar a rapidez dos movimentos, a destreza manual, a coordenação motora fina, a metodização e sistematização ao realizar um trabalho.

Tais circunstâncias históricas evidenciam, em meados do século XX, que a seleção de pessoal para a indústria e o Exército criava uma determinada demanda social. Assim, observa-se que a escolha de certas aptidões como sendo objeto de medida e aferição foi modulada socialmente. Algumas aptidões deviam ser mensuradas, outras não. As razões dessas distinções se explicam principalmente porque as injunções do militarismo e do capitalismo variam ao longo da história.

Testes de interesse

Os testes de interesse têm o propósito de avaliar os interesses do indivíduo em diferentes campos de trabalho ou de estudo, já que determinados currículos educacionais se vinculam a certas carreiras profissionais. Por isso, é possível afirmar que os estudos psicológicos sobre os interesses receberam grande ímpeto no contexto da avaliação educacional e vocacional.

Sendo assim, os testes de interesse funcionam tanto como testes vocacionais (sendo basicamente inventários de auto-relato, onde o examinando indica suas opções vocacionais) quanto como instrumentos de avaliação dos setores de recursos humanos das empresas, pois na relação trabalhador-empregador é de grande significado prático a consideração dos interesses individuais, principalmente nos estudos de reestruturação administrativa e acompanhamento de pessoal.

O inventário de interesses Strong (SII), por exemplo, é bem representativo do desenvolvimento histórico desse tipo de teste, sendo, inclusive um dos mais utilizados. A abordagem geral do teste foi primeiramente formulada por E. K. Strong Jr. (1884-1963) com seus estudos sobre a mensuração de interesses. Publicado originalmente em 1927, o Strong Vocational Interest Blank introduziu dois procedimentos principais na medição de interesses

ocupacionais: a) os itens avaliavam quantitativamente o interesse (ou não) do examinando diante de uma ampla variedade de atividades; e b) as respostas eram avaliadas, para diferentes ocupações, com um gabarito de critério empírico, que fora elaborado a partir de uma pontuação pautada em critérios externos.

Ou seja, abrangendo mais de 30 áreas de interesse, esse inventário possuía escores que forneciam um índice do grau de interesse do examinando pelos diversos campos de trabalho, em comparação com o escore de indivíduos (profissionais) reconhecidamente competentes nesses campos.

Por conta de suas características originais – muito embora, a partir da década de 1970, tenham sido introduzidas muitas inovações, implementadas em sucessivas revisões –, pode se dizer que o SII acabou se tornando um "teste de interesses" padrão, pois foi um dos primeiros a empregar esse tipo de gabarito de critério dos itens, subseqüentemente utilizado no desenvolvimento de inventários de personalidade como o MMPI (Minnesota Multiphasic Personality Inventory), concebido na década de 1930 pelo psicólogo clínico S. Hathaway e pelo neuropsiquiatra J. C. McKinley e publicado na década de 1940, e o CPI (California Psychological Inventory), desenvolvido a partir do MMP.

Há, porém, outros testes de interesses que também são muito usados. Dentre eles destacam-se o Kuder Preference Record – desenvolvido e publicado por G. Frederic Kuder em 1948 –, que especifica a posição relativa do examinando em 10 grandes áreas de interesse vocacional, e o Career Assessment Inventory – CAI, lançado em 1975 e muito semelhante ao Strong.

Testes de personalidade

Há uma outra área da testagem psicológica quantitativa que mantém certa distinção em relação aos testes de inteligência, aptidão e interesses. Essa abordagem procura enfocar os aspectos afetivos (não intelectuais) da pessoa, sendo que os testes planejados dentro desse propósito são freqüentemente referidos como testes de personalidade. Assim, um teste objetivo de personalidade é um instrumento, geralmente apresentado sob a forma de inventários ou provas expressivas, que procura examinar aspectos não cognitivos da personalidade do testando.

Esse termo – teste de personalidade –, entretanto, é alvo de grande controvérsia uma vez que, para muitos estudiosos, a idéia de "personalidade" é muito ampla e necessariamente inclui os traços cognitivos e intelectuais. Assim, em certo sentido, pode-se afirmar que os testes de inteligência (que aferem o QI) também abordam aspectos da personalidade. Do ponto de vista que se estabeleceu como predominante, contudo, a designação "teste de personalidade" geralmente refere-se a medidas de características tais como estados emocionais, relações interpessoais, motivação, atitudes.

Segundo a perspectiva histórica, esses testes de personalidade têm como precursores os já referidos estudos de Galton, Pearson e Cattell que desenvolveram técnicas de questionários padronizados e escalas de avaliação. Tais técnicas foram obviamente planejadas para outros objetivos. No entanto, como procedimentos práticos, foram empregadas largamente na construção de alguns dos tipos mais comuns de testes de personalidade.

De igual modo, a exemplo do que foi constatado em relação aos testes de inteligência, aptidão e interesses, no caso dos testes de personalidade também se verifica a injunção de fatores sociais e conjunturais que, de certa forma, modularam sócio-historicamente a sua elaboração.

É o que pode ser dito, por exemplo, a respeito do Personal Data Sheet, desenvolvido por Woodworth (1869-1962) durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Esse teste de personalidade foi planejado como um instrumento de avaliação útil para identificar recrutas não qualificados para o serviço militar. O inventário consistia em indagações sobre sintomas presentes em quadros psicopatológicos típicos e cabia aos examinandos uma espécie de "auto-relato", ou seja, respondiam aos itens avaliando-se a si mesmos. Logo depois do término da guerra, o Woodworth Personal Data Sheet foi adaptado para ser usado junto à população de uma forma geral, inclusive com crianças, servindo como modelo para a maioria dos testes de personalidade posteriores.

Com o passar do tempo, no final dos anos 1920 e início da década de 1930, apareceu uma outra abordagem relativa à mensuração de aspectos da personalidade: os testes de desempenho ou situacionais (muito usados após a Segunda Guerra Mundial). Quando submetido a esse tipo de avaliação, que procurava simular situações da vida cotidiana, o examinando tinha de realizar uma tarefa cujo propósito explícito se configurava como um despiste. Um engodo? Sim, e a razão de os verdadeiros propósitos do teste serem disfarçados devia-se à necessidade de evitar que o examinando direcionasse deliberadamente as respostas. Assim, as chances de o examinando criar intencionalmente uma impressão desejada ficavam muito reduzidas. H.

Hartshorne, May e colaboradores usaram essa técnica (Character Education Inquiry, CEI) com crianças em idade escolar a fim de medir condutas vinculadas a trapaça, mentira, roubo, cooperação e persistência.

Alguns estudiosos da testagem psicológica (Anastasi e Urbina, 2000) enfatizam que a testagem da personalidade não acompanhou o progresso dos testes de inteligência, aptidões e interesses em suas aplicações práticas. Qual seria o motivo do estabelecimento desse quadro? É difícil dizer, mas uma possibilidade bem plausível é que os psicólogos preocupados em investigar a personalidade tenham privilegiado os chamados "testes projetivos", deixando os testes objetivos em segundo plano.

Os testes projetivos

A tentativa de traçar as linhas gerais da história dos testes projetivos pode esbarrar num obstáculo curioso, pois diante da pergunta – quais testes podem ser considerados "projetivos"? – haverá até quem arrisque respostas muito diferentes.

Na verdade, há muitos livros e manuais que, no âmbito geral dos "testes psicológicos", lançam mão de uma divisão que procura distingui-los como "objetivos" e "projetivos". Alguns outros, conquanto tratem das mesmas questões, às vezes utilizam uma terminologia diferente. Contudo, não é possível considerar tais classificações como consensuais, uma vez que há autores que até flexibilizam a relevância dos testes projetivos.

Mas, pode-se perguntar, em que sentido um teste é projetivo? Ora, certos testes são considerados projetivos porque, de uma maneira ou de outra, relacionam-se àquilo que, em certas linhas teóricas da psicologia, se convencionou chamar de "mecanismo de projeção". Ou seja, esses testes permitem avaliar um dado sujeito a partir da pressuposição de que ele atribuiria a elementos do teste – manchas ou borrões, por exemplo – aspectos subjetivos que, na verdade, estariam presentes em seus impulsos e sentimentos. Dessa forma, ao dizer que está vendo "isso e aquilo", o indivíduo está descrevendo não a mancha "em-si", mas aspectos de seu próprio mundo interior.

No entanto, não havendo na psicologia um consenso acerca de como se dá essa "projeção" (cada teórico apresenta ênfases diferentes, quando não contraditórias), os psicólogos se apropriam dos testes projetivos de maneiras as mais variadas. Por conseguinte, são formadas "escolas" que passam a interpretar dado teste de modos bem diversos. Alguns, de linha psicanalítica (cf. capítulo

22), por exemplo, enfatizam os conteúdos inconscientes no levantamento do teste. Por outro lado, os de orientação comportamental (cf. capítulo 11) ou cognitivista (cf. capítulo 13) dão mais destaque à noção de percepção. Outros, ainda, numa perspectiva fenomenológica (cf. capítulo 15), usam testes projetivos como um meio de investigação da situação existencial.

De qualquer forma, no dia-a-dia da prática psicológica, após a entrevista inicial, e/ou a anamnese, muitos psicólogos optam pelo uso de testes projetivos, pois essas técnicas, já que viabilizam projeções de vivências internas (como preocupações, ansiedades e alegrias), assumem um papel muito importante no psicodiagnóstico. Assim sendo, dentro do panorama multifacetado da psicologia, os psicólogos usam testes projetivos com propósitos que vão desde a análise de mecanismos inconscientes até a investigação de funções cognitivas, passando pela avaliação da estrutura da personalidade segundo critérios da linha teórica que serve como base de atuação.

Um dos testes projetivos mais conhecidos em todo o mundo é o chamado "psicodiagnóstico de Rorschach", criado pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach (1884-1922), que em 1918 confeccionou e elaborou as lâminas do teste. Essas pranchas contavam com manchas de tinta simétricas suscetíveis a variadas interpretações quanto ao seu formato e conteúdo, o que possibilitava avaliar o que cada pessoa via nas figuras.

O teste de Rorschach, de tão conhecido, é eventualmente citado pela cultura de massa, em filmes e histórias em quadrinhos. Tanto o Dr. Hannibal Lecter (personagem de Anthony Hopkins no filme *O silêncio dos inocentes*) foi submetido a esse teste, quanto Batman (numa história clássica dos quadrinhos "Asilo Arkham", de Grant Morrison) viu numa determinada prancha a figura de um morcego.

Inicialmente, e de modo experimental, o próprio Rorschach – que se posicionava como um psicanalista não ortodoxo – começou a usar sua técnica com os internos do Manicômio de Appenzell, em Herisau, na Suíça. Sua intenção era investigar a estrutura da personalidade dos pacientes, pois acreditava que seu método podia revelar as características da afetividade e da sensualidade, assim como traços gerais e específicos da vida interior do indivíduo.

Com o seu livro *Psicodiagnóstico: metodologia e resultados de um experimento para o diagnóstico da percepção*, publicado em 1920-1921, as pesquisas de Rorschach se tornaram conhecidas no meio acadêmico. A consagração definitiva, contudo, só ocorreu em 1922 quando apresentou um diagnóstico com base em seu método perante a Sociedade de Psicanálise da Suíça e seu estudo foi reconhecido como científico, pois, na ocasião, seu diagnóstico, mesmo sem

conhecimento prévio da condição do paciente, coincidiu inteiramente com o diagnóstico clínico de Oberholzer, o psicanalista que tratava do caso.

Mesmo com o seu precoce falecimento, ainda em 1922, seu método logo correu todo o mundo, sendo desenvolvido e aplicado nas mais diversas áreas por seus discípulos e seguidores. Tanto que em 1936 aconteceu o lançamento da primeira publicação científica dedicada ao teste, *Rorschach Research Exchange*, em 1943 ocorreu o primeiro Congresso sobre o Rorschach e, em 1952, foi fundada a Sociedade Internacional de Rorschach.

Na esteira desses acontecimentos, alguns instrumentos muito semelhantes foram desenvolvidos. O teste de Zulliger, por exemplo, que guarda muita proximidade com o de Rorschach, foi criado em 1942 por Hans Zulliger, de Berna, em função da necessidade de selecionar um alto contingente de soldados para o Exército suíço, em curto espaço de tempo – o Zulliger permite aplicação coletiva, em contraposição à aplicação individualizada do Rorschach.

Além do psicodiagnóstico de Rorschach, entretanto, alguns outros testes projetivos também gozam de grande influência no meio psicológico. Um deles é o teste de apercepção temática (TAT), criado por Christiana Morgan e Henry Murray (1893-1988), do Harvard Psychological Clinic, em 1935. Em contraste com as técnicas baseadas em manchas de tinta, o TAT apresenta estímulos mais altamente estruturados.

O teste consiste em 19 lâminas contendo desenhos em preto-e-branco. Tais figuras têm a função de servir como base para que o examinando crie histórias para cada desenho, descrevendo o que os personagens retratados estão pensando, sentido, falando, fazendo etc. O sucesso dessa técnica fica evidente quando se percebe que tem servido de modelo para o desenvolvimento de muitos outros instrumentos, como o teste de apercepção temática infantil (CAT), que é uma adaptação do TAT para crianças.

Um outro aspecto também perceptível é que procedimentos que utilizam o desenho como técnica projetiva têm se tornado um freqüente suplemento do Rorschach e do TAT, em decorrência de sua fácil administração. De fato, gradativamente foram se multiplicando as técnicas que se utilizavam do desenho como forma de projeção psicológica, firmadas na hipótese de que a representação gráfica tende a vincular-se ao processo de maturação psíquica. Mas, dentre os vários testes organizados em torno da investigação de traços da personalidade, fases de desenvolvimento e motricidade, alguns precisam ser especialmente citados em função de seu uso entre nós.

Elaborado a partir de estudos sobre o desenho infantil, o "teste gestáltico visomotor de Bender", criado por Lauretta Bender em 1938, consiste em nove

figuras que devem ser copiadas pelo examinando (criança ou não) em uma folha branca, sem pauta. A origem do teste está na adaptação feita por Bender de desenhos que Max Wertheimer e seus discípulos usaram inicialmente com a intenção de demonstrar os princípios do gestaltismo (cf. capítulo 18) em relação à percepção.

Entrementes, outros psicólogos também foram percebendo que o desenho poderia oferecer uma base segura para o diagnóstico de traços de personalidade, como, por exemplo, John N. Buck, que desenvolveu sua técnica projetiva usando desenhos de "casa", "árvore" e "pessoa" (*house*, *tree*, *person* – HTP).

Numa linha um pouco distinta, há também o teste de Wartegg, criado por Ehrig Wartegg, que foi apresentado no XV Congresso de Psicologia de Jena (Alemanha), em 1937, consistindo em uma técnica de investigação da personalidade através de desenhos obtidos por meio de uma variedade de pequenos elementos gráficos.

Os primeiros testes brasileiros

No Brasil, o interesse pelos testes psicológicos surgiu por volta da segunda década do século XX. Nesse período, a possibilidade de medir as habilidades psicológicas, de forma rápida e em condições simples, abriu caminho para a expansão do "movimento dos testes" e sua aplicação, principalmente nos campos da educação e do trabalho.

A história desse movimento tem como figura pioneira Ulisses Pernambucano (1892-1943), que participou dos primórdios da inserção dos testes psicológicos no Brasil. Em 1925, com o apoio do Governo do Estado de Pernambuco, ele fundou o Instituto de Psicologia do Recife, considerado a primeira instituição autônoma de psicologia a funcionar regularmente no Brasil. Era um espaço aberto para a formação de colaboradores e para a padronização de testes de inteligência, notadamente da escala Binet-Simon, que sofreu rigorosa revisão, levada a cabo durante dez anos, com que Ulisses objetivava, inicialmente, medir o nível de inteligência da população pernambucana. Essas experiências comprovaram um quadro assustador: a existência, em Pernambuco, de um grande número de deficientes mentais, da mesma forma que Terman, Yerkes e outros constataram nos EUA.

Atento, como grande parte dos intelectuais da época, ao que se produzia nos países estrangeiros, particularmente europeus, Ulisses Pernambucano

conheceu e compreendeu o alcance do psicodiagnóstico de Rorschach. Entretanto, como as pranchas originais não estavam industrializadas e, portanto, disponíveis, ele procurou criar uma série paralela dessas PRANCHAS, seguindo as orientações constantes em artigo assinado pelo próprio Rorschach cujos resultados, de acordo com Rosas (2003), ficaram muito próximos dos originais. Essa série paralela foi utilizada em seu trabalho clínico/psicológico com crianças, adolescentes e adultos com "problemas" de conduta e de aprendizagem e na orientação profissional.

Duas coleções de PRANCHAS foram criadas; atualmente, só existe uma remanescente, que se encontra nos arquivos do professor PAULO ROSAS em Pernambuco.

Assim, como visto anteriormente, muito rapidamente os dois principais testes – a escala Binet-Simon e o Rorschach – são utilizados no Brasil. Observe-se que no caso deste último, além da utilização pioneira e "alternativa" de Ulisses Pernambucano, o Rorschach começou a ser usado por JOSÉ LEME LOPES e SYLVIO RABELLO, já em 1932, sendo os primeiros trabalhos publicados, todavia, apenas em 1934. Desde então, esse método tem sido grandemente difundido, o que o leva a assumir um papel de destaque entre as técnicas projetivas usadas em nosso país. Sucessivamente foram sendo lançados manuais – Cristiano de Souza em 1955, Isabel Adrados em 1967 e Monique Augras em 1969 – que permitiram o livre acesso de estudantes e profissionais ao teste.

JOSÉ LEME LOPES (1904-1990), psiquiatra carioca, teve papel de relevo a partir do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

SYLVIO DE LYRA RABELLO (1899-1972), pernambucano, formado em Direito, com inúmeras obras sobre o desenho infantil.

O interesse, já visível nesse período, em conhecer e medir habilidades psicológicas e características da personalidade da população brasileira sofreu grande impulso após a Revolução de 1930, época em que a preocupação com a infância e o trabalho era o tema principal da política do novo governo.

Principalmente nos grandes centros urbanos desse momento, como São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, a "aplicação da teoria psicológica na solução de problemas práticos de todas as esferas da atividade" (Monarcha, 2001) reforçou a perspectiva de uma psicologia objetiva aplicada à criança que estuda e ao homem que trabalha. Com essa forma de intervenção, a psicologia se tornou uma poderosa aliada da tarefa que se colocava para os governantes da época, que era a de resolver os problemas econômicos e sociais produzidos pelo processo de industrialização que se anunciava.

O objetivo dos testes, nesse processo, foi propor soluções para o recrutamento e a seleção de trabalhadores de modo a garantir uma adaptação mais harmoniosa e produtiva para os cargos e funções exigidos pelos postos

de trabalho. Da mesma forma, nas escolas, a medida das aptidões individuais por meio dos testes psicológicos visava tanto à orientação para alocação no mercado de trabalho quanto à constituição de turmas homogêneas.

Com o movimento da Escola Nova (cf. capítulo 7 e 15), propondo que o sistema educacional deveria ser público, laico, gratuito e para ambos os sexos, as escolas se transformam em laboratórios para a formação de cidadãos. Tributários do modelo americano para a educação, que pressupõe o desenvolvimento pleno das potencialidades do indivíduo, os estabelecimentos escolares tornam-se elemento fundamental desse processo, por possuírem o equipamento necessário para a estimulação coordenada e científica das habilidades naturais infantis de modo a suscitar e incutir nas crianças brasileiras as noções de responsabilidade, disciplina, cooperação e patriotismo.

Foi nesse contexto que, em 1934, Lourenço Filho (cf. capítulo 15) publicou a primeira edição do teste ABC, instrumento genuinamente brasileiro porque construído com base em padrões culturais nacionais, testado e padronizado nas escolas das grandes cidades do Brasil. A partir dessa data, o teste teve 12 edições, a última delas em 1974; foi utilizado nas escolas de todo o país, na América Latina e, em 1954, aplicado em escolas francesas, tendo sido traduzido para a língua inglesa em 1962.

Lourenço Filho se inspirou nos trabalhos desenvolvidos por Binet, principalmente em suas teses relativas à utilidade de suas escalas de medida que, como já referido, pretendiam funcionar como auxiliares para o aprimoramento das intervenções educacionais. Apesar disto, descartou a noção de QI e a substituiu pela de nível de maturidade psicobiológica que seria o principal requisito para o sucesso da aprendizagem da escrita e da leitura. Segundo ele, o fracasso escolar decorreria das diferenças individuais no que tange ao grau de maturidade dos alunos.

O teste ABC visa determinar as deficiências particulares de cada criança de modo a garantir a organização eficiente das classes escolares. Instrumento de formulação e aplicação simples (o exame completo se faz em oito minutos), é composto por oito provas: coordenação visual-motora, memória imediata, memória motora, memória auditiva, memória lógica, prolação, coordenação motora, mínimo de atenção e fatigabilidade. A partir da aferição dessas habilidades, os alunos são organizados em três grandes grupos – fortes, médios e fracos – em função dos quais se constituem turmas escolares homogêneas. Ou seja, permitiria a realização do "sonho dourado" da pedagogia da época: a formação de classes homogêneas, as classes especiais de retardados e as dos bem dotados de inteligência, sonho homólogo ao de Binet.

Seguindo o trajeto iniciado por Lourenço Filho, e igualmente inspirada pelas propostas da Escola Nova, Helena Antipoff (cf. capítulo 15), em 1943, apresentou os primeiros resultados do teste de sua autoria, "Minhas Mãos", que pretendia ser um instrumento de diagnóstico psicopedagógico individual e igualmente importante para o controle da ação educativa da escola.

Apoiada nos trabalhos de Binet e Claparède que utilizavam material expressivo (redações e descrições de objetos e gravuras) para o estudo da personalidade, Antipoff acreditava na utilidade das composições escolares para o conhecimento das aptidões, traços de personalidade e sinais de inteligência das crianças. Seu interesse principal centrava-se na utilização de um instrumento considerado científico na educação da criança excepcional e do trabalhador rural.

Como o teste ABC, o Minhas Mãos é totalmente brasileiro, por ter sido testado, em sua fase de experimentação e pesquisa, em clínicas, escolas, universidades e centros de treinamento de professores rurais nacionais. Foi igualmente a partir desse trabalho de testagem prévia que o tema do teste foi definido.

O teste consta de uma redação com o título "As minhas mãos", feita de preferência à tinta e em folha de papel sem pauta. Sua aplicação pode ser individual ou coletiva, e sua avaliação contempla a análise temática e formal do material expressivo, a partir do que são definidos os elementos do texto a serem alocados nas seguintes funções psicológicas: participativa, imaginativa, mnêmica, interpretativa, lógica e afetiva, resultando em um laudo avaliativo da personalidade e da inteligência dos grupos estudados.

Em 1973 foram apresentados os resultados de pesquisa realizada durante dois anos cuja finalidade foi padronizar as formas de análise dos dados gerados pelo teste, de modo a torná-lo um instrumento mais seguro, do ponto de vista técnico, e aumentar sua utilidade nos diversos campos da psicologia aplicada.

É ainda utilizado atualmente, o que é atestado pela publicação contínua de seu *Manual de aplicação e apuração* e das máscaras de apuração dos resultados pelo Centro Editor de Psicologia Aplicada (CEPA). O CEPA, fundado em 1952 no Rio de Janeiro, é um dos principais editores de testes psicológicos no Brasil.

Mira y López, entusiasta do teste Minhas Mãos, foi outra figura importante para a disseminação dos testes em nosso país.

Emílio Mira y López, (1889-1964), psiquiatra catalão, nascido em 1898 em Santiago de Cuba, passou a infância e a juventude em Barcelona e faleceu em 1964 no Rio de Janeiro. Socialista, chefiou o serviço de psiquiatria dos Republicanos durante a Guerra Civil Espanhola. Após a vitória do generalíssimo Franco na guerra civil espanhola, exilou-se em vários países – França, Estados Unidos, Cuba, Chile, Argentina, Uruguai – antes de se fixar, em 1947, no Rio de Janeiro.

Criou o teste PMK (psicodiagnóstico miocinético) que, embora não tenha sido formulado no Brasil, sendo apresentado pela primeira vez no Setor de Psiquiatria da Real Academia de Londres em 1939, merece destaque nesta apresentação pelo fato de ter sido aqui que a configuração final do teste foi padronizada (utilizadando amostras da população brasileira para tal fim) em função da radicação definitiva de Emílio Mira em nosso país.

O PMK é um teste expressivo de personalidade que objetiva fornecer dados acerca do que Mira y López denomina "'esqueleto caracteriológico' por meio da medida do equilíbrio tensional entre as três coordenadas fundamentais da conduta: intra e extraversão; auto e heteroagressão; e depressão e elação" (Mira y López *apud* Coronel, 1962: 99).

Em 1945, Mira vem ao Brasil, especificamente a São Paulo e ao Rio de Janeiro, a convite de várias instituições voltadas para o desenvolvimento científico, industrial e da administração pública (Universidade de São Paulo, Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, Divisão de Ensino e Seleção da Estrada de Ferro Sorocabana, Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP e outras) dar cursos que envolvem temas como o papel da psicologia na ciência do trabalho, seleção e orientação profissional, análise profissiográfica, o exame psicotécnico etc. Curso bem-sucedido que culminou em um convite, em 1947, para dirigir o recém-criado Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), órgão pertencente à Fundação Getúlio Vargas que objetivava estudar cientificamente as aptidões e habilidades psicológicas de modo a utilizar esse conhecimento para aprimorar o ajustamento do trabalhador ao trabalho.

Através do ISOP, Mira cria em 1949 a Associação Brasileira de Psicotécnica (hoje em dia Associação Brasileira de Psicologia Aplicada – ABRAPA) e os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (atualmente Arquivos Brasileiros de Psicologia). O ISOP foi um dos principais centros irradiadores da psicologia científica no país, formando psicotécnicos e construindo (por meio de artigos na revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*) a necessidade de regulamentação da profissão, o que ocorreu em 1962, através da Lei 4.119. Nos anos 1970, passa a dedicar-se à pós-graduação, até ser extinto em 1990.

A partir do estabelecimento de seu autor no ISOP e no Rio de Janeiro, o PMK passou a ser amplamente utilizado para seleção e orientação profissional e foi divulgado em todo o país. Em 1949 foi levada a cabo sua padronização definitiva. Além disso, inúmeras pesquisas foram realizadas para a definição psicométrica da consistência, confiabilidade e validade do teste que ampliaram sua utilização até os nossos dias, em contextos diversificados: na clínica, seleção e orientação, no psicodiagnóstico e no exame psicotécnico para habilitação de motoristas no Detran.

É relevante notar que a implementação e expansão dos procedimentos de medida objetiva das características psicológicas no Brasil, e seu posterior encampamento pelos cursos de psicologia, é devedora da impulsão que esses autores tiveram, em maior ou menor grau, de órgãos oficiais do governo no período de 1930 a 1950 e de sua adesão ao projeto idealizado pelo Estado brasileiro, através de vários governantes desse período, para o que foi denominado processo de modernização do Brasil. Modernização que envolvia a classificação e a mensuração dos indivíduos de acordo com suas habilidades no mercado de trabalho. Técnicos de órgãos como o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), o IDORT (Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho), o ISOP, o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais) foram defensores desse movimento brasileiro dos testes psicológicos e acreditaram na ampliação de seus horizontes, visando a uma psicologia objetiva e científica, apta, portanto, a contribuir para a solução dos problemas humanos e sociais. Esta proposta, contudo, foi severamente criticada por outras abordagens teórico-metodológicas na psicologia, que enfatizavam ora a superficialidade das medidas, ora a impossibilidade de medir a subjetividade individual, ora seu aspecto ideológico (e não científico) ou mesmo seu caráter rotulador e de controle.

Conseqüentemente, nesse período, os psicólogos nem sempre gozavam da devida credibilidade diante da sociedade, pois freqüentemente ocorriam questionamentos relativos à legitimidade do uso desses instrumentos, bem como ao papel pouco claro do psicólogo e dos serviços por ele prestados.

Essas questões, somadas à importação de testes europeus e americanos totalmente inadaptados à realidade brasileira, produziram ao longo dos anos um quadro em que a grande maioria dos testes apresentava desatualização e ausência de padronização referente à população brasileira, inaceitável não-validação e deficiente formação de profissionais que valorizassem a aplicação não mecânica das técnicas. Mesmo após o reconhecimento da profissão, em 1962, a prática profissional ainda carecia de regulamentação específica que norteasse o uso dos testes psicológicos. Além dessas dificuldades, testes circulavam sem nenhuma fundamentação teórica e empírica e, até mesmo por isso, ocorreram algumas impugnações judiciais de laudos psicológicos em razão de um suposto excesso de subjetividade nas avaliações psicológicas. Gradativamente também ocorreram problemas ligados às editoras dos testes (algumas delas até sem o registro nos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs), que produziam manuais e testes sem a devida validação psicométrica e acompanhamento por parte de psicólogos. A comercialização dos manuais

igualmente ocorria sem controle adequado, favorecendo a aquisição por parte de leigos e a aplicação indevida fora do âmbito da psicologia.

Nos anos 1980, a situação dos testes começou a ser discutida na Comissão de Métodos e Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), mas somente em 1997 surgiram os primeiros resultados, via documento que objetivava instruir a definição da política nacional relativa aos usos dos testes psicológicos no Brasil. Em Brasília, no ano 2000, o I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica, por iniciativa do CFP e dos CRPs, elaborou propostas que englobavam a reestruturação curricular do ensino da disciplina Técnicas de exame psicológico, a busca de aprimoramento profissional e o respaldo social do exercício da psicologia.

Com isso, o CFP formou comissões de especialistas que avaliaram os testes em uso no país, redundando, em novembro de 2003, na aprovação de uns e na rejeição de outros tantos, fato que ensejou inclusive disputas judiciais. A questão da credibilidade desses instrumentos parece ter sido o ponto comum que alcançou tanto aqueles utilizados para recrutamento e seleção e para decisões judiciais sobre a guarda de crianças quanto os aplicados para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Essas ações do CFP estabeleceram, portanto, na história dos testes no Brasil, um divisor de águas entre o que pode ser aceito e o que deve ser rejeitado nos testes. Destacaram a desatualização e a ausência de padronização, as lacunas a respeito da fidedignidade e da validade na realidade brasileira, principalmente no caso de testes estrangeiros importados, assim como certa imprecisão teórica, o que pode comprometer e praticamente inviabilizar certas técnicas.

A essas questões, contudo, queremos acrescentar outras. Inicialmente, podemos pensar que os testes aqui citados, e os que vieram depois, atendiam a demandas de uma sociedade regida por uma determinada lógica nas relações sociais de trabalho e de educação, lógica que atualmente não se mantém. São outros os trabalhadores requisitados, são outros os alunos das escolas, são outras as necessidades individuais e subjetivas, que, acreditamos, podem estar a exigir outras formas de avaliação psicológica.

Neste sentido, consideramos pertinentes as ponderações decorrentes dos trabalhos do CFP (e outros mais que venham a surgir), principalmente quanto à importância de privilegiar o rigor na construção de novos testes psicológicos, de modo que estes venham a atender aos procedimentos psicométricos conhecidos e utilizados para tal fim, e que também deverão servir para refrear a banalização do uso desses instrumentos. Por outro lado, isso poderá redundar,

igualmente, em repensar e reavaliar a importância e as características de um instrumento de medida que, como vimos, tem tido também, ao longo de sua história, um papel político decisivo na normatização das sociedades modernas. Na contemporaneidade, outros processos de subjetivação podem vir a exigir novas formas de medir, diferenciar e classificar.

Indicações bibliográficas e estéticas

Minority Report, filme dirigido por Steven Spielberg
Eu, robô, livro escrito por Isaac Asimov.

Referências

Anastasi, A. (1965) *Testes psicológicos.* São Paulo: Herder.

Antipoff, Helena. (1975) *Testes MM – Relatório de pesquisa sobre o teste MM*. Belo Horizonte: Fundação Estadual de Educação Rural.

Binet, Alfred e Henri, Vitor. (1895) La Psychogie Individuelle. In: *L'Année Psychologique* 2: 411-465.

Boring, E. G. e Herrnstein, R. J. (1971) *Textos básicos de história da psicologia.* São Paulo: Herder.

Cattell, James Mckeen. (1890) Mental Test and Measurements. In: *Mind Magazine* 15: 373-381.

Coronel, Cesar G. (1962) *El Psicodiagnostico Miokinetico – Su teoria y su Pratica*. 2ª ed. Buenos Aires: Editorial La Erre.

Foulquie, P. e Deledalle, G. (1965) *A psicologia contemporânea.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Freitas Campos, Regina Helena. (org.) (2002) *Helena Antipoff. Textos escolhidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP (Coleção Clássicos da Psicologia).

Galland de Mira, Alice Madeleine. (1987) *PMK – Psicodiagnóstico miocin*ético. São Paulo: Vetor/ Editora psicopedagógica.

Garrett, Henry E. (1966) *Grandes experimentos da psicologia.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Gould, Stephen Jay. (1999) *A falsa medida do homem.* São Paulo: Martins Fontes.

Jacó-Vilela, Ana Maria. (1999) Análise inicial da produção escrita em psicologia no Brasil. In: Jacó-Vilela, Ana Maria e Mancebo, Deise (orgs.) *Psicologia social. Abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos.* Rio de Janeiro: EdUERJ.

Lourenço Filho, M. (1969) *Testes ABC.* 11ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Mancebo, Deise. (1989) Formação em Psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. In: Jacó-Vilela, Ana; Jabur, Fábio e Rodrigues, Heliana de Barros Conde (orgs.) *Clio-Psyché:*

histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.

Melo, Walter. (1989) Ulisses Pernambucano: o enamorado da liberdade. In: Jacó-Vilela, Ana; Jabur, Fábio e Rodrigues, Heliana de Barros Conde (orgs.) *Clio-Psyché:histórias da psicologia no Brasil.* Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.

Monarcha, Carlos. (2001) *Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação – São Paulo – 1922/1933*. Brsília: INEP/MEC.

Monteiro, Denise da Rocha e Cruz Lima, Suzana. *Therezinha Lins de Albuquerque.* Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia (Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira), no prelo.

Rosas, Paulo. (2003) *Comunicação pessoal por meio eletrônico (e-mail), informações para Silvia, psicodiagnóstico de Rorschach*. Série Paralela, de Ulisses Pernambucano, outubro.

Wissler, Clark. (1901) The Correlation of Mental and Physical Tests. In: *The Psycological Review Monograph Supplements,* 3, N. 06 (série N. 16), 4, 27, 29, 34-36.

www.epub.org.br

www.whonamedit.com

Capítulo 17
A psicologia comparada

Maria Emilia Yamamoto

A possibilidade de utilização do animal como modelo para a compreensão do comportamento humano é aberta por Charles Darwin, em função de dois de seus livros: *A origem das espécies* (1981 [1859]) e *A expressão das emoções no homem e nos animais* (2000 [1873]). No primeiro, ele propõe a TEORIA DA EVOLUÇÃO através da SELEÇÃO NATURAL, que parte do pressuposto que há uma continuidade entre todos os seres vivos, o homem aí incluído. Isto já havia sido proposto por Aristóteles em sua *Scala Naturae*; porém, a evolução aí era como uma escada, com o homem em seu topo. O grande mérito de Darwin foi descartar a linearidade e propor uma estrutura ramificada, a árvore da vida, nascida de uma única raiz, evoluindo e diversificando-se em inúmeros ramos evolutivos. As diferenças perdem neste caso a conotação de grau ou *status*, de melhor e pior, de perfeito e imperfeito, sem perder sua relação histórica com a raiz da vida. A continuidade entre homens e animais, a relação estreita entre todos os seres vivos, abre as portas para a utilização dos animais na compreensão do comportamento humano.

A TEORIA DA EVOLUÇÃO propõe que as espécies hoje existentes evoluíram a partir da modificação genética de seus ancestrais, através de alterações graduais, e pelo mecanismo da seleção natural. Após a formulação de Darwin várias adições foram propostas, como as mutações neutras, o efeito do fundador, a deriva genética e a exaptação. A SELEÇÃO NATURAL é o processo através do qual indivíduos mostram sobrevivência e/ou reprodução diferencial. Para que a seleção natural ocorra, três condições devem ser satisfeitas: a) a população em que esse indivíduo se encontra deve mostrar variação genética; b) essa característica, de base genética, deve ser transmitida através da hereditariedade; c) algumas das variações devem prover vantagens reprodutivas e/ou de sobrevivência ao seu portador.

Darwin desenvolveu a teoria da seleção natural sem qualquer conhecimento das leis mendelianas da genética, o que torna o seu feito ainda mais notável. Rose (1998) relata que após a morte de Darwin foi encontrada, entre seus papéis, uma correspondência com a cópia do trabalho de Mendel com ervilhas, ainda por abrir. Fica a cargo de nossa imaginação o que poderia advir desse encontro de idéias.

O segundo livro, *A expressão das emoções no homem e nos animais*, abriu as portas para o estudo do homem e de sua psicologia do ponto de vista evolutivo. Esse foi o terceiro e último de uma série de livros com os quais Darwin pretendia

dar sustentação à teoria da evolução, proposta na *Origem*. Nas *Emoções*, Darwin demonstra que os animais têm emoções e descreve como eles as demonstram. O último terço do livro é dedicado às emoções humanas. Darwin defende que a manifestação de boa parte das emoções não é aprendida, mas que foi gradualmente adquirida através da evolução. Considera que essas expressões têm sua origem em ancestrais, em alguns casos comuns a outras espécies, o que se evidencia pela semelhança com que elas se expressam (por exemplo, a fúria em cães, macacos e homens, pela exibição dos caninos) e pela sua universalidade. Esse livro pode ser considerado o precursor do estudo das bases biológicas do comportamento, área extremamente atual na psicologia e nas neurociências, ao relacionar as expressões e as emoções subjacentes com reações fisiológicas que as acompanham.

Após a morte de Darwin, a influência de sua teoria perdeu força. Darwin e a teoria da evolução permaneceram mais ou menos esquecidos, mesmo no início do século XX quando as leis de Mendel foram redescobertas. O renascimento da doutrina darwinista coincide com dois movimentos aparentemente irreconciliáveis que sacudiram a psicologia entre 1930 e 1940, um deles claramente ligado à proposta darwiniana: a etologia, nascida na Europa, e a psicologia comparada ou experimental, com raízes nos Estados Unidos.

Como vimos no capítulo 6, na passagem para o século XX os estudos sobre psicologia comparada passaram a ganhar contornos mais comportamentais, recorrendo a modelos mais parcimoniosos na explicação do comportamento animal. Expressão dessa tendência são a teoria dos tropismos de Jacques Loeb, a reflexologia de Ivan Pavlov (cf. capítulo 10) e a teoria do Ensaio e Erro de Edward Lee Thorndike (cf. capítulo 11). Especialmente os dois últimos vão desaguar nos modelos behavioristas do comportamento animal, com grande ênfase no conceito de aprendizagem e recusa de conceitos inobserváveis e mentalistas, como o de instinto. Tais estudos, operados especialmente em laboratório, visavam à previsão e ao controle da conduta (principalmente a humana).

No período entre guerras, de 1930 a 1940, irá surgir na Europa uma abordagem proposta por biólologos, claramente inspirados pelo darwinismo – a etologia. Nesse primeiro período, a etologia claramente se posiciona em oposição à psicologia animal, em especial a behaviorista. A grande batalha travou-se fundamentalmente acerca da questão do desenvolvimento. Enquanto os etólogos enfatizavam o papel da natureza, do biológico, os psicólogos consideravam que os comportamentos eram fundamentalmente aprendidos.

Contudo, no período que se segue à Segunda Guerra, começa a se esboçar um profundo diálogo. Vejamos alguns dos princípios que regem o funcionamento da etologia, e os rumos que esta seguiu no diálogo com a psicologia animal.

A etologia no período entre guerras

De início, deve-se dizer que sendo os pontos de partida da etologia e da psicologia experimental tão diferentes, também o serão os procedimentos, as condições de coleta de dados, as questões estudadas e, inevitavelmente, os resultados obtidos. Então, enquanto os etólogos preferiam estudar uma ampla variedade de animais, mas principalmente peixes e pássaros, em ambiente natural, à procura de características específicas das espécies, os psicólogos estudavam mamíferos, principalmente ratos, em ambiente controlado de laboratório, buscando leis gerais de aprendizagem. Não é de surpreender que os primeiros descreveram comportamentos estereotipados, característicos de cada espécie, dando origem a conceitos tais como padrão fixo de ação, que consiste em uma resposta motora padronizada, específica da espécie, que pode ser iniciada por um estímulo ambiental, mas que continua até que a seqüência se complete independentemente da influência de estímulos externos, estímulo sinal, um estímulo simples, tal como uma cor ou som, que desencadeia um padrão fixo de ação, e mecanismo liberador inato, um mecanismo neuro-sensorial especial que libera uma reação a um estímulo-sinal ou a uma combinação deles.

Duas são as figuras mais representativas do primeiro movimento – Konrad Lorenz e Nikolaas Tinbergen. O legado de Tinbergen é visível

Konrad Lorenz (1903-1989), austríaco de família bem-sucedida. Seu pai era um ortopedista afamado, e Lorenz cresceu na ampla propriedade familiar, na qual conviveu com os animais de que tanto gostava. Extrovertido, exuberante, Lorenz dominava e encantava a todos em congressos e conferências e talvez tenha sido o cientista que mais contribuiu para a divulgação do comportamento animal enquanto área de investigação. Defensor intransigente da observação naturalista do comportamento, é por muitos considerado um contador de histórias mais do que um cientista. Seguindo a vontade do pai, formou-se em Medicina na Universidade de Viena em 1928 e cinco anos mais tarde obteve o doutoramento em Zoologia na mesma universidade. Trabalhou no Instituto Max-Planck até sua aposentadoria, quando fundou o Instituto de Etologia Comparada, em Altenberg, sob os auspícios da Academia Austríaca de Ciências.

Nikolaas Tinbergen (1907-1988) estudou biologia e obteve seu doutoramento na Universidade de Leiden, da qual se tornou mais tarde professor. Ele é descrito como um homem gentil e discreto, um cientista cuidadoso que planejava seus experimentos de forma elegante, respondendo a questões sobre a evolução. Conheceu Lorenz em 1936 e visitou-o no verão do ano seguinte em sua casa am Altenberg. Muitos consideram que nesse momento nasceu a etologia (Dewsbury, 2003). Em 1949 transferiu-se para a Universidade de Oxford, com o objetivo de divulgar a etologia. Sua carreira acadêmica só foi interrompida quando, junto com vários colegas, demitiu-se como uma forma de protesto contra os esforços alemães de "limpar" o corpo docente. Isto lhe custou dois anos em um campo de prisioneiros. A experiência da guerra o marcou de tal modo que ele, daí em diante, recusou-se a falar alemão (De Waal, 2001). Lorenz, por outro lado, foi acusado de defender idéias nazistas,

principalmente relacionadas à suposta hibridação das raças humanas. Em pronunciamentos e em textos, mais tarde, Lorenz admitiu que havia interpretado incorretamente as posições do regime nazista, porém continuou defendendo a idéia dos malefícios da "domesticação". O reconhecimento da área veio com a concessão do Prêmio Nobel de Medicina em 1973 a esses dois pesquisadores juntamente com Karl von Frisch. A razão apresentada para a concessão do prêmio foi que esses pesquisadores, com seu entendimento das bases evolutivas do comportamento, haviam tirado essa área do beco sem saída das explicações divergentes, fornecendo uma visão abrangente. Curiosamente, Jay Tinbergen, irmão de Nikolaas, já havia recebido o Prêmio em 1969, por seu trabalho na área de economia.

até hoje nos trabalhos científicos da área. As quatro questões propostas por ele para estudar o comportamento animal são consideradas como a pedra de toque do estudo do comportamento. Essas questões constituem uma resposta à divergência sobre que tipo de explicação acerca do comportamento é a mais adequada. Tinbergen sugere quatro questões complementares que deveriam ser respondidas para um completo entendimento da determinação do comportamento: a) quais são os mecanismos que regulam o comportamento; b) como o comportamento se desenvolve; c) qual o seu valor de sobrevivência; d) como ele evoluiu ou qual sua história filogenética. As duas primeiras são também chamadas de questões próximas, pois dizem respeito aos determinantes localizados nos ambientes interno e externo do indivíduo. As duas últimas são chamadas de questões finais ou funcionais, no sentido de que procuram por determinantes evolutivos. Poderíamos dizer que as questões próximas são questões do tipo "como" e as finais do tipo "por que". Tinbergen afirma ainda que a psicologia só trabalharia com as duas primeiras causas.

Em busca de um diálogo

Lorenz e os behavioristas, tendo em Skinner seu representante mais emblemático, representam os extremos no contínuo inato/adquirido no estudo do desenvolvimento. A polêmica levantada por essas duas posições, no entanto, foi longa e feroz. Muito foi escrito e dito por defensores de ambos os lados, mais para criticar a posição oposta do que para defender a própria posição. Porém, uma parte dos cientistas da época situava-se em uma espécie de área cinzenta, entre eles Daniel Lehrman (1919-1972), que foi uma peça-chave na integração das duas abordagens. Lehrman era um homem tão carismático quanto Lorenz, e alinhava-se com os psicólogos experimentais. Por formação e inclinação, porém, ele aliava aos estudos sobre hormônios e o comportamento em pombos, que realizava em seu laboratório, a paixão pela observação naturalista de pássaros. Em 1953 publicou um artigo no periódico *Quarterly Review of Biology* intitulado "A critique of Konrad Lorenz's

theory of instinctive behavior" no qual ele criticava a dicotomia entre inato e aprendido defendida por Lorenz. Lehrman criticava duramente a idéia de que todos os comportamentos pudessem ser classificados como inatos ou aprendidos e propunha como alternativa uma abordagem interacionista. Lehrman argumentava que todo comportamento origina-se de uma interação entre um organismo em desenvolvimento e seu meio, antecipando a posição predominante nos dias atuais. Durante pelo menos as duas décadas seguintes foi travado um acirrado debate sobre a questão inato/aprendido, biológico/social, natureza/criação (em inglês, *nature/nurture*) que constituiu o cerne da disputa entre os dois grupos. Defensores de uma ou outra posição não conseguiam enxergar o mérito da posição oposta e acumulavam evidências favoráveis à posição que defendiam.

Do lado dos psicólogos experimentais, o conceito de inato era amplamente criticado, seja pela dificuldade de definição (normalmente, ele era definido pela sua negação – aquilo que não é aprendido), ou pela acumulação de evidências de que algumas das características associadas a ele podem facilmente ser atribuídas a outras causas. Por exemplo, o caráter estereotipado de um comportamento, que para os etólogos era evidência de que era característico da espécie e inato, podia ser também explicado por um ambiente extremamente uniforme para os animais de uma determinada espécie. Além disso, o caráter inato de um comportamento não podia ser demonstrado experimentalmente, embora tenham sido feitas tentativas através dos EXPERIMENTOS DE ISOLAMENTO e de CRUZAMENTO. Estes não permitiam a exclusão do ambiente como fator de influência sobre a expressão do comportamento. O segundo tipo, principalmente, traz embutida uma falácia, a de que a existência de uma base genética impede qualquer influência do ambiente. O argumento inatista perdeu ainda mais força quando foi demonstrado que comportamentos tradicionalmente tidos como inatos e específicos da espécie podiam ser modificados pela experiência,

EXPERIMENTOS DE ISOLAMENTO: são experimentos nos quais os animais são separados de seus co-específicos no momento do nascimento, passando a viver isolados até que venham a ser testados. A lógica por trás deste experimento é que o animal não teria oportunidades de aprender com outro animal da mesma espécie, e por isso o comportamento resultante deveria ser inato. Obviamente, a aprendizagem também se dá por interação com o ambiente físico, e esses experimentos não eliminavam a possibilidade de aprendizagem.

EXPERIMENTOS DE CRUZAMENTO ou de hibridação: há três variações desse experimento. Na primeira, indivíduos com variações em determinado traço ou comportamento são cruzados e observa-se como o traço se manifesta na prole. No segundo caso, linhagens de comportamento semelhante são cruzadas entre si para enfatizar o traço. No terceiro caso, faz-se o cruzamento seletivo, também chamado de seleção artificial, no qual indivíduos com uma determinada característica são cruzados para acentuar essa característica. Este tipo de experimento não fornece evidências para o caráter inato do comportamento, apenas para sua base genética. No entanto, o fato de um comportamento apresentar base genética não significa que ele não sofre influência do ambiente, não fornecendo portanto uma base segura para o caráter inato do comportamento ou traço.

como é o caso do ato de sugar em bebês. Embora um bebê recém-nascido mostre-se capaz de sugar o bico do seio, de uma mamadeira ou de uma chupeta, esse comportamento não é imune à experiência. Vários estudos sugerem que o bebê aprimora essa habilidade à medida que se desenvolve, e que a lactação é um importante canal de comunicação entre mãe e criança, de forma que essa atividade torna-se, com o decorrer do tempo, algo muito mais complexo do que apenas um episódio de alimentação, atestando a plasticidade do comportamento humano. Se, por um lado, o argumento permanece entre alguns pesquisadores, sua força científica esmoreceu em função das novas evidências.

Por outro lado, os etólogos insistiam em que a aprendizagem não podia ser encarada como uma regra sem limites. Neste sentido, o envolvimento da aprendizagem na modelagem de um comportamento não significa que esse comportamento não tenha uma base genética. Da mesma forma, não se pode ensinar qualquer coisa a qualquer indivíduo; as características biológicas de cada espécie impõem limites que não podem ser transpostos. A famosa frase de Watson afirmando que poderia transformar qualquer bebê saudável em um médico, advogado, comerciante ou mendigo, independentemente de seus talentos, peculiaridades, habilidades, vocação ou raça (citado por Goodenough *et al.*, 1993), não podia ser aceita pelos etólogos. Rapidamente, até mesmo os psicólogos perceberam que ela era, de fato, uma afirmação muito ampla e extrema para ser verdadeira. Keller e Marion Breland (1961), alunos de Skinner que treinavam animais para fins comerciais, contam a respeito de sua dificuldade em treinar um guaxinim a depositar uma ou duas moedas em um cofrinho, na vitrine de um banco, de forma a encorajar os transeuntes a iniciarem uma poupança. O guaxinim perdeu rapidamente seu "emprego", assim como o casal de psicólogos, quando, antes de colocar as moedas no cofrinho e assim receber um alimento como recompensa, o animal passava alguns bons minutos esfregando as moedas ou colocando-as na fenda do cofre e retirando-as em seguida. Ou seja, ao fazer a associação entre seu desempenho e o alimento, essa associação remeteu a outra, muito mais forte porque específica da espécie, entre limpeza e alimento.

Um outro princípio da aprendizagem, o da equivalência de associação, também foi questionado. Garcia e Koelling (citados por Goodenough *et al.*, 1993), em um engenhoso experimento, mostraram que alguns tipos de associações eram passíveis de ser estabelecidas, como um gosto doce à náusea e uma luz a um choque, resultando em comportamentos de ESQUIVA

ESQUIVA: comportamento caracterizado como de evitação de um estímulo aversivo pela apresentação de um comportamento que adia ou elimina tal estímulo.

em ratos. Porém, o contrário, a associação da luz à náusea e do gosto doce ao choque não resultava em comportamento de esquiva. As predisposições naturais da espécie resultam em diferentes habilidades de aprendizagem que refletem adaptações a diferentes *habitats* ou estilos de vida. Essas adaptações são adquiridas ao longo de milhares, muitas vezes milhões de anos de evolução, e dificilmente podem ser erradicadas por um processo de aprendizagem em uma situação artificial.

Foi apenas a partir da década de 1970 que esse debate começou a perder força. A gradativa integração dos dois campos deve muito a Lehrman – não apenas pela força de seus argumentos, mas também pelo fato de que sua formação no estudo naturalista de pássaros derrubou barreiras do lado dos etólogos – e também a Tinbergen, que, com sua mentalidade experimental aliada ao método naturalista, estabeleceu os parâmetros para a pesquisa em psicologia comparada. A posição dominante atualmente reconhece as predisposições biológicas, presentes em todos os indivíduos, e sua modulação pelo ambiente, resultado de um sistema nervoso fundamentalmente plástico. Embora o debate natureza/criação ainda perdure em alguns redutos, na grande maioria das áreas há um entendimento de que não é possível falar em determinação genética ou ambiental desvinculadas uma da outra. A interação entre elas é que define a individualidade e as diferenças individuais, mantendo, não obstante, um padrão específico que define a pertinência taxonômica do indivíduo a uma espécie.

Desenvolvimentos atuais

Na segunda metade do século XX, novos conceitos foram propostos para explicar a evolução do comportamento, entre eles a SELEÇÃO DE PARENTESCO, a APTIDÃO ABRANGENTE e a TEORIA DOS JOGOS, lançando os fundamentos do chamado neodarwinismo. Estes conceitos ampliaram o âmbito da explicação evolucionista e deram origem a duas novas áreas: a ecologia comportamental, mais ligada à biologia e herdeira direta da etologia de Tinbergen; e a psicologia evolucionista, uma combinação da biologia evolutiva e da psicologia cognitiva.

SELEÇÃO DE PARENTESCO: processo através do qual características são favorecidas em função de benefícios para a sobrevivência de parentes, descendentes ou não.

APTIDÃO ABRANGENTE: soma da aptidão obtida através da própria reprodução e do esforço empregado na reprodução de parentes não descendentes, como irmãos.

TEORIA DOS JOGOS: teoria originalmente desenvolvida por John Nash para aplicação na área da economia e adaptada por John Maynard Smith para analisar custos e benefícios de estratégias comportamentais complexas.

Esta abordagem propõe o estudo da "mente humana adaptada" (Barkow, Cosmides e Tooby, 1992) e tem sido igualmente criticada e festejada. Esta disciplina é ainda muito jovem para que possa ser adequadamente avaliada, mas seu impacto não pode ser ignorado (Boyer e Heckhausen, 2002). A psicologia evolucionista e a ecologia comportamental são disciplinas muito próximas, e há um fluxo de informações entre elas, fruto de sua raiz comum.

No Brasil, a etologia e o estudo do comportamento animal têm sua origem na psicologia, mais especificamente no Laboratório de Psicologia Animal do Instituto de Psicologia da USP, criado por Walter Hugo de Andrade Cunha (1928-), em meados de 1960. Esse laboratório, na realidade um sauveiro instalado de forma meio precária que por vezes necessitava de uma operação de recuperação de operárias em fuga (Fuchs, 1995), foi a origem dos primeiros pesquisadores na área de comportamento animal e etologia, formados por Cunha. Alguns deles seguiram carreira acadêmica na própria USP, como Ana Maria Almeida de Carvalho, Fernando José Leite Ribeiro, Mário Guidi e César Ades. Cunha e o IPUSP foram, de certa forma, um centro irradiador na formação de novos grupos voltados ao estudo do comportamento animal. Dos grupos que hoje trabalham nessa área, a maior parte tem uma ligação com aquela instituição, embora vários tenham em sua origem ou incorporados posteriormente profissionais formados em outras instituições e no exterior. Alguns desses grupos – e me refiro aqui àqueles ligados mais especificamente à psicologia – estão localizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Universidade Católica de Goiás, na Universidade Federal do Pará e na Universidade Federal de Santa Catarina. A nova área de psicologia evolucionista é incipiente no país, com alguns poucos pesquisadores espalhados em algumas instituições, mas há um grande interesse entre alunos e profissionais, prevendo seu crescimento.

Para finalizar, há dois pontos importantes que devem ser destacados: o primeiro diz respeito ao fato de que esta é uma área, por definição, multidisciplinar. Isto implica o envolvimento de profissionais de diferentes formações, e a utilização de conceitos da biologia, das neurociências, da genética, da antropologia e outras áreas além da psicologia. Essa estreita relação com as ciências biológicas tem provocado sugestões de que a etologia e a psicologia evolucionista são tentativas de "biologizar" a psicologia, minimizando o papel da cultura e dos fatores sociais na explicação do comportamento humano. Esse temor está, em grande parte, fundado na suposição de que o biológico ou genético é fixo e imutável, e também na crença de que a inclusão de fatores biológicos exclui a possibilidade de recorrer

a fatores socioculturais para explicar o comportamento. Na realidade, a integração de conceitos de disciplinas diferentes amplia o escopo da explicação do comportamento humano, permitindo uma visão mais ampla e integrada, que só virá a enriquecer a análise psicológica.

Indicações estéticas e bibliográficas

Rose, M. R. (2000) *O espectro de Darwin.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Esse livro traz uma visão das origens da teoria evolucionista e também uma avaliação do impacto dessa teoria sobre vários setores da atividade humana, como agricultura, medicina, eugenia e religião. Leitura agradável, porém cuidadosa, do ponto de vista dos conceitos e referências.

Ridley, M. (2000) *As origens da virtude*. Rio de Janeiro: Record.

Esse é um livro de divulgação, com linguagem acessível, que discute a evolução do comportamento moral nos humanos.

Desmond, A. e Moore, J. (2000) *Darwin: a vida de um evolucionista atormentado*. São Paulo: Geração Editorial.

Uma biografia extensa de Darwin, que enfoca não apenas o cientista, mas também o homem com suas dúvidas, temores, tristezas e doenças. Interessante e ilustrativo.

Gould, S. J. (1977) *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo: Martins Fontes.

Republicação dos ensaios publicados pelo autor na *Natural History Magazine*, entre 1994 e 1997. Apesar de antigos, os textos são atuais e escritos de maneira a cativar a atenção do leitor. Gould discute desde as razões pelas quais Darwin levou 20 anos para publicar sua teoria da evolução até questões mais específicas, como a influência do tamanho no formato dos objetos, a questão da perfeição e a evolução humana.

Referências

Barkow, J. H., Cosmides, L. e Tooby, J. (1992) *The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture*. Oxford: Oxford University Press.

Boyer, P. e Heckhausen, J. (2002) Introductory notes. *American Behavioral Scientist* 43, 917-925.

Breland, K. e Breland, M. (1961) The misbehavior of organisms. *American Psychologist* 16, 681-684.

Darwin, C. (1981 [1859]) *A origem das espécies*. São Paulo: Hemus.

___ (2000 [1873]) *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras.

De Waal, F. (2001) *The Ape and the Sushi Master: Cultural Reflections of a Primatologist*. Nova York: Basic Books.

Dewsbury, D. A. (2003) The1973 Nobel Prize for Physiology and Medicine: Recognition for behavioral science? *American Psychologist* 58: 747-752.

Fuchs, H. (1995) Psicologia animal no Brasil: o fundador e a fundação. *Psicologia USP* 6, 15-42.

Goodenough, J., McGuire, B. e Wallace, R. (1993) *Perspective on Animal Behaviour*. Nova York: John Wiley & Sons.

Lehrman, D. (1953) A critique of Konrad Lorenz's theory of instinctive behavior. *Quarterly Review of Biology* 28: 337-363.

Rose, M. R. (1998) *Darwin's Spectre: Evolutionary Biology in the ModernWorld.* Princeton: Princeton University Press.

Capítulo 18
O gestaltismo e o retorno à experiência psicológica

Marcia Moraes

No século XIX, as pesquisas em psicologia eram marcadas pela tese de que a experiência psicológica – fosse ela mnêmica ou perceptiva – deveria ser analisada a partir de sua relação com o mundo físico, definido de um ponto de vista mecanicista. O mundo físico sobre o qual se erguia o terreno da experiência era afirmado como campo da extensão e do movimento, do qual estavam excluídas quaisquer características de sentido, valor ou ordem. Tratava-se de um mundo definido por relações mecânicas que em nada se assemelhavam ao que nós, sujeitos ingênuos, experimentamos em nossa percepção ordinária. Através de nossa experiência perceptiva vemos um mundo pleno de sentido, de valor, de ordem. O desafio da psicologia no século XIX era encontrar parâmetros que permitissem uma investigação experimental da experiência psicológica. O que estava em jogo nessa investigação era a definição da experiência como uma parte do mundo físico, entre outras questões.

Nesse referencial, duas noções eram fundamentais: de um lado, a noção de sensação e, de outro lado, a hipótese da constância. Na psicologia do século XIX, a noção de sensação era entendida como o substrato de toda e qualquer experiência psicológica. A sensação era vista como um acontecimento fisiológico provocado pelo estímulo físico. Desse modo, a sensação é ao mesmo tempo física – porque provocada por um excitante externo –, fisiológica – porque dessa excitação resulta uma modificação do corpo –, e psicológica – porque a experiência psicológica tem na sensação o seu fundamento. A sensação é, portanto, um conceito-chave para o estabelecimento da relação entre a experiência e o mundo físico. Na medida em que é um acontecimento fisiológico, a sensação demarca que o vínculo entre o percebido e o dado objetivo se faz apenas por intermédio do organismo fisiológico. De fato,

o organismo fisiológico marca não só uma naturalização da questão da experiência, senão também uma possibilidade de dar conta cientificamente da relação entre os dois domínios de conhecimento separados desde a FÍSICA DE GALILEU, a experiência e a realidade objetiva.

A FÍSICA mecanicista do século XVII inaugura importante distinção, que será retomada pela psicologia dois séculos depois. Trata-se da distinção entre a verdadeira realidade e o conteúdo da percepção. Dito de outro modo, a verdadeira realidade não se identifica com o conteúdo da percepção, mas decorre do exercício de um cálculo. Assim, para se conhecer a verdadeira realidade é necessário reduzir as ilusões da experiência sensível usual a fim de se chegar ao conhecimento matemático, responsável pelo conhecimento da verdadeira realidade. A física de Galileu é considerada um marco epistemológico fundamental para o estabelecimento desta distinção.

A hipótese da constância resume o princípio acima descrito, ao afirmar que a excitabilidade de um elemento nervoso é invariante com relação a um certo excitante. A sensação situa-se, assim, no entroncamento da psicologia com a física e a fisiologia. Isso porque a sensação, como qualidade subjetiva, é concomitante a uma excitação nervosa que, por sua vez, é resultante da exposição do organismo fisiológico aos acontecimentos físicos excitantes. Além disso, a sensação está ligada apenas a uma excitação local, o que significa dizer que a excitação fisiológica em um elemento nervoso não é modificada pelo que se passa nos elementos vizinhos.

O declínio da noção de sensação

No final do século XIX, iniciou-se na psicologia um movimento centrado na tese de que o estudo da experiência deveria incidir sobre algo mais do que as sensações. É certo que esta tese já estava presente nos trabalhos de Wundt, em particular naqueles dedicados à psicologia dos povos. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, uma polêmica marca o campo da psicologia: aquela que consistia na distinção entre atos e conteúdos da experiência. Ainda que reconhecendo os limites da sensação para a definição da experiência psicológica, Wundt admitia ser a sensação um conteúdo da experiência. Diferentemente deste enfoque, Franz BRENTANO afirmava uma distinção entre os atos e os conteúdos da experiência. Para ele os conteúdos não seriam psíquicos, mas físicos. A psicologia deveria investigar não o conteúdo da experiência, não as representações, mas sim o ato de representar. A distinção entre ato e conteúdo tornou-se fundamental para a compreensão da experiência psicológica.

FRANZ BRENTANO (1838-1917), filósofo alemão dedicou parte da vida ao sacerdócio, o qual deixou no ano de 1873. No período de 1866 até 1873 foi professor de filosofia em Wurzburgo. Em 1874 tornou-se professor de filosofia em Viena. Nesse mesmo ano publicou seu famoso livro *A psicologia do ponto de vista empírico*.

A Escola de Wurzburgo, no início do século XX, sob a influência de Brentano, afirmava a existência do pensamento

sem imagem, passível de ser estudado através da introspecção experimental. Afirmar a existência de um pensamento sem imagem era ir de encontro a toda tradição da psicologia do conteúdo que acreditava que o pensamento, assim como a experiência psicológica, era em maior ou menor medida herdeiro da sensação.

Foi no contexto dessa distinção entre ato e conteúdo que a noção de estrutura começou a se desenhar como uma chave para o estudo da experiência, promovendo um deslocamento no campo das pesquisas: já não se tratava de definir a experiência através das sensações, mas sim de sublinhar a importância das relações entre as sensações. Esse deslocamento do foco de atenção das pesquisas é fundamental para que possamos compreender o alcance das pesquisas propostas pelo gestaltismo.

Na Áustria, von Ehrenfels chamava atenção para uma característica da experiência perceptiva, negligenciada nas pesquisas centradas na noção de sensação. Tomemos, por exemplo, uma melodia (A). Nós podemos transpô-la para outro tom, formando uma melodia (B). Nessa transposição de (A) para (B), todas as notas se alteram. No entanto, somos perfeitamente capazes de perceber a semelhança entre (A) e (B). Ora, se todos os elementos variam quando fazemos a transposição da melodia, por que somos capazes de reconhecer a semelhança entre (A) e (B)? Podemos, por exemplo, reconhecer a música *Garota de Ipanema*, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, em qualquer tom que a executemos. Por que somos capazes de reconhecer a identidade da música mesmo quando alteramos o tom no qual a música é executada? A semelhança percebida não pode advir das sensações, dos elementos, já que todos os elementos se modificam quando ocorre a transposição de um tom para outro. Esta argumentação desenvolvida por Ehrenfels aponta para o limite da noção de sensação, ou seja, aponta para a existência de algo não redutível ao campo das sensações consideradas isoladamente. Von Ehrenfels chama de qualidades estruturais essas características da experiência que dizem respeito não aos elementos, mas às relações entre os elementos. Na transposição de (A) para (B), somos capazes de reconhecer a semelhança entre as melodias porque percebemos as relações entre os elementos, e não os elementos isoladamente.

Cristian von Ehrenfels (1859-1932) foi discípulo de Brentano em Viena. Trabalhou como professor em Graz (1885-1888), em Viena (1889-1896) e em Praga (1896-1900). Publicou em 1890 um artigo no qual introduziu o conceito de qualidades estruturais.

É interessante salientar que as qualidades estruturais pertencem ao campo da sensibilidade. São dados sensíveis, ainda que de ordem superior. Ehrenfels não supõe nenhuma atividade mental superior responsável pela

produção das qualidades estruturais. Elas são dados sensíveis que para ocorrerem dependem das sensações. Para Ehrenfels, as sensações são elementos autônomos e independentes que não são modificados quando entram em relação. Isso significa dizer que as qualidades estruturais não afetam os elementos sensoriais que lhes servem de apoio.

É certo que Ehrenfels amplia o campo da sensibilidade afirmando ser ele formado tanto por sensações quanto por qualidades estruturais. Neste sentido, é possível afirmar que a noção de qualidade estrutural demarca uma reação às teorias psicológicas que circunscreviam o estudo da experiência ao exame das sensações. A noção de qualidade estrutural é o fio condutor que nos permite compreender, de um lado, o progressivo declínio da noção de sensação como fundamento da experiência psicológica e, de outro lado, a crescente importância que a noção de forma ou estrutura vai assumindo nas pesquisas psicológicas. Nesse contexto, podemos situar a Escola de Graz e a Escola de Berlim como duas referências importantes para a redefinição da EXPERIÊNCIA PSICOLÓGICA.

Entre as escolas da forma podemos ainda mencionar a ESCOLA DE LEIPZIG. Representada principalmente por Felix Kruger (1874-1948), Friedrich Sander (1889-1971) e E. H. Volkelt (1886-1964), a Escola de Leipzig afirma a importância da noção de forma. No entanto, diferentemente da Escola de Berlim, a Escola de Leipzig, influenciada pelas idéias evolucionistas, procura remontar às formas primitivas da consciência. Estas são definidas como totalidades primitivas e difusas, fortemente marcadas por aspectos afetivos.

A Escola de Graz

O filósofo ALEXIUS VON MEINONG leu e publicou os seus comentários sobre o artigo de Ehrenfels que tratava das qualidades estruturais. Em seu comentário, Meinong concordava em muitos pontos com a perspectiva de Ehrenfels. Para Meinong, assim como para Ehrenfels, a experiência psicológica devia ser compreendida não apenas a partir dos seus elementos constituintes, mas principalmente através das relações entre esses elementos. Os trabalhos de Meinong orientaram as pesquisas experimentais desenvolvidas por BENUSSI e WITASEK, membros da Escola de Graz.

Em suas reflexões sobre a experiência psicológica, Meinong propôs uma distinção entre os objetos fundantes e os objetos fundados. Os objetos fundantes ou *inferiora* são os termos ou os elementos entre os quais se dá uma relação. Já os objetos fundados ou *superiora* são formados pelas relações entre os elementos. É importante levar em conta que os *superiora* dependem dos *inferiora*, isto é, se experimentamos relações, é

ALEXIUS VON MEINONG (1853-1920) estudou em Viena e em 1894 fundou o primeiro laboratório austríaco de psicologia. Foi o líder da Escola de Graz e seu mentor filosófico.

VITTORIO BENUSSI (1878-1927) esteve em Graz desde o ano de 1902 até o início da Primeira Guerra Mundial. Escreveu diversos artigos sobre percepção e sobre ilusões ópticas. Foi aluno de Meinong em Graz.

STEPHAN WITASEK (1870-1915), psicólogo austríaco, passou a sua vida acadêmica como professor em Graz. Publicou diversos trabalhos sobre percepção.

porque estas se fundam a partir dos elementos ou *inferiora*. Tomemos como exemplo as duas figuras abaixo.

Figura 1 Figura 2

Podemos considerar que a figura 2 mantém com a figura 1 uma relação de semelhança. No entanto, Meinong adverte que a relação de semelhança entre as figuras (*superiora*) não tem a mesma existência que as figuras. Dito de outro modo, não há um existente real, um estímulo físico, que consista em ser semelhança entre as figuras. Por isso, o autor afirma que os *superiora* não existem do mesmo modo que os *inferiora*. Eles são objetos ideais que derivam não da sensibilidade, mas sim de atividades intelectuais superiores. Esta afirmação é importante porque marca uma distinção entre o trabalho de Meinong e o de Ehrenfels. Meinong sublinha o papel do sujeito do conhecimento na produção das relações entre os elementos, enquanto Ehrenfels, como vimos, considera que as qualidades estruturais são sensíveis. Para indicar que esta afirmação de Ehrenfels carece de sentido, Meinong levanta o seguinte problema: como podemos supor que os *superiora* são dados da sensibilidade se não encontramos nenhum estímulo físico que a eles corresponda? Do ponto de vista da Escola de Graz, quando percebemos as figuras acima somos, de um lado, afetados por dados sensíveis que correspondem aos estímulos físicos. Trata-se neste ponto de uma afirmação do papel das sensações como elementos constitutivos da experiência psicológica. De outro lado, há um ato intelectual que produz uma relação de semelhança entre os elementos. Esse ato não encontra nenhuma correspondência com estímulos físicos, não sendo, portanto, oriundo da sensibilidade. A sensibilidade só pode originar sensações, quer dizer, elementos carentes de organização, de valor ou de ordem. Como conseqüência disso, a Escola de Graz afirma ser necessária uma atividade intelectual de produção de relações entre elementos sensíveis. Sendo produtos da atividade intelectual e não da excitação sensorial provocada pelos estímulos físicos, os *superiora* não têm a mesma existência que os *inferiora*. Enquanto estes são considerados reais, materiais, aqueles são considerados como objetos ideais.

Podemos dizer que há um ponto de concordância entre os membros da Escola de Graz e Ehrenfels, aquele que diz respeito à afirmação do papel autônomo e independente dos dados elementares. Para os membros de Graz, é nítida a autonomia dos *inferiora*, sobretudo pelo fato de que é possível a ocorrência destes sem que por isso ocorram os *superiora*. Mas é precisamente neste ponto que uma ressalva deve ser feita. Para os membros de Graz, uma vez que ocorra a atividade intelectual responsável pela produção dos *superiora*, ocorre também uma modificação entre os *inferiora*. Qual é a importância desta afirmação? Sua importância consiste em marcar mais um ponto no declínio da noção de sensação. Porque se de um lado tanto Ehrenfels quanto os membros de Graz aceitam a hipótese da constância, resguardando, portanto, a autonomia dos elementos sensoriais, de outro lado, a Escola de Graz afirma a possibilidade de que as relações – os *superiora* – alterem as sensações – os *inferiora*.

Neste caso, se considerarmos que a qualidade estrutural e os *superiora* apontam para os limites da noção de sensação, temos que considerar que os membros de Graz demarcam com mais firmeza esse limite, uma vez que afirmam que as relações entre os elementos podem alterar os próprios elementos. Desse modo, podemos dizer que a Escola de Berlim, ou o gestaltismo propriamente dito leva mais longe um movimento de crítica à noção de sensação que se desenhava no século XIX. A novidade do gestaltismo, como veremos, tem como ponto de partida uma recusa radical: a recusa de aceitar a sensação – e a hipótese da constância – como os fundamentos da experiência. O que temos que entender é o sentido positivo e o alcance dessa recusa para o estudo da experiência.

A Escola de Berlim

Diferentemente da Escola de Graz e das afirmações de Ehrenfels, a Escola de Berlim, ou o gestaltismo propriamente dito, investiga a experiência psicológica tomando como referência não a noção de sensação, mas sim aquilo que aparece tal e qual aparece na experiência perceptiva do sujeito ingênuo. O que significa esta afirmativa? Significa que para os integrantes da Escola de Berlim a tarefa da psicologia é dar conta da percepção tal como é vivenciada por cada um de nós. Nossa experiência perceptiva é marcada por relações de sentido e de valor e não apenas por um acúmulo de sensações. Os principais integrantes da Escola de Berlim foram Wolfang Kohler, Max Wertheimer e Kurt Koffka.

WOLFANG KOHLER (1887-1967). Obteve seu doutorado em Berlim com uma tese sobre psicoacústica orientada por Stumpf. Em Frankfurt Kohler conheceu Wertheimer e Koffka. Em 1913 foi para a África realizar pesquisas sobre a cognição dos chimpanzés. A Primeira Guerra Mundial retardou o retorno de Kohler à Alemanha, o que só ocorreu nos anos 1920. Em 1934 Kohler foi para os Estados Unidos e em 1959 foi eleito presidente da American Psychological Association. Com a morte de Wertheimer e de Koffka, Kohler tornou-se o principal porta-voz da Escola de Berlim.

MAX WERTHEIMER (1880-1943) nasceu em Praga. Em 1904 concluiu seu doutorado em Wurzburgo. Conduziu diversos experimentos sobre percepção. Em 1933, com a ascensão do nazismo, Wertheimer deixou a Alemanha e foi para os Estados Unidos. Seu livro *O pensamento produtivo* foi publicado postumamente em 1945.

KURT KOFFKA (1886-1941) nasceu em Berlim. Psicólogo, foi co-fundador, junto com Kohler e Wertheimer, do gestaltismo. Entre os anos de 1911 e 1924 esteve associado à Universidade de Giessen e serviu como sujeito dos experimentos nos trabalhos sobre percepção levados a cabo por Wertheimer. Em 1921 publicou *Die Grundlagen der psychischen Entwicklung*, livro que tratava de aplicar os princípios da psicologia da Gestalt ao problema da organização cognitiva das crianças. Em 1924 iniciou uma série de visitas aos Estados Unidos e em 1927 foi nomeado professor de psicologia do Smith College em Northampton, onde trabalhou até a sua morte. Em 1935 publicou *Principles of Gestalt Psychology*.

Vale destacar que o fato de que os principais autores gestaltistas tenham emigrado para os Estados Unidos e, neste país, ido para diferentes lugares é apontado por alguns pesquisadores como uma das causas de uma certa dispersão e mesmo do declínio do gestaltismo no século XX.

O aspecto significativo da experiência foi apontado por Max Wertheimer em 1912 quando estudava a percepção do movimento. Considere dois focos de luz (A) e (B) próximos no espaço. Se acendermos (A) e, após um intervalo de tempo de 30 a 200 milésimos de segundo, acendermos (B), perceberemos um movimento que "vai de (A) para (B)". É o que ocorre, por exemplo, quando vamos ao cinema. Sabemos que o filme é composto por fotogramas separados que quando apresentados numa certa relação de proximidade temporal, resultam na percepção do movimento. Segundo Wertheimer, a percepção do movimento implica uma experiência interessante e instrutiva para as pesquisas psicológicas porque tal compreensão não se faz através da noção de sensação, já que, como vimos, as sensações são desprovidas de sentido, de ordem, e na percepção do movimento experimentamos naquilo que é percebido uma relação de sentido, de pertinência. Para Wertheimer, essa experiência perceptiva tampouco pode ser explicada através de uma atividade intelectual capaz de produzir relações entre as sensações. Isso porque, seguindo o ponto de vista do sujeito ingênuo, a ordem é experimentada como uma relação inerente ao percebido, sem que seja necessário recorrer a qualquer atividade intelectual para produzi-la. Desse modo, Wertheimer levanta o problema da organização da experiência psicológica sem fazer menção nem à noção de sensação, nem à hipótese da constância, nem à idéia de síntese, isto é, um tipo de vínculo entre as sensações que é produzido por uma atividade intelectual, tal como ocorre, por exemplo, na opinião dos integrantes da Escola de Graz.

Ao recusar a hipótese da constância como eixo explicativo para o problema da experiência, o gestaltismo afirma um novo léxico, no qual este problema deve ser traduzido. Já não se trata mais de referir o percebido a

um dado físico preconcebido como verdadeiro. Ao contrário, trata-se de ler no próprio percebido o sentido que ele intrinsecamente revela. O estudo da experiência nos parâmetros gestaltistas implica de saída não uma adequação a um dado físico, mas sim a explicitação do sentido intrínseco que o percebido assume na perspectiva do sujeito ingênuo. Mais do que puramente negativa, a recusa da hipótese da constância possui um caráter positivo: inaugura o mundo percebido como um espaço legítimo de conhecimento. O gestaltismo recusa a diluição desse espaço percebido num universo de relações formais, arbitrárias e mecânicas. Há aí a recusa de um preconceito: o preconceito de referir – talvez não fosse exagerado dizer reduzir – o espaço psicológico ao espaço físico. Negando esse pré-juízo, o que se afirma é a autenticidade do fenômeno psicológico tal e como se revela na perspectiva do leigo, do homem comum.

A este respeito vale a pena mencionar o filme *Boulevard do crime* – Primeira Parte, de Marcel Carné. Em uma das cenas desse filme, uma moça é acusada de furtar a carteira de um rapaz. O policial se aproxima da moça para prendê-la, mas é surpreendido pelo "testemunho" de um mímico que presenciou o episódio do furto. O mímico encena o acontecido. Tal encenação, longe de ser uma cópia fiel do fato, inaugura um campo de conhecimento inteiramente inédito. O "testemunho", nesse caso, vai além do fato objetivo, produzindo um campo novo para a experiência do furto. É interessante que no filme esse testemunho é o que serve de referência para a decisão do policial: a moça é considerada inocente e o verdadeiro culpado é preso. Do ponto de vista da psicologia da gestalt, podemos dizer que a encenação apresentada pelo mímico abarca o campo da experiência tal como é percebida pelos sujeitos ingênuos. Para a psicologia, não se trata de referir esse campo da experiência – que Koffka (1975) chama de campo fenomenal – ao universo físico e objetivo. Ao contrário, é no campo da experiência, daquilo que nós percebemos tal e como percebemos, que nós nos comportamos, agimos e nos emocionamos. Podemos dizer, portanto, que a moça, o ladrão, o policial e a carteira roubada são partes de uma mesma experiência – aquela que é encenada pelo mímico. Para o gestaltismo, nossa experiência perceptiva do mundo é como a encenação do mímico: o seu sentido é *per se*.

A psicologia da Gestalt, por oposição à orientação clássica em psicologia, caracteriza-se por promover uma integração entre ciência e experiência. Na perspectiva clássica, presente tanto nos trabalhos de Ehrenfels quanto nos da Escola de Graz, havia um distanciamento entre o universo científico e o universo percebido. Tal distanciamento seria responsável por um esvaziamento

dos conceitos científicos, isto é, estes ficariam restritos ao laboratório. Ao reverter a orientação metódica da psicologia propondo como seu primeiro passo a descrição das vivências, o gestaltismo propõe mais do que uma simples inversão metodológica. É a própria concepção de cientificidade da psicologia que é modificada. A ciência psicológica ergue-se a partir de questões propostas no âmbito mesmo das vivências psicológicas. Assim, a concepção de ciência proposta pelo gestaltismo, longe de ser importada de um modelo físico preconcebido, é abstraída de questões referidas intrinsecamente ao fenômeno psicológico. A novidade do gestaltismo reside nessa nova relação entre ciência e vida – e note-se que vida, neste caso, tem o mesmo sentido que vivência. Esse compromisso gestaltista é explicitado por Koffka (1975), ao afirmar que cabe à psicologia apontar o caminho onde a ciência e a vida hão de se encontrar.

O método fenomenológico-descritivo é a via pela qual o gestaltismo incorpora o percebido enquanto tal à ciência psicológica. No âmbito desse método, o primeiro passo da investigação científica é a descrição do fenômeno psicológico, isto é, daquilo que aparece tal e como aparece na perspectiva do leigo. À medida que, do ponto de vista do sujeito ingênuo, o percebido é imediatamente organizado e significativo, cabe à descrição fenomenológica explicitar a organização intrínseca ao percebido, indicando existir uma ordem, uma razão que é interna ao domínio da sensibilidade. Desse modo, o gestaltismo recusa a dicotomia clássica entre razão e sensibilidade.

O sentido da palavra *Gestalt* adotada por Kohler (1980), e pelos outros representantes da Escola de Berlim, expressa o caráter imanente e autóctone da organização. Na língua alemã, a palavra *Gestalt* possui dois significados: "além do sentido de forma ou feitio como atributo de coisas, tem a significação de uma unidade concreta *per se*..." (Kohler, 1980: 104). Assim sendo, não há um primeiro momento a-significativo – arbitrariamente considerado como objetivo. As representações são de saída organizadas e significativas e se apresentam na perspectiva do leigo apenas deste modo. É neste ponto que podemos dizer que o gestaltismo rompe com as perspectivas anteriores que lidavam com a noção de forma ou estrutura numa dimensão adjetiva ou qualitativa, isto é, como relações que se sobrepõem ao plano das sensações. Para o gestaltismo, a experiência é imediatamente organizada. O que percebemos são relações e não sensações. Desse modo, podemos dizer que para o gestaltismo, a forma é substantiva e não adjetiva.

O sentido intrínseco à experiência é expresso através de uma relação fundamental que é aquela que existe entre a figura e o fundo. Essa relação

expressa uma heterogeneidade mínima sem a qual não há cognição possível. Ao destacar-se de um fundo, a figura delimita-se como o objeto representado. Num espaço onde não exista a distinção entre figura e fundo não há conhecimento – já que qualquer conhecimento é conhecimento de alguma coisa. Para a Escola de Berlim, o objeto representado é o resultado de uma organização interna do domínio da experiência.

A organização interna da figura é explicada pela relação parte/todo – que se pode considerar um caso particular da relação figura/fundo. Uma parte se define pela função que desempenha na estrutura na qual está inserida. Uma parte articulada em um todo é diferente dessa "mesma" parte isolada ou em outra totalidade. À medida que possui um significado relativo, dependente da estrutura, pode-se dizer que a parte possui um significado funcional, isto é, seu significado decorre da sua posição em uma estrutura dada.

Importa salientar que a noção de parte não se confunde com a noção clássica de elemento ou sensação. Esta é neutra quanto a qualquer sentido; a parte, ao contrário, é sempre significativa, já que ser significativa é uma característica essencial, inerente à sua própria definição. Além disso, as diversas partes que compõem uma estrutura não se relacionam arbitrariamente. Há entre todas elas uma relação intrínseca e necessária, pois cada uma só tem seu sentido em relação à outra. Portanto, o percebido ou o representado possui um sentido intrínseco, coerente e não arbitrário. A relação funcional entre as partes caracteriza uma relação de "coesão interna" radicalmente diversa de uma pura associação de elementos díspares. Enquanto a associação liga elementos estranhos entre si, a coesão interna une partes que se exigem mutuamente numa dinâmica funcional.

Para o gestaltismo, é a lei da boa forma que expressa a organização das estruturas, ao afirmar que uma estrutura dada possui a tendência de revelar as características que a distinguem de uma forma tão completa quanto as condições do momento permitam. Essa lei realiza-se através de diversos princípios tais como proximidade, semelhança, fechamento, continuação apropriada entre outros. Em todos esses princípios pode-se notar um denominador comum: as possibilidades da experiência ultrapassam aquilo que é dado pelo excitante físico. A experiência, longe de marcar uma pura reapresentação do dado, marca a produção de um domínio peculiar e inédito que tem no excitante uma causa distante mais do que um modelo do qual partir.

O princípio do fechamento é uma decorrência dinâmica da boa forma e se expressa pela tendência apresentada pelas formas imperfeitas a se completarem, alcançando um maior grau de estabilidade e regularidade. O

princípio da continuação apropriada indica a tendência de continuidade de uma figura na direção mais equilibrada possível.

A Escola de Berlim e o retorno à experiência

É possível traçar um paralelo entre a autenticidade do vivido e aquela do espaço ficcional tal como produzido, por exemplo, na experiência do cinema. A história narrada num filme não possui seu sentido tão-somente pela alusão a acontecimentos e fatos reais. O sentido do filme é incorporado ao seu próprio ritmo, da mesma maneira que o sentido de um gesto é legível nele mesmo. O espaço ficcional engendra uma dimensão de sentido que lhe é própria. O que está em jogo, neste caso, não é a referência à realidade da mesma, mas sim a produção de um espaço de sentido inédito. Assim, o filme é mais percebido do que pensado. Do mesmo modo, o campo do vivido revela um sentido inédito e coerente. Esse campo é formado por relações inteligíveis, compreensíveis. A noção de *insight* ou discernimento, proposta pelo gestaltismo, expressa essa inteligibilidade imanente do mundo percebido. O campo vivido revela diretamente o seu sentido e é apenas enquanto tal que ele deve ser tomado como o ponto de partida inequívoco da ciência psicológica. Podemos então concluir ser o gestaltismo um retorno à experiência. Não à experiência fundada na sensação, acessível apenas ao olhar do cientista treinado, mas à experiência do sujeito ingênuo, ao mundo percebido, pleno de sentido, de valor e de ordem.

O isomorfismo psicofisiológico proposto pela Escola de Berlim

Neste ponto, é importante levantarmos algumas questões: qual o alcance da descrição da experiência proposta pela Escola de Berlim? Seriam as descrições suficientes para uma investigação científica da experiência?

A descrição da experiência tal como é vivida pelo leigo não faz da psicologia uma ciência natural. Isso porque apenas o senso comum convive com descrições sem buscar explicá-las. O que confere especificidade às descrições propostas pela Escola de Berlim é o fato de serem acompanhadas de explicações. Para isso, o gestaltismo recorre a teses acerca do funcionamento do sistema nervoso.

O ponto de vista gestaltista sobre os vividos baseia-se em duas questões cruciais. A primeira diz respeito às conexões significativas entre parte/todo, conexões estabelecidas não pela mera coexistência de elementos contíguos, mas sim na essência dos todos envolvidos. A segunda questão refere-se à necessidade de se adotar um ponto de vista psicofísico capaz de explicar o porquê de tais laços de sentido entre todos e partes. Furtar-se a adotar a perspectiva psicofísica implica um desconhecimento da especificidade do saber psicológico perante qualquer outro saber a respeito das vivências. A ciência psicológica, por mais que se fie nas experiências psicológicas, procura ir além destas, buscando explicações.

A atitude específica da psicologia diante das vivências corresponde a um ponto de vista explicativo. Koffka (1924) afirma que a proposta metodológica da teoria da forma consiste em derivar "fatos explicativos" dos "fatos descritivos". Neste sentido, podemos dizer que o gestaltismo lança mão da hipótese do isomorfismo psicofísico para dar conta de explicar aquilo que ocorre no plano das vivências. Lembremos que o termo isomorfismo indica a idéia de uma "mesma" (iso-) "forma" (-morfismo). Assim sendo, do ponto de vista do isomorfismo, os processos psicofísicos são marcados por uma identidade de forma, isto é, há uma homogeneidade de estruturas entre o fenômeno psicológico e o acontecimento fisiológico. O funcionamento do sistema nervoso opera segundo uma dinâmica isomórfica àquela descrita no domínio das vivências. O isomorfismo psicofísico é um princípio estrutural: há uma identidade de estruturas entre o percepto e o evento cerebral. Não está em jogo, neste caso, uma "imagem cerebral" que copie o dado fenomenal. A fisiologia nervosa supõe correntes elétricas que, através de diferenças de potencial, delimitam domínios heterogêneos correlatos àqueles que se apresentam no plano do vivido. Assim, à relação entre figura e fundo corresponde uma diferença de potencial no domínio fisiológico. Trata-se, portanto, de uma semelhança mais de estruturas ou de formas do que de conteúdos.

A concepção de uma fisiologia dinâmica – e não mecânica e associativa como supunham Ehrenfels e os membros da Escola de Graz – não é ocasional. A Escola de Berlim parte daquilo que é revelado no fato descritivo para então formular suas hipóteses explicativas. A concepção fisiológica é assim exigida pelo fato descritivo. Visto que na perspectiva do leigo sua experiência é imediatamente organizada, seria um contra-senso supor uma fundamentação fisiológica distinta do que se mostra no percebido. Entre a fisiologia da sensação, parâmetro da cientificidade nas pesquisas clássicas em

psicologia, e a experiência do sujeito ingênuo há uma relação de ruptura. Assim, a relação entre a experiência e o fisiológico era meramente factual, arbitrária. Na concepção gestaltista, a relação entre fisiologia e psicologia não pode ser puramente factual, arbitrária. Há entre ambas uma relação racional e coerente. Desse modo, podemos considerar as descrições da experiência como dados para a elaboração concreta de hipóteses fisiológicas.

Para os gestaltistas, que pretendem definir a psicologia a como ciência da experiência, o conceito de campo é crucial. Segundo este conceito, proposto e desenvolvido na física por MAXWELL, o comportamento dos corpos é determinado pela distribuição de tensões gravitacionais e eletromagnéticas. Campo e experiência são correlatos de tal modo que a segunda pode ser utilizada como indicador das propriedades do primeiro. Assim sendo, no caso da psicologia, pode-se partir da experiência, do vivido, para se chegar às propriedades do campo fisiológico que a fundamentam. A Escola de Berlim pretende integrar a psicologia no domínio das ciências naturais, sem que com isso seja necessário abrir mão das noções de significação, valor e ordem explicitadas no fato descritivo. Partindo de uma descrição da experiência, a Escola de Berlim afirma o fato explicativo em torno do conceito de campo psicofisiológico. O funcionamento dinâmico do sistema nervoso central é isomórfico em relação às estruturas vividas e, mais do que isso, constitui o aspecto explicativo do vivido. A relação isomórfica entre o psíquico, o fisiológico e o físico marca um monismo de princípios de tal modo que, no plano das explicações finais, há apenas um universo de discurso sobre o qual se situam as ciências naturais. O sentido vivido concretamente não pode ser descartado em favor de explicações fisiológicas. Trata-se, neste caso, de diferentes níveis de concreção da forma. Em cada nível há uma especificidade de relações que, embora ocorram segundo os mesmos princípios, não podem ser reduzidas umas às outras. A descrição das experiências não é reduzida à fisiologia do sistema nervoso, ainda que tanto em um nível como no outro haja uma identidade de princípios dinâmicos.

JAMES CLERK MAXWELL (1831-1879), físico britânico. Sua obra mais importante foi o *Tratado sobre eletricidade e magnetismo*, publicado em 1873. Nessa obra, o autor descreve a natureza dos campos eletromagnéticos em termos de espaço e tempo.

Koffka (1924) salienta que a referência à fisiologia é um fato essencial no espaço psicológico. O equívoco da psicologia clássica não consistia em se referir à física ou à fisiologia, mas sim em aceitar um modelo preconcebido de funcionamento nervoso, o que resultava numa dicotomia entre o universo psicológico e o universo das sensações. A proposta de uma relação isomórfica entre esses universos marca uma nova concepção da cientificidade da

psicologia, ou, o que dá no mesmo, uma nova relação da psicologia com outras disciplinas, especialmente a física e a fisiologia.

Um estudo completo do problema da experiência nos marcos da Escola de Berlim comporta uma referência não só ao domínio do vivido, mas também ao plano psicofisiológico. A dicotomia entre consciência e mundo, presente na psicologia clássica, está diferentemente colocada no sistema gestaltista. A psicologia clássica partia de um preconceito estabelecido pela hipótese da constância. Esta demarcava um tipo de laço entre o psíquico e o físico – um vínculo associativo e arbitrário. Todo estudo da experiência em termos clássicos é marcado por esse preconceito específico acerca do mundo objetivo ao qual se referia a experiência psicológica. A teoria da gestalt rejeita tal preconceito, sem que isso signifique uma recusa radical da relação do psicológico com o físico e o fisiológico. Há a recusa de um tipo específico de relação, e em seu lugar é afirmada uma relação isomórfica. É certo que há nessa alternativa uma renovação da definição da psicologia como ciência. Mas, em ambos os casos, trata-se de uma ciência psicológica, e, neste sentido, a referência à física e à fisiologia é pertinente como uma via de naturalização da experiência. Sem tal referência, o estudo psicológico não estaria integrado ao domínio das ciências naturais. Na discussão entre a orientação clássica em psicologia e o gestaltismo não está em jogo se o espaço psicológico é ou não referido ao fisiológico, mas sim como essa referência é afirmada. A novidade da Escola de Berlim é garantir a irredutibilidade da psicologia num marco científico-natural.

Desse modo, se tivéssemos que definir numa frase a novidade do gestaltismo no que diz respeito ao estudo da experiência, diríamos que o gestaltismo é um sistema em psicologia que propõe uma integração entre a experiência e a natureza. O fato descritivo e o fato funcional são, pois, duas faces da mesma moeda.

Os destinos do gestaltismo

As conseqüências do gestaltismo para a psicologia se fizeram notar mais por suas contribuições descritivas do que explicativas. Muitas foram as frentes de pesquisa abertas sob a influência da noção de forma e da afirmação da importância da totalidade sobre as partes. Nesta seção apresento alguns destinos do gestaltismo, sem, no entanto, pretender esgotar todas as possíveis ressonâncias produzidas pela Escola de Berlim no campo da psicologia no século XX. Nesta medida, merecem destaque os trabalhos de Kurt

Lewin. Alemão, Lewin emigrou para os Estados Unidos onde ficou conhecido pela proposição da teoria de campo. Segundo esta teoria, o comportamento humano é função tanto das características da pessoa quanto daquelas do meio onde a pessoa está inserida. Isto indica que nós não agimos apenas em função de nossos impulsos, mas em função também do meio no qual estamos inseridos. O programa de pesquisas inaugurado por Lewin teve conseqüências para o desenvolvimento da dinâmica de grupo e para as pesquisas na área de motivação social. Um dos méritos do trabalho de Lewin foi o de ter deslocado as pesquisas em psicologia do espaço restrito dos laboratórios para o contexto social. Centrado na tese gestaltista que afirmava a importância do todo sobre as partes, os trabalhos de Lewin produziram grande impacto na psicologia social americana. Neste aspecto destacam-se as teorias do equilíbrio, proposta por Fritz Heider (1896-1988), e da dissonância cognitiva, presente nos textos de Leon Festinger (1919-1989). No entanto, vale destacar que diferentemente da proposta de Lewin de afirmar a importância de uma psicologia vinculada ao contexto social, a psicologia social americana desenvolveu-se em boa parte como psicologia social a-histórica e individualista. No Brasil, a psicologia social foi bastante marcada por essa influência americana até os anos 1960 e 1970. A partir dessa época a psicologia social brasileira é marcada por debates e discussões que, em maior ou menor medida, retomam as idéias de Lewin, particularmente no que diz respeito à inserção da psicologia nos contextos social e político e à proposição de uma psicologia histórica.

Kurt Lewin (1890-1947) nasceu na Alemanha e permaneceu em Berlim durante boa parte de sua vida acadêmica. No ano de 1932 Lewin foi para os Estados Unidos. O fato de ser judeu teve repercussão em sua obra, principalmente no que diz respeito ao trabalho com grupos minoritários. Além disso, a dinâmica de grupo, fundada nas perspectivas propostas por Lewin, teve ampla repercussão nas práticas psicológicas, particularmente naquelas ligadas à atuação do psicólogo nas empresas. Merece destaque o fato de Lewin ter sido um dos primeiros pesquisadores em psicologia a problematizar a relação entre pesquisador e pesquisado, apontando o papel ativo do pesquisador e sua inter-relação com o campo pesquisado. Por essa via, o autor abriu o terreno para a metodologia da pesquisa-intervenção, amplamente utilizada na psicologia comunitária, que tem como um de seus parâmetros a afirmação da relação recíproca entre sujeito e objeto na prática da pesquisa.

A noção de estrutura tal como afirmada pelos integrantes da Escola de Berlim produziu efeitos também no campo da psicopatologia. Nesse domínio, os estudos de Gelb e Goldstein sobre a afasia sublinham a importância de considerar todo comportamento dos doentes, e

Kurt Goldstein (1878-1965). Psiquiatra alemão, lecionou nas Universidades de Frankfurt, Berlim, Harvard e Columbia. Atuou como médico psiquiatra em hospitais na Europa e nos Estados Unidos.

Adhemar Gelb (1887-1936). Trabalhou no Instituto de Psicologia da Universidade de Berlim no período 1909-1912. Em 1929 foi diretor do Instituto de Psicologia de Frankfurt. Em 1933 emigrou para a Holanda.
Discípulo de Radecki, realizou inúmeros trabalhos experimentais nesta fase, tornando-se posteriormente adepto da fenomenologia.

não apenas o comportamento verbal, para compreender as alterações comportamentais de um paciente afásico. A noção de estrutura se faz notar quando Gelb e Goldstein afirmam que os afásicos não são homens nos quais há uma alteração da linguagem, são homens inteiramente modificados, inclusive em sua linguagem.

A Escola de Berlim serviu de referência para alguns autores que, como Rudolf Arnheim, se propuseram a fazer uma análise das relações entre a arte e a percepção visual. Arnheim utiliza-se das noções de forma e dos princípios de organização da forma para compreender a percepção visual no campo das artes plásticas. No Brasil, esta linha de pesquisa foi seguida por Fayga Ostrower (1920-2001), artista de renome internacional que por muitos anos se dedicou ao ensino da arte. Em seus trabalhos, Ostrower lançava mão do gestaltismo para analisar o modo como percebemos o mundo e, em particular, o modo como as obras de arte podem ser compreendidas através dos princípios de organização da forma. O caráter interdisciplinar das pesquisas de Ostrower indica a possibilidade de uma investigação da percepção na interface entre arte e ciência.

O gestaltismo influenciou também as pesquisas de importantes professores brasileiros. No Rio de Janeiro, NILTON CAMPOS e Antônio Gomes Penna (1917-) difundiram as idéias gestaltistas através do ensino da psicologia e da publicação de inúmeros trabalhos sobre este tema. Já em São Paulo, o gestaltismo foi difundido através do trabalho de Arno Engelmann.

NILTON CAMPOS (1898-1963): discípulo de Radecki, realizou muitos trabalhos experimentais nessa fase, tornando-se posteriormente adepto da fenomenologia.

No que diz respeito aos destinos do gestaltismo, parece-me existir uma linha interessante de pesquisa: aquela que consiste em seguir uma via de reflexão interdisciplinar, analisando a psicologia não apenas a partir de suas relações com as ciências naturais, mas também com outros domínios do saber, como, por exemplo, as artes plásticas. Nesse caso, abriríamos uma linha de pesquisa cujo eixo seria dado a partir das descrições propostas pela Escola de Berlim, em detrimento de suas explicações naturalistas. Mas talvez neste ponto devêssemos lançar uma pergunta que foi proposta por Aron Gurwitsch (1979): se considerarmos o gestaltismo apenas a partir das suas descrições, podemos afirmar que ainda somos gestaltistas?

Indicações bibliográficas e estéticas

No desenho *Horseman* disponível no site: http://www.cs.unc.edu/~davemc/Pic/Escher/Horsemen.jpg observamos a relação entre figura e fundo como condição da percepção. Trata-se de uma obra do artista gráfico M. C. Escher na qual há uma alternância entre o fundo – ora negro, ora branco – e as figuras percebidas – ora negras, ora brancas. Nessa figura, podemos observar ser a relação entre as figuras e o fundo a condição de possibilidade da experiência perceptiva.

Na figura *Bond* disponível no site: http://www.cs.unc.edu/~davemc/Pic/Escher/Bond.gif percebemos dois rostos, ainda que estes sejam apresentados através de linhas interrompidas, ou seja, percebemos os rostos em função dos princípios de fechamento e de continuação apropriada. A partir das linhas apresentadas a figura indica uma direção na qual se fecha e se completa. O percebido é, portanto, o resultado de uma relação dinâmica entre o que se apresenta e o que se insinua.

O artista gráfico holandês Maurits Cornelis Escher nasceu em 17 de junho de 1898 e morreu em 27 de março de 1972. Em seu trabalho, explorava um mundo estranho de ilusão de ótica, trocadilhos visuais e perspectivas distorcidas. O trabalho de Escher combina humor, lógica e precisão meticulosa com artifício visual.

Arnheim, R. (1984) *Arte e percepção visual – Uma psicologia da visão criadora.* 2ª ed. São Paulo: Pioneira.

Engelmann, A. (org.) (1978) *Kohler.* São Paulo: Ática.

Koffka, K. (1975) *Princípios de psicologia da Gestalt.* São Paulo: Cultrix/USP.

Kohler, W. (1980 [1947]) *Psicologia da Gestalt*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Wertheimer, M. (1980) Leis de Gestalt e fatores de organização. In: Sahakian, W. S. (org.) *Aprendizagem. Sistemas, modelos e teorias*. Rio de Janeiro: Interamericana.

Referências

Allport, F. H. (1955) *Theories of Perception and the Concept of Structure*. Nova York: J. Wiley & Sons.

Gibson, J. (1971) The legacies of Koffka's principles. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, 7 (1).

Guillaume, P. (1960) *Psicologia da forma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Gurwitsch, A. (1966) *Studies in Phenomenology and Psychology*. Nova York: University Press.

___ (1935) Developpement historique de la Gestalt-Psychologie. *Thalès*, ano 2: 167-176.

___ (1979) *El campo de la conciencia. Un análisis fenomenológico.* Madri: Alianza Editorial.

Henle, M. (1980) The influences of Gestalt Psychology in America. In: Rieber, R. W. e Salzinger, K. *Psychology, Theoretical-historical Perspectives*. Nova York: Academic Press.

Henle, M. (org.) (1971) *The Selected Papers of W. Kohler*. Nova York: Liveright.

Koffka, K. (1941) *Bases de la evolución psiquica.* Buenos Aires: Espasa-Calpe.

___ (1922) Perception: an introduction to the Gestalt-Theorie. *Psychological Bulletin* 19 (10).

___ (1924) Introspection and the method of psychology. *The British Journal of Psychology* 15 (2).

Kohler, W. (1969 [1920]) Physical gestalten. In: Ellis, W. D. (org.) *A Source Book of Gestalt Psychology*. Londres: Routledge e Kegan Paul Ltd.

___ (1938) *The Place of Value in a World of Facts*. Nova York: Liveright Publishing Corporation.

Mueller, F. (1978) Fenomenologia e psicologia. In: _____ *História da psicologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ostrower, F. (1998) *A sensibilidade do intelecto. Visões paralelas de espaço e tempo na arte e na ciência. A beleza essencial*. Rio de Janeiro: Campus.

Penna, A. G. (1982) *Introdução à história da psicologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

Capítulo 19
As influências da fenomenologia e do existencialismo na psicologia

Roberto Novaes de Sá

A fenomenologia

O pensamento de EDMUND HUSSERL (1859-1938) deu origem a uma das mais férteis correntes da filosofia moderna, a fenomenologia. Essa corrente influenciou decisivamente o movimento filosófico e cultural que se propagou na Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial, conhecido como existencialismo. Fenomenologia e existencialismo, em suas convergências, tensões e entrecruzamentos, constituem juntos uma das importantes matrizes filosóficas das psicologias do século XX.

EDMUND HUSSERL (1859-1938). Nasceu em Prossnitz, na Morávia (República Tcheca). Foi aluno de Brentano na Universidade de Viena e lecionou nas Universidades de Halle, Gotinga e Freiburg. É o fundador da corrente fenomenológica.

A questão essencial que move o pensamento de Husserl é a de como fundamentar de modo absolutamente seguro o conhecimento. Para ele, os esforços filosóficos de Descartes e Kant não haviam sido suficientes para assegurar essa fundamentação necessária. Husserl propõe para a filosofia uma atitude radicalmente crítica, em que, para que algo seja admitido, exige-se que se mostre com toda a sua evidência. Segundo ele, a "atitude natural", que inclui tanto a atitude científica quanto a do senso comum, considera as coisas como existentes em si mesmas, independentemente de sua relação com uma consciência. Ora, trata-se de uma atitude ingênua, já que supõe gratuitamente uma natureza em si, da qual não é possível ter experiência alguma. Contrariamente, a "atitude fenomenológica", ou filosófica no sentido próprio, deve ater-se apenas àquilo que se dá à experiência, tal como se dá: o que chamamos de fenômeno.

Quando paramos para pensar num ato de percepção, como, por exemplo, ver uma árvore no campo, em geral, dividimos tal percepção em duas partes. Pensamos que há um objeto árvore, que existe "lá fora" no campo, e, em relação com ele, uma imagem representada da árvore "aqui dentro" na consciência do sujeito. Temos, assim, duas árvores, uma em-si, "lá fora", e outra representada "aqui dentro", mas, por que ter na consciência uma imagem de um objeto significa conhecer o objeto? O que uma imagem de árvore tem a ver com uma árvore em-si? Para a fenomenologia, esse modo tradicional de compreender a percepção é equivocado, não se pode saber nada sobre árvores em-si, ou muito menos sobre supostas árvores representadas, porque todo objeto é sempre objeto-para-uma-consciência e nunca objeto em-si, e toda consciência é sempre consciência-de-um-objeto e nunca consciência "vazia". A fenomenologia refere-se a esse fato dizendo que a consciência é sempre intencional. Assim, "deixando de lado" (suspensão fenomenológica) a árvore em-si e a representada, a atitude fenomenológica retorna para as "coisas mesmas", isto é, a árvore-no-campo-percebida-por-um-sujeito ou, ainda, o "FENÔMENO" árvore.

A palavra FENÔMENO provém do grego *phainomenon*, que significa o simples aparecer dos entes.

Assim, a fenomenologia de Husserl, na direção contrária à tradição que ele criticava, enfatiza a prioridade da intuição sobre o pensamento conceitual. A intuição é a via de acesso ao fenômeno. O procedimento intuitivo é considerado como o elemento essencial da atitude filosófica. Mas o termo intuição, aqui, nada tem a ver com alguma espécie de cognição espiritual misteriosa. Para a tradição filosófica, o termo intuição designa a visão direta e imediata de um ente, seja ele sensível ou não. Distingue-se, desde a filosofia grega até a moderna, o pensamento intuitivo do pensamento discursivo, dedutivo ou conceitual. É através da intuição que se dá o âmbito de interesse mais próprio da fenomenologia: a correlação entre sujeito e objeto. O estudo dessa correlação se constitui enquanto análise descritiva das estruturas da consciência, não no sentido de uma psicologia introspectiva, como a de Wundt, ou dos atos mentais, como a de Brentano, pois, por ter como característica essencial a intencionalidade, a consciência não é mais compreendida como interioridade psíquica, remete sempre ao mundo cuja constituição apenas se dá nessa referência.

A fenomenologia pode ser compreendida como a descrição das estruturas gerais da consciência, não do sujeito empírico estudado pela psicologia, mas do sujeito transcendental, que é a condição ONTOLÓGICA

O adjetivo ONTOLÓGICO se aplica àquilo que diz respeito ao ser em geral ou ao modo de ser dos entes. Já o termo "ôntico", que aparecerá mais adiante, se refere aos entes, isto é, a todas as coisas que são, em um determinado modo de ser já estruturado. A dimensão ôntica da realidade funda-se, portanto, na ontológica.

de possibilidade das experiências humanas concretas nos diversos níveis e regiões de realização da existência. A partir da fenomenologia "pura" de Husserl, muitos pesquisadores desenvolveram aplicações "regionais" do método fenomenológico, dirigidas a dimensões específicas da correlação entre o sujeito e o mundo: as fenomenologias da percepção, da imaginação, da emoção, da linguagem, bem como as fenomenologias das religiões, das relações interpessoais, dos distúrbios psíquicos etc. Entre alguns dos mais famosos expoentes do pensamento fenomenológico, podemos citar MARTIN HEIDEGGER (1889-1976), JEAN-PAUL SARTRE (1905-1980), MAURICE MERLEAU-PONTY (1908-1961) e PAUL RICOEUR (1913-2005).

MARTIN HEIDEGGER (1889-1976). Nasceu em Messkirch (Baden), na Alemanha. Foi aluno de Rickert e Husserl na Universidade de Freiburg. Lecionou em Marburg e Freiburg.

JEAN-PAUL SARTRE (1905-1980). Nasceu em Paris, onde estudou Filosofia. Em Berlim, estudou as obras de Husserl e Heidegger. Lecionou em diversos liceus da França. Após 1945, dedicou-se mais à atividade literária.

MAURICE MERLEAU-PONTY (1908-1961). Nasceu e estudou na França. Lecionou Psicologia na Sorbonne e Filosofia no College de France. Foi co-editor, junto com Sartre, do jornal *Les Temps Modernes*.

PAUL RICOEUR (1913-2005). Filósofo francês. Estudou na Universidade de Rennes. Lecionou nas universidades de Strasbourg, Sorbonne, Nanterre e Chicago.

Na medida em que as ciências do espírito e, particularmente, a psicologia científica, nascida no século XIX a partir do modelo das ciências naturais, começam a questionar a adequação de tal modelo ao seu objeto próprio, a fenomenologia mostra-se uma fértil alternativa para a estruturação de uma abordagem mais apropriada ao estudo do homem. A influência da fenomenologia no campo das ciências humanas é bastante vasta e heterogênea, incluindo disciplinas como a história, a sociologia, o direito, a antropologia e a psicologia. De um modo geral, a grande contribuição da fenomenologia a essas ciências é a de fornecer um modelo de descrição e compreensão de sentido próprio para a abordagem dos fenômenos que dizem respeito ao espírito, ao contrário do modelo de "explicação causal" empregado pelas ciências da natureza.

No campo específico da psicologia, as influências mais diretas da fenomenologia se deram sobre a psicologia da Gestalt e sobre a psiquiatria, desde JASPERS (1883-1969), que escreveu em 1913 um tratado fenomenológico intitulado *Psicopatologia geral*, passando por psiquiatras de projeção como Eugéne Minkowski (1885-1972) e Ludwig Binswanger (1881-1966), até Medard Boss (1903-1990), que desenvolveu suas reflexões clínicas em colaboração direta e estreita

KARL JASPERS (1883-1969). Nasceu em Oldenburg, na Alemanha. Formou-se em Medicina pela Universidade de Heidelberg. Lecionou Psiquiatria e Filosofia em Heidelberg e, a partir de 1948, Filosofia na Basiléia, na Suíça.

com o filósofo alemão Martin Heidegger, aluno e sucessor de Husserl na universidade alemã de Freiburg.

O existencialismo

O existencialismo enquanto movimento filosófico e cultural surge no período entre as duas guerras mundiais, de 1918 a 1945, no eixo intelectual entre a Alemanha e a França. Seu principal articulador é o filósofo francês Jean-Paul Sartre. O movimento ganha difusão pela Europa e Estados Unidos no pós-guerra, principalmente na década de 1950. Por uma questão de coerência com as idéias que prega, o existencialismo nunca se constituiu como um sistema filosófico estruturado, valorizando, antes, o próprio filosofar enquanto atitude permanente de estranhamento e interrogação do sentido. Apesar de possuir uma temática bastante característica e um modo próprio de abordagem, o existencialismo abarca um leque heterogêneo de idéias e pensadores. Iniciemos nossa aproximação compreendendo a origem da oposição tradicional entre os termos "essência" e "existência", a partir da qual se derivou a expressão existencialismo.

O modo de conhecimento que se denomina filosofia e que se caracteriza por uma investigação racional dos fundamentos da realidade teve origem na Grécia Antiga (entre os séculos IV e V a.C.). Logo nesse período inicial, uma resposta à investigação da filosofia foi dada por Platão, que marcou toda a história do pensamento ocidental até a época moderna. Diante do questionamento acerca daquilo que nas coisas constitui o seu verdadeiro ser, isto é, sua essência, os gregos responderam que era aquilo que se mantinha sempre idêntico, constante, permanente. As características que se transformavam, que se alteravam, foram consideradas menos importantes, ou seja, meramente acidentais e não constitutivas da essência. Ora, tudo que é sensível tem existência no tempo, está sempre em transformação. Logo, a essência das coisas, sendo permanente, só poderia ser do âmbito do supra-sensível, portanto, atemporal. Platão denominou "idéias" essas essências supra-sensíveis e eternas que serviam como o verdadeiro fundamento para a existência das coisas sensíveis e temporais. Ao longo da história da filosofia, outras denominações foram atribuídas ao ser ou à essência dos entes, isto é, das coisas (substância, Deus, espírito, razão), mas aquela decisão inicial de que a verdadeira essência das coisas era atemporal e supra-sensível, opondo-se, assim, à sua existência sensível e temporal, vigorou por todo pensamento

filosófico, com raras exceções, chegando até à nossa época. Em virtude dessa valorização da essência em detrimento da existência, se diz que a tradição filosófica, ou metafísica, do Ocidente é essencialista.

Essa tradição metafísica, que sempre buscou fundamentar a realidade a partir de idéias abstratas e universais, através da construção de sistemas filosóficos, encontrou, no século XIX, dois críticos de grande importância, considerados precursores do existencialismo moderno; são eles FRIEDRICH NIETZSCHE (1844-1900) e SÖREN KIERKEGAARD (1813-1855). Particularmente este último é considerado, tanto por sua obra quanto por sua vida conflituosa e intensa, o protótipo do pensador existencialista. Kierkegaard elaborou seu pensamento filosófico numa referência de oposição direta à filosofia idealista de Hegel (1770-1831), que pode ser considerado o último grande representante e o ápice da tradição essencialista iniciada com Platão. O indivíduo não pode, segundo Kierkegaard, ser explicado a partir de nenhuma essência universal. O ser do homem consiste em sua própria existência singular, sua subjetividade, que é pura liberdade de escolha. Por isso a filosofia não se reduz à construção de sistemas abstratos, à especulação conceitual e à descrição de essências ideais; filosofar é afirmar a existência enquanto liberdade e assumir a responsabilidade pelas próprias escolhas. Vemos, portanto, que o primado tradicional da essência sobre a existência é radicalmente invertido por Kierkegaard, justificando, assim, a opinião amplamente aceita de que esse filósofo e teólogo dinamarquês é o principal e mais direto precursor do existencialismo.

FRIEDRICH NIETZSCHE (1844-1900). Nasceu em Roecken, na Alemanha. Estudou Teologia e Filosofia em Bonn e Filologia em Leipzig. Em 1869 foi nomeado professor de filologia na Basiléia, e nove anos depois abandonou o cargo por causa de sua saúde frágil. Foi nesse período que iniciou a redação de seus textos filosóficos importantes.

SÖREN KIERKEGAARD (1813-1855). Nasceu em Kopenhagen, na Dinamarca, onde estudou Teologia na Universidade e onde veio a falecer. Sua vida foi marcada por intensos conflitos afetivos e religiosos que se expressam em sua obra.

Para Heidegger, foi Kierkegaard quem analisou com maior profundidade alguns dos fenômenos fundamentais da existência, tais como a angústia e a temporalidade enquanto instante de decisão. Aluno e sucessor de Husserl, como já mencionamos, Heidegger tem um papel fundamental na articulação entre fenomenologia e existencialismo. Para ele, não é suficiente voltar-se para a existência singular em suas circunstâncias sempre específicas a cada situação histórica concreta. É preciso elaborar uma interpretação ontológica do existir humano em geral, isto é, uma interpretação que diga respeito às estruturas que constituem o ser do homem enquanto existente. Esta tarefa, Heidegger leva a cabo em sua obra *Ser e tempo*, publicada em 1927. A "analítica da

existência", ali desenvolvida pelo filósofo, será uma espécie de base ontológica, de cunho fenomenológico, para o existencialismo. Embora Heidegger negue expressamente a classificação de existencialista, o efeito de *Ser e tempo* sobre o movimento é decisivo. No campo da clínica psicoterápica, sua influência foi tão direta e importante que, mais adiante, nos deteremos um pouco mais em suas idéias.

Tendo sofrido forte influência dos pensamentos de Husserl e de Heidegger, foi Sartre quem elaborou uma ontologia e uma antropologia existencialistas, no sentido mais próprio do termo. Esse filósofo, militante da resistência francesa à ocupação alemã, publicou em meio à Segunda Guerra Mundial, em 1943, sua obra de maior projeção, *O ser e o nada*, cujo subtítulo é "Ensaio de ontologia fenomenológica". Logo de início, Sartre divide os entes em duas regiões ontológicas radicalmente distintas, segundo os seus modos de ser: o "ser em si" e o "ser para si". O "em-si" (*en-soi*) diz respeito às coisas em si mesmas, fora de qualquer relação com a consciência, fora, portanto, de qualquer relação de sentido. O "para-si" (*pour-soi*) é o mundo da consciência, diz respeito à existência, no sentido específico que lhe dá o existencialismo. Nesse contexto, o termo existência não é um mero sinônimo de ser, como o empregamos no linguajar cotidiano. Existir é um modo específico de ser relacionado ao ente cujo sentido nunca está dado *a priori* – o homem. Antes que existisse esta folha de papel diante de nós, foi preciso que alguém pensasse nela, concebesse idealmente seu ser, sua essência, para então produzi-la, dando-lhe existência. Podemos dizer então que sua essência vem antes de sua existência. No caso do homem, a relação se inverte, primeiro é preciso ser homem, existir, para depois pensar sobre isso e atribuir-lhe sentido. Assim sendo, somente em relação ao homem é válida a inversão da fórmula tradicional da metafísica que dava precedência para as essências. No caso do homem, o existencialismo postula que a existência precede a essência. Por isso, só ele, ao contrário dos outros entes, não está predeterminado quanto ao seu sentido, só ele é livre. A distinção entre o "em-si" e o "para-si" possui analogia com a diferença que o existencialismo estabelece entre "ser" e "existir": só o homem existe, enquanto a folha de papel é.

Alguns outros nomes de grande importância no campo do existencialismo foram o filósofo espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936); o psiquiatra e filósofo alemão Karl Jaspers (1883-1969); a escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), companheira de Sartre; o romancista e ensaísta de origem argelina Albert Camus (1913-1960); o filósofo francês Gabriel Marcel

(1889-1973), principal representante da corrente cristã do existencialismo e o filósofo judeu de ascendência polonesa Martin Buber (1878-1965).

A analítica do *Dasein* de Heidegger

O grande interesse que motivou Heidegger a deixar o curso de teologia para ingressar na filosofia foi a questão sobre o sentido do ser. Sua obra mais conhecida, *Ser e tempo* (*Sein und Zeit*), publicada em 1927, aborda "a questão do ser" por caminhos radicalmente diferentes daqueles percorridos até então pela tradição, pois não interroga "o que é o ser", mas "qual o seu sentido". O objetivo da ontologia, de investigar a essência dos entes, transforma-se, então, em uma questão HERMENÊUTICA. O método empregado nesse questionamento ontológico em *Ser e tempo* é denominado por Heidegger "fenomenologia hermenêutica". Segundo ele, a fenomenologia, herdada de seu mestre Husserl, visa dirigir-se "às coisas elas mesmas – por oposição às construções soltas no ar..." (1989: 57). Esse "às coisas mesmas" nada tem a ver com a coisa "em-si" da tradição, refere-se a um retorno às "coisas mesmas" tal como elas aparecem, se dão, para a consciência.

> O termo HERMENÊUTICA designa a arte ou ciência da interpretação. A fenomenologia de Heidegger não é portanto transcendental no sentido de Husserl, mas sim hermenêutica. O sentido que se desvela através do homem, nunca se dá a partir de algum a *priori* transcendental, é sempre interpretação.

Como o ser é sempre pensado a partir das coisas que são, isto é, dos entes, Heidegger se pergunta se na pesquisa sobre o sentido do ser algum ente teria lugar de destaque. Ele conclui que sim, justamente aquele ente que lança a interrogação sobre o ser, o homem, assume um papel privilegiado. Por isso, demanda o homem uma análise mais detida de seu modo de ser, antes que se aprofunde a pesquisa ontológica, ou seja, o questionamento direto sobre o sentido do ser. O projeto original de Heidegger para *Ser e tempo* nunca foi, no entanto, concluído, as duas únicas seções publicadas tratam da analítica da existência humana. Embora não fosse essa a intenção do filósofo, a obra acaba sendo tomada como um tratado de antropologia filosófica e, enquanto tal, torna-se uma referência fundamental para as ciências humanas e para a psicologia clínica em particular.

Heidegger designa como *Dasein* (ser-aí) o modo de ser deste ente que mesmos somos. Sua diferença radical com relação aos entes que não têm o modo de ser do homem é que ele não possui uma essência anterior à existência, antes, o que ele é, seu ser, está sempre em jogo no seu existir. O

modo de ser dos entes não humanos é denominado "ser simplesmente dado" (*Vorhandenheit*) porque o que eles são, o seu sentido, nunca está em jogo em seu devir temporal; enquanto que o modo de ser do homem é a "existência", o "ser-aí", o "ser-no-mundo".

A expressão "ser-no-mundo" revela a unidade estrutural ontológica da existência do *Dasein*. A análise dessa estrutura nos remete aos três momentos constitutivos da totalidade desse fenômeno: a idéia de "mundo" como estrutura de sentido; o "quem é no mundo", que se revela de início como impessoalidade cotidiana; e o modo de "ser-em" um mundo, cuja estrutura se desdobra em compreensão e disposição.

a) A mundanidade

O *Dasein* é "mundano", co-originário ao "mundo", diferenciando-se dos entes simplesmente dados, "intramundanos", mas destituídos de mundo. Por exemplo, pedras e árvores estão no mundo, mas não têm mundo, isto é, não são aberturas de sentido, não se podendo dizer delas que "existem". Mundo é estrutura de sentido, contexto de significação, linguagem sempre historicamente em movimento.

O homem, enquanto "ser-no-mundo", não é encerrado em si mesmo, numa interioridade psíquica, estando sempre num contexto relacional. Ainda que esteja no isolamento, é "ser-com", co-presença. É nesse ser-no-mundo-com-os-outros que aparece o sentido como desvelamento dos entes que lhe vêm ao encontro. A palavra "cuidado" (*Sorge*) é usada para expressar a característica ontológica do *Dasein* de estar sempre referido a outro ente. O modo das relações do *Dasein* com os "entes cujo modo de ser é simplesmente dado" foi denominado por Heidegger "ocupação" (*Besorgen*), e o modo das relações com os entes, também dotados do seu modo de ser, "preocupação" (*Fürsorge*).

O modo mais imediato de o *Dasein* se relacionar com os outros entes se dá sempre por meio da ocupação, no manuseio e uso, subordinados ao "ser-para" dos instrumentos, ou seja, está sempre referido a um contexto de significância, mundo, em que predomina o uso ou a utilidade. Entretanto, justamente quando a referência instrumental é perturbada por algum obstáculo, ou seja, quando o instrumento falha, anuncia-se o "mundo". É a partir dos imprevistos que o *Dasein* é lançado numa perspectiva em que aquilo cujo sentido era simplesmente

dado revela-se como dependente de uma tessitura mais ampla e complexa de sentido, o mundo.

b) O cotidiano impessoal

Sendo um fenomenólogo, Heidegger não inicia a análise do *Dasein* a partir de alguma situação ideal na qual ele supostamente revelaria suas maiores virtudes, antes, está interessado no seu modo de ser cotidiano mais comum. É na "indiferença mediana", "impessoal", que se encontra, de início e na maior parte das vezes, o existir. Há uma tendência para o "encobrimento", isto é, o *Dasein* foge de si, esquecendo-se do seu "ser próprio", relacionando-se com ele como algo que já possui uma configuração preestabelecida. A ausência de surpresas e a evidência caracterizam a preocupação e a ocupação. O modo de falar e escrever descomprometido (falatório e escritório), a forma despersonalizada e insaciável de lidar com o novo (curiosidade) para preservar o conhecido, evitando as transformações, expressam o modo de ser cotidiano do *Dasein*, "decadente" e "inautêntico".

É essa compreensão "mediana" que, quase sempre, dita e regula suas possibilidades de ser, dispensando de realizar, de modo próprio e pessoal, o desvelamento do sentido dos entes a partir da experiência de sua alteridade irredutível. Sob o domínio da decadência, o *Dasein* se esquece de sua estrutura básica de interrogar e permanece em uma opacidade que encobre e distorce o desvelamento das possibilidades de sentido de si mesmo e dos entes que lhe vêm ao encontro no mundo. De início e na maior parte das vezes, toma-se por um ente cujo modo de ser já estivesse previamente dado, não realizando suas possibilidades mais próprias e singulares.

Tanto o modo de ser da "propriedade" como o da "impropriedade" são possibilidades constitutivas do *Dasein*. Não se passa de um modo de ser impessoal e impróprio para um outro pessoal e próprio de modo definitivo, como se fosse um desenvolvimento evolutivo da personalidade. O *Dasein*, em qualquer um desses modos, nunca deixa de comportar o outro enquanto possibilidade.

c) Compreensão e disposição

O "ser-em" não diz respeito a uma relação espacial de dois entes extensos, nem tampouco à relação entre sujeito e objeto. O "em" significa que o *Dasein*

e o mundo são coexistentes. Um jamais antecede o outro, são co-originários. O *Dasein* é abertura de sentido, e as dimensões essenciais dessa abertura são denominadas por Heidegger "compreensão" (*Verstehen*) e "disposição" (*Befindlichkeit*). Tal abertura compreensiva não é algo afetivamente neutro, que se restringe ao âmbito intelectual. Toda compreensão já é sempre dotada de uma "coloração" afetiva, de um "humor" ou "disposição". Disposição e compreensão constituem o modo de ser da abertura.

Mesmo o *Dasein* sendo, fundamentalmente, abertura de sentido do ser dos entes, em seu modo cotidiano e mediano de ser, tende, de início e na maior parte das vezes, ao fechamento. Ao circunscrever-se num horizonte de instrumentalidade, toma o sentido de si mesmo e dos outros entes como simplesmente dado. Quando um instrumento não funciona, torna-se coisa, revela a possibilidade de outros sentidos, mostrando-se, assim, a não-naturalidade e a ausência de um fundamento absoluto e seguro para a estrutura de sentido em que ele antes parecia ser algo dado para além de qualquer espanto. Anuncia-se o "mundo" (estrutura de significância) sob a ilusão de uma natureza simplesmente dada que se desfaz. Surge a angústia diante do nada, da falta de sentido, do "vazio" de significação. A angústia é a "disposição compreensiva" na qual o *Dasein* está aberto para si mesmo, para seu ser-no-mundo. A angústia revela, portanto, o poder-ser mais próprio, a pura abertura de significações, retirando o *Dasein* de sua decadência por romper com a familiaridade cotidiana. Surge, então, o "estranhamento", que faz com que os entes não mais apareçam como simplesmente dados, e, conseqüentemente, a responsabilidade, até então "esquecida", de assumir a liberdade de poder-ser de diferentes maneiras.

d) O ser-para-a-morte e o poder-ser em sentido próprio

Tendo analisado o *Dasein* em seu modo de ser cotidiano, tal como se encontra de início e na maior parte das vezes, Heidegger prossegue sua analítica, na segunda parte de *Ser e tempo*, buscando agora desvelar as possibilidades mais próprias e autênticas desse ente. Como na interpretação ontológica a totalidade do fenômeno precisa ser levada em conta, fazia-se ainda necessária essa investigação do "ser-no-mundo" em seu modo mais próprio.

Por sua característica fundamental de poder-ser, o *Dasein* resiste a uma apreensão total, já que deve, em podendo ser, ainda não ser algo. Enquanto é um ente, o *Dasein* jamais alcança sua totalidade, permanecendo em constante

inconclusão. Mas, se não podemos falar aqui de totalidade enquanto reunião de todas as possibilidades, podemos falar de totalidade enquanto aquilo que se circunscreve a um limite, a um fim. Ao morrer, o *Dasein* não é mais no mundo, findam-se as suas possibilidades. Portanto, apreendê-lo como um todo é um empreendimento que requer o esclarecimento do fenômeno da morte, entendido de forma ontológica como o seu poder-ser mais próprio. Enquanto existe, o *Dasein* é ser-para-a-morte. Desde que nascemos já está implícita em nossa existência, a qualquer momento, esta possibilidade. Porém, há uma dificuldade ôntica de fazer a experiência ontológica do "ser-para-a-morte". Não temos acesso à perda ontológica sofrida por quem morre; no máximo, estamos apenas juntos. São duas experiências diferentes: uma delas é sofrermos no modo da preocupação reverencial pelo outro, o que é possível somente por sermos essencialmente "com-o-outro"; outra é experienciarmos o nosso próprio "ser-para-a-morte".

Referimo-nos, anteriormente, à angústia como a disposição que leva à possibilidade de singularização por colocar o *Dasein* em contato com o seu ser mais próprio, que é a existência enquanto abertura de sentido. Sendo o "ser-para-a-morte" a possibilidade mais própria, irremissível e insuperável do homem enquanto projeto, pode-se dizer que toda angústia é, em última instância, angústia da morte.

A morte é a possibilidade extrema que antecede todo poder-ser de fato do *Dasein*, ou seja, o *Dasein* é para-a-morte, sempre já foi, pois já se antecipou para ela desde o seu primeiro suspiro de vida. Porém, o *Dasein* se esquece que existe projetando-se, compreendendo-se antecipadamente e a partir de suas possibilidades, e perde-se nos ruídos ambíguos do falatório. Nesse contexto, a morte é encarada como um fenômeno do qual é preciso desviar-se. Mas, é somente experienciando essa angústia diante do nada que o *Dasein* pode escolher a si mesmo, encontrar o que tem de mais próprio e singular para além das estruturas do "mundo público" e "impessoal".

A tendência cotidiana a fugir da angústia da morte encobre o "ser-para-a-morte" mais próprio. O projeto existencial de um "ser-para-a-morte" em sentido próprio deve, portanto, elaborar os momentos desse ser que o constituem como compreensão da morte, no sentido de um ser para a possibilidade caracterizada, que nem foge, nem encobre. É somente "antecipando" que o *Dasein* desentranha a possibilidade de "ser-para-a-morte" enquanto modo próprio de "ser-no-mundo", em que sempre está em jogo o seu existir, e, desta forma, volta-se para suas possibilidades mais singulares, determinadas a partir de sua finitude, desvencilhando-se do impessoal.

Há sempre, durante o existir do *Dasein* no mundo, um chamamento para o "poder-ser-mais-próprio"; é o que a compreensão comum chama de "voz da consciência", e que Heidegger denomina "clamor". Ter consciência de suas escolhas significa, então, recuperar seu projeto. Essa "convocação" escapa de qualquer determinação, rompe com a linguagem do cotidiano, já que o seu discurso é silencioso e abre o "poder-ser" como singularidade de cada *Dasein*, não oferecendo, portanto, nenhuma interpretação universal. É somente no fenômeno da "decisão antecipadora" que o *Dasein* consegue responder ao apelo da consciência, pois se projeta para as possibilidades mais próprias, escolhendo a si mesmo, tendo a angústia como disposição compreensiva que convida a tal movimento.

A decisão indica um "ser-si-mesmo" em sentido próprio, uma escolha que não é movida por uma vontade subjetiva arbitrária nem está subordinada a algum código moral, mas à escuta do clamor da consciência. Para tanto, é preciso silenciar os ruídos do falatório que dispersam o *Dasein* no domínio do mundo público impessoal. Somente na compreensão do seu "ser-para-a-morte", na experiência da sua finitude, o *Dasein* pode dissipar o encobrimento de si mesmo e lançar-se nas suas possibilidades mais singulares, modificando o seu cenário existencial.

Conforme já mencionamos, *Ser e tempo* permanece inacabado. A partir de meados da década de 1930, Heidegger abandona o uso dos termos "fenomenologia" e "hermenêutica", mas, como ele próprio declara, "isso não ocorreu, como muitos pensam, para negar a importância da fenomenologia, mas para deixar meu caminho de pensamento sem nome" (1976: 114). Ao contrário da interpretação usual que enfatiza essa inflexão de sua trajetória ocorrida nos anos 1930 e denominada reviravolta (*Kehre*) como uma ruptura, o próprio Heidegger sempre a interpretou em termos de continuidade. Dois temas fundamentais das reflexões heideggerianas a partir dessa fase são a linguagem poética e a questão da técnica moderna, que não vamos tratar aqui porque ultrapassam o escopo deste livro.

A *Daseinsanalyse*

Em virtude da abrangência quase indefinida que a expressão "análise existencial" adquiriu, os terapeutas que desenvolveram seu trabalho sob a influência direta do pensamento de Heidegger acabaram por adotar o termo alemão *Daseinsanalyse*, mesmo em línguas estrangeiras. A palavra, que

é proveniente da obra *Ser e tempo*, significa "análise do *Dasein*" e refere-se à tematização ontológica das estruturas existenciais constitutivas do homem enquanto "ser-aí" (*Dasein*). A *Daseinsanalyse* clínica constitui, no entanto, uma aplicação ôntica da analítica heideggeriana, pois cada fenômeno que vem à luz no diálogo clínico deve ser discutido a partir do contexto factual concreto em que surge e nunca reduzido genericamente a uma estrutura existencial.

a) Binswanger

O psiquiatra suíço Ludwig Binswanger foi um dos primeiros que, já na década de 1920, propôs a aplicação da fenomenologia ao campo psiquiátrico. Dez anos depois, sob a influência de Heidegger, tornou-se um analista existencial e, em 1941, adotou a expressão *Daseinsanalyse* para denominar sua abordagem. O encontro com o pensamento de Heidegger permitiu que Binswanger elaborasse, de modo mais preciso, sua insatisfação com a metodologia científica, herdada das ciências naturais, que se afirmava na psiquiatria.

Os principais aspectos da abordagem científica, contra os quais a análise existencial se opunha, eram o determinismo causal aplicado à existência humana e a tendência de supor forças e complexos psíquicos ocultos sob os modos de ser diretamente perceptíveis. Na base dessa concepção metodológica, Binswanger percebeu que se encontrava a divisão cartesiana do mundo em "*res-extensa*" e "*res-cogitans*". Essa cisão, ao mesmo tempo em que separa o homem do mundo, encerrando-o numa esfera subjetiva de representações, iguala-o aos entes naturais no modo de ser subsistente, isto é, substâncias simplesmente dadas. Em alternativa a esse tipo de compreensão, considerada por ele artificial, Binswanger adotou a noção de *Dasein*, na qual o "ser-no-mundo" já é uma condição existencial originária, ou seja, ontológica, e não algo acrescentado posteriormente. Além disso, o *Dasein*, em seu modo de ser, já é sempre abertura temporal e compreensiva, o que implica ter sempre uma orientação, um projeto, que prescinde de explicações causais de nível ôntico.

A partir de uma descrição daseinsanalítica, Binswanger elaborou diversos estudos de casos clínicos de pacientes esquizofrênicos que se tornaram clássicos da psiquiatria, como os de Suzanne Urban, Ellen West e Lola Voss. Suas descrições fenomenológicas dos "modos-de-ser" dos pacientes desdobram o mundo em três regiões: o mundo enquanto ambiente físico circundante

(*Umwelt*), o mundo das relações com o outro (*Mitwelt*) e o mundo próprio do pensamento e do corpo (*Eigenwelt*).

No desenvolvimento de seu trabalho clínico, uma segunda e importante mudança de orientação ocorreu em sua abordagem. À noção heideggeriana de "cuidado" (*Sorge*), que indica que o *Dasein* enquanto "ser-no-mundo" se dá sempre e essencialmente num exercício de relações com os entes que lhe vêm ao encontro, Binswanger julgou necessário acrescentar a noção de "amor". Ora, sendo um existencial, isto é, uma estrutura ontológica constitutiva do *Dasein*, o "cuidado" não diz respeito a um tipo específico de relação, e sim à condição de possibilidade dos diversos modos de relações, incluídas aí as afetivas, como o amor. O que o acréscimo de Binswanger indica é que ele entendeu o "cuidado" num nível ôntico, como cuidado factual por um ente já dado no mundo, achando, assim, necessário postular outros modos de relação.

Na base desse desenvolvimento ficava claro que a idéia de uma subjetividade subsistente, suporte transcendental das idéias e emoções, não fora radicalmente ultrapassada por Binswanger. Reconhecendo esse fato e estando coerente com os seus fundamentos filosóficos, ele retoma uma posição mais husserliana e passa a empregar a expressão "fenomenologia antropológica" para nomear sua abordagem.

b) Medard Boss

Influenciado por Binswanger e motivado por interesses mais clínicos do que epistemológicos, o psiquiatra e psicoterapeuta suíço Medard Boss vislumbrou no pensamento de Heidegger novas possibilidades para o exercício da compreensão terapêutica. Estabelecendo seu primeiro contato com o filósofo por carta, em 1947, iniciou um longo e regular intercâmbio que perdurou por quase 30 anos, até próximo da morte deste. De 1959 até 1969, Heidegger transmitiu pessoalmente suas idéias a um grupo de médicos e psicoterapeutas em seminários organizados, algumas vezes ao ano, por Boss. Tais encontros foram compilados e editados por Boss sob o título *Seminários de Zollikon*, e constituem material de grande interesse para a reflexão sobre a psicoterapia. Em 1971, foi fundada em Zurique, na Suíça, a Associação Internacional de Daseinsanalyse.

Enquanto exercício clínico e, portanto, ôntico da analítica existencial ontológica proposta por Heidegger, a *Daseinsanalyse* propõe apenas um caminho ou uma atitude de olhar fenomenológico, em que os fenômenos chamados

normais e patológicos do existir humano possam aparecer, a partir de si mesmos, em suas múltiplas possibilidades de manifestação. Tal atitude evita que esses fenômenos sejam contidos e reduzidos pela violência da objetivação científica aos seus aspectos apenas orgânicos, psicológicos, sociológicos etc. A compreensão fenomenológica na clínica não se propõe a construir um sistema de representações conceituais adequadas à subjetividade humana e seus estados patológicos, mas sim a tematizar o âmbito originário do "ser-no-mundo-com-o-outro", que constitui a condição de possibilidade de todo comportar-se e relacionar-se humanos.

Para a *Daseinsanalyse*, o "ser-doente" não é "algo" que possa ser definido a partir de uma essência positiva. Todo modo de "ser-doente" caracteriza-se como uma privação de um modo de "ser-sadio". Se o *Dasein* é, essencialmente, a abertura livre da existência, a limitação dessa liberdade é uma possibilidade já sempre dada ao homem. Toda doença é uma restrição mais ou menos grave do poder dispor livremente do conjunto de possibilidades de relação em que o homem sempre se encontra. O que diferencia, por exemplo, o chamado neurótico obsessivo do homem normal não é o fato de que aquele tem algo que lhe dá a possibilidade do comportamento obsessivo e que os outros não possuiriam; todos têm, enquanto homens, tal possibilidade. O que caracteriza o neurótico enquanto tal é o fato de que ele está restrito a essa possibilidade, fechado ao exercício de inúmeras outras que fazem parte do existir saudável.

Boss propõe três questões que, para a compreensão daseinsanalítica, abrem a tematização clínica de um modo específico de "ser-doente" (Boss, 1976: 14):

1. Qual é a possibilidade de relação perturbada?
2. Qual é a esfera que vem ao nosso encontro, que está visada nessa relação?
3. Como essa perturbação relacional se manifesta?

A doença não pode, portanto, ser tomada como uma entidade em si mesma, simplesmente dada. Qualquer síndrome vista isoladamente é uma abstração científica. Uma pessoa não pode ser considerada neurótica ou psicótica de modo geral, como se isso constituísse um atributo positivo, ainda que acidental, do seu ser. Em cada caso, é necessário perguntar diante de que situação relacional específica alguém se comporta de modo neurótico ou psicótico.

É importante lembrar, no entanto, que o *Dasein* em seu modo cotidiano e mediano de ser tende, de início, ao fechamento, isto é, ao encerramento de

todo sentido dos entes num horizonte de instrumentalidade. Tal fechamento não caracteriza, por si só, nenhuma patologia. Para que se possa falar em "distúrbio", é preciso que o limite de abertura ao sentido do *Dasein* esteja fortemente restrito, comprometendo sua liberdade de corresponder aos apelos da situação existencial em que se encontra. De início e na maior parte das vezes, o homem encontra-se num mundo cujo sentido dos entes é simplesmente dado, não sendo, portanto, tema de uma apropriação reflexiva. Apenas quando uma coisa ou acontecimento escapa do seu lugar esperado na rede de significância instituída como mundo, surge o estranhamento, a angústia e a demanda, nem sempre correspondida, de tematização do sentido. Essa demanda pode assumir dois níveis de abrangência distintos. No primeiro, questiona-se o sentido de um ente intramundano a partir do horizonte de sentido já estabelecido. No segundo, impõe-se um questionamento mais radical que põe em jogo o próprio horizonte de sentido enquanto tal e, portanto, os limites do mundo (do *Dasein* como abertura). É neste caso que pensamos ser mais pertinente falar em distúrbio ou crise na cotidianidade do *Dasein*. O distúrbio é a ameaça à estabilidade da estrutura de sentido, chamada mundo, a partir de um acontecimento que se impõe ao *Dasein* como sem sentido ou como aceno de possibilidades de sentido radicalmente estranhas com relação ao horizonte dado.

A psicoterapia existencial, como espaço de acolhimento e compreensão do distúrbio, não é um processo voluntariamente conduzido pelo terapeuta no plano das representações teóricas mais adequadas à estrutura psicológica do cliente. A questão que institui a terapia, e nela se instala, é a mesma já imposta pela vida. Portanto, não se pode atribuir à relação terapêutica nenhum privilégio no sentido de maior objetividade, neutralidade ou afastamento. Podemos apenas dizer que o espaço terapêutico se mantém no esforço de sustentar a questão, enquanto questão concernente ao "poder-ser" próprio do *Dasein*, até o limite em que seu apelo suscite novas possibilidades de correspondência.

Para a perspectiva daseinsanalítica, a relação terapêutica não deve ser pensada no plano de uma intersubjetividade, isto é, como um encontro de sujeitos isolados, interioridades definidas a partir de si mesmas. O "ser-com" é uma dimensão ontológica constitutiva do *Dasein* enquanto tal. Cada *Dasein* já é sempre "no-mundo-com-o-outro", e o modo mais próprio de ser "si-mesmo" não exclui, mas implica obrigatoriamente algum modo específico de "ser-com". O problema da compreensão do outro não se reduz, portanto, jamais a uma questão de metodologias e técnicas, ao contrário, essas somente são possíveis

enquanto desdobramento temático da pré-compreensão do outro em que já sempre se encontra o *Dasein* segundo seu modo de "ser-no-mundo". Tal colocação é essencial para a psicoterapia, pois desloca a questão da verdade do âmbito das teorias, metodologias e técnicas para aquele da experiência e da existência, no qual está sempre em jogo o próprio ser do homem.

Outras irradiações e influências da psicologia existencial

Para os propósitos historiográficos e introdutórios do presente texto, optamos por privilegiar as bases filosóficas do existencialismo, principalmente, a analítica da existência de Heidegger e seus desdobramentos mais diretos na psicologia clínica com Binswanger e Medard Boss. Consideramos que o eixo Heidegger-Binswanger-Boss foi a principal via de ligação entre a filosofia da existência e a psicologia, bem como seu mais importante núcleo de irradiação intelectual.

Nos Estados Unidos, um dos maiores nomes da psicologia existencial, também responsável por sua difusão, foi o psicólogo clínico Rollo May (1909-1994), que teve a influência de seu professor e amigo Paul Tillich (1886-1965), teólogo existencialista alemão imigrado para a América em 1933, logo após a ascensão de Hitler. May passou três anos internado num sanatório para o tratamento de uma tuberculose. Esse retiro forçado lhe deu o tempo e a perspectiva existencial propícios para uma aproximação das idéias de Kierkegaard. Embora fortemente influenciado pelas principais idéias do existencialismo europeu, May imprimiu à sua psicologia existencial algumas características próprias, como uma maior aproximação das idéias humanistas americanas, uma tendência de conciliação com certas noções psicanalíticas e o uso de conceitos de estágios de desenvolvimento.

O mais importante centro acadêmico de pesquisas em psicologia fenomenológico-existencial nos Estados Unidos é o da Universidade de Duquesne, na Pensilvânia, cuja tradição se iniciou na década de 1960, com Adrian van Kaan. Atualmente, um dos mais conhecidos psicoterapeutas existenciais americanos é Irvin D. Yalom, nascido em 1931, professor da Universidade de Stanford e autor de alguns livros sobre psicoterapia cujo sucesso ultrapassou o círculo do público especializado com os títulos *O executor do amor* (1989) e *Quando Nietzsche chorou* (1991).

De um modo geral, podemos afirmar que a psicologia existencial norte-americana aproximou-se mais de uma perspectiva humanista e das

construções teóricas pautadas nas noções de personalidade e desenvolvimento, dificilmente conciliáveis com as abordagens daseinsanalíticas de Binswanger e Boss. Alguns importantes teóricos americanos da psicologia, embora não possam ser enquadrados na psicologia existencial, sofreram influências de diferentes graus das idéias existencialistas. Entre os mais destacados, podemos citar Gordon Allport (1897-1967), Abraham Maslow (1908-1970) e Carl Rogers (1902-1987) (cf. capítulo 20).

Embora seja compreensível a aproximação entre fenomenologia existencial e humanismo, como muitas vezes se pode verificar pela fusão dos termos na expressão "psicologia existencial humanista", é preciso analisar com maior cuidado tal associação. Trata-se de uma aproximação muito mais negativa, isto é, determinada mais por uma aliança contra um opositor comum do que por uma identidade profunda de perspectivas. O humanismo tem como principal matriz a filosofia romântica que exalta a contemplação estética, o intuicionismo afetivo e a superação, por fusão empática, da dicotomia entre sujeito e objeto. Se, por um lado, a fenomenologia existencial também valoriza a intuição e critica a separação entre sujeito e objeto da tradição cientificista, ela não entende a experiência direta dos fenômenos como algo que diga mais respeito ao âmbito afetivo do que ao racional, e muito menos abre mão do rigor e da dimensão crítica. Outra diferença, talvez ainda mais importante, é a concepção de sujeito. Se, para o humanismo, é central a idéia de uma subjetividade interior, individual, autoconsciente e sempre voltada em última instância para a auto-realização, a *Daseinsanalyse* postula como fundamento essencial a impossibilidade de qualquer forma de objetivação da existência humana como subjetividade encapsulada, seja como psique, eu, pessoa, personalidade, consciência etc. O tema é polêmico mesmo entre os principais pensadores da fenomenologia existencial. Em 1945, Sartre pronuncia sua famosa palestra intitulada *O existencialismo é um humanismo*, na qual defende a idéia de que, por tratar-se de uma filosofia que confronta o homem com sua liberdade e responsabilidade, levando-o a uma ética da ação e do engajamento, o existencialismo seria, portanto, um humanismo no sentido mais próprio. Já Heidegger, em uma carta enviada ao seu discípulo francês Jean Beaufret, e publicada em 1947 com o título *Sobre o humanismo*, declara a incompatibilidade entre a compreensão do ser do homem como existência, pura abertura de sentido, e as perspectivas humanistas que afirmam algum tipo de essência positiva do homem, tal como a razão, a emoção, a personalidade, a alma etc.

Outra influência da fenomenologia existencial que merece ser citada é a do movimento denominado "antipsiquiatria", dos ingleses David Cooper (1931-1986) e R. D. Laing (1927-1989). Sua principal interlocução se deu com as idéias de Sartre, que chegou a prefaciar a obra *Razão e violência*, por eles publicada em 1964.

No Brasil, a fenomenologia existencial começa a ter presença mais sistemática a partir da década de 1970, mas já em 1963 foi apresentada por Eustáquio Portella Nunes a tese de livre-docência à Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada *Fundamentos da psicoterapia*, abordando a filosofia de Heidegger e o pensamento psiquiátrico de Binswanger. Em 1973, foi fundada em São Paulo a Associação Brasileira de Daseinsanalyse, com a colaboração direta de Medard Boss. Atualmente, existem várias sociedades de formação e grupos acadêmicos de pesquisa, especialmente no eixo Sul-Sudeste.

O existencialismo e, principalmente, a fenomenologia continuam sendo importantes linhas de força no campo das produções e pesquisas atuais em psicologia. Se é na área da psicoterapia que essa presença se mantém mais forte, assistimos recentemente a uma retomada das perspectivas fenomenológicas no campo dos estudos da cognição. Esse diálogo com a filosofia tem cada vez mais a contribuir para que a psicologia alcance uma compreensão mais profunda de seus próprios fundamentos. O horizonte de subjetividade-objetividade e o pensamento técnico-calculante, que circunscrevem os limites de sentido do mundo moderno e, portanto, do campo de dispersão teórica das psicologias, foram tematizados pela fenomenologia e pelo existencialismo com uma densidade crítica raramente alcançada. Somente a partir de um tal aprofundamento crítico sobre os paradigmas e as condições históricas de onde provém pode um pensamento abrir-se para novas possibilidades históricas.

Indicações bibliográficas e estéticas

Boss, Medard. (1976) Análise existencial – *Daseinsanalyse*. In: *Revista da Associação Brasileira de Análise e Terapia Existencial – Daseinsanalyse*, 2.

Heidegger, M. (1976 [1959]) *Acheminement vers la parole*. Paris: Gallimard.

Heidegger, M. (1989 [1927]) *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes.

"A poesia que pensa é, em verdade, a topologia do Ser."

Martin Heidegger, *Da experiência do pensamento*

Indicações bibliográficas em português

Beaufret, J. (1976) *Introdução às filosofias da existência*. São Paulo: Duas Cidades.

Binswanger, L. (1977) *Três formas da existência malograda: extravagância, excentricidade, amaneiramento*. Rio de Janeiro: Zahar.

___ (1988) *Angústia, culpa e libertação*. São Paulo: Duas Cidades.

Boss, M. (1979) *Na noite passada eu sonhei*. São Paulo: Summus.

Dartigues, A. (1973) *O que é a fenomenologia?* Rio de Janeiro: Eldorado.

Heidegger, M. (1979) *Conferências e escritos filosóficos* (Coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.

___ (2002) *Ensaios e conferências*. Petrópolis: Vozes.

___ (2001) *Seminários de Zollikon*. São Paulo: EDUC; Petrópolis, RJ: Vozes.

___ (1989 e 1990) *Ser e tempo*, vol. I, vol. II. Petrópolis: Vozes.

Husserl, E. (2002) *A crise da humanidade européiae a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

___ (1975) *Investigações lógicas: sexta investigação* (Coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.

___ (1986) *A idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.

Jaspers, K. (1971) *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix.

Kierkgaard, S. (1984) *Diário de um sedutor; Temor e tremor; O desespero humano* (Coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.

May, R. (1991) *O homem à procura de si mesmo*. Petrópolis: Vozes.

Merleau-Ponty, M. (1994) *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fonte.

Sartre, J. P. (1997) *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes.

___ (1984) *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método* (Coleção "Os Pensadores"). São Paulo: Abril Cultural.

Yalom, I. D. (1996) *O executor do amor e outras estórias sobre psicoterapia*. Porto Alegre: Artes Médicas.

___ (2000) *Quando Nietzsche chorou*. Rio de Janeiro: Ediouro.

Capítulo 20
A psicologia humanista

Rogerio Christiano Buys

> Não é possível", vão gritar-vos: isto significa que dois e dois são quatro! A natureza não vos pede licença, ela não tem nada a ver com os vossos desejos nem com o fato de que as suas leis vos agradem ou não. Deveis aceitá-la tal como ela é, conseqüentemente, também, todos os seus resultados. Um muro é realmente um muro… etc. Meu Deus, que tenho eu com as leis da natureza e com a aritmética, se, por algum motivo, não me agradem essas leis e o dois e dois são quatro? Está claro que não romperei este muro com a testa, se realmente não tiver forças para fazê-lo, mas não me conformarei com ele unicamente pelo fato de ter pela frente um muro de pedra e de terem sido insuficientes as minhas forças.
>
> Fiódor Dostoievski, *Memórias do subsolo*

O termo "humanismo" surgiu no Renascimento entre o final do século XIV e o início do século XV, e denominava tanto um aspecto literário, os escritores clássicos, quanto um viés filosófico, preocupando-se com o valor do homem e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo. Nesse segundo aspecto se destacaram Erasmo (1467-1536) e Pico Della Mirandolla (1463-1495), de acordo com Ferrater Mora (1982). Apesar do caráter recente do termo, podemos encontrar uma história mais longa para o humanismo, associando-o a todo movimento que procure pensar o homem a partir do que mais o caracteriza. Sartre, por exemplo, define o "humanismo" como qualquer doutrina que pense o homem tomando como critério aquilo que o diferencia de qualquer outro ser, ou ainda, que entenda o homem na sua existência própria. Neste aspecto, o movimento humanista teria começado na Grécia do século V a.C., com os SOFISTAS, principalmente, com o primeiro deles, Protágoras de Abdera, que apresentava um pensamento que ainda hoje ressoa entre nós e que se faz necessário ressaltar:

Os SOFISTAS surgiram com a *pólis*, a cidade grega, no século V a.C., com a necessidade de educar o jovem grego para a democracia então nascente.

"O homem é a medida de todas as coisas; das coisas que são enquanto são, e das coisas que não são enquanto não são". O humanismo protagoriano situa e valoriza o ser humano em seu (humano) mundo. "As coisas" das quais o homem é a medida são apenas as coisas humanas e não o universo, como afirmou Platão (Dherbey, 1986).

A importância dos sofistas e do movimento por eles iniciado pode ser avaliada pelo lugar que a crítica a eles teve no pensamento e nos trabalhos de Sócrates, Platão e Aristóteles. Platão, em vários dos seus *Diálogos*, critica os sofistas por ensinarem um falso conhecimento: o conhecimento apenas do que muda (a sociedade, a cidade). O conhecimento verdadeiro seria eterno e imutável. Para Aristóteles, os sofistas não falavam da realidade, de maneira que o que diziam não poderia ser demonstrado, portanto estavam distantes de qualquer conhecimento verdadeiro. Entretanto, a revisão do trabalho dos sofistas levou um autor da importância de Werner Jaeger (1986: 237) a afirmar: "Do ponto de vista histórico a sofística é um fenômeno tão importante quanto Sócrates ou Platão. Além disso, não é possível concebê-los sem ela". Mais adiante, no mesmo texto, Jaeger (1986: 243) sustenta que a "posição central que Protágoras atribui à educação do homem caracteriza o propósito espiritual da sua educação como "humanismo" no sentido mais explícito. Esta consiste na ordenação da educação humana por sobre todo o reino da técnica, no sentido moderno da palavra, isto é, da civilização".

Durante toda a Idade Média, manifesta-se um humanismo de natureza cristã, para o qual o valor do homem é dado na semelhança com Deus. No Renascimento, "o REALISMO ARISTOTÉLICO" até então prevalecente foi profunda e definitivamente abalado. O conhecimento não era imposto ao homem pelo cosmo, o conhecimento era humano, criação do homem. O humanismo do Renascimento e outras circunstâncias possibilitaram as grandes transformações do pensamento que o homem tinha a respeito do universo e de sua posição nele; como exemplo, podem ser citados os trabalhos de Nicolau Copérnico (1473-1543) e Galileu Galilei (1564-1642).

REALISMO ARISTOTÉLICO: Aristóteles acreditava que o cosmo (palavra grega que significa "organização") em sua "perfeição" e "regularidade" poderia ser conhecido diretamente e seria o modelo para o comportamento (a ética) do homem e para a sociedade humana.

Mais modernamente e de um ponto de vista individualista, René Descartes (1596-1650), JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778) e Imannuel Kant (1724-1804), nos séculos XVII e XVIII, cada um a seu modo, deram contribuição fundamental à compreensão da especificidade do homem, sem deixar de incluir uma discussão sobre o seu valor. Descartes havia pensado o conhecimento como ativo; o conhecimento não era dado ao homem por um

Jean-Jacques Rosseau nasceu em Genebra, na Suíça, e aos 16 anos foi para a França. Em 1761 publica *Julia ou A nova Heloisa*; em 1762 publica *O contrato social* e *Emilio ou Da educação*. Foi perseguido por suas idéias liberais. Kant afirma que, em Rousseau, o leitor "acha-se diante de um espírito de rara penetração, de um nobre ímpeto e genialidade, e de uma alma plena de sensibilidade num grau tal que talvez nunca algum escritor em qualquer tempo e qualquer país tenha possuído dons semelhantes" (Kant, apud Huisman, 2001: 839). Em *O contrato social*, um de seus livros mais importantes, Rousseau faz a distinção entre "vontade geral" e "vontade particular". Aquela é o verdadeiro amor a si e aos outros, o que a vontade é para o amor-próprio. Ela, "a vontade geral", é para o corpo social o que a consciência é para o indivíduo (Huisman, 2001). A essência do "Contrato Social" na visão de Ferrater Mora (1982) é que "cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo seu poder sob a direção suprema da vontade geral [...] [assim] consideramos cada membro parte indivisível do todo" (Ferrater Mora, 1982).

universo predeterminado, finalista; o homem conhecia, vale dizer, submetia o universo ao seu conhecimento. O homem teria o poder de conhecer tudo, inclusive sua própria consciência. No século XVIII, vemos a colocação desse aspecto ativo e autônomo no campo ético, tendo em Rousseau um de seus principais personagens. Para Kant, ele estaria para a moral como Newton estaria para a física. Na esteira do pensamento de Rousseau, Kant demonstra que o homem é um ser autônomo, apesar da limitação fundamental do seu conhecimento, que chamou de "finitude radical", pois não conhecemos a realidade em si, mas apenas a representação que dela fazemos, o fenômeno. Autonomia, por sua vez, significa que o homem é capaz de criar suas próprias leis. O homem não seria determinado nem pela natureza nem pela história. É neste sentido que Ferry e Renaut (1992) definem o humanismo contemporâneo como a "concepção (e a valorização) da humanidade em sua capacidade de autonomia – eu quero dizer que o que constitui a modernidade é a maneira como o homem vai se pensar como fonte de suas representações e de seus atos, como seu fundamento (sujeito) ou ainda como seu autor". Esta concepção determinou uma série de movimentos nos séculos XIX e XX, dentre os quais o mais importante foi o Declaração dos Direitos Humanos, que veremos a seguir.

Autonomia (*auto* – próprio; *nomos* – lei) refere-se à condição do homem como constituidor de suas próprias leis em oposição à heteronomia, na qual este é determinado por instâncias outras (como natureza ou história).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem

A psicologia humanista surgiu no bojo de um movimento mundial mais amplo que consistiu, poder-se-ia dizer, na valorização do ser humano – de cada ser humano, não somente de alguns. O ápice desse movimento foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 e que representou a aceitação universal

do HUMANISMO JURÍDICO e a conseqüente recusa do DIREITO NATURAL como fundamento das leis que regeriam as relações entre os homens em todo o mundo. Duas conseqüências muito importantes daí decorrem: primeira, direitos iguais para todos pressupõe igualdade entre todos (a desigualdade, inversamente, permite e autoriza a diferenciação de direitos). Segunda, e pressuposta na primeira: não há, entre as características especificamente humanas, nenhuma diferença essencial, o que significa que o ser humano não está determinado por nenhuma condição – seja cultural, geográfica, histórica ou biológica.

HUMANISMO JURÍDICO: trata-se do direito que toma o homem como é pensado no humanismo: como ser autônomo e consciente de si – o que, do ponto de vista jurídico, o responsabiliza plenamente por seus atos.

DIREITO NATURAL: trata-se do direito que toma o homem como ser natural; anterior e supostamente não integrado à vida em sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem se fundamenta num princípio segundo o qual o ser humano é capaz de ultrapassar qualquer determinação de qualquer natureza e que, também por isso, é totalmente responsável por seus atos. Este pensamento, todavia, deve ser posto também de forma positiva, não só negando qualquer influência determinativa no comportamento humano, mas afirmando sua autonomia, sua condição de criar suas próprias leis. Daí a universalidade dos direitos humanos; eles não seriam condicionados a nenhuma natureza biológica ou histórica.

O movimento da psicologia humanista

A psicologia humanista foi gestada durante a década de 1930 nos EUA e teve seus primeiros trabalhos publicados a partir dos anos 1940. Entetanto, foi na década seguinte que esse movimento obteve seu reconhecimento. Os autores que podem ser apontados como iniciadores do movimento humanista em psicologia são ABRAHAM MASLOW, GARDNER MURPHY, GORDON W. ALLPORT e CARL ROGERS. Estes foram os autores que começaram um movimento que veio a ser conhecido como "terceira força em psicologia", pois se postulava como uma alternativa a dois outros movimentos muito fortes nos Estados Unidos da época, o behaviorismo de John Watson e a psicanálise de Sigmund Freud.

ABRAHAM MASLOW (1908-1970) pretendia a re-humanização de toda a ciência. Foi professor do Brooklin College e depois na Universidade Brandeis de Waltham, Massachusetts. Suas principais obras publicadas são *A psicologia da ciência* (1966), *A psicologia do ser* (1962) e *Motivação e personalidade* (1954).

Garder Murphy (1895-1978) destacou-se como psicólogo social e da personalidade. Estudou em Yale e Harvard. Graduou-se pela Universidade de Columbia, onde trabalhou como professor. Foi professor no City College de Nova Iorque. Dirigiu a Fundação Menninger, em Topeca, no Kansas. Foi professor também na Universidade George Washington, em Washington. Suas principais obras publicadas são *A personalidade. Enfoque bio-social* (1947), *Introdução histórica à psicologia moderna* (1949) e *Potencialidades humanas* (1958).

Gordon W. Allport (1887-1967) formou-se em Harvard, obteve o grau de doutor em 1922 e foi professor na mesma universidade a partir de 1936. Propôs um modelo E-O-R em lugar do E-R tradicional. Chamou atenção para a importância do organismo ativo e não só reativo. O conceito de "autonomia funcional dos motivos" foi central na obra deste autor: considerando o organismo ativo, os motivos são fundamentais, orientam para o futuro e independem de objetivos predeterminados. Allport acentua a unicidade de cada pessoa, a unidade de atos e pensamentos.

Carl Rogers (1902-1987) estudou Agricultura e depois História na Universidade do Winsconsin. Posteriormente estudou no Union Theological Cenary, onde se interessou por psicologia. Passou a estudar no Teachers' Collegem na Universidade de Columbia, onde se formou em Psicologia, em 1931. Trabalhou no Departamento de Estudos Infantis, da Associação para Proteção à Infância em Rochester, em Nova Iorque. Foi professor na Universidade estatal de Ohio, na Universidade de Chicago e posteriormente na Universidade de Wisconsin. Trabalhou no Centro de Estudos da Pessoa, em La Jolla, San Diego, Califórnia. Suas principais obras publicadas no Brasil são *A psicoterapia centrada no cliente* (1951), *Tornar-se pessoa* (1961) e *Grupos de encontro* (1978).

O que é comum aos autores da psicologia humanista é a busca de novos modelos em relação ao ser humano pelo desacordo com aqueles então vigentes e com o determinismo a eles intrínseco. Neste sentido, Maslow critica o determinismo em psicologia e afirma que a pessoa sadia é capaz de transcender a cultura e as condições da sociedade e renovar valores. Murphy fala de um "determinismo frouxo" em oposição a um "determinismo estrito", que para ele seria fatalismo. Entende que "quanto mais plenamente desenvolvemos a compreensão de nossa situação como pessoa, mais provável é atingirmos um tipo de liberdade que significa alguma coisa, que seja uma consideração inteligente e ponderada de opções e uma seleção de opções que seja realista" (Murphy, citado por Frick, 1975: 77).

Allport, por seu lado, propôs o conceito de "autonomia funcional dos motivos", segundo o qual o homem não é um ser reativo, mas ativo. Assim, são os motivos atuais, e entendidos estes do ponto de vista psicológico, que determinam o comportamento humano, e não qualquer fator passado. Rogers, por sua vez, concordou com os autores citados acima e afirmou a liberdade essencial do indivíduo em face de qualquer forma de determinação, seja social, biológica ou histórica. Para esse autor, a liberdade e a possibilidade de transcendência de condições desfavoráveis de qualquer natureza são dadas por relações pessoais favoráveis. Porém, tais relações são somente facilitadoras e não determinantes.

Um conceito comum e fundamental aos autores citados e que sustenta a condição de independência com relação às determinações é o de auto-realização, que pressupõe um potencial a ser realizado e uma tendência à sua realização. Rogers denominou "tendência atualizante" esse postulado em sua teoria. Pode-se questionar, todavia, se tal conceito não encerra em si o que ele

procura criticar: não será, ele mesmo, um determinante biológico? A resposta é parcialmente afirmativa: ele é biológico no que diz respeito ao desenvolvimento físico do organismo, o que possibilita o desenvolvimento psicológico, mas não o determina. O desenvolvimento nesse nível é possibilitado pelas relações interpessoais vividas.

Consoante seus princípios, Rogers propõe uma forma de psicoterapia que, atualmente, pela sua amplitude, é chamada abordagem centrada na pessoa, na qual dá relevo à autonomia da pessoa, e não ao papel do psicoterapeuta. É neste ponto que essa abordagem se distancia da concepção de transferência psicanalítica (cf. capítulos 22 a 24). Além da psicoterapia, ela abrange também o ensino, o "ensino centrado no aluno"; o trabalho com organizações, usando o "grupo de encontro"; e o trabalho com comunidades, usando o que ficou convencionado chamar de "grupão" – grupos de encontro com mais de cem ou duzentas pessoas, como já foram realizados aqui no Brasil.

A psicologia humanista no Brasil

No Brasil, a psicologia humanista foi introduzida predominantemente pelas obras de Carl Rogers, que começaram a ser traduzidas nos anos 1970. Um pouco antes dessa data, a psicoterapia proposta por esse autor começou a ser divulgada na Universidade de São Paulo, por Rachel L. Rosenberg, trabalho que ainda hoje continua. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na mesma época, já tinha a disciplina Técnica de Aconselhamento Psicológico, baseada na psicoterapia centrada no cliente, ministrada pelo Padre Antonius Benko. No Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1974 foi criada a disciplina Psicoterapia Centrada na Pessoa e, pouco tempo depois, a disciplina Psicologia Humanista Existencial, com conteúdo referente ao pensamento humanista. Também na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a partir de 1968, surgiu um interesse pela área, principalmente com a vinda de Max Pagés, ex-aluno e colaborador de Rogers, que orientou um longo e produtivo seminário. No Rio de Janeiro, em 1975, foi fundada a primeira instituição do estado, o Centro de Psicologia da Pessoa (CPP), com a finalidade de divulgar essa abordagem, além de objetivar a formação de psicoterapeutas. Essa instituição está ativa até hoje.

Não pode deixar de ser mencionada a vinda ao Brasil de Carl Rogers e sua equipe em 1977, que facilitou um *workshop* de três semanas em Arcozelo,

no Estado do Rio de Janeiro. Os trabalhos de Rachel Rosenberg na USP, do IP-UFRJ, do Departamento de Psicologia da UFMG e do Centro de Psicologia da Pessoa têm sido irradiadores da psicologia humanista no Brasil, principalmente através da obra de Carl Rogers.

Indicações estéticas e bibliográficas

O humanismo é um movimento muito amplo, que procura apreender o homem naquilo que mais o distingue de todos os outros seres vivos. O humanismo manifesta-se da mesma forma na literatura. E, em certas obras, de maneira direta, dura e magistral, como ocorre em *Memórias do subsolo*, de Fiodor Dostoievski (2000 [1863]).

No que se segue, pretendo distinguir o espírito profundamente humano do estereótipo cândido do humanismo, segundo uma crítica vulgar. Para tal, recorrerei à genialidade de Dostoiévski, na obra citada. Tratarei da primeira parte do livro, "O subsolo", na qual "o próprio personagem se apresenta, expõe seu ponto de vista, e como que deseja esclarecer as razões pelas quais apareceu e devia aparecer no nosso meio" (p. 13).

A apresentação do personagem é, em todo o texto, pode-se dizer, a recusa ostensiva de qualquer forma de conhecimento prévio com o qual se pudesse explicar e caracterizar o ser humano – fosse de que maneira fosse. Ao longo do texto, o personagem alinha muitas formas pelas quais se poderia pensar e definir o homem, tomando-se a si próprio como exemplo. Aqui já se constata a posição do autor com relação à universalidade do ser humano perante cada indivíduo.

No início, o personagem descarta a sua própria maldade, ainda que tenha começado a sua apresentação como sendo um homem mau: "[...] mesmo no instante do meu mais intenso rancor, eu tinha a consciência, e de modo vergonhoso, de que não era uma pessoa má, nem mesmo enraivecida [...] na realidade, nunca pude tornar-me mau" (p. 10). Mais adiante, o personagem relata: "[...] de que o homem inteligente não pode, a sério, tornar-se algo, e de que somente os imbecis o conseguem" (p. 17). "Tornar-se algo", para o personagem, é, de acordo com os princípios que vimos tratando, tornar-se determinado por este "algo" que se passa a ser. "Tornar-se algo" é abrir mão da autonomia e ser de acordo com um modelo – o que o nosso personagem não consegue. Isso seria abrir mão da própria indeterminação universal do homem.

Em outro trecho, o personagem afirma que não conseguiu sequer tornar-se um inseto e isso porque "uma consciência muito perspicaz é uma doença, uma doença autêntica, completa" (p. 18). A "doença" da qual se queixa o personagem é uma condição de autopercepção que o impede de ser "algo", mesmo um inseto.

Com uma identidade qualquer, mesmo que negativa, nosso personagem se alegraria:

> Oh! Se eu não fizesse nada unicamente por preguiça: Meu Deus, como eu me respeitaria, então [...]. Haveria, pelo menos, uma propriedade como que positiva e da qual eu estaria certo. Pergunta: Quem é? Resposta: Um preguiçoso (p. 31).

A angústia do personagem de Dostoievski é não ser caracterizado, de uma vez por todas, de maneira que pudesse ser, mesmo por si próprio, algo definido. A angústia vivida por ele já foi descrita de maneira sucinta por Sartre em *O ser e o nada* (2005) – O homem não é nada. É justamente esse "não ser nada" que é expresso por Dostoievski, na pessoa do seu angustiado personagem.

A ironia não está ausente na forma pela qual os valores mais preciosos (enquanto características do homem) são ridicularizados. As idéias segundo as quais uma pessoa sempre escolheria o melhor, que a civilização "adoça" as pessoas, que o homem sempre procura a verdade – são refutadas por meio de sarcasmos cruéis. O parágrafo VII termina com a pergunta:

> E de onde concluíram todos estes sabichões que o homem precisa de não sei que vontade normal, virtuosa? Como foi que imaginaram que ele, obrigatoriamente, precisa de uma vontade sensata, vantajosa?

E o personagem mesmo responde:

> O homem precisa unicamente de uma vontade independente, custe o que custar essa independência, e leve onde levar. Bem, o diabo sabe o que é esta vontade... (p. 39).

Também a ciência não escapa à ferina crítica do nosso personagem na medida em que esta se propõe a explicar o ser humano:

> Se, por exemplo, efetuados os cálculos, me demonstrarem que, eu fiz uma figa a determinada pessoa, foi porque deveria fazer irremissivelmente de tal ou qual modo então *o que sobrará livre em mim?* Sobretudo se sou um sábio e terminei um curso de ciências em alguma parte? (p. 40-41, grifo do autor).

Mais adiante o pensamento é complementado:

> E, em geral, devemos repetir a nós mesmos, sem descanso, que, impreterivelmente, em tal momento, e em tais circunstâncias, a natureza

> não nos consulta; que é preciso aceitá-la tal como ela é; e não como nós a imaginamos, e se realmente ansiamos por uma tabela e um calendário, bem… e mesmo por uma retorta: senão ela vai impôr-se, prescindindo de nós (p. 42).

Para não tornar fastidiosos estes comentários, deixo a conclusão com o personagem:

> Desejará (o homem) conservar justamente os seus sonhos fantásticos, a sua mais vulgar estupidez, só para confirmar a si mesmo (como se isso fosse absolutamente indispensável) que os homens são sempre homens, e não teclas de piano, que as próprias leis da natureza ameaçam tocar, de tal modo que atinjam um ponto em que não se possa desejar nada fora do calendário. Mas ainda, mesmo que ele realmente mostrasse ser uma tecla de piano, mesmo que isso fosse demonstrado por meio das ciências naturais e da matemática, ainda assim ele não se tornaria razoável e cometeria intencionalmente alguma inconveniência, apenas por ingratidão e justamente para insistir na sua posição (p. 44).

Frick, W. B. (1975) *Psicologia humanística*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Renaut, A. (s.d.) *A era do indivíduo. Contributo para uma história da subjetividade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Renaut, A. (1998) *O indivíduo. Reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: Difel.

Referências bibliográficas:

Allport, G. (1954) *The Nature of prejudice*. Cambridge, Mass.: Addison-Wesley.

___ (1962) *Desenvolvimento da personalidade.* São Paulo: Herder/Edusp.

___ (1955) *Becoming; Basic Considerations for a Psychology of Personality*. New Haven: Yale University Press.

___ (1966 [1961]) *Personlidade*. São Paulo: Herder/Edusp.

Derbhey, G. R. (1986) *Os sofistas*. Lisboa: Edições 70.

DostoiEvski, F. (2000) *Memórias do subsolo*. São Paulo: Editora 34.

Ferrater Mora, J. (1982) *Dicionário de Filosofia*. Madri: Alianza Editorial Sociedade Anonima.

Jaeger, W. (1986) *Paidéia. A formação do homem grego*. São Paulo: Editora Martins Fontes/ Universidade de Brasília.

Ferry, L. e Renaut, A. (1992) *Sistème et Critique*. Bruxelles: Edition Osia.

Frick, W. B. (1975) *Psicologia humanística.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Maslow, A. (1954) *Motivation and Personality*. Nova York: Harper & Brothers.

___ (1962) *Toward a Psychology of Being*. Princeton: Van Nostraud.

___ (1966) *The Psychology of Science. A Renaissance*. Nova York: Harper & Row.

Murphy, G. (1947) *Personality. A Biosocial Approach to its Origins and Structure.* New York: Harper & Bross.

___ (1958) *Human Potentialities*. New York: Basic Books.

___ (1971 [1949]). *Introducción histórica a la Psicologia Moderna*. Buenos Aires: Paidós.

Huisman, D. (2001) *Dicionário dos Filósofos*. São Paulo: Martins Fontes.

Renaut, A. (1997) *Kant aujourd'hui*. Paris: Aubier.

Rogers, C. R. (1974) *Terapia e consulta psicológica*. São Paulo: Martins Fontes.

___ (1975) *A terapia centrada no cliente.* São Paulo: Martins Fontes.

___ (1988) *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.

___ (1987) *Grupos de encontro*. São Paulo: Martins Fontes.

Sartre, J. P. (2005) *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes.

Capítulo 21
A psicologia soviética: Vigotsky, Rubinstein e as tendências que a caraterizaram até o fim dos anos 1980

Fernando Luis González Rey

A psicologia soviética tem sido muito pouco conhecida no continente latino-americano, entre outras coisas, porque no período da Guerra Fria todos os governos dos países da América Latina, com exceção de Cuba, seguiam as posições do governo norte-americano, o que implicava considerar como subversão ideológica qualquer tipo de produção artística, científica ou cultural procedente daquele país. A esse respeito, em Cuba, a geração de psicólogos a que pertenço, mesmo que formada nas tendências tradicionais da psicologia, se adentrou no conhecimento da psicologia soviética. Da mesma forma, um grupo importante de psicólogos cubanos terminou os estudos de doutorado naquele país. Apesar das tensões existentes, muitos psicólogos advindos de outros países da América Latina também fizeram seus doutorados em Moscou, mas à diferença dos cubanos, ficaram inseridos em contextos institucionalizados quando retornaram a seus países, que não favoreceram o desenvolvimento dessas posições teóricas em suas instituições. Uma exceção neste sentido foi a Argentina, onde a cultura marxista, a força do Partido Comunista e a própria influência do marxismo no campo da psicanálise não só propiciaram que muitos psicólogos argentinos fizessem seus doutorados em Moscou, mas também foram fatores determinantes na publicação dos autores soviéticos em espanhol.

O fato de que muitos dos psicólogos cubanos tenham se formado dentro de tendências teóricas diferentes da própria psicologia soviética nos permitiu romper com uma visão monolítica dessa psicologia, assim como superar alguns mitos gerados por sua apropriação acrítica e idealizada.

O objetivo principal deste texto é o de fornecer ao leitor minha visão da psicologia SOVIÉTICA que tem servido de base para o desenvolvimento de idéias e posições no campo da psicologia. A minha geração de psicólogos cubanos teve o privilégio de conhecer as teorias mais importantes da psicologia ocidental antes de se aprofundar nos estudos da psicologia soviética, o que foi importante para que não abandonássemos o estudo de outras posições no ensino da psicologia.

A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) surgiu e desapareceu ao longo de século XX. Apesar de a união ter sido desfeita no final do século XX, a denominação soviético faz sentido aqui porque envolve o período analisado.

A psicologia soviética usa o MARXISMO e suas variantes como fundamento filosófico. Este fato esteve relacionado intrinsecamente com as formas que tomava o marxismo na direção política soviética. O MARXISMO MECANICISTA – uma mera aplicação de categorias marxistas a outros campos do saber – orientado à "materialização" da psique foi uma tendência recorrente na psicologia soviética. Na década de 1920 a cultura dominante das ciências naturais e a forte tradição da reflexologia, apoiada nos trabalhos de Bechterev e Pavlov (cf. capítulo 10), tiveram influência marcante na psicologia, mas não como ideologia, o que veio a acontecer na década de 1940 quando a reflexologia se impõe como posição "oficial" a partir da política. Isto se põe em evidência no fato de que no Primeiro Congresso Nacional de PEDOLOGIA, celebrado em Moscou no final de 1927 e princípio de 1928, se reconhece que os métodos fisiológicos não podem abarcar todo comportamento e, em particular, o conteúdo da consciência, nem os aspetos socioideológicos do homem, ao que se reconhece um caráter social (Schuare, 1990).

MARXISMO corresponde principalmente a uma prática política e a uma teoria social calcadas nos trabalhos de Karl Marx (1818-1883) levadas a cabo em grande parte com Friedrich Engels (1820-1895). Dentro de suas variadas contribuições teóricas, serão de especial interesse neste trabalho sua concepção materialista da história – denominada por Engels materialismo histórico – e a dialética.

O MARXISMO MECANICISTA é aquele que atribui causas objetivas lineares aos fenômenos humanos, como por exemplo o determinismo economicista ou sociologista. Termina mantendo uma visão de causa e efeito que nega a complexidade do caráter contraditório e processual dos sistemas, como foi colocado por Marx, embora a definição de história em Marx tenha tido um caráter teleológico.

PEDOLOGIA, termo atualmente em desuso, significa o estudo do comportamento e do desenvolvimento da criança. O termo diz respeito a uma área da psicologia, não da pedagogia, e foi amplamente utilizado nos EUA, na Europa e União Soviética na primeira metade do século XX.

As peripécias da dialética em seu percurso pela compreensão materialista da psicologia soviética

Logo após do triunfo da REVOLUÇÃO DE OUTUBRO, a psicologia soviética foi fortemente influenciada pelo marxismo e houve a tentativa de desenvolver uma psicologia que expressasse aqueles princípios gerais sobre os quais se começava a construir uma nova sociedade. Esse não foi um processo simples, mas o resultado do amadurecimento de várias gerações que de forma progressiva foi se aproximando à compreensão da significação do marxismo para a psicologia.

O caminho do desenvolvimento de uma psicologia apoiada nos princípios do marxismo enfatizou com mais freqüência o MATERIALISMO que a DIALÉTICA, o que implicou, em vários momentos da história da psicologia soviética, a reificação de categorias concretas como a máxima expressão do caráter marxista da psicologia. Isto aconteceu primeiramente com a reflexologia, em que o caráter marxista era defendido pela primazia dos processos fisiológicos do condicionamento, considerados como a causa dos processos psíquicos mais complexos. No entanto, como mencionamos antes, esse momento de domínio de uma representação reflexológica, foi o resultado de uma cultura dominante e não de uma imposição ideológica, pois, inclusive, não se apoiava na filosofia marxista.

Konstantin N. Kornilov (1879-1957) foi o primeiro psicólogo soviético a enfatizar a importância do REFLEXO DO REAL, e que reconheceu que este não era um reflexo passivo, senão ativo. No entanto, Kornilov manteve uma posição eclética de que a psicologia dialética deveria ser a síntese da PSICOLOGIA IDEALISTA e da PSICOLOGIA OBJETIVA e também defendeu uma visão dogmática ao tentar "coisificar" as leis da dialética em fenômenos psicológicos concretos.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO ou Revolução Bolchevique indica a primeira revolução comunista ocorrida no século XX e inspirada nos trabalhos de Karl Marx que acabou por constituir a URSS. Seu articulador mais conhecido foi V. I. Lênin.

"MATERIALISMO é a doutrina filosófica que afirma a existência do mundo, do real, como primário em relação a qualquer tipo de produção humana. A DIALÉTICA é a doutrina filosófica orientada à compreensão sistêmica e contraditória de sistemas, que podem ser ideais (Hegel) ou sistemas do real (Marx). A dialética converteu-se num método para a construção do conhecimento enfatizando o caráter procesual e em desenvolvimento dos sistemas estudados. A dialética, desde sua formulação a partir de Hegel, opera com uma apreensão do tempo, em que este sempre se dá no jogo da apresentação de uma tese, seguida da proposição de seu oposto, a antítese, e concluída numa síntese, que servirá como tese para um novo processo.

O PRINCÍPIO DO REFLEXO na compreensão da psique consiste em concebê-la como um reflexo da realidade. A noção de reflexo foi calcada no uso que Lênin fez do termo em *Materialismo e empiriocriticismo* e, a partir daí, foi utilizado como sinônimo do caráter materialista da psique. Rubinstein, com o objetivo de ir além dessa visão mecanicista da psique, preferiu usar em seus trabalhos o termo "refração" que, ao menos, enfatizava uma mediação da influência externa.

A PSICOLOGIA IDEALISTA reconhece uma essência inerente ao homem responsável pelas caraterísticas de sua vida psíquica, enquanto a psicologia objetiva nega o estatuto ontológico da psique.

Do mesmo modo, tentou aplicar de forma mecânica as categorias de Marx à psicologia, o que, por exemplo, se expressou no seu intento de reduzir o complexo problema da essência social do homem à questão da psicologia de classes. Mesmo com estas limitações, Kornilov foi o primeiro a tentar uma aplicação do marxismo à psicologia, procurando a independência do psíquico reflexológico. Ao redor de Kornilov se agrupou um conjunto muito valioso de jovens cientistas entre os quais se encontravam VIGOTSKY, Alexander Luria (1902-1977) e Alexis Leontiev. As pretensões de desenvolver uma aproximação marxista à psicologia oscilavam, na época, entre o reducionismo reflexológico e o sociologizante.

LEV S. VIGOTSKY (1896-1934) foi o psicólogo soviético fundador do enfoque histórico-cultural. Estudou artes, medicina e lingüística antes de se dedicar à psicologia. Seu primeiro livro foi *Psicologia da arte*, onde já aparece uma parte significativa das idéias que iria desenvolver posteriormente e que o tornaram um psicólogo destacado.

Como expressa Ksenii Aleksandrdvna Abuljanova (1973: 49), discípula de Serge Rubinstein e uma das mais importantes psicólogas soviéticas contemporâneas,

> Apesar das encarniçadas polêmicas dos que aderem à explicação sociológica do psíquico e dos partidários da explicação fisiológica ou cibernética, a posição de ambos os grupos é idêntica na ordem metodológica. O afã de "coisificar", de materializar o psíquico ou assignar-lhe o atributo de materialidade, através de sua identificação com algo "diferente", revela o caráter antidialético do modo do conhecimento, a incapacidade de aplicar a dialética ao descobrimento da especificidade dos próprios fenômenos psíquicos. A impossibilidade de esclarecer a relação do psíquico com o "diferente" conduz a um recurso elementar do pensamento: o de substituir o psíquico por algo diferente.

Foi precisamente a dificuldade para a compreensão dialética de uma realidade diferente, própria ao psíquico, um dos aspectos que caracterizou o pensamento mecanicista que dominou, em diferentes momentos, a evolução da psicologia soviética, que tentou por todas as vias explicar a psique pela ação causal de processos "objetivos", impedindo assim que fosse vista como um sistema complexo, irredutível aos processos que participaram de sua determinação. Um aspecto central da dialética é compreender o desenvolvimento de um sistema por meio de sua organização interna e das contradições dessa organização, e não pelas forças externas que atuam de forma imediata sobre o sistema. Mas o pensamento materialista mecanicista, como coloca a autora citada, não teve capacidade para representar a natureza

diferenciada da psique em relação com os outros sistemas envolvidos em seu desenvolvimento.

Essa tendência, que implicou de forma direta ou indireta o tema da subjetividade na psicologia soviética, foi de novo afastada com o predomínio que, posteriormente, teve a TEORIA DA ATIVIDADE na psicologia soviética, a qual, na minha interpretação, representou um novo momento no intuito de objetivar o psíquico. Só que, dessa vez, essa objetivação foi tentada através do objeto, no intuito de explicar a psique por meio das operações externas das pessoas com objetos, o que inaugurou um reducionismo "objetal" na compreensão da psique.

A TEORIA DA ATIVIDADE foi desenvolvida por Alexis N. Leontiev (1903-1979) que definiu a psique como a internalização da atividade com objetos. Sob essa teoria, diferentes termos psicológicos como motivo, sentido pessoal e outros, foram definidos em termos de atos e atividades. Essa teoria hegemonizou a psicologia soviética desde os anos 1960 até finais dos anos 1970. Um momento muito importante na superação dos reducionismos gerados por essa teoria foi o simpósio sobre a categoria atividade na psicologia soviética, celebrado em Moscou em 1977.

O objetivismo sempre se opôs à visão dialética da psique, pois impediu a compreensão do caráter tenso e contraditório que se produz na relação entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade cultural e que toma diferentes formas no espaço da sociedade. O objetivo e o subjetivo não se apresentam nesta perspectiva como dimensões excludentes entre si, pelo contrário, se pressupõem de forma recíproca. Não existe uma dimensão objetiva dos processos humanos que possa se separar do subjetivo em seu impacto sobre o homem, pois a subjetividade é um atributo definidor da objetividade humana. O objetivo e o subjetivo, na forma em que empregamos estes termos, não representam o significado que freqüentemente eles têm no senso comum, em que o objetivo é reservado para aquilo que é real, enquanto o subjetivo é considerado como uma distorção. O objetivo e o subjetivo diferenciam-se no nível ontológico como qualidades diferentes dos fenômenos da realidade: o objetivo caracteriza os processos da realidade que não implicam uma dimensão simbólica nem de sentido em seu funcionamento e suas relações. Foram Vigotsky e RUBINSTEIN os primeiros que compreenderam isso e que tentaram especificar o caráter qualitativo do psíquico.

SERGE L. RUBINSTEIN (1889-1960) foi, junto com Vigotsky, uma das figuras centrais no desenvolvimento da psicologia soviética. Entre 1930 e 1942, esteve no centro do desenvolvimento da psicologia na cidade de Leningrado (antiga São Petersburgo, que hoje recuperou seu nome original). O grupo de Leningrado sob sua direção foi um dos grupos que mais marcaram a psicologia soviética.

Um grande mérito da dialética é precisamente a capacidade de integração do que é diferente na compreensão de níveis qualitativos diferenciados da realidade, o que permitiu, tanto a Vigotsky quanto a Rubinstein, a superação de muitas das dicotomias que

tinham caracterizado o desenvolvimento do pensamento psicológico. Ambos foram pioneiros na superação da dicotomia do social e do individual, ao partirem do famoso princípio explicitado por Marx em suas teses sobre Feuerbach: de que a essência humana é o conjunto de todas as relações sociais do homem. Este princípio foi assumido por ambos os autores. No entanto, eles não ficaram apenas ancorados no princípio, mas o usaram para definir um novo conceito de mente, que foi evoluindo, nem sempre pelos mesmos caminhos, mas com muitos aspectos em comum, na obra de ambos.

Ludwig Feuerbach é o pensador criticado por Marx em suas *Teses sobre Feuerbach*, por causa de seu materialismo primitivo e carente de caráter histórico-dialético.

Tanto Rubinstein quanto Vigotsky se relacionaram com o marxismo de uma forma criativa, procurando nele princípios gerais suscetíveis de desenvolvimento na construção da psicologia e não dogmas a serem aplicados de forma rígida. O tipo de relação desses autores com a filosofia fica muito claro na seguinte afirmação de Vigotsky (1979: 491):

> A aplicação direta da teoria do materialismo dialético aos problemas das ciências naturais e em particular ao grupo das ciências biológicas ou a psicologia é impossível, como é impossível essa aplicação direta à historia e à sociologia. Entre nós há aqueles que pensam que o problema da psicologia e do marxismo se reduz a criar uma psicologia que responda ao marxismo; mas na realidade esse problema é muito mais complexo.

No mesmo trabalho, Vigotsky (1979: 421) expressa que

> não se pode buscar nos mestres do marxismo a solução do problema, nem sequer uma hipótese de trabalho (porque elas se criam no campo de cada ciência), senão o método de sua construção. Eu não quero conhecer de graça, lembrando um par de citações, o que é a psique; quero aprender em todo o método de Marx como construir a ciência, como enfocar a investigação da psique.

A dialética não constitui um conjunto de regras universais a ser aplicado de forma indiferenciada ao que estudamos, pelo contrário, a dialética explicita um conjunto de princípios epistemológicos gerais que vai orientar as construções metodológicas particulares de cada ciência. É no nível da pesquisa particular de cada disciplina, que se irá construindo teoricamente um campo de conhecimento, o qual irá gerando um conjunto de necessidades epistemológicas e metodológicas. Neste mesmo sentido, o filósofo marxista Lucien Séve (1972: 49) escreve:

Lucien Séve (1926-) formou-se em filosofia em 1949. Lecionou em diversos liceus, como o Saint-Charles de Marselha. Além de diversos artigos, publicou *A diferenca*, *A filosofia francesa contemporânea* e *Marxismo e teoria da personalidade*.

> Em outras palavras: se o nascimento da filosofia marxista põe fim à quimera de um conhecimento "filosófico" dos objetos científicos, sinaliza, ao mesmo tempo, a aparição de um conhecimento científico dos objetos filosóficos: esta é a outra cara da filosofia materialista dialética. E isto coloca num plano superior a especificidade da filosofia e sua responsabilidade em relação às ciências particulares – por exemplo, a psicologia – desta vez, segundo vemos, já não no sentido inaceitável de um intento encaminhado a deduzir ou construir *a priori* seu conteúdo concreto, a partir dos princípios de uma concepção geral do mundo, mas num sentido muito diferente, de uma ajuda aportada à ciência para a solução dos problemas epistemológicos que lhe apareçam.

Séve, neste sentido, defende que o marxismo, assim como o racionalismo crítico de Gaston Bachelard, representa a relação da filosofia com as ciências particulares. O interessante é que Vigotsky reconhecia, já na sua época, este tipo de relacionamento entre o marxismo e a psicologia. Quando lemos Vigotsky, vemos a construção de um campo de conhecimento que tem, sem dúvida, na sua base uma aplicação criativa da dialética marxista. Mas a dialética aparece em sua obra não como um conjunto de princípios que devem ser seguidos *a priori*, mas como princípios que tomam forma no processo complexo de construção dos problemas que o pesquisador vai elaborando ao longo da pesquisa.

A dialética em Vigotsky e Rubinstein

A dialética na obra de Vigotsky e Rubinstein aparece em três sentidos fundamentais.

Primeiro, como definição ontológica da realidade, contribuindo para compreender a psique como um sistema processual, contraditório e complexo que, através de uma forma própria de organização (problema central tanto para um como para o outro autor), está permanentemente em confronto com outros sistemas que participaram de sua gênese e em relação aos quais a psique mantém uma relativa independência em seu desenvolvimento.

Segundo, a dialética permite superar a definição descritiva da psique e indica, num sentido epistemológico, que aquilo que precisa conhecer está para além da evidência, não sendo acessível à descrição. O conceito de essência aparece na dialética não como noção transcendental, mas como forma de organização que transcende o fenomênico e está em constante desenvolvimento, mesmo que em sua compreensão da história Marx expressasse uma visão

muito mais teleológica e universalista da dialética. A dialética nos remete sempre à organização dos fenômenos, tendo essa organização uma expressão processual permanente, definida pela constante contradição entre os contrários que definem a unidade qualitativa atual desse fenômeno.

Terceiro, a dialética rompe com a representação de processos lineares de determinação. Num sentido geral, a dialética nos remete à pluarideterminação da realidade, orientando mais a uma relação recursiva entre os processos que a um determinismo causal, o que se evidencia de forma nítida nos autores mencionados, que marcam o topo do desenvolvimento da psicologia soviética.

Em relação a este último aspecto, Rubinstein (1967: 172) assim se expressou:

> Ao estudar os processos psíquicos costuma-se apresentar num primeiro plano a lei determinante de como tem lugar a percepção, o pensamento, etc. Mas a percepção, o pensamento do homem, considerados como certa vivência concreta, como conteúdo da vida da pessoa, incluem em si, pelo comum, não só o reflexo de determinados fenômenos ou de determinadas relações entre objetos, mas, além disso, evidenciam o sentido e o significado que tais fenômenos e reações possuem para o homem.

Na citação fica evidenciado como esse autor não compreendia a psique como resultado de influências externas e sim como um processo complexo e recursivo, no qual as influências do mundo se definiam no processo de produção de sentido e significado que emergiam no sujeito a partir dessas experiências. Isto quer dizer que não existe uma relação causal de determinismo entre as influências externas e a psique, senão uma relação em que se organiza uma nova qualidade com a participação ativa do sujeito desse processo. A psique aparece, assim, como um sistema ativo, gerador. De forma semelhante, em Vigotsky, essa relação apresenta-se no conceito de situação social do desenvolvimento, embora esta questão só apareça com clareza ao final de sua obra, quando o autor elabora o conceito de sentido.

Penso que o ápice da psicologia soviética foi representado por esses dois autores, que levaram ao ponto máximo uma representação dialética da psique. A citação de Rubinstein questiona a noção não dialética de reflexo, que durante muito tempo foi dominante em uma certa interpretação do marxismo para explicar o caráter objetivo da psique concebendo-a como produto passivo e não como um processo complexo, no qual ela própria e o sujeito representavam um momento ativo. Este princípio, muito presente em

Rubinstein, assim como no Vigotsky mais maduro, aparece muito bem em Abuljanova (1980: 81) anos depois, quando expressa:

> Ainda que pareça que o psíquico se correlaciona diretamente tanto com o mundo como com o cérebro, ditas correlações não são mais que abstrações, cuja base objetiva é o homem, na existência do qual elas se fazem realmente efetivas. A existência do homem como sujeito: essa é a premissa e o fundamento da investigação de todas as conexões do psíquico.

A dialética permitiu a desnaturalização da compreensão da psique e facilitou sua representação como sistema complexo capaz de integrar, em seus próprios termos e mediados pelas suas próprias formas de organização, experiências vividas pelo homem em diferentes espaços socioculturais e em diferentes momentos históricos, como momentos de sentido de sua organização subjetiva atual. É precisamente essa integração do histórico e do social, na sua especificidade psicológica, o que explica o uso da categoria subjetividade para dar conta desse complexo sistema de produção de sentido com características ontológicas diferentes de muitos dos sistemas que participaram de sua gênese. E aqui, nesse nível de complexidade que toma a construção do conhecimento sobre esta realidade, a dialética encontra-se com a epistemologia da complexidade e se expressa, por exemplo, na compreensão da subjetividade como sistema complexo, que tem sido o centro de nosso trabalho (González Rey, 1997, 2002).

Alguns aspetos essenciais do legado de Vigotsky e Rubinstein nas posições da psicologia soviética

A psicologia soviética, logo após sua fundação na década de 1920, quando se desenvolveram muitos dos trabalhos mais importantes de Vigotsky e Rubinstein, assim como de muitos outros psicólogos fundadores desse movimento, viveu fortes momentos de repressão política, que tiveram um impacto no rumo posterior de suas diferentes tendências.

Nos anos 1930, em seu início, desenvolveu-se um processo de repressão política (movimento crítico de orientação ideológica) envolvendo todas as humanidades e as ciências sociais em geral e que, na psicologia, teve como primeiro alvo a reactologia de Kornilov. Mesmo sendo essa uma corrente com limitações mecanicistas, representou o primeiro esforço na aplicação dos princípios do marxismo à psicologia. O pior era o caráter ideológico

de uma crítica que substituía a outra mais importante: a crítica científica. Esse caráter ideológico estava muito mais orientado para a exclusão e para o controle do que para o desenvolvimento da ciência. Essa década marcou o início da etapa de controle político da ciência imposta pelo stalinismo. Assim, Vigotsky e Luria são alvos da crítica autoritária desse período. Ambos os autores foram acusados por Razmilov (1934, apud Schuare, 1990), em um livro a serviço da ideologização da crítica, de serem pseudocientíficos, reacionários e antimarxistas, epítetos que se usam sem muita argumentação e que viram rótulos eternos para os prejudicados

Posteriormente, em 1936, aparece a disposição do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética "sobre as deformações pedológicas nos sistemas dos COMISSARIADOS DO POVO de instrução pública", onde se qualificam os pedólogos como pseudocientíficos e se elimina de forma oficial esse campo do saber. Campo esse que integrava todos os cientistas que trabalhavam com o desenvolvimento infantil, entre eles Vigotsky, que foi alvo especial das críticas levantadas. Como reconheceram posteriormente muitos psicólogos soviéticos (Vasiili Vasilievich Davydov, Arthur Petrovsky, M. G. Yarochevsky e muitos outros), a eliminação da pedologia implicou um retrocesso muito grande no trabalho e na aplicação da psicologia no campo da educação. Mesmo a pedologia apresentando muitos problemas, já que alguns autores davam à herança um papel decisivo em questões que não tinham caráter herdado, e também se aplicavando testes de forma indiscriminada, sem nenhum fundamento, o que já havia sido criticado por Vigotsky, na verdade, o tipo de intervenção política que se aplicou propiciou unicamente a paralisação da ciência e o retrocesso de tudo o que se tinha alcançado até esse momento.

NA ÉPOCA, as resoluções apareciam feitas em nome do COMISSARIADO DO POVO que, como os ministérios dentro da institucionalização do Estado, aparecera com a Revolução de Outubro.

Na década posterior, após da morte de Vigotsky, Rubinstein é seriamente criticado pelos "desvios" de seu livro *Princípios de psicologia geral* e também é destituído de todas as suas responsabilidades, o que é restabelecido somente depois da morte de Stalin, em 1953. Essa situação de repressão debilitou seriamente a psicologia soviética e também limitou a continuidade do pensamento de ambos autores.

No início da década de trinta, Leontiev mudou-se de Moscou para Jarkov, onde se encontrou com Luria e Alexander Vladmirovich Zaporozhets e fundou sua própria escola. Segundo Zinchenko (1997), os motivos que levaram à separação deste grupo em relação a Vigotsky ainda são desconhecidos e, mesmo que Vigotsky tenha visitado com certa freqüência Jarkov, seus vínculos

com este grupo foram se debilitando. A teoria da atividade de Leontiev passou a ser, nos final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a tendência oficialmente reconhecida na psicologia soviética, não deixando de ser uma nova forma de "coisificação" da psique, ao identificá-la como o resultado da atividade com objetos e ao orientar-se de forma preferencial à pesquisa experimental sobre as funções psíquicas. Um objetivismo teórico no qual a psique se identificava com a interiorização de operações com objetos e um positivismo metodológico que colocava a demonstração experimental como critério de legitimidade do conhecimento, o que voltava a alocar a psicologia soviética muito mais na órbita do materialismo do que da dialética.

O tema da subjetividade – que se expressava com força, mesmo que de forma implícita, no princípio da unidade da consciência e da atividade em Rubinstein, e no valor da consciência em Vigotsky, e que ao final da vida deste toma forma particular através da definição do sentido – é completamente ignorado e se produz uma reificação do conceito de atividade no qual não só se reduz ao mínimo um conjunto de temas inspiradores da psicologia soviética – por exemplo, os temas da personalidade e da motivação – como também se estuda o tema da comunicação dentro do modelo clássico da atividade com objetos.

O domínio da teoria da atividade negou o caráter ativo e gerador tanto da psique quanto do sujeito. Neste sentido Leontiev (1978: 81-82) expressou:

> Estas transições são possíveis [refere-se às transições da atividade externa à interna e vice-versa] porque a atividade exterior e a interior têm uma mesma estrutura comum [...]. Portanto, a atividade que é interna pela sua forma, que deriva da atividade prática externa, não difere desta, nem se superpõe a ela, senão que pressupõe um nexo de princípio e bilateral com ela.

Na citação acima fica clara a definição da psique como um tipo de atividade que mantém um vínculo imediato e linear com a atividade externa, tendo ambas a mesma estrutura. Isso quer dizer que a atividade interna é o resultado da externa e nela não existe nada que primeiro não tivesse existido na atividade com objetos. Nesta definição é muito difícil explicar as complexas formas de organização dos motivos e da personalidade, temas que durante muito tempo estiveram subvalorizados na psicologia soviética, apesar da importância dada a eles por Rubinstein, Vigotsky, Boris Gerasimovich Ananiev, Vladmir Nikolaevich Miasichev, Lidia Iliníchna Bozhovich e muitos outros fundadores da psicologia soviética. Na teoria da atividade, a pesquisa sobre os processos psíquicos se separou da personalidade e do sujeito desses processos,

na medida em que o social se reduziu à atividade com os objetos, ocultando as complexas tramas da produção da subjetividade social.

O fato de a psicologia da atividade oficialmente se declarar herdeira da teoria histórico-cultural fez com que, tanto na psicologia soviética quanto no exterior, se estabelecesse freqüentemente uma identidade entre ambas, quando na realidade representam duas aproximações bem diferentes no estudo da psique. Essa diferença começou a aparecer nos trabalhos dos autores soviéticos após o fim da hegemonia da teoria da atividade na psicologia soviética, mesmo que, no tempo em que foi dominante, ela tenha sofrido sérias críticas por parte de alguns autores como Bozhovich, Natalia Menchinskaya, Miasichev, Ananiev e muitos outros. Porém, a definitiva separação entre a teoria da atividade e a teoria histórico-cultural de Vigotsky foi algo que só veio depois.

Os próprios autores soviéticos começam a questionar a relação histórica entre a teoria histórico-cultural de Vigotsky e a teoria da atividade. Assim, Zinchenko (1997: 38), que fora um seguidor de Leontiev, escreve:

> No que segue tentarei caracterizar brevemente as diferenças entre a psicologia histórico-cultural e a teoria psicológica da atividade. A principal diferença vem dada em que, para a primeira, o problema central foi e continua sendo a mediação da psique e da consciência, enquanto para a teoria da atividade o importante é a orientação ao objeto, tanto na atividade psicológica interna quanto na externa. Na teoria da atividade, também aparece o tema da mediação, mas enquanto para Vigotsky a consciência estava mediada pela cultura, para Leontiev a psique e a consciência estavam mediadas por instrumentos e objetos.

Embora eu não concorde com o que Zinchenko coloca como o tema central da psicologia histórico-cultural, pois esta teve vários temas centrais em diferentes momentos de sua história, o evidente é que o autor marca com total clareza a diferença entre ambas, enfatizando o caráter instrumental e mediado pelo objeto que teve a definição da psique para Leontiev.

Penso que o principal legado de Vigotsky e Rubinstein encontra-se no estabelecimento das seguintes linhas de reflexão, que expressam os principais problemas desenvolvidos pela psicologia soviética:

1. A significação da teoria da personalidade é o aspecto central em Rubinstein, que via na personalidade a alternativa para superar a atomização da vida psíquica em processos. Tanto Vigotsky como Rubinstein viam na personalidade a possibilidade de superar a fragmentação funcionalista na representação da psique individual, assim como também a possibilidade de superar a dicotomia entre o cognitivo e o afetivo e entre o social e o indivi-

dual, preocupações que compartilhavam ambos e que tinha, por detrás, a preocupação de ambos em compreender a psique como um sistema complexo.

Apesar de Vigotsky ter colocado de forma explícita, em vários trabalhos sobre a personalidade, a sua categoria de sentido, ela foi utilizada por seguidores jovens da teoria da atividade para o desenvolvimento de uma nova teoria da personalidade. É muito interessante que, mesmo que Leontiev – principal nome da teoria da atividade – não tenha utilizado a categoria de sentido na direção que Vigotsky deu a este conceito, esses jovens autores tenham começado a desenvolver uma forma nova de representar a personalidade a partir das colocações originais de Vigotsky e tenham feito isso em nome da teoria da atividade. Se, por um lado, houve essa apropriação de conceitos vigotskyanos pelos teóricos da atividade, por outro lado, também houve entre os seguidores mais próximos de Vigotsky a aplicação de sua teoria no desenvolvimento de uma teoria da personalidade e da motivação. Bozhovich constitui um exemplo de um pensador que trabalhou de forma própria, desde o começo de sua carreira, com esse propósito.

Entre os seguidores de Rubinstein, a personalidade e o sujeito foram temas permanentes, entre outras coisas, porque a personalidade era considerada como um princípio importante da construção da ciência psicológica e não apenas uma categoria. A personalidade representava o sistema essencial através do qual Rubisntein demonstrava a integração da psique e do sujeito com o meio social. Assim, em relação a este tema, o autor (1934: 126) escreveu:

> Cada uma destas concepções psicológicas [está se referindo às teorias dominantes na época] fragmentava a personalidade, separando, primeiro, sua consciência de sua atividade, para, depois, por um lado, dispersar a consciência em funções e processos impessoais, e por outro, desarticular o comportamento em hábitos e reações soltas.

Fica claro que, na perspectiva de Rubinstein, a personalidade representava uma categoria de integração essencial do sujeito como sistema psicológico, categoria esta que mais tarde vai ser explicitamente assumida pelos seus discípulos, essencialmente por Abuljanova e Andrei Bruchlinsky. É muito interessante que tanto Vigotsky quanto Rubinstein sejam pioneiros de uma psicologia de caráter histórico-cultural, mas cuidando para não perder nem o sujeito nem a organização psíquica desse sujeito no nível individual, conseguindo uma compreensão dialética do caráter social da personalidade e do sujeito e, ao mesmo tempo, o que só apareceu de forma tímida e indireta

em ambos os autores, considerando o sujeito como protagonista ativo e diferenciado do social.

2. Outro legado muito importante de ambos os autores foi a consideração da psique como um sistema em desenvolvimento. A partir deste princípio, a psicologia geral e a psicologia do desenvolvimento passaram a se relacionar de forma estreita. A psicologia do desenvolvimento assume as mesmas categorias que vão sendo desenvolvidas na construção de uma representação geral da psique. Neste sentido, autores como V. Davydov, um dos psicólogos do desenvolvimento mais importantes da União Soviética, que no início de sua carreira se define dentro da teoria da atividade, nos últimos anos de seu trabalho se aproxima de uma forma cada vez mais explícita de Vigotsky, colocando como uma categoria central em suas pesquisas sobre a aprendizagem o sujeito que aprende.

3. O legado de ambos autores vai também na direção de superar as dicotomias dominantes na definição da psique, de forma particular duas que ainda estão muito presentes entre os psicólogos, refiro-me a dicotomia entre o social e o individual e entre o cognitivo e o afetivo. O social em ambos não é mais compreendido como o externo, embora ambos tenham momentos em que ficam sujeitos às velhas fórmulas que dominavam a representação deste problema na psicologia. Mas Rubinstein, por meio de sua compreensão da personalidade, e Vigotsky, com a categoria de sentido, conseguem representar o social constituindo a própria organização da psique individual, sem que por isso se dilua a especificidade de cada um destes níveis.

4. Finalmente, gostaria de indicar uma tendência – a meu ver, muito importante e que foi influenciada essencialmente por Ananiev e Miasichev, fundadores da Escola de Leningrado, mas que também teve a influência de Rubinstein – à reconsideração da importância da comunicação como categoria central da psicologia soviética, o que se dissolveu anteriormente dentro do marco mais geral da psicologia da atividade.

O desenvolvimento dessa categoria, tanto no nível da psicologia geral como nos diferentes campos da psicologia, deve-se a Boris Lomov, figura que emergiu com forte poder político na década de 1970 como diretor do Instituto de Psicologia da União Soviética, no qual trabalhavam também os discípulos mais próximos de Rubinstein. Nessa década, como tenho expressado em outros trabalhos (González Rey, 1995, 1997, 2003), o tema da atividade na psicologia soviética é publicamente discutido e começa um período de análise

crítica em relação aos excessos derivados da hipertrofia da categoria atividade dentro dessa psicologia.

A incorporação do tema da comunicação abriu para a psicologia possibilidades de construção teórica e de novos problemas de pesquisa que não podiam ser visualizados sem o resgate dessa categoria. Nessa discussão, os estudos que tenho desenvolvido contribuem para a aproximação de um tema muito presente em diferentes momentos da obra de Vigotsky e Rubinstein, mas que a psicologia soviética não explicitou com maior força pelo seu caráter subversivo na época: o estudo da subjetividade. Como dissera Chudnovsky (1982: 15),

> É impossível negar que no curso de vários decênios, o problema da subjetividade na nossa ciência e na prática social foi subvalorizado. [...] A necessidade de uma luta pela compreensão materialista do desenvolvimento social exigiu (e isto foi completamente correto) o acento na influência decisiva das forças produtivas e das relações de produção sobre a ideologia da sociedade e, através dela, no desenvolvimento da consciência e da personalidade do homem concreto. Desafortunadamente, estas posições que, em si mesmas, constituem um indiscutível pilar do marxismo se absolutizaram e se converteram num dogma.

Um dos aspectos que aquele legado nos deixou e que nos desafia para o seu desenvolvimento é, sem dúvida, a integração do sujeito, da subjetividade e do social, o que tem implicações não apenas para a psicologia, mas para as ciências sociais em geral.

Escolhemos começar nossa análise com Vigotsky e Rubinstein porque representam, do meu ponto de vista, o momento mais maduro e criador da psicologia soviética, assim como a leitura mais criativa do marxismo dentro da psicologia. Ambos exerceram uma grande influência nas tendências que se desenvolveram na psicologia soviética na década de 1960, conhecida como a época do "degelo" dessa psicologia. Mesmo que, antes deles, a psicologia soviética tenha vivido momentos como a reflexologia e a reactologia de Kornilov, em seu esforço de se aproximar de uma visão marxista da psique, o certo é que o amadurecimento da psicologia soviética nos remete, de uma forma ou de outra, às tendências que se derivaram de Vigotsky e Rubinstein, sendo as mais conhecidas no Ocidente as que derivaram prioritariamente de Vigotsky por várias razões, entre as quais gostaríamos de mencionar as seguintes:

1. O fato de Vigotsky ter entrado na institucionalização da psicologia ocidental a partir da tradução que Bruner fez de sua obra na década de 1960,

permitiu que ele fosse assumido dentro de uma das tendências mais fortes da psicologia mundial na época: a psicologia cognitiva. Depois, Vigotsky constituiu um dos referentes essenciais da própria ruptura de Jerome Bruner (1915-) – e muitos outros psicólogos – com a psicologia cognitiva, o que levou ao desenvolvimento da psicologia sociocultural, que tem sido a expressão mais conhecida do pensamento de Vigotsky dentro da psicologia ocidental. Uma análise detalhada desta tendência é feita por mim no livro *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural* (1992).

2. Outro motivo que considero importante no fato de Vigotsky ter sido mais conhecido no Ocidente foi que um de seus colaboradores, Leontiev, mesmo não contribuindo no desenvolvimento de muitos dos princípios originais e essenciais de Vigotsky, teve um grande poder político na psicologia soviética até o fim da década de 1970 do século passado. Isso fez com que muitos dos psicólogos próximos a esta orientação fossem privilegiados em viagens ao estrangeiro e na participação em congressos científicos, assim como foi importante o seu peso nas principais publicações soviéticas.

Esses argumentos não pretendem negar o grande mérito de Vigotsky, pois seus aportes foram muito importantes para a psicologia soviética e mundial, mas Vigotsky é inseparável da psicologia soviética, do marxismo e do período de crescimento cultural e de independência que a Revolução Russa significou em seu início. Rubinstein, junto a ele, foi um pensador importante que também marcou o pensamento da psicologia soviética e que colocou questões teóricas que foram essenciais no desenvolvimento dessa psicologia. Eles enfatizaram questões diferentes, mas, mesmo assim, as suas representações mais gerais da psicologia tiveram muitos pontos em comum.

Neste capítulo centramo-nos em alguns dos momentos e autores mais significativos da psicologia soviética, porém este foi um movimento muito rico e amplo, que teve importantes contribuições e linhas de pesquisa até o momento em que a União Soviética deixou de existir como país. Os pormenores dessa psicologia na segunda parte do século XX têm sido tratados por autores como Shuare (1990), mas merecem ser mais aprofundados e debatidos.

Referências bibliográficas

Abuljanova, K. (1973) *O sujeito e a atividade psíquica*. Moscou: Nauka.

___ (1980) *A atividade e a psicologia da personalidade*. Moscou: Nauka.

Chudnovsky, V. E. (1982) Sobre um enfoque por idades do problema da formação da personalidade do escolar. *Questões de Pedagogia* 4, Moscou.

González Rey, F. (1985) *Psicología de la personalidad*. Havana: Pueblo y Educación.

___ (1997) *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.

___ (2002) *Sujeito e subjetividade.* São Paulo: Thomson.

Leontiev, A. N. (1978) *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre.

Rubinstein, S. (1949) *Princípios e vias do conhecimento psicológico*. Moscou: Nauka.

___ (1967) *Principios de psicología general*. Havana: Edición Revolucionaria.

Schuare, M. (1990) *La psicología soviética tal como yo la veo*. Moscou: Progreso.

Séve, L. (1972) *Marxismo y teoría de la personalidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

Vigotsky, L. S. (1967) *Pensamiento y lenguaje*. Havana: Edición Revolucionaria.

___ (1979) O sentido histórico da crise psicológica. In: *Obras completas*, tomo 1. Moscou: Pedagoguika, p. 491.

Zinchenko, V. (1997) La psicología socio-cultural y la teoría de la actividad: revisión y proyección hacia el futuro. In: J. Wertsch, P. del Rio e A. Alvarez (orgs.) *La mente sociocultural*. Madri: Infancia y Aprendizaje.

Adendo:
Da psicologia ideológica à psicologia revolucionária: o marxismo na psicologia ocidental

Arthur Arruda Leal Ferreira

O marxismo não fez a sua morada apenas na psicologia dos países socialistas, como na extinta União Soviética, mas também em países ocidentais como França, Argentina e até mesmo Brasil. Só que essa coabitação, em alguns casos, como o francês (alvo desta seção), tem um sentido mais crítico que propositivo. Esse movimento crítico, apesar de ter tido a sua origem nos anos 1920, com *As críticas aos fundamentos da psicologia* (1998) de Georges Politzer em 1928, tem seu ápice nos anos 1960. Elizabeth Roudinesco (1993) afirma que nesse momento se fez uma aliança na França entre as correntes marxistas e a psicanálise na tomada crítica da psicologia. Contudo, desde o trabalho de Politzer em 1928, essa aliança é claramente proposta. Tal processo crítico está calcado no rastreamento dos menores sinais de IDEOLOGIA na psicologia, contrapondo-se às concepções

IDEOLOGIA, no vocabulário de alguns marxistas trata-se da superestrutura, ou as concepções de mundo, produzida a partir da infra-estrutura, ou os meios de produção. Como estes em geral se encontram apropriados por um grupo dominante, a ideologia mais reflete uma tentativa de justificativa dessa apropriação do que a revelação de suas contradições. É neste sentido que se diz que a ideologia é um falso saber.

ditas mais objetivistas, que viam este saber como um conhecimento neutro acerca do homem. Atuando assim, tais concepções objetivistas apagariam os sinais de contradição presentes em nossas práticas sociais, ao mitificá-las como fato natural. Nas palavras de Politzer (1998: 40), "os psicólogos são tão cientistas como os selvagens evangelizados são cristãos".

O antídoto à psicologia dita objetiva opera desde a simples denúncia da ideologia que impregna este saber até sua derradeira superação num saber fiel à letra marxista. Aqui se reproduzem os dilemas das diversas interpretações marxistas, desde as mais materialistas até as mais histórico-dialéticas. De modo semelhante à psicanálise, o que passa à discussão nas diversas correntes não é propriamente a diferença dos seus conceitos, mas uma interpretação dos textos de Marx e Engels. A diferença é que aqui, nos países não socialistas não há a pressão de um partido central, mas o livre jogo de interpretação do sentido da obra marxista. Não há, pois, um partido, mas um conjunto de partidos que se constituem em tribunais para a psicologia dita objetiva. Nesses tribunais, o crime seria sempre ideológico e sua premeditação, o ocultamento do homem concreto (seja ele entendido como ser biológico, trabalhador, ou ente sócio-histórico) ou sua consciência libertária possível (e não tanto a consciência cotidiana ou real), conforme a interpretação marxista.

A partir do julgamento por ocultamento ideológico, insinua-se ou a possibilidade de libertação da psicologia objetiva por uma psicologia renovada e crítica, ou por vezes a sua simples condenação. Sem vistas à recuperação do réu, pensadores como Herbert Marcuse e Didier Deleule (cf. Bernard, 1983: 73-78) estabelecem a condenação sumária à psicologia. Para Marcuse, a psicologia é o instrumento por excelência, na passagem de um projeto científico-tecnológico de controle da natureza – na promessa iluminista de libertação do homem pelo domínio do mundo natural – para um monitoramento dos indivíduos, buscando duplicar, na engenharia das relações humanas, o mesmo sucesso obtido no âmbito da engenharia física. Neste aspecto, a psicologia seria ao mesmo tempo instrumento e disfarce (ao postular sua neutralidade) das relações de dominação da sociedade tecnototalitária.

Numa análise mais simples, Deleule, inspirado em Politzer, toma a psicologia como um instrumento de reforma da sociedade, que seria o antídoto contrário a toda revolução, único instrumento de real transformação social. A psicologia como instrumento reformista atuaria numa "reabsorção metódica e discreta do negativo [dimensão crítica do homem] até a sua eliminação sistemática" (Bernard, 1983: 76). A psicologia é, pois, a guardiã do sistema ao atualizar pequenas mudanças nos indivíduos, impedindo assim a derradeira

mutação: a revolução. A alternativa para a psicologia, segundo Deleule, estaria numa guinada radical em direção à psicanálise, na retomada de seu "ato violento" de fundação, baseada no conceito de inconsciente. Tal virada visaria ao próprio SUJEITO da psicologia, mergulhando no imaginário ideológico da própria consciência. Aqui estaria, para este autor, o aspecto revolucionário da psicanálise e do conceito de inconsciente: a problematização de nossa consciência como um dado natural, ela seria um mero efeito. Se o devir da psicologia se encontra no ocultar ideológico, não há saída que não por uma psicanálise de si própria. Tanto em Deleule como em Marcuse, como de resto na própria Escola de Frankfurt (cf. capítulo 28) a que este pertence, é proposta uma aliança entre psicanálise e marxismo, visando superar o estado de alienação que vinga no indivíduo e na sociedade, de resto perpetuado pela psicologia.

Sujet, em francês, refere-se tanto a sujeito como a assunto ou tema.

As alternativas que são propostas à psicologia, dentro de um projeto de libertação do homem do seu estado de ALIENAÇÃO, são tantas quantas são as "letras marxistas". Nas mínimas variações desta, o oculto a ser liberto pode se encontrar: na concretude do corpo ou da conduta (materialismos dialéticos de HENRI WALLON e François Le Ny), na concretude do drama ou ato do indivíduo trabalhador (conforme os materialismos históricos de GEORGES POLITZER e Lucien Séve), ou ainda

Quando se fala em ALIENAÇÃO no marxismo, isto envolve especialmente o ocultamento do que foi operado pelo trabalhador dentro das relações de produção.

HENRI WALLON (1879-1962) foi um autor marcante no cenário da psicologia do desenvolvimento de língua francesa. Seus primeiros artigos datam de 1913, mas só em 1925 ele publica seu primeiro livro, *A criança turbulenta*. Em 1934 publica um de seus livros mais conhecidos, *As origens do caráter na criança*, continuado em 1945 por *As origens do pensamento na criança*. Lecionou na Sorbonne, na Escola de Altos Estudos, no Collège de France e na Universidade de Cracòvia. Em 1941, durante a ocupação alemã, teve seus cursos censurados.

GEORGES POLITZER (1903-1942) nasceu na Hungria. Chegou em 1922 a Paris, após ter morado em Viena, onde estabeleceu seus laços derradeiros com a psicanálise. Em 1924, em associação com diversos autores, funda a revista *Philosophies*. Filia-se ao Partido Comunista em 1929, tendo lecionado na Universidade Operária. Na ocupacão nazista, milita na Resistência francesa, trabalhando especialmente na revista clandestina *Lettres Françaises*. Em 1942 é capturado, torturado e executado.

GEORGY LUCKÀCS (1885-1971) nasceu em Budapeste. Em 1909, doutorou-se em Filosofia, passando a estudar até 1912 em Berlim, tornando-se discìpulo de Georg Simmel (1864-1920). Entre 1913 e 1916, freqüentou o círculo intelectual de Max Weber (1858-1918), quando redigiu *A teoria do romance*. De volta a Budapeste, colabora na Escola Livre das Ciências do Espírito, e em 1928 entra no Partido Comunista. Em 1919, com a proclamacão da República, é nomeado vice-comissário do Povo para Cultura e Educação Popular. Com o fim da República em agosto, se exila em Viena, Berlim e Moscou, retornando a Budapeste em 1944. Com a abertura política de 1956, é nomeado ministro da Cultura, sendo deportado para a Romênia após a invasão soviética. Volta à Hungria em 1957, quando perde a cátedra universitária, e è expulso do Partido Comunista, retornando a este apenas em 1967.

LOUIS ALTHUSSER (1916-1990) nasceu em Birmandreis, na Argélia. Forma-se na Escola Normal em 1939, sendo prisioneiro alemão de 1940 a 1945. Em 1948, obtém licenciatura e nesse mesmo ano entra no Partido Comunista Francês. Isto, apesar de sua forte formação católica. Nos anos 1960 destaca-se na vaga do movimento estruturalista, ao sugerir uma nova interpretação do marxismo, em que propunha um entendimento dos fenômenos sociais no qual estes não derivariam apenas dos fenômenos econômicos, como tradicionalmente se formulou. Em 1980 assassina sua esposa, o que conduz à sua internação psiquiátrica até a data de sua morte por suicídio.

na possibilidade de uma consciência proletária crítica – barrada pelo real (conforme os neo-hegelianismos de Georgy Lukàcs e da Escola de Frankfurt, ou ainda do estruturalismo de Louis Althusser).

Acusações entre esses grupos também pendem no oscilar interior de uma dialética, de materialismo grosseiro por um lado, de idealismo por outro, conforme a linha adotada. É neste pé, por exemplo, que Althusser (cf. Bernard, 1983: 40) reconhece em Politzer o "Feuerbach dos tempos modernos", em que, na concretude buscada, confunde o conhecimento com a coisa conhecida, o que não aconteceria caso seguisse a norma científica de produção de objetos na abstração de conceitos. Abstração que Sève (Bernard, 1983: 41), por outro lado, anunciará como idealismo, retomando o projeto de Politzer, recusando-se a ver nesse autor qualquer "feuerbarchismo". Isto se daria uma vez que ele retornaria ao materialismo, base ideológica de uma psicologia positiva, abordando enfim o psiquismo como suportado pela fisiologia de um lado e pelos processos sociais de outro. Contra esse materialismo da consciência real (conceito de Luckàcs), Penna (1987), por outro lado, sugere a consciência possível – como aquela que o proletariado possuiria numa compreensão clara e não modificada de sua posição e seus interesses –, possível fundamento de uma psicologia social definitivamente histórica.

A crítica dos possíveis extremos dessas teses marxistas mantém o fino equilíbrio de uma dialética, ou melhor, é ela própria dialética na produção de novas sínteses no espaço da psicologia. É o que buscam honrar certas psicologias como a de Wallon, proposta no campo da psicologia do desenvolvimento. Aqui se busca uma "alternativa de um materialismo elementar ou de um idealismo vazio, de um substancialismo grosseiro, ou de um irracionalismo sem horizontes" (Wallon, citado em Bernard, 1983: 78). Trata-se, pois, de uma alternativa em consonância com a corrente soviética exposta neste capítulo, em que a constituição do indivíduo será dada na negociação do aparato biológico (flexível) e das potencialidades de interação com o "mundo adulto", derradeiro depósito dos instrumentos cognitivos historicamente constituídos. É desta forma que a consciência não se trata de um produto do corpo biológico (materialismo), nem um "superfenômeno" que referencia todos os demais (idealismo); é o produto de interações sociais, (trabalho) sendo capaz, pois, de modificar estas.

À guisa de conclusão, deve-se chamar atenção para o fato de que nessa senda marxista, as tendências propositivas como os estudos de Wallon e da Escola Russa se multiplicaram. Tanto no campo da psicologia como da semiótica e da pedagogia, o nome de Vygotski ainda inspira diversos trabalhos.

Isto, mesmo considerando que nas ex-repúblicas socialistas (e mesmo nas que ainda são socialistas, como Cuba) a abordagem marxista na psicologia tenha perdido o seu caráter exclusivo (sendo, no entanto, ainda muito presente). Contudo, hoje em dia, assiste-se ao declínio das vertentes marxistas na crítica da psicologia, ao menos na França.

Indicação estética e bibliográfica

Bernard, M. (1983) A psicologia. In: Chatelêt, F. (org.) *História da filosofia. Idéias, doutrinas*. Vol. 7. Lisboa: Dom Quixote.

Filmes do diretor Ken Loach, como *Terra e liberdade*, *Uma canção para Carla* e *Pão e rosas*.

Referências bibliográficas

Bernard, M. (1983) A psicologia. In: Chatelêt, F. (org.) *História da filosofia. Idéias, doutrinas*. Vol. 7. Lisboa: Dom Quixote.

Penna, A. G. (1987) Consciência real e consciência possível. In: *História e psicologia*. São Paulo: Vértice.

Politzer, G. (1998) *As críticas aos fundamentos da psicologia*. Piracicaba: UNIMEP.

Roudinesco, E. (1993) Situation d'un texte: "Qu'est-ce que la psychologie?" In: Collège International de philosophie (org.) *Georges Canguilhem. Philosophe, historien des sciences*. Paris: Albin Michel.

Capítulo 22
Luzes e sombras. Freud e o advento da psicanálise

Inês Loureiro

O solo cultural de onde emerge a psicanálise é rico e variado. Na figura de seu fundador, Sigmund Freud (1856-1939), convergem várias tendências da cultura européia dos séculos XVIII, XIX e também do XX, já que parte significativa de sua obra foi publicada no século passado.

Freud nasceu em Freiberg (atual Pribor, na República Tcheca), mas sua família mudou-se para Viena quando ele tinha três anos de idade. A capital austríaca foi, pois, seu lar durante praticamente a vida toda. Ele só deixa a cidade após a ocupação nazista, em 1938; já doente e idoso, instala-se em Londres, onde vem a falecer em setembro do ano seguinte.

É difícil abordar o solo cultural do qual provém a psicanálise sem mencionar a biografia de seu criador. Evidentemente, não se está sugerindo que Freud é uma criatura excepcional, um gênio capaz de criar uma teoria inteira a partir do nada (*ex-nihilo*) ou, o que dá no mesmo, unicamente a partir de si mesmo. Daí nosso esforço em retomar alguns elementos de seu contexto cultural para entender as condições de emergência do saber e da prática psicanalítica. No entanto, o recurso a algumas informações biográficas parece, nesse caso, indispensável, pois a teoria freudiana encontra-se indissociavelmente mesclada à trajetória pessoal de seu fundador. Em outras palavras, o arcabouço conceitual da psicanálise, assim como a prática clínica que lhe é correlata, tem parte importante de suas raízes nas experiências vividas por Freud e por ele tomadas como material de elaboração psíquica e reflexão teórica. Claro que a obra de Freud comporta, desde o início, conceitos formulados em um nível mais elevado de abstração, isto é, distanciados da experiência empírica; é o

que ele designa como "METAPSICOLOGIA" – a dimensão mais teórica da teoria. Porém, as noções e hipóteses metapsicológicas são forjadas e articuladas de maneira a constituir modelos para a compreensão de fenômenos psíquicos que povoam a clínica e a vida quotidiana.

Freud diz que a compreensão METAPSICOLÓGICA de um fenômeno requer que ele seja abordado simultaneamente sob três dimensões ou pontos de vista. A dimensão *tópica* refere-se aos lugares ou instâncias que compõem o aparelho psíquico (*topos* = lugar); a *dinâmica* diz respeito ao jogo de forças em conflito; e a *econômica* refere-se à distribuição e mobilidade das quantidades de energia psíquica em circulação no aparelho.

Ora, Freud observa tais fenômenos em seus pacientes, amigos e familiares, mas também, e talvez primeiramente, em si mesmo. Basta ler sua correspondência com WILHELM FLIESS (1858-1928) para atestar o cuidado com que Freud se dedicava à observação e investigação dos próprios processos psíquicos; com abundância de detalhes, ele descreve seus sonhos, atos falhos e lembranças infantis, além das indisposições físicas, variações de humor e inibições intelectuais. Longe de um simples deleite em registrar as oscilações de sua "meteorologia interna", pode-se ver na auto-análise de Freud a tentativa de investigação sistemática (freqüentemente dolorosa) de sua própria vida psíquica, com o intuito de extrair indícios que, somados a outros, pudessem contribuir para fazer avançar ou consolidar alguma formulação teórica em vias de elaboração.

WILHELM FLIESS: médico otorrinolaringologista com quem Freud manteve intensa amizade e interlocução teórica, documentadas na célebre correspondência trocada no período 1887-1904.

Tomemos, por exemplo, o caso dos sonhos. É sobretudo com base na investigação de seus próprios sonhos – analisados sistematicamente a partir de 1895 – que Freud escreve *A interpretação dos sonhos* (1900), um dos principais livros de sua extensa obra, no qual traz a público pela primeira vez um amplo modelo sobre a estrutura e o funcionamento da psique humana em geral. O mesmo vale para o célebre conceito de complexo de Édipo: Freud escuta certos conteúdos referentes à sexualidade infantil no discurso de seus pacientes; conhece também algumas produções culturais que veiculam o mesmo tipo de conteúdo, como a tragédia *Édipo-Rei*, de Sófocles, sobre o destino do rei de Tebas, que assassinou o pai e casou-se com a mãe. Mas a análise empreendida por Freud de suas próprias lembranças infantis foi decisiva para que chegasse a reconhecer que estava diante de um complexo de fantasias e sentimentos de caráter universal. Por ora, esses exemplos bastam para demonstrar por que a biografia de Freud encontra-se intrinsecamente ligada à formação da psicanálise. Este é o motivo pelo qual os estudiosos tanto vasculham sua vida – os intensos afetos que permeiam suas relações familiares e profissionais, as leituras, viagens, os sonhos e esquecimentos, a enorme correspondência pessoal (estimada em cerca de 10 mil cartas): não se trata de mera "bisbilhotice",

mas da necessidade de levar a sério esta que é uma verdadeira peculiaridade epistemológica da psicanálise. Em suma, o modo de construção dos conceitos freudianos requer que levemos em conta a referência biográfica, ingrediente em geral secundário para a compreensão da montagem de outras teorias científicas ou filosóficas. Dito isso, passemos a alguns pontos que sobressaem da complexa trama que entrelaça história, biografia e teoria.

Formação intelectual e profissional de Freud

Em primeiro lugar, Freud nasceu em uma família judia. Embora fosse AGNÓSTICO e não observasse nenhuma prática religiosa ou festa tradicional, é certo que essa origem marcou fortemente a psicanálise. Na visão do próprio Freud, o fato de ser judeu lhe conferia algumas disposições psíquicas (como a tendência à crítica e à independência intelectual) imprescindíveis para sustentar a fundação de uma nova e polêmica ciência. Em termos mais sociológicos, a condição judaica é um dado relevante na medida em que explica certos movimentos da trajetória profissional de Freud (por exemplo, sua ascensão na carreira universitária foi bastante lenta por conta do anti-semitismo sempre presente, de forma mais ou menos velada, na sociedade vienense) ou dos rumos tomados pelo movimento psicanalítico (um dos aspectos que pesou na escolha de Carl Gustav Jung (1875-1961) como primeiro presidente da IPA foi o fato de ele ter origem protestante, pois Freud temia que a psicanálise fosse encarada como uma "ciência judaica" por causa do grande número de adeptos judeus por volta de 1910, cf. capítulo 23). Mas é, sobretudo, pelo lugar de destaque no repertório cultural e afetivo de Freud que o judaísmo é considerado um ingrediente fundamental da psicanálise. A educação judaica lhe proporcionou um sólido conhecimento da Bíblia como um todo (referências a ela não cessam de aparecer ao longo da obra) bem como a familiaridade com procedimentos e técnicas de interpretação dos textos sagrados. Isto sem contar o humor judaico que Freud tanto apreciava e que lhe forneceu abundante material para livros como *O chiste e suas relações com o inconsciente* (1904).

Os anos de juventude, incluindo-se aí a sólida formação humanística recebida no período de LICEU

AGNÓSTICO: diferentemente do ateu (que simplesmente não acredita na existência de Deus), a posição agnóstica caracteriza-se por considerar que certas realidades são incognoscíveis, o que tornaria supérflua qualquer especulação ou discussão sobre, neste caso, a existência de Deus.

IPA: Associação Internacional de Psicanálise (sigla de International Association of Psychoanalysis), fundada em 1910.

LICEU: estudos equivalentes ao que atualmente designamos por ensino fundamental e médio.

(1865-1873), foram decisivos para as feições que a psicanálise viria a tomar. Nessa fase, Freud aprende diversos idiomas (rudimentos de latim e grego, inglês, francês, espanhol, além do hebraico e alemão) e inicia os estudos de humanidades (história, mitologia) que o iriam acompanhar para sempre. Desenvolve um apaixonado interesse por literatura que também será cultivado durante toda a vida. Em meio a grandes nomes da literatura universal (Sófocles, Willian Shakespeare, Miguel de Cervantes, Henrik Ibsen, Fiodor Dostoievski) e contemporâneos de todos os matizes (Thomas Mann, Emile Zola, Mark Twain), sobressaem os autores de língua alemã de extração clássico-romântica, como Heinrich Heine, Friedrich Schiller e, acima de todos, Johann Wolfgang von Goethe – figura central no universo intelectual de Freud sendo citado mais de uma centena de vezes em seus escritos. Nas preferências em matéria de arte, a literatura é seguida pela escultura (Michelângelo) e pela pintura (Leonardo da Vinci, Hermann van Rijn Rembrandt). Como observam alguns comentadores, as preferências de Freud no campo das artes são bastante conservadoras (no sentido de que recaem exclusivamente sobre artistas consagrados), o que contrasta com o caráter revolucionário de suas concepções sobre os processos envolvidos na ARTE e na CRIAÇÃO, bem como das leituras psicanalíticas a que submeteu diversas obras de arte, analisadas em textos como *Delírios e sonhos em A Gradiva, de Jensen* (1908), *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci* (1910) e *O 'Moisés', de Michelângelo* (1914).

> Freud considera que a OBRA DE ARTE é criada a partir dos mesmos conteúdos e mecanismos presentes nos sonhos e nas demais formações do inconsciente.

A forte ligação com as artes se manifesta ainda em outro campo: a célebre coleção de antiguidades que Freud iniciou em 1896, logo após a morte de seu pai. Composta por mais de 2.000 objetos das mais variadas procedências, testemunha o grande interesse de Freud por civilizações antigas e pela arqueologia, assunto pelo qual tinha especial predileção.

Se enfatizamos a formação humanística de Freud e a diversidade de seus interesses artístico-literários, é porque isto se infiltra profundamente na psicanálise. Não apenas os textos de Freud são pontilhados desse tipo de referência, como seu próprio estilo de escrita e argumentação é bastante "literário". Sua prosa elegante foi admirada por muitos críticos e o único prêmio que Freud recebeu em vida, o Prêmio Goethe (1930), foi-lhe atribuído pelas qualidades literárias de sua obra. Isto remete a uma discussão antiga, iniciada ainda nos anos 1890, sobre a natureza última do saber psicanalítico: estaria mais próximo das artes ou da ciência? Do ponto de vista de Freud, não havia dúvida: ele sempre reivindicou firmemente o estatuto de ciência natural para a disciplina que criara. De todo modo, e é isso que interessa

frisar, nosso autor é um homem cultivado, de horizontes culturais amplos e cosmopolitas.

A vertente humanística e literária da formação de Freud acaba se mesclando e servindo de contraponto a uma outra tendência que entra em cena quando do ingresso na Faculdade de Medicina, em 1873. Os estudos universitários introduzem o jovem Freud na fortíssima tradição da CIÊNCIA EXPERIMENTAL E POSITIVISTA hegemônica entre seus mestres. Se no início ainda teve interesse pelos estudos filosóficos (freqüentou os seminários do filósofo FRANZ BRENTANO durante cerca de três anos), aos poucos foi se convertendo ao materialismo que embasava as ciências naturais, inclusive as áreas de pesquisa por ele percorridas, como fisiologia, anatomia cerebral, neurologia e psiquiatria. O marco decisivo nesse trajeto é o estágio realizado entre 1876 e 1882 no Instituto de Fisiologia dirigido por Ernest Brücke (1819-1892). Esse médico e fisiologista é um dos grandes nomes do positivismo germânico, ardente defensor do FISICALISMO. Em seguida, Freud foi aluno de Theodor Meynert (1833-1892), líder de uma psiquiatria que hoje chamaríamos de "organicista", pois tendia a reduzir os fenômenos psicológicos e psicopatológicos a seu substrato orgânico (no caso, cerebral).

> Lembre-se que a ciência EXPERIMENTAL consolidou-se, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, como o grande modelo de cientificidade. Caracteriza-se pela utilização do método experimental, que envolve *observação* e *descrição* rigorosas (de preferência com o auxílio de instrumentos que garantam maior precisão e objetividade), formulação de uma *hipótese* a ser testada, concepção e execução do *experimento* propriamente dito (que visa estudar um fenômeno em condições controladas), cujos resultados devem contribuir para o objetivo último de *generalização*, isto é, descoberta de relações constantes e necessárias (leis), se possível expressas em linguagem matemática.
>
> POSITIVISMO: corrente filosófica derivada das teorias de Auguste Comte (1798-1857). Afirma que só a ciência e o método científico produzem conhecimentos válidos; por isso, todos os campos do saber deveriam ser submetidos à investigação científica nos moldes mais estritos.
>
> FISICALISMO: doutrina que afirma só existirem forças físico-químicas em ação no organismo, de modo que, em última instância, tudo é redutível às leis da matéria.

Já encaminhado para a clínica de moléstias nervosas e interessado pelo fenômeno da histeria, Freud vai a Paris (1885-1886) estudar com Jean Martin Charcot (1825-1893) (cf. capítulo 8), expoente maior da psiquiatra dinâmica francesa, que, diferentemente da alemã, afirma a prioridade das manifestações clínicas sobre os modelos teóricos e a pesquisa experimental, bem como privilegia a centralidade dos fatores psíquicos na causação das patologias mentais. Ou seja, a temporada com Charcot consolida, para Freud, o caminho para uma prática clínica com as psiconeuroses – uma medicina da alma –, inicialmente lançando mão da hipnose, mas gradativamente criando seus próprios métodos para a condução dos tratamentos. Além de Charcot, Freud teve contato com Hyppolyte Bernheim (1840-1919) e Ambroise-August

Liébeault (1823-1904), expoentes da chamada Escola de Nancy e a quem visitou em 1889. Bernheim considerava a hipnose como mera sugestão verbal, de modo que achava possível obter, em estado de vigília, os mesmos efeitos conseguidos pelos praticantes da hipnose.

Em síntese, os anos universitários foram responsáveis por uma também rigorosa formação em ciências naturais de extração positivista (incluindo-se aí o treino com pesquisa experimental em laboratório), logo complementada pelo contato com a grande tradição da psiquiatria clínica francesa.

Os primórdios da teoria e da técnica psicanalíticas

Assim, na última década do século XIX, Freud é um homem já maduro quando propõe as noções que constituirão os alicerces fundamentais da psicanálise; inconsciente, repressão, sexualidade infantil, relação entre sintomas neuróticos e fenômenos da vida psíquica "normal", diretrizes básicas do tratamento psicanalítico – tudo isso se encontra razoavelmente esboçado por volta de 1900.

Os *Estudos sobre a histeria* (1895), publicação em co-autoria com o JOSEPH BREUER, trazem relatos sobre vários tratamentos conduzidos pelos autores, em geral com pacientes histéricas atormentadas por múltiplos sintomas, inclusive corporais (como paralisias). Deduz-se que tais sintomas são formados a partir da repressão de certas lembranças que, não podendo ser integradas na história dessas mulheres, "retornam" no corpo, simbolizadas nos e pelos sintomas.

JOSEPH BREUER (1842-1925): médico vienense, amigo e colaborador de quem Freud se afasta a partir de 1896 em razão de divergências teóricas.

Nessa época, Freud e Breuer empregavam a hipnose para obter acesso a materiais que pudessem estar na origem dos sintomas. Durante o transe hipnótico surgiam lembranças que, uma vez relatadas e revividas afetivamente, auxiliavam na elucidação e mesmo na eliminação de certos sintomas. É o que se chama de "método catártico": sob hipnose, o paciente recorda e revive um evento que lhe foi traumático, externalizando e descarregando afetos não manifestados por ocasião do trauma; tal descarga emocional é denominada ab-reação.

Ilustremos com um pequeno exemplo extraído de um dos casos mais famosos relatados nesse livro, o da jovem ANNA O. Essa paciente padecia de inúmeros sintomas, como tosse nervosa,

Freud muitas vezes retoma a história de ANNA O. quando deseja apresentar a psicanálise para público leigo, como nas *Cinco lições de psicanálise*, de 1910. Na verdade, Anna O. foi paciente de Breuer no início dos anos 1880 e foi quem primeiro se referiu à psicanálise como uma *talking cure*, isto é, uma cura pela fala.

alucinações, distúrbios visuais e motores. Em certa ocasião, manifestou também a impossibilidade de beber água – apesar da sede, afastava o copo da boca com intensa aversão. Sob hipnose, relatou uma cena na qual presenciara o cão pertencente à sua dama de companhia bebendo água em seu próprio copo, o que lhe suscitou intensos sentimentos de nojo e de raiva; por polidez, nada disse e conteve esses afetos. Porém, se o registro da cena permanecesse em sua consciência, continuaria a provocar desprazer. Por isso, tal registro foi alvo de REPRESSÃO, mecanismo pelo qual um conteúdo psíquico é excluído da consciência, enviado para o sistema inconsciente e lá mantido. Como efeito da repressão, houve o esquecimento da representação patógena (isto é, ligada ao aparecimento do sintoma patológico). Sob hipnose, Anna O. pôde reviver a cena e descarregar os afetos suprimidos, o que lhe possibilitou recuperar a capacidade de ingerir líquidos.

REPRESSÃO, recalque ou recalcamento são as traduções possíveis para o termo alemão *Verdrängung*.

Freud, porém, tinha algumas ressalvas em relação ao uso da hipnose: nem todos os pacientes eram hipnotizáveis e a eliminação dos sintomas revelara-se apenas provisória ou parcial. Mas o principal motivo que o leva a abandonar definitivamente esse método é o fato de considerá-lo um meio artificial de neutralizar a resistência. Ou seja, a hipnose encobre a existência de uma força/barreira que ativamente impede o acesso aos conteúdos reprimidos. Para Freud, é preciso encontrar um meio que permita a dissolução gradual das resistências, de maneira a que o conteúdo reprimido possa ir se tornando consciente sem suscitar o mesmo desprazer ou angústia que motivou sua repressão.

Por isso, a partir de 1896, Freud passa a empregar o método da *associação livre* (ou livre associação), que será considerada a regra fundamental do tratamento psicanalítico: ele solicita a seus pacientes que, deitados em um divã e de costas para o psicanalista, digam livremente tudo o que lhes ocorrer à mente, sem qualquer tipo de censura ou inibição, mesmo que as idéias assim surgidas pareçam absurdas ou triviais. Freud verifica que tais idéias, na verdade, vão se encadeando e se remetendo umas às outras, de modo a ir formando cadeias associativas que tendem a se entrecruzar. Assim, iriam emergindo elementos que possibilitariam a constituição e reconstituição de múltiplas redes de sentido sob as ocorrências ou fenômenos mais (aparentemente) banais. No fundo, ele supõe que as associações livres não se dão ao acaso (não sendo, portanto, exatamente livres...); ao contrário, acredita em um "determinismo psíquico", isto é, que no psiquismo tudo possui ou remete a um sentido latente.

Mas, a essa altura, Freud já se encontra na pista de uma outra proposição crucial: os sintomas histéricos são formados a partir dos mesmos conteúdos e segundo os mesmos mecanismos que explicam nosso funcionamento psíquico "normal" e cotidiano. O sonho noturno ilustra particularmente bem tal funcionamento; daí a importância de *A interpretação dos sonhos* (1900), livro no qual se efetua a passagem das investigações estritamente psicopatológicas para um modelo mais amplo, que Freud considera capaz de dar conta do psiquismo em geral.

Esse primeiro grande modelo de aparelho psíquico (ou "primeira tópica") vinha sendo delineado ao longo dos anos 1890, mas só no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* foi oficialmente formalizado. É composto por dois grandes sistemas – inconsciente e pré-consciente/consciente –, separados por uma barreira (censura) que exerce ativamente uma força (repressão) no sentido de expulsar certas representações (idéias, lembranças, fantasias) do sistema pré-consciente/consciente e mantê-las no sistema inconsciente. Como vimos a propósito de Anna O., essa operação se faz necessária porque tais representações causam angústia e dor quando disponíveis na consciência do sujeito. Porém, a repressão não destrói a representação dolorosa: mesmo mantida em estado inconsciente, ela permanece ativa, tentando retornar ao sistema consciente. O resultado desse conflito, que envolve um verdadeiro jogo de forças, é a produção das chamadas "formações do inconsciente: os sintomas, sonhos, lapsos (ou atos falhos) e chistes (piadas e ditos de espírito)" que seriam frutos de uma espécie de "negociação" entre os sistemas. As representações reprimidas podem vir a ser readmitidas na consciência (retorno do reprimido), contanto que passem por um processo de deformação que as torne irreconhecíveis, deixando assim de despertar angústia no sujeito.

É por esse motivo que as formações do inconsciente solicitam procedimentos interpretativos: enigmáticas para o próprio sujeito (que as considera insignificantes, bizarras ou simplesmente incompreensíveis), são produções que encobrem outros sentidos, a serem construídos ou reconstruídos por meio da interpretação psicanalítica. Em última instância, o trabalho da interpretação é desfazer a deformação a que foram submetidos os conteúdos reprimidos.

A interpretação só pode ser formulada a partir das associações livres produzidas pelo sujeito implicado no sonho, lapso ou sintoma. É importante frisar esse aspecto para que se evite um uso "selvagem" dos conceitos psicanalíticos, isto é, sua aplicação mecânica e indiscriminada sobre fenômenos cujo significado oculto se pretenderia decifrar à maneira de

uma chave simbólica. Ora, nada mais distante dos propósitos freudianos: a produção de sentidos – sempre múltiplos e singulares – é uma tarefa laboriosa e necessariamente conduzida pelo próprio sujeito (e não "despejada" sobre ele...), no mais das vezes no quadro de um tratamento psicanalítico.

Ao longo de sua obra, Freud fornece inúmeros exemplos de interpretações de sonhos, lapsos e chistes, além de vários relatos clínicos – de breves vinhetas a grandes casos, como as "CINCO GRANDES PSICANÁLISES": Dora, O pequeno Hans, O homem dos ratos, Schreber e O homem dos lobos. É importante ressaltar que, deste conjunto, apenas três foram efetivamente seus pacientes: o "tratamento" de Hans foi conduzido pelo pai do menino (sob orientação de Freud) e o escrito sobre Schreber deriva de uma análise da autobiografia – *Memórias de um doente dos nervos* – deste que era um alto magistrado alemão.

Títulos pelos quais se tornaram conhecidos os escritos denominados, respectivamente: *Fragmentos da análise de um caso de histeria* (1905), *Análise de uma fobia de um menino de cinco anos* (1909), *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* (1909), *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia* (1911), *História de uma neurose infantil* (1918).

De todo modo, e aqui chegamos a outro aspecto crucial da teoria psicanalítica, a análise das neuroses e das demais formações do inconsciente vai apontando a Freud que o material reprimido tende a ser, sobretudo, de natureza sexual. Ao longo da década de 1890, Freud vinha investigando a etiologia sexual da histeria e demais psiconeuroses; também *A interpretação dos sonhos* mostrara que os desejos reprimidos que se realizavam de forma disfarçada nos sonhos eram primordialmente de caráter sexual e infantil. Mas é em 1905 que traz a público seus *Três ensaios para uma teoria da sexualidade*, texto em que definitivamente situa a sexualidade como base da vida psíquica humana.

Freud afirma inúmeras vezes que entende a sexualidade em um sentido "amplo", e não simplesmente como o conjunto de atividades ligadas à genitalidade e à finalidade procriativa – daí, inclusive, a possibilidade de reconhecer a existência de uma sexualidade infantil.

A psicanálise efetua uma verdadeira ruptura naquilo mesmo que até então se considerava sexualidade, alvo de vários discursos normativos, como o da sexologia e o da criminologia. Ao contrário destes, que priorizavam a explicação dos desvios sexuais com base em teorias da hereditariedade e da degenerescência, a concepção psicanalítica da sexualidade embaralha as fronteiras entre normal/patológico, bem como prescinde da categoria de instinto sexual (impulso pré-formado, comum à espécie como um todo, dotado de objeto e finalidade fixos). Freud prefere lançar mão do conceito de *Triebe* (impulso ou pulsão) exatamente para dar conta do caráter plástico, das

múltiplas, contingentes e mutantes feições que pode assumir a sexualidade humana.

No texto de 1905 já se encontram postulados os elementos fundamentais da pulsão: fonte (região do corpo), pressão (força, elemento quantitativo), meta ou alvo (atividade que visa suprimir a excitação) e objeto (aquilo por intermédio do qual a pulsão atinge seu alvo). Tais elementos diferem e se articulam também de diferentes maneiras nas inúmeras configurações que podem assumir a sexualidade dita "normal" e também a (até então) situada no terreno das perversões (como o fetichismo, por exemplo).

A concepção freudiana da sexualidade opera deslocamentos importantes em vários níveis: da genitalidade para o corpo em geral, no qual se destacam algumas zonas erógenas (como a boca e o ânus); do adulto para a criança, em quem se identificam formas variadas de exercício do auto-erotismo; e, importantíssimo, do registro da necessidade para o registro do "prazer". De início, o prazer surge como um acréscimo marginal à satisfação de uma função vital – ao mamar, por exemplo, o bebê tem saciada sua fome, mas o contato com o mamilo materno e o contato com o fluxo de leite morno acabam por lhe proporcionar um prazer a mais, que passa a ser buscado como fim em si mesmo.

Nesse momento de sua obra, Freud postula a existência de dois tipos de pulsões – as de autoconservação e as sexuais. Como mostra o exemplo acima, inicialmente as pulsões sexuais se apóiam nas de autoconservação, mas delas gradualmente se diferenciam. Mais do que isso, OS DUALISMOS PULSIONAIS assinalam que as diferentes pulsões se encontram em oposição e em conflito constantes. É um dos terrenos onde melhor se constatam a centralidade e a irredutibilidade do conflito tal como Freud o concebe – definitivamente instalado no âmago, no cerne do psiquismo humano.

A energia da pulsão sexual, em sua manifestação psíquica, é chamada de libido (do latim: desejo). Por ser um elemento quantitativo, a libido circula, investe e desinveste os objetos, por exemplo. Uma das contribuições mais importantes de Freud está na descrição dos estágios de evolução da libido que ocorrem ao longo da infância de acordo com a predominância de uma zona erógena e de um modo característico de relação com o objeto. No estágio oral, por exemplo, o prazer

> Na década de 1920, Freud irá reformular sua teoria das pulsões propondo um novo DUALISMO: pulsões de vida e pulsões de morte. É em *Além do princípio do prazer* (1920) que ele unifica as pulsões sexuais e de autoconservação na categoria mais ampla de pulsão de vida (ou de Eros), já que ambas têm como propósito incrementar a vida e os vínculos, promovendo ligações em unidades cada vez maiores. A pulsão de morte (Thânatos), ao contrário, dissolve e desfaz as ligações, visando fazer o organismo atingir o grau zero de tensão, isto é, retornar ao inanimado.

sexual está ligado à boca e aos lábios, à atividade de sucção (dos seios ou do polegar), e o bebê está às voltas com a incorporação dos objetos.

A teoria das fases do desenvolvimento psicossexual sofreu várias transformações, mas pode-se dizer que a partir de 1923 ela adquire sua formulação mais clássica: fases oral, anal, fálica, latência e genital. Não caberia aqui enveredar pela explicitação de todas elas, mas é indispensável uma referência, ainda que breve, ao complexo de Édipo. Por volta dos 3 aos 5 anos, a criança viveria um período de intensos desejos amorosos e hostis em relação aos pais. Ao longo de sua obra, Freud vai se dando conta de que a trajetória edípica de meninos e meninas tem características bastante diversas. Não obstante essas diferenças, o complexo de Édipo tende a declinar ou dissolver-se com a renúncia da criança ao seu objeto de amor e a conseqüente identificação com os valores da cultura representados pelos pais. É o momento em que a criança passa a integrar a ordem social, pois se submete às normas culturais das quais a interdição do incesto pode ser tomada como paradigma, já que vigora em todas as sociedades. A estrutura triangular do Édipo, à qual Freud atribui caráter universal, é vivida de modo absolutamente singular por cada sujeito, de acordo com as vicissitudes de sua história libidinal infantil. Tal singularidade estará em jogo na própria estruturação da personalidade do sujeito (exemplo: o caráter mais ou menos severo de sua consciência crítica), na futura escolha de objetos amorosos (exemplo: traços físicos ou psíquicos que despertam atração) e também na definição dos contornos de sua psicopatologia.

Vê-se, pois, que antes de 1910 estão assentados alguns dos principais pilares do pensamento freudiano (inconsciente, repressão e sexualidade), mas nem por isso a teoria deixa de passar por radicais e profundas transformações.

Alguns desdobramentos posteriores

Entre 1914 e 1917, Freud produz um conjunto de escritos na tentativa de sistematizar em torno de conceitos-chave – como os de inconsciente, pulsão e narcisismo – o conhecimento teórico até então construído; são os chamados "artigos metapsicológicos", nos quais se efetuam elaborações decisivas para as mudanças introduzidas na década seguinte. A título de exemplo, pode-se dizer que o estudo do narcisismo é um dos ingredientes que levam à reformulação da teoria das pulsões: afinal, se o próprio eu pode se tornar objeto de investimento

libidinal, esvazia-se a distinção entre pulsões de autoconservação e pulsões sexuais.

A década de 1920 traz ainda outra novidade: a chamada "segunda tópica", que descreve o aparelho psíquico como sendo constituído por três instâncias, denominadas ID, EGO e SUPEREGO. A nova divisão não corresponde ponto por ponto à tópica anterior (como vimos: inconsciente, pré-consciente e consciente), pois o ego e o superego têm partes inconscientes (como mostra, por exemplo, o uso dos mecanismos de defesa por parte do ego). Ou ainda, o id é totalmente inconsciente, mas concebido em termos mais amplos do que o sistema inconsciente da primeira tópica (que coincidia, em grande parte, com os conteúdos reprimidos); o id é o substrato pulsional do psiquismo e contém outras coisas além do material recalcado, como algumas fantasias herdadas que nunca sofreram repressão e jamais se tornarão conscientes.

Na verdade, Freud nunca empregou esses termos em latim – em alemão, constam os pronomes "isso" e "eu" (assim como o composto "supereu"). A tradução inglesa (a cargo de James Strachey, que trabalhou conforme as diretrizes traçadas por Ernest Jones) foi responsável pela escolha de uma língua morta para designar tais instâncias. Sabe-se que essa tradução, que tanto contribuiu para a difusão da psicanálise, pautou-se pela tentativa de tornar a linguagem de Freud menos coloquial, de modo a adequá-la às expectativas de cientificidade que impregnam a tradição intelectual anglo-saxã.

Os problemas e desafios enfrentados na clínica psicanalítica nunca deixaram de requerer um considerável esforço de teorização por parte de Freud, embora – felizmente – ele tenha resistido à tentação de sistematizar as indicações relativas a esse campo e evitado reduzi-las a seus aspectos técnicos. Nessa vertente, merece destaque a noção de transferência, que aponta para a importância crucial do vínculo afetivo entre paciente-psicanalista como cenário e ingrediente decisivo para o desenrolar do tratamento analítico. Dos vários textos sobre clínica que pontilham toda a obra freudiana, sobressaem os assim chamados "escritos técnicos" da década de 1910, além de ensaios como *Análise terminável e interminável* (1937), no qual são discutidos, sem grandes ilusões, os alcances e limites de um processo psicanalítico.

Não poderíamos deixar de mencionar alguns escritos de um conjunto que seria possível circunscrever como os "textos sociais" de Freud. Desde o início de sua obra, é evidente sua preocupação em articular a vida psíquica individual com a vida social e os limites que esta impõe ao indivíduo, a começar pela interdição do incesto. Em nome das exigências culturais, a satisfação pulsional é grandemente cerceada, inclusive em seus aspectos agressivos e destrutivos. Embora os indivíduos ganhem com isso a possibilidade de conviver em grupo, ressentem-se profundamente de tais renúncias. A cultura é, pois,

construída sobre a base da repressão, o que faz com que o homem cultive uma hostilidade permanente contra ela.

Dentre as obras em que Freud se debruça sobre as complexas e conflituosas relações entre indivíduo/cultura destacam-se: *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1908), sobre o preço excessivamente alto que a sociedade cobra em termos de restrições à vida sexual; *Totem e tabu* (1913), um conjunto de ensaios de caráter antropológico nos quais se esboça um mito psicanalítico sobre a origem da civilização, edificada a partir do pacto efetuado entre os irmãos da horda primitiva que teriam conjuntamente assassinado o pai tirânico; *Psicologia das massas e análise do ego* (1921), onde Freud analisa o psiquismo/comportamento do indivíduo como elemento de um grupo organizado (como a Igreja e o Exército) ou dentro da massa desorganizada, a dinâmica que estabelece com o líder e o importante papel da identificação na formação dos vínculos entre os membros de um grupo. Em 1927, Freud dedica um texto bastante crítico à religião (*O futuro de uma ilusão*), vista como uma ilusão criada pelos próprios homens na tentativa de se defender de seu profundo desamparo diante dos perigos da natureza e da sociedade, desamparo que remete, em última instância, à nossa finitude. Dois anos depois vem à luz um dos mais belos escritos de Freud, *O mal-estar na cultura*, no qual se traça um amplo e lúcido painel sobre os irredutíveis conflitos entre indivíduo/cultura, as diversas formas pelas quais tentamos minimizar a infelicidade daí advinda, bem como sobre o papel do superego e do sentimento de culpa na manutenção da vida civilizada.

Mais do que meras "ampliações" ou "aplicações" da teoria psicanalítica em direção ao social, tais ensaios demonstram como a reflexão sobre o indivíduo requer, necessária e intrinsecamente, uma reflexão sobre a cultura. Como afirma Freud em uma célebre mas não pouco polêmica declaração, a oposição entre psicologia individual e coletiva carece de sentido, pois a psicologia individual é, desde o início e ao mesmo tempo, psicologia social.

O caráter híbrido do pensamento freudiano

Embora rápida, esta síntese da psicanálise freudiana parece suficiente para mostrar que Freud reformula continuamente seus conceitos, chegando a efetuar profundos remanejamentos teóricos. Ademais, as questões teóricas e técnicas passam a ser discutidas e elaboradas coletivamente à medida que o movimento psicanalítico vai ganhando força, organização e reconhecimento

(cf. próximo item). De todo modo, vimos que alguns alicerces fundamentais do edifício da psicanálise estão solidamente assentados por volta de 1900. Dentre eles, o que melhor resume o cerne da proposição freudiana: o conceito de "inconsciente".

Conforme apontamos nesta breve apresentação, Freud concebe o inconsciente como um sistema radicalmente heterogêneo ao sistema pré-consciente/consciente (por exemplo, é regido por uma outra lógica, que admite a coexistência de contraditórios). Tal heterogeneidade se mantém e talvez até se acentue na segunda tópica: o id, reservatório pulsional, tem um caráter bastante enigmático, inclusive no que se refere à sua abertura para a dimensão somática do indivíduo.

Tanto no modelo da primeira quanto no da segunda tópica, nada sabemos sobre as representações e os afetos inconscientes, embora soframos seus efeitos e tenhamos nossa vida psíquica em grande parte determinada por eles. O homem, tal como concebido por Freud, é assim um sujeito cindido, clivado, em permanente conflito interno, incapaz de se autoconhecer e se autodominar por completo. Por isso, diz ele, as ferozes críticas continuamente endereçadas à psicanálise: ela fere a auto-estima humana ao mostrar que o "eu" não é senhor nem mesmo em sua própria casa. Em suma, estamos às voltas com uma concepção de sujeito descentrado, atravessado por forças e sentidos que lhe são estranhos e alheios, e que a muito custo mantém uma imagem – falsa – de unidade coesa. E não bastasse o conflito irredutível com os impulsos e desejos inconscientes, o "eu" ainda tem que se haver com as exigências da realidade externa e também com os imperativos de nossa consciência moral. Entende-se, assim, a situação de precariedade do "eu" consciente tal como descrito pela teoria freudiana – uma verdadeira máquina de guerra contra as ilusões de autonomia e engrandecimento tão características do homem moderno.

Se nos detivermos ainda por mais um instante sobre a noção de inconsciente, veremos que nela se mostra com clareza o caráter paradoxal do empreendimento freudiano. Freud herda a problemática do inconsciente do ROMANTISMO ALEMÃO, no qual era tema extensamente debatido por filósofos, médicos e escritores. A tradição romântica também se faz fortemente

ROMANTISMO ALEMÃO: conjunto de idéias e valores que impregnaram todos os setores da vida social germânica (artes, filosofia, ciência, política etc.) entre, aproximadamente, 1770 e 1830. Algumas de suas características centrais: anseio de restaurar a unidade e a harmonia (entre o homem e seus semelhantes, a natureza e o cosmo) perdidas com o advento do mundo moderno; crítica aos excessos do racionalismo e algumas de suas características (materialismo, mecanicismo, quantificação, abstração); conseqüente valorização dos fenômenos não racionais (sentimentos, imaginação, intuição, instintos, loucura, sonho, corpo, morte) e da arte/poesia como linguagem privilegiada para expressar o não-representável.

presente no interesse pelos sonhos, a sexualidade, a loucura e a morte – ou seja, fenômenos situados nas bordas da racionalidade –, bem como em outras noções que vieram a fazer parte do vocabulário psicanalítico (como a de pulsão, por exemplo). A abordagem romântica do inconsciente, porém, tendia a vê-lo como um princípio absoluto e transpsíquico, isto é, como ponto de inserção do homem na natureza e como abertura para o Todo cósmico, dimensão de onde tudo deriva e para a qual tudo converge.

Porém, afastando-se dessa abordagem mística e metafísica do inconsciente, Freud pretende esclarecer os mecanismos e leis que regem seu funcionamento. O propósito freudiano é de explicá-lo cientificamente, sem qualquer tipo de valoração (positiva ou negativa) de seus conteúdos, características ou efeitos. Lembremos que Freud sempre insistiu em considerar a psicanálise como uma ciência da natureza, na melhor tradição positivista em que foi formado. Mostra-se aqui toda sua impregnação pelos ideais iluministas do século XVIII: o homem dispõe livremente de sua razão para fazer avançar o conhecimento racional sobre as trevas da superstição e da ignorância; com o otimismo epistemológico que lhe é característico, o Iluminismo aposta no progresso da ciência rumo à descoberta dos princípios verdadeiros, universais e objetivos que regem o mundo natural e humano.

Em poucas palavras, a concepção freudiana de inconsciente demonstra como o interesse de Freud por fenômenos não racionais subordina-se ao intuito de esclarecimento e conquista de tais terrenos para o conhecimento científico. Fascínio pelo irracional, propósito de conhecê-lo racionalmente – eis motivos românticos e iluministas indissoluvelmente entrelaçados. Note-se que essa "mistura" tão singular das principais tendências do pensamento europeu reflete-se, de algum modo, nas várias facetas que compõem a formação intelectual de Freud (cujas principais balizas foram assinaladas no início deste capítulo). Daí a dificuldade em classificar ou reduzir seu pensamento a tal ou qual tradição; ele é uma espécie de "híbrido" e, como tal, tem recebido as designações mais paradoxais – "positivismo temperado", "racionalismo negro" ou, segundo a ótima sugestão de Y. Yovel (1991), um legítimo representante do "Iluminismo sombrio". Luzes e sombras nas raízes e, também, na própria natureza do saber psicanalítico.

Indicação estéticas e bibliográficas

Filmes: *Freud, além da alma* (1962, direção de John Huston).
Inconscientes (2004, direção Joaquín Oristrell).

Mezan, Renato. (2000) *Freud, a conquista do proibido.* São Paulo: Ateliê Editorial.
Roudinesco, E. e Plon, M. (1998) *Dicionário de psicanálise.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
Garcia-Roza, L. A. (1984) *Freud e o inconsciente.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
Gay, P. (1989) *Freud, uma vida para nosso tempo.* São Paulo: Companhia das Letras.
Laplanche, J. e Pontalis, J-B. (1985) *Vocabulário da psicanálise.* 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
Yovel, Y. (1991) Spinoza et Freud. In: *Spinoza et autres hérétiques.* Paris: Seuil.

Referências

Freud, S. (1980) *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Imago, 24 vols.
______ (1901) *Sobre os sonhos*, vol. V.
______ (1910) *Cinco lições de psicanálise*, vol. XI.
______ (1916-17) *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, vols. XV e XVI.
______ (1925) *Um estudo autobiográfico*, vol. XX.
______ (1929) *O mal estar na civilização*, vol. XXI.
Loureiro, I. (2002) *O carvalho e o pinheiro. Freud e o estilo romântico*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

Capítulo 23
Aspectos históricos da psicanálise pós-freudiana

Christian Ingo Lenz Dunker

O freudismo

Os últimos dez anos da vida de Freud foram um período conturbado. Não só para a psicanálise, mas para a definição do que viria a ser a época em que vivemos. Para o historiador Erich Hobsbawm, é nesse período do entre guerras (1919-1938) que se delineariam as matrizes de uma nova forma de Estado e de sociedade, bem como um novo modo de capitalismo. É um período de reflexão e balanço crítico sobre os destinos do projeto moderno. Momento no qual a sociedade de massas depara-se com os efeitos de sua progressiva racionalização, controle e administração dos laços humanos e das formas de produção. Tempo em que a cultura passa a ser pensada e distribuída conforme os princípios da organização industrial. Momento em que a noção de indivíduo, como valor e projeto, começa a ser exposta a uma dupla e contraditória exigência. Por um lado a individualização é o lugar onde se realizam a expressão e o exercício da liberdade de consciência, diferenciação e autonomia. O indivíduo surge assim como conquistador e soberano da natureza, de seu destino político e de si mesmo. Por outro lado, essa mesma individualização exige adequação, obediência e homogeneização. Essa mesma individualização serve a fins segregatórios. A diferença – sexual, étnica e cultural – passa a ser objeto de estratégias de domesticação e patologização cada vez mais complexas. Ao final, começa a ficar claro, após a Primeira Guerra Mundial, que a razão não é um valor libertador em si mesmo, que a razão pode ser usada para produzir e gerenciar a barbárie, seja a que se verifica no morticínio tecnológico do exercício administrado da violência, seja a que se observa na sociedade de consumo e suas estratégias de dominação e impessoalização. É nesse cenário que a psicanálise encontra um solo fértil para sua difusão cultural.

Após a Primeira Guerra Mundial, observa-se o fim de antigos impérios, como o Austro-Húngaro, onde Freud se formara. A Revolução Russa de 1917 e a ascensão republicana na Alemanha contribuem para fazer declinar antigos laços aristocráticos e fermentar um novo tipo de nacionalismo. Particularmente nos anos 1930 esse contexto fez a psicanálise aparecer, de modo substancial, em diversos lugares.

A situação de relativa centralização em torno da figura de Freud, que vigorava até a Primeira Guerra, cede lugar para a formação de tradições psicanalíticas locais. Budapest, Londres, Zurique, além de Viena e Berlim, tornam-se pontos de referência para uma comunidade de analistas que ultrapassa o laço pessoal e direto com a figura do fundador. Trata-se agora de pequenos grupos às voltas com sua inserção junto à comunidade médico-psiquiátrica, universitária, artística e educacional. Pequenos grupos à procura de autolegitimação e reconhecimento no quadro de um movimento psicanalítico cada vez mais extenso e impessoal.

Há uma crescente internacionalização da psicanálise. Em 1920 é criado o *International Journal of Psychoanalysis* que, ao lado dos congressos anuais da IPA, passa a ser o lugar de confluência da comunidade psicanalítica. Muitos estrangeiros dirigem-se a Viena para fazer análise com Freud. Em inúmeros países, pioneiros passam a traduzir e estudar as obras psicanalíticas. Vários deles mantêm contato epistolar com Freud. Alguns não são sequer clínicos ou analistas praticantes. Esse movimento cultural difuso, repleto de aplicações experimentais e contatos com vanguardas estéticas e políticas, ficou conhecido como freudismo. Para termos uma idéia da amplitude e heterogeneidade do freudismo nessa época, basta mencionar que ele podia ser representado por um pastor protestante interessado em aproximar as idéias da psicanálise com a prática pedagógica, como Oskar Pfister, por um marxista propenso a questionar as condições psíquicas que dificultavam o processo revolucionário, como Wilhelm Reich (cf. capítulo 26), mas também por um crítico de arte que procura estudar a sobredeterminação inconsciente de produções estéticas, como Ernest Kris.

Oskar Pfister (1873-1956). Pastor protestante em Zurique, grande amigo e confidente de Freud, Pfister entendia que a psicanálise poderia favorecer a instalação de uma fé mais autêntica, que seria prejudicada pela presença da neurose. Criticado por sua clínica heterodoxa tida como muito breve, não médica, de feições junguianas e com finalidade pedagógica, Pfister também foi alvo da interpelação institucional religiosa que o via como desviante.

Wilhelm Reich (1897-1957). Apaixonado pela obra de Bergson e pelo marxismo, o jovem Reich teve importante papel na construção de uma teoria psicanalítica do caráter e na reflexão sobre o papel da sexualidade no quadro da dominação política. Interessou-se por questões técnicas, mas também pela ação direta sobre a "moral sexual civilizada", visando sua transformação. Perseguido, imigra para os EUA onde desenvolve trabalhos visionários em torno do corpo. Sua influência se faz notar nas inúmeras psicoterapias corporais, na psicossomática e na bioenergética.

Ernst Kris (1900-1956). Inicialmente um historiador da arte e museologista, fez parte da prestimosa Escola Vienenese de História da Arte publicando artigos sobre escultura e joalheria. Aproxima-se da psicanálise através de Marianne Ries, sua esposa, que era psicanalista e íntima no círculo dos Freud. Interessou-se pelo tema da caricatura e da arte em consonância com a teoria psicanalítica da criação e da fantasia. Como psicanalista, é mais conhecido pela sua posição como chefe de escola, em Nova York, para onde emigrou em 1940.

O freudismo representa, portanto, um universo teórico e clínico heterogêneo onde a psicanálise se transforma pela incorporação de novos problemas em novos contextos culturais. Ele representa ainda a assimilação da psicanálise por diferentes visões de mundo e distintas formas ideológicas. Em função disso costumam-se incluir na noção de freudismo algumas conexões geopolíticas relativamente estáveis, ou seja, que se relacionam fortemente com a língua, a sociedade e a absorção diferente que a psicanálise encontrou ao longo do mundo. Seis correntes principais do freudismo devem ser mencionadas: annafreudismo, kleinismo, psicologia do ego, os independentes, a psicologia do *self* e o lacanismo.

O contexto de formação do freudismo implica considerar que a psicanálise aparecia, já nos anos 1920, como uma disciplina capaz de contribuir para a reflexão sobre os destinos da civilização. A Primeira Guerra, com seus horrores e insanidades, mostrara que o ideal de racionalização e soberania que caracterizava as ambições da modernidade desde seus primórdios não poderia mais ser endossado sem reservas, sem uma revisão crítica do papel do eu e da consciência como centro do indivíduo.

A disseminação cultural da psicanálise nesse contexto colocava um problema novo para os psicanalistas. Até então a psicanálise podia ser caracterizada como um movimento relativamente marginal, de contracultura e crítica dos costumes, que questionava uma série de premissas quanto à moral sexual, quanto à autonomia da consciência e quanto à pureza naturalizada da criança e da mulher. Esse movimento tinha dificuldades em ser reconhecido pela comunidade científica da época e estava fortemente associado ao judaísmo. Os primeiros analistas pareciam muito mais preocupados com a pesquisa do inconsciente e com explorações do método clínico do que em consolidar uma doutrina teórica homogênea e fixar um conjunto de procedimentos que definiriam o tratamento analítico e a formação de analistas. Isso explica por que as primeiras cisões no movimento psicanalítico, ocorridas na década de 1910, foram motivadas por pontos teóricos, mas também pessoais. Carl

Carl Gustav Jung (1875-1961) foi levado a aproximar-se de Freud em função de seu interesse pela noção de complexo e pela teoria do sonho. Tornou-se rapidamente o "príncipe herdeiro" da psicanálise em quem Freud depositava muitas expectativas. Ocupou posições importantes no movimento psicanalítico, além de contribuir para inúmeros desenvolvimentos teóricos da psicanálise na década de 1910. Conhecedor da filosofia, mitologia e história das religiões, procurava uma aproximação entre a psicanálise e a compreensão cultural do homem. Após o rompimento com Freud, desenvolve extensa e variada obra teórica e clínica.

Gustav Jung critica o dualismo pulsional freudiano e a extensão teórica assumida pelo papel da sexualidade, e ao mesmo tempo vive uma controvérsia "transferencial" em torno das expectativas que Freud lhe deposita, como "príncipe da psicanálise" e grande representante não judeu da psicanálise no interior da elite psiquiátrica. Alfred Adler, por sua vez, critica o pequeno valor atribuído por Freud ao tema do poder e a dimensão embrionária da teoria psicanalítica da personalidade (ou do caráter), e ao mesmo tempo entende que sua teoria do sentimento de inferioridade e da imagem corporal tem sua recepção prejudicada pelo preconceito contra sua pessoa. Ambos, no entanto, estão às voltas com o forte impacto da influência pessoal de Freud. Essas dissensões dão origem a novas teorias, a psicologia analítica e a psicologia do indivíduo, que se apresentam como externas e autônomas à psicanálise.

Alfred Adler (1870-1937). Criador da psicologia individual, enfatizava a importância dos laços fraternos e horizontais do grupo familiar em detrimento da relação vertical entre pais e filhos. Defendia uma concepção clínica baseada na compensação e supercompensação da diferença atribuída pelo eu à inferioridade de um órgão corporal, sendo, neste sentido, precursor das teorias psicanalíticas de gênero.

As tensões da década de 1930, ao contrário, traduzem-se em escolas de pensamento que, via de regra, não deixam o campo psicanalítico para tornarem-se teorias independentes, mas integram-se a este campo aumentando sua diversidade. Nesse período, por exemplo, é possível discordar de um ponto teórico fundamental, como a pulsão de morte, e mesmo assim integrar o movimento psicanalítico. As polêmicas derivam aqui muito mais da extensão do campo metodológico da psicanálise do que de premissas metapsicológicas. A clínica com crianças, o tratamento de psicóticos e a progressiva ampliação do âmbito de aplicação da psicanálise, por um lado, e o problema da extensa duração das análises, da clarificação de sua técnica e de sua ética, por outro, tornam-se o foco dos debates. Ou seja, é como se houvesse uma abertura teórica, da qual o freudismo é um sintoma, e paralelamente uma preocupação com o fechamento de critérios que definiriam um tratamento como psicanalítico no contexto de sua profissionalização e em contraste com outras formas de psicoterapia e tratamento da alma.

Entende-se por metapsicologia o núcleo teórico da psicanálise onde seus conceitos fundamentais são expostos e criticados de forma tópica, dinâmica e econômica. As noções metapsicológicas mais importantes foram resumidas por Freud entre 1911 e 1916, incluindo as noções de narcisismo, pulsão, inconsciente e recalque.

Essa tendência reflete-se, por exemplo, na polêmica entre Sandor Ferenczi e Max Eitingon em torno da fixação de critérios para a formação de analistas. Um "mal necessário", tendo em vista a dispersão e a preocupação crescente em legitimar a prática psicanalítica. Ora, é nessa tendência que a

Sandor Ferenczi (1873-1933), nascido na Hungria, dedicou-se amplamente aos problemas da clínica psicanalítica enfatizando suas relações com a medicina e com a cura. Conhecido pelo seu experimentalismo, por vezes visionário, mas, sem dúvida, criativo, tinha uma visão liberal das associações psicanalíticas tidas por ele como um "mal necessário". Sua preocupação com a terapêutica levou-o a propor inúmeras alterações no formato tradicional da análise que mais tarde se desdobraram em uma ampla reflexão sobre o enquadre e a transferência.

Max Eitington (1881-1943) ocupou papel importante na organização burocrática do movimento psicanalítico. Em que pesem seu interesse por uma psicanálise de caráter social e sua militância política no sionismo, sua atuação institucional foi fortemente centralizadora.

consolidação institucional da IPA (International Psychoanalytical Association), a partir da década de 1930, transforma seu perfil de uma entidade científica, voltada para a pesquisa, publicação e divulgação das idéias psicanalíticas, em uma entidade normativa, voltada para a delimitação de critérios profissionais e a geração de autoridade institucional. A burocratização e a homogeneização formativa acompanham assim a tendência de integração cultural da psicanálise e sua conseqüente normalização.

Essa conjunção aparece muito claramente em torno da Policlínica de Berlim, fundada em 1920. Ela é a primeira escola de formação de analistas, por onde passaram figuras notáveis como Melanie Klein, Karen Horney, Hélène Deutsch, James Strachey, Rado, Franz Alexander, Michael Balint, Otto Fenichel, Rudolph Loewenstein e Bernfeld. Esse modelo clínico e formativo, baseado na análise pessoal, na supervisão e no estudo teórico, será tomado como padrão e exportado para outros centros, principalmente os EUA. Chefiada por Karl Abraham e Eitingon, a Policlínica oferece tratamento à comunidade, servindo de clínica escola e centro da Sociedade Psicanalítica de Berlim. Simultaneamente, ela é um forte núcleo propagador das idéias psicanalíticas na cultura. Um exemplo disso é o filme *Os mistérios de uma alma* (1926), dirigido por W. Pabst, que retrata um tratamento psicanalítico, tendo a supervisão de Hans Sachs na produção do roteiro. Eitingon, em que pese sua posição-chave na administração do movimento freudiano, é um ativista do sionismo e está ligado ao marxismo judaico alemão. Abraham é um clínico excepcional, formado na Escola de Zurique. Teórico inspirador da teoria das relações de objeto, tem sobre si a total confiança de Freud. Note-se que a influência da escola psiquiátrica de Zurique, liderada por Eugen Bleuler, fazia a psicanálise opor-se à tradição hegemônica da psiquiatria na Alemanha,

Karl Abraham (1877-1925) foi colaborador próximo de Freud. Formou-se na Escola Suíça de Psiquiatria, mantendo sempre seus interesses muito próximos da clínica e da psicopatologia. Desenvolveu uma ampla concepção acerca das relações entre quadros clínicos e sua fixação em certos momentos do desenvolvimento da libido e da formação do caráter. Abraham é o ponto de partida para as diversas concepções conhecidas como teoria das relações de objeto, que genericamente se caracterizam pela tentativa de interligar a teoria freudiana das pulsões com uma concepção sobre a formação das estruturas psíquicas. Sua hipótese dominante é de que o objeto contém e se define por um modo de relação, ou posição, que é simultaneamente a chave para a relação com o outro e a forma de regulação para o mundo interno.

Eugen Bleuler (1857-1939) foi o expoente maior da Escola Psiquiátrica Suíça, sediada em Zurique. Com ele estudaram Jung, Abraham, Rorschach (cf. capítulo 16) e Binswanger (cf. capítulo 19). A influência da psicanálise e especialmente das noções de divisão e ambivalência foi decisiva para a descrição de seu achado clínico maior: a esquizofrenia. Bleuler desenvolve uma psiquiatria mais interpretativa e teórica, preocupada com a etiologia. Sua influência se faz notar nas inúmeras correntes psicodinâmicas da psiquiatria contemporânea.

Emil Kraeplin (1856-1926) é considerado um dos fundadores da psiquiatria moderna e da escola alemã de psicopatologia (cf. capítulo 18). Seu trabalho está baseado em um forte apelo à descrição e classificação das entidades clínicas. Seu vasto sistema classificatório desenvolvido ao longo das inúmeras edições de seu tratado de psiquiatria permitiu ressaltar a importância da paranóia e da depressão como entidades psicopatológicas autônomas. Sua distinção entre psicoses endógenas e exógenas exerceu forte impacto na psiquiatria contemporânea.

que girava em torno de Emil Kraepelin. Isso agrava, também no terreno psiquiátrico, o caráter controverso da psicanálise em relação à cultura oficial e aos dispositivos de saúde.

Temos então, em torno da breve experiência da Policlínica de Berlim, uma boa amostra desse período de transição no movimento psicanalítico, marcado pela efervescência cultural e política, pela originalidade da investigação teórica, mas também em um contexto institucional onde conflitam a produção de um novo saber com a reprodução, controle e fixação do já sabido.

A ingerência de Freud nesse contexto perde gradualmente sua força. Diante das tensões dos anos 1930, ele procura uma posição de distância e ao mesmo tempo de reforço dos laços pessoais. Exemplo disso é a formação do comitê secreto, integrado por sete discípulos mais próximos. A redação de sua autobiografia, a descoberta do câncer mandibular e a crescente divisão entre aqueles que têm acesso direto e os que têm acesso indireto à figura de Freud começam a se tornar problemas. A psicanálise passa a viver os primeiros problemas decorrentes da convivência entre duas ou mais gerações de psicanalistas.

Outro exemplo da migração do poder de laços pessoais para laços institucionais pode se verificar na polêmica em torno da análise leiga. Em 1926, Theodor Reik sofre um processo porque pratica a psicanálise apesar de não ser médico. Freud escreve um texto em sua defesa, mas também em defesa genérica de uma formação não especificamente médica para os analistas. Apesar dessa recomendação explícita e pública, tal indicação não foi seguida nos EUA e em outros países, como a França, foi aceita com dificuldades consideráveis. No Brasil, houve divergências em relação à sua aceitação, como será explicitado no capítulo 24.

Theodor Reik (1888-1969) estudou filosofia e letras, sendo um erudito em música e literatura. Trabalhou como editor e clínico, sendo admirado e protegido por Freud, que lhe dedicou o artigo sobre a análise leiga (1925). Reik é acusado de exercício ilegal da profissão e charlatanismo e, mesmo depois de imigrar para os EUA não consegue se integrar aos circuitos psicanalíticos por não ser médico. Freud faz a defesa pública e explícita do brilhante trabalho clínico e teórico de Reik, que introduz a noção de “terceiro ouvido” e o tema da atmosfera no tratamento analítico. Apesar disso, a tendência segregativa, baseada na lógica corporativa e na reserva de mercado e não em argumentos formativos, científicos ou técnicos, cobrou a sua força causando dificuldades a Reik até o fim de sua vida.

As escolas psicanalíticas no entre-guerras

Como vimos, a partir de 1920 há uma gradativa consolidação das tradições psicanalíticas locais, que começam a responder ao problema de sua assimilação à cultura e à produção de um saber teórico, bem como das práticas em torno do tratamento.

Uma questão teórica emergente nesse período diz respeito ao complexo de Édipo. Seu caráter universal, sua incidência diferencial na mulher e a origem da angústia, presente no complexo de castração, acabam por gerar uma intensa polêmica que se ramifica em inúmeros desdobramentos. A universalidade da experiência edipiana (contestada por dados etnográficos colhidos por Bronislaw Malinowski), a relação entre a pulsão e as estruturas psíquicas edipianas (contestada pela crítica do naturalismo contido na idéia de pulsão), além da importância das experiências pré-edipianas (contestada pela precariedade da teoria freudiana do narcisismo e da origem do eu), mobilizaram os psicanalistas em três direções.

> Bronislaw Malinowski (1858-1942), antropólogo polonês, publicou em 1932 a *Vida sexual dos selvagens*, onde analisa as relações entre sexualidade e cultura. Mostrou que entre os habitantes das ilhas Trobriand (localizadas no sul do oceano Pacífico) havia ampla liberdade sexual, ausência de castidade pré-nupcial e tolerância à infidelidade conjugal. Em tal sociedade matrilinear havia negação da paternidade social, o que fazia admitir como prática corrente relações que seriam consideradas como incestuosas para a mentalidade ocidental cristã. Opunham-se assim tais descobertas à universalidade do tabu do incesto, pleiteada por Freud, e abria-se o amplo debate entre a psicanálise e o relativismo cultural.

A escola húngara, liderada por Ferenczi e Gèza Roheim (1891-1953), tendeu a procurar o elemento comum relativizando o objeto sob o qual recai o tabu da proibição do incesto. Em algumas culturas, por exemplo, o elemento interditado pode ser o tio e não o pai. Paralelamente, a universalidade da interdição poderia ser justificada antropologicamente, isto é, experiências comuns na história da espécie humana estariam na origem da universalidade do complexo edipiano. O grupo húngaro, desde a origem, caracterizou-se por uma dupla preocupação, por um lado com a exigência clínica de abreviar o sofrimento dos pacientes e, por outro, por uma tendência à procura de uma raiz universal das experiências nas quais a psicanálise se baseava teoricamente. Cabe lembrar que a escola húngara herda aqui uma antiga preocupação dos psicanalistas vienenses em torno de uma teoria geral do simbolismo inconsciente, que poderia ser extraída da convergência entre as formas simbólicas do sonho, do folclore e do mito, bem como da afinidade entre o pensamento infantil, o mágico e certas produções da psicose. Essa combinação resultou em uma grande originalidade clínica, da qual as experiências em torno da neocatarse, da análise mútua e da análise do caráter são um bom

testemunho. Todas essas experiências com a técnica psicanalítica visavam ou à introdução de um papel mais ativo do lado do analista ou à retirada do paciente de um lugar de excessiva passividade, obediência e subserviência. A neocatarse procurava resgatar a importância da vivência efetiva dos afetos na experiência analítica, contra a demasiada intelectualização preconizada pela técnica padrão. A análise mútua permitia que, mais ao final do tratamento, analista e analisante "trocassem de posições", fazendo o analista contar suas próprias confidências e dificuldades ao analisante, produzindo assim uma imagem mais "humana" de si mesmo, o que favoreceria a dissolução da relação de dependência, eventualmente deixada pelo tratamento. A análise do caráter visava à abordagem de questões que não eram objeto direto de queixa do paciente, mas que poderiam ser consideradas sérios limitantes de sua vida relacional e de sua experiência intersubjetiva. Neste caso, o analista deveria introduzir, ativamente, a análise dessas questões. Infelizmente, as condições políticas na Hungria acabam por contribuir para o declínio dessa escola após 1920.

O argumento dos alemães, que inclui aqui os vienenses, os suíços e os berlinenses, em torno do problema representado pelo Édipo é ligeiramente distinto. Aqui a universalidade do complexo edipiano poderia ser deduzida da constância e da regularidade com as quais os quadros clínicos distintos apresentam semelhantes disposições em termos de regressão, fixação e conformação do caráter. Ou seja, é da psicopatologia psicanalítica, pensada como disposição mais ou menos constante da relação entre os objetos, que se poderia postular, de forma coerente ao relato clínico, a pertinência da hipótese edipiana. A regularidade da experiência edipiana não depende tanto de uma constante cultural, mas da homologia entre certas formas de organização da libido, momentos de articulação do eu e pontos de fixação-regressão. Isso permite justificar associações, por exemplo, entre a neurose obsessiva e a fase anal secundária, entre a paranóia e a fase anal primária, ou entre a histeria e a fase fálica primária, como postulava Abraham. Isso também lança como programa a investigação do processo de construção do eu (Paul Federn), e de delimitação das formas de simbolização específicas de cada momento de sua formação. É, portanto, no quadro de uma teoria do funcionamento mental, pensado com ênfase nas vicissitudes da pulsão e da

Paul Federn (1871-1950) foi discípulo muito próximo de Freud, pertencendo ao grupo vienense desde seus primórdios. Notabilizou-se pelo reconhecimento teórico da distinção entre ego e *self* apresentando uma fina caracterização clínica das afecções do *self*, principalmente enfocando seu estilo próprio de simbolização onírica e sua forma transferencial, que posteriormente tornaram-se o ponto de partida para a psicanálise americana.

formação de seus objetos, que a Escola Alemã permanecerá mais fiel aos desenvolvimentos freudianos da década de 1920.

A terceira posição levou a problemática edipiana para a valorização das condições da experiência pré-edipiana como forma de justificar sua universalidade. Trata-se aqui de integrar a hipótese freudiana a uma psicologia do desenvolvimento e da formação da personalidade. Foi justamente nessa vertente que se desenvolveram, particularmente em solo britânico, as maiores objeções à centralidade do complexo edipiano. O trauma do nascimento, proposto por Otto Rank em 1923 como matriz de toda angústia, as relações primárias entre o bebê e sua mãe (Klein) e os estados iniciais da formação do eu (Ronald Fairbain) tornam-se assim questões cruciais nessa nova apreensão do complexo edipiano. Ou seja, é possível delinear, diante das vicissitudes do eu e da conformação da libido, a forma típica de enfrentamento e solução do complexo edipiano. De certa maneira, a teoria das relações de objeto que se delineia aqui enfocará privilegiadamente não os objetos, mas as formas de relação entre eles. A projeção, a introjeção e a identificação precedem, e de certa forma instituem, os objetos da pulsão e do narcisismo, e não o contrário.

Otto Rank (1884-1939), partidário de uma flexibilização da técnica psicanalítica com vistas à redução do tempo de tratamento, destaca-se por seu trabalho com forte base na mitologia e na análise do simbolismo na cultura. Sua hipótese sobre a origem da angústia no trauma do nascimento tornou-se um divisor de águas para a psicanálise na década de 1920, principalmente pela valorização dos temas ligados ao materno e feminino. Em 1926 ele rompe com Freud e emigra para os EUA e a França, onde desenvolve um trabalho isolado mas não exterior à psicanálise.

Ronald Fairbain (1889-1964), psiquiatra e psicanalista escocês, foi um dos primeiros teóricos da teoria das relações de objeto a propor um desenvolvimento independente entre o eu e o objeto, postulando uma forma original de desdobramento de suas relações.

É no quadro dessa tríplice controvérsia que podemos entender outro tema ascendente nos anos 1930: a psicanálise com crianças. Note-se que a investigação do período pré-edipiano, envolvendo o problema da formação do caráter e da constituição do eu, está imersa no debate acima mencionado. O papel da agressividade e a aceitação do conceito de pulsão de morte formam parte nesse mesmo quadro, mas parecem se opor à posição anterior. Finalmente, o tema da universalidade edipiana, fundado nas fantasias constitutivas da civilização, é contrabalançado pela relatividade das formas de criação, de ternura e cuidado dispensados às crianças.

À medida que cresce a migração de psicanalistas ligados à Escola Alemã para a Inglaterra acentua-se a tendência a recuar os elementos edipianos para as experiências infantis primárias. As angústias básicas, as defesas primitivas e as fantasias em curso nos primeiros meses de vida justificam o tratamento precoce. Isso redunda em um tipo de clínica com crianças em que as principais

inovações referem-se à técnica do brincar, mas sem qualquer abismo qualitativo entre o psiquismo adulto e infantil.

Inversamente, cresce sobre os vienenses e demais psicanalistas continentais, principalmente alemães, holandeses e franceses, a influência de ANNA FREUD. Entre eles se afirma a importância do eu e sua formação na criança e o tema da defesa contra a pulsão em sua esfera própria de simbolização e conflito. Assim, a capacidade de estabelecer transferência, que é condição para a análise, depende da efetuação do recalcamento edipiano, e este depende de uma certa maturação para que o conflito se estabeleça como tal. Há então uma diferença substancial entre a análise de adultos e crianças. Esta última deve ser efetuada em integração com o processo educativo.

ANNA FREUD (1895-1982), filha, discípula e analisante de Sigmund Freud. Coube a ela e seu grupo gerir o espólio editorial e institucional freudiano. Dedicou-se ao desenvolvimento da noção de mecanismo de defesa contra a angústia em um esforço classificatório e organizativo da teoria de Freud. Trabalhou sobre as relações entre psicanálise e educação. Emigrou para a Inglaterra, onde tornou-se referência central para a ortodoxia freudiana.

MELANIE KLEIN (1882-1960), pioneira da psicanálise com crianças, desenvolveu uma teorização original baseada na importância das experiências e fantasias primitivas da criança. Concebeu a presença de estruturas edipianas como o eu e o supereu logo no primeiro ano de vida. Inscreve-se no quadro da teoria das relações de objeto com sua contribuição fundamental em torno das noções de posição depressiva e posição esquizo-paranóide.

Em 1927, Anna Freud, ainda em Viena, publica *Introdução à técnica da análise de crianças* e MELANIE KLEIN, recém-chegada a Londres, responde com a comunicação sobre os *Estágios precoces do conflito edipiano*. É um ano em que a divergência se torna clara. Cabe mencionar a ligeira diferença de implantação cultural que atravessa esse debate. Enquanto o grupo inglês desenvolve-se num ambiente eminentemente médico, a escola annafreudiana prospera em interlocução com a educação e com a psiquiatria mais convencional. Dois marcos sugestivos podem ser mencionados aqui: a fundação da Clínica Tavistock em Londres, em 1920, e a fundação da primeira pré-escola inspirada na psicanálise, em Moscou, em 1931.

Se em torno das circunstâncias que antecedem a entrada no Édipo vemos se desenrolar uma contenda de amplas repercussões clínicas, políticas e teóricas, no extremo oposto do complexo vemos surgir um problema bastante simétrico. Trata-se da controvérsia em torno da sexualidade feminina. Em juízo está a natureza mesma do falo, ou o estatuto da angústia da perda do pênis por ocasiação do complexo de castração. A teoria freudiana da feminilidade dava margem à confirmação de certas asserções culturalmente discutíveis. A passividade da mulher, a presença de um superego frágil e principalmente sua organização psíquica em torno da inveja do pênis (*Penisneid*) pareciam

confirmar e justificar cientificamente uma diferença inaceitável. Ou seja, traduziam diferenças sociais em termos de poder em diferenças anatômicas naturalizadas.

ERNEST JONES, o grande biógrafo de Freud, foi o organizador do sentido londrino da diáspora psicanalítica. Ele permitiu e facilitou a vinda para a Inglaterra de inúmeros psicanalistas que fugiam da perseguição política e da hostilidade generalizada que sofriam no continente europeu por parte do nazismo ascendente. Jones assume posição no debate sobre a sexualidade feminina seguindo a mesma estratégia kleiniana, ou seja, postulando a experiência da perda do desejo (afânise) em substituição à perda do pênis e ao mesmo tempo recuando essa experiência para um momento pré-edipiano.

ERNEST JONES (1879-1958), pioneiro do historicismo psicanalítico, articulador e mediador das tensões tanto no interior da Sociedade Britânica de Psicanálise quanto entre os subgrupos formados no continente. Conservador, pragmático e racionalista, opôs-se fortemente à "esquerda psicanalítica" tanto teoricamente como no plano associativo. Colaborador próximo de Freud, dedicou-se ao tema do simbolismo e da angústia.

Na vertente continental, HELÉNE DEUTSH, KAREN HORNEY E Joan Riviere tomarão partido da existência de um momento primariamente bissexual na construção do eu, enfatizando que a variedade dos modos de criação, que confluem para essa formação, justificariam uma ampla revisão da teoria da castração, que ficaria assim submetida a uma concepção de eu. O problema da sexualidade feminina deveria ser assim revisto à luz da formação da identidade feminina em uma perspectiva crítica ao universo falocêntrico, patriarcal e machista.

HELENE DEUTSCH (1884-1982) teve uma formação psiquiátrica com os grandes expoentes de sua época. Juntou-se ao grupo de Freud em 1918 e notabilizou-se por seus estudos sobre a sexualidade feminina, nos quais se alinhava à tese da libido única masculina, ao lado de Maria Bonaparte (1882-1962) e Ruth Mack-Brunswik (1897-1946).

KAREN HORNEY (1885-1952) fez sua formação em Berlim, com Karl Abraham. Foi a primeira a criticar as raízes masculinas da teoria psicanalítica e a tentar uma concepção alternativa da feminilidade que considerasse o papel historicamente constituído da mulher. Emigrou para os EUA, onde liderou e agregou o movimento culturalista.

A essas controvérsias, que marcam a história da psicanálise no entre guerras, devem-se acrescentar as dificuldades e implicações que a comunidade psicanalítica, eminentemente judaica, enfrenta nesse momento de ascensão do nazismo. O processo de arianização da psicanálise na Alemanha é um motivo impulsionador de uma primeira onda de emigração, cujo destino preferencial é Londres. Os compromissos assumidos na Alemanha, com o objetivo de "salvar" a psicanálise ao preço político de sua arianização, compõe um capítulo que não pode deixar de ser mencionado na história da psicanálise. Também na então chamada União Soviética um processo público de julgamento será levado a cabo, terminando por extinguir a promissora e florescente comunidade psicanalítica local.

No quadro do freudismo, não foram poucos os que procuraram conciliar as teses psicanalíticas com as de Marx. Tal movimento difuso ficou conhecido como freudo-marxismo, reunindo autores como Reich, Otto Fenichel e Siegfried Bernfeld. Ou seja, autores que, em matéria metapsicológica, estão bastante distantes, mas que encontravam uma afinidade comum nesse projeto de transformação social. Outro marco dessa aproximação entre a psicanálise e o pensamento social crítico pode ser apontado pela instalação, em 1929, da Sociedade Psicanalítica de Frankfurt, tendo Erich Fromm à frente. Esse grupo realizava suas atividades no interior do Instituto de Pesquisas Sociais (Escola de Frankfurt, cf. capítulo 28), acabando por deixar influências conceituais importantes nessa corrente de pensamento sociológico. Uma terceira fonte de aproximação entre a psicanálise e movimentos sociais de esquerda pode ser assinalada se atentarmos para a incorporação da psicanálise ao programa estético do surrealismo de esquerda. O surrealismo via na histeria "a maior descoberta política do século" e encontrava na associação livre e na noção de inconsciente conceitos potencialmente críticos para uma nova e subversiva experiência da realidade. O autor dos *Manifestos surrealistas*, André Breton (ligado ao marxismo francês), e Salvador Dalí (conhecido por seu conservadorismo político) tiveram encontros com Freud e procuraram na psicanálise inspiração para inúmeras de suas concepções estéticas.

Otto Fenichel (1897-1946) é amplamente conhecido por seu livro *O tratamento psicanalítico das neuroses* (1945), que foi, para várias gerações, o texto básico de teoria da técnica psicanalítica, funcionando também como suma psicopatológica. Apesar de sua obra ser absorvida pelos institutos de formação, sua posição como teórico sempre mostrou independência, criticando o conservadorismo de Ernest Jones, o biologismo psicanalítico e o culturalismo de ocasião.

Siegfried Bernfeld (1892-1953) chegou à psicanálise a partir da pedagogia de Maria Montessori (1870-1952) e tinha interesse em levar a psicanálise para as questões sociais. Um dos primeiros psicanalistas a se interessar pela história da psicanálise, mantinha uma posição crítica quanto aos modelos de formação de analistas. Foi também um grande teórico da interpretação, intuindo a complexidade histórica e clínica que se ligava a este tema.

Erick Fromm (1900-1980), graduado em Filosofia, fez sua formação em Berlim e migrou para os EUA posteriormente. Ligou-se aos teóricos da Escola de Frankfurt e à esquerda freudiana. Preocupou-se com o problema da liberdade em psicanálise e com o relativismo cultural de seus conceitos metapsicológicos, criticando ainda o tratamento como uma forma de adaptação social.

A psicanálise no pós-guerra

Bruno Bettelheim (1903-1990), criador da Escola Ortogênica de Chicago, que dirigiu por mais de 30 anos, voltada ao tratamento do autismo. Passou por campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, experiência que o levou posteriormente a teorizar sobre a noção de situação limite e sobre o problema da sobrevivência psíquica. No Brasil, é bastante conhecido por sua obra sobre a interpretação psicanalítica dos contos de fadas.

A Segunda Guerra Mundial teve efeitos devastadores sobre a incipiente comunidade psicanalítica. Vários psicanalistas, tais como Bruno Betelheim, bem

como suas famílias, são enviados aos campos de concentração. Outros tantos são perseguidos. Sob a égide do pensamento de Freud, cujas obras eram queimadas em praça pública pelos nazistas, inicia-se um movimento em massa de emigração e fuga. Roudinesco (1988) salientou que há duas condições necessárias para a implantação da psicanálise em uma dada cultura: (1) a constituição de um saber psiquiátrico capaz de separar o sofrimento psíquico da idéia de possessão divina ou demoníaca e (2) a existência de um estado de direito, passível de garantir a livre associação e a associação livre. Os territórios ocupados da Hungria, da Áustria e da Holanda, além da própria Alemanha, tornam-se refratários à psicanálise, pois neles violava-se a segunda condição.

A operação internacional para tirar Freud de Viena e levá-lo a Londres, onde morreria em 1939, marca uma mudança do eixo de gravidade no universo psicanalítico. O destino preferencial desses exilados são os EUA e a Inglaterra. A guerra contribuiu para uma dispersão dos psicanalistas pelo mundo. Vários países – como Austrália, Argentina e Brasil – que careciam de analistas praticantes recebiam agora seus pioneiros de segunda geração.

Essa movimentação está marcada pelo problema da assimilação. Em um novo país, com costumes e práticas intelectuais e científicas muito diferentes daqueles que vigoravam na Europa Central nos primórdios da psicanálise, surge a tendência de conciliar as idéias psicanalíticas com outros saberes, como a psiquiatria, e com outras práticas, como a psicoterapia. Como em qualquer processo de imigração coloca-se também, como alternativa estratégica, o fechamento em uma pequena comunidade que procura manter-se de modo autônomo preservando e radicalizando os costumes nativos e valorizando sua origem comum. Em circunstâncias como essas é compreensível que a retomada de referências simbólicas torne-se objeto de esforço permanente. Neste quadro vemos surgir, por exemplo, a construção do personagem Freud, a partir da biografia elaborada por Ernest Jones, e também de seu médico pessoal, Max Schur. Por trás da construção da história oficial da psicanálise corria o problema da legitimidade e definição da prática analítica. A tendência legitimista ao fechamento se expressa na regulamentação cada vez mais estrita da formação do psicanalista, cujo produto institucional mais expressivo é a figura do analista didata. O analista didata, categoria adotada pela IPA em 1925, é aquele que se especializa na análise de futuros analistas. Sua origem remonta ao princípio, universalmente aceito, de que para se tornar analista, é preciso realizar uma psicanálise. No entanto, o cruzamento de interesses profissional-institucionais e clínico-curativos deu origem à idéia de que a análise

didática teria também um sentido seletivo e probatório, o que gerou um ideal de normalização e um controle da experiência que são, até hoje, objeto de inúmeras controvérsias.

Deve-se considerar essa problemática da assimilação e do fechamento no quadro de uma grande difusão cultural da psicanálise. O cinema de Alfred Hitchcock a Woody Allen, a literatura de Thomas Mann, a filosofia e as artes, bem como a propaganda e até as políticas públicas de saúde são influenciados pela psicanálise. O desenvolvimento da psiquiatria e da própria psicologia no pós-guerra está intimamente ligado a essa absorção e difusão cultural da psicanálise. Junto com essa assimilação das idéias freudianas encontramos um deslocamento da representação social da psicanálise. Como vimos, anteriormente essa representação ligava-se ao judaísmo e à noção mais genérica de um movimento marginal e de contracultura. Agora, a psicanálise associa-se cada vez mais a uma prática feita por elites e para elites, sejam elas econômica ou intelectualmente definidas. Em outras palavras, a racionalização do processo social de produção da psicanálise é consoante a um desencantamento de seus protagonistas efetivos e a uma mitologização de seus personagens fundadores. Assim, ocorrem uma uniformização e uma normalização que acompanham seu processo de integração social. A virulência contestatória dos primeiros tempos é gradualmente substituída por uma prática conformista e adaptativa.

Uma faceta desse processo pode ser observada na própria compilação e tradução das obras completas de Freud. Organizada e traduzida por James Strachey, ela é publicada, a partir de 1953, antes em inglês que em alemão. Vários aspectos dessa tradução mostram uma propensão para injetar no texto de Freud expressões mais palatáveis para um público científico, expressões menos poéticas, mas com maior grau de autoridade retórica. Isso é muito compreensível no contexto em que a psicanálise se deve justificar como ciência para melhor se estabelecer. Isso, no entanto, dá o tom ideológico da assimilação e do fechamento de que falamos anteriormente. "Assimilação" uma vez que o texto se torna mais persuasivo para psiquiatras e demais autoridades em saúde mental "fechamento" uma vez que tal tradução determina um certo grau de especialização no domínio de uma terminologia.

James Strachey (1887-1967) fez parte, juntamente com Virgínia Woolf e John Keynes, do grupo de Bloomsbury. Dedicou-se a traduzir a obra de Freud para o inglês, mas também escreveu textos de grande repercussão clínica, principalmente sobre a direção do tratamento e o papel crucial do superego na terminação da cura analítica e na interpretação.

Outro bom exemplo dessa dupla estratégia pode se ver no caso dos EUA. Consideremos três grupos da psicanálise nesse país tendo por sede, respectivamente, Nova York, Chicago e a Califórnia. Em Nova York encontra-

mos uma série de psicanalistas ligados, no pré-guerra, aos grupos vienense e alemão. LOEWENSTEIN, Kris, HEINZ HARTMAN e HERMAN NUNBERG, por exemplo, propõem uma psicanálise orientada para o eu, com uma preocupação com a transferência e os níveis de acesso à realidade. A importância do conflito e os temas da adaptação e da aliança terapêutica ganham força na medida em que a psicanálise se aproxima de uma experiência de adaptação baseada em um modelo de subjetividade e de realidade, fortemente individualista, do qual a psicanálise devia prestar contas e, em última instância, justificar. Nasce aqui a psicologia do ego (*Ego Psychology*), corrente do freudismo marcada pela ortodoxia formativa, pela ritualização da técnica e pela influência da psicologia que procura realizar a integração do homem na sociedade sem antes questionar a natureza contraditória dessa mesma sociedade. O ego torna-se assim expressão do individualismo. A sua força ou fraqueza é a medida da sua capacidade de acesso à realidade e a sexualidade deixa de ocupar a cena primordial do tratamento.

RUDOLF LOEWENSTEIN (1898-1976) formou-se na Escola Psiquiátrica de Zurique e em Berlim. Entre 1926 e 1942, participa ativamente da implantação do freudismo na França, representando sua corrente mais ortodoxa e contrária à análise leiga. Seu interesse teórico dirige-se para a técnica psicanalítica com forte ênfase no tema do eu e das defesas. Sua influência se faz notar na psicologia do ego, do qual foi expoente e fundador.

HEINZ HARTMAN (1894-1970) foi paciente de Joseph Breuer, formando-se como analista junto a Freud. Passa um período em Paris e finalmente se notabiliza como chefe de escola em Nova York. Fundador da psicologia do ego e editor da revista *Estudos Psicanalíticos da Criança*, foi presidente da IPA e responsável pela consolidação da ortodoxia clínica e burocratização do modelo formativo.

HERMANN NUNBERG (1883-1970) formou-se na psicanálise vienense e imigrou para os EUA, onde participou do grupo formador da psicanálise do eu. Sua teoria da transferência, que reúne a experiência amorosa como condição de acesso à realidade, é considerada uma de suas contribuições mais originais.

Ainda em Nova York, deve-se registrar a emergência da ESCOLA CULTURALISTA. Aqui o antigo debate antropológico parece encontrar continuidade, principalmente em torno de certas descobertas de Margareth Mead (1901-1978) junto aos povos polinésios, e das discussões de Abram Kardiner (1891-1981) e Ruth Benedict (1887-1948) acerca da vida sexual e dos costumes conjugais no contexto de diferentes culturas. O principal expoente dessa vertente do freudismo é ERIK ERIKSON, que acompanhou o desenvolvimento infantil em povos indígenas americanos. O culturalismo questiona a noção de universalidade antropológica enfatizando a diferença e o relativismo das culturas procurando

A ANTROPOLOGIA COMPARATIVA e funcionalista na qual esses autores se enquadram propõe um novo ponto de vista sobre a sexualidade, sobre a maternidade e sobre os modos de criação. Pretende substituir as noções biologizantes da psicanálise por noções que ligam a personalidade à cultura e à educação, introduzindo, a partir disso, a idéia de identidade.

ERIK ERIKSON (1875-1942) aproxima-se da psicanálise através da arte e da educação infantil. Ligado ao grupo de Anna Freud, imigra para os EUA, onde estuda os costumes dos índios de Dakota. Percebendo que a experiência de desenraizamento e perda de identidade é o motor dos conflitos que encontrou nessa população, desenvolve uma concepção na qual o eu é primariamente respondente às transformações sociais. Erikson propõe uma teoria da evolução baseada em oito conflitos básicos que comandam a construção do eu e sua identidade. Interessa-se pelo tema do conflito de gerações e pela adolescência, dedicando mais tarde inúmeros trabalhos à chamada psicanálise aplicada.

extrair da comparação entre os modos da cultura formas específicas de personalidade e de identidade.

Já no núcleo de Chicago, liderado por FRANZ ALEXANDER, desenvolveu-se inicialmente uma psicanálise mais integrada à ordem médica, o que se reflete em seus trabalhos pioneiros no campo da psicossomática. Deriva dessa tradição, nitidamente mais freudiana, um movimento de reação à psicologia do ego. Tal movimento ficou conhecido como *Self Psychology* e não deve ser confundido com a *Ego Psychology*. Para os teóricos do *Self*, assume importância crucial a teoria do narcisismo. O *self* não é uma instância psíquica como o eu ou o superego, mas comporta aspectos específicos de relações com objetos psíquicos, como a representação de si através de um auto-investimento libidinal.

FRANZ ALEXANDER (1891-1964), junto com Otto Fenichel, foi um dos grandes divulgadores da psicanálise nos EUA. De espírito empreendedor e apaixonado, tentou replicar em solo americano a experiência da Policlínica de Berlim. Seus trabalhos mais conhecidos no campo da psicossomática, especialmente em torno da úlcera duodenal, acabaram se sobrepondo à sua grande erudição e à formação humanística revelada em seus escritos. Sua atitude liberal em termos associativos permitiu o florecimento de iniciativas teóricas originais no seio da psicanálise americana.

Contra a psicologia do ego, que centrava seus desenvolvimentos em torno da neurose, a *Self Psychology* enfatiza os estados-limite, as condições *Borderline*, os estados de despersonalização e a importância do estudo da psicose. A condição *borderline* – ou seu equivalente francês, os "estados-limite" – corresponde a uma organização de personalidade que não se ajusta bem à distinção psicanalítica entre psicose, neurose e perversão. Caracterizada por dificuldades de vinculação que combinam a experiência da fragmentação (esquizoidia) com o sentimento de perseguição (paranóide), a condição limítrofe, como também é traduzida, exigiu e impôs profundas reflexões sobre o manejo tradicional da transferência e a própria caracterização da importância de certos procedimentos da psicanálise, como a interpretação, a empatia e o acolhimento. Temos aqui mais um exemplo histórico de como as próprias dificuldades e os desajustamentos entre o projeto clínico e a experiência efetiva do tratamento são o maior motor das reformulações internas à psicanálise. Costuma-se associar essa corrente, que se opõe à psicologia do ego, ao nome de HEINZ KOHUT e à sua retomada heterodoxa do papel da empatia na transferência. As inovações propostas por Kohut expressam também uma

reação ao formalismo técnico do grupo nova-iorquino. Mas, além de Kohut, e através dessa corrente, se introduzem as obras de Margaret Mahler e Otto Kernberg, que procuram conjugar uma nova teorização sobre o narcisismo com a teoria das relações de objeto.

Heinz Kohut (1913-1981) desenvolveu uma nova concepção de eu estreitamente ligada ao tratamento dos transtornos narcísicos e ao tipo de transferência que lhes é peculiar. Nessa concepção, as deficiências primitivas na formação do eu levam à formação de um si grandioso e uma *imago* parental muito idealizada. O tratamento deveria, portanto, permitir uma espécie de reconstrução do narcisismo normal e seu equivalente em termos de auto-estima.

Margaret Mahler (1897-1985) passou por uma formação annafreudiana, estabelecendo-se posteriormente em Nova York. Dedicou-se ao estudo do autismo e das psicoses da criança. Sua teoria da separação-individuação combina aspectos da psicologia do eu com teses winnicottianas e também com os estudos sobre a formação do eu realizados por René-Arpard Spitz.

Otto Kernberg é um dos autores vivos que mais têm contribuído para a teorização e clínica psicanalítica dos transtornos narcísicos e da condição *borderline*. Sua concepção situa-se como uma tentativa de combinar aspectos da teoria kleiniana com elementos da teoria do *self*.

Na costa leste, principalmente com os movimentos de contestação e experimentação a partir dos anos 1960, a psicanálise reencontrou, de certa forma, sua associação com a efervescência cultural do entre guerras. Liderada por Otto Fenichel, um representante da esquerda freudiana, a psicanálise na Califórnia conviveu com o recrudescimento da questão da análise leiga ao mesmo tempo em que se expunha a um desejo de inovação. Um bom exemplo disso são as pesquisas de René Spitz (1887-1974) sobre os desenvolvimentos simbólicos e perceptivos da criança em seus primeiros anos de vida. Entretanto, no conjunto, o produto parece ter sido uma dispersão no interior de teorias psicológicas e psicoterapias vagamente inspiradas na psicanálise que acabaram por diluir seu potencial crítico.

Em todos os casos pode se dizer que a psicanálise nos EUA jamais esteve em posição de questionar o saber instituído, tanto em termos de cientificidade quanto em termos de legitimação profissional, onde sempre permaneceu problematicamente incluída na psiquiatria ou anodinamente assimilada pelos estudos universitários. A questão da análise leiga, neste sentido, só se resolveria muito tardiamente. Do ponto de vista teórico, isso se mostrou nas inúmeras tentativas de conciliação e compromisso com as formas clínicas dominantes, de inspiração psiquiátrica e saberes hegemônicos, como a psicologia do desenvolvimento, a antropologia culturalista e a psicometria. O fechamento em inúmeras pequenas associações locais, com sucessivas cisões, mostra-se assim correlato da grande dispersão e assimilação cultural. No conjunto, a psicanálise americana não parece ter de fato assimilado a herança dos imigrantes de modo a gerar um sistema de pensamento original capaz de encontrar grande expressão fora das fronteiras do próprio país. Ao mesmo tempo, grande

parte dessa renúncia a uma referência mais diretamente freudiana, que a expressão “neofreudismo” parece representar bem, se traduziu em uma psicologia conformista e pragmática. Só mais recentemente a psicologia do ego, o culturalismo e os herdeiros da *Self Psychology* parecem ter entrado em um debate mais ativo com outras comunidades psicanalíticas do mundo. Temos assim um quadro geral de “assimilação” dos saberes constituídos, e também de “fechamento”, nas fronteiras culturais americanas.

O problema da assimilação e do fechamento apresentou-se de modo inteiramente diferente no caso da Inglaterra, outro pólo de atração para os psicanalistas imigrados no pós-guerra. Aqui também encontramos a formação de três grupos distintos, mas não separados geograficamente. O grupo formado em torno de Melanie Klein reuniu-se a partir da adesão às teses do último Freud, segundo uma tentativa de reinterpretação original. A pulsão de morte, o papel da agressividade e o tema da integração-fragmentação constituíram desenvolvimentos importantes, pois levaram à construção de um novo modelo psicopatológico em psicanálise e também a uma reformulação da metapsicologia e da clínica psicanalítica. No conjunto, esse desenvolvimento ficou conhecido como teoria das relações objetais. Para Klein e seus discípulos mais influentes como PAULA HEIMAN, SUSAN ISAACS e WILFRIED BION, trata-se de fortalecer os conceitos mais diretamente ligados à noção de relação ou de interação, já presentes em Freud, tais como identificação, projeção, introjeção e idealização.

PAULA HEIMANN (1899-1982) fez sua formação junto ao grupo berlinense e em seguida instalou-se em Londres, onde trabalhou junto a Melanie Klein. Sua contribuição teórica principal reside na sistematização do pensamento kleiniano acerca dos estágios primitivos do complexo de Édipo.

SUSAN ISAACS (1885-1948) fez sua formação em Filosofia e Pedagogia, mantendo durante todo o período de clínica atividade universitária e pedagógica em pré-escolas terapêuticas. Seus trabalhos sobre projeção e sobre arte têm importância significativa na disseminação do kleinismo.

WILFRIED BION (1897-1979), nascido na Índia, tornou-se psiquiatra com uma vasta formação erudita. Analista de Samuel Beckett, amigo de James Joyce, tem sua obra marcada tanto pela pretensão literária quanto pela investigação epistemológica. Sua influência no Brasil, onde esteve diversas vezes, é bastante grande. Sua concepção clínica deriva de Melanie Klein, mas ele acrescenta-lhe uma concepção do pensamento e do funcionamento da mente correlativos da transferência que é profundamente original.

O kleinismo pode ser caracterizado, teoricamente, a partir de sua reinterpretação, em termos objetais, do complexo de Édipo, mas também pela importância conferida à pulsão de morte e à agressividade. No plano clínico, destacam-se a importância conferida à angústia e o estilo interpretativo decorrente, amplamente marcado pela construção de significações a partir da transferência e por uma concepção particular do simbolismo nas fantasias.

Indubitavelmente, tais inovações provêm da abertura à experiência com crianças, ao tratamento de psicóticos e às experiências psicanalíticas com grupos.

A posição do grupo liderado por Anna Freud e Edward Glover pode-se dizer muito mais ortodoxa e restritiva. A filha de Freud, na verdade, representava a voz de uma série de imigrados, com formações e concepções relativamente distintas, acerca da psicanálise. Autores que tendem a se unificar em torno da situação hostil que sobrevém após sua chegada a Londres. Anna desenvolve uma teoria baseada nos mecanismos de defesa do eu contra a angústia, amplamente marcada pelo tratamento defensivo da pulsão. Apesar de sua intensa atividade em instituições para crianças, o papel da relação primária com a mãe é reduzido, se comparado ao grupo kleiniano. O problema da realidade atual do complexo de Édipo na criança é encaminhado pela conjugação, no tratamento, de procedimentos pedagógicos e psicanalíticos. O grupo annafreudiano pode ser caracterizado pela sua ênfase na reconstrução da infância e por uma tática interpretativa mais "clássica", envolvendo a abordagem sistemática da resistência. O trabalho central ocorre em torno da defesa e da gradual transformação do eu.

> Edward Glover (1888-1972) fez sua formação em Berlim com Karl Abraham. Tornando-se chefe de escola em Londres, liderou uma oposição tanto aos annafreudianos quanto aos kleinianos. Principalmente após a aliança com sua paciente, Melitta Schmideberg, filha de Melanie Klein, Glover lança-se em uma atividade crítica em relação à fragmentação da psicanálise. Personagem cáustico e contraditório ataca a presença da psicanálise em hospitais e instituições, mas vem a trabalhar nestes, ataca a burocratização da formação, mas destaca-se por sua pesquisa sobre os invariantes da técnica psicanálitica.

Mas o grupo inglês que mais frutos deixou para a psicanálise é o dos chamados Independentes (*midle group*). Menos forçado ao fechamento doutrinário e mais próximo do espírito de tolerância e assimilação de novas idéias, tal grupo parece se nutrir da longa tradição liberal britânica. Uma das fontes de influência para o trabalho dos Independentes pode ser encontrada no movimento estético e ético conhecido como grupo de Bloomsbury. Formado por intelectuais e literatos, como Virginia Woolf, esse grupo valorizava a natureza, a espontaneidade e a contemplação estética, tanto como estilo de vida como atitude sexual. Em contato com vanguardas estéticas, com tons românticos, e propensão ao experimentalismo, vemos surgir aqui a idéia de que a psicanálise deveria propiciar ao indivíduo uma nova forma de vida mais autêntica e coerente com sua experiência. Um expoente inicial dessa tradição dos Independentes é o casal Strachey. O interesse pelas experiências

com grupos (Balint), o trabalho com as neuroses traumáticas, com a privação e a desorganização familiar produzidas pela guerra são exemplos dessa afinidade com uma dimensão da experiência humana refratária ao enquadramento psicopatológico tradicional. Daí se depreende uma atitude criativa e de suspeita em relação ao *setting* clássico e ao escopo clínico tradicional da psicanálise. Em Donald Winnicott e Masud Khan encontramos essa tentativa de colocar o sofrimento psíquico e a loucura como condição mais ampla de sua expressão, em lugar privilegiado em face das condições necessárias para abordá-lo. Ou seja, o *setting* deve se submeter às condições do sofrimento do sujeito e não o contrário. Muitos mantêm uma preocupação comunitária, expressa pelo engajamento em programas de políticas públicas e de esclarecimento à população. A primazia da clínica se observa ainda em uma teorização original, com a formulação de inúmeros novos conceitos: objeto transicional, trauma acumulativo, apego, *self*. Tanto a importância das primeiras relações quanto o problema da gênese do eu parecem estar representados nas preocupações dessa vertente.

Michael Balint (1896-1970) nasceu na Hungria e fez sua formação em Berlim. É conhecido pelo Grupo Balint, que consiste em uma técnica para troca de experiências entre profissionais e relatos de casos, geralmente de uma instituição hospitalar que se dedica ao tratamento psicanalítico. Propôs a noção de falha básica, espécie de irrealização de um aspecto da relação amorosa primitiva, de onde provém a ternura, e que tem conseqüências para a formação de uma terceira área da experiência ligada à criatividade.
Donald W. Winnicott (1896-1971) dedicou-se extensivamente ao trabalho pediátrico e psicanalítico com crianças. Desenvolveu o conceito de *self*, bem como uma teoria da transicionalidade como alternativa à teoria clássica das relações de objeto. Sua obra está marcada pela criatividade e pela abordagem de condições clínicas não estritamente neuróticas. Dotado de grande sensibilidade clínica, propôs inúmeras inovações terapêuticas a partir da importância do brincar e de sua experiência com casos difíceis.

Constatamos que nas três vertentes do freudismo inglês, o kleinismo, o annafreudismo e os Independentes, combina-se uma atitude associativa de relativa tolerância, visto que os três grupos jamais deixaram de pertencer à mesma instituição, com uma abertura para novas formas de apresentação do sofrimento psíquico representadas pelas vicissitudes da vida infantil, pelos quadros limítrofes entre psicose e neurose e pela atenção aos efeitos da turbulência social (neuroses de guerra, desintegração familiar e tratamento em instituições).

Vimos que a psicanálise no pós-guerra passa por uma reformulação, baseada no problema da assimilação e da legitimação no ambiente anglo-saxônico. Há uma terceira estratégia presente na difusão cultural da psicanálise que se mostra de forma mais nítida no caso da França: a refundação. Ao contrário das escolas anteriormente examinadas, onde a psicanálise desde cedo se via diante do choque entre gerações, da controvérsia de tradições e

da oposição entre grupos militantes, no caso da França o desenvolvimento da psicanálise é tardio. Isso muito se deve ao relativo sucesso de uma concepção psicológica concorrente cujo autor de referência é PIERRE JANET. A isso deve se acrescentar a histórica resistência cultural francesa às idéias germânicas, o que se verifica igualmente no terreno da sociologia e da filosofia dessa época.

É, portanto, no contexto de uma espécie de refundação da psicanálise que se pode entender a aparição de JACQUES LACAN. Herdeiro da tradição clínico-psiquiátrica francesa, freqüentador das rodas surrealistas e literárias de vanguarda, leitor de Hegel e Heidegger (cf. capítulo 19), Lacan levou, desde o princípio, a psicanálise a uma forte interlocução com a ciência e a arte de sua época. É nesse espírito que mais tarde ele será associado ao ESTRUTURALISMO, de Ferdinand de Saussure a Claude Lévi-Strauss e à efervescência cultural e intelectual do pós-guerra francês.

No plano clínico, Lacan mostrou-se um crítico renitente ao espírito de conformação e de adaptação vigente em parte da psicanálise. As reformulações do tratamento, por exemplo, sessões de tempo variável em periodicidade não convencional, são propostas no quadro de uma desburocratização da experiência psicanalítica e resgate de sua radicalidade. Assim como Melanie Klein, Lacan procurava legitimar sua nova concepção de inconsciente nos próprios conceitos freudianos e não apenas apresentá-los como inovações necessárias. Desta maneira, esboça-se um programa de investigação que procura trazer para a psicanálise um conjunto extenso de temas do pensamento ocidental. O problema do sujeito, a questão da ética, a estrutura social e simbólica da experiência humana, a problemática histórica do amor e do desejo tornavam-se assim fontes para a redescrição dialética e lingüística dos conceitos psicanalíticos. A crítica a uma concepção mentalista e pouco rigorosa de inconsciente conduz a uma releitura do inconsciente pensado agora como estrutura de linguagem. A crítica à psicanálise centrada no eu

PIERRE JANET (1859-1947) foi aluno de Charcot e contemporâneo de Freud. Também dedicou-se ao estudo da histeria segundo princípios estritos do método clínico, mas em oposição à hipótese de uma etiologia sexual da neurose. Crítico da psicanálise, formulou o conceito de subconsciente e de automatismo mental para explicar os sintomas neuróticos (cf. capítulo 8).
JACQUES LACAN (1901-1981) desenvolveu seus primeiros estudos em torno da paranóia. A maior parte de seu ensino ocorreu de forma oral (os Seminários) envolvendo um amplo programa de releitura dos textos freudianos em contato com a filosofia, a lógica e a lingüística. Trabalhou extensamente sobre a metapsicologia freudiana procurando formular um sistema de pensamento, um novo modelo de formação de analistas e retomar o caráter original da experiência psicanalítica.
O ESTRUTURALISMO inclui um vasto conjunto de concepções em ciências humanas que disseminaram o método de apreensão da linguagem proposto por Saussure para a análise de diversos sistemas, tal qual o parentesco, os sistemas religiosos em antropologia e as formas do conto e do romance em literatura. O estruturalismo coloca-se como um anti-historicismo e como um antifuncionalismo entendendo genericamente a atividade humana como um conjunto de relações que se determinam segundo propriedades similares às que encontramos na linguagem.

levou Lacan a propor uma nova concepção de sujeito. A crítica ao biologismo traduz-se em uma reformulação da concepção de pulsão e de sexualidade. Delineia-se assim um novo entendimento da experiência psicanalítica em sua dimensão simbólica, imaginária e real. Enfim, ao contrário da política de fechamento a que uma ampla reformulação facilmente conduz, Lacan permanece fiel e atento às principais movimentações teóricas da psicanálise que lhe é contemporânea.

No plano institucional, a trajetória de Lacan é cercada de controvérsias. Analista didata e diretor da Sociedade de Psicanálise de Paris, ele toma inicialmente partido da análise leiga. Isso redunda em uma primeira cisão no movimento francês, na qual Lacan, ao lado de Françoise Dolto e Daniel Lagache, vê-se excluído da IPA – Associação Psicanalítica Internacional. Ao contrário de outras cisões onde o grupo minoritário acabava absorvido e implantado em outras disciplinas ou saberes constituídos, no caso francês esse grupo minoritário torna-se gradualmente hegemônico. Em 1953 tal grupo contava com figuras expoentes como Jean Laplanche, Jean Pontalis, Serge Leclaire e o casal Mannoni. Boa parte dessa repercussão deve-se ao espírito dos seminários e apresentações clínicas de Lacan, públicos e abertos, com uma audiência que ia de rabinos e teólogos a marxistas e feministas, passando por críticos literários, eruditos das ciências humanas e clínicos em geral. A

Françoise Dolto (1908-1988) trabalhou inicialmente como pediatra e educadora desenvolvendo uma forma própria de escutar crianças. Católica convicta, lutou durante toda a vida pela "causa das crianças" tanto no quadro das inúmeras instituições e dispensários públicos para os quais contribuiu quanto em programas de rádio e televisão. Sua técnica heterodoxa e sua inventividade tornaram-se sinônimo de excelência clínica. Seus trabalhos sobre a imagem corporal e seu papel na constituição do eu legaram-lhe um lugar importante também como teórica.

Daniel Lagache (1903-1972) formou-se entre os reformadores da psiquiatria francesa, acompanhando de perto a gradual incorporação da psicanálise. Professor universitário, buscou a integração da psicologia clínica em torno da noção de personalidade. Conhecido por seus estudos de sistematização de conceitos e por seu projeto de unificação prática e teórica da psicanálise com a psicologia, foi criticado tanto por filósofos como Georges Canguilhen e Louis Althusser quanto por psicanalistas como Lacan.

Jean Laplanche fez seus estudos em Letras dedicando-se, em seguida, à psicanálise. Elaborou junto com Jean Pontalis o amplamente difundido *Vocabulário de psicanálise*. Como professor e pesquisador, tem se dedicado à formulação de uma concepção clínica original com especial rigor metapsicológico.

Serge Leclaire (1924-1994), ao lado de François Perrier e Wladimir Granoff, toma parte na primeira geração de psicanalistas formados por Lacan. Sua autonomia de pensamento e grande sagacidade clínica permitiram-lhe apresentar, em diversos momentos, o modelo da prática lacaniana que faltava nos escritos de Lacan, principalmente em seu livro *Psicanalisar*. Dedicou-se à tentativa de integração do movimento francês e de reaproximação deste com relação à IPA.

Octave Mannoni (1899-1989) trabalhou muitos anos na ilha de Madagascar como professor de filosofia, nascendo daí a inspiração para vários trabalhos sobre o tema da colonização. Estudou as relações entre psicanálise e literatura tendo publicado uma biografia de Freud.

Maud Mannoni dirige há muitos anos uma instituição para tratamento de crianças com dificuldades gerais de desenvolvimento. Como projeto que combina a dimensão clínica e pedagógica, tem se colocado como modelo para inúmeras instituições em diversos países. A teorização de Maud Mannoni encontra-se apoiada nesse vasto cabedal de experiência acumulada no tratamento da criança.

exclusão política permitia e contribuía assim para o projeto de refundação da psicanálise em um ambiente intelectual no qual vimos a psicanálise tantas vezes progredir.

A partir de 1966, dois anos após a exclusão definitiva da IPA, há uma nova cisão no movimento psicanalítico francês. Os problemas relativos à legitimidade começam a assediar a tradição lacaniana de modo curiosamente similar ao que se verificou no freudismo dos anos 1930. Recusando a figura do analista didata como fonte hierárquica de poder e normalização da investigação psicanalítica, Lacan tinha que se haver com o mesmo problema que dera origem à institucionalização da psicanálise. Três gerações de psicanalistas franceses fortemente inspirados pela sua prática e por seu ensino começam a debater um sistema formal de transmissão e autorização da prática. A mesma difusão cultural associada ao onipresente problema da separação entre psicanálise e psicoterapia, bem como a ambigüidade dos critérios de formação estavam novamente colocadas. Os conceitos lacanianos circulavam livremente em boa parte da tradição francesa, mesmo no grupo que se mantivera fiel ao universo anglo-saxônico. Como efeito dessa dispersão surgia o lacanismo. Com ele, reencontramos as soluções legitimistas, a assimilação eclética e o fechamento dogmático.

Fato é que a expansão desses três grupos majoritários na psicanálise do pós-guerra – o americano, o inglês e o francês – acaba por dar contornos a uma nova problemática a partir dos anos 1970. Tradições distintas em suas origens, opostas em suas concepções formativas e antagônicas em termos teórico-clínicos acabaram por conviver em países distantes e expostos a outras configurações culturais. Por exemplo, a forte expansão do lacanismo na América Latina, principalmente no México, Argentina e Brasil, associa-se à sua posição originariamente contestatória e crítica. A tendência à divisão e ao dogmatismo continuam presentes na herança lacaniana, uma decorrência talvez da sua própria estratégia de constituição. O lacanismo foi bem acolhido nos períodos de opressão política vivida por esses países, como instrumento de resistência cultural. A penetração inicialmente mais intensa das escolas inglesas, nos anos 1960, também pode-se justificar no quadro de uma relativa desconfiança e resistência perante as idéias provenientes dos EUA.

Nos anos marcados pela Guerra Fria, a psicanálise nos EUA mostrou-se próspera no controle das Associações Internacionais. Mas paralelamente ao fechamento exigido por esta estratégia, a psicanálise nesse país tornou-se gradualmente mais distante e menos permeável aos sistemas de saúde pública e ao universo cultural universitário e científico. Isso redundou em uma posição

de relativo isolamento em face do progresso da psicologia cientificista e da revolução farmacológica na psiquiatria.

No universo europeu, a psicanálise do final do século XX sofreu um relativo refluxo. Sua integração relativamente maior aos sistemas de saúde pública, especialmente na França e na Inglaterra, a boa receptividade que encontrou nos países da antiga Cortina de Ferro e a sua sobrevivência indireta na tradição universitária das ciências humanas mantêm abertas algumas de suas possibilidades críticas. É sobretudo entre os clínicos que a psicanálise continua a ser uma referência importante, apesar de que, após mais de cem anos, quase não se consiga mais distinguir claramente as fronteiras de sua influência. Em outras palavras, a psicanálise passa a fazer parte da cultura ocidental, em suas mais diversas manifestações, de tal forma que não se pode mais distinguir sua presença apenas como uma disciplina, uma prática ou uma concepção teórica. Ela não chega a constituir uma visão de mundo, mas faz parte indissociável do complexo discursivo que nos permite apreendermo-nos como sujeitos psicológicos. Daí a importância da questão da sua difusão.

Indicações estéticas e bibliográficas

Filmes de Woody Allen e de Alfred Hitchcock são boas indicações sobre a presença da psicanálise no cinema. Do primeiro, temos, por eexemplo, "Noivo neurótico, noiva nervosa" (1979) e "Zelig" (1983). De Hitchcock, sugere-se "Um corpo que cai" (1959), "Psicose" (1960), "Spellbound – quando fala o coração" (1945), este com direção de arte de Salvador Dali.

Assoun, P. L. (1991) *O freudismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bleichmar, N e Bleichmar, C. (1992) *A psicanálise depois de Freud.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Figueira, S. A. (1988) *Efeito psi – a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.

Gay, P. (11988) *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Gellner, E. (1988) *O movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Perron, R. (1991) *História da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Referências

Freud, S. (1988) Contribuição à história do movimento psicanalítico (1914d). In: Sigmund Freud, *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu.

Roudinesco, E. (1988) *História da psicanálise na França – a batalha dos cem anos,* 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. e Plon, M. (1997) *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Freud															
Grupo suíço	Grupo húngaro	Grupo vienense	Grupo alemão		Grupo americano				Grupo britânico			Grupo francês			
O. Pfister	S. Ferenczi	P. Federn	Berlim	Frankfurt	Nova York		Chicago	Costa leste	Anna Freud	M. Klein	Independentes	S. P. P.	A. P. F.	E. F. P.	Independentes
C.J. Jung	S. Rado	W. Steckel	K. Abrahan	E. Fromm	Culturalistas	Psicologia do Ego	F. Alexander	O. Fenichel	E. Jones	S. Isaacs	D.W. Winnicott	M. Bonaparte	D. Lagache	J. Lacan	A. Green
L. Binswanger	M. Balint	O. Hank	M. Eitinton	K. Landauer	K. Horney	H.Hartman	B. Bettelheim	E. Erikson	R. Sterba	P. Haiman	M. Khan	R. Laforge	J. Pontalis	F. Dolto	M. M-Uzan
R. Sasaaurre	R. Geza	H. Deutsche	H. Sachs		A. Kardiner	E. Kris	Psicologia do self	R. Spitz		Pós kleinianos	R. Fairbain	S. Lebovici	J. Laplanche	S. Leclaire	N. Abrahan
		A. Adler			M. Mead	H. Nunberg	H. Kohut			W. Bion	J. Bolwby		D. Wildlöcher	O. Mannoni	J. Kristeva
		L. A. Salome				M. Mahler	O. Kernberg			H. Segal	R. Glover		D. Anzieu	M. Mannoni	
		T. Reik				R. Loewenstein				H. Rosenfeld	J. Strachey		W. Granoff	G. Pommier	
		W. Reich								H. Racker				F. Perrier	
														M. Safouan	
														C. Melman	
														J. Clavreul	
														J.A. Miller	
														E. Porge	
														C. Soller	
														L. Israël	
														J. Nasio	

Capítulo 24
O movimento psicanalítico brasileiro

Jane Araujo Russo

A psicanálise surge em solo brasileiro associada a ilustres representantes do *establishment* médico-psiquiátrico do início do século XX. Juliano Moreira (1873-1933), diretor do Hospício Nacional dos Alienados desde 1903 e o mais eminente dentre os psiquiatras brasileiros do início do século, é considerado um dos pioneiros da psicanálise brasileira e um dos seus divulgadores (cf. capítulo 8). De fato, os historiadores do movimento psicanalítico são unânimes em afirmar que Juliano Moreira, já em 1899, referia-se às idéias de Freud em sua cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia. Outro importante marco inaugural é a comunicação feita por Moreira à Sociedade Brasileira de Neurologia sobre o método freudiano em 1914. Em 1929, quando foi fundada no Rio de Janeiro a seção carioca da Sociedade Brasileira de Psicanálise, Juliano Moreira, embora de fato não praticasse a psicanálise, foi escolhido seu presidente.

Em São Paulo ocorreu algo semelhante. Franco da Rocha (1864-1933), o grande decano da psiquiatria paulista, fundador do Hospício de Juqueri e catedrático da Faculdade de Medicina, foi o autor do primeiro livro escrito no Brasil sobre as teses freudianas – *A doutrina pan-sexualista de Freud* –, publicado em 1920. Diz-se, inclusive, que já nos anos 1910 incluía a doutrina freudiana em seus cursos de psiquiatria. Do mesmo modo que Juliano Moreira, quando, em 1927, a Sociedade Brasileira de Psicanálise foi fundada em São Paulo por Durval Marcondes (1899-1981), Franco da Rocha foi escolhido seu presidente. Durval Marcondes, responsável pela institucionalização da psicanálise em São Paulo no final dos anos 1930, atribuiu aos ensinamentos do grande mestre seu interesse pela nova teoria. A sociedade fundada por Marcondes em 1927 obteve um reconhecimento provisório da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) em 1929. Segundo relatos da época, a recém-fundada sociedade conheceu um grande sucesso junto à elite paulista, tendo suas reuniões freqüentadas por artistas, intelectuais e *socialites*, virando assunto das colunas sociais. Apesar

de seu sucesso mundano, acabou se dissolvendo após um breve período de funcionamento, já que, com a exceção de Durval Marcondes, não havia, por parte dos seus aderentes, um real interesse pela formação em psicanálise.

Foi Marcondes o responsável pela chegada a São Paulo, em dezembro de 1936, de Adelheid Koch (1896-1980), médica judia recém-formada pelo antigo Instituto de Psicanálise de Berlim, então já "arianizado" e rebatizado como "Instituto Göring". Koch se tornou a primeira ANALISTA DIDATA em solo brasileiro, responsável pela constituição de um *study group* autorizado pela Associação Psicanalítica Internacional (IPA), que, em 1951, se transformou na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Nas sociedades de psicanálise filiadas à IPA chama-se ANALISTA DIDATA o psicanalista autorizado a analisar os futuros psicanalistas no decorrer de sua formação.

A história do movimento psicanalítico carioca vai ser diferente. Ao contrário de São Paulo – onde a mais importante figura associada à difusão das idéias psicanalistas, além de Franco da Rocha, era Durval Marcondes, jovem psiquiatra ainda desprovido de prestígio e *status* no campo –, no Rio, vários dentre os grandes nomes que compunham o *establishment* psiquiátrico em vias de constituição se interessaram pela nova doutrina. É verdade, porém, que o vínculo prioritário desses personagens era com a medicina, grande fonte de prestígio e legitimidade. A psicanálise ocupava um lugar secundário, como um saber ou uma prática acessórios à psiquiatria. Por isso não havia interesse na criação de uma *corporação psicanalítica*, isto é, de sociedades de formação.

Além de Juliano Moreira, Henrique Roxo (1877-1969) (cf. capítulo 8), catedrático de psiquiatria da Faculdade de Medicina a partir de 1911, introduziu a doutrina freudiana em seus cursos. Seu sucessor na cátedra, Maurício de Medeiros, utilizou amplamente a psicanálise em sua prática. Antonio Austregésilo, médico do antigo Hospício e primeiro catedrático de Neurologia da Faculdade de Medicina, escreveu vários livros em que expôs, entre outras, a teoria psicanalítica. Arthur Ramos (1903-1949), discípulo de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) – considerado o fundador da medicina legal brasileira –, utilizou amplamente a teoria psicanalítica em seus estudos antropológicos sobre a cultura negra. Mais tarde foi catedrático de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal e chefe da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral da Educação e Cultura do Distrito Federal. Julio Porto-Carrero (1887-1937), o maior de todos os divulgadores da teoria freudiana e o único dentre os pioneiros a praticar a psicanálise e intitular-se psicanalista, foi catedrático de Medicina Legal na Faculdade de Direito. Todos foram membros da Academia Nacional

de Medicina – Antonio Austregésilo será mesmo seu presidente – e da LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL.

LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL: fundada em 1923 por Renato Kehl (1889-1974), a Liga Brasileira de Higiene Mental surgiu num contexto em que a elite intelectual brasileira procurava construir um projeto para a nação baseado no binômio educação/higiene – um contexto em que se acreditava numa solução racional-científica para os males do país. Nos anos 1930, a Liga, comandada por psiquiatras, encabeçou o movimento pela aplicação dos preceitos eugênicos à população brasileira.

Duas características dessa primeira fase de introdução da psicanálise no Brasil nos chamam a atenção. Em primeiro lugar, o fato de uma doutrina como a psicanalítica, aparentemente tão subversiva, seduzir figuras notáveis tão bem estabelecidas do campo médico. A outra é a vinculação desses pioneiros com projetos pedagógicos e higiênicos.

Como vimos, Arthur Ramos teve importante cargo na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Durval Marcondes dirigiu nos anos 1930 a Seção de Higiene Mental Escolar em São Paulo. Ulisses Pernambucano (cf. capítulo 16), grande nome da psiquiatria pernambucana e também considerado um dos precursores da psicanálise, foi diretor da Escola Normal de Pernambuco em 1923, onde fez importante reforma pedagógica. Júlio Porto-Carrero foi colaborador assíduo da Associação Brasileira de Educação. Mesmo quando a questão pedagógica não era explícita, a visão da psicanálise como uma espécie de "ortopedia moral" era o que prevalecia.

Júlio Porto-Carrero foi o responsável pela criação de uma clínica psicanalítica na Liga Brasileira de Higiene Mental em 1926 e, no decorrer dos anos 1930, revelou-se feroz defensor das idéias eugênicas. Essa convivência entre psicanálise, higiene e eugenia parece inexplicável ao nosso olhar contemporâneo. Torna-se mais compreensível quando se levam em conta as preocupações desses médicos do início do século, obcecados em viabilizar um projeto "civilizador" e modernizador para o país. A teoria psicanalítica, apesar de seu viés subversivo (ou mesmo por causa dele), era capaz de fornecer uma alternativa moderna e científica para os preceitos da moral tradicional, vistos como arcaicos e ultrapassados.

A psicanálise, como fator de modernização e "civilização", logo ultrapassou as fronteiras da academia e da corporação médica. Livros de vulgarização começaram a ser publicados, surgiram colunas sobre o tema em revistas femininas, programas radiofônicos começam a ir ao ar.

Toda essa difusão leiga da psicanálise se dá em meio a um interesse generalizado pela chamada "questão sexual". No decorrer dos anos 1930 ,assiste-se à realização de cursos populares sobre sexologia, de comemorações especiais como o "Dia do Sexo", de emissões radiofônicas sobre sexo e

campanhas de educação sexual. Em termos de mercado editorial, pode-se falar num *boom* sexológico. Em meio a obras de sexólogos de renome surgem livros sobre Freud (como na coleção "Freud ao alcance de todos", da editora Calvino), ou de autoria do próprio Freud e de seus discípulos. O primeiro livro publicado pela Editora José Olympio em 1932 foi *Conheça-te pela psicanálise,* do psicanalista americano J. Ralph. Na década de 1930 são publicados dez volumes com cerca de 50 títulos de autoria do próprio Freud, entre conferências, ensaios, artigos e livros. Além destes, muitos títulos de autores brasileiros sobre psicanálise são publicados. Porto-Carrero foi um dos precursores que mais publicou títulos psicanalíticos. Outros autores que se enquadram na categoria de divulgadores da nova doutrina são, além de Franco da Rocha, Antonio Austregésilo e Arthur Ramos. Em meio a esses personagens ilustres destaca-se a figura de Gastão Pereira da Silva (1897-1987).

Pereira da Silva foi um dos primeiros psicanalistas do Rio de Janeiro, tendo iniciado sua prática nos anos 1930, sem nunca ter feito formação em qualquer das sociedades de psicanálise fundadas posteriormente. Afirmava ter praticado "medicina em lombo de burro" no interior antes de interessar-se pela psicanálise no final dos anos 1920. Com o intuito explícito de tornar a doutrina freudiana acessível ao leitor comum, publicou em 1931 o livro *Para compreender Freud*. Esse primeiro livro de Pereira da Silva – que em 1942 estará na sua sexta edição – foi publicado às expensas do próprio autor. Os livros seguintes serão publicados por editoras diversas, incluindo a prestigiosa José Olympio. Dentre os inúmeros títulos de sua autoria encontramos *Lenine e a psicanálise*, *Crime e psicanálise*, *Neurose do coração, Educação sexual da criança*, *A psicanálise em doze lições*, *Conhece-te pelos sonhos*, *O drama sexual dos nossos filhos*, *Vicios da imaginação* e *O tabu da virgindade*.

Além dos livros, Gastão manteve intensa atividade na imprensa escrita. Em 1934 criou na revista *Carioca* a coluna "Psicanálise dos sonhos", ilustrada por uma fotografia de Freud. Na revista *Vamos Ler* manteve uma coluna intitulada "Página das mães". Posteriormente colaborou na revista *Seleções Sexuais* com a seção "Confidências". Ainda nos anos 1930, manteve durante três anos o programa "No mundo dos sonhos", na Rádio Nacional, no qual, segundo suas palavras, "radiofonizava os sonhos [enviados pelos ouvintes], como se fossem pequeninas histórias, em *sketchs*, interpretadas pelo *cast* do radioteatro daquela emissora". Escreveu radionovelas que foram ao ar e ainda criou um "Curso de psicanálise por correspondência".

Pode-se dizer que a extensa produção de Gastão Pereira da Silva indica a existência, na época, da demanda por uma espécie de auto-ajuda

psicanalítico-sexológica que parecia fazer bastante sucesso. A difusão entre os leigos, portanto, pelo menos no Rio de Janeiro, antecipou em alguns anos a institucionalização da nova prática.

Em São Paulo, o movimento de institucionalização surgiu mais cedo, tendo em Durval Marcondes sua figura central. Em dezembro de 1936, a partir do contato estabelecido por Marcondes com a IPA, a jovem psicanalista Aldelheid Koch chegou à cidade de São Paulo com a tarefa de formar o primeiro grupo de psicanalistas oficialmente autorizados em solo brasileiro. Koch iniciara em 1929 sua formação no prestigioso Berliner Psychoanalytische Institute, a mais prestigiosa instituição de formação em psicanálise na época. Entre 1934 e 1935, entretanto, o Instituto Berlinense foi "arianizado" por decreto do governo nazista. As obras de Freud e outros analistas judeus foram queimadas em praça pública. Koch foi obrigada a se filiar diretamente à IPA e, aos 40 anos, recém-autorizada como analista, fugiu da Alemanha com a incumbência de iniciar o treinamento oficial de analistas no Brasil, formando o embrião da futura Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, que foi reconhecida pela IPA em 1951.

É importante lembrar que na São Paulo dos anos 1920 as idéias psicanalíticas circulavam no movimento MODERNISTA. As grandes figuras do movimento, Oswald (1914-1972) e Mario de Andrade (1893-1945), leram Freud e assimilaram suas idéias em maior ou menor grau. A própria idéia de antropofagia parece ter se inspirado em um dos grandes clássicos freudianos – *Totem e tabu.* Além dessa difusão junto às vanguardas artísticas e intelectuais, a nova doutrina estava presente em espaços institucionais não médicos que certamente contribuíram para sua maior aceitação e difusão. Em 1938, Durval Marcondes fundou a Clínica de Orientação Infantil no Serviço de Higiene Mental da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por ele dirigido. Nessa clínica, supervisionava e formava educadoras, que aprenderam a encarar a criança e sua família a partir do ponto de vista psicanalítico. No ano seguinte a psicanálise foi introduzida como disciplina no curso de sociologia da Escola Livre de Sociologia e Política, de novo sob a responsabilidade de Durval Marcondes e Aldelheid Koch.

O MODERNISMO foi um movimento que congregou artistas e intelectuais no início dos anos 1920 em torno de uma proposta estética de ruptura com o academicismo reinante na época e, a partir dessa ruptura, de uma nova visão acerca da nação brasileira e da identidade nacional. Tem seu momento culminante na Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, congregando, além dos citados Oswald e Mario de Andrade, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Manuel Bandeira e Heitor Villa-Lobos, entre outros.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1940, um pequeno grupo de médicos tentava trazer um psicanalista autorizado para dar início à formação de psicanalistas cariocas. Entre estes estavam Danilo (1916-1989) e Marialzira Perestrello (1916-), Alcion Bahia (1911-1974) e Walderedo Ismael de Oliveira (1917-). Após algumas tentativas frustradas, o grupo rumou em direção à Argentina em busca de formação junto à Sociedade de Psicanálise de Buenos Aires. Somente no final dessa década chegaram dois psicanalistas enviados pela IPA para dar início à formação de analistas. O primeiro a chegar, em fevereriro de 1948, foi Mark Burke (1900-1975), membro da Sociedade Psicanalítica Britânica, e o segundo, em março de 1949, foi Werner Kemper (1899-1975), membro da Sociedade de Berlim. Dois anos depois, um desentendimento entre os adeptos de um e outro analista formou dois grupos, um dirigido por Kemper e outro por Burke. O grupo do analista alemão foi reconhecido em 1955 pela IPA como Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – SPRJ. Burke retornou à Inglaterra em 1953, em meio a boatos sobre sua sanidade mental. Seus seguidores se juntaram aos analistas formados em Buenos Aires, e o grupo foi reconhecido em 1957 como Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ. Foram assim formadas as duas sociedades psicanalíticas que dominaram a cena da formação no Rio de Janeiro até os anos 1970. Ao contrário da sociedade paulista que, coerente com os vínculos desde cedo estabelecidos com o meio não médico, admitia candidatos "leigos" desde sua fundação, as duas sociedades cariocas foram monopolizadas pelos psiquiatras que, a exemplo das sociedades americanas, exigiam de seus candidatos a posse de um diploma de medicina. Como se pode perceber, a calorosa recepção da psicanálise pelo *establishment* médico carioca não foi sem conseqüências, e esse vínculo privilegiado com a psiquiatria será a marca do movimento carioca.

Curiosamente, entretanto, a abertura aos não-médicos conferiu ao movimento paulista e à sociedade lá fundada um alto grau de estabilidade e relativa tranqüilidade, quando comparado ao seu congênere carioca. No Rio, como vimos, desde logo armou-se uma dissidência – duas sociedades são formadas no lugar de uma. Além desse começo já turbulento, em 1953 foi fundado um instituto dissidente, vinculado à linha "culturalista" norte-americana (dissidência das sociedades "oficiais"), o Instituto de Medicina Psicológica – IMP. Em 1968, Kattrin Kemper (1905-1978), esposa de Werner, abandonou a SPRJ e fundou, no ano seguinte, com alguns de seus analisandos, o Círculo Psicanalítico da Guanabara, mais tarde Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. O Círculo iniciou em 1972 sua primeira turma para formação em

psicanálise, também aberta a "leigos". Em 1971, um grupo de psicólogos que estudavam e faziam supervisão com psicanalistas da SPRJ fundou a Sociedade de Psicologia Clínica, que oferecia formação *exclusivamente* para psicólogos.

Estamos chegando aos anos 1970. É esse o momento de maior obscurantismo da ditadura militar que havia se instalado em 1964. A Censura, a repressão e a tortura de presos políticos chegaram a seu auge. Ao mesmo tempo, a psicanálise, que, como vimos, já vinha se difundindo desde pelo menos os anos 1930, conquistou definitivamente os corações e mentes das camadas médias letradas dos grandes centros urbanos.

Assitiu-se a uma verdadeira corrida ao divã. As análises em grupo proliferaram, para atender à crescente demanda daqueles que não podiam pagar as caras sessões individuais. Os psicanalistas começaram a freqüentar a mídia, a TV, e, como personagens, as novelas. As pessoas se interessavam por psicanálise, consumiam psicanálise, falavam de psicanálise, e começavam a pensar sobre si mesmas a partir da psicanálise. Como entender essa convivência, até certo ponto pacífica, entre o obscurantismo político e a busca de liberação "interior"?

A resposta mais fácil tem sido explicar a volta sobre si mesmo pelo fechamento político. Isto é, a repressão política, impedindo uma preocupação com o que estava "lá fora", na sociedade, obrigou as pessoas a se preocuparem exclusivamente com o que estava "dentro", com sua vida interior, sua psicologia. Em suas versões mais diluídas, esse tipo de interpretação equaciona fechamento político e "psicologização". Acho importante, entretanto, tentar entender o que pode ter significado, naquele momento, "politização" e "despolitização".

De fato, a repressão teve como um de seus efeitos uma despolitização no sentido tradicional do termo. Na década de 1970, porém, já era possível falar de um outro tipo de politização, vinculado ao movimento contracultural que então florescia nos países desenvolvidos do Ocidente. A contracultura redimencionou e deslocou o que até então era considerado "político", politizando questões consideradas "menores", ou não políticas, pela esquerda tradicional, tais como a sexualidade, as relações entre os gêneros, as relações entre pais e filhos etc. Essas questões "menores" produziam uma crítica contundente à chamada "moral burguesa", visando muito mais aos costumes, aos comportamentos cotidianos, aos modos de pensar e sentir, do que à grande e abstrata luta capital *versus* trabalho. Ou seja, esse outro modo de se entender "o político" voltava o sujeito para dentro de si mesmo, levando-o a repensar suas escolhas mais íntimas, seu modo de ser. Deste modo, a interiorização não significava necessariamente "despolitização". Ao contrário, do ponto de vista da "nova

política" contracultural, reformar-se interiormente podia ser interpretado como uma forma de luta política.

Na esteira da expansão psicanalítica – expansão enquanto terapia, enquanto profissão e enquanto modo de compreensão do ser humano –, surgiu e se expandiu uma nova especialidade: a psicologia. Reconhecida como profissão em 1962 a partir do trabalho dos "psicotécnicos", a psicologia se psicanalizou velozmente, transformando o atendimento clínico ou terapêutico na sua atividade preferencial.

Além de se "psicanalizar", a psicologia também conheceu uma expansão sem precedentes. Em 1974, quando entrou em funcionamento o Conselho Federal de Psicologia, havia 895 profissionais inscritos. Em 1975 esse número subiu para 4.950 e no ano seguinte chegou a 6.890.

Aqui nos voltamos para o desenrolar do movimento psicanalítico na cidade do Rio de Janeiro, local onde o embate entre psicólogos e médicos em torno do monopólio do título de "psicanalista" atingiu contornos dramáticos.

A relação dos novos profissionais com os psicanalistas das sociedades oficiais – que, como vimos, até o início dos anos 1970 praticamente monopolizavam a formação em psicanálise no Rio de Janeiro – era de reverência e ambigüidade. Pouco a pouco se produziu uma "divisão sexual do trabalho clínico", com as psicólogas – mulheres em sua maioria – se ocupando basicamente do atendimento a crianças (afinal, assunto de mulher) e se analisando com os psicanalistas – homens, em sua maioria. De fato, os psicanalistas promoviam ativamente a difusão da psicanálise entre as psicólogas clínicas, analisando-as, oferecendo-lhes cursos e "grupos de estudo", mas negando-lhes o título de psicanalista, prerrogativa dos médicos/psiquiatras formados nas sociedades reconhecidas pela IPA.

Esse monopólio, entretanto, estava com seus dias contados. Dois movimentos ocorridos no decorrer da década de 1970 já indicavam a ameaça que as psicólogas representavam para a corporação psicanalítica tal como ela então se constituía. Utilizando uma linguagem bélica, vamos chamá-los de "invasão argentina" e "invasão francesa".

A "invasão argentina" ocorreu quando um grande número de psicólgos e psicanalistas, vários dentre eles afugentados de seu país pela repressão política, veio se estabelecer no Rio de Janeiro. Trouxeram com eles uma forma de trabalhar com a psicanálise que desafiava a hegemonia das sociedades "oficiais". Por um lado, questionavam os limites tradicionais da psicanálise "ortodoxa" praticada na clínica privada, propondo formas de intervenção

que fugiam a esses limites: com famílias, comunidades, instituições etc (cf. capítulo 30). Por outro lado, trouxeram em sua bagagem uma contundente crítica política ao elitismo e à neutralidade social da psicanálise praticada pelas sociedades vinculadas à IPA.

A partir do final da década de 1970, surgiu uma série de instituições de formação de psicanalistas não "oficiais" cuja clientela vai ser formada principalmente por psicólogas. A hegemonia das sociedades da IPA foi seriamente ameaçada, a ponto de as duas sociedades "oficiais" passarem a admitir candidatos-psicólogos para formação a partir de 1980.

Esse foi também o ano em que o conflito latente entre a face autoritária e a face libertária da psicanálise veio à tona, ocupando as páginas dos jornais e provocando uma séria crise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), a que mais contribuía para a difusão da prática e da doutrina entre os psicólogos.

Desde o início dos anos 1970 corriam boatos sobre a participação de um dos candidatos em formação na Sociedade – Amílcar Lobo – como médico junto aos aparelhos de repressão da ditadura. Denúncias foram formalizadas junto à direção da sociedade e também da IPA, sem que qualquer providência oficial fosse tomada. No final de 1980, numa mesa-redonda promovida na PUC-Rio intitulada "Psicanálise e Fascismo", o caso Amílcar Lobo é trazido a público através da denúncia de um ex-preso político. Dois psicanalistas da SPRJ que participavam da mesa-redonda – Hélio Pellegrino (1924-1988) e Eduardo Mascarenhas (1943-1997) – reafirmaram a denúncia junto à direção da sociedade e acabaram por ser excluídos de seus quadros. No início de 1981, o caso ganhou a manchete dos principais jornais cariocas através do depoimento de vários outros presos políticos e não foi mais possível ignorar a conivência do *establishment* psicanalítico com as atividades de Lobo junto ao DOI-CODI. O desfecho do caso só ocorreu após a redemocratização do país, em 1986, quando o Conselho Regional de Medicina abriu um processo contra Lobo, cassando seu direito de exercer a profissão dois anos depois.

> DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressivo criado pela ditadura militar de 1964 (para maiores informações, ver www.desaparecidospoliticos.org.br).

A crise política e moral gerada pelo caso Amílcar Lobo foi o golpe final de uma série de outros golpes que vinham sofrendo as sociedades ditas "oficiais".

A partir de 1969, quando ocorreu a primeira cisão na SPRJ com a fundação do Círculo de Kattrin Kemper, até 1989, foram criadas no Rio

de Janeiro 18 sociedades de formação em psicanálise não vinculadas à IPA. Destas, 16 surgiram após 1974, e, dentre estas, dez se apoiavam de forma mais ou menos explícita na teoria LACANIANA como fonte de legitimação.

O termo "lacanismo" refere-se a Jacques Lacan, figura emblemática e eminente do movimento psicanalítico francês, responsável por uma releitura da teoria freudiana que redundou numa nova escola de pensamento dentro da psicanálise. Lacan, que fundou em 1963 a Escola Freudiana de Paris, tornou-se um crítico feroz da burocracia das "sociedades oficiais" (comandadas pela IPA), de sua rígida formação de tipo escolar, de sua "medicalização", preconizando um retorno a Freud (cf. capítulo 23).

Curiosamente, a proliferação de sociedades lacanianas ocorreu no Brasil como um todo (embora o Rio de Janeiro permaneça sendo uma espécie de recordista), o que não acontecera no período do monopólio das sociedades "oficiais", nem mesmo na época de maior difusão da psicanálise. Sem contar cinco sociedades paulistas, entre 1982 e 1990 foram fundadas 13 instituições de formação lacaniana nas seguintes cidades: Brasília, Vitória, Salvador, Recife, Belo Horizonte (duas), Curitiba, Teresina, Porto Alegre (duas), Fortaleza e São Luís (duas). Esta informação revela-se ainda mais surpreendente quando se sabe que até l987 só havia sociedades psicanalíticas "oficiais" no Rio de Janeiro (duas), em São Paulo e Porto Alegre, além de núcleos psicanalíticos no Recife e em Brasília.

Mais que a "invasão argentina", portanto, uma espécie de "invasão francesa" – isto é, lacaniana – instrumentou a ruptura do monopólio exercido pelas sociedades vinculadas à IPA (e, no Rio de Janeiro, pelos médicos) sobre o controle e a transmissão do título de psicanalista. Essa reorientação do meio psicanalítico, que atingiu mais fortemente o meio carioca, ocorrida no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, foi, portanto, provocada pela intensa difusão da psicanálise no meio "psi" não médico e entre o público leigo – o que se traduziu numa ampliação sem precedentes do mercado e numa pressão muito forte por parte dos profissionais não médicos pelo acesso ao título de psicanalista. A disputa profissional se desdobrava, assim, em uma disputa teórica – a teoria lacaniana pretendendo substituir a teoria kleiniana (cf. capítulo 23) que até então reinava absoluta nas sociedades "oficiais" – e em uma disputa política pela hegemonia no campo e, conseqüentemente, pela definição tanto da própria psicanálise quanto do ofício de psicanalista.

A definição do que é ser "psicanalista" é uma questão candente desde seu surgimento. Quem pode ou deve atribuir a alguém o título de psicanalista? Sabemos que tudo começou de modo extremamente personalizado em torno de figura de Freud. Com o passar do tempo, a institucionalização tornou-se inevitável, com a fundação da Associação Internacional (IPA) e a implantação de um modelo único de formação. Pode-se falar aí na escolha de uma via

burocrática de legitimação, em detrimento do carisma – que se baseia na autoridade e na legitimidade do "pai fundador" e seus discípulos. A via carismática, entretanto, permanecia como potencialidade sempre presente, expressando-se nos diversos casos de rupturas, dissidências e concomitante fundação de outras escolas ou instituições como a leitura do capítulo anterior nos demonstra. Lacan foi o grande atualizador dessa via, através de sua crítica à rigidez burocrática das sociedades "oficiais" e de seu chamado a uma "volta a Freud", uma volta às origens da psicanálise. O que Lacan propunha não era apenas uma releitura dos textos do pai fundador, mas sobretudo uma revolução no modo de transmissão do título de psicanalista. A via carismática é valorizada em detrimento da burocrática. A psicanálise não pode ser contida nos limites de uma formação pré-programada – tantos anos de análise didática, tantas horas de supervisão, um certo número de cursos. A ênfase na experiência singular de cada candidato implica, além do abandono de esquemas escolares de transmissão, um constante testar de sua adesão irrestrita à doutrina. A formação nunca acaba. O analista deve dar provas constantes de seu compromisso com a causa.

O fundamentalismo lacaniano teve, como vimos, importante papel no redirecionamento do movimento psicanalítico brasileiro. Este conheceu uma efervecência sem precedentes, em termos de produção de textos, encontros, seminários, conferências. Ao mesmo tempo, no que tange à sua difusão entre o público leigo, a psicanálise passou a competir com as chamadas terapias "alternativas" e, no campo psiquiátrico, com uma inclinação cada vez mais pronunciada em direção a uma visão biológica dos transtornos mentais que se alia, na psicologia, à perspectiva cognitivo-comportamental. O futuro do próprio movimento vai depender do modo como irão se estruturar – tanto no campo profissional quanto entre os clientes potenciais – essas duas tendências que expressam, sem dúvida alguma, um novo "espírito do tempo", uma nova forma de conceber o ser humano e suas perturbações.

Indicações bibliográficas

Birman, J. (org.) (1988) *Percursos na história da psicanálise.* Rio de Janeiro: Taurus.

Campos, R. H. F. (2001) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil. Pioneiros*. Rio de Janeiro/Brasília: Imago/CFP.

Mokrejs, E. (1992) *A psicanálise no Brasil – origens do pensamento psicanalítico.* Petrópolis: Vozes.

Russo, J. (2002) *O mundo psi no Brasil* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Nota

Este capítulo é uma versão modificada e abreviada de parte do meu livro *O mundo psi no Brasil.*

Capítulo 25
Interioridade, intimidade: o discurso psicológico na literatura dos séculos XIX e XX

Idilva Germano

A invenção literária do "eu" e as bases românticas das psicologias

A sensação de que somos pessoas singulares, dotadas de uma personalidade própria, com histórias de vida e sentimentos únicos e intransferíveis é tão evidente que a princípio tendemos a banalizá-la, pensando que "sempre foi assim".

Um modo de suspender essa certeza que a vida cotidiana nos dá é considerar que a experiência humana é condicionada pela história e pelas relações que os homens travam entre si em sociedade. Para entender a experiência psicológica moderna, portanto, é preciso considerar a gênese e o desenvolvimento das atitudes, comportamentos, crenças e visões que vieram desaguar no corpo e na alma do homem de hoje. Devemos apreender o modo como nos enxergamos a nós mesmos e nossa relação com o mundo à luz de variados fatores sócio-históricos nem sempre muito claros à primeira vista (cf. capítulo 1).

Um dos fatores envolvidos na produção das "subjetividades" modernas é a literatura e esta se apresenta estreitamente vinculada ao desenvolvimento das psicologias científicas. Embora não seja costume entre estudantes de psicologia pensar esse vínculo, podemos afirmar que as obras de arte e a literatura têm papel importante na consolidação dos modos atuais de ser, pensar e agir que se tornaram objeto de teorização dos sistemas e escolas de psicologia nos séculos XIX e XX.

Na realidade, a leitura de textos escritos em vários momentos da história da civilização demonstra como são variáveis as noções de "eu", "razão", "natureza", "liberdade" e outras que norteiam cada sociedade no seu tempo. Portanto, a "subjetividade" que compartilhamos hoje nem sempre foi assim.

Ela ganhou formas específicas, a partir da transformação das condições de vida e das mentalidades que a antecederam. Deve-se a uma constelação histórica de elementos de natureza econômica, política, filosófica, ideológica e artístico-cultural bastante imbricados e que gostaríamos de apresentar neste capítulo.

Para os nossos propósitos de examinar as origens estéticas, particularmente literárias, do objeto de estudo das psicologias, optamos por delimitar um período que parece mais significativo no tocante à emergência da atual sensibilidade contemporânea. O homem atual gerou-se lentamente a partir do fim do século XVIII, na esteira das profundas mudanças econômicas, políticas e culturais implementadas pela sociedade industrial. De modo simplificado, podemos dizer que o indivíduo contemporâneo e os discursos e práticas construídos para pensar e controlar tal indivíduo são mais bem representados nos textos dos séculos XIX e XX, que traduzem as experiências do indivíduo sob a ordem capitalista (cf. capítulos 1 e 26).

Com efeito, parte do que somos hoje encontra-se "encarnada" na literatura desses dois séculos, revelando alguns princípios que estruturam a nossa subjetividade contemporânea. Um desses princípios é a "predominância da experiência individual subjetiva" e sua conseqüente valorização do íntimo, da vida interior, do espontâneo, da originalidade pessoal, da fantasia, do irracional. Esse princípio vem impregnar a cultura ocidental a partir do Romantismo, uma tendência na cultura que também se estruturou como escola estética a partir do fim do século XVIII, perdurando até meados do século seguinte.

A tendência à subjetivação, iniciada ainda nos Setecentos, se dá em sentido contrário às concepções racionalistas, uniformizantes e abstratas do individualismo defendidas pela Ilustração. Enquanto os iluministas pensavam o homem como sujeito universal de direitos naturais e como sujeito universal do conhecimento, abstraindo a singularidade do indivíduo, os românticos "inventaram" um outro sujeito e um outro individualismo – um *individualismo egocêntrico* – marcados pelo primado da *interioridade*. O indivíduo é agora compreendido na perspectiva de sua experiência interior e esta é profunda, espiritual e fundamentalmente livre. A visão romântica também reconsiderou o cosmopolitismo abstrato da Ilustração, que pensava no Homem (com *h* maiúsculo) independente de sua terra, nação ou cultura. Contra tal padronização, o Romantismo passou a defender um NACIONALISMO concreto feito de diferenças nacionais, culturais e locais singulares.

O NACIONALISMO no Brasil foi bastante influenciado pela poesia e prosa românticas. A obra de José de Alencar é exemplar: ajudou a consolidar a idéia de um Brasil de natureza exuberante e de um povo mestiço heróico, cuja história poderia estar à altura das civilizações do Velho Mundo.

Mais que tudo, o Romantismo revolucionou a concepção da história, afirmando-a como agente produtor das civilizações e culturas. Essa visão da história traz uma nova consciência do tempo humano, ao centrar a reflexão no homem contingente, situado em contextos geopolíticos específicos, e nos espaços e tempos "concretos" que esse homem habita. Essa concepção vai impregnar não somente a literatura estritamente romântica, mas também os romances de matiz realista e, de maneira geral, todo o pensamento moderno. Podemos dizer que o modo como compreendemos a nossa personalidade e a nossa "identidade cultural" e o modo como recorremos à história para darmos conta dos fatos do mundo têm suas raízes no espírito romântico de mais de 200 anos atrás.

De forma mais direta, o ideário romântico vai exercer significativa influência sobre algumas abordagens psicológicas, como as psicologias humanistas (cf. capítulo 19) e outras correntes que tendem a afirmar o valor da vida humana, em sua dimensão de criatividade, autenticidade e espontaneidade. Essas vertentes geralmente opõem-se à visão determinista do homem e aos processos de análise e intervenção adotados por escolas de tradição cientificista.

O processo de interiorização da cultura operado pelo Romantismo revela-se na própria forma literária. O romance também ganha "interioridade", abandonando gradativamente a narrativa episódica de aventuras (a exemplo das *Viagens de Gulliver* e *Robinson Crusoe*) e passando a focalizar os aspectos espirituais e psicológicos da história.

Já se percebe essa interiorização nos romances de Samuel Richardson, escritor inglês autor de *Pamela* (1740), um dos representantes do Pré-romantismo naquele país. Várias mudanças no modo de fazer literatura são observadas nesse romance: a redução da história à cena doméstica; a exploração de personagens comuns (não mais as façanhas heróicas de pessoas excepcionais); e o teor psicológico da história, narrando as vivências e conflitos íntimos das personagens (principalmente, os assuntos do coração). No romance, Pamela é uma criada que evita as estratégias de sedução do filho da patroa e, no fim, é recompensada com o casamento. O argumento serve de base para o escritor examinar os sentimentos e paixões dos envolvidos e transmitir os novos valores morais das camadas médias da sociedade inglesa setecentista. O enredo, tratado de forma introspectiva e confessional, encontrou a empatia dos seus leitores, que reconheceram na obra um veículo dos seus valores e atitudes. Para um historiador da arte,

> A burguesia percebeu imediatamente a importância da nova psicologia e entendeu que suas próprias qualidades mais profundas estavam encontrando

> expressão na intensidade emocional e no teor introspectivo desses romances. Sabia que uma cultura especificamente burguesa só podia ser construída sobre essa base e, portanto, julgou os romances de Richardson não de acordo com os critérios tradicionais de gosto mas segundo os princípios da ideologia burguesa. Desenvolveu novos padrões de valor estético a partir desses princípios, como a verdade subjetiva, a sensibilidade e a intimidade, e lançou os fundamentos da teoria estética do moderno lirismo. (Hauser, 1998: 564-565)

O efeito da "intimidade literária" sobre a sociedade pode ser percebido também no modo como o público passa a ler os romances e a ver seus heróis. Os antigos heróis de cavalaria e de aventuras eram idealizados e muito distantes do homem comum, de modo que não eram usados como modelo para a vida cotidiana. Agora essa distância entre o público e o herói diminui, levando o leitor a se identificar com as personagens de ficção e a compreendê-las como se fossem pessoas reais. As situações por que passam as personagens estão mais próximas daquelas vividas pelo leitor e o interesse pelo destino de cada personagem se dá em nível pessoal, o leitor relacionando os dilemas da ficção com seus próprios dilemas. O próprio autor torna-se íntimo das personagens que cria, às vezes referindo-se a elas como pessoas de carne e osso. Os escritores também desenvolvem técnicas para se aproximar do leitor, criando uma atmosfera de cumplicidade que envolve com freqüência numerosos comentários "pessoais", atravessando a história propriamente dita.

Essa tendência de pensar a realidade do ponto de vista "interior" ganha intensidade na literatura moderna. Independentemente de seu perfil mais "social" ou "psicológico", o romance dos séculos XIX e XX tenderá a enxergar os acontecimentos externos à medida que são interiorizados, isto é, vividos e conscientizados pelas personagens.

Portanto, a literatura desses séculos não somente "representou" a constelação cultural que lhe serviu de base (refletindo os condicionamentos da sociedade de onde emergiu), mas também ajudou a "construir" essa constelação, na medida em que os escritores e suas obras repercutiram sobre a sociedade, modificando os recursos da comunicação expressiva, delimitando públicos, definindo hábitos, além de consolidarem valores, sensibilidades e visões de mundo.

Pode-se, assim, ver mais nitidamente a relação entre o campo literário e o campo psicológico. Os discursos sobre a natureza da mente e as práticas de intervenção psicoterápica, desenvolvidos nas ciências psicológicas a partir da segunda metade do século XIX, derivam de um espírito de interioridade que havia se consolidado a partir da lenta moldagem de práticas que também envolviam o âmbito da escrita e da leitura.

Na Idade Média, principalmente a partir do século XIII, já se encontram indícios da formação de hábitos de introspecção na leitura e na expressão escrita das elites, que parecem revelar o vagaroso processo de afirmação da identidade pessoal e da consciência de si no seio da vida pública. Não somente a leitura e a devoção solitárias, mas também a escrita de confissões, cartas, registros pessoais e memórias familiares do período sugerem a necessidade então emergente de afirmação do eu diante dos destinos coletivos.

O espírito de interioridade intensifica-se nos séculos seguintes em direção à experiência propriamente "moderna" do eu e nesse processo, estão envolvidos os hábitos de ler e escrever das populações rurais e citadinas, que ganham paulatinamente mais acesso aos textos impressos. Em geral, até o início do século XVIII, lêem-se, em voz alta e geralmente em grupo, poucas obras: a Bíblia, livros de oração, alguns almanaques e, em menor escala, a ficção secular. Nesse período, a leitura costuma ser atividade social, reunindo indivíduos em torno de um leitor-orador que decifra um texto para ouvintes freqüentemente iletrados. Os clubes ou gabinetes de leitura passam a atrair as minorias mais educadas, oferecendo um suprimento de obras mais diverso e um espaço mais confortável à leitura. Avançando nos séculos XIX e XX, a operação de leitura restringe consideravelmente seu caráter de oralidade, para tornar-se um "gesto do olho", um procedimento de base mais visual que auditiva. A modernidade impõe o hábito generalizado da leitura íntima, solitária e silenciosa, considerado um suporte significativo da constituição da esfera do privado. Deste modo, o processo de individualização da cultura pode ser acompanhado no âmbito da produção e da recepção de artefatos literários, revelando o universo dos livros como espaço de progressiva valorização da interioridade e de exercício da autonomia individual.

Se considerarmos a relação autor-obra-público como uma relação dialética, cada elemento influenciando e sendo influenciado pelos demais, devemos atentar para variados fatores que levam a essa "progressiva subjetivação da cultura". No campo da produção e do consumo de textos impressos, os fatores econômicos e sociais envolvem a profissionalização do escritor, a especialização do mercado editorial e a ampliação do público leitor por volta do fim do século XVIII. O cenário do capitalismo nas letras apresenta, portanto, muitas diferenças em relação à literatura do Antigo Regime: escritores vivendo de suas obras, produção e circulação de livros de forma impessoal e em função do lucro, e maior número de leitores de livros e jornais.

Nas cidades européias, a ampliação da alfabetização, a difusão de publicações para todos os gostos e perfis de educação e a diversificação das

práticas de escrita vão modelando a consciência de grandes públicos. A ampla difusão da literatura de massa a partir de 1800, na esteira do progresso tecnológico dos materiais, equipamentos e procedimentos da imprensa, e o crescimento da escolarização alargam as oportunidades de leitura de vastos segmentos sociais, não somente os mais ricos. As populações passam a ler mais extensivamente uma grande variedade de materiais impressos – brochuras, novelas, periódicos, jornais, panfletos – e multiplicam-se as oportunidades de leituras mais "intensivas", isto é, leituras mais cuidadosas e reflexivas. Historiadores assinalam uma espécie de revolução na leitura entre os franceses, por volta do fim do século XVIII, associada à recepção de Jean-Jacques Rousseau. *A Nova Heloísa* tornou-se o livro mais vendido do século, emocionando os leitores e levando-os a incorporar as idéias do texto no âmbito de suas próprias vidas. O livro ajudaria a modelar não somente a sensibilidade romântica, mas também o tipo de leitura ativa e criadora de toda uma geração.

O subjetivismo e o sentimentalismo que marcam a escrita de cunho romântico – com ampla aceitação pelos novos leitores – são o resultado do esforço dos escritores para desenvolver uma linguagem própria, diferenciada do gosto clássico e comedido das classes superiores (que antigamente os tutelavam) e, portanto, distintiva de sua individualidade e crescente autonomia material.

Além de os românticos expressarem seu individualismo na revolta contra as convenções estilísticas do gosto aristocrático, eles também o farão na forma de protesto contra os efeitos funestos da nova ordem social sob o primado do liberalismo econômico. Como se sabe, com a Revolução Industrial, as condições de vida nas cidades tornam-se muito precárias para a grande massa trabalhadora e para os pequenos comerciantes. Esse quadro de desigualdade, mecanização da vida e despersonalização (tornando as pessoas meros consumidores e instrumentos para a acumulação de capital) converte-se em objeto da consciência romântica e esta torna patente o antagonismo indivíduo-sociedade, cidadão-Estado. Desse modo, o Romantismo apresenta traços contraditórios entre o espírito revolucionário da burguesia em luta contra as monarquias absolutistas e o conservadorismo que a classe adquire quando plenamente estabelecida no poder. Daí se dizer que o Romantismo é um ideário que reflete as contradições de um mundo em transição.

A evolução dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais a partir de 1830 fornece os fundamentos da ordem social dominante no século XX e da arte e da literatura que expressam as suas tensões. *Grosso modo*, o quadro social é definido pela completa vitória da burguesia (que assume uma posição política

conservadora) e início da luta da classe trabalhadora por seus direitos. Junto com a consciência da classe proletária, surge a teoria socialista, impregnando suas reflexões estéticas de um acento militante, na defesa de uma arte a serviço da revolução.

O cenário de luta de classes, o debate político, o progresso das ciências e a filosofia positivista são alguns fatores que levam a literatura para o exame da realidade social e dos processos psicossociais e, de modo geral, para o combate às formas românticas de expressão, principalmente no que concerne à sua fuga do mundo real e dos problemas sociais. Esse novo quadro gera o romance realista e o naturalista, formas literárias que preconizam um enfoque objetivo do mundo e o fim do culto romântico ao "eu". Os romances de Henry B. Stendhal (1783-1842), Honoré de Balzac (1799-1850), Gustav Flaubert (1821-1880), Charles Dickens (1812-1870), Leon Tolstói (1828-1910) e Fiodor Dostoievski (1821-1881) revelam como a vida social e seus complexos jogos de interesses se tornaram importantes para a consciência dos escritores do século XIX. A psicologia dessa literatura advém da concepção sociológica do homem: a posição de classe das personagens e os problemas de ascensão social condicionam a personalidade e o comportamento dos indivíduos na sociedade.

É bom lembrar que a própria forma do romance torna-se dominante no século XIX, como gênero literário que expressa as novas formas de existência do homem burguês e as relações tensas que ele estabelece num meio social distante dos ideais libertários que tornaram a sua classe vitoriosa historicamente. Algumas teorias sociológicas consideram que o escritor moderno está dialeticamente ligado e em oposição à sua sociedade, daí tender a criar a figura do "herói problemático", que luta contra as estruturas sociais degradadas. Perde ele a dimensão mítica e divina que caracterizava o antigo herói épico e ganha contornos de "anti-herói". Diante do meio social, o protagonista ora hostiliza a sociedade, ora mergulha em seu sofrimento existencial, ora aprende a se conformar com os limites que o meio lhe impõe.

De fato, o desenvolvimento posterior do romance, refratando as transformações econômicas e sociais e a flutuação dos ideários políticos e dos programas estéticos, produzirá personagens, cenários e enredos que espelham a psicologia do indivíduo contemporâneo: ambivalência emocional, fragmentação da personalidade e alienação do indivíduo na sociedade. Os dilemas do homem dos séculos XIX e XX serão abordados em linguagem estética e linguagem científica, ambas se influenciando mutuamente e contribuindo para a invenção do que hoje somos.

Adotando uma perspectiva sócio-histórica, evitamos a crença ingênua em que as escolas de psicologia surgiram "naturalmente" e passamos a atentar para os vários discursos e práticas que forneceram o alicerce para a emergência das teorias psicológicas. Aqui procuramos mostrar que a literatura, em seu duplo caráter de produto e produtora de realidades, contribuiu para a invenção do universo interior estudado pelas ciências psicossociais. Neste sentido, a literatura se torna instrumento valioso para o estudo do homem em sociedade e, conseqüentemente, para a formação do psicólogo.

Literatura e psicologia: espaços de produção das subjetividades contemporâneas

As subjetividades contemporâneas e os discursos psicológicos que as traduzem revelam-se nos temas e nas técnicas explorados pela literatura de ficção. Quais os temas literários que apresentam a nova configuração mental do homem moderno? A resposta vem da própria leitura dos romances escritos a partir do século XIX, que tocam mais fundo a sensibilidade do homem atual.

Neste sentido, *Crime e castigo* (1866), do escritor russo Fiodor Dostoievski, é exemplar. A história desenrola-se em torno de um crime, planejado e executado pelo protagonista, o atormentado RASKÓLHNIKOV. Ex-estudante de parcos recursos na Rússia de meados dos Oitocentos, vivendo as agruras da pobreza e da fome, oprimido com as dificuldades em que vivem a mãe e a irmã, Raskólhnikov vislumbra que seus males podem cessar com a morte da velha usurária Alíona Ivânovna, a quem ele deve dinheiro. Mais que isso, ele está convicto de que é legítimo para um homem intelectual e moralmente superior como ele cometer um crime, se esse crime render em seu lastro um bem maior, uma virtude. Com grandes dúvidas, ele alimenta a idéia do assassinato da velha agiota, argumentando, entre outras razões, que o mundo se livraria de uma velha má e egoísta; que, afinal, ele estaria fazendo um bem à humanidade. Assim, nosso herói mata Alíona com um machado. Mata também a boa e simplória irmã da velha, Lisavieta, que por acaso retorna à casa antes da hora.

RASKÓLHNIKOV: o nome do personagem vem de *raskol* (cisão), que evoca a idéia do homem dividido entre contradições e dilemas morais e metafísicos.

Toda a narrativa se centra nos conflitos interiores de Raskólhnikov, em torno de sua capacidade de realizar incólume esses pensamentos e atos criminosos que intimamente o dominam e maltratam. A razão central para o crime (cometido no final da primeira parte) mostra-se secundariamente

uma questão pecuniária – livrar a irmã de um casamento infeliz e a mãe, das ameaças de uma velhice miserável – e mais um conflito psicológico, entrevisto nos insistentes debates morais travados na mente do rapaz. Pode um homem autorizar a sua consciência a saltar por cima de certos obstáculos socialmente impostos, nos casos em que a execução do seu desígnio (às vezes vital para a humanidade) assim o exija? Em diálogo com o juiz de instrução Porfiri Pietróvitch, Raskólhnikov expõe a sua teoria sobre a relatividade do crime. Haveria duas categorias diferentes de pessoas cujas relações de obediência às normas e leis sociais são de natureza radicalmente diversa. A primeira seria formada por "indivíduos conservadores por natureza, disciplinados, que vivem na obediência e gostam de viver nela"; a segunda é composta por "aqueles que infringem as leis, os destrutores e os propensos a sê-lo", pois, seguindo sua própria consciência, podem violar a ordem estabelecida em nome de "qualquer coisa melhor".

A teoria vem da observação dos grandes homens da História que, em algum momento crucial, se viram na encruzilhada moral de obedecer à lei, mantendo a ordem vigente, ou transgredi-la, criando uma nova lei e uma nova ordem. Seriam os casos de Licurgo, Maomé, Napoleão e muitos outros, que em vez de serem considerados criminosos, tornaram-se verdadeiros heróis e benfeitores na posteridade.

O romance, ao mesmo tempo policial e psicológico, apresenta as dúvidas que surgem a todo instante na mente de Raskólhnikov sobre se ele pertence ou não à categoria dos super-homens. Suas divagações revelam uma visão cindida de si mesmo e seu juízo parece indicar que pertence à classe dos homens vulgares que, iludidos, se arvoram de gênios. Nas passagens reveladoras de seus pensamentos, podemos ver os mecanismos de luta do homem com sua dimensão "subterrânea", que a psicologia moderna em desenvolvimento começava a tematizar:

> Isso da velha é um absurdo! – pensava com veemência, de vez em quando. – Isso da velha é um erro, não pode tratar-se dela. A velha estava simplesmente doente… Eu não queria mais nada senão passar o mais depressa possível por cima do obstáculo… Eu não matei nenhuma pessoa humana; apenas matei um princípio. Um princípio, foi o que matei; mas saltar o obstáculo, não saltei; fiquei do lado de cá… Não soube fazer mais nada senão matar. E nem sequer isso soube fazer. […] Não; a mim dão-me uma só vida e não terei outra; eu não quero esperar pela felicidade universal. Eu quero viver, eu, senão, mais vale não viver. Qual, eu não queria passar em frente de uma mãe famélica, apertando na mão o meu único rublo, à espera da felicidade universal. […] Ah, eu sou um piolho estético, e nada mais […]

porque durante um mês inteiro andei incomodando a Providência, que é infinitamente boa, tomando-a por testemunho de que eu não urdia tramas nem planos para meu proveito, que diabo! mas apenas com os olhos postos num fim magnífico e simpático (1963: 1002).

Crime e castigo já contém os principais ingredientes que compõem a experiência de vida do homem moderno: a dolorosa sondagem do lado obscuro de nossa personalidade, as contradições da liberdade, as veredas tortuosas da consciência, a caudal do inconsciente e dos sonhos, a cisão do sujeito que pensa e deseja coisas díspares e que deve pagar um alto preço psíquico por internalizar os limites imputados pela sociedade e pelas leis do Estado.

Dostoievski capta agudamente como o pólo da regulação social tende a se hipertrofiar nos tempos modernos, operando de forma cada vez mais refinada para limitar os desejos e a liberdade do indivíduo. A experiência de Raskólhnikov é a do indivíduo "duplicado", dividido entre um *eu* racional e crítico e outro *eu* estranho e nem sempre sob controle. Apesar da teoria professada sobre os super-homens, não chegamos a conhecer o real motivo do crime, nem temos certeza se o herói se arrependeu do que fez. Podemos apenas observar que Raskólhnikov é um homem que não se sente no domínio de si mesmo, e que passa o tempo inteiro tentando saber quem é e do que é ou não capaz. Com efeito, o sentimento é de "exílio" de si mesmo, de haver alienado a sua intimidade, isto é, transferido para fora de si o domínio da sua pessoa. A ficção posterior a Dostoievski, de fato, sugere que o lugar do homem moderno é esse local solitário, inseguro e de doloroso auto-exame.

A mediação entre a força monumental da ordem e da lei coletiva e a força premente do desejo inconsciente, capturada por Dostoievski, logo mais se constitui o fulcro do edifício psicanalítico. O indivíduo nascido no século XIX já pode "suspeitar" de si mesmo, desconfiar dos motivos aparentes de suas ações e crer na sua capacidade para distorcer e mascarar seus verdadeiros sentimentos e razões. Essa sensibilidade para os processos de auto-ilusão – não somente no universo do homem singular, mas no âmbito das sociedades históricas – também será modelada pela recepção da filosofia de Nietzsche, da sociologia de Marx e da psicanálise de Freud. Esses autores, embora independentes e examinando

Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900). Nasceu em Röcken (Prússia), localidade próxima a Leipzig. Foi atraído para a filosofia pela leitura de Schopenhauer, sendo influenciado por seu ateísmo e por suas reflexões sobre a experiência estética. É autor, entre outras obras, de *O nascimento da tragédia no espírito da música* (1871), *Humano, demasiado humano* (1878) e *Assim falou Zaratustra* (1884). A filosofia de Nietzsche é marcada pela crítica radical do conhecimento racional tal como se consolidou na tradição que vem de Sócrates e Platão. Sua reflexão incide sobre a própria idéia de verdade considerada como um "ideal" ou valor superior. Para realizar sua crítica, Nietzsche investiga os fundamentos morais da ciência e assinala o campo da arte como modelo alternativo para a racionalidade. (Para informações mais detalhadas, ver Machado, R. (1999).

problemas diferentes, respiram uma mesma atmosfera cultural de ceticismo em relação à autodeterminação da consciência e descobrem o poder que exercem as forças internas latentes, sejam pulsões do indivíduo ou ideologias de classe.

O século XX vai se debater principalmente sobre os destinos da economia capitalista e da sociedade liberal. A partir dos anos 1930, fala-se mais em "crise" do capitalismo e a crítica social e o ativismo político são mais intensos. É um período que busca soluções "radicais": fascismo, comunismo, ditaduras. O campo artístico não está alheio a esse quadro, transferindo seus problemas para o domínio da arte e da literatura, não apenas nos conteúdos das obras, mas também na forma de expressão.

De modo geral, desde os anos da Primeira Guerra Mundial, a arte vinha protestando contra os rumos da cultura e da política ocidental (que culminaram com os horrores da guerra) e contra a linguagem estética da tradição oitocentista, ainda presa às convenções realistas. Assim, os movimentos dadaísta e surrealista vêm defender uma linguagem que funde os domínios da consciência e do inconsciente, valorizando os mecanismos psicológicos, em detrimento dos lógicos, na expressão artística. Os sonhos, o acaso, as associações livres, o automatismo são utilizados como técnicas para a composição da obra, na intenção de transferir os conteúdos mais profundos da mente diretamente para a tela ou o papel, sem a censura do raciocínio ou da gramática. Mais que nunca os artistas estão cientes da duplicidade da existência humana, feita, ao mesmo tempo, de realidade e irrealidade, lógica e fantasia.

Os escritores modernistas tornaram visível o lado obscuro e absurdo da vida, retratando na ficção a ansiedade e a alienação que parecem caracterizar a vivência do homem no século XX. É o caso da obra do escritor judeu, de língua alemã, Franz Kafka (1883-1924). Kafka desenvolveu mais intensamente o sentimento de estranheza já anunciado pelo homem subterrâneo de Dostoievski. Seus textos exploram a aflição do indivíduo moderno, frágil vítima de opressões difusas, mas poderosas, tanto exteriores quanto íntimas, contra as quais se mostra impotente. Seu romance *O processo* (publicado postumamente em 1925) aborda o poder repressivo do Estado e a submissão voluntária que a sociedade moderna exige dos indivíduos. Um certo dia, o bancário Joseph K. (a omissão de seu sobrenome evoca o anonimato do homem moderno) descobre que está sendo processado, embora nunca chegue a desvendar por quê. A primeira frase do romance ilustra o tom irônico com que um fato ilógico – um processo legal sem acusação definida – será tratado ao longo de toda a

obra: “Alguém certamente havia caluniado Joseph K., pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum.”

Enquanto antecipa o poder totalitário do século XX, Kafka também sugere o vago sentimento de culpa e subserviência do homem moderno, levado a se resignar aos imperativos da burocracia, da moral sexual burguesa e de todo o intrincado sistema que conforma o indivíduo à sociedade. O mesmo tom de ironia cruel marca *A metamorfose* (1915), que narra a perplexidade de Gregor Samsa, que se vê, numa “bela manhã”, “metamorfoseado num inseto monstruoso”.

Podemos afirmar que a psicologia e a psicanálise (mas também a antropologia, a filosofia e a teoria política) contribuem para o espírito geral de renovação estética do modernismo e, indiretamente, para novos modos de construção da narrativa. O interesse geral pela psicologia, a discussão sobre a natureza da consciência e as teorias de Freud coincidem com a experimentação de novos métodos e técnicas de composição na literatura de ficção.

Essa ligação é particularmente eloqüente nos romances modernistas de matiz psicológico que, entre 1890 e 1930, exploram estratégias inovadoras para dar conta dos estados de alma, pensamentos, lembranças que vêm à tona na nossa vida cotidiana. Henry James (1843-1916), irmão de um dos pioneiros da psicologia, William James (cf. capítulo 7), procura fazer o registro detalhado da impressão exercida pelos acontecimentos externos sobre a consciência individual. Marcel Proust (1871-1922) vasculha o interior da consciência, principalmente os processos de memória que organizam os episódios dispersos da vida de um indivíduo. James Joyce (1888-1941) e William Faulkner (1897-1962) desenvolvem o “fluxo da consciência”, uma técnica que consiste em monólogos interiores, apresentando o livre movimento das idéias e impressões das personagens à medida que emergem em suas mentes, incluindo pensamentos incoerentes, frases sem sentido e livre associação de imagens. Virginia Woolf (1882-1941), interessada em ressaltar como a vivência do tempo e as circunstâncias externas são impressas na consciência, refina sua linguagem usando mecanismos poéticos como as imagens recorrentes e também restringindo o tempo da ação. No Brasil, se a experiência íntima já pode ser acompanhada nos romances da maturidade de Machado de Assis, ela vai ganhar mais experimentalismo na ficção de Clarice Lispector (1925-1977), que desenvolve uma escrita altamente pessoal, de tonalidade existencialista, onde acompanhamos as reflexões das personagens à procura do significado das suas vidas.

De modo geral, novas formas de contar uma história vão se desenvolver a partir da crescente atenção que a cultura e a arte vão dispensar à dimensão subjetiva, interior, conflituosa e deformadora da realidade. Escritores e teóricos da arte e da literatura vão debater ardentemente as próprias possibilidades da linguagem artística, evitando prender-se aos princípios realistas da tradição. Assim, o romance perde a narrativa linear para se tornar mais livre, mediante o uso de técnicas como *flashbacks* e *flashforwards*, que redefinem a relação entre personagem e tempo; a exploração sofisticada dos pontos de vista, que revela a natureza indefinida da realidade; o planejamento cuidadoso do que informar ou deixar de informar ao leitor, alterando a relação entre o leitor e a obra. No cenário da ficção modernista, pode-se abandonar o enredo, eliminar o herói e até renunciar à tradicional "psicologia" dos romances. Por sua vez, essas novas formas de contar uma história e de compreender o mundo passam a modelar a percepção e a sensibilidade dos leitores, condicionando seu olhar sobre a realidade, seu gosto estético e sua apreensão dos problemas humanos.

Pistas literárias para compreender as subjetividades atuais

Hoje, a crítica cultural tende a considerar que vivemos um momento diferenciado da sociedade moderna, caracterizado por transformações nos modos de produção e de consumo capitalista, nas relações de trabalho, na difusão das informações e também na produção da subjetividade. Nossa sociedade atual é marcada por múltiplos elementos interligados: capitalismo pós-industrial, mercado globalizado, sofisticação dos meios de informação e propaganda, cultura de massa, proliferação de movimentos sociais, ascensão das minorias no cenário político, enfraquecimento das utopias políticas, fragmentação das "identidades" e, até mesmo, formas renovadas de "irracionalismo".

Costuma-se dizer que só é possível conhecer bem as coisas que já findaram. Daí a dificuldade de apreender as experiências que estão em curso e nas quais estamos envolvidos diretamente. A dificuldade de compreensão da sociedade contemporânea, marcada por novas vivências no terreno étnico, das relações de gênero, da consciência e do ativismo ecológicos, do homossexualismo, das relações internacionais etc. transparece nos estudos teóricos. Neste sentido, os vocábulos com o prefixo "pós" ("pós-moderno", "pós-colonial", "pós-crítica" etc.) tentam mostrar que as práticas da cultura

contemporânea rompem de alguma forma com as formas de ser e pensar "modernas".

Assim, apesar da ambivalência do termo "pós-modernidade" e da controvérsia que o cerca, é legítimo pensar que o sujeito contemporâneo está submetido a condições econômicas, políticas e culturais específicas, que afetam a sua forma de estar no mundo e de conhecê-lo.

No âmbito da literatura, a discussão envolve a definição dos traços de uma escrita "pós-modernista". Entre as características pós-modernistas estariam a tendência à mescla indistinta de gêneros (os romances ganham tom de ensaio ou dialogam com outras linguagens estéticas, como a do cinema ou a da pintura), o uso de técnicas como o PASTICHE e a PARÓDIA, a valorização dos gêneros populares ou considerados "menores" (como o romance policial, a história de amor, a ficção científica), a fragmentação da escrita. Alguns críticos assinalam a tendência a uma literatura que expõe as tênues fronteiras entre a escrita ficcional e a historiografia, revelando o caráter narrativo de qualquer história.

> O termo PASTICHE refere-se a uma forma cultural em que estilos e gêneros diferentes são misturados, como uma colagem, a partir da imitação e mescla de fontes originais. Para certos críticos de arte contemporâneos, a produção cultural de nossa época caracteriza-se pela impossibilidade de criar algo realmente novo e singular, traço este associado à perda do sentido de história em tempos de capitalismo tardio. A PARÓDIA refere-se à imitação de um tema ou estilo de uma obra séria e consagrada, com intenção cômica ou satírica. Alguns teóricos têm sublinhado o seu papel crítico sobre as tendências dominantes de uma época. Assim, o aspecto paródico de certas obras de arte atuais teria o efeito de revelar o aspecto ideológico subjacente a qualquer representação da realidade.

Outros críticos observam que a ficção atual explora, no plano ideológico, a perda das certezas humanistas e dos seus ideais, abordando as vivências do homem citadino em qualquer parte do mundo de hoje: o anonimato (o herói sem identidade), a solidão, a errância, o medo, a violência, a falta de projeto político ou de compromisso amoroso para o futuro. Assim, muitos escritores se voltam para o espaço urbano e seus problemas, como resposta desencantada à utopia moderna da cidade racional e harmoniosa.

Desse modo, para os profissionais e estudantes de psicologia, vale a pena recorrer às obras literárias como fonte de inspiração e de pesquisa sobre as complexas experiências do sujeito contemporâneo. As situações ficcionais são capazes de iluminar a realidade que nós psicólogos enfrentamos no cotidiano dos consultórios, instituições e comunidades.

Indicações estéticas

Quais obras literárias um psicólogo deve ler? Para começar, a literatura consagrada pela tradição crítica é um bom caminho de acesso aos textos que foram reconhecidos pela crítica especializada e que tiveram repercussão sobre o gosto e a sensibilidade de um vasto público leitor. O alto valor estético atribuído a tais obras "clássicas" deve-se não somente à qualidade de sua escrita, mas também ao seu poder de expressar a complexidade da condição humana, sob as mais diversas circunstâncias da vida íntima e coletiva.

O estudante de psicologia pode ser bastante instigado pela leitura de alguns romances, além daqueles já mencionados neste capítulo: *Admirável mundo novo* (Aldous Huxley) e *1984* (George Orwell), *O estrangeiro* (Albert Camus), *A consciência de Zeno* (Italo Svevo), *O falecido Mattia Pascal* (Luigi Pirandello), *Mrs. Dalloway* (Virginia Wolf), *Cem anos de solidão* (Gabriel Garcia Marquez), *Crime e castigo* (Fiodor Dostoievski), e duas obras de Franz Kafka (*O processo* e *A metamorfose*).

Consideramos importantes também obras de psicólogos como Skinner (seu famoso *Walden 2*, onde ele constrói uma utopia baseada no comportamentalismo), além daquelas de muitos outros escritores de outros países – uma pequena seleção de uma lista praticamente interminável de obras universais. Mas, fundamentalmente, o aluno de psicologia deve atentar para a realidade de sua cultura, tal como refigurada nas grandes obras da literatura brasileira, como as de Machado de Assis (*Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas, O alienista*), Guimarães Rosa (*Grande sertão: veredas*) e Clarice Lispector (*A hora da estrela*). Os grandes ensaios de interpretação do Brasil também merecem atenção dos psicólogos: Euclides da Cunha (*Os sertões*), Gilberto Freire (*Casa grande e senzala*) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), apenas para citar alguns autores de uma biblioteca que dificilmente poderemos esgotar ao longo da nossa formação intelectual.

Referências

Brabury, M. (1989) *O mundo moderno: dez grandes escritores.* São Paulo: Companhia das Letras.

Bradbury, M. e McFarlane, J. (orgs.) (1989) *Modernismo: guia geral (1890-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Candido, A. (2000) *Literatura e sociedade.* São Paulo: T.A.Queiroz/ Publifolha (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

Chartier, R. (org.) (1996) *Práticas da leitura.* São Paulo: Estação Liberdade.

___ (1990) *A história cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Duby, G. (org.) (1990) *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença,* vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras.

Ginsburg, J. (org.) (1978) *O romantismo.* São Paulo: Perspectiva.

Hauser, A. (1998) *História social da arte e da literatura.* São Paulo: Martins Fontes.

Leite, D. M. (2002) *Psicologia e literatura.* São Paulo: Editora UNESP.

Merriam-Webster's Encyclopedia of Literature. Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster, Incorporated, Publishers, 1995.

Machado, R. (1999) *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Graal.

Moisés, M. (1999) *Dicionário de termos literários.* São Paulo: Cultrix.

Santos, B. S. (1995) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez.

Capítulo 26
A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência

Regina Duarte Benevides de Barros
Silvia Carvalho Josephson

Estamos no século XVIII. A emergência do Estado moderno se dá na confluência de forças que investem no desaparecimento das diferenças, uma vez que, perante este novo Estado constituído pelo capitalismo liberal, todos os indivíduos devem ser vistos como iguais, com as mesmas possibilidades de ascender na hierarquia social. Esta igualdade de direitos frente ao Estado se faz, por outro lado, como exigência de direito às expressões individuais. Como ressalta o romantismo (cf. capítulo 25), todos são também diferentes em suas essências podendo-se almejar lugares destacados na estrutura da nova sociedade. É, portanto, um novo cenário que se apresenta: direito à igualdade aliado à garantia que o Estado deveria dar às expressões das diferentes características pessoais. O indivíduo é, assim, alvo e efeito privilegiado das intervenções e investimentos da sociedade burguesa. Resultante do embate e confluência do exercício de um poder que se exerce como incitação a um modo de viver que individualiza, a experiência subjetiva da e na modernidade instaura as condições de constituição de um modo-padrão de experimentar as relações no mundo, o MODO-INDIVÍDUO. É toda uma tecnologia que toma o corpo do indivíduo para cuidá-lo, extraindo-lhe o conhecimento necessário para melhor assegurar seu funcionamento. Cria-se uma estrutura de vigilância contínua e anônima, fixando e regulando os movimentos e ações de cada um.

O modo de produção capitalista investe, como outros modos de produção expressos em outros momentos, na produção de determinadas formas de subjetividade de tal forma a garantir sua continuidade e expansão. Assim é que certos modos de existência passam a ser hegemônicos porque são, ao mesmo tempo, produtos e produtores do próprio modo de produção e reprodução do capital. A esses modos de existência, próprios do modo de produção capitalista, chamamos MODO-INDIVÍDUO (Benevides, 1994).

Valores individuais complementam-se com realce da espontaneidade e da diversidade dos indivíduos fortalecendo a noção cada vez mais dominante do "caráter individual" da experiência humana. Esta aliança entre o liberalismo

e o romantismo sedimenta-se com as práticas disciplinares em curso que tratavam de examinar, classificar, regular e distribuir, no espaço social, os indivíduos. A sociedade, entendida como soma dos indivíduos, comporia um todo que deveria funcionar para viabilizar tais interesses individuais.

Esse modo de funcionamento da sociedade é, certamente, associável ao que está presente no sistema fabril ligado ao capitalismo fundado na divisão do trabalho, onde peças isoladas eram unidas em um produto final de que o trabalhador não tinha domínio. O fundamental era que o encadeamento produtivo não parasse e, para isso, era imprescindível que cada trabalhador fizesse sua parte para que, no final desse processo, o todo, o produto, estivesse composto. Parte/todo, estratégia que cria a ilusão de uma comunidade – algo que se dá em comum – entre indivíduos.

E é assim que podemos acompanhar, nos meados do século XVIII, a constituição de uma medicina social como estratégia BIOPOLÍTICA centrada no corpo do indivíduo, compreendendo-o como corpo – coletivo – produtivo.

Foucault (1979: 80) refere-se à BIOPOLÍTICA como estratégias colocadas em ação para a administração e controle das populações. Ela não se opera somente através de componentes ideológicos e de consciência, mas investe no somático, no próprio corpo das populações tanto quanto no dos indivíduos. "O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica".

A medicina social e o controle da população

Uma das direções que o desenvolvimento dessa medicina social tomou, conforme destaca Foucault (1926-1984) em sua análise desse movimento na Europa, foi a regulação e organização das grandes cidades européias que sofriam com o aumento acelerado em termos do volume de população que por elas circulavam, e assistiam ao incremento de sua importância político-econômica. As cidades tornaram-se lugares de mercado e produção e, ao mesmo tempo, cenário das primeiras revoltas de camadas da população diretamente afetadas pelo desemprego e pelos efeitos da superpopulação urbana: problemas sanitários, de escassez de moradia, de emprego e de comida. Assim, no capitalismo em ascensão, a importância dessa cidade populosa facilitou uma certa articulação entre medicina e Estado, produzindo como efeito a construção de uma medicina cujo objetivo era conter as agitações sociais que tiveram seu início no começo do século XIX (Foucault: 1979).

As "turbas", como eram nomeados especialmente os movimentos franceses e ingleses que reivindicavam condições de trabalho mais dignas, passaram a causar pânico, pois eram vistas como capazes de atos desenfreados e considerados irracionais. Sobre elas essa medicina investirá seu olhar, numa

tentativa de não mais esquadrinhar apenas os corpos dos indivíduos, mas o corpo das populações, dos grandes grupos que, organizados ou não, lutavam por direitos até então não reconhecidos. Tratava-se, então, de implantar uma BIOPOLÍTICA das populações.

A disciplina é valorizada, pois gerir a população significava fazê-lo de forma minuciosa. Esse Estado de governo, como Foucault o denomina, será definido não mais pela superfície urbana ocupada, como o era até então, mas pela massa da população que se torna um alvo a ser esquadrinhado. O Estado desempenhará o papel de orquestrador-produtor dessa operação biopolítica, com o auxílio da tecnologia disciplinar operada pela medicina, que agregava médicos, cientistas e outros profissionais e funcionava como uma polícia, pois não só difundia as normas para os cuidados com a saúde e a higiene, como também controlava sua correta aplicação.

Já desde o século XVIII, quando ocorria na Grã-Bretanha a chamada Revolução Industrial, o processo de instalação do sistema fabril capitalista instaurou uma violenta transformação na relação homem-trabalho. A "revolução das máquinas" produziu um aumento incomparável da produtividade e uma crescente dependência da produção e do produtor em relação à máquina e ao dono desta, consolidando a hegemonia capitalista.

Observa-se, entretanto, o crescimento de movimentos de resistência a essa mesma expropriação do saber-fazer dos trabalhadores. O tema da resistência é fundamental em nossa análise. Acompanhando Foucault, esclarecemos que a resistência à qual estamos nos referindo é a que se exerce nas relações de poder. Para se configurar uma relação de poder, há que se ter duas condições: o reconhecimento de que o outro (aquele sobre o qual se exerce o poder) é uma pessoa que age e, igualmente, o fato de que, diante dessa relação de poder, todo um campo de respostas, reações, resultados e possíveis invenções pode ser aberto. Desse modo, a resistência é ela mesma uma ação nas relações de poder.

Uma nova maneira de gerir os homens

Às invenções técnicas do século XVIII, acrescenta-se, pois, a invenção de uma nova maneira de gerir os homens, aumentando sua utilidade e enquadramento em um sistema invisível de ordenação da subjetividade. Nessa direção é que Sennett (1988) chama a atenção para a nova configuração que os espaços públicos passam a ter, no século XIX, nessa sociedade em vias

de privilegiar as interpretações do espaço público a partir dos sentimentos e questões privadas e íntimas, de forma diversa da que se dava no século anterior.

Segundo Perrot (1991), foi durante o século XVIII, na Europa, que ocorreu a distinção entre os âmbitos público e privado, quando aquele passou a ser objeto do Estado e a vida privada foi revalorizada, tendo se tornado em espaço para a realização das relações íntimas e pessoais e, igualmente, avaliada como sinônimo de felicidade. Público e privado configuravam-se como esferas espaciais e morais que, embora complementares, exigiam comportamentos diferentes, fazendo com que as populações dos grandes centros urbanos europeus tivessem que aprender que, no espaço público, os modos de funcionamento deveriam respeitar determinados padrões de civilidade definidos, enquanto no espaço privado, o que prevalecia era a expressão do que se considerava ser a transparência das relações pessoais e familiares. O público, a cidade, era um grande teatro, onde se encenavam papéis diferenciados, mas claramente definidos (Sennett,1988).

Essa relação entre público e privado que pode se apresentar como produtora de conflitos, era reconhecida pelos cidadãos, e tal reconhecimento não se configurava como um imperativo que os conduzisse a fortalecer um domínio em relação ao outro: essa diferenciação era aceita e procurava-se manter um estado de equilíbrio entre ambos, buscando-se adequar as regras pertinentes às duas esferas.

É para essa relação, entre público e privado, que Sennett (1988), em sua análise sobre o século XIX, nos chama a atenção. Segundo esse autor, a relação entre esses dois âmbitos, que se apresentava como contornada e definida nos oitocentos, sofre uma transformação em função das mudanças urbanas, econômicas e políticas que se dão nas principais cidades européias no decorrer desse século. Entre outras conseqüências produzidas por tais mudanças, uma se refere ao adensamento populacional dessas cidades: multidões de pessoas que passam a percorrer suas ruas e avenidas, produzindo o acontecimento da relação de seus moradores com pessoas estranhas – os operários, os caixeiros de bancos, os moradores das zonas rurais que vão todos, às cidades, em busca de trabalho. Enfim um novo contingente que toma conta do espaço urbano, quebrando a forma de sociabilidade até então conhecida.

Nasce, então, a sociedade intimista, regulada pela erosão entre o público e o privado: o público passando a ser regulado pelos valores íntimos e familiares do espaço privado, se tornado desqualificado, por não atender

aos desejos e valores da privacidade de transparência e de naturalidade de comportamentos.

E é por meio do "enaltecimento do silêncio", que Sennettt analisa a nova forma com que se apresenta relação entre esses os âmbitos público e privado, e pela qual podia-se "*experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado*" (Sennett, 1989: 43) por essa multidão de estranhos e desconhecidos. O autor nos leva, portanto, a tomar conhecimento das mudanças nos modos de conceber e lidar com os espaços público e privado, articulando-os a outros modos de sociabilidade e de subjetivação.

Essa nova maneira de funcionamento social pode nos levar a pensar que esta era uma forma de controlar ações e expressões individuais e/ou coletivas, e o silêncio pode ser considerado tanto como a expressão de uma interação social ordenada, tanto como um direito daqueles que não queriam ser incomodados: o silêncio era, especialmente, algo que atravessava as esferas do público e do privado, criando o isolamento e a erosão das formas como as relações sociais eram, até então, experimentadas.

A sociedade incide, assim, no vigiar permanente das expressões de cada um, desestimulando comportamentos em público que pudessem revelar o que se passava na interioridade das pessoas. A nosso ver, nesse vigiar das expressões individuais, na não revelação de sentimentos particulares em público, podemos observar em parte a função disciplinadora dos corpos para a qual Foucault nos chama tanto a atenção, pois estamos no século em que as disciplinas passam a administrar os corpos e a população – a biopolítica[2]. As disciplinas ordenam as diversidades, fazendo com que seus efeitos de docilização e de otimização do uso dos corpos sejam máximos e se estendam tão longe quanto possível.

Nesse funcionamento disciplinar, no século XIX, este poder, enquanto técnica de fixação de indivíduos em lugares específicos (hospitais, asilos, escolas, presídios, quartéis, fábricas), incidirá sobre a população em seus vários estratos, pois a disciplina fixa, imobiliza e/ou regulamenta os movimentos. Frente a um crescimento demográfico desordenado ou a movimentos reivindicatórios dos trabalhadores do século XIX, ela atua dominando as forças que se formam a partir dos diferentes modos de organização.

Mas esse poder disciplinar atua, igualmente, nos corpos individuais e nas formas de sociabilidade urbanas, definindo modos de relação entre público/privado, que reverberam até a contemporaneidade, sobre os modos como pensamos essa distinção entre esses dois âmbitos.

As massas em seus movimentos

Gabriel Tarde: a opinião pública e a multidão

A reação dos trabalhadores ao sistema fabril ocorreu, inicialmente, sob o rótulo da criminalidade. Entretanto, logo os operários vieram a perceber que as formas então utilizadas (matar os patrões, assim como destruir as máquinas) eram pouco eficazes, na medida em que não atacavam as causas e não resolviam seus principais problemas como a dura jornada de trabalho e baixos salários, entre outros. Neste sentido, procuraram se organizar em associações de modo a iniciar movimentos para fazer pressão e conquistar suas reivindicações.

Na tentativa de dar uma explicação para o movimento das massas, as teorias da hipnose, da sugestão, do contágio foram, então, bastante empregadas. Outras disciplinas também foram criadas para dar conta dessa nova configuração urbana das cidades européias, tais como a medicina social, o higienismo, a sociologia e a estatística, que tinham a cidade como objeto de pensamento, de intervenção e controle (Pechman, 1991).

Gabriel Tarde (1843-1904), sociólogo e criminologista francês, escreveu vários artigos sobre o comportamento das massas. Em 1893, em "As multidões e as seitas criminosas", Tarde analisa a noção de delito como algo necessariamente influenciado pelo meio social. Tal pensamento era claramente uma reação à concepção, vigente até então, de que o delito era expressão do que havia de mais singular do indivíduo no mundo. Tarde chega a utilizar a expressão "delito de grupo" para se referir aos atos cometidos por indivíduos que, segundo ele, implicariam cumplicidade do meio, já que o eu individual teria necessidade de misturar-se ao exterior para ver a si mesmo.

Ainda nesse artigo de 1893, Tarde estabelece diferenças entre as formas de agrupamentos sociais: os transeuntes de uma rua ou os camponeses numa feira, por exemplo, estariam agrupados fisicamente, mas não socialmente. As pessoas, graças às suas semelhanças de origem social – língua, classe, educação, nacionalidade etc. –, têm a potência para associar-se, mais ou menos, conforme a situação exija, ocorrendo, então, um agrupamento social por difusão imitativa a partir de um centro (líder, chefe). Nascerá aí, segundo ele, a multidão, que poderá chegar a construir uma corporação, caso se mantenha organizada Entre essas duas formas, a multidão e a corporação, Tarde inclui os grupos temporários, com objetivos comuns e regras rígidas (como, por exemplo as reuniões científicas, as academias ou o público de um teatro).

Quando o chefe de uma corporação é considerado um bom chefe, seu nome e suas obras poderão sobreviver, mesmo após sua morte, como algo a ser referenciado e servir, quem sabe, como exemplo. Por outro lado, na multidão só há obediência a líderes vivos. Ainda segundo Tarde, na multidão observa-se um grau menor de inteligência e de moralidade, enquanto na corporação, ao contrário, prevalece um líder organizador, freqüentemente considerado como superior aos demais. Há ainda uma outra diferença entre as multidões e as corporações: por mais que as primeiras sejam instáveis e desprovidas de adesão à tradição, elas são rotineiras, isto é, podem irromper a qualquer momento, opondo-se ao tradicionalismo das corporações.

É de se notar que o tema da criminalidade, discutido por Tarde em fins do século XIX, é associado, nesta época, ao da periculosidade. Isto significa que o indivíduo deveria ser considerado pela sociedade em função de sua suposta natureza e não de seus atos. Desse modo, não apenas os poderes judiciário e policial deveriam se encarregar do controle dos indivíduos, mas também teria que ser criada uma rede de vigilância e correção, encarnada nas instituições psicológicas, psiquiátricas, pedagógicas e médicas.

Em 1898, num artigo intitulado "O público e a multidão", Tarde faz outras afirmações importantes sobre a multidão, diferenciando-se das idéias de Gustave Le Bon (1841-1931). Este último dizia ser o século XIX o século das multidões, enquanto que Tarde considerava que aquele seria o século do público. Segundo Tarde, as multidões eram agrupamentos mais naturais na medida em que nelas os indivíduos se reuniam arrastados por forças irresistíveis da natureza. O público, por outro lado, seria um agrupamento superior, pois não muda ao sabor das variações do meio físico.

Tarde, quase ao final desse artigo de 1898, começa por distinguir as multidões ativas em multidões de amor e multidões de ódio e conclui com exemplos de festas coletivas, onde as multidões, longe de constituírem um mal, são mais úteis do que prejudiciais à sociabilidade. No entanto, em outro trecho do mesmo artigo, ele nos deixa entrever sua preocupação com os efeitos que os movimentos coletivos provocavam à época, uma vez que afirma ser um equívoco valorizá-los, pois, para esse autor, toda iniciativa ou pensamento que tenha valor e mereça consideração surge individualmente, isto é, quando estamos isolados da perigosa influência tanto do público quanto da multidão.

Em outros textos, entretanto, ao formular sua teoria da opinião, Tarde lança concepções para uma sociologia dirigida não aos grandes conjuntos – as multidões –, mas àquela que destaca os fluxos sociais que atravessam os

indivíduos, o que acontece pela homogeneização produzida pela propagação das opiniões veiculadas através dos rápidos e modernos meios de transporte e de comunicação da época (o trem, o telégrafo, os periódicos). Tarde formula seu conceito de opinião e também suas consequências. Para ele, quando uma opinião se propaga, ela produz um efeito de similitude de pensamento, o que faz com que a opinião deixe de ser uma realidade individual e se torne um fato coletivo. Tarde expressava, igualmente, o que era uma preocupação de muitos de sua época: quais seriam os destinos dos movimentos dos operários, insatisfeitos com o que recebiam por sua força de trabalho, e que explodiam aqui e ali? Que focos de resistência ainda subsistiam ?

Movimentos de massa e a organização dos trabalhadores

Entre 1831 e 1848 várias insurreições operárias ocorreram na Europa (Athayde, 1988). São exemplos os movimentos em 1831 e 1834 dos operários de Lyon; em 1847, a fundação da Liga dos Comunistas (com destaque para Marx e Engels); em 1848, na França, intensas lutas entre burgueses republicanos e operários socialistas.

Sabemos que as lutas travadas durante as quatro primeiras décadas do século XIX na França foram marcadas pela tentativa, por um lado, de restauração do Antigo Regime e, por outro, de implantação de governos liberais. Experiência importante, sem dúvida, foi a ocorrida em 1871, demonstrando novamente que aquele final de século ainda reservava surpresas. Em março desse ano, na França, uma insurreição do proletariado, com o apoio da pequena burguesia, organiza o que ficou conhecido como "Comuna de Paris". Os trabalhadores organizaram-se em Comitês de Fábrica, experimentando formas autogestivas inovadoras em seus processos de decisão e enfrentando conflitos existentes no interior do próprio Partido Comunista, pois, muitas vezes essas decisões se contrapunham às do Comitê Central do Partido. Os operários combateram a burocracia, reduziram a jornada de trabalho nas fábricas, abandonadas pelos patrões, e decidiram quanto aos seus salários, fazendo eleição direta para a direção das fábricas (Athayde, 1988).

Portanto, o século XIX esteve marcado, de forma especial, pelos movimentos de massa e que isto significou uma mudança na correlação de forças até então existente. Entretanto, pode-se observar que se mantém dominante o mesmo modo de subjetivação já instaurado, ou seja, o modo de subjetivação individual. Assim, as massas serão tomadas como um conjunto de

indivíduos que, quando reunidos, apresentam certas características peculiares. Tais características serão vistas, por alguns, como distorções da natureza individual e, por outros, como força fundamental para a transformação em uma sociedade mais justa. De qualquer modo, o foco de ação ainda incidirá sobre o indivíduo.

A concepção de público formulada por Tarde nos parece especialmente interessante de ser destacada, por escapar da designação política estrita de sua época, qual seja, a de destacar que o público é o espaço de encontros e confrontos das opiniões e onde acontece a relação social da massa. Precisando melhor, diríamos que o público não seria espaço de relação social da massa, mas o modo de relação social da massa. A massa, ainda que apareça em alguns de seus textos como algo desordenado e intolerante, ao ser relacionada à noção de público, abre uma perspectiva de multiplicidade: a massa não é apenas exaltada e irascível; ela também estabelece diversas relações sociais, cuja efetuação constitui o público.

O que são as massas?

Vinte anos após a revolta da Comuna de Paris, Gustave Le Bon (1841-1931) escreve *La Foule* (1895), traduzido como *Psicologia da multidão* (1954). Nessa obra ele define multidão como sendo o agrupamento de um grande número de pessoas interatuantes que exercem influência mútua, composta por elementos heterogêneos que se ligam e, por esta reunião, formam um outro corpo, tal como as células se organizam e geram um corpo vivo com características diferentes de cada uma delas.

Impressionado com o comportamento das massas, Le Bon procura analisar suas causas e seu funcionamento. Discordando da afirmação de Tarde, para quem o comportamento no interior das multidões ocorre através da comunicação entre emoções e opiniões e é reforçado pela simpatia e pela imitação, Le Bon enfatiza a tese do puro automatismo do contágio emocional, por considerar o comportamento imitativo ainda fortemente individual.

Afirma a lei da unidade mental das multidões com o que explica o poder das massas de transformar o comportamento individual. Segundo ele, imerso na multidão, o indivíduo perde seu autocontrole, atua de modo impulsivo, irracional e, até mesmo, bestial. Forma-se uma "mente coletiva" que se apossa de cada um, produzindo a incapacidade para raciocinar, a ausência do espírito crítico e de discernimento e uma unanimidade da qual cada um

tem consciência e que traz consigo o dogmatismo, a intolerância, o sentimento de poder absoluto e a perda da noção de responsabilidade.

Outro aspecto enfatizado por Le Bon é a "natureza feminina" das massas, pois, em seu seio, o que impera é o impacto das emoções não elaboradas, extremas, súbitas, intensas e muito instáveis. Le Bon acompanha, assim, o pensamento de sua época, segundo o qual as mulheres se distinguem dos homens por serem guiadas por seus sentimentos, por uma sensibilidade exacerbada e pela irracionalidade, enquanto aqueles são dirigidos por sua inteligência, pela razão clara e capacidade de decisão. Como decorrência dessa identificação com a "natureza feminina", os pensamentos que movem as multidões são igualmente simplistas, rudimentares, produzindo uma lógica de nível mais rasteiro.

Ainda como outro fator explicativo para a compreensão da psicologia do comportamento das massas, Le Bon nos apresenta um outro caráter, este externo, que diz respeito à ação dos condutores, pois, para esse autor, as multidões são rebanhos que não dispensam pastores e estes, em sua avaliação, são, em sua maioria, neuróticos, exaltados e a um passo da loucura. O poder que detêm se deve ao prestígio social de que gozam, quer este seja devido à fortuna pessoal, autoridade ou a características pessoais De qualquer maneira, parece se desenhar aí a figura do líder carismático, dominador e condutor a quem as massas entregam seus destinos, características que levaram Tarde a pensar na possibilidade de explicar o fascínio exercido por tais indivíduos sobre as massas, em função de seu poder de serem hipnotizadores, bem ao sabor do pensamento da época.

Freud, a multidão, o líder e a libido

Sigmund Freud (1856-1939) foi um leitor atento e interessado da obra de Le Bon, a qual, segundo algumas análises correntes, juntamente com a comoção provocada pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, teria levado Freud a rever sua teoria do aparelho psíquico, dotando-a de um cunho mais social do que sua proposta anterior. Assim, em 1921, ele escreve *Psicologia de las Massas*, onde analisa as idéias de Le Bon. Inicia seu texto afirmando que a psicologia individual tradicional é, ao mesmo tempo e, desde sempre, uma psicologia social, pelo fato de que, se a primeira busca investigar os caminhos pelos quais os homens tentam

Psicologia de las Massa y analisis del yo (1921) (tradução em espanhol, 1993, Buenos Aires: Amorrortu, vol. 18) mereceu o título, em português, de *Psicologia de grupo e a análise do Ego* (1976, Rio de Janeiro: Imago), onde o termo massa foi traduzido por grupo.

alcançar a satisfação de suas pulsões, é somente em circunstâncias muito especiais que eles abrem mão de conviver com seus semelhantes.

Essa psicologia social, denominada psicologia coletiva, estaria, segundo Freud, em seus passos iniciais e teria um número incalculável de problemas para resolver. Um deles seria explicar o fato surpreendente de que, sob determinadas condições – e estar no meio de uma multidão é uma delas –, os homens se comportem de forma totalmente diferente de sua forma usual, rotineira.

Freud faz, então, três perguntas: saber o que é uma massa; por que meios as massas conseguem influenciar de forma decisiva a vida psicológica individual; e em que consistem essas modificações que se impõem ao indivíduo. Para ele, essa última é a incumbência por definição da psicologia coletiva.

Retomando a idéia de alma coletiva de Le Bon, Freud argumenta que, se os indivíduos na massa se encontram fundidos em uma unidade, deve haver alguma coisa que os une, e essa coisa seria precisamente aquilo que caracteriza as massas. De acordo com ele, Le Bon deixou de lado essa questão e priorizou investir no estudo das modificações sofridas pelos indivíduos quando imersos no meio das massas.

Freud considera que Le Bon indica o caminho para a análise do problema, mas também insiste em que as causas apontadas por ele – o contágio, a sugestibilidade ou o efeito hipnótico do líder ou de suas faculdades individuais – não ficam claras e mereceriam um outro tipo de análise. Assim, traz o conceito de libido para a compreensão da psicologia coletiva e é também nessa ocasião que Freud se distancia radicalmente de Le Bon, que teria reduzido todas as singularidades dos fenômenos sociais a dois fatores: a sugestão recíproca entre os indivíduos e o prestígio do líder.

Segundo Farr (1998), é também nesse momento que Freud reformula sua primeira teoria do aparelho psíquico. Para esse autor, com tal reformulação Freud realizou a síntese entre a psicologia individual e a psicologia social, ao substituir a primeira tópica do aparelho psíquico, organizada segundo as instâncias de consciente, pré-consciente e inconsciente, pela segunda tópica, esta estruturada em termos de id, ego e superego.

Uma outra cena então se descortina, pois a libido, tal como Freud a define, é a base de sua teoria da afetividade, é a energia que possibilita a relação de tudo o que é suscetível de ser compreendido sob o conceito de amor. Amor que, por seu turno, engloba tanto o amor do poeta e seu fim correspondente, que seria a relação sexual genital, como o do indivíduo por si mesmo, o amor paterno e filial, a amizade, o amor pela humanidade e, igualmente, por objetos concretos e idéias abstratas.

Tais relações libidinais se efetuam por meio de um mecanismo que Freud designa como sendo o da identificação. Esta, por seu turno, é, em primeiro lugar, a forma original de ligação com o mundo, com os objetos que o compõem; em segundo, pode ser um substituto para essa primeira relação libidinosa objetal; e, em terceiro, uma manifestação em relação a qualquer nova percepção de uma qualidade comum, partilhada com alguma outra pessoa não objeto direto da pulsão sexual.

É, então, amparado por esse conceito de identificação libidinal que Freud explica o funcionamento das multidões como aquilo que liga seus componentes entre si e faz com que elas sejam, exatamente, multidões: cada indivíduo projeta sobre os outros e sobre o líder a idealização do que cada ego individual estruturou para si próprio.

Freud afirma, pois, a constituição libidinal das massas: "Tal multidão primária é uma reunião de indivíduos que substituíram seu ideal de ego por um mesmo objeto, tendo como conseqüência o estabelecimento, entre eles, de uma identificação geral e recíproca do ego" (tradução nossa. Freud, 1993, *cf.* nota 4).

Pode-se constatar, dessa forma, que Freud rechaça as concepções de Le Bon acerca do contágio mental, como conceito explicador para a união das massas, e a importância decisiva das qualidades pessoais de seus condutores – prestígio ou autoridade –, tanto quanto o poder hipnotizador sugerido por Tarde.

Quanto ao líder/condutor, Freud questiona igualmente a noção de força pessoal ou hipnotizadora do líder, quer isso signifique que ele faça uso da técnica da hipnose ou que exerça seu poder "hipnótico" através de seu prestígio ou de sua autoridade, porque considera que, em qualquer um dos casos, o que transparece é uma relação da multidão impotente com seu líder onipotente. Na teoria de Freud, como já referimos, trata-se de relações libidinais entre cada um dos membros e entre estes e seu líder.

Como já referido, Freud iniciou suas análises sobre as massas a partir da proposta de Le Bon, mas apresentou questões a respeito da natureza do que mantém unidos os componentes de uma multidão e esta com o líder, apresentando uma análise que se centra nas noções de libido e identificação que seriam, em última instância, o cimento de todas as relações sociais e estariam na base dos movimentos de massa. Freud igualmente retira as

massas do lugar da impotência e deixa transparecer sua potência, não mais subserviente aos desejos do líder, visto que são os indivíduos que o forjam e a ele outorgam poder.

Reich, as massas, a repressão sexual e a revolução social

Prosseguindo na trilha aberta por Freud, um outro psicanalista, Wilhelm Reich (1897- 1957), dedica-se a elaborar uma teoria sobre o comportamento das massas. Reich foi colaborador de Freud e membro da Associação Psicanalítica Internacional, bem como do Partido Comunista Alemão, tendo sido, em 1933, expulso de ambas as associações. Era leitor de Marx e Engels e tentou fazer a fusão entre a psicanálise e o marxismo.

Da mesma forma que Freud, Reich considera as neuroses como fruto da repressão moral e social imposta às pulsões sexuais. Diferencia-se de Freud e dos psicanalistas de seu círculo, entretanto, quanto à forma de resolver essa questão, pois, segundo ele, o círculo psicanalítico dirigido por Freud atribuía pouca importância à libido – a energia erótica –, o que, em sua concepção, teria levado à domesticação do sexo e à sua adaptação aos ideais capitalistas burgueses.

Sua proposta para resolver esse problema da repressão sexual é a de promover uma revolução social para acabar com essa sociedade patogênica, idéia rejeitada por Freud por considerar que isso equivaleria a um comprometimento do analista, rompendo com a neutralidade característica da psicanálise (Châtelet, 1983).

Reich insiste em que não é pela sublimação dos instintos que a repressão sexual pode ser superada, pois isso redundaria em uma resignação. Para ele, ao contrário, é preciso liberar a energia libidinal e, por isso, ele concentra seus estudos sobre a família – autoritária e patriarcal –, considerada como o lugar primário da repressão, do conservadorismo e, também, correia de transmissão entre a estrutura econômica burguesa e sua superestrutura ideológica. A família, portanto, ocupa o lugar central de sua análise política pelo fato de desempenhar o papel de reproduzir a ideologia que leva à repressão sexual.

Instigado pela ascensão do nazi-fascismo, em 1933 Reich publica seu livro *Psicologia de massas do fascismo* onde lança a tese de que as massas não foram iludidas, elas não se enganaram e não foi por desconhecimento que aceitaram o fascismo. Tampouco credita a expansão do fascismo a uma política ou um projeto econômico estatal falidos: naquele momento e naquelas

circunstâncias, as massas desejaram o fascismo. E o desejaram e apoiaram porque o nazi-fascismo apresentou-se sob uma forma que reproduzia a moral repressora da família patriarcal, autoritária e nacional, presente na base da estrutura psicológica que organiza a classe média e o proletariado alamãos. Em outras palavras, o nazi-fascismo explorou a angústia sexual, expressão de uma estrutura de grupo, efeito da repressão sexual, presente nas famílias, na Igreja e no Estado, mostrando que o fascismo oficial somente reproduzia os fascismos e autoritarismos cotidianos e recorrentes nas relações familiares e grupais da época (a Igreja aí incluída).

Reich, em sua tentativa de fundir psicanálise e marxismo, buscou articular a libido, o desejo individual, com a política, procurando demonstrar que os instintos humanos são formas aptas a receberem conteúdos sociais e se estruturam principalmente pelas relações com os pais e professores e, a partir daí, adquirem seu caráter definitivo. Isto é, são as ideologias que atravessam os grupos componentes da sociedade que fornecem a direção, indicam o caminho que a libido deve seguir. Por isso Reich assimilava a luta sexual com a luta de classes, preconizada pelo marxismo, em sua proposta de desafiar a ideologia e os costumes burgueses da época.

Canetti, as massas e sua função positiva de descarga

Até então, temos falado das massas através de autores preocupados em analisar sua natureza, o que as move, o que as mantém unidas. Mesmo considerando as particularidades dos autores aqui analisados, podemos constatar que sobressai uma forma de ver as massas segundo um viés negativo, como ligadas à irracionalidade, à impotência e à sujeição a líderes e a ideologias. Um outro autor, Elias Canetti (1905-1994), traz uma perspectiva diferente em seu enfoque sobre as massas.

Canetti, no livro *Massa e poder* (1983), destaca que o homem se insere na massa para escapar do medo diante do estranho. As massas, assim, só existem a partir da "descarga", momento no qual todos se despojam de suas diferenças e sentem-se iguais. O autor destaca quatro características da massa: ela sempre quer crescer; no seu interior reina a igualdade; ela ama a densidade; e ela necessita de uma direção. Tais características estariam presentes sempre que uma massa se formasse. Entretanto, seu arranjo é variável, conformando diferenciações. Assim, as massas podem ser abertas ou fechadas, rítmicas ou estancadas, invisíveis ou visíveis. Elas ainda podem ser classificadas segundo

seu conteúdo afetivo: massas de perseguição, de fuga, de proibição, de inversão, de festa.

O que nos chama a atenção na formulação de Canetti é a pluralidade de formas e composições possíveis da massa. Nessa variabilidade ela é apresentada com o sentido de "dignidade e responsabilidade", ao contrário do modo habitual como é tratada, ou seja, como selvagem e destrutiva.

Deleuze, Guattari, as massas e os sentidos molar e molecular

Mas, aqui, ainda estamos tomando a massa no sentido usual que lhe é atribuído, seu sentido molar (representação que define grandes conjuntos). Deste ponto de vista, poderíamos dizer que as massas, no século XIX, acumularam algumas conquistas. Isto não implicou, no entanto, uma problematização dos modos de subjetivação que estavam em curso quando tais operações se processavam. Pensar a transformação social como processo "paralelo" ao da transformação dos modos de subjetivação manteve a dualização entre esses registros. Assim, mesmo nesse século em que os movimentos de massa trouxeram importantes conquistas para os trabalhadores, tendo criado, em especial, propostas de sistemas políticos aliados aos seus interesses – uma sociedade mais justa e igual para todos –, permaneceu o "modo individual" como o predominante na produção das subjetividades.

Se acompanharmos Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992) no texto *1933 – Micropolítica e segmentaridade* de 1996, teremos uma outra análise marcada pela indissociabilidade entre os âmbitos da transformação social e da produção de subjetividade. Para esses autores, tanto a sociedade quanto o indivíduo são atravessados, ao mesmo tempo, por duas ordens de organização do *socius*: uma molar e outra molecular. Esta idéia de simultaneidade ou coexistência entre tais ordens aponta para o fato de que tudo é, ao mesmo tempo, macro e micropolítica.

Gilles Deleuze (1925-1995), filósofo francês, foi professor de Filosofia na Universidade de Paris VIII, após defender, em 1969, sua tese principal intitulada *Diferença e repetição,* publicada em livro. Lecionou até 1987, data de sua aposentadoria. Também em 1969 conheceu Félix Guattari com quem realizou diversos trabalhos e escreveu livros, dentre os quais destacamos *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* e *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*.

Félix Guattari (1930-1992), pensador e analista francês, desenvolveu uma obra que circula pelos campos da arte, da filosofia, da psicologia e dos movimentos sociais. Como analista esteve inicialmente ligado à psicanálise de Jacques Lacan. Na década de 1960 criou o movimento da Análise institucional, uma crítica contra o lacanismo, que se radicalizou quando de seu encontro com Gilles Deleuze, com quem trabalhou e escreveu livros.

Assim, em uma organização molar, onde há a predominância das formas instituídas e superestabilizadas, existem, concomitantemente, segmentações finas, afetos inconscientes que operam em nível molecular. Tomando o exemplo das classes sociais ou o dos sexos, o que se vê é que, para além (ou aquém) das divisões visíveis em que as pessoas são incluídas, tanto em um caso como em outro, introduzem-se agenciamentos moleculares, invisíveis.

> […] os dois sexos remetem a múltiplas combinações moleculares, que colocam em jogo não só o homem na mulher e a mulher no homem, mas a relação de cada um no outro com o animal, a planta, etc., mil pequenos sexos. E as classes sociais remetem às “massas” que não têm o mesmo movimento, a mesma distribuição, nem os mesmos objetivos nem as mesmas maneiras de lutar. As tentativas de distinguir massa e classes tendem efetivamente para o seguinte limite: que a noção de massa é uma noção molecular, que procede por um tipo de segmentação irredutível à segmentaridade molar de classe. Sem dúvida, as classes estão talhadas nas massas, as cristalizam. E as massas não cessam de fluir, de escapar-se das classes […] (Deleuze e Guattari, 1996: 218)

Estamos aqui diante de uma definição de massa pouco usual, já que ressalta os movimentos flexíveis que se efetuam entre organizações molares. O relevo dado por Deleuze e Guattari é tanto para a indissociabilidade das duas ordens de segmentaridade – molar e molecular – quanto para a diferença de natureza, escala e função entre ambas. Visto por este ângulo, ousaríamos afirmar que, ainda que o modo de subjetivação em curso no século XIX e na primeira metade do século XX tenha sido o modo-indivíduo, algumas linhas foram traçadas pelos movimentos das massas – tomados aqui em sua segmentaridade flexível, o que resulta em possibilidades de constituição de outros modos de subjetivação.

Segundo esses autores, Marx e Engels destacaram a organização e a exploração das classes – segmentação do tipo molar –, dizendo que estas remetem a massas que têm objetivos e movimentos diferentes.

No livro *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, Deleuze e Guattari (1976) apontam, por exemplo, que Karl Marx, em sua obra *O capital*, de 1867, mostra o encontro, de um lado, do trabalhador desterritorializado para vender sua força de trabalho, o que se deu pela perda de seus territórios, esta marcada pela desapropriação que sobre ele incidiu em relação aos meios de produção, à terra e aos produtos que fabricava e vendia, a partir da instauração do modo de produção capitalista; e, de outro, o dinheiro decodificado, tornado capital pronto para comprar essa força que se tornou “livre” para vender sua força de trabalho.

A análise de Marx, segundo esses autores, teria possibilitado pensar o encontro desses dois fluxos, fazendo-nos compreender melhor o processo de desterritorialização do capitalismo. Em *O capital*, Marx afirma que o capitalismo só pode se sustentar produzindo continuamente a essência subjetiva da riqueza abstrata. Nesse processo, a produção, por um lado, torna-se um fim nela mesma e, por outro, opera como uma meta limitada, como produção para o capital.

A proposta marxista da propriedade coletiva dos meios de produção, da produção visando atender às necessidades da maioria, da educação gratuita para todos, do fim da propriedade privada da terra, procurou deslocar o olhar do indivíduo para além de si próprio. Na análise que Deleuze e Guattari fazem das contribuições de Marx, isto seria possível porque, na verdade, o modo de subjetivação individualizante, dominante na linha de segmentação dura no capitalismo, não consegue fechar-se por completo: alguma coisa sempre vaza, escapa ou foge.

As massas e sua força desestabilizadora

A nosso ver os movimentos das massas, no século XIX, se constituíram como contraponto fundamental e de resistência ao modo de subjetivação dominante. Diríamos que as forças individualizantes eram as que dominavam, mas outras forças também aí se apresentavam. O fato de as massas serem vistas/pensadas naquele momento como irresponsáveis, incontroláveis, irracionais mostra seu caráter desestabilizador, irruptor. A produção dos discursos da época se encarregou de colocá-las num lugar maldito, a ser expurgado da sociedade, em benefício do bem-estar de cada um e de sua família. Ao perigo das massas serão contrapostos a tranqüilidade da família e o bem-estar individual, reafirmando que na sociedade de então, pensada como igualitária, cada um deve cuidar de seu pedaço, tendo, assim, o seu justo prêmio assegurado. É interessante observar a difusão da equivalência massa = perigo muito difundida no século XIX e a leitura proposta por Deleuze e Guattari nos permite indicar que o que se temia era o processo de desterritorialização provocado pelas massas, já que em seu plano molecular elas são fluxos que se deslocam sem cessar, desmanchando formas instituídas e levando à constituição de outros modos de subjetivação.

Se acompanharmos, então, as análises teórico-políticas, em que o movimento das massas aparece menos como irracionalidade e mais como

deslocamento e provocação de fraturas na realidade constituída, podemos retomar a importância de seu papel histórico de resistência aos processos de exploração e de assujeitamento, estes típicos do capitalismo.

O estudo das massas no Brasil

Se na Europa, no final do século XIX e início do XX, houve a preocupação de tematizar e explicar a questão das multidões, no Brasil, nesse período, a preocupação com o tema ganhou outra expressão. No início do século XX, o Brasil republicano era um país que ensaiava seus primeiros passos rumo à industrialização e iniciava os primeiros grandes projetos de urbanização de suas principais cidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, escolhida por nós como exemplo em virtude de sua função irradiadora das políticas governamentais para outros estados e capitais por ter sido a sede do governo do Brasil, a questão das massas expressa como problema de circulação de pessoas pelas ruas era também vista como algo a ser resolvido.

Massas compostas em sua maior parte por desempregados ou subempregados formavam a base da sociedade. Podemos descrevê-la como uma pirâmide com sua ponta mais afilada composta, de cima para baixo, por banqueiros, capitalistas, empresários, comerciantes e proprietários, seguidos por um setor médio formado por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciários, por um operariado em formação, trabalhadores da indústria nascente, militares e policiais.

Em sua base, bem ampla, encontra-se o enorme contingente dos empregados domésticos, dos vendedores de rua, dos sem profissão definida e dos que vivem de expedientes. Mas é também nesse grupo que estão os ladrões, as prostitutas, os malandros, os bicheiros e os capoeiras, gente que vivia de atividades consideradas ilegais – população em sua maior parte mestiça, os que "sobram" no sistema, a maioria analfabeta, vista como rude, inconveniente e responsável pelo desemprego, na medida em que "entupiam" a cidade e em nada contribuíam para a ordem social, pois eram perigosos e indesejáveis. E foi para ela que se dirigiram os olhos das autoridades e os saberes dos médicos da época.

Esses últimos, principalmente, tiveram uma importância notável nesse momento, pois tomaram para si a responsabilidade do próprio corpo da cidade e da população. Quanto à cidade, procuraram organizá-la segundo uma forma

racional, modificando seu aspecto físico de acordo com os projetos e preceitos importados dos MODELOS EUROPEUS. Quanto ao corpo da população, buscaram curá-lo de sua mais grave doença: ser mestiço, indolente, perigoso e bárbaro. Tratava-se, então, de gerir e administrar esse povo e essa cidade de modo a colocá-los no caminho da civilização.

As obras propostas por Pereira Passos (1863-1913) seguiram o projeto com que o Barão de Haussman (1809-1891) modificou Paris na segunda metade do século XIX.

Nessa terapêutica para lidar com o corpo doente do povo mestiço, as teorias raciais surgem como modelo explicativo, fazendo parte das discussões e embates entre intelectuais e políticos da época, na esteira do que já acontecia na Europa desde meados do século XIX. Os homens da ciência, junto com os doutores da lei, adaptaram idéias estrangeiras para dar conta do paradoxo resultante da assimilação dessas teorias: como aplicar as teorias que condenavam o cruzamento racial a um povo que já estava miscigenado desde 1500?

Tais teorias, apoiadas em ideais eugênicos, ressaltam que as misturas raciais indesejáveis explicariam as enfermidades, as doenças físicas e mentais e estariam na origem do alto teor de periculosidade outorgado a essa população mestiça.

Para aperfeiçoar o povo brasileiro, de modo a colocar o país no caminho certo da civilização, duas soluções foram priorizadas: a primeira foi a proposta de purificação, pelo impedimento da miscigenação com as raças inferiores (leia-se negros e mestiços), e mesmo a esterilização dos pobres, delinqüentes, vagabundos, loucos e ladrões (as "classes perigosas"); e a outra foi a do embranquecimento progressivo, pelo cruzamento dos mestiços com os brancos superiores (Josephson, 2005).

No período ao qual nos reportamos, após a Proclamação da República, as principais discussões e controvérsias sobre como resolver a questão das massas populares no Brasil passaram por esse debate acerca da qualidade racial no Brasil e serviram para justificar e regulamentar duras hierarquias sociais, deixando clara a aliança que se estabeleceu entre o discurso biológico das teorias raciais e os equipamentos de poder da época.

A polícia republicana tornou-se um aparelho altamente poderoso e importante, cabendo a ela impedir toda e qualquer espécie de ajuntamento popular, pois todos estavam sob a suspeita potencial de promover a desordem. Sob o lema da "garantia das liberdades individuais" movimentos associativos de qualquer espécie eram reprimidos, quer se tratassem de movimentos políticos, religiosos, sociais, recreativos ou circunstanciais (Nader, 1994).

De mãos dadas com os saberes médicos higienistas, cabia ao aparato policial zelar pela ordem, configurando uma tecnologia de governo da cidade, de sua população e de cada indivíduo. Os saberes "psi", nesse momento encarnados na figura dos médicos psiquiatras, tornaram-se aliados em torno das estratégias para controlar e chamar à ordem a massa pobre e miscigenada.

Esses profissionais ganham espaço no território higienista por acenarem com a possibilidade de gerar mapeamentos das identidades, dentro do pensamento científico da época, difundindo a tese da hereditariedade racial. Alguns caracteres imputados aos índios e aos negros – como a indolência, a preguiça e a promiscuidade, tanto quanto a sexualidade exacerbada – eram tratados como heranças biológicas. O estudo dessas características permitia ao saber "psi" separar o normal do desviante, o doente do são, o delinqüente do honesto, fazer outras dicotomizações e indicar a terapêutica que podia ser, inclusive, o isolamento da sociedade.

Segundo a análise de Foucault (1999), tal tecnologia objetivava um controle-gestão dos homens a fim de produzir forças, fazê-las crescer, controlá-las e regulá-las, intervenção necessária para assegurar, na época, a sedimentação e ampliação do capitalismo industrial.

Entre vários de seus efeitos, as regulamentações resultantes dessa tecnologia produziram uma maneira de separar, no interior de uma população, uns grupos em relação aos outros. Elas engendraram cortes, rupturas, no conjunto populacional ao qual se dirigiam e, sustentadas em sua quase totalidade por conhecimentos e procedimentos oriundos das ciências biológicas, promoveram a desqualificação e o extermínio de grupos – caso dos índios brasileiros –, a exclusão de outros do convívio social (como os loucos, por exemplo), ou mesmo a colonização e a dominação de outras tantas populações "diferentes", caso da população negra aqui descrita.

Ainda citando Foucault, surge uma espécie de "evolucionismo social" ao qual as teorias de fundo evolucionista deram suporte científico e que propiciou

> uma maneira de pensar as relações de colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes etc. [...] Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamentos, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los. (Foucault, 1999: 307)

São estratégias e regulamentações relativas ao dispositivo disciplinar que tiveram como efeito qualificar, medir, hierarquizar e distribuir os indivíduos em torno de normas e funções reguladoras, criando categorias com as quais as "anormalidades" no corpo social foram classificadas e controladas sistematicamente: o louco e o são, o doente e o sadio, o apto e o inapto, o delinqüente, o perverso, o criminoso, o perigoso.

Subjetividades, corpos e cidades esquadrinhadas, controladas e normalizadas por tecnologias que podem ser resumidas desta forma: "um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar". Um tipo de ordenação que procurava marcar espaços específicos para os indivíduos a partir do lugar que ocupavam em relação a uma determinada norma (estatística e/ou biológica) e que devia, ao mesmo tempo, obedecer a regulamentações relacionadas ao aumento/manutenção de uma força populacional ativa e produtiva.

Essa ordenação, no Rio de Janeiro, a partir do século XIX apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, esgotos, água, ar, cemitério, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos elementos urbanos atraídos para sua órbita. A higiene revelava a dimensão médica de quase todos esses fenômenos físicos, humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação.

Referências bibliográficas

Athayde, M. (1988) *Processo produtivo, espaço educativo; um campo de lutas*. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB.

Benevides, R. D. (1994) *Grupo: afirmação de um simulacro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. PUCSP.

Canetti, E. (1983) *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos.

Châtelet, F. e Pisier-Kouchner, E. (1983) *As concepções políticas do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Deleuze, G. e Guattari, F. (1996) *Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Editora 34.

___ (1976*) O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago.

Farr, R. M. (1998) *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1974) *As verdades e as formas jurídicas*. Cadernos PUC-Rio, 6 jun.

___ (1995) O sujeito e o poder In: Dreyfuss, H. e Rabinow, P. *Foucault – Uma trajetória filosófica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

___ (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

___ (1999) *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1976) Psicologia de grupo e a análise do ego. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Freud*, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago.

___ (1993) Psicologia de las Massas y analisis del yo. In: *Obras completas*, vol. 18. Buenos Aires: Amorrortu.

Josephson, S. C. (2005) *Da descoberta à exclusão: uma história das diferentes máscaras da alteridade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. UERJ.

Le Bon, G. (1954) *A psicologia da multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia. Editores.

Nader, G. (1994) *Violência e cidadania*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabri Editor.

Pechman, R. (1991) A invenção do urbano. In: Piquet, R. e Ribeiro, A. C. T. (orgs.) *Brasil, território da desigualdade, descaminhos da modernização.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Perrot, M. (1991) Outrora em outro lugar. In: Perrot, M. (org.) *História da vida privada IV: da revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sennet, R. (1989*) O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tarde, G. (1992) *A opinião e as massas.* São Paulo: Martins Fontes.

Capítulo 27
Psicologia Social em George Herbert Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman

Francisco Portugal

Este capítulo discorre sobre pensadores e movimentos que não foram considerados pela maioria dos manuais como integrantes do conjunto da psicologia. Atualmente há distanciamento suficiente para ver no processo de legitimação da psicologia norte-americana a valorização de perspectivas experimentais e individualistas, de clara utilidade para o controle dos indivíduos, e a consequente recusa de reflexões de caráter mais social e que não foram construídas sobre a dicotomia indivíduo-social.

George Herbert Mead (1863-1931), apesar de suas contribuições para a Psicologia, não foi visto como um psicólogo pela geração que o sucedeu e houve um esforço no sentido de transformá-lo em um sociólogo. Sua inserção neste campo em um momento em que estas distinções não eram puramente teóricas mas diziam respeito à configuração dos nascentes departamentos de psicologia e de sociologia nas universidades norte-americanas foi contemporânea ao estabelecimento da Escola de Chicago.

Os trabalhos sociológicos elaborados por essa escola podem ser circunscritos ao labor de pesquisadores da Universidade de Chicago entre 1915 e 1940. Não encontramos uma abordagem teórica homogênea, apenas um conjunto de características que a diferem de outros movimentos da sociologia norte-americana. Nossa proposta, contudo, não consiste em apresentar as características e os pensadores desta Escola mas em situar historicamente as relações entre George Herbert Mead, a Escola de Chicago e Erving Goffman e as apropriações que daí que podem ser feitas pela psicologia.

As principais características da sociologia de Chicago foram a valorização da pesquisa empírica sobre as reflexões de poltrona e a ênfase na análise dos procedimentos utilizados na pesquisa sociológica. Realizaram

um grande número de significativas pesquisas de temas urbanos relacionados aos problemas sociais da emergente Chicago, tais como o da imigração e da assimilação do imenso contingente de europeus que se instalou na cidade, o da criminalidade e o da delinqüência. Outra significativa contribuição dessas pesquisas foi a legitimação dada a novos materiais de pesquisa (como a exploração de diversas fontes documentais), a utilização de documentos pessoais e o trabalho de campo fornecendo métodos para a sociologia qualitativa.

Nesse mesmo período os departamentos de psicologia estavam se formando e ganhando autonomia institucional nas universidades norte-americanas e houve um esforço para garantir essa independência fazendo da incipiente psicologia um saber científico, entendido de forma estreita e tendo como horizonte as propostas positivistas, o método experimental e as análises quantitativas. Assim é que se situa, por um lado, o surgimento do behaviorismo (1913) – aprofundando o experimentalismo e instaurando um objeto reificado – e, por outro, a construção de um passado experimental para a psicologia – Edward Boring em Harvard elaborou em 1929 um livro marco para a história da psicologia na leitura norte-americana, o *História da Psicologia Experimental* que acabou se confundindo com a história da psicologia em geral durante muitas décadas.

A psicologia social norte-americana também foi construída no solo experimental e quantitativista elaborando para si uma história positivista. O texto de Gordon Allport de 1954 cria um passado comteano para a psicologia social cujo ápice constitui a psicologia social individualista e instrumental surgida nos anos 1920 nos EUA e que teve sua força até o final dos anos 1950.

Podemos dizer que as psicologias norte-americanas ganharam sua independiencia fortalecendo as tendências experimentalistas e individualistas, decorrentes do empirismo e do positivismo. Neste sentido as vertentes do pensamento universitário que não foram marcadas fortemente por tais tendências e que não valorizaram os procedimentos experimentais e quantitativistas foram ativamente secundarizadas ou expurgadas da psicologia em sedimentação. As propostas de Mead – que esteve tão próximo à psicologia no início do século XX –, o diálogo com as ciências sociais, a crítica social, a avaliação de procedimentos qualitativos não foram aproveitados pela psicologia, nem mesmo por sua versão social que permaneceu, por estranho que isto pareça, uma visão mais analítica e igualmente individualista.

George H. Mead, juntamente com John Dewey, participou da iniciante Universidade de Chicago elaborando e ensinando uma proposta de filosofia social chamada pragmatismo (cf. capítulo 7). Além disso, suas reflexões foram rapidamente assimiladas pela sociologia e denominadas interacionismo simbólico o que contribuiu para sua exclusão, ao longo da primeira metade de século XX, do campo de psicologia. Não se pretende aqui afirmar alguma identidade última para Mead, quer como sociólogo, quer como filósofo, quer como psicólogo social; trata-se antes de mais nada de inserir suas idéias nas preocupações e no instrumental que cabe à psicologia atualmente.

Das propostas de Mead relevantes para a sociologia qualitativa da Escola de Chicago, vale ressaltar o papel teórico e as conseqüências metodológicas resultantes da valorização do agente social como intérprete do mundo. Do ponto de vista do interacionismo simbólico o conhecimento sociológico não poderia se apoiar em métodos que visassem retirar os dados observados de seu contexto de produção a fim de torná-los objetivos. Pois a conduta individual e as regularidades dos grupos sociais estão intrincadas, daí a valorização não apenas do trabalho de campo (baseado na observação, entrevista, testemunho, observação participativa), mas também da utilização de documentos pessoais (autobiografias, diários, relatos feitos pelos próprios indivíduos). Embora não se encontrem acuradas reflexões metodológicas nas pesquisas da Escola de Chicago, suas contribuições foram muito significativas. Enfatizamos especialmente a utilização de metodologias múltiplas construídas conforme as pesquisas iam ganhando corpo, recusando assim a aplicação de métodos previa e exogenamente fixados. Podemos afirmar que a idéia de uma metodologia externa ao corpo teórico e a ser empregada como orientação fixa estava bem distante da produção dessa Escola. Opção que fechou o diálogo que a psicologia poderia ter com a sociologia norte-america, aquela preferindo as orientações das ciências naturais.

George Herbert Mead ministrou cursos de psicologia social por aproximadamente 30 anos no Departamento de Filosofia da Universidade de Chicago. Como seu pensamento não foi assimilado pela psicologia norte-americana, as reflexões que apresentamos revelam algumas virtualidades presentes em sua obra na medida em que se tornaram relevantes nas psicologias atuais. Por este caminho é possível mostrar que as dicotomias indivíduo-sociedade, cultural-biológico, mente-corpo ainda tão presentes nas psicologias podem se tornar dispensáveis.

Muitas psicologias no início do século XX foram marcadas pela dicotomia indivíduo-sociedade. Não apenas as psicologias mas também as sociologias acabaram por se voltar ao estudo do indivíduo ou da sociedade como se eles tivessem uma realidade própria e relativamente independente entre si.

As propostas de G. H. Mead escapam a esta dicotomização que concebe quer o indivíduo quer a sociedade como realidades últimas e seu pensamento se dirigiu à compreensão da criação de tais entidades numa perspectiva processual.

Nesta direção a significação têm um papel de destaque. Em lugar de conceber a linguagem como uma faculdade do indivíduo e a significação como uma idéia ou um conceito a serem remetidos a um referente, sua proposta é a de que ela "surge e reside dentro do campo da relação entre o gesto de um organismo humano e sua subseqüente conduta na medida em que é indicada ao outro organismo por este gesto." (Mead, 1972 [1934]: 114)

Uma definição comportamental de um behaviorista social, poderia afirmar o leitor. O próprio Mead se autodenomina behaviorista social, mas seu comportamentalismo contudo não é o de John Broadus Watson (cf. capítulo 11 e 12). Enquanto Watson participa da dicotomia mente-corpo, recusando o valor da mente por não reconhecer sua substância, Mead não recusa nem a mente, nem o corpo mas o substancialismo.

Seu comportamentalismo é mais propriamente um pragmatismo. Nele, a função da significação é central na medida em que não é definida como uma adição psíquica ou um conteúdo qualquer que estaria em nossa cabeça, ela se origina e se mantém no ato social. Ela é construída como algo que existe objetivamente como relação entre certas fases do ato social. A significação nasce em um processo relacional tríplice que envolve o gesto de um organismo, o ato social que já inclui este gesto e a reação do outro a esta ação. O gesto ganha sua consistência no ato social que fornece diretividade para os indivíduos envolvidos. Não se trata de estatuir uma anterioridade absoluta ao ato social, mas de insistir em seu caráter relacional e em sua exterioridade em relação ao indivíduo.

Dessa forma a significação pode ser concebida independentemente da consciência. A consciência, pedra angular do indivíduo moderno, é dispensável para a significação porque pode se esgotar no conjunto de relações organizadas que existem no campo da experiência. Não é necessário pressupor uma consciência que forneceria sustentação à significação, não é necessário insistir na preexistência do indivíduo em relação à significação.

A significação, na medida em que consiste na reação de um organismo ao gesto do outro dentro do ato social, faz emergir novos objetos. Assim como os processos orgânicos constituem os objetos aos quais reagem, isto é, para um herbívoro a planta se constitui como alimento, assim também os processos sociais constituem objetos a partir da significação.

Inserir a significação na estrutura do ato social torna desnecessária a pressuposição de um indivíduo ou de uma consciência que a suportaria e permite partir da suposição de um processo de experiência social, comum entre os homens, que sustenta a emergência da mente, do eu e da consciência de si.

O indivíduo passa a ser concebido como um efeito da experiência e não como seu produtor, indivíduo e social são produtos de um processo pré e extra individual e também histórico e contextual. O ato social não é o resultado de um indivíduo isolado mas envolve sempre o outro, isto é, uma relação. A pessoa é simultaneamente agente e objeto neste processo.

Um dos objetos constituídos pela linguagem é a mente. Em primeiro lugar é necessário distinguir mente de organismo. O corpo pode operar no mundo de forma orientada sem que haja uma mente envolvida. "A mente tem a característica de ser um objeto para si e esta característica a distingue dos outros objetos e do corpo." Como tornar-se um objeto para si não configurava uma questão para a psicologia individualista já que se supunha que a consciência (como atributo espontâneo de toda mente) possuía esta capacidade. A emergência da consciência, longe de ser uma pergunta, era a resposta.

A mente torna-se objeto para si através do processo social da experiência. O indivíduo se experimenta a partir do ponto de vista dos outros indivíduos do mesmo grupo social. Do mesmo modo como os outros são objetos para o indivíduo, é pela adoção, na experiência social, das atitudes dos outros em relação ao indivíduo que ele se torna objeto para si. A pressuposição da unidade da mente torna-se dispensável. O sujeito que já havia perdido a centralidade de sua consciência, perde agora com a emergência de um si mesmo, a sua unidade.

"A mente, na medida em que é um objeto para si, é essencialmente uma estrutura social e surge na experiência social." É somente após a emergência da mente como objeto para si que se pode concebê-la solitariamente. Podemos conceber Robinson Crusoé vivendo isoladamente sem perder sua experiência de si, mas como derivar a emergência de uma mente a partir de uma criança vivendo isoladamente, sem os outros sociais?

O perspectivismo necessário para a emergência da mente como objeto para si, marca não somente a importância do ato social, mas a dificuldade em estabelecer a unidade da mente. Tornar-se simultaneamente sujeito e objeto, ou seja, objeto para si é possível pela mediação dos outros numa experiência social estruturada porque a mente não consiste em uma entidade unitária, mas no conjunto de mentes produzidas e estabilizadas nos diferentes grupos sociais de que fazemos parte.

A mente e o corpo social estão portanto impreterivelmente atrelados. "A unidade e a estrutura da mente completa reflete a unidade e a estrutura do processo social como um todo, e cada uma das mentes elementares de que está composta esta mente completa reflete a unidade e a estrutura de um dos vários aspectos desse processo em que o indivíduo está envolvido." A organização e unificação das mentes é homogênea a dos processos sociais em que estão inseridas.

Diversas são portanto as condições sociais em que a mente surge como objeto. A linguagem é essencial nesse processo sendo condição para que sujeito e objeto para si possam emergir, mas também outros recortes sociais produzem essa reflexividade. Tomemos aqui o jogo e o esporte. O jogo das crianças é marcado pela adoção do papel do outro (por exemplo: a criança que brinca de professor, de mãe, de médico) e funciona produzindo sua caracterização pessoal. O esporte se diferencia do jogo na medida em que todos os outros estão envolvidos no mesmo jogo, isto é, demanda-se uma reciprocidade em que cada ato da pessoa é orientado pela expectativa das ações dos outros participantes. Surge assim um outro "que é a organização das atitudes dos que estão envolvidos no mesmo processo." Assim, além do outro presente no jogo (um outro empírico) podemos marcar aqui a diferença em relação ao outro exemplificado no processo social do esporte. A este outro Mead chamou generalizado, e o definiu da seguinte forma: "A comunidade ou grupo social organizados que proporcionam ao indivíduo sua unidade de pessoa podem ser chamados 'o outro generalizado'." Pode-se assim conceber um outro individual e um outro generalizado que corresponde a um grupo social organizado, uma equipe esportiva como uma instituição de ensino, que intervém na experiência individual de seus participantes. Pessoa, outro e outro generalizado são, portanto, aspectos do processo social, não entidades definidas em si mesmas.

Uma das características do outro generalizado é a de exercer um controle, já que se revela como uma função ordenadora e entra como fator determinante no pensamento do indivíduo. Neste sentido, o raciocínio

pressupõe a adoção das atitudes dos outros generalizados, dos sistemas de significações sociais, caso contrário não haveria pensamento.

A emergência da mente passa então por dois processos que podem ser diferenciados a partir da experiência do sujeito. Em primeiro lugar ele se constitui pela organização das atitudes particulares dos outros indivíduos entre si e em relação a si mesmo, em segundo sua organização provém das atitudes do outro generalizado ao qual pertence.

A mente emerge com o processo social, isto é, têm um história relacional e se constitui simultaneamente num polo individual que está indissoluvelmente estribado nos outros. Outro e outro generalizado não existem em si mesmos, são definições de algo que é fundamentalmente dinâmico.

Caberia ainda ressaltar uma distinção importante entre a mente e o eu, entre uma experiência reflexiva e uma experiência subjetiva. A pessoa mente no processo social organizado na medida em que se torna objeto para si. Significa dizer que além da consciência dos objetos percebidos, o processo social possibilita a emergência de uma consciência de si. Entretanto, é possível distinguir entre as experiências a que só nós temos acesso a elas, as experiências subjetivas, das experiências primordialmente relacionais como a reflexiva. Elas não correspondem a experiências isoladas e autônomas, não há razões para isolá-las dessa forma, mas experiência subjetiva tem sido tão valorizada nestes tempos individualistas que se tornou necessário um esclarecimento entre estas experiências do indivíduo. Se a consciência diz respeito a experiências tais como a dor ou o prazer, a consciência de si se refere à emergência da pessoa como objeto e, portanto, de um processo em que a pessoa se funde com o ato social.

Os trabalhos de Goffman são considerados como uma segunda Escola de Chicago no sentido de prolongar a orientação interacionista e de refletir sobre novas teorias do desvio.

Erving Goffman (1922-1982) tornou-se um sociólogo conhecido pelo estudo das interações humanas fruto de uma privilegiada capacidade de observação etnográfica das ações relevantes no mundo contemporâneo.

Em *Manicômios, prisões e conventos* (1996), Goffman buscou conhecer o mundo social do internado especialmente em hospitais psiquiátricos – ainda que considerações sobre internos de outras instituições tenha sido incluidas – tal como é experienciado subjetivamente por ele. Neste sentido, o foco de sua análise esteve voltado para o mundo do internado, não para o do pessoal dirigente. Consequentemente, a forma como a abordagem médico-

psiquiátrica interpreta e organiza a experiência dessa população não foi o alvo de seu trabalho que pode descrever a experiência, comumente desconhecida e silenciada, dos usuários dessas instituições. O interesse básico manifestado pelo pesquisador foi "chegar a uma versão sociológica da estrutura do eu." A observação etnográfica de recortes sociais caros à psicologia, a análise qualitativa voltada para a experiência subjetivamente vivida, o interesse pela estrutura do eu e suas transformações; tais características se associadas a uma visão não individualista da psicologia fazem desses trabalhos de Goffman objeto de valor para a reflexão psicológica.

A observação das transformações do eu encontraram nas instituições totais um local privilegiado. Goffman, como outros pesquisadores, notou que determinadas instituições apresentam características especiais de fechamento e que, por isso, constituiriam uma estufa para mudar pessoas. Apesar do fechamento ser comum às instituições, algumas delas impõem barreiras mais isoladoras do contato com o mundo externo como os asilos psiquiátricos, as prisões, os conventos, campos de prisioneiros de guerra, sanatórios para doentes crônicos e etc. A categoria instituição total não deve ser compreendida como um tipo ideal absolutamente definido e contendo um conjunto fixo de características mas como um conceito que aponta diferenças significativas entre instituições permitindo pela comparação conhecer seus efeitos em seus integrantes.

Uma das principais características das instituições totais está em romper uma configuração bastante difundida no mundo contemporâneo: o indivíduo comumente dorme, se diverte e trabalha em locais diferentes, com participantes distintos, sob autoridades diferenciadas e sem um modelo racional geral a guiá-lo. As diferenças desses modos de interação têm sua ação na organização do eu. Assim, o interno exerce todas as suas atividades em companhia de outras pessoas (o isolamento constitui caso raro e frequentemente punitivo) em um mesmo local e sob a mesma autoridade. Suas atividades são determinadas de forma rígida e impostas verticalmente através de um conjunto de regras explícitas cujos agentes compõem o corpo de funcionários. As atividades seguem um plano racional único "supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição." O binarismo marca o funcionamento dessas instituições e uma oposição básica antagoniza o grande grupo controlado – os internos – e a pequena equipe dirigente – os funcionários das instituições –.

A chegada do futuro internado à instituição total revela por contraste com a vida anterior, uma "cultura aparente" "derivada de uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão

na instituição." A inserção nas instituições totais promovem uma alteração na concepção de si na medida em que está calcada em disposições sociais estáveis na vida familiar e social. Uma vez que essas transformações apresentam certa regularidade em organizações sociais determinadas, seria possível acompanhar as modificações nas crenças que se tem a seu respeito e em relação aos outros significativos para ele como uma carreira moral.

Assim, não intencionalmente, nas instituições totais o eu é mortificado, isto é, sofre "uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações." Esse processo apresenta uma padronização nestas instituições e através de sua análise as disposições que garantem o eu civil podem se tornar mais visíveis.

Indicação literária

Pirandello, Luigi. (2001) *Um, nenhum, cem mil*. São Paulo: Cosaf & Naify.

Uma tragédia sobre a ausência de um fundo absoluto e imutável para o indivíduo. O narrador constrastado por sua esposa da imagem que tem de si elabora uma rigorosa reflexão sobre os dispositivos que garantem sua identidade. O rigor de sua pesquisa o leva ao desenlace trágico ainda que narrado comicamente.

Machado de Assis. O espelho. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Um relato da necessidade de apoios sociais para assegurar uma permanência de si. O personagem, encontrando-se numa súbita solidão, inicia um processo de angustiosa desconstrução de si até que descobre uma inesperada forma de se manter precariamente coeso.

Referências bibliográficas

Coulon, Alain (1995). *A Escola de Chicago.* Campinas: Papirus.

Farr, R. (1996) *Raízes da psicologia social moderna.* Petrópolis: Vozes.

Goffman, Erving (1974 [1961]). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Goffman, Erving (1988 [1963]). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora.

Goffman, Erving (2001 [1959]). *A representação do eu na vida cotidiana.* Petrópolis: Vozes.

Mead, G. H. (1972 [1934]) *Espiritu, persona y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.

Mead, G. H. (1913). The social self. *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods*, 10, 374-380.

Miller, G. A. (1973) *George Herbert Mead: self, language and the world*. Austin: University of Texas Press.

Capítulo 28
Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal

Jorge Coelho Soares

A história de um movimento de idéias é sempre parte da história de um tempo determinado que, ferido por suas contradições, formula novas perguntas que desafiam os cânones estabelecidos, tentando articular novos sentidos entre o ser e o existir, entre a crítica e o compromisso com o tempo presente assumido, como uma flecha apontada para o futuro.

Em qualquer momento histórico, porém, é sempre mais fácil ser Alice do que o Gato de Lewis Carroll (1977:82):

> – Podia me dizer, por favor, qual é o caminho para sair daqui?
> – Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.
> – Não me importa muito onde… – disse Alice.
> – Nesse caso não importa por onde você vá – disse o Gato.

Poucos conseguem perceber que, para além do seu tempo presente dado, há um tempo passado atravessado dentro dele, e um outro tempo que se desdobrará, não como uma conseqüência linear inevitável, mas como um conjunto de possibilidades dentro de uma inquieta incerteza. Esse tempo se fará de qualquer maneira, conosco ou à nossa revelia, como sujeitos da história ou como objetos dela, como "gatos" questionadores das verdades canônicas consagradas ou como Alices dentro do espelho, sem rumo, perplexas sempre.

O movimento de idéias, conhecido hoje como Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica, não foge à regra. Nascido nos anos 1920 na Alemanha da República de Weimar, ele orquestrou aos poucos a voz, o pensamento e a

O termo crítica tem sua origem no verbo grego *krinô* e seu substantivo *krisis* – distinguir, escolher, julgar, cortar/dividir, apreciar minuciosamente. O verbo designa toda ação de escolha, de decisão e de tomada de posição (Achace, G. Critique. In: *Enciclopédie Philosophique Universelle. Les Notions Philosophique*, vol. 1. Paris: PUF, 1990: 517).

República de Weimar (1919-1933). Primeira democracia parlamentar da história alemã cuja constituição foi aprovada pela

Assembléia Nacional na cidade de Weimar. Surgida do caos de um país profundamente afetado pela derrota da Primeira Guerra Mundial, digeria ainda os resultados de uma revolução interna esmagada, onde Rosa Luxemburgo despontara como uma de suas principais vítimas. Numa Alemanha transformada por sua grave situação econômica, a República de Weimar acenou com a possibilidade de concretização dos sonhos e de canalização da criatividade de homens e mulheres dos mais diversos horizontes intelectuais e políticos. A sua ideologia e a sua cultura são fundamentais para a compreensão do que se poderia denominar "crise da modernidade", cujos efeitos se estendem até nossos dias. Em 1933, ela sai de cena e depois dela, e talvez por sua causa, o nazismo ascende e se consolida como força política.

emoção de um círculo de intelectuais cujos saberes, multifacetados, foram mutuamente fertilizados na tentativa de desvelar a lógica de funcionamento do projeto da modernidade. Theodor Adorno disponibiliza para o grupo seus saberes de filósofo, sociólogo e músico, o mesmo fazendo Walter Benjamin como ensaísta e crítico literário, Herbert Marcuse como filósofo, Max Horkheimer como psicólogo social, filósofo e sociólogo, ao que se soma a competência de Franz Neumann como advogado e cientista político, de Friedrich Pollock como economista, e assim por diante. Numa integração dialética derivada dessa convivência de conhecimentos multivariados, acabam unificados posteriormente, menos numa "teoria" e mais numa "perspectiva" que, rejeitando a realidade dada como única possível, lhes permite exercitar a dialética negativa de pensar o não-pensado ainda, como crítica, como possibilidade alternativa de futuro. Coesos, por manterem permanentemente uma interlocução entre eles, mas também pelo fato de sustentarem uma interlocução crítica com os teóricos da grande tradição clássica da filosofia, onde Hegel, Marx, Kant e Friedrich Nietzsche tinham lugar cativo. Posteriormente, com igual rigor de interlocução, agregaram o nome de Freud como aquele que permitia complementar as suas reflexões, ancorando-as no espaço da subjetividade humana, início e fim, afinal, das grandes preocupações frankfurtianas.

Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969). Sociólogo, filósofo, músico, crítico literário. É a figura fundamental na formação e desenvolvimento da Teoria Crítica da Sociedade. Sua reflexão se volta principalmente para a arte e seu impasse numa sociedade cuja produção de bens culturais é dominada cada vez mais pela indústria cultural.

Walter Benjamin (1892-1940). Crítico literário, ensaísta, tradutor, ficcionista e poeta, destaca-se principalmente no âmbito da sociologia da literatura. Em seus textos, procurou caracterizar o moderno modo de produção literária e a modernidade do seu produto dentro das relações e forças de produção do capitalismo industrial. Em 1940, na fronteira da Espanha com a França, cometeu suicídio ao entrar em pânico com a possibilidade de ser preso pela Gestapo.

Herbert Marcuse (1898-1979). Filósofo da contestação, filósofo da juventude nos anos 1960, foi, sem dúvida, um dos grandes pensadores da nossa modernidade sem ter, porém, construído um sistema de idéias, uma teoria "marcuseana" para este fim. O seu discurso sobre a "realidade concreta" vai se desenvolvendo gradualmente, dialeticamente, no contato com os outros teóricos da Escola de Frankfurt à qual ele estava ligado. Marcuse foi, dessa forma, um filósofo do eterno recomeço, em busca de uma "filosofia concreta" que desse conta das antinomias da nossa modernidade. Entre nós, certamente *Eros e civilização* e *Ideologia da sociedade industrial*, ambos publicados no Brasil na década de 1960, tiveram enorme impacto sobre a intelectualidade brasileira.

Max Horkheimer (1895-1973). Nascido em Stuttgart, na Alemanha, estudou psicologia, economia, política e filosofia com Husserl e Heidegger, entre outros. A vida de Horkheimer se confunde com a própria Escola, quer durante o início dos anos 30, quer durante toda a fase do exílio, quer mesmo após o regresso à Alemanha no pós-guerra para, de novo, reinstalar a Escola.

FRANZ LEOPOLD NEUMANN (1894-1954). Cientista político, autor de livros que influenciaram os demais membros da Escola de Frankfurt como *Estado democrático e Estado autoritário*, publicado pela Zahar em 1969, em que analisa a tensão entre liberdade e poder político e as possibilidades reais de atenuar essa tensão; e *Behemoth*, exaustiva e brilhante análise do totalitarismo – ainda sem tradução no Brasil.

FRIEDRICH POLLOCK (1894-1970). Economista, um dos "fundadores" do movimento de idéias conhecido como Escola de Frankfurt e tido como o economista político do Instituto. Os temas básicos do seu pensamento em economia política forneceram a "infra-estrutura econômica" geral à Teoria Crítica e tiveram impacto sobre as reflexões de Horkheimer e Adorno.

DIALÉTICA NEGATIVA: expressão popularizada por Adorno em seu livro de 1966, *Dialética negativa*, referindo-se a um processo questionador de reflexão entre pensamento e o seu objeto que, ao final, nunca se resolve na construção de um "conhecimento verdadeiro" e, portanto, "definitivo". Para Adorno, na civilização contemporânea, qualquer análise teórica que não venha associada a uma negatividade dialética acaba por se converter em uma "pseudo-racionalidade", em uma ideologia justificadora das desigualdades sociais. Problematizando as categorias através das quais se desenvolvem as circunstâncias históricas contemporâneas, a dialética negativa aponta para uma imperiosa necessidade de construção de novas alternativas que organizem os modos de vida nos quais ocorre a existência humana.

FRIEDRICH NIETZSCHE (1844-1900). Dada a impossibilidade de enquadramento teórico desse filósofo desconcertante, para alguns guru dos tempos modernos que desafiou as normas de sua época e declarou guerra aos valores de seu tempo e inspirador da psicanálise, para outros precursor do nazismo e arauto do irracionalismo, resta-nos sugerir o conselho de Gerard Lebrun e considerar que "ler Nietzsche não é entrar num palácio de idéias, porém iniciar-se num questionário, habituar-se com uma tópica cuja riqueza e sutileza logo tornam irrisórias as 'convicções' que satisfazem as ideologias correntes" (citado por Sacarlet Marton em *Nietzsche*. São Paulo: Brasiliense, 1986: 9).

Encarando a modernidade como uma *totalidade concreta*, eles aceitaram o desafio maior para qualquer pesquisador que volta seus olhos para o presente, o de estudar uma realidade em movimento. E uma teoria que se apresente para dar conta de uma realidade em movimento precisa estar igualmente "viva" e em constante elaboração. Seus teóricos devem estar conscientes de que ela se desenvolve em sua época, numa situação social dada, que os incita e constrange, pressionando-os a estabelecer seus objetivos de pesquisa. E quando essa totalidade se move, termina por conduzir os indivíduos a reconstruírem sua contingência em direção à mudança, dando vida às situações sociais que, ao produzirem transformações, voltam ao cenário do pesquisador como "novos" desafios. Isto explica o caráter ensaístico adotado pelos frankfurtianos, que caracterizou sua produção intelectual desde o início; ensaio que aponta na direção da incompletude, na direção de uma reflexão que se dispõe dialeticamente à reconstrução, atualizando suas problemáticas, derivadas dos novos tempos.

Há, porém, que se fazer, logo de saída, um reparo à própria noção de "Escola de Frankfurt", que é fonte de grandes mal-entendidos: a "Teoria Crítica da Escola de Frankfurt", da maneira como é amplamente conhecida, talvez seja um "mito acadêmico" como recentemente Vandenberghe (1998) enfatizou. Afinal, a idéia de uma "teoria crítica" é incompatível com a noção de "escola" e tudo que isso, via de regra, denota: unidade de pensamento e de método, definição de uma ortodoxia, constituição de princípios básicos norteadores tendentes a se tornarem verdades *a priori* e com a presença de um *maître a penser*,

um líder intelectual em torno do qual gravitariam outros pensadores de menor relevo. Talvez se possa afirmar, desde já, que, além de essa "escola" nunca ter existido, houve várias "teorias críticas", ou melhor dizendo, vários teóricos críticos que, compartilhando antidogmaticamente pressupostos teóricos, como os advindos do pensamento marxista, por exemplo, e da psicanálise – sempre através de apropriações idiossincráticas –, "leram" o projeto de modernidade através das suas expressões de dominação no "mundo da vida". Tratar a "teoria crítica" como uma entidade homogênea é ignorar as diferenças que existiram efetivamente, quer na periodização que se pode estabelecer para ela, quer mesmo a existente entre os interesses teóricos de seus diversos membros. A "unidade" efetiva do movimento se alicerçava no interesse pelo marxismo como denominador comum inicial e nas preocupações partilhadas e discutidas abertamente nas reuniões do grupo – principalmente depois que Horkheimer assumiu a direção do INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL, e que se estabeleceu uma "pauta" de problemas a serem estudados, distribuídos segundo competências intelectuais. O que os unia intelectualmente era também a ênfase na perspectiva de filósofos que eram tomados por todos como interlocutores preferenciais, sendo o resto um espaço de liberdade criativa individual a ser explorado. Isto explica a diversidade de temas e algumas surpreendentes análises críticas que iam da crítica literária, passando pela música, até a economia, a política e a psicologia. O próprio marxismo, tomado como marco inicial "unificador", era visível em alguns teóricos – como Adorno e Marcuse, por exemplo – e apenas implícito em outros como Benjamin, considerado um "caso especial" na história desse movimento.

O INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL – Institut fuer Sozialforschung – foi criado oficialmente em 1923, vinculado à Universidade de Frankfurt, preservando, porém, sua autonomia intelectual e financeira. Dedicado à pesquisa e reflexão, passou a ser o lugar de encontro e referência para os primeiros "frankfurtianos". Com a direção de Horkheimer, ele se transforma gradualmente e assume a forma pela qual o conhecemos hoje. "A expressão 'Escola de Frankfurt' é uma etiqueta adotada externamente nos anos 60, etiqueta essa que Adorno acabou por adotar com evidente orgulho" (Wiggershaus, 2002: 33-34).

Quanto à suposta emergência de um líder, isso nunca se efetivou. Com o tempo, porém, a diversidade de algumas reflexões impôs um respeito maior a alguns dos seus teóricos, mesmo dentro do que Axel Honneth (1999) denominou mais tarde "círculo interno" do movimento inicial. Dentre eles, certamente, Adorno acabou por ganhar especial destaque, sendo hoje considerado um dos "grandes" pensadores do século XX cujo livro *Dialética do esclarecimento*, escrito em parceria com Horkheimer, é considerado unanimemente uma das mais instigantes e fecundas reflexões sobre o projeto da modernidade no século XX.

O *programa* sociológico-filosófico-psicológico da Escola de Frankfurt se desenvolve e se "decanta" por sucessivas reformulações teóricas, por várias décadas de pesquisa, desde o fim dos anos 1920 até os dias de hoje, desde a chamada primeira geração, onde pontificaram Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin, passando pela segunda geração – Jürgen Habermas, Claus Offe, Albrecht Wellmer e Oscar Negt (1934-) –, até os dias de hoje em que os nomes de Axel Honnet, Douglas Kellner e Blanca Muñoz aparecem como alguns de seus maiores representantes, grupo ao qual se pode acrescentar Peter Sloterdijk, pensador *free-lancer* absolutamente original no seu projeto de reflexão crítica.

Jürgen Habermas (1929-). Filósofo e sociólogo alemão que vem se revelando internacionalmente como o mais conhecido pensador alemão desde a década de 1970, quer através de seus livros, quer através de suas intervenções como crítico social e político. Apesar de sua "teoria crítica" estar enraizada no espírito da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, dela se distancia ao criticar sua concepção "pessimista", segundo ele, derivada das conseqüências da instalação hegemônica nas sociedades capitalistas de uma "razão instrumental", inteiramente voltada à afinação do *status quo*, acrítica, unidimensional e incapaz de lidar com as contradições de uma dinâmica social. Habermas, afastando-se da clássica definição marxista do conceito de ideologia como falso conhecimento, acredita que a razão não foi eclipsada nas sociedade modernas, podendo ainda ser exercitada na direção de uma emancipação que se daria através de uma racionalidade comunicativa.

Claus Offe (1940-). Professor de ciências políticas e sociologia na Alemanha. Entre nós, seus livros mais conhecidos são *Capitalismo desorganizado"* e *Mudanças estruturais do Estado capitalista*.

Albrecht Wellmer (1934-). Discípulo de Habermas, professor de filosofia na Universidade de Konstanz.

Axel Honnet (1949-). Professor da Universidade de Frankfurt e diretor, desde 2001, do Instituto de Pesquia Social. Foi assistente de Habermas, acabando por desenvolver uma posição teórica singular e instigante: colocando o conflito social como objeto central da Teoria Crítica, afirma ser a base da interação o conflito e sua gramática a "luta por reconhecimento", título do seu principal livro, agora disponível em português (2001).

Douglas Kellner (1973-). Professor de filosofia na Universidade do Texas, autor de inúmeros livros, entre os quais se destacam *Post Modern Theory* e *The Post Modern Turn*, bem como um livro fundamental para a avaliação crítica da contribuição de Herbert Marcuse, *Herbert Marcuse and the Crises of Marxism*. É também, junto com Peter Marcuse, filho de Herbert Marcuse, o "guardião" do acervo de inéditos desse pensador, cujo primeiro volume, de seis planejados, já tem tradução para o português com o título de *Tecnologia, guerra e fascismo.* Coordena um site, *Illuminations* (http://www.uta.edu/huma/illuminations/), sobre o pensamento da Escola de Frankfurt. Existe traduzido em português somente o livro *A cultura da mídia* (2001).

Blanca Muñoz. Socióloga, atualmente professora de Teoria social e de cultura de massas na Universidad Carlos III de Madri. Certamente hoje é a representante mais significativa do pensamento frankfurtiano na Espanha; o seu livro sobre Adorno é um marco para os estudiosos da Teoria Crítica.

Peter Sloterdijk (1947-). Tendo como seu campo de saber a literatura e a filosofia, esse pensador alemão defende a tese de que o Iluminismo acabou por se materializar na Modernidade burguesa como "razão cínica", estabelecendo seu amplo domínio em todas as esferas da sociedade, apresentando ao homem, como inevitável, a legitimação da exploração econômica do homem pelo homem. Irreverente com a tradição científica e histórica do pensamento moderno e mantendo-se à margem das instituições acadêmicas, desenvolveu sua crítica social explorando fontes pouco ortodoxas como caricaturas, panfletos, sátiras etc., não hesitando em estabelecer categorias de análise social idiossincráticas e provocativas tais como o faz no índice de seu livro mais conhecido, *Crítica da razão cínica*: *Boca serena e tranqüila*; *Boca torcida sorrindo maliciosamente*; *O peido*; *A merda, desperdícios*.

Há que se ressaltar, por fim, que a recepção do pensamento frankfurtiano, quer nos EUA, quer na França – duas referências intelectuais para nós –, se deu também tardiamente, a partir da década de 1960, como

se pode confirmar através do artigo de Martin Jay (1996), "A imaginação dialética 25 anos depois".

Pode-se assim afirmar que um longo e tortuoso caminho foi percorrido nas últimas décadas pelos pensadores da Escola de Frankfurt até se firmarem como interlocutores privilegiados para um número crescente de intelectuais, das mais diversas áreas de saber, que tentam dar conta das inquietações do homem da modernidade tardia de nossa época. Foi também um longo caminho para esses intelectuais receptivos às idéias frankfurtianas para que percebessem que o programa sociológico-filosófico-psicológico da Escola de Frankfurt foi, e ainda é, o resultado de um esforço coletivo, nascido no *Institut für Sozialforschung*, para tornar inteligível a sociedade como totalidade e desenvolvido para produzir uma teoria específica, denominada nos fins dos anos 1930 de "Teoria Crítica", cujo objeto de crítica era, em essência, a lógica de funcionamento da sociedade burguesa e das teorias "consagradas" usadas por ela como justificação para sua existência e continuidade.

É imperioso, porém, para que algum sentido histórico seja colocado como pano de fundo, assinalar que alguns acontecimentos no início do século XIX foram cruciais para que a Escola de Frankfurt surgisse, já que ela se revelou como catalisadora das ansiedades, perplexidades, inquietações e esperanças de um grupo de homens que, sob o jugo de seu tempo, ousou tentar transcendê-lo.

A Primeira Guerra Mundial fez a humanidade viver uma de suas experiências mais traumáticas. Por ocasião de seu término em 1918, com a Alemanha digerindo sua derrota, as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais colocadas em xeque precisavam, para aspirar a sobreviver, se tornar permeáveis a novas formas de expressão que as viabilizassem. Da crise que daí decorre surgem nos anos 1920 – que talvez tenha sido o momento de inflexão de todo o século XX, em que se tentou repensar criticamente todas as esferas da produção humana, momento histórico no qual tudo, em princípio, parecia passível de vir a se concretizar – novos *valores* como resposta à recente expressão de BARBÁRIE. A estética é reivindicada como esfera privilegiada de reflexão e criação, emergindo novas e revolucionárias tendências e movimentos artísticos como o

BARBÁRIE: usado aqui no sentido frankfurtiano, ancorado no sofrimento coletivo que atingiu, direta e dramaticamente, a primeira geração da Escola de Frankfurt, obrigando seus membros ao exílio e responsável pelo suicídio de Walter Benjamin. Derivado da emergência dos totalitarismos do século XX, refere-se a um tipo de civilização agressiva, autoritária, conquistadora, arbitrária. Adorno a associa à crescente tecnificação da sociedade que "expulsa das maneiras toda hesitação, toda ponderação, toda civilidade, subordinando-as às exigências intransigentes e como que a-históricas das coisas" (Adorno, 1992: 33). Desse modo, desaprende-se a fechar uma porta de maneira silenciosa, cuidadosa e, no entanto, firme.

Dadaísmo, o Surrealismo, a Bauhaus. O cinema se expande exponencialmente e principalmente na Alemanha, se firma como grande expressão artística dos “novos tempos”. Arnold Shoenberg rompe o esquema clássico da música com seu dodecafonismo e a Art Nouveau invade as galerias e os espaços públicos como seu estilo. Em 1927 Heidegger publica também sua obra maior, *Ser e tempo*, fonte de inspiração para pensar novas possibilidades de reflexão para muitos intelectuais, Marcuse, principalmente, entre eles.

É um tempo riquíssimo para a reflexão e a gestação de estratégias de compreensão e/ou resistência a uma situação histórica já definitivamente

Dadaísmo: movimento artístico criado em 1916 por Tristan Tzara, poeta romeno, ao qual se ligam nomes como Marcel Duchamp e Hugo Ball, que antecipou precursoramente, ainda que de forma menos elaborada, algumas teses do Surrealismo da década de 1920.

Surrealismo: movimento literário e artístico cujo manifesto de lançamento, de 1924, foi elaborado por André Breton, em que proclamava a hegemonia criativa ditada pelo inconsciente, a prevalência absoluta do sonho, do instinto e do desejo visando à renovação de todos os valores. Em seu manifesto, assim o define: “Automatismo psíquico puro através do qual se propõe exprimir, seja verbalmente, seja de outra maneira, o funcionamento real do pensamento [...] na ausência de todo controle exercido pela razão, sem qualquer preocupação estática ou moral” (Breton, 1990: 48).

Bauhaus: Casa da Construção. Instituição de ensino fundada por Walter Gropius, em Weimar, no ano de 1919 e fechada pelos nacional-socialistas em 1933. A era da Bauhaus coincide com o início e o término da República de Weimar. Inaugurada como uma Escola de Arte e Arquitetura, lançou também as bases do que hoje chamamos genericamente de *design*, conjugando em sua concepção “o pensamento plástico do Expressionismo tardio e o ideal do artesanato medieval, bem como as concepções plásticas do construtivismo e o programa de uma criação da forma, dirigida à objetividade e funcionalidade, tendo em vista as exigências e possibilidades da técnica e indústria modernas” (Wick, 1989: 13).

Cinema: Siegfried Krakauer, partindo da premissa de que os “filmes de uma nação refletem a mentalidade desta, de uma maneira mais direta do que qualquer outro meio artístico” (1988: 17), contará uma história psicológica do cinema alemão na era pré-Hitler em seu livro *De Caligari a Hitler*.

Arnold Schoenberg (1874-1951). Compositor austro-húngaro, judeu, que, da mesma forma que a primeira geração de frankfurtianos, emigrou em 1933 para Paris, posteriormente para os EUA, fugindo da perseguição dos nazistas. *Um sobrevivente de Varsóvia*, peça musical realizada dentro da técnica da *Sprechgesang*, canto falado, onde o cantor declama dramaticamente, revela de maneira expressionista o terror diante da barbárie e da sua ausência de possibilidade de linhas de fuga. Os frankfurtianos revelarão um particular apreço por esse compositor, com quem se identificaram, quer na sua sensibilidade, quer na sua angústia diante do mundo da vida. Adorno, músico e compositor também, dedicará importante ensaio a esse revolucionário e polêmico compositor.

Dodecafonismo: música construída de acordo com o princípio, enunciado separadamente por Hauer e Schoenberg no início dos anos de 1920, de composição com base na escala de 12 notas, com a intenção de excluir a tonalidade (Sadie, 1994).

Art Nouveau: ou estilo 1900, se caracteriza como o movimento artístico que influenciou todas as formas de expressão artística, incluindo aí a arquitetura, como um retorno ao Barroco e ao Romantismo essencialmente decorativo, visando colocar em relevo o valor ornamental da linha curva, mais compatível com a lógica da natureza.

Martin Heidegger (1889-1976). Para muitos, o maior filósofo do século XX. Interlocutor privilegiado de todos quantos se ocuparam de Filosofia depois dele, quer para exaltar suas concepções, quer para divergir delas; divergências que se confundem, inadequadamente, com a sua cooptação pessoal à lógica política do nacional-socialismo, no início dos anos de 1930. Assistente de Edmund Husserl, criador da fenomenologia, publicou em 1927 *Ser e tempo*, traduzido para o português, que exerceu e exerce influência sobre todos os frankfurtianos, em particular Marcuse, que conservou em si sempre um “impulso heideggeriano” e se manteve como fiel herdeiro de suas inquietações filosóficas. Entre eles, porém, sempre houve uma diferença essencial: para Marcuse, o que sempre interessou foi o homem como ser no mundo, ancorado e prisioneiro de uma história em movimento, o homem como uma realidade concreta e social; já para Heidegger, o homem sempre foi “um *lócus* ou uma voz do Ser” (Abbagnano, 1982: 2105).

marcada a fogo pela velocidade – exaltada pelos MANIFESTOS FUTURISTAS –, por uma gradual compressão subjetiva do espaço e do tempo, pela entronização da técnica e da submissão do progresso à lógica de produção de bens materiais, em suma, pelo surgimento do reinado do que os frankfurtianos denominarão mais tarde RACIONALIDADE INSTRUMENTAL.

MANIFESTOS FUTURISTAS: O futurismo foi uma doutrina estética formulada pelo poeta italiano Filipo Tommaso Marinetti (1876-1944), cujo primeiro manifesto foi publicado por ele em 20 de fevereiro de 1909. exaltando a beleza da velocidade, o fetichismo da máquina, a glorificação da guerra e das maciças descobertas tecnológico-científicas, reflexo da concepção vigente de progresso. Marinetti apontou a necessidade de uma nova atitude espiritual, uma nova maneira de encarar o mundo para receber o futuro que se afigurava a ele tão desejável como inevitável. Companheiros de estrada de Mussolini, os chamados futuristas acabaram no ostracismo imersos num sentimento de repulsa generalizado. Ressalte-se porém que suas teses nem desapareceram nem perderam seu vigor, muito pelo contrário. A adesão atual a elas é marca de nossa época, que prefere ver sua lógica de funcionamento menos exposta em manifestos e mais exercida na lógica hegemônica e lucrativa na qual o mundo globalizado se move.

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: emergindo da "razão técnica", que os frankfurtianos opõem à razão prática de Kant, como promessa de emancipação do gênero humano e à razão dialética, arma crítica e revolucionária, a racionalidade instrumental visa ajustar os meios aos fins a serviço da exploração e da dominação técnico-científica.

Os fundadores da "Escola" de Frankfurt – termo que na verdade só surgirá e se cristalizará muitas décadas depois – vivem intensamente esse clima de inquietação e desorientação política. Como judeus alemães, tentam sobreviver em um país derrotado, imerso em dívidas e a caminho de protagonizar em 1923 o mais alto índice de inflação jamais registrado: um bilhão de marcos valendo um dólar.

Ao mesmo tempo, todos recebiam de herança a vitória do movimento revolucionário na Rússia, seguido de um processo de burocratização assustador e francamente inquietante, já que abortava do seu projeto qualquer perspectiva de liberdade e se mostrava propenso a uma lógica totalitária. Precisavam, também, digerir o fracasso da revolução socialista na Alemanha, acompanhado do brutal assassinato de KARL LÏEBKNECHT e de ROSA LUXEMBURGO e um conseqüente declínio do movimento operário. Sem contar que, desde 1919, todos esses intelectuais viviam sob a República de Weimar, a primeira

KARL LÏEBKNECHT (1871-1919). Socialista alemão e membro proeminente da Liga Espartaquista.

ROSA LUXEMBURGO (1871-1919). Socialista revolucionária alemã que, apesar de não ter elaborado uma teoria política sistemática, exerceu enorme influência no movimento marxista do século XX "cujas análises são constantemente perpassadas pela tensão entre o existente e o possível [...] cujas linhas de força saem do presente e simultaneamente o transcendem" numa "tentativa dramática de manter unido o que é e o que pode ser" (Loureiro, 1995: 21 e 190). Fundadora, junto com Karl Lïebknecht, da Liga Espartaquista na Alemanha, ela participa ativamente da Insurreição de 1919, reprimida com violência por um governo social-democrata e responsável pelo seu assassinato, juntamente com Lïebknecht. Os frankfurtianos herdam não somente as suas inquietações e suas reflexões agudas sobre o seu tempo, mas o que se deduz do caráter trágico de sua morte, o que os levou a reinterpretar e reavaliar seu otimismo e a sua confiança inabalável na paz e no progresso, que deveriam chegar, como Rosa acreditava, por um "movimento natural da história".

democracia parlamentar da Alemanha, permeada de contradições e oposições de extrema violência. Nela os seus opositores, oriundos do regime imperial, mostravam-se pouco dispostos a se dobrarem às novas idéias.

INGMAR BERGMAN, em seu clássico filme *O ovo da serpente*, coloca na fala de seu personagem Vergérus, um cientista que rompe todas as barreiras éticas para realizar seus experimentos "secretos", o que se poderia desvelar então como um futuro possível já percebido como possibilidade assustadora e concreta pelos frankfurtianos, e cada vez mais desejado, consciente ou inconscientemente, por muitos alemães: "É como o ovo de uma serpente. Através das finas membranas poder-se-á discernir de uma forma clara o réptil já perfeitamente concebido." Hitler não demoraria a ocupar o horizonte desse futuro possível, criando novas contingências para todos os alemães. Será um tempo de exílio para os membros da Escola de Frankfurt e a humanidade conhecerá AUSCHWITZ, que os frankfurtianos tomarão como "símbolo" mais adequado da modernidade, um lugar onde um somatório de "ações racionais" produzirá uma grande *irracionalidade*, reino da razão sem-razão. Ali a humanidade viu se manifestar com clareza uma aliança entre a visão especificamente moderna da razão, como forma essencial de administração, e a loucura que emana de tal razão. Utilizando-se de tecnologias da ciência moderna, produziu-se um fenômeno novo na história da humanidade: a destruição científica sistemática, racional – no sentido de seu planejamento, da sua eficácia e sofisticação – de milhões de pessoas *como um fim em si mesmo*. O "poder da racionalidade" moderna revelava em Auschwitz ter suas raízes também na negação dos valores morais dentro da sua própria esfera, tornando fácil a emergência do que HANNAH ARENDT veio a chamar de "banalidade do

INGMAR BERGMAN (1918-). Diretor sueco, essencialmente preocupado com as questões da existência que envolvem o homem diante do seu projeto de vida sob a lógica da modernidade em curso. Ressaltando em seus filmes o caráter trágico da condição humana, sempre em situação de agir a partir de uma decisão que mudará seu destino mas não o livrará nunca da angústia. Para demonstrar isso, Bergman construiu uma filmografia exemplar em que podem ser citados *Gritos e sussurros*, *Cenas de um casamento* e *O sétimo selo*.

AUSCHWITZ durante o regime nazista, foi um dos grandes campos de concentração na Polônia, ativo de 1940 a 1945. Nele, em câmaras de gás e fornos crematórios, concebidos em escala industrial e dentro da mais radical eficiência "científica" e administrativa, centenas de milhares de judeus, e todos os considerados "párias da sociedade" foram exterminados. Em *Educação após Auschwitz* (1969), Adorno tomará este fato histórico como exemplo acabado e paradigmático ao qual, segundo ele, toda educação deveria se opor com a máxima intensidade. Vem dele também o alerta, bastante atual – a Guerra da Bósnia e o extermínio "científico" dos palestinos são prova disso –, de que se as condições que produziram aquela recaída na barbárie subsistirem e florescerem, poderemos vir a nos defrontar novamente com o horror, em novas expressões históricas.

HANNAH ARENDT (1906-1975). Filósofa. Uma das grandes, originais e controvertidas pensadoras/filósofas do século XX. Seu pensamento se caracterizou por ter sido uma reflexão voltada para o fenômeno da ruptura do mundo moderno e suas crises. Para ela, é através da palavra e da ação, possibilitada pela existência de um espaço público, que surge a individualidade do homem. Apesar de não ter pertencido ao movimento de idéias da Escola de Frankfurt, produziu em se "trilho próprio" uma reflexão extraordinariamente densa e relevante para o nosso tempo. Desde os anos 1940 vêm fascinando a todos os frankfurtianos que incorporaram suas reflexões como fonte de referência essencial.

mal". Este paradoxo moderno de uma racionalidade irracional, no contexto de uma sociedade de massas, será doravante um pólo de interesse permanente para a teoria crítica.

O surgimento de novas ideologia ligadas à ascensão dessa racionalidade irracional no mundo moderno, a manipulação psicológica coletiva, o FETICHISMO, a reificação, a pseudocultura, a indústria cultural, as relações entre sujeito e objeto, a METACRÍTICA do conhecimento, a interação específica entre teoria e práxis são assumidos como temas de reflexão e como problemas sociais cruciais do nosso tempo. Enquadram-se no seu conjunto três grandes eixos temáticos que desde o início estiveram presentes na história dos frankfurtianos e que se mantêm até hoje como espinha dorsal de suas reflexões: "a dialética da razão iluminista e a crítica da ciência; a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural e a questão do Estado e suas formas de legitimação" (Freitag, 1986: 8).

FETICHISMO: aparece em Marx no Terceiro Manuscrito de 1844; etimologicamente vem do português "feitiço" e refere-se às características que são conferidas aos objetos materiais pela relações sociais dominantes como se lhes pertencessem "naturalmente".

METACRÍTICA: termo que assume, aqui, o sentido de crítica da crítica, apontando para um processo de permanente possibilidade de reconstrução do conhecimento.

Um e seus múltiplos: MOVIMENTOS da Escola de Frankfurt

No desdobramento do pensamento dos frankfurtianos, é possível identificar diversos "movimentos" e paradigmas daí derivados.

O ponto de partida se dá quando um grupo de intelectuais alemães, liderados por FELIX WEIL, interessados em debater os problemas teóricos da práxis revolucionária, inspirados na polêmica tese leninista do CENTRALISMO DEMOCRÁTICO e a da ESPONTANEIDADE REVOLUCIONÁRIA de Rosa Luxemburgo,

MOVIMENTO: termo apropriado da música e, creio, mais adequado do que fase ou período, implicando neste caso rompimento, ruptura, ultrapassagem. "Movimento" implica a possibilidade de convivência entre movimentos diretos ou contrários ou paralelos, rementendo a um "tempo" pensado como um fluir de acontecimentos. Posso então apreciar cada um desses movimentos em seu aparente isolamento do todo, mas me sinto obrigado a uma remissão a ele, ao fim e ao cabo.

FELIX WEIL (1898-1975). Doutor em ciências políticas.

CENTRALISMO DEMOCRÁTICO: estabelecido pelo II Congresso da Internacional Comunista visando ordenar a elaboração das decisões e sua aplicação em todos os níveis do partido. Consiste em dois princípios: 1º Eleição de cada nível organizativo pelo nível inferior e livre discussão em todos os níveis durante a realização do congresso; 2º Estrita obediência em cada nível pelas decisões tomadas que são assumidas como decisões unificadas do partido. Buscava-se assim uma eficácia do tipo militar na luta política, garantindo uma certa racionalidade de ação que, acreditava-se, impediria a emergência do arbítrio dos líderes e a atomização das vontades particulares (Labica, 1982: 146).

Espontaneidade revolucionária: uma das críticas que Rosa Luxemburgo fazia a Lenin era a sua concepção de um Partido de vanguarda muito centralizado que, segundo ela, encobria uma tentativa de exercer uma tutela sobre a classe operária. Ela confiava mais no *movimento espontâneo* dos trabalhadores, na sua capacidade de aprender com a própria experiência, no seu poder de elaboração dos seus erros e acertos e, em função desta sua crença, sempre pugnou pela necessidade de uma organização democrática de bases amplas, o que lhe valeu acerbas críticas por parte dos "leninistas".

acreditando nos "Conselhos de Operários" como lugar da formação de sua vontade política, organizam em 1922 a 1ª Semana de Estudos Marxistas em Ilmenan, com o objetivo de discutir essas questões e as divergentes interpretações marxistas. O resultado do encontro foi certamente decepcionante, pois sabe-se que não apareceu nenhum operário, restringindo-se a discussão ao grupo de intelectuais lá presentes, entre os quais Max Horkheimer, membro da primeira geração dos frankfurtianos. No centro do debate, um manuscrito de Karl Korsch – transformado em livro posteriormente, com o título *Marxismo e filosofia* – presente ao encontro, que acusara o marxismo de estar gradativamente se esclerosando em uma ortodoxia vulgar, propondo a retomada de um marxismo que, em sua autenticidade original, implicava obrigatoriamente uma concepção dialética revolucionária de reconstrução permanente, cujo objetivo final deveria ser uma prática de transformação. Para Korsch, a teoria deveria ser a expressão direta e imediata da prática revolucionária.

Karl Korsch (1886-1961). Nasceu em Hamburgo, estudou direito e filosofia e sua tese principal – a de que o Partido não era o substituto potencial revolucionário do proletariado – angariou-lhe acerbas críticas por parte dos comunistas que o expulsaram do Partido, o que não o impediu de continuar sua trajetória como marxista independente, aproximando-se, assim, das posições políticas dos frankfurtianos.

Outro participante desse encontro que impressionou os demais foi Georg Lukács – que publicaria no ano seguinte o seu clássico *História e consciência de classe*. Pessoalmente, concorda com a principal tese de Korsch de que o marxismo não poderia se limitar a ser guardião de uma tradição, mas algo em permanente reconstrução.

Quanto ao proletariado, Lukács o vê também como sujeito da história, mas considera que este deveria ser levado a perceber que sua luta era não somente uma luta contra os ideais burgueses, mas também uma luta contra a reificação que o degradaria objetivamente. *História e consciência de classe*, que

György Lukács (1885-1971). Filósofo, professor e teórico de literatura e estética. Participou ativamente do movimento comunista húngaro entre 1919 e 1929, tendo ocupado também, durante a sua longa trajetória, cargos públicos na Hungria como membro do Partido Comunista, como por exemplo vice-comissário do Povo para a Cultura e Educação Popular (1919) ou ministro da Cultura (1956) (Netto, 1992: 10-23). Figura polêmica nos meios intelectuais até os dias de hoje, em função justamente desse engajamento partidário, que o levou a fazer "autocríticas" públicas – segundo ele, meras estratégias para permanecer no partido –, renegando reflexões que havia feito. Destas, a mais importante se refere à *História e consciência de classe*, que "exerceu enorme influência, de Karl Korsch a Walter Benjamin, de Lucien Goldman a Herbert Marcuse e ao movimento estudantil de fins da década de 1960" (Mészaros, 1988: 221-223).

Reificação: é um caso especial de Alienação, sua forma mais radical, que caracteriza a moderna sociedade capitalista. Explicitamente invocado por Lukács (1923), descreve o mecanismo pelo qual o trabalho perdeu, no capitalismo, o seu caráter original de atividade humana, individualizada, a partir do que o trabalhador e o trabalho assumem um valor monetário de troca, onde a pessoa e a expressão de seu trabalho acabam literalmente reduzidas ao estado de coisas (*res*). Vivenciada no plano interpessoal, a reificação é generalizada e justificada pela própria estrutura reificada da sociedade mercantil, que produz um mundo objetivo, natural e independente da ação humana e que regula a vida humana como um poder onipresente.

o autor renegará posteriormente, não o considerando importante dentro do "marxismo autêntico", terá um papel crucial no pensamento de todos os frankfurtianos e o conceito de reificação, desenvolvido no capítulo "A reificação e a consciência do proletariado", se incorporará definitivamente ao jargão da Escola.

Felix Weil começa então a organizar, financiado pelo pai, a fundação de um Instituto, visando estudar essas questões antes aludidas, bem como a investigação da ação recíproca entre o funcionamento da economia e o da sociedade. Com o apoio de vários professores universitários, funda uma sociedade *particular*, criada oficialmente em 3 de fevereiro de 1923 e transformada por decreto do Ministério da Educação no Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisas Sociais), cujo objetivo institucional era formar pesquisadores (e não professores e/ou servidores do Estado). Mesmo ligado à Universidade de Frankfurt, tinha total independência econômica e intelectual de funcionamento e foi no Ocidente o primeiro Instituto que se apresentava como marxista e se ocupava exclusivamente com o marxismo. Carl Gruenberg, historiador, foi seu primeiro diretor.

Além de catalisar gradativamente a intelectualidade alemã em torno do marxismo, o principal "produto" desse movimento foi a publicação de uma revista voltada para a história do socialismo, claramente documental, onde se procurava descrever as mudanças estruturais na organização do sistema capitalista.

Um segundo movimento da Escola tem início quando Max Horkheimer é nomeado para a direção do Instituto em fins de 1930, três anos antes de Hitler assumir o cargo de chanceler na Alemanha. É a partir de então que o que conhecemos como Teoria Crítica irá ser gradualmente construído, assumindo a face, tal como a conhecemos. Horkheirmer manterá o "espírito" que norteou a criação do Instituto, mas mudará substancialmente sua orientação teórica.

Horkheimer, em seu discurso de posse (24 de fevereiro de 1931), documento de "intenções" que norteiam o nascimento de uma perspectiva que não mais saiu de cena – hoje disponível em português como título *A presente situação da filosofia social e tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais* –, termina por

estabelecer o objeto principal da futura atividade de pesquisa do Instituto como sendo o da relação entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as possíveis e inevitáveis mudanças culturais que daí adviriam.

> Parece-nos que a solução das mencionadas carências da filosofia social não pode ser encontrada, nem na profissão de fé numa interpretação mais ou menos construtiva da vida cultural, nem no estabelecimento de um novo sentido da sociedade, do Estado, do direito etc. Hoje isto depende, antes de tudo, de organizar, baseados nos problemas filosóficos atuais – o que certamente é compartilhado por outros –, pesquisas em que deveriam participar filósofos, sociólogos, economistas, historiadores, psicólogos que numa comunidade de trabalho duradoura se unissem e fizessem em conjunto o que em outros campos um indivíduo pode fazer sozinho num laboratório e que todos os verdadeiros pesquisadores sempre têm feito: a saber, procurar acompanhar a amplitude das suas questões filosoficamente orientadas com a ajuda dos métodos científicos mais refinados, tranformando-as e precisando-as ao longo do trabalho em torno do objeto, descobrindo novos métodos, sem todavia perder de vista o universal (Horkheimer, 1999: 128).

Em 1933, com a ascensão do nazismo, o exílio forçado é a alternativa de sobrevivência. Paris acolhe um grupo e Genebra outro e logo a seguir todos vão para os EUA onde ficarão, pelo menos, até o fim da guerra. Walter Benjamin será uma exceção. Tendo ficado em Paris, se vê forçado a fugir quando os tanques alemães chegam aos subúrbios da cidade, carregando uma maleta onde levava centenas de páginas de um manuscrito precioso – mais tarde resgatado e publicado com o título *Paris, capital do século XIX. O livro das passagens.* Tenta escapar pela fronteira com a Espanha. Entrando em pânico com a possibilidade de ser apanhado pela Gestapo, prefere o suicídio à prisão. Além da imensa perda afetiva e intelectual para todos os frankfurtianos, sua morte será o símbolo da fragilidade do homem moderno diante da barbárie e da "grande violência" que ela é capaz de gerar.

Dois trabalhos são altamente significativos desse movimento. *Estudos sobre autoridade e família* (1936) e o "texto manifesto" da Escola, que é norteador até hoje da reflexão dos frankfurtianos: *Teoria tradicional e Teoria Crítica* (1937). Um conjunto de ensaios de Marcuse, *Cultura e sociedade*, surge no mesmo momento dessa produção e será resgatado e bastante valorizado nos anos 1960.

O movimento seguinte se estrutura com a experiência coletiva do exílio, onde ocorreu o trágico suicídio de Walter Benjamin, da ascensão e queda do nazismo e de tudo o que essa experiência político-filosófica-psicológica significou para a humanidade: *Dialética do esclarecimento*, de Adorno

e Horkheimer, onde a expressão "INDÚSTRIA CULTURAL" se cristalizou como oposição à noção de "CULTURA DE MASSA", *Eclipse da razão,* de Max Horkheimer, e *Mínima morália*, de Adorno, balizam a produção intelectual dos membros da Escola. É aí também que surge o célebre estudo da *Personalidade autoritária*, único estudo da Escola associado a métodos quantitativos, por influência dos pesquisadores americanos associados ao projeto. Aqui a "personalidade" é vista como uma instância entre a base econômica e a ideologia das sociedades sob o capitalismo.

INDÚSTRIA CULTURAL X CULTURA DE MASSA. Para os frankfurtianos, na sociedade capitalista contemporânea, todas as produções do espírito nas artes, literatura, no teatro, no cinema etc. tornaram-se integralmente mercadorias voltadas inteiramente para produzir lucro, restando pouquíssimo espaço de manobra para o que se poderia denominar "produção independente", fora da lógica do mercado. Rejeitam a expressão "cultura de massa", que ainda é usada, vendo nela a sugestão implícita de tratar-se de cultura de origem e desenvolvimento espontâneos e populares e preferiram cunhar em 1947 a expressão "indústria cultural" para ressaltar o caráter de produção, de fabricação pelos meios de comunicação de massa de *produtos* adaptados ao consumo das massas e que, ao mesmo tempo, teriam o poder de determinar esse consumo. No mundo do capitalismo, afirmam os frankfurtianos, tudo é negócio potencialmente lucrativo ou fadado à marginalização e/ou conseqüente extinção.

Um último movimento se estrutura com o retorno de Adorno e Horkheimer para a Alemanha e a permanência nos EUA de Marcuse e outros membros da Escola, entre eles ERICH FROMM. Marcuse dará continuidade às suas reflexões mantendo-se fiel aos princípios norteadores da Escola de Frankfurt – *Ideologia da sociedade industrial* e *Eros e civilização* são prova disso – e Fromm se afastará definitivamente em direção a uma perspectiva teórica mais "ajustada" e conforme a lógica do capitalismo americano. Com a morte de Horkheimer em 1973, fecha-se o ciclo do último movimento da primeira geração da Escola, cujo desenrolar seguia a própria demanda da sociedade no século XX e abre-se a possibilidade para emergências dos intelectuais da segunda geração.

Erich Fromm (1900-1980). Psicanalista nascido na Alemanha e que se radicou nos EUA após a Segunda Guerra, onde veio a falecer. Esteve ligado ao Instituto de Investigação Social da Universidade de Frankfurt onde, na década de 1930, era o encarregado de desenvolver uma psicologia social analítica de orientação estritamente freudiana, procurando conciliar Freud e Marx. Isto consistia essencialmente em procurar compreender os comportamentos motivados inconscientemente em função do efeito da estrutura econômica sobre os impulsos psíquicos básicos. Na década de 1940, afasta-se do movimento da Teoria Crítica, mantendo porém suas inquietações filosóficas, e desenvolve seu vôo solo já dentro de uma perspectiva social-humanista, construída por ele. De sua fase "frankfurtiana" – apesar de mais de 20 livros traduzidos para o português pela antiga Editora Zahar – deve-se apontar como significativos *A crise da psicanálise*; *Ensaios sobre Freud, Marx e a psicologia social*, sua participação nos *Estudos sobre autoridade e família*, coordenados por Horkheimer, e, no limiar de seu pertencimento formal à Escola, o livro *O medo à liberdade*.

Princípios básicos norteadores da Teoria Crítica

A noção de crítica

Diferentemente do uso do senso comum, os frankfurtianos lidam com a noção de *crítica* como uma forma de pensamento racional que consiste em examinar um outro produto do pensamento a fim de o julgar e nele determinar, pesando os prós e os contras, o verdadeiro valor: verdadeiro ou falso, justo ou injusto, belo ou feio. Filiando-se a uma tripla tradição filosófica – Kant, Hegel Marx –, os membros da Escola de Frankfurt se definiam teoricamente dentro de uma perspectiva neomarxista crítica, "reativando o momento crítico demarcado pelo criticismo kantiano no próprio coração da racionalidade dialética do materialismo histórico" (Assoun, 1992: 520). Em Kant, é o processo pelo qual a razão empreende o conhecimento de si, isto é, o tribunal que pode garantir a razão nas suas pretensões legítimas, mas que se dispõe a condenar as que não têm fundamento.

A idéia de crítica não era para eles meramente um dos aspectos da teoria, mas sua própria declaração de princípios: era através dela que se poderia, diante da realidade, colocar em suspenso, *sub judice*, qualquer juízo sobre o mundo, para sua própria interrogação. Wolfganf Fritz Haug, frankfurtiano de "última geração", considerará como *crítica* a teoria que se disponha a "descrever a forma de funcionamento do seu objeto, bem como as condições de sua possibilidade, a sua contraditoriedade e os seus desdobramentos históricos (1997: 13). Em suma, a Teoria Crítica é uma proposta de análise crítico-dialética, histórica e negativa do existente enquanto *é* frente ao que deveria ser a partir do ponto de vista da razão histórica universal" (Muñoz, 2000: 20 ss).

Crítica do positivismo nas ciência humanas

A visão positivista do homem é mecanicista e atomista, rejeitando a concepção do homem como um ser social, reduzindo sistematicamente a interação ao comportamento do indivíduo isolado, cujo comportamento é explicado em termos de estímulos externos. Livre-arbítrio e análise das causalidades sociais das motivações não são por ela levados em conta. Reduzido ontologicamente às coisas da natureza, o homem é examinado por uma razão teórica vista como única, capaz de dar conta dos fenômenos

humanos em detrimento de uma RAZÃO PRÁTICA, no sentido kantiano, que, ancorando o homem no mundo, faz dele um ser histórico, como acreditam os frankfurtianos.

A abordagem positivista rompe assim radicalmente com o projeto ILUMINISTA, tão caro à Escola e conseqüentemente com seu projeto emancipador. Diferentemente do modelo que trata o homem como submetido às leis inflexíveis da natureza, a teoria crítica, inspirada em Kant, considera o homem como um ator autônomo e responsável, que sabe o que faz e porque faz um ser social em interação com outros seres sociais que agem, como ele, num contexto sócio-cultural determinado, numa dinâmica regida por um conjunto complexo de regras, cujos significados ele interpreta e decide seguir ou não. As estruturas sociais não são vistas como forças mecânicas que agem sobre os indivíduos que a elas reagem mas como uma relação de forças cuja dinâmica se constrói permanentemente, atravessada pelas motivações e razões dos seus atores.

RAZÃO PRÁTICA. Em Kant, as duas razões, a teórica e a prática, não são distintas, mas a mesma razão. Em seu uso prático, se ocupa das razões que determinam a vontade e as ações humanas. Nela, a liberdade, pertencente à vontade de todos os seres racionais, poderia, como conceito, ser elaborada por uma razão prática e vir a ser parte constitutiva do homem histórica e socialmente ancorado.

PROJETO ILUMINISTA – PROJETO EMANCIPADOR. O Iluminismo foi uma destilação de idéias que floresceu no século XVIII a partir dos filósofos enciclopedistas e de seus herdeiros intelectuais cuja meta principal era a emancipação do homem, propondo estender a todos os indivíduos condições concretas de autonomia, em todas as esferas. O "ousar saber", *Sapere aude,* de Kant, é seu principal mote, que aponta na direção da *razão* como meio através do qual o homem poderia construir sua liberdade, libertando, ao mesmo tempo, a humanidade do jugo da repressão, da ignorância e inconsciência. Para os frankfurtianos, isto só será possível na medida em que o homem, no exercício de sua vida concreta, substituir em suas decisões a lógica instrumental, adaptada e conformista, pela lógica de uma razão crítica, emancipadora, instrumento de sua libertação, de sua autonomia e autodeterminação.

Roy Bhaskar (1944-), expoente do "Realismo Crítico", perspectiva em larga medida afinada com o olhar frankfurtiano, resume a incompatibilidade entre positivismo e uma perspectiva crítica de realidade apontando que, diferentemente das estruturas naturais, as estruturas sociais não existem independentemente das *ações* que elas governam; não existem de forma independente das concepções dos atores que dão vida a essas estruturas e se apresentam como relativamente duráveis, cujas tendências organizativas, não sendo universais, podem ser variáveis no tempo e no espaço (Bhaskar, citado por Vandenberghe, 1998: 321). O que nos permite, seguindo o mesmo Bhaskar, (2003) pensar na sociedade como o "conjunto das práticas existentes e redes de inter-relações que os indivíduos nunca criam [posto que já nascem numa determinada estrutura social] mas que sempre pressupõem em sua atividade prática e que, ao fazê-lo assim, sempre reproduzem ou transformam" (2003: 3).

Isto nos permite deduzir que, a partir do estabelecimento das leis que regem a dinâmica de uma dada sociedade, e considerando que essas leis não existem por si mesmas, mas somente dentro de um quadro histórico definido, é possível pensar outros futuros possíveis para essa mesma sociedade, desnaturalizando a realidade dada como única possível.

Abordagem "micrológica"

Adorno usou este termo para designar um estilo caracterizado pelo seu caráter fragmentário, aforístico e elíptico e como expressão de um modelo crítico calcado na escolha do "detalhe", do que se apresenta como particular, mas cuja análise permite vislumbrar a lógica do "todo". Dois excelentes exemplos desta abordagem são os livros de Adorno, *Mínima morália*, composto de aforismos, textos curtíssimos, lampejos de iluminação do projeto da modernidade em curso, e o principal da obra de Walter Benjamin, onde ele se detém reflexivamente diante de um posto de gasolina, de uma praça, de um mercado, uma pequena rua, dos mendigos por quem passa, para submetê-los a um crivo de análise, vistos como parte de um grande e contraditório mosaico a que chamamos "sociedade". É seu modo de agir em sua obra-prima *Das Passagen-Werk* (O livro das passagens), condensação de anos de observação, que lhe permitiu caracterizar a modernidade pela relação, no processo de industrialização capitalista, entre a nova lógica de desenvolvimento urbano, as novas técnicas de reprodução e a produção literária, onde a palavra se metamorfoseia e se transforma em mercadoria.

Essa abordagem tem o mérito de antecipar de muito – estamos aqui falando de início da década de 1930 – o que foi caracterizado mais recentemente como escrita filosófica pós-moderna de desconstrução das formas tradicionais de pensamento conceitual. Isto se deve ao fato de que ela se apresenta exatamente como uma tentativa de separação radical do pensamento e do "conhecimento", abrindo-se para o "não-conceitual", para aquilo que não se deixa aprisionar por conceitos, como camas de PROCUSTO que o pensamento estabelece *a priori*. Isto nos leva a pensar na abordagem micrológica não exatamente como um "método", mas como um "contramétodo", um antídoto às metodologias "lógicas", derivadas

PROCUSTO: na mitologia grega, foi um criminoso, morto por Teseu, que sujeitava suas vítimas a se deitar em um dos dois leitos de ferro que possuía, cortando os pés dos que ultrapassassem a cama pequena ou esticando violentamente as pernas dos que não preenchiam o comprimento do leito maior. Esta imagem de um "ajustamento" forçado e violento é o que ocorre, às vezes, com as teorias e os fatos de que tentam dar conta.

de estruturas teóricas engessadas em seus princípios, abrindo espaço para pensar o não-pensado ainda. Que não se confunda, porém, esta abordagem com a eleição fortuita e aleatória de detalhes do viver em sociedade. Pelo contrário, há sempre um enorme e contínuo esforço do PESQUISADOR *FLÂNEUR* – rótulo que se pode certamente atribuir principalmente a Benjamin – em escolher o detalhe, aquilo que parece escapar do geral, que se referencia ao não-idêntico, valorizando a heterogeneidade isolada, imperceptível. É uma abordagem que procura mostrar em "negativo" a verdadeira imagem que se esconde nos seus contornos, a de que o geral não deixa nunca de procurar impor sua ordem ao particular, apresentando-se como única possibilidade. Abre-se assim a possibilidade de destruir a ilusão do pensamento dominante que imagina poder sempre reduzir os indivíduos a exemplares de categorias gerais, fonte para ele de segurança e disciplinamento, na lógica do que Hans Magnus Ensenberger (1929-) chamou certa vez de "indústria da consciência".

PESQUISADOR *FLÂNEUR*: tomo aqui livremente o sentido de *flâneur,* numa clara inspiração benjaminiana, e proponho o termo *pesquisador flâneur* para aquele tipo especial de pesquisador que, praticando a *flânerie*, realiza passeios pela "cidade" sem uma rota previamente estabelecida e o faz com uma certa lentidão de movimentos, como exercício de um ócio inteligente, ao mesmo tempo apreciativo e apreciador, numa micrológica atenção aos detalhes, daquilo que fala da totalidade, em sua essência, e que escapa ao olhar do *pesquisador passante*, cujo olhar se fixa inteiramente no lugar para onde vai, desprezando como irrelevante tudo que contém o percurso de sua trajetória. O *pesquisador flâneur* não é, ressalte-se também, alguém que simplesmente "fotografa a vida", mas um pesquisador que, através de seu poder de narração, se impõe a tarefa de interpretar as evidências incompletas que a existência vai revelando em cada detalhe que observa. Vejo Walter Benjamin como um excelente exemplo de *pesquisador flâneur*.

Freud e Marx – encontros, apropriações, leituras transversas

Pode-se afirmar, indubitavelmente, que a Escola de Frankfurt realizou certamente um grande esforço teórico de sustentar uma relação entre o pensamento de Marx e o de Freud, apesar do aparente antagonismo de interesses que levaram esses dois pensadores a formular suas idéias e seus sistemas de interpretação, tendo o homem como centro.

A trajetória desse "relacionamento teórico" é, todavia, marcada por um percurso muito particular de aproximações, apropriações, leituras dos textos desses dois pensadores. Que se deixe claro também de saída que a Escola de Frankfurt viu em Freud uma possibilidade de resposta direta ao que consideravam uma insuficiência do marxismo, no que tange à sua forma de análise histórica e psicológica. Apesar de toda a polêmica que persiste em torno da questão, os frankfurtianos, principalmente os da primeira geração,

consideravam que Marx, apesar de grandes e pontuais "intuições" teóricas sobre as conseqüências do capitalismo, no que se poderia atualmente chamar de "produção de subjetividade", termina por nos deixar um esboço relativamente simples da sua concepção do psiquismo humano. A análise que Marx faz do *trabalho* acaba sendo o núcleo essencial do complexo determinativo que caracteriza o gênero e as individualidades humanas, e de onde se desdobrarão todas as suas manifestações. Esta perspectiva se revelou aos frankfurtianos como insatisfatória e incapaz de, por si mesma, dar conta da complexidade do mundo da modernidade. Essa "insuficiência" do marxismo se tornou particularmente dramática diante da ascensão e consolidação "nas mentes e corações dos alemães" do projeto nacional socialista liderado por Adolf Hitler.

A teoria freudiana surge aí como possibilidade de ampliação do campo de análise para além das fronteiras do marxismo. Como expressou Adorno,

> A rigorosa teoria psicanalítica, sensível ao conflito das forças psíquicas, pode destacar melhor o caráter objetivo, especialmente o das leis econômicas comparadas com os impulsos subjetivos, que as teorias que negam o axioma fundamental da teoria psicanalítica, o conflito entre Id e Ego, para estabelecer a qualquer preço um *continuum* entre a sociedade e o psiquismo. (Adorno *apud* Friedman, 1986: 90)

A teoria psicanalítica, ao reconhecer a oposição entre desejo e razão, oferece uma linha de fuga teórica considerada, desde então, fundamental pela Teoria Crítica como parte de sua "caixa de ferramentas" para o exame da dinâmica social. Construída dentro do projeto da modernidade, ela possuía categorias e instrumentos privilegiados para compreender as expressões do "mal-estar" que ele gerava. Herdeira do projeto Iluminista que levava Freud a afirmar que não existia nenhuma instância acima da razão e que, a longo prazo, nada poderia resistir a ela e à experiência, era ao mesmo tempo uma teoria que demonstrava uma clara consciência da fragilidade desse projeto iluminista, indicando estar ciente de que nenhuma das conquistas da civilização iluminista poderia ser dada por definitiva. O racionalismo da psicanálise se revelava assim ser de uma ordem muito especial. Consciente da "precariedade da razão", que Freud acreditava ser filogeneticamente de aquisição recente e ontogeneticamente a expressão de um "verniz" na superfície do córtex, ela era vista por ele como uma atividade por excelência do ego. Este, por sua vez, visto como submetido aos processos primários e só parcialmente consciente, orientado pelo princípio da realidade, mas ele próprio tomado como metamorfose do princípio do prazer (cf. capítulo 22). Vulnerável e sujeito a repressões, seria o cerne da possibilidade de lançar luz sobre a sempre

presente possibilidade de emergência do irracionalismo, encarnado em todos os tipos de fundamentalismos, no possível retorno triunfante do mito e da superstição e na dissolução do indivíduo em diferentes subjetividades coletivas, Freud via nisso a regressão ao homogêneo, ao indiferenciado, expressões de uma nostalgia da horda (cf. capítulo 26). Freud, assim, poderia subscrever a tese de Goya expressa em uma de suas mais famosas gravuras: *O sono da razão produz monstros*. Certamente subscreveria com igual veemência o texto que Goya, defensor do Iluminismo e de grande sensibilidade artística, fez colocar no catálogo da exposição indicando esta mesma gravura: "A fantasia desamparada da razão produz monstros impossíveis: unida a ela é a mãe das artes e origem das maravilhas."

Vista pelos frankfurtianos como a "consciência infeliz" do Iluminismo, a "razão psicanalítica" era assumida por eles como capaz de desempenhar dois papéis diferentes e complementares: no seu uso "privado", na ajuda que poderia fornecer clinicamente às "vítimas" do mal-estar na/da modernidade evitando converter o conflito emocional em infelicidade banal. No seu uso "público", argumentando *com* a sociedade e desvelando as patologias do projeto da modernidade derivadas do seu holismo, irracionalismo e particularismo, desmascarando o fanatismo político e religioso, desvelando o totalitarismo do MUNDO ADMINISTRADO, o racismo e a xenofobia como formas de liberação pulsional e regressão a pesadelos arcaicos. Freud era, para os frankfurtianos, um ponto de fuga teórico perfeito para evitar o engessamento em categorias de análise que, seguindo o espírito da *AUFKLÄRUNG*, entronizavam a razão como luz condutora em direção ao "reino da felicidade". Em Freud eles encontraram esse mesmo espírito, mas plenamente matizado de nuances mais complexas e certamente produtoras de angústia. Ao mesmo tempo que Freud afirmava a razão como força de libertação, como único bem capaz de produzi-la, a felicidade era vista como "virtualmente" impossível, cabendo a nós a obrigação

MUNDO ADMINISTRADO: Martin Jay vê uma correlação deste conceito adorniano com o de "sociedade disciplinar e carcerária" de Foucault e é também, sem dúvida, o protótipo do que Marcuse chamará posteriormente de "sociedade unidimensional". Os três conceitos apontam na mesma direção: para sociedades onde a consciência das massas é manipulada e distorcida, de maneira cada vez mais "cientificamente eficiente", ameaçando de extinção qualquer forma de pensamento crítico.

AUFKLÂRUNG: traduzido por uns como Iluminismo/Ilustração, é também tomado no sentido de "Esclarecimento". Conceito central para os frankfurtianos e fundamental na teoria de Adorno, apontando na direção do *desencantamento do mundo* em que os indivíduos se libertam do medo de uma natureza desconhecida e ameaçadora, superando o animismo e o antropomorfismo. Kant, em seu texto "Que é '*Aufklärung*'", permanente fonte de inspiração para os frankfurtianos, afirma que "*Aufklãrung* [Esclarecimento] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado". Culpa que repousa na "falta" de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem, *Sapere aude* [ousar saber] (1985: 100).

de agir *como se* – pensado aqui kantianamente como um princípio HEURÍSTICO que nos permite viver e sobreviver – ela pudesse ser alcançada, assim afirmado por Freud no *Mal-estar da civilização*: "Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja 'feliz' não se acha incluída no plano da 'criação'" (1974, v. XXI: 95). E enfatiza Freud: "O programa de tornar-se feliz que o princípio do prazer nos impõe não pode ser realizado; contudo, não devemos – na verdade, não podemos – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra" (1974, v. XXI: 102).

HEURÍSTICO (hipótese): hipótese de trabalho que, a despeito de ser verdadeira ou falsa, é adotada a título provisório como idéia diretriz na investigação dos fatos. Não podendo conhecer as coisas em si, o mundo como deve ser "verdadeiramente", temos que nos conformar com o que surge na interação entre sujeito e objeto. O *como se* em Kant, mas principalmente em Hans Vainhinger (1852-1933), neokantiano, torna a vida vivível já que nela poderemos assim encontrar significados: agimos *como se* houvesse um mundo material exterior e independente de nós; nos movemos no mundo social *como se* houvesse certeza moral, caso contrário ficaríamos imobilizados pelo terror da absoluta incerteza em relação aos outros e a nós mesmos.

Coube a Erich Fromm, no contexto histórico de formação inicial da Escola de Frankfurt, "viabilizar" a entrada da psicanálise como perspectiva teórica a serviço de uma interlocução, bem como as tentativas iniciais de articulação com o pensamento de Marx. Fromm vislumbrava de forma otimista uma possibilidade de estabelecer essa articulação vendo em Freud e Marx as mesmas inquietações sobre as quais se debruçavam, de maneira "complementar".

> Marx considerava a estrutura socioeconômica da sociedade como a realidade básica, enquanto Freud acreditava que essa realidade é a organização libidinal do indivíduo. Ambos tinham a mesma desconfiança implacável dos clichês, idéias, racionalizações e ideologias que enchem a mente das pessoas, constituindo a base do que erroneamente tomam por realidade. (Fromm, 1965: 19)

Ambos raciocinavam com o mesmo "espírito crítico", ambos acreditavam que o homem vive imerso em ilusões, já que elas tornam suportável a "miséria da vida real", ambos acreditavam que a "verdade" desvelada poderia ser fonte de libertação, tanto quanto depositavam sua fé na eficácia da abordagem dinâmica e dialética que acreditavam defender.

Esta articulação permitiu também que os frankfurtianos pudessem deixar claro em suas reflexões que a subjetividade dos indivíduos não poderia se expressar plenamente através de categorias sociais e/ou econômicas e nelas somente se buscar saídas, nem muito menos cair na armadilha de descrever a dinâmica social em termos psicológicos. Articulações seriam sempre necessárias

e indispensáveis tanto para se dar conta do *social* como da *subjetividade*, mantendo assim uma perspectiva crítica.

Quanto à apropriação do marxismo pelos frankfurtianos, é crucial estabelecer alguns balizamentos, já que esta aproximação não se dará de forma usual mas de uma forma rigorosamente idiossincrática. Para eles o marxismo é tomado como uma *WELTTANSCHAUNG* e visto como um ponto de partida e uma ajuda para a análise e crítica da sociedade e da cultura que dela deriva, não o vendo como norma a que se deve manter uma fidelidade. Seus teóricos não retêm de Marx – como era regra entre os marxistas que militavam politicamente na época – um conjunto de teses dogmáticas sobre a história e a sociedade, mas dele absolvem essencialmente um certo impulso intelectual de fazer a crítica do momento presente com a finalidade *emancipadora*, através essencialmente da "razão", permitindo demonstrar os mecanismos produtores de injustiça e de alienação.

WELTTANSCHAUNG [visão de mundo]. Utilizada pela primeira vez por Kant, "designa o tipo de atitude fundamental dirigida em direção à totalidade do real na sua relação com o princípio de explicação e com o próprio homem agente da 'visão', de maneira que esta atitude determina a posição espiritual em relação à vida, à ação e aos valores" (Bauer, 1990: 2770, tradução do autor).

Os intelectuais ligados à Escola de Frankfurt desenvolveram e desenvolvem também estratégias diferentes de aproximação e apropriação do pensamento de Marx. Isto explica, em larga medida, por que eles não fizeram coro com as vozes dos marxistas militantes políticos de sua época, a "estranheza" que se pode detectar nos textos frankfurtianos, onde se percebe uma recusa veemente de todas as formas de ECONOMICISMOS, a rejeição da crença na força revolucionária do proletariado, uma hostilidade aberta à experiência soviética, a recusa de toda filosofia da história unificadora e otimista, apoiada na noção de progresso. Tal hostilidade às teses "oficiais" da esquerda de sua época lhes valeu inúmeras críticas e hostilidades, os seus membros sempre sendo vistos com desconfiança, como "desviantes ideológicos. Por outro lado, com igual ênfase, aceitavam, por exemplo, como de extrema relevância a temática do fetichismo da mercadoria e suas conseqüências reificadoras como de crucial importância, tema mantido até hoje como referência obrigatória para os "novos" frankfurtianos.

ECONOMICISMOS: refere-se a uma modalidade de interpretação marxista que enfatiza excessivamente a base econômica na determinação da vida social em detrimento da influência da ideologia, da consciência de classe e da ação política.

E foi essa forma muito particular de determinação de "relevância" nos textos marxistas que os fez eleger como referência fundamental, embora sem o caráter de exclusividade, os textos do "jovem" Marx que, vindo a lume somente

em 1932, ficaram conhecidos como *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Neles o homem é claramente pensado como autor e intérprete de seu destino e principal objeto de reflexão de Marx. Apesar de se apresentarem como uma colcha de retalhos composta de anotações feitas por Marx durante sua estada em Paris, formam um todo harmônico de preocupações e permitem uma apreensão de conjunto, que, em essência, reflete as preocupações de Marx a respeito da natureza do trabalho alienado no capitalismo.

> *Manuscritos econômicos e filosóficos*: escritos por Marx entre abril e agosto de 1844 em Paris e só encontrados em 1930. Herbert Marcuse foi um dos primeiros a publicar, em 1932, um estudo crítico interpretativo dos mesmos, que estão assim divididos: Primeiro Manuscrito – *Trabalho alienado*; Segundo Manuscrito – *A relação da propriedade privada*; Terceiro Manuscrito – *Propriedade privada e trabalho; propriedade privada e comunismo; necessidade, produção e divisão do trabalho. Crítica da filosofia dialética e geral de Hegel* (McLellan, 1988: 238-240).

Esse trabalho do "jovem Marx", ao ser publicado, gerou sentimentos múltiplos e conflitantes. Para alguns comunistas, ligados a uma ortodoxia burocrática e em franco processo de museificação, não passava de uma "obra de juventude", reminiscências de um passado idealista, sob a influência e proteção de Hegel. Para estes, tais reflexões já teriam sido ultrapassadas posteriormente, por um "outro" Marx, mais velho e amadurecido. Para outros, porém, esse texto teve um grande impacto, na medida em que resgatava as idéias centrais de Marx, a essência humanista das suas reflexões. Deixava claro que o marxismo burocratizado, encarnado nos membros dos Partidos Comunistas, havia desprezado a essência do pensamento de Marx em nome de uma disciplina tão eficiente quanto esterilizadora de qualquer reflexão. Era uma evidência de que o comunismo, enquanto uma prática institucionalizada, havia deslocado o centro do seu interesse para um lugar, onde o "homem" não mais estava.

Particularmente com "esse Marx", os teóricos da Escola mantiveram um diálogo permanente e profícuo. Através dele também, especialmente Marcuse tentou construir sua "filosofia concreta", tendo sido quem mais se esforçou para proporcionar ao marxismo categorias de análise onde o psiquismo estivesse presente, via Freud, e para tentar, por outro lado, outorgar a Freud uma dimensão histórica, via Marx.

A recepção das idéias frankfurtianas no Brasil

Particularmente entre nós, a recepção das idéias da Escola de Frankfurt começará nos meados da década de 1960. Seus expoentes da primeira geração – que, com exceção de Walter Benjamin, ainda estavam vivos – farão sua

entrada em cena gradualmente. Na maioria das vezes não serão identificados, mesmo no meio filosófico brasileiro como pertencentes a uma *Teoria Crítica*, que nessa época já estava consolidada, possuindo um elevado grau de coesão interna entre seus membros, quer em relação às suas inquietações, quer em relação à suas abordagens teóricas (cf. a respeito, Soares, 1999).

Em função disso, a aproximação dos intelectuais brasileiros às idéias da "Escola" produziu resultados que não apontavam em uma única e só direção. Ao contrário, a recepção das idéias da Escola de Frankfurt no Brasil produziu resultados substancialmente diversos. E isto pode ser atribuído à conjunção de dois fatores. Primeiro, à heterogeneidade imanente à própria Escola em função quer da diversidade de formação dos seus teóricos, quer da amplitude dos temas a que se dedicavam. O eixo teórico que os unia nem sempre era suficientemente claro para permitir percebê-los, pelo menos numa primeira leitura, como pertencentes a um mesmo grupo teórico. O segundo fator foi a heterogeneidade das condições históricas em que ocorreu no Brasil essa recepção. Isto se refere especificamente às décadas de 1960 e 1970, pelo menos no que diz respeito às primeiras aproximações.

No caso do Brasil, essas duas décadas podem ser periodizadas no mínimo em três momentos distintos: os anos iniciais até o golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs um presidente civil e instaurou em seu lugar uma ditadura militar por vinte anos; os anos intermediários entre março de 1964 até a edição do AI5 em 13 de dezembro de 1968; e os seus anos finais, anos de apogeu da ditadura militar, até meados da década de 1970, seguidos de uma gradual e lenta abertura política em direção a um regime democrático.

AI-5 – Ato Institucional nº 5. Norma de natureza constitucional expedida pelo governo militar, fechando o regime e dando início aos "anos de chumbo" no Brasil entre 1968 e 1975. A ditadura "branda", entre 1964 e 1968, foi seguida desse período de puro terror.

A Escola de Frankfurt chega justamente ao Brasil, timidamente, no segundo momento histórico dessa periodização provisória que propus para os anos 1960-1970 e seus teóricos, mesmo nesse período, são ainda praticamente desconhecidos, mesmo entre filósofos brasileiros. Destaque-se aí nesse momento a *Revista da Civilização Brasileira*, editada de março de 1965 a dezembro de 1968. Possivelmente era a de maior circulação nacional entre intelectuais na época e já registrava a publicação de alguns artigos de membros da Escola de Frankfurt. Dois são de Marcuse: "Liberdade e agressão na sociedade tecnológica" (ano III, nº 18, mar./abr., 1968), "Finalidades, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos" (ano IV, nº 21/22, set./dez., 1968). Um de Adorno: "Moda sem tempo: Jazz" (ano III, nº 18, mar./abr., 1968). E um dos

textos mais conhecidos e divulgados de Walter Benjamin: "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica" (ano IV, nº 19/20, mai./ago., 1968). Em nenhum deles, porém, se faz qualquer alusão à vinculação dos autores com um "movimento de idéias" que os aproximasse e que, já naquela época, era conhecido e consagrado internacionalmente como Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt.

A maior parte dos trabalhos desses teóricos ainda se encontrava em alemão e as expressões "Escola de Frankfurt" ou "Teoria Crítica" eram, se muito, uma referência ainda pouco valorizada no discurso de raríssimos intelectuais e filósofos brasileiros, que tinham acesso a uma bibliografia que não circulava aqui com facilidade.

Schwarz (1995) avalia como extremamente negativa essa "ausência" da Escola de Frankfurt no pensamento dos marxistas brasileiros, particularmente até meados dos anos 1960. Para ele, o marxismo mais sombrio dos frankfurtianos era, na verdade, mais impregnado de realidade que os demais, já que havia "assimilado e articulado uma apreciação plena das experiências do nazismo, do comunismo stalinista e do *american way of life* encarado sem complacência. O trabalho de José Guilherme Merquior, *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, publicado pela Editora Tempo Brasileiro em 1969, é uma das raras exceções daquela época. Constitui, sem dúvida, o primeiro estudo brasileiro envolvendo o "bloco principal" – pelo menos, naquele momento – dos pensadores da Escola de Frankfurt, não havendo registro de nenhum outro de semelhante envergadura naquela época. Na apresentação deste trabalho, o próprio Merquior aponta que as obras dos autores por ele estudados são "em sua maioria desconhecidas no Brasil" (1969: 15). Marcuse também chega ao Brasil nesse mesmo período histórico, porém dois anos antes do trabalho de Merquior e um ano antes de Maio de 68.

Nesse processo de recepção do pensamento frankfurtiano no Brasil, há que se destacar um intelectual brasileiro que pode, sem nenhum favor, ser apontado como o responsável pelo processo de disseminação da Escola de Frankfurt no Brasil: Sérgio Paulo Rouanet. Através dos seus textos, alguns já publicados aqui no fim da década de 1960 e outros mais que se vêm produzindo regularmente, desde os anos de 1970, se percebe a marca registrada

José Guilherme Merquior (1941-1991) apresenta Marcuse de duas maneiras diferentes. No seu trabalho de 1969, Marcuse é revelado como um grande pensador, uma espécie de vanguarda da Escola de Frankfurt. Já em 1986, Merquior não hesitou em apontar Marcuse como padrinho "desse neofascismo vermelho em sua tola, [e] perigosa investida contra as liberdades institucionais e as práticas civilizadas" (1986: 225).

Sérgio Paulo Rouanet (1934-). Diplomata de carreira que vem, há muito, dialogando criticamente com os principais teóricos da Escola de Frankfurt, em especial Habermas, e lançando seu olhar sobre as questões mais candentes da realidade brasileira.

frankfurtiana. Há dele também um excelente texto de 1968, *De Eros a Sísifo*, um dos raros e pouco conhecidos dessa época, em que se propôs fazer uma análise crítica séria, fora da tônica geral daquela época de exaltação cega, do conjunto da obra de Marcuse até aquele ano. Foi editado pela revista *Tempo Brasileiro*, a mesma editora a que se pode atribuir um papel relevante na divulgação – até hoje – de muitas obras de autores ligados à Teoria Crítica, especialmente de Habermas. Neste sentido, a produção intelectual de Sérgio Paulo Rouanet e de Bárbara Freitag (1941), quer como articulistas, quer como consultores da editora acima citada, tem sido fundamental para a divulgação do pensamento da Escola de Frankfurt no Brasil. A própria produção intelectual dos dois, particularmente na última década do século XX, tem sido exemplar nesta direção. Rouanet tem o duplo mérito de ter reconciliado uma boa parte da intelectualidade de esquerda no Brasil com a perspectiva frankfurtiana e ao mesmo tempo – principalmente pela seriedade de suas análises e atualidade das mesmas – ter seduzido para ela outros tantos intelectuais, oriundos de outras interpretações teóricas do marxismo, antes completamente refratários à Escola de Frankfurt.

Indicações bibliográficas

Adorno, Theodor. (1992) *Mínima morália. Reflexões a partir da vida danificada.* São Paulo: Ática.

Soares, Jorge Coelho. (1999) *Marcuse, uma trajetória.* Londrina: UEL.

Munné, Frederic. (1982) La línea de Marx em la Psicologia Social. In: _______. *Psicologia Sociales Marginadas*. Editorial Hispano Européa.

Matos, Olgária C. F. *A Escola de Frankfurt. Luzes e sombras do Iluminismo.* São Paulo: Moderna.

Referências

Abbagnano, Nicola. (1982) *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.

Adorno, Theodor W. (1975) *Dialéctica negativa*. Madrid: Taurus.

_____. (1992) *Mínima morália*. *Reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática.

_____. e Horkheimer, M. (1986) *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Assoun, Paul-Laurent. (1991) *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Ática.

_____. (1990) Théorie Critique. In: *Encyclopédie Philosophique Universelle. Les Notions Philosophiques*, Paris: PUF: 820, v. 2.

Bauer, E. (1990) Waltanschauung. In: *Encyclopédie Philosophique Universelle. Les notions philosophiques Dictionnaire*, vol. 2. Paris: PUF.

Bhaskar, Roy. (2003) Realismo Crítico, relaciones socials y defensa del socialismo. *Viento Sur*, 8 de novembro. Disponível em: <http://www.vientosur.info/articulosweb/textos/index.php?x=37>. Acesso em: 8 nov. 2003.

Bottomore, Tom. (1988) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bouchindhomme, Christian. (1996) Théorie Critique. In: Raynaud, Philippe; Rials, Stéphane. *Dicttionnaire de Philosophie Politique*. Paris: PUF.

Brandão, Junito. (1991) *Dicionário mítico-etimológico*, v. 2. Petrópolis: Vozes.

Breton, André. (1990) *Manifestes du Surréalisme*. Paris: France Loisirs.

Carrol, Lewis. (1977) *Aventuras de Alice: No País das Maravilhas, Através do espelho e o que Alice encontrou lá e outros textos*. São Paulo: Fontana/Summus.

Chacon, Vamireh. (1994) A recepção da Escola de Frankfurt no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. 41, n. 176, out./dez.

Coutinho, Carlos Nelson. (1990) Dois momentos brasileiros da Escola de Frankfurt. In: *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Cranpe-Casbanet, M. (1990) Comme si. In: *Encyclopédie Philosophique Universelle*. *Les Notions Philosophique.* Paris: PUF, v. 1.

Dictionnaire de l'Art et des Artistes. Paris: Fernand Hazan, 1982.

Freitag, Bárbara. (1986) *Teoria Crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense.

Freud, Sigmund. (1976) O mal-estar na civilização (1930 [1929]). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.

Friedman, George. (1986) *La Filosofia Política de la Escuela de Frankfurt*. México: Fondo de Cultura Econômica.

Fromm, Erich. (1965) *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gay, Peter. (1978) *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Heidegger, Martin. (1988, 1993) *Ser e tempo*, 2 vol. Petrópolis: Vozes.

Honneth, Axel. (1999) Teoria Crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP.

_____. (2003) *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.

Horkheimer, Max. (1999) A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de pesquisas sociais. *Revista Praga*, nº 7. São Paulo: Hucitec.

Jay, Martin. (1974) *La Imaginación Dialética*. *Una historia de la Escuela de Frankfurt.* Madri: Taurus.

_____. (1996) A imaginação dialética 25 anos depois. In: Paiva, Vanilda (org.) *Contemporaneidade e Educação*. *A atualidade da Escola de Frankfurt*. Ano I, n. 0, set.

Kaes, Anton; Jay, Martin e Dimendberg, Edward. (1995) *The Weimar Republic Sourcebook*. Berkeley: University California Press, 1995.

Kant, Immanuel. (1985) Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento? ("*Aufklärung*"). In: _____. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes.

Kellner, Douglas. (2001) *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC.

Korsch, Karl. (1971) *Marxismo y Filosofia*. México: Era.

Krakauer, Siegfried. (1988) *De Caligari a Hitler. Uma história psicológica do cinema alemão*. Rio de Janeiro: Zahar.

Labica, Georges e Bensussan, Gerard. (1982) *Dictionnaire Critique du Marxisme*. Paris: PUF.

Loureiro, Maria Isabel. (1995) *Rosa Luxemburgo. Os dilemas da ação revolucionária.* São Paulo: UNESP.

_____ (org.) (1999) *A grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes.

Marcuse, Herbert. (1967) *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1968) *Eros e civilização: uma interpretação filosófica ao pensamento de Freud.* Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1997, 1998) *Cultura e sociedade*, 2 vol. São Paulo: Paz e Terra.

_____. e Kellner, Douglas (org.) (1999) *Tecnologia, guerra e fascismo*. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse. São Paulo: UNESP.

Marx, Karl. (1962) Manuscritos econômicos e filosóficos. In: Fromm, E. *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Merquior, José Guilherme. (1969) *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Mészaros, István. (1988) Lukács, György. In: Bottomore, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 221-223.

Muñoz, Blanca. (2000) *Theodor Adorno: Teoria Crítica y Cultura de Masas*. Madri: Fundamentos.

_____. (1995) *Teoria de la pseudocultura*. Madri: Fundamentos.

Netto, José P. (org. e intr.) (1992) *Lukács*. São Paulo: Ática (Grandes Cientistas Sociais).

Offe, Klaus. (1994) *Capitalismo desorganizado*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1984) *Mudanças estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Payne, Michael (ed.) (1997) *A Dictionary of Cultural and Critical Theory*. Oxford: Blackwell Publishers.

Richard, Lionel. (1988) *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ringer, Fritz K. (2000) *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: EDUSP.

Rouanet, Sérgio Paulo. (1968) De Eros a Sísifo. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 17/18.

_____. (1981) *Édipo e o anjo. Itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (1983) *Teoria Crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

______. (1985) *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense.

______. (1987) *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

______. (1993) *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

______. (1993) *A razão nômade. Walter Benjamin e outros viajantes.* Rio de Janeiro: UFRJ.

______. (1994) *Moderno e Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: UERJ.

Sadie, Stanley (ed.) (1994) *Dicionário Grove de música*. Edição concisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Soares, Jorge Coelho. (2003) Cidade, progresso e subjetividade. *Sociedad y Utopia.* Revista de Ciências Sociales, Madri, v. 1, n. 21: 75-84.

_____. (2002) A "imaginação dialética" de Rolf Wiggershaus. Apresentação à edição brasileira. In: Wiggerhaus, Rolf. *A Escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL.

_____. (2002) Em busca de uma razão sensível no reino da cultura de massa. *Logos.* Comunicação e Universidade, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17: 7-18.

_____. (2000) A crise da sociedade contemporânea e o sofrimento psíquico. *Revista Ciências Humanas.* Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, v. 23, n. 1-2: 220-231, junho/dezembro.

_____. (2000) Eros e civilização: sexualidade, repressão e a Teoria Crítica. *Revista Scientia Sexualis.* Mestrado em Sexologia da Universidade Gama Filho, v. 6, n. 1: 27-51.

_____. (1999) *Marcuse, uma trajetória*. Londrina: Eduel.

_____. (1999) *Marcuse no Brasil. Entrevistas com filósofos*. Londrina: Eduel.

Sloterdijk, Peter. (1989) *Crítica de la Razón Cínica*, 2 vol. Madri: Taurus.

Schwarz, Roberto. (1995) Um Seminário de Marx. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais: 5-4 a 5-7, 8 out.

Thakmann, Rita. (1988) *A República de Weimar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Vandenberghe, Frédéric. (1998) *Une critique de la sociologie allemande. Aliénation et réification*, Tomo II. Paris: La Découverte, 1998.

Wick, Rainer. (1989) *Pedagogia da Bauhaus*. São Paulo: Martins Fontes.

Wiggershaus, Rolf. (2002) *A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL.

A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo

Ana Mercês Bahia Bock e Odair Furtado

Antes de discutirmos o marxismo na psicologia brasileira, é preciso mencionar que o marxismo no Brasil tem uma história peculiar e vamos falar, inicialmente, um pouco dessa história. As primeiras manifestações de cunho socialista ocorreram, segundo Boris Fausto (2001: 268), com o surgimento dos primeiros partidos operários no final do século XIX no Rio de Janeiro e o próprio autor diz se tratar de um socialismo difuso. Ao mesmo tempo, em São Paulo, cresce o movimento anarco-sindicalista. Somente a partir de 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), podemos falar da presença do marxismo em nosso país, de forma organizada, com a constituição de quadros militantes e relações internacionais.

Entretanto, se considerarmos que a LUTA DE CLASSES é o principal móvel da teoria revolucionária de Marx, precisamos também considerar que há um passado de lutas desde o Brasil colônia. É claro que não se tratava de luta de classes *strictu senso*, mas temos uma cultura de enfrentamento e de resistência que é secular. Alguns fatores contribuíram para que a tradição de enfrentamento fosse aos poucos sendo construída entre nós. Um desses fatores é a combinação das condições de colonização e formas de fixação dos portugueses em território brasileiro, criando bases protonacionais e a formação humanista de parte das elites desse período; um exemplo desse fator foi a organização do episódio que ficou conhecido como Inconfidência Mineira e que teve influência do pensamento iluminista e da Revolução Francesa.

Engels no clássico *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1975 [1884]), nos ensina que a passagem do estado primitivo de produção comunal para a propriedade privada implicou o acúmulo de riquezas e a conseqüente divisão da sociedade em classes sociais. As formações econômicas que se sucederam até os tempos atuais, a sociedade capitalista, foram todas baseadas na exploração do homem pelo homem na forma de subjugação de classes sociais. O confronto de interesses dessas classes é conhecido como "LUTA DE CLASSES".

Outro fator foi representado pelos ecos do clima revolucionário que varre a Europa em 1848 e que repercute no Brasil através da divulgação de obras de cunho revolucionário e influencia a Revolução Farroupilha, particularmente com a presença de Giuseppe Garibaldi no Brasil (Markun, 1999). Tais episódios constituem quadros libertários que atuam de forma isolada ou através de bandeiras de lutas específicas, como foi o caso de Joaquim Nabuco, representante conservador que, no entanto, foi defensor radical do abolicionismo no Brasil.

Essa tradição revolucionária que vai se criando de forma incipiente no Brasil, em parte através do próprio ideário burguês da Revolução Francesa e do espírito iluminista e em parte pela crítica libertária ao próprio pensamento burguês, seja de cunho socialista ou anarquista, é que poderia explicar a radicalidade do pensamento de Manoel Bomfim (1868-1932), médico sergipano, com bastante influência na definição do projeto educacional da nascente República brasileira, e que dirigiu o primeiro LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA no *Pedagogium*, no Rio de Janeiro, a partir de 1906.

Não podemos dizer que Bomfim tenha sido o primeiro psicólogo marxista, em primeiro lugar porque, rigorosamente, ele não era. Tratava-se de um médico que estava contribuindo tanto com a construção da psicologia como das ciências sociais no Brasil e, em segundo lugar, porque não se tratava de um marxista no sentido exato do termo, formado nas lutas operárias ou como intelectual socialista. Entretanto, num cenário tão escasso de idéias radicais, não há como não mencionar Bomfim como um pioneiro.

Na coletânea *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (Antunes, 2004), alguns pioneiros da psicologia no Brasil como Plínio Olinto, Lourenço Filho e Annita Cabral, não definem uma data de fundação da psicologia brasileira. Entretanto, todos mencionam a inauguração do LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA criado por Bomfim como um marco para a psicologia brasileira.

De acordo com Antonio Luiz M. C. Costa (revista *Carta Capital* – 15/6/2005), "O próprio Bomfim não hesitava em montar sua maquinaria teórica com "moinhos de fora". Seu livro de 1905 começou a ser escrito em março de 1903, quando, comissionado pelo Ministério da Educação brasileiro, estudava pedagogia na Sorbonne e estagiava no Laboratório de Psicologia Experimental de Alfred Binet. Mas o autor não deixou claro quais foram as influências em sua obra política. Talvez explicitá-las desacreditasse ainda mais uma posição já isolada e polêmica no contexto intelectual brasileiro. Segundo *O rebelde esquecido*, biografia por Ronaldo Conde Aguiar (Rio de Janerio: Topbooks), Bomfim não ignorava Marx. Em um artigo de 1901, criticou a otimista visão do futuro do capitalismo do economista John B. Clark (um dos pioneiros da teoria neoclássica) em termos dignos do autor de *O capital*: "Idéias genéricas como liberdade, democracia, igualdade (foram) utilizadas no passado e no presente pela própria burguesia para justificar o capitalismo [...] com o objetivo explícito de negar os antagonismos entre as classes e as teorias socialistas." Aguiar complementa que Bomfim também estagiou no laboratório de George Dumas.

Durante os anos de construção da psicologia no Brasil até a década de 1970, tivemos vários psicólogos ou construtores da psicologia brasileira que

militavam no campo da ESQUERDA, mas tal militância não chegou a marcar presença nas obras desses autores. O médico Mira y López (1896-1964), que participara da Revolução Espanhola em 1936 e se exila primeiro na França, onde é acolhido por Henri Piéron (1939), passa por vários países da América do Sul, pelo México e pelos EEUU, se fixa em Buenos Aires em 1939 e depois no Brasil em 1945. Ele é um deles (Rosas, 1995) (cf. capítulos 16 e 30). Entretanto, somente em 1954, com a defesa de *O caráter nacional brasileiro*, tese de doutorado de Dante Moreira Leite, teremos uma obra com influência claramente marxista. Dante Moreira Leite (1927-1976) fez parte do grupo de intelectuais que deram novo rumo às ciência sociais, à crítica literária e, no seu caso, à psicologia social no Brasil, como é o caso de Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Otávio Ianni, entre tantos outros. Mesmo assim, Dante Moreira Leite, não produziu uma psicologia marxista, *stricto sensu*, mas utilizou claramente categorias advindas do campo marxista, como foi o caso da avaliação da ideologia contida nas teorias do caráter, dominantes na psicologia na primeira metade do século XX (Leite: 1992).

O surgimento do termo "ESQUERDA" para designar posições críticas surgiu na revolução francesa, por uma peculiaridade da distribuição dos membros da Assembléia parlamentar, cujos membros mais críticos sentavam-se à direita do Presidente da Assembléia. A partir de então todas as posições políticas mais radicais na defesa dos interesses populares são denominadas de esquerda. O marxismo é assim considerado uma corrente política de esquerda. Para maior esclarecimento consultar Giddens (1996) e Bobbio (1995).

Foram várias as portas para a entrada do marxismo na psicologia brasileira e foram vários os momentos dessas entradas. No entanto, é possível localizarmos nos anos 1970 a época e na psicologia social a sua porta principal. Os anos 1970 se constituíram como os anos de ditadura militar e da organização social para seu combate. As forças de esquerda adquiriram um maior espaço social e, conseqüentemente, as idéias marxistas adquiriram maior interesse e desenvolvimento. O movimento institucionalista entra no Brasil através de GEORGES LAPASSADE e de René Lourau, principalmente na UFMG (cf. capítulo 30). Lapassade teve uma passagem memorável que deixou marcas indeléveis na construção da via da intervenção institucional em Minas Gerais. No Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador formaram-se grupos reichianos que reúnem a via da contra-cultura e a crítica da psicanálise. Analisamos, a seguir, cada um desses eventos.

GEORGES LAPASSADE: de acordo com Elisabeth Bomfim (2003: 138), "Minas Gerais foi também o palco das primeiras experiências da análise institucional no país. Iniciada no 'Setor de Psicologia Social' da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir da visita de George Lapassade...".

Lapassade (1977) apresenta uma leitura marxista e de certa maneira, como é possível antever em seu famoso prólogo para a terceira edição do livro *Grupos, organizações e instituições*, uma posição anti-stalinista que demonstra um

posicionamento de crítica à nomenclatura soviética, o que era considerado na época como *esquerdismo* pelos comunistas. O movimento institucionalista teve muitos desdobramentos no Brasil e representou (e ainda representa) uma forma de reunir o marxismo e o neomarximo com a psicanálise, principalmente a de orientação lacaniana. A criação do IBRAPSI no Rio de Janeiro em outubro de 1978, com a participação de Gregório Baremblit, representou a consolidação do movimento institucionalista no Brasil. Esse movimento tinha clara aliança com o marxismo. O próprio Baremblitt, em um simpósio do IBRAPSI em 1982, faz uma espécie de autobiografia intelectual dizendo que "Os pilares de nosso arsenal teórico foram sempre a obra de Marx e a de Freud" (Baremblitt, 1982: 88). E segue desfiando uma fieira de nomes importantes da esquerda mundial que vai de Trotski a Rosa de Luxemburgo e Antonio Gramsci, de Etienne Balibar e Roger Establet a Niko Poulantzas. Cita a importância de Louis Althusser e de Georges Politzer, de Wilhelm Reich, Erich Fromm e Jean-Paul Sartre. O fato é que os argentinos estavam muito mais posicionados e avançados na discussão crítica e quando chegaram ao Brasil, exilados, influenciaram aqueles que aqui iniciavam a jornada crítica da psicologia e da psicanálise no Brasil. Vale conferir a obra de Cecilia Coimbra (1995) *Guardiães da ordem* (cf. capítulos 19, 21, 23, 28 e 30).

Gregório Baremblitt, médico e psicanalista argentino, fez parte do Grupo Plataforma Argentino, grupo formado pelos psicanalistas argentinos engajados na renovação crítica da psicanálise argentina e que tinham forte compromisso com a plataforma política de esquerda naquele país. Com o recrudescimento da ditadura militar argentina, muitos deles foram obrigados a seguir para o exílio e o Brasil foi um dos destinos. Os fatos e análise estão relatados pormenorizadamente em *Questionamos I* e *II* (Langer, 1973 e 1977).

Os reichianos, por sua vez, primavam pela crítica dos costumes e, a despeito da militância marxista do próprio Reich, se afinavam mais com a fase final de seus trabalhos e sua teoria energética. A despeito do claro conteúdo político de sua obra, ele não foi adotado pelos militantes de esquerda em geral e nem da psicologia em particular. Foi lido e muito lido, mas não entusiasmava pela condição de iconoclasta que em última instância colocava em questão a estrutura burocrática das organizações de esquerda. Os que se organizaram em torno da leitura de Reich, em geral, não estavam envolvidos com as formas tradicionais de luta adotadas pelas organizações de esquerda e não viam no marxismo uma alternativa importante.

Outra influência para a psicologia marxista no Brasil é a publicacão, em 1972, por Gilles Deleuze e Felix Guattari, de *O Anti-Édipo*, que representa uma crítica à psicanálise e ao marxismo utilizando tanto categorias freudianas quanto categorias marxistas. A obra conjunta de Deleuze e Guattari se coaduna com o

campo neo-estruturalista que rompe tanto com o encarquilhado estruturalismo francês quanto com a visão stalinista do marxismo, muito em voga na época no Partido Comunista Francês (PCF). A experiência da revista *Socialisme ou Barbarie*, que aglutinou boa parte dos intelectuais franceses que não adeririam ao stalinismo, também foi importante para essa ruptura com a ORTODOXIA MARXISTA. Guattari irá depurar sua influência marxista a partir do seu contato com Deleuze e a partir da leitura que Deleuze faz de Nietzsche (Deleuze, 1976), ele irá construir a tendência que depois ficou conhecida como *esquizoanálise* e que passou a ser muito conhecida entre nós a partir do final dos anos 1980 (cf. capítulo 30).

> *Socialisme ou Barbarie*: revista fundada e dirigida por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort em 1948 e que durou até 1966, é responsável pela crítica ao burocratismo soviético e às posições stalinistas do PC francês. http://www.agorainternational.org/sbtabletext.html.
>
> Ortodoxia marxista: em *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*, coletânea de textos reunidos em 1977, Guattari demonstra maior virulência contra a psicanálise e contra o lacanismo que propriamente contra o marxismo. É violentamente contra o burocratismo e o stalinismo e práticas stalinistas. Marx, entretanto, é atualizado em constante diálogo (Guattari, 1981).

Também cresceu a influência da Escola de Frankfurt, com Adorno e Horkheimer (cf. capítulo 28) que passam a ser estudados sistematicamente. Aqui e ali escutamos ecos dos estudos de Henri Wallon e, também, do primeiro estudo sistemático de psicologia e marxismo realizado por Georges Politzer (Ferreira, 1997). Mas é na psicologia social que o marxismo na psicologia brasileira encontrará maior desenvolvimento.

A psicologia social nos anos 1970

Depois da institucionalização da psicologia nos anos 1960, e até os anos 1970, a psicologia social, no Brasil, esteve sob forte influência americana, e, conseqüentemente, sob as orientações metodológicas naturalistas, e por isso concebeu a realidade social como fruto da presença do outro. Tinha como objeto, portanto, o estudo do comportamento na presença de outro. Somava-se a essas concepções o fato de a psicologia em geral, no Brasil, como área de conhecimento e como fazer, ter uma tradição de controle, categorização e classificação, apresentando-se como uma profissão e um saber a serviço dos interesses das elites brasileiras.

A perspectiva marxista compreende que, até então, a visão de fenômeno psicológico sempre foi a de algo abstrato, universal e natural no homem. Algo encapsulado no homem que mantinha com a realidade externa uma relação de estimulação para seu desenvolvimento. A realidade social não tinha, assim,

qualquer importância para a psicologia. Neste caso, atitudes são possibilidades da cognição (dadas naturalmente); representações são possibilidades da cognição (dadas naturalmente); grupos são possibilidades humanas (dadas por instintos gregários); a liderança é natural de alguns homens ou mulheres; a sexualidade genital é natural; o confronto com a sociedade é adaptação; a socialização é integração natural do homem na sociedade; a sociedade é algo absolutamente estranho ao homem. E por aí se vai, produzindo explicações que não falam da realidade social; não falam de nossa contribuição na construção da realidade social; não vêem o homem como um ser ativo, social e histórico; um ser que projeta sua ação, que conquistou, em seu desenvolvimento histórico, o futuro. O homem que deve se responsabilizar pela sociedade onde vive e que pode transformá-la a partir de um projeto coletivo.

Sair desse cenário não era tarefa fácil. A psicologia social crítica teve um papel fundamental na superação desse quadro.

A presença do marxismo na psicologia social pode parecer óbvia, pelo interesse social que a disciplina apresenta; entretanto, esse fenômeno ocorre no Brasil de maneira peculiar e, a despeito de o mesmo fenômeno poder se repetir em outros lugares, nem sempre foi essa a porta da entrada do marxismo na psicologia. Confira o site http://www.marxists.org/subject/psychology/index.htm para maiores referências de autores e correntes da psicologia.

A psicologia social e a ABRAPSO

A história recente da psicologia social no Brasil se mescla com a da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, na medida em que esta se constitui como espaço de organização para a construção de uma nova perspectiva da psicologia no Brasil. É uma história de procura incessante da compreensão do processo social que engendra os sujeitos e a busca de uma ciência como práxis. Tudo isso tendo como uma de suas principais perspectivas o materialismo histórico e dialético, oriundo do marxismo.

Desde o início dos anos 1970, conforme testemunho de Silvia Lane (Bock e Lane, 2003), já havia sido criada a ALAPSO – Associação Latino-Americana de Psicologia Social, em um Congresso da SIP – Sociedade Interamericana de Psicologia, no Uruguai. A criação da ALAPSO respondia a um interesse em reunir os psicólogos sociais latino-americanos e também fornecer à produção de conhecimento na área uma direção mais ligada à realidade de cada país. No entanto, a entidade não se fortaleceu como se desejava e não se mostrou como possibilidade organizativa para a psicologia social. Em julho de 1979, em Lima, no Peru, em outro Congresso da SIP, surgiu a idéia de priorizar a construção de entidades nacionais. Assim, como conseqüência, pensou-se

em criar a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Era uma proposta que buscava fortalecer a organização dos psicólogos ligados à área da psicologia social, criando espaços adequados para o diálogo e o avanço desse campo. Além disso, caminhava-se para o fortalecimento de um pensamento latino-americano na psicologia, a partir da psicologia social. Em julho de 1980, no Rio de Janeiro, em uma reunião da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, foi aprovado, em assembléia, o estatuto da ABRAPSO.

A ABRAPSO se apresentou como uma possibilidade de rompimento com a psicologia social americana e européia. Os problemas de nossa sociedade, marcada pela desigualdade social e pela miséria, não encontravam soluções na psicologia social importada como um saber universal dos países do Primeiro Mundo. Era imperioso rever, criticamente, o conhecimento científico como práxis, ou seja, a unidade entre saber e fazer. Sentia-se necessidade de uma psicologia social brasileira, que partisse da realidade social, tal qual estava sendo vivida pelo povo brasileiro.

A ditadura militar (1964-1985) limitava a atuação dos PARTIDOS POLÍTICOS e grupos organizados, clandestinamente ou não, que buscavam formas de trabalho nas intervenções profissionais. Nesse contexto, o pensamento de esquerda pressionava as corporações profissionais a desenvolver trabalhos que objetivassem o desenvolvimento da consciência política da população. A psicologia comunitária, como uma intervenção dos psicólogos nas relações sociais das comunidades e movimentos sociais, surgia como essa possibilidade. Assim, buscou-se a rua, o bairro, o grupo, o sindicato, a comunidade. A psicologia comunitária tornava-se uma intervenção típica dos países da América Latina e se constituía em uma alternativa profissional para aqueles que pretendiam uma atuação política junto às camadas populares ou aqueles que, pela sua consciência política, esperavam trabalhar com camadas da população que mais necessitavam de seus serviços profissionais, pela própria ausência do Estado nesse segmento. Toma força então a ABRAPSO, que passa a reunir os psicólogos e outros profissionais que se dedicavam a essa área de atuação

PARTIDOS POLÍTICOS: nesse período, através do Ato Institucional nº 2, promulgado pelo governo militar (expressão política da ditadura militar), a representação parlamentar se circunscrevia a dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de apoio ao governo militar, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era a oposição consentida. Todas as demais forças políticas foram colocadas na clandestinidade ou estavam desmobilizadas. Partidos como PCB, PC do B e organizações que deles derivaram ou que nasceram da militância católica como a Ação Popular atuavam na clandestinidade e muitos dos seus militantes foram presos, exilados, mortos e muitos estão desaparecidos até hoje. O trabalho clandestino é obrigatoriamente dissimulado e uma das estratégias era a ocupação de entidades ou organizações que permitiam o trabalho legal. Uma forma de atuação política e ao mesmo tempo de proteção dos militantes.

profissional na busca de soluções para os problemas sociais e políticos enfrentados pelos diversos segmentos das camadas populares.

O desenvolvimento da consciência política torna-se tema importante, mesmo porque a influência de Paulo Freire (1921-1997) é grande nesse período. Uma pedagogia militante, a liberdade como prática de ensino e uma pedagogia do oprimido influenciam a prática comunitária da psicologia e impulsionam uma forma de psicologia do oprimido. Daí para as teorias que fundamentassem a produção acadêmica foi um pulo e descobrir Vigotski, que tomava a consciência como objeto de estudo, ajudou consideravelmente nesse processo de construção de uma psicologia social com base marxista. Como se tratava de uma ação latino-americana, Martin-Baró, em El Salvador, a partir do uso e da crítica do referencial da Psicologia Social cognitivista de base americana, vai construindo a *Psicología de la Liberación*. Também ele fortemente influenciado por Paulo Freire (Lane, 1995 e Furtado *et al.*, 1999).

Esse período da história da psicologia no Brasil é caracterizado pela efervescência de perguntas sobre o papel do psicólogo. Quem somos? O que buscamos? Qual nossa contribuição social? Críticas duras eram feitas aos profissionais que serviam ao sistema nas fábricas e nos consultórios particulares. A quem estamos servindo? – era a pergunta-chave. Começava a cair por terra a visão de uma ciência neutra e de uma prática descomprometida. A psicologia começava a superar a ingenuidade que a acometia até então, dada a influência positivista.

SILVIA LANE trazia o marxismo para a psicologia, entrando pela porta da psicologia social. As contribuições dos russos Alexis N. Leontiev (1904-1979), Aleksandr R. Luria (1902-1977) e Lev S. Vigotski (1896-1934) se tornaram fundamentais para que a psicologia social encontrasse um novo caminho: o caminho de uma psicologia crítica e comprometida com a realidade brasileira (cf. capítulo 21).

SILVIA LANE: Banchs Rodriguez (1997: 93) descreve assim o trabalho de Lane: "En síntesis, la propuesta de la Escuela de São Paulo para una psicologia social marxista plantea la necesidad de sesarrollar en los seres humanos un pensamiento crítico que los conduzca a percerbirse a si mismos como sujetos activos de la historia y a salir de la alienación que los mantiene em la condición de objetos pasivos que sufren la historia."

O lançamento do livro *O que é a psicologia social* por Silvia Lane e depois o *Psicologia social: o homem em movimento* organizado por ela e por Wanderley Codo (que fora seu orientando no doutorado na PUC-SP), representam um marco na construção da psicologia social de orientação marxista. Orientação porque não é possível rotular todos os autores nesse campo, mas Silvia Lane e Wanderley Codo estavam demarcando claramente o campo com a publicação desse livro. É como se um novo programa, uma nova pauta para a psicologia

social estivesse sendo lançada naquele momento e isso foi fruto de longos anos de amadurecimento.

A questão central da proposta estava na definição de uma nova dimensão para apreender o indivíduo como ser concreto, como manifestação de totalidade histórico-social. Para tanto, era fundamental rever a psicologia social concebendo uma nova definição de ser humano, produto de sua materialidade histórica e ao mesmo tempo produtor dessa mesma história. A própria Silvia Lane (1984: 15) é quem aponta:

> Se o positivismo, ao enfrentar a contradição entre objetividade e subjetividade, perdeu o ser humano, produto e produtor da História, se tornou necessário recuperar o subjetivismo enquanto materialidade psicológica. A dualidade físico *versus* psíquico implica uma concepção dualista do ser humano, na velha tradição animística da Psicologia, ou então caímos em um organicismo, onde homem e computador são imagem e semelhança um do outro. Nenhuma das duas tendências dá conta de explicar o homem criativo e transformador.

A autora aponta, ainda, que será dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que se irão encontrar os pressupostos epistemológicos para a reconstrução de um conhecimento que atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais, reconstruindo, dessa forma, o objeto da psicologia social.

Hoje, essa visão marca presença em inúmeros programas de pós-graduação e cursos de psicologia no Brasil. Programas como o da UERJ, da PUC-SP, da PUC-RS, da UFMG, UFPR, da UFPb, UFSC, para citar apenas alguns, mantêm disciplinas ou com bibliografia de orientação marxista ou de base crítica que dialoga com o marxismo e, pode-se dizer, trata-se de um fenômeno importante para a psicologia social e para a psicologia da educação e da aprendizagem no Brasil. Em programas de pós-graduação em Educação também encontraremos essa discussão sobre psicologia e marxismo. Recentemente, na UNESP de Bauru, a Sociedade Brasileira de Psicologia Política – SBPP reuniu-se para o III Simpósio Brasileiro de Psicologia Política e a discussão sobre a psicologia e o marxismo esteve em pauta. Sem procurar ser extenso o suficiente, são marcas evidentes de que hoje o marxismo é discutido na psicologia brasileira.

Para concluir, é preciso dizer que o marxismo trouxe uma nova visão de homem para as ciências humanas: a noção de um homem que se constituiu historicamente, por meio da transformação da natureza, de forma consciente, para garantir a produção de sua existência. E, ao produzir bens materiais de

forma consciente, produz também o campo simbólico – produz idéias. Tais idéias e conhecimentos produzidos pelo homem em determinado momento histórico refletem a realidade desse momento histórico e, por sua vez, orientam a ação dos homens, modificando e desenvolvendo a ação, ao mesmo tempo em que também estas são modificadas. Trata-se de um processo contínuo de relação, que ocorre de forma dialética, expressando a unidade contraditória entre real e racional, numa perspectiva materialista (Gonçalves, 2002: 39).

O homem concebido como ser ativo, social e histórico; e a sociedade, como produção histórica dos homens que, através da atividade, produzem sua vida material. As idéias, como representações da realidade material. A realidade material fundada em contradições que se expressam nas idéias e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de idéias, incluindo a ciência e, evidentemente, também a psicologia. É este o papel que vem cumprindo o marxismo na Psicologia brasileira.

Nota

Este capítulo reflete as reflexões da equipe de psicologia sócio-histórica da PUC-SP, sendo sua redação de responsabilidade de Bock e Furtado.

Indicações estéticas e bibliográficas

Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M. e Furtado, O. (2002) *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.

Psychology and Marxism – http://www.marxists.org/subject/psychology/index.htm.

Referências

Aguiar, Ronaldo Conde. (1999) *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Antunes, Mitsuko A. M. (2004) *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ e Brasília: CFP.

Banchs Rodriguez, Maria A. (1997) *Corrientes teóricas en Psicología Social: desde la psicologia social experimental hasta el movimiento construcionista*. Caracas: UCV.

Baremblitt, Gregório F. (coord.) (1982) *O inconsciente institucional*. Petrópolis: Vozes.

Bobbio, Norberto. (1995) *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP.

Bock, Ana M. B. (2002) A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M. e Furtado, O. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.

Bomfim, Elizabeth de M. (2003) Contribuições para a história da psicologia social no Brasil. In: Jacó-Vilela, Ana Maria *et al. Psicologia social: relatos na América Latina*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Coimbra, Cecília. (1995) *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Deleuze, Gilles. (1976 [1962]) *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Rio.

Engels, Friedrich (1975 [1884]) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fausto, Boris. (2001) *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado.

Ferreira, Marcos R. (1997) Exigências históricas para a psicologia: Georges Politzer e a psicologia concreta. In: *Psicologia Revista*. Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, nº 4, 61-72.

Furtado, O.; Bichara, T. e Ribeiro, C. (1998) A psicologia social e a ação social. In: *Psicologia Revista*. Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, nº 7, 79-92.

Gonçalves, Mª da Graça M. (2002) A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M. e Furtado, O. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.

Guattari, Felix. (1981) *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. e notas de Suely B. Rolnik. São Paulo: Brasiliense.

Guiddens, Anthony. (1996) *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: UNESP.

Lane, Silvia T. M. (1995) Avanços da psicologia social na América Latina. In: Lane, Silvia T. M. e Sawaia, Bader B. (orgs.) *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense/EDUC.

___ (1984) A psicologia social e uma nova conscepção do homem para a psicologia. In: Lane, Silvia T. M. e Codo, Wanderley. *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Langer, Marie. (comp.) (1973) *Questionamos: a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes.

___ (comp.) (1977) *Questionamos 2: Psicanálise institucional e psicanálise sem instituição*. Belo Horizonte: Interlivros.

Lapassade, Georges. (1977) *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Leite, Dante M. (1992) *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5ª ed. São Paulo: Ática.

Markun, Paulo. (1999) *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*. São Paulo: SENAC São Paulo.

Revista Psicologia e Sociedade da ABRAPSO n.º 2. (1986) "Psicanálise ou marxismo: dilema da psicologia social?".

Rosa, Paulo. (1995) *Mira y Lopes, 30 anos depois*. São Paulo: Vetor.

Capítulo 30

"SEJAMOS REALISTAS, TENTEMOS O IMPOSSÍVEL!"

Desencaminhando a psicologia através da Análise Institucional

Heliana de Barros Conde Rodrigues

É possível que o leitor já tenha encontrado professores ou psicólogos conhecidos como *analistas institucionais*, *institucionalistas*, *socioanalistas* ou *esquizoanalistas*. Embora esses termos não sejam equivalentes, associam-se a um estilo comum: preocupação em problematizar o que parece natural aos olhos da maioria; interesse por transformações nos campos da saúde, saúde mental, educação etc.; recusa a reduzir a abordagem de qualquer questão ao que sobre ela afirma a Psicologia, considerando o que esta diz e/ou faz como parte do tema em análise; livre incursão por vários espaços do saber – ciências sociais, história, filosofia etc.; referência constante às relações de poder que permeiam a produção de conhecimento; repetida alusão a movimentos de caráter libertário – *maio de 68*, em especial, daí o título deste capítulo, que reproduz um dos famosos grafites que cobriram os muros de Paris nessa época.

Cumpre ressaltar, porém, que uma aproximação maior evidenciará diferenças: alguns institucionalistas recorrem a conceitos psicanalíticos, enquanto outros são críticos ferozes da perspectiva freudiana; muitos privilegiam as práticas grupais, mas há também os que insistem em distinguir grupalismo e institucionalismo; o termo *subjetividade*, apesar de jamais ausente de seus discursos, não tem o mesmo sentido para todos; uns citam Lourau e Lapassade, outros remetem a Deleuze e Guattari, outros ainda preferem os grupalistas argentinos, afora os entusiastas de Basaglia e da Psiquiatria Democrática italiana e os que tentam combinar tudo isso com contribuições brasileiras, em busca de uma polifonia minimamente afinada.

Essas semelhanças e disparidades apontam a uma rede de saberes e práticas – chamemo-la, a partir de agora, Análise Institucional (AI) –, cuja reconstrução constitui um desafio para o historiador da psicologia, pois tal expressão de modo algum designa teorias e técnicas psico-lógicas, isto é, submetidas à lógica *psi*. Se algo se pode predicar sem receios da AI, por sinal, é que ela toma a Psicologia como nada mais do que uma dentre as *instituições* que se propõe a analisar, a desnaturalizar, a reinventar – a *desencaminhar*, em suma, daí o subtítulo deste capítulo.

Como era gostoso o meu francês

Iniciaremos a apresentação com a história da Análise Institucional na França, visto provirem deste país as principais transmissões que formaram os institucionalistas brasileiros. Para tanto, estabelecemos uma periodização cujos limites assinalam momentos de transformação nos modos de pensar, atuar e ser da intelectualidade francesa, definindo começos, recomeços ou 'viradas' na trajetória da AI: (1) do "Efeito Stalingrado" à 'ruína das plantações do escritor'; (2) de 'quando Bandung substituiu Billancourt' à "Grande Recusa"; (3) do 'Maio feito Mao' ao 'triunfo da rosa'; (4) 'os anos de inverno'.

Do "Efeito Stalingrado" (1945) à 'ruína das plantações do escritor' (1956)

Terminada a Segunda Guerra Mundial, na França – ocupada pelos nazistas durante o conflito –, o Partido Comunista Francês (PCF) se vê dotado de imenso prestígio, decorrente da participação, considerada heróica, de seus membros na resistência ao invasor. Por Efeito Stalingrado designamos as conseqüências, no seio da intelectualidade, dessa participação: o PCF se torna o partido dos intelectuais e, em articulação com a disputa pela hegemonia econômica e política mundial, instaura-se, em termos de posturas teóricas, um 'eixo horizontal' de opção, uma "Lógica de Guerra Fria" – ou Leste ou Oeste, ou Moscou ou Washington, ou Comunismo ou Capitalismo.

Expressão inspirada no cerco de Stalingrado à 6ª Armada Alemã (1942-1943) – vitória dos exércitos vermelhos que abriu caminho ao desembarque dos aliados na Normandia (1944), mostrando-se decisiva para o desfecho da Segunda Guerra Mundial.

Em tal panorama, subtraía-se do estudo das instituições qualquer autonomia, dado serem vistas como mero produto da filiação a regimes econômico-políticos – comunismo ou capitalismo, uma vez mais. Essa 'escolha forçada' estava a tal ponto rigidificada, que a TEORIA DAS DUAS CIÊNCIAS chegou a gozar de significativo prestígio. Duas configurações, contudo, escapam ao binarismo dominante: as ações liberalizantes, durante a Segunda Guerra e no pós-guerra, em alguns estabelecimentos psiquiátricos e a ida de missões de intelectuais franceses aos EUA, como parte das iniciativas do Plano Marshall (programa de cooperação norte-americana para a recuperação econômica da Europa no pós-guerra), a fim de se familiarizarem com técnicas modernas de gestão empresarial.

A partir de 1946, Andrei Jdanov, secretário de ideologia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), reatualiza a TEORIA DAS DUAS CIÊNCIAS, criada no início do século XX, segundo a qual a ciência é burguesa *ou* proletária. Uma das realizações mais polêmicas dessa perspectiva liga-se à Biologia. Em 1948, um relatório do agrônomo russo Trofime Lyssenko identifica duas correntes na biologia moderna: a *proletária*, que concebe o homem como capaz de transformar os reinos animal e vegetal, e a *reacionária*, praticada pelos pesquisadores do mundo capitalista, inspirados na genética mendeliana, que vê os gens como invariantes, a não ser no caso de mutações acidentais.

Sobrevivendo ao inferno – a Psicoterapia Institucional

Após a Segunda Guerra Mundial, os asilos psiquiátricos foram muitas vezes comparados aos campos de concentração. Na França, onde ainda predominava a teoria da hereditariedade-degenerescência, cerca de 40.000 internos morreram durante o conflito, em total abandono material e relacional.

As guerras, no entanto, podem apresentar conseqüências inesperadas. Em 1939, fugindo da perseguição das tropas franquistas que haviam derrotado os defensores da República Espanhola, o psiquiatra catalão FRANÇOIS TOSQUELLES (1912-1994) atravessa os Pirineus e entra em território francês.

Após passar por um campo de refugiados, Tosquelles é enviado (1940) ao Hospital de Saint Alban, em Lozère, dirigido pelo psiquiatra Paul Balvet (1907-2001), um resistente católico, substituído, em 1942, por Lucien Bonnafé (1912-2003), psiquiatra ligado ao PCF. As ações que se conjugam através desses

TOSQUELLES fora médico-residente no hospital Pere Mata e aluno de Emilio Mira y López. Interessado em psicanálise e militante de esquerda, voltara-se ao estudo das obras de Freud, Marx, Reich, Politzer e dos primeiros trabalhos de Lacan. Durante a guerra civil espanhola, participou da reorganização dos serviços psiquiátricos, observando curas espontâneas: sentindo-se úteis na luta antifascista, os pacientes superavam inclusive seus sintomas mais graves.

Durante a dominação nazista, a França foi dividida em uma Zona Ocupada (onde estava Paris) e uma Zona Livre (com capital em Vichy). "Zona Livre" constituía um eufemismo, pois o governo do Marechal Pétain optou pela colaboração com Hitler e as ações da resistência foram duramente perseguidas.

personagens tornam Saint Alban um espaço de alguma liberdade em meio à opressão: as portas do asilo são abertas e os pacientes convivem com as comunidades camponesas locais, intercambiando alimentos e modos de vida; participantes da resistência francesa, dentre eles integrantes do movimento surrealista, fazem do hospital lugar de refúgio e *front* de luta, mas, igualmente, espaço de criação estética, produzindo, junto com os internos, *ateliers* de pintura, literatura, teatro etc.

Essa experiência ganhará o nome "Psicoterapia Institucional" em 1952, num artigo de G. Daumezon e P. Koechlin, e será posteriormente apontada como um dos começos da AI francesa. Dir-se-á então que para exercer sua função – a cura –, a instituição psiquiátrica necessita ser curada, mediante uma democratização das relações entre técnicos e enfermos. Nesse momento, as práticas grupais aparecerão como um dos principais recursos para a terapêutica da instituição e dos institucionalizados.

Esses psicossociólogos maravilhosos e suas máquinas grupais

Embora existissem experiências isoladas, somente a partir do pós-guerra a psicossociologia se difunde na França com intensidade, pois as missões de intelectuais que viajam aos EUA nessa época trazem na algibeira as idéias e modos de ação de ELTON MAYO (1880-1949), JACOB LÉVY MORENO (1889-1974), Kurt Lewin (cf. capítulo 18) e Carl Rogers (cf. capítulo 20).

Em 1924, MAYO é chamado pela Western Electric Company, preocupada com quedas no rendimento. Retira algumas operárias da oficina e as destina a um local especialmente escolhido, onde, através de procedimentos experimentais, obtém resultados não muito originais: fatores como melhoria da iluminação, aumento salarial e introdução de uma pausa para o café são avaliados como benéficos. No entanto, quando do retorno às condições habituais, o rendimento se mantém superior ao vigente antes do início da pesquisa, revelando a presença de um fator até então não identificado: *o próprio grupo*, ou melhor, as boas relações *informais* que persistem quando retirados os benefícios *formais*. Este fator é erigido em objeto de uma nova disciplina, a *Psicossociologia Industrial* ou *Escola das relações humanas*.

Romeno de nacionalidade, MORENO emigrou para os EUA em 1925. Em Viena, onde passou a juventude, observara que a adaptação de exilados era mais fácil quando podiam agrupar-se segundo suas próprias escolhas. Nos EUA, chamado a realizar uma investigação no Instituto Hudson, destinado a jovens delinqüentes, sistematiza essas escolhas através do *teste sociométrico,* que permite construir o *sociograma* – "foto sociológica" de um grupo num momento determinado. Apoiado no sociograma, Moreno reorganizou os pavilhões do Instituto, visando a facilitar a inserção dos internos. Homem de teatro, psicólogo e gestor de relações sociais, via tanto o psicodrama – forma de terapêutica – quanto a sociometria e o sociodrama – respectivamente medida e modo de ação sobre o grupo – como voltados a evitar a burocratização, liberando a *espontaneidade criadora*.

Enquanto nos EUA as práticas grupais possuíam caráter predominantemente adaptativo, na França serão reinventadas com vistas a transformações de caráter libertário, sobretudo em decorrência das novas misturas de que

são objeto – vale evocar a ligação com a Psicoterapia Institucional, antes mencionada, mas igualmente com os meios educativos, a política estudantil etc. Essas mesclas predominarão no próximo período da história da AI francesa, fazendo da Psicossociologia (ou "psicologia dos pequenos grupos") outro dos componentes de sua gênese histórica.

Um eixo perde a hegemonia

No que tange aos saberes 'psi', o eixo horizontal de escolha experimentou seu ápice na condenação (1949), sob a égide da Teoria das Duas Ciências, da Psicanálise como "ideologia reacionária" (Bonnafé et alii, 1987 [1949]), pelos psiquiatras membros do PCF – muitos dos quais, profissionalmente, utilizavam conceitos e técnicas freudianos. Situações como esta, porém, vão se tornando cada vez mais raras, sobretudo a partir do momento (1954) em que tem início a luta anti-colonial na Argélia. À época, socialistas e comunistas são maioria na Assembléia Nacional e, para surpresa dos que julgavam que um governo de esquerda apoiaria a independência da colônia, ordenam violenta repressão ao MOVIMENTO. Inúmeros intelectuais com simpatias pelo comunismo criticam a posição do PCF, sendo acompanhados pelas organizações que congregam os estudantes universitários.

As lutas anti-coloniais na Argélia se prolongaram de 1954 a 1962, quando foi finalmente obtida a independência. Conduzidas pela Frente de Libertação Nacional (FLN), tais lutas tinham bases nacionalistas, não estando, portanto, sob a égide do comunismo internacional – razão pela qual não foram apoiadas pelo PCF. Apesar disso, no período que apresentaremos a seguir, vários comunistas e simpatizantes da esquerda em geral uniram-se à clandestina *Rede de Ajuda à FLN*, que auxiliava os membros da organização a atravessar fronteiras, obtinha documentos falsos, coletava contribuições em dinheiro etc.

Talvez o acontecimento mais importante a abalar a Lógica da Guerra Fria, no entanto, seja o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), realizado em 1956. Ali, Nikita Kruschev (1894-1971), novo secretário geral, denuncia os crimes do período stalinista, repudiando o "culto da personalidade" que predominara no Partido até a morte do EX-SECRETÁRIO. As revelações contidas no "Relatório Kruschev" obrigaram comunistas e simpatizantes a radicais mudanças de memória: processos contra dissidentes, campos de trabalhos forçados e outros pontos polêmicos, até então minimizados sob a alegação de constituírem "propaganda anti-soviética", tiveram de ser vistos sob novas luzes. Ainda mais porque, em novembro de 1956, as tropas do Pacto de Varsóvia invadem Budapeste,

Joseph Stalin (1879-1953) foi secretário-geral do PCUS de 1922 a 1953.

mostrando o quanto a "influência" da URSS consistia efetivamente em uma colonização política e cultural do Leste Europeu.

Esta série de eventos foi por nós sintetizada, ao delimitar o ocaso do período que ora apresentamos, como 'ruína das plantações do escritor'. A expressão refere-se a um episódio apto a condensar o conjunto de forças que levam a uma mudança de eixo valorativo. Alguns dias após o XX Congresso do PCUS, Henri Lefebvre (1901-1991) viaja a Berlim. Enquanto na França nada se sabe sobre o Relatório Kruschev, membros do PC alemão lhe emprestam uma cópia do documento. De volta a Paris, os 'camaradas' a quem transmite o que leu o acusam de se ter deixado iludir pelas contra-informações dos serviços secretos norte-americanos. Lefebvre procura Roger Vaillant (1907-1965), que ao menos o escuta, mas, a pretexto de receber direitos autorais de uma obra, parte para a URSS. Ao regressar, Vaillant retira apressadamente o retrato de Stalin da parede e joga fora as gamelas nas quais cultivava sementes a fim de provar, em seu escritório, as teorias de Lyssenko (Hess, 1988: 155).

De 'quando Bandung substituiu Billancourt' (1955/1956) à "Grande Recusa" (1968)

Bandung é a cidade da Indonésia onde se realizou a conferência que reuniu, em 1955, os líderes de 29 estados asiáticos e africanos que se definiam como não-alinhados (nem Moscou nem Washington). Já a cidade-sede das fábricas Renault chama-se Billancourt – termo usado, na França, como símbolo da revolução proletária na perspectiva comunista. Ao nomear o início deste período como momento em que Bandung substituiu Billancourt, apontamos ao declínio da "Lógica da Guerra Fria" (eixo horizontal) e a um novo predomínio, o da problemática do *colonialismo*, quer entre nações quer entre grupos (étnicos, geracionais, intelectuais, profissionais etc.). Propomos pensar Bandung, portanto, como denominação-síntese da prevalência, para a intelectualidade, de um eixo vertical de valoração dos modos de pensar, agir e ser: colonizadores versus colonizados, super contra sub-desenvolvidos, Primeiro e Segundo Mundos versus Terceiro Mundo.

Desencadeando um novo olhar etnológico, livros como *Tristes trópicos* (1955) e *O pensamento selvagem* (1962) de Lévi-Strauss condenam o 'colonialismo externo' (exercido pelos "civilizados" sobre os "selvagens"); uma *nova esquerda* francesa alia-se aos nacionalistas argelinos em suas lutas por independência; o filósofo Michel Foucault, em *História da loucura* (1961), expõe as condições de existência do 'colonialismo interno' exercido pela razão sobre a loucura (cf.

capítulo 1); revistas como *ARGUMENTS* e *SOCIALISMO OU BARBÁRIE* põem em questão o título "pátria do socialismo" atribuído à União Soviética; jovens militantes buscam na festa revolucionária cubana (1959), na Grande MARCHA CHINESA ou nos processos de autogestão IUGOSLAVA E ARGELINA, novos paradigmas para a ação política; grupos de vanguarda, como a *INTERNACIONAL SITUACIONISTA*, opõem-se à máxima de que a revolução superestrutural precise aguardar a tomada do poder para ser desencadeada; a sexualidade, de preocupação pequeno-burguesa, se vê alçada ao posto de mediação da repressão política (cf. capítulos 26 e 28); os EUA, antes fonte unitária de todos os males, passam a ser divididos em uma nação velha-racista-assassina (generais belicistas, grupos xenófobos, maioria silenciosa conivente) e uma nação jovem-dominada-libertária (críticos e desertores da Guerra do Vietnã, *Flower Power*, *Black Power*).

ARGUMENTS – Revista publicada de 1956 a 1962, tendo como editores Edgar Morin e Kostas Axelos. Propunha um *degelo intelectual* para o pensamento de esquerda e teve como principais colaboradores François Châtelet, Lucien Goldmann, Claude Lefort, Georges Lapassade, Gilles Deleuze, Roland Barthes e Henri Lefebvre.

SOCIALISMO OU BARBÁRIE – Grupo e revista fundados por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, em 1946 e 1949, respectivamente. De início ligado à seção francesa da IV Internacional (trotskista), S.ou B. logo rompe com a versão da burocratização soviética como *acidente histórico* e elabora uma análise original dos determinantes que conduziram ao estabelecimento de um regime de exploração e dominação na URSS. A revista se encerra em 1965 e o grupo, em 1967.

Embora a REVOLUÇÃO CHINESA date de 1949, o maoísmo (política inspirada nas idéias e ações de Mao Tsé Tung) só ganha força na França no período que ora apresentamos, principalmente com a instauração da Revolução Cultural (1966).

Tanto na IUGOSLÁVIA de Joseph Tito (anos 1950) quanto na ARGÉLIA pós-independência (anos 1960) houve experiências (limitadas) de gestão operária de empresas agrícolas e industriais.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA – Grupo e revista criados, ao final da década de 1950, por um grupo de jovens, sendo Guy Debord e Raul Vaneigem os mais conhecidos. Acusam *Arguments* e *S. ou B.* de reformistas, preferindo a instauração concreta de "situações" rupturais com a ordem capitalista às intermináveis modificações teóricas dos marxistas críticos.

"Se eu soubesse, não teria vindo..." – as Pedagogias Institucionais

Em 1963, Georges Lapassade (1924-) publica *A entrada na vida*. Abordando a adolescência nas sociedades modernas, afirma ser a maturidade um engodo, pois o homem se caracterizaria pelo inacabamento. "Se eu soubesse, não teria vindo" – diz a criança do filme "A guerra dos botões" (1962), de Yves Robert, sonhando em desistir definitivamente dessa *formadora-de-maturidade*, a escola.

Há muito os franceses estão cientes das experiências de *pedagogia moderna* (cf. capítulo 15), que problematizam a educação de crianças e jovens. Porém Celestin Freinet (1896-1966), cujas idéias são o principal ponto de apoio dos movimentos do pós-guerra, sempre considerou elitistas os projetos existentes

e, desde os anos 1920, procura criar "uma escola para o povo" – título, por sinal, de um de seus livros.

Amante da natureza, Freinet conduz seus alunos de Bar-sur-Loup a passeios pelos campos – "aulas-descoberta, aulas-exploração, aulas-investigação" (Fonvieille, 1988: 35). Lançando mão de uma idéia de Paul Robin (1837-1912), que utilizara a imprensa com crianças deficientes, generaliza esta imprensa escolar, combinando-a a texto e desenho livres, jornal escolar, correspondência inter-escolar e Conselho de Cooperativa (em que alunos e professores elaboram semanalmente as normas da vida da classe).

Tais procedimentos chegaram a ser incorporados a reformas educacionais implantadas por diversos governos, o que não impediu que Freinet também fosse alvo de críticas, sendo excluído do Ensino Público. Forçado, a partir de 1934, a fundar sua própria escola, prosseguiu exercendo influência sobre muitos professores, congregados, após a Segunda Guerra Mundial, no ICEM (Instituto Cooperativo da Escola Moderna).

No início dos anos 1960, surgem polêmicas entre Freinet e membros parisienses desse Instituto, que não acatam, intactas, idéias forjadas em meio rural e querem modificá-las, incorporando perspectivas oriundas das ciências humanas – Psicanálise, Psicossociologia e Sociologia. O conflito se acirra e, em 1961, Fernand Oury (1920-1998) e Raymond Fonvieille (1923-2000) fundam o GTE (Grupo de Técnicas Educativas), que aspira a superar os limites teóricos da Pedagogia Freinet. Os tempos são de RIGOR E NOVIDADES, porém conforme *qual* rigor e *qual* novo se defenda, as cisões proliferam. Assim, já em 1963, Oury e Fonvieille pedem a Lapassade que efetue uma análise das tensões emergentes no GTE. A presença de Lapassade não traz o consenso e, em 1964, ocorre a cisão: constituem-se o GET (Grupo de Educação Terapêutica), liderado por Oury, e o GPI (Grupo de Pedagogia Institucional), por Fonvieille – grupos que passam a reivindicar, cada um a seu modo, o título de *Pedagogia Institucional*.

Os diversos estruturalismos em Ciências Humanas reivindicam RIGOR teórico; ao mesmo tempo, o adjetivo *nouveau* (NOVO) impera na literatura, no teatro, no cinema.

Fernand Oury trabalha com turmas destinadas a crianças com supostos "problemas psíquicos". Muito ligado ao irmão, o psiquiatra Jean Oury (1934-), estabelece paralelos entre a segunda versão da PSICOTERAPIA INSTITUCIONAL e os efeitos (terapêuticos) dos dispositivos freinetianos. Neste sentido, o GET define o campo educativo como sistema de relações inconscientes a analisar. Além disso, suas publicações sublinham a oposição entre Psicanálise e Psicossociologia,

Na primeira versão (período da guerra e imediato pós-guerra) convivem fenomenólogos, psicanalistas, gestaltistas e psicossociólogos, sempre com fortes cores marxistas. Já na segunda versão (1956 em diante), a Psicanálise Lacaniana é hegemônica.

criticando a não-diretividade da última, acusada de "caminhar no sentido da doença de seu cliente" (Oury e Vasquez, 1967/1982: 221).

Nos trabalhos do GET, conceitua-se *instituição* de forma análoga à Psicoterapia Institucional, para a qual o termo designa, a princípio, uma forma social particular, seja concreta (o estabelecimento), seja jurídica (a organização); em um segundo momento, formas de organização das práticas, como grupos, oficinas etc. Em 1967, membros do GET formulam concepção semelhante através da idéia de *mediação*:

> [A pedagogia Institucional] tende a substituir a ação permanente e a intervenção do professor por um sistema (...) de mediações diversas, de instituições, que assegura de maneira contínua a obrigação e a reciprocidade das trocas, dentro e fora do grupo (Oury e Vasquez: 249).

Em que pese a aparente confiança nos efeitos das mediações (instituições), para o GET um problema permanece sem solução: o modo como os alunos terapeuticamente educados via Pedagogia Institucional poderão se inserir na sociedade adulta. Decerto Lapassade, recorrendo a seu livro sobre o *inacabamento do homem*, já era capaz de diagnosticar, em tal questão, a presença de um pressuposto *adultista*.

Estaria o GPI mais apto a promover um *Bandung educativo*? Seu modo de funcionamento é a pesquisa-ação: reúne-se semanalmente para debater os fenômenos grupais observados por psicossociólogos (Lapassade em destaque) nas turmas dos professores. Alguns adolescentes, alunos do secundário, freqüentam esses encontros, permeabilizando as fronteiras entre 'os que sabem' e 'os que aprendem'. Responsável por uma turma experimental com alunos de 14-15 anos marcados por fracassos escolares, Fonvieille exacerba os princípios do Conselho de Cooperativa: enquanto no modelo freinetiano este serve para planejar as atividades respeitando um enquadre preestabelecido (horários, conteúdos), no modelo do GPI gestiona todas as questões do grupo-classe – o que o transforma em *autogestão pedagógica.* À época, René Lourau (1933-2000) é professor do liceu de Aire-sur-l'Adour. Conhece Lapassade, une-se ao GPI e também implanta a autogestão em suas turmas.

O que preocupa os pedagogos institucionais autogestionários é a incômoda diferença entre instituições *internas* e *externas*. Estaria a possibilidade de mudança confinada às instituições internas – métodos, objetivos, horários, programas –, permanecendo as externas – a Educação Nacional com seus regulamentos e hierarquias – como limites intransponíveis? Se este fosse o caso, as vantagens analíticas permaneceriam em descompasso com as possibilidades de transformação social, fazendo da AI, então emergente,

uma pirueta conceitual. No que tange ao surgimento da Análise Institucional, entretanto, Lourau não nos fala de piruetas, mas de um "*salto mortal* executado por Lapassade ao compreender que era necessário superar a sedução da psicologia dos pequenos grupos, desmascarando a *dimensão institucional*, quer dizer, toda a política reprimida pela ideologia das boas relações sociais" (Lourau, 1977: 1).

O salto do acrobata

Entre 1955 e 1960, Lapassade foi assessor da Residência Universitária de Antony, circunstância que o aproximou da direção nacional da UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses). Em 1962, a entidade lhe encomendou um seminário de formação em Psicossociologia, alegando que as práticas grupais poderiam combater a burocratização das relações entre a liderança e as 'bases'.

Antes mesmo do seminário, Lapassade já ensaiava seu 'salto mortal'. Criticava a atribuição fácil do rótulo de "não-diretivismo" aos Grupos T (modelo lewiniano), desvelando a presença de um fator nunca identificado, *a instituição do saber*, nos grupos de formação: "... a situação é tal que um 'grupo' de participantes encontra um monitor que sabe que é monitor, sendo assim percebido pelos outros. A situação (...) é definida como uma relação entre 'saber' e 'não saber'" (Lapassade, 1959/1979: 77).

No seminário junto à UNEF, Lapassade tem por meta que os participantes percebam que a limitação da análise a questões internas ao grupo – afetos, lideranças etc. – oculta as condições de instauração do grupo enquanto tal. A apreensão dessas condições exigiria responder a perguntas como: quem decidiu sobre a formação?; onde, quando e como?; por quê? – passíveis de exibir a presença da instituição *no* grupo.

De forma ainda mais contundente, dirá tempos depois que a ênfase exclusiva na análise do grupo pelo próprio grupo, na melhor das hipóteses, oculta questões relativas à *organização* da formação (gestão da programação; relação entre os grupos e as organizações promotoras); na pior, recai em mera análise psicológica dos indivíduos que compõem o grupo e de suas relações interpessoais (Lapassade, 1973/1977a). Para superar este impasse não basta, entretanto, incorporar a análise da *organização* à dos *grupos*. A própria organização, para ser compreendida, demanda levar em conta a *instituição* da formação, somente acessível quando se percebe que para haver grupo,

sob certos modos de organização, é imprescindível pressupor: uma divisão e quantificação do tempo social (*instituição* do tempo); uma divisão do saber, distinguindo o que pode ser descoberto pela experiência e o que deve ser transmitido, o que é pertinente e o que não é pertinente (*instituição* do saber, *instituição* das disciplinas); uma divisão social do trabalho e do poder a ela associado (*instituição* da separação entre trabalho manual e intelectual); uma referência generalizada à escola, entendida como lugar exclusivo da formação (*instituição* pedagogia); uma relação de clientela entre formadores e formandos (*instituições* do mercado, dos serviços, do dinheiro).

Em suma, com Lapassade, o institucional deixa de ser um nível adicionável ao grupal (ou organizacional). O grupo não é a instância das instituições internas, modificáveis à vontade, dentro de um enquadre de instituições externas cristalizadas, pois não existe *puro dentro* e *puro fora* do grupal (ou organizacional). A *ordem institucional*, que *atravessa* grupos e organizações, deve ser trazida à luz por uma análise realizada *em situação*. Daí seu necessário caráter de *INTERVENÇÃO*, que embora não elimine o trabalho psicossociológico, propõe que este seja permeável a todas as (des)institucionalizações.

No Brasil, o termo *INTERVENÇÃO* costuma conotar medidas autoritárias. Para os analistas institucionais, significa "vir entre", ou melhor, um modo de ação permeável às (e analítico das) instituições em jogo em um contexto concreto.

Um indisciplinado contrabandista

O que até agora apresentamos sobre a presença da Psicanálise nos movimentos de transformação institucional sugere tendências mais conservadoras do que libertárias. Esta impressão começa a se desfazer quando se abre espaço para as ações de Felix Guattari (cf. capítulo 26).

Junto com Jean Oury, ele fundara, em 1953, a Clínica de La Borde, em Cours-Cheverny. Qual Saint Alban de outros tempos, La Borde é laboratório de experimentação de uma nova psiquiatria e *front* de luta (esconderijo para militantes em luta pela libertação da Argélia). Estas características muito devem a Guattari, apelidado *passeur* (contrabandista): incansável derrubador de fronteiras, ele em muito contribuiu para que La Borde se mantivesse receptiva a colaboradores e aliados, evitando que suas portas se fechassem, concreta e doutrinariamente, à maneira de um asilo tradicional.

Integrante da segunda geração (ou versão) da Psicoterapia Institucional, que se reúne no GTPsi (Grupo de Trabalho de Psicologia e Sociologia Institucionais), Guattari introduz, em meados dos anos 1960, a expressão

"análise institucional", no intuito de caracterizar essa segunda geração pela presença de uma dimensão *analítica*. O que está em jogo, todavia, não é a simples contraposição entre Psicanálise e Psicossociologia. Para Guattari, a análise não se confunde com a realizada *pelo* psiquiatra – dispositivo psicanalítico ortodoxo –, tampouco com a desenvolvida *em um grupo* de indivíduos – psicossociologia estrito senso. À época, dirigindo-se aos universitários, convida as organizações estudantis a aproveitar suas forças de aglutinação com vistas à criação de organismos de todos os tipos – BAPU, GTU, dispensários, residências, clubes de descanso etc. –, nos quais a capacidade de promover interrelações sociais e a análise estejam intimamente associadas (Guattari, 1964/1976: 87). A expressão *análise institucional* tem, por conseguinte, uma função estratégica: instaurar uma abertura no campo analítico, até então restrito à ação dos especialistas *psi* e à consideração de fatores *psi*.

BAPU (*Bureaux d'Aide Psychologique Unniversitaire*): Consultórios de Auxílio Psicológico Universitário, criados pela MNEF (Mutualidade Nacional dos Estudantes Franceses), que diagnostica, no meio universitário, uma verdadeira fonte de patologias. GTU (Grupos de Trabalho Universitários): grupos de 5 ou 6 integrantes, propostos pela UNEF, através dos quais se tenta romper o isolamento dos estudantes, possibilitando o confronto dos processos de aprendizagem.

Guattari aspira a conciliar política (milita em grupos de extrema-esquerda), psicanálise (é um dos primeiros não-médicos a participar dos seminários de Lacan) e psiquiatria (anima a clínica de La Borde). A união desses três universos ganhará face organizacional com a criação (1966) da FGERI (Federação dos Grupos de Estudos e Investigações Institucionais), que congrega psiquiatras, professores, estudantes, arquitetos, urbanistas, sociólogos, cineastas, antropólogos, psicanalistas e psicossociólogos. A FGERI constitui a base material da AI consoante Guattari: procura incorporar um processo analítico à atividade de todos os grupos federados, considerando que "os investigadores não podem compreender seu objeto a não ser (...) que se questionem a propósito de coisas que não têm nada a ver, aparentemente, com o objeto de sua investigação" (Guattari,1980/1981: 96). Sendo assim, arquitetos e urbanistas discutem o desejo inconsciente; psiquiatras, as renovações no campo pedagógico; antropólogos, o campo simbólico forjado pelas mediações grupais etc.

Em 1966 é lançada *Recherches*, revista da FGERI, cujo primeiro número contém um artigo de Lourau. Isto revela que Guattari e Lourau não são exatamente oponentes, pois partilham aspirações libertárias comuns. Porém as nascentes Análises Institucionais *tradição Psicossociologia Crítica* (Lourau, Lapassade e o GPI) e *tradição Psicanálise Crítica* (Guattari, o GET e a FGERI) acabarão por não preservar uma aliança mais efetiva. Freqüentemente reprovarão uma à outra, respectivamente, ser *mera Psicanálise* ou *simples Psicossociologia*, alegando

perdida a crítica no olimpo dos detentores do monopólio do inconsciente ou no mercado de técnicas de grupo.

Nem por isso Guattari deixa de fundar grupos e de teorizar sobre eles. Em uma apresentação datada de 1963, diferencia 'grupos sujeitados' e 'grupos sujeitos': "...grupos sujeitados: grupos que recebem sua lei do exterior, diferentemente de outros grupos [os grupos sujeitos], que pretendem fundar-se a partir da assunção de uma lei interna" (Guattari, 1976 [1963]: 60). Essas considerações se contrapõem a qualquer psicossociologia que conceba algo como "o" grupo. Para Guattari, só existem *grupos* – eles não são entidades, mas modos sócio-históricos de funcionamento.

Em 1964, elucida a diferença entre esses modos, que entende como *vertentes* entre as quais oscila qualquer grupo concreto. Na vertente de *sujeição* do grupo estariam fenômenos tendentes a "curvá-lo sobre si mesmo, (...) tudo o que tende a proteger o grupo, a calafetá-lo contra as tempestades significantes" (Guattari, 1981a [1964]: 107). Já na vertente do grupo sujeito não há medidas de segurança, o que redunda em problemas, tensões e riscos de desagregação.

Essas proposições nos encaminham ao conceito de *transversalidade*, caro a Felix Guattari:

> Enquanto o grupo permanece objeto dos outros grupos, recebe o non-sense, a morte, de fora (...) Mas desde que o grupo (...) assume sua própria finitude, (...) os dados de acolhida do superego são modificados, o limiar do complexo de castração específico a uma ordem social dada pode ser localmente modificado. Está-se no grupo não para se esconder do desejo e da morte (...), mas por causa de um problema particular, não para a eternidade, mas a título transitório: é o que chamei de estrutura de transversalidade (Guattari, 1981a [1964]: 108).

Estando a transversalidade afetada de limiares ou coeficientes – definindo a margem de abertura de cada grupo em um momento particular –, a distinção entre grupo sujeito e grupo sujeitado se vê ainda mais matizada, libertando-se de eventuais ressonâncias maniqueísticas ("o" grupo políticamente correto *versus* "o" grupo alienado-equivocado).

Em meio a tantas teorizações originais, Guattari passa a conceber o inconsciente de uma nova forma (cf. capítulo 22):

> (...) as representações, os mitos, tudo o que alimenta a 'outra cena', todos esses personagens não são forçosamente o pai, a mãe, a avó, ou os monstros sagrados da era secundária; são mais bem personagens que constituem as questões fundamentais da sociedade, quer dizer, a luta de classes de nossa época (Guattari, 1976 [1963]: 67-68).

Imanentizam-se assim história e desejo, política e subjetividade. Neste sentido, a fim de praticar a AI, é necessário *transversalizar* também o lugar pretensamente imutável do analista. Para tanto, o conceito de *analisador* se mostra fundamental:

> Transferência e interpretação (…) não poderiam ser da alçada de uma pessoa ou de um grupo(…). A interpretação, pode ser o débil mental de um serviço quem vai dar, se ele estiver em condições de reivindicar (…), por exemplo, que se organize um jogo de amarelinha, justo quando tal significante se tornará operatório ao nível do conjunto da estrutura (…). Convém, pois, limar a escuta de todo e qualquer preconceito psicológico, sociológico, pedagógico ou mesmo terapêutico (Guattari, 1981b [1964]: 95).

Maio de 68: a Análise Institucional sai às ruas

Em Nanterre, novo *campus* universitário situado nos arredores de uma estação premonitoriamente chamada "La Folie" ("Loucura"), Lefebvre diz aos alunos: "Quando vocês tomam o trem na estação de Saint-Lazare até La Folie, (…) se forem capazes de observar o que vêem da janela, serão verdadeiros sociólogos" (Hess, 1988: 232). Da janela do trem, avista-se uma favela em que vivem cerca de 10.000 trabalhadores norte-africanos.

Entre 1964 e 1968, forja-se uma lenda: "Nanterre, isso é Cuba!"; "Nanterre é um Vietnã de subúrbio" (Rioux e Backman, 1968: 41). Em 1967, seus muros se cobrem de cartazes: "Liberdade para Régis Debray!". Pouco depois, uma *Sexpol* toma corpo, quando rapazes são punidos por freqüentar o dormitório das moças. Ao final do ano, uma delegação de estudantes se dirige ao Decano, diagnosticando como catastrófica a situação nanterrense: regulamentos rígidos (a ponto de criar guetos sexuais), professores insuficientes, bibliotecas inexistentes, falta de laboratórios etc. Liderados pela UNEF, os alunos de sociologia entram em greve.

Em 1965, os EUA começam os bombardeios ao Vietnã do Norte comunista, deflagrando uma guerra que se prolongará até 1973.

Em 1967, Régis Debray, ex-aluno da ENS (Escola Normal Superior), foi preso na selva boliviana quando participava do foco guerrilheiro de Che Guevara.

Sexpol – "Associação para uma política sexual do proletariado", criada (1931) por Reich em Berlim, em ligação com o Partido Comunista alemão. A entidade visava a promover uma articulação entre a ação revolucionária no plano econômico e a ação revolucionária no plano sexual. Levava informações e debates ao proletariado, e chegou a contar com cerca de 40000 membros; porém a ruptura entre Reich e o PC alemão fez com que o primeiro fosse levado a criar uma editora própria, as "Edições da Política Sexual". Por extensão, fala-se em "Sexpol" sempre que os registros da produção e do desejo são postos em relação.

No Departamento de Sociologia, como professor assistente, está René Lourau. Ele prepara, sob a orientação de Lefebvre, uma tese de doutorado sobre Análise Institucional e desenvolve, com professores e alunos, grupos de intervenção/análise. Também está bastante ligado a *Socialismo ou Barbárie*, tomando de Castoriadis o tema da dialética instituinte/instituído – o instituinte gera ou transforma a instituição, ao passo que o instituído remete ao já fixado, já organizado; a sociedade é união/tensão entre instituinte e instituído, processo de institucionalização.

A greve estudantil fracassa: embora a Assembléia Geral tivesse acolhido algumas reivindicações, o Ministério da Educação nada promete. Consuma-se, com isso, a ruptura entre "reformistas" e "revolucionários", e os últimos tomam a dianteira: a Guerra do Vietnã, o assassinato de Guevara na selva boliviana (1967), a reforma do ensino superior (que prevê uma seleção à entrada da faculdade), os guetos sexuais e a situação de dominação em que vivem os países do Leste Europeu, tudo converge, a seus olhos, para uma vida intolerável, à qual só se pode responder com uma "Grande Recusa" – expressão cunhada por Herbert Marcuse (cf. capítulo 28). Assim, recusando até mesmo o calendário oficial, em 22 de *março* de 1968 começa o *MAIO* FRANCÊS: após a prisão de seis estudantes, acusados, sem provas, de explosões em frente às sedes do American Espress, TWA e Bank of America, cento e quarenta e dois nanterrenses ocupam a Sala do Conselho da torre de administração.

Maio de 68 é caro a inúmeros mundos, sob uma infinidade de bandeiras. *Maios*, portanto: *norte-americano* (recusa da guerra do Vietnã, flower power, black power); *alemão* (crítica do marxismo ortodoxo; Universidade Livre; anti-imperialismo); *polonês* e *tcheco* (socialismo com liberdade); *japonês* (anti-militarismo; anti-satelização pelos EUA); *italiano* (anti-autoritarismo universitário, crítica da sociedade de consumo), *brasileiro* (contra o golpe militar de 64 e os imperialismos) e ainda holandês, espanhol, belga, suíço, inglês, dinamarquês, turco, iugoslavo, argelino, tunisiano, marroquino, senegalês, mexicano, peruano, argentino, chileno, venezuelano, malgaxe etc. (Matos, 1981).

Muito se procurou, na França, livro e paradigma capazes de dar conta de maio de 68. Mas como admitir a existência de um livro como guia, se a multidão que ocupa ruas, universidades, rádios, teatros e fábricas não fala em nome de ninguém e não deixa que ninguém fale em seu nome? Quanto ao paradigma, alguns quiseram ver nos acontecimentos a "ressurreição do homem", considerado morto pelo estruturalismo. Não é fácil, entretanto, sustentar vínculo claro entre *maio* e *sujeito,* à vista de *slogans* como "Somos todos judeus alemães" (desafiando o governo, que considera indesejável o "estrangeiro" Daniel Cohn-Bendit) e "Somos um grupúsculo" (em resposta às investidas dos partidos da esquerda oficial, que acusam o movimento de "minoritário").

Daniel Cohn-Bendit (1945-): nascido em Montauban, filho de judeus alemães refugiados na França, aluno de Sociologia em Nanterre. Por seus cabelos ruivos e postura esquerdista, foi apelidado "Danny Le Rouge" (Danny, o vermelho). Em função de sua participação no maio de 68, o governo francês pretendia, sob argumentos xenófobos e racistas, expulsá-lo do país, o que só conseguiu após o fim do movimento. Atualmente, é líder dos Verdes (ecologistas) no Parlamento Europeu.

Como analista institucional, ao se voltar para maio de 68, Lapassade prefere focalizar um *acontecimento-analisador*. Em 22 de março de 1968, como de hábito, Lourau comparece à sessão de seu Grupo de Análise Institucional (GAI), acompanhado por um professor e alguns alunos do primeiro ano. Os outros participantes, entre os quais Cohn-Bendit, não aparecem, pois estão ocupando a Sala do Conselho. Lapassade assim aprecia o ocorrido:

> Na semana que se segue, Lourau decide interromper definitivamente (...) 'seu' grupo de análise institucional. Mas em 22 de março (...) não estava longe de interpretar a ausência de Danny e seus amigos em termos de 'resistência à análise'... (Lapassade, 1969: 9).

No prólogo da segunda edição (1974) de *Grupos, organizações e instituições*, Lapassade avaliará as eventuais ligações entre as práticas de AI (nos campos da pedagogia e da formação sindical) e a atuação do "Grupo 22 de março":

> ... alguns entre nós pensavam que era possível transformar radicalmente a educação, a classe, a universidade, e talvez mesmo o Estado pela introdução 'subversiva' de novas instituições no grupo-classe (...). A crise de maio dissipou as ilusões (...). Essa crítica (...) por meio de ações diretas (...) é infinitamente mais profunda, mais significativa do que a que se faz, habitualmente, da burocratização dos estabelecimentos e dos aparelhos (Lapassade, 1977 [1974]: 23-25).

O "22 de março" é caracterizável como *grupo de ação*: são seus membros todos aqueles que desejem realizar ações em comum, o que o conduz dos 142 nanterrenses iniciais a um número incalculável de pessoas, entre estudantes, professores, operários, artistas, religiosos, profissionais liberais, jornalistas etc.

Lourau hesita, mas logo dissolve "seu" GAI; Lapassade carrega um piano para o pátio da Sorbonne e promove agitação nas escadas; Guattari reúne-se, na sede da FGERI, com Danny, Julian Beck e Jean-Luc Godard, dando partida à ocupação do Teatro Odéon. Os *especialismos* se rompem, pois, como dirá futuramente Guattari (1981 [1979]: 140), "o inconsciente molha os que dele se aproximam".

Para outros, porém, maio de 68 fracassou (ou precisava fracassar). O PCF jamais deixou de declarar "não revolucionária" a situação, acompanhado por seu braço sindical, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). É claro que a surpresa em face da explosão de greves e ocupações de fábricas chegou eventualmente a perturbar fidelidades preestabelecidas. Em 13 de maio, por exemplo, UNEF e CGT e 22 de março desfilam lado a lado por Paris em uma manifestação que reúne mais de um milhão de pessoas. Uma semana depois já são cerca de dez milhões de grevistas na França. Uma semana a mais, no entanto, e a CGT esquece a aliança passageira. Em troca

das presumidas vantagens financeiras para os trabalhadores presentes nos "Acordos de Grenelle", passa a enviar, às fábricas de todo o país, apelos para que as greves sejam suspensas. Além disso, aparentemente é apenas a *boa imagem* a preservar no espetáculo da política parlamentar que impede a esquerda partidária (socialistas e comunistas) de se unir à multidão que desfila pelos Champs-Elysées a 30 de maio, em apoio ao governo.

É rápido o restabelecimento da ordem, desejada por direita e esquerda oficiais – lateralidades cada vez mais intercambiáveis. Em junho, o governo ordena a dissolução dos "grupúsculos", a Sorbonne e as fábricas ocupadas capitulam e, no último dia, as eleições dão ao gaullismo maioria absoluta na Assembléia Legislativa.

Menos de dois meses depois, do outro lado da Europa, as forças do Pacto de Varsóvia esmagam as flores da Primavera de Praga, adubadas com socialismo e liberdade. Tanto o PCF quanto Charles De Gaulle manifestam sua reprovação: a liberdade dos outros é sempre mais bela que a nossa. Adepta de um estranho humor, a ordem (soviética) restaurada oferece a Alexander Dubcek, deposto da condução do Comitê Central do Partido Comunista Tcheco, o cargo de… jardineiro público!

Do 'Maio feito Mao' (1968/69) ao 'triunfo da rosa' (1981)

Encerrado o *maio de 68* francês, emergem tentativas de enclausurá-lo em alguma versão totalizante da história – circunstância que sintetizamos como 'Maio feito Mao', aproveitando o jogo de palavras. Não há só maoístas, é claro: proliferam *gauchismes* (ESQUERDISMOS), cada um deles certo de possuir "o" caminho para a revolução. Esses intentos, entretanto, foram sempre acompanhados de lutas para preservar a singularidade do maio – linha em que se inscreve a Análise Institucional, a partir de agora passível de diferenciar em AI *Socioanalítica* e AI *Esquizoanalítica*.

Pode-se citar, na constelação trotskista, Liga Comunista Revolucionária (LCR), Associação da Juventude Socialista (AJS) e Luta Operária; na maoísta, Gauche Prolétarienne (GP), Vive la Révolution (VLR) e Partido Comunista Marxista Leninista Francês (PCMLF).

Antes disso, cumpre destacar acontecimentos que ainda evocam uma análise institucional generalizada. Apesar de *Grande Recusa*, maio de 68 nem tudo recusara, e anti-colonialismos até então pouco ruidosos passam a trazer às ruas novas *palavras de desordem*: 1970, primeira manifestação pública do MLF (Movimento de Liberação Feminina); 1971, criação do GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões), manifesto de 343 mulheres em favor do

aborto livre e primeira fala pública da FHAR (Frente Homossexual de Ação Revolucionária); 1972, criação da associação Médicos sem Fronteiras; 1974, nascimento do Movimento Ecológico Francês.

Para potencializar movimentos como esses, que chama de "revoluções moleculares", Guattari cria, em 1969, o CERFI (Centro de Estudos, Pesquisas e Formação Institucionais). Nesse contexto, aproxima-se de Gilles Deleuze (1925-1995) e, não muito depois, ambos promoverão o batismo oficial da *Esquizoanálise.*

Um livro-coisa: *O anti-Édipo* e a *Esquizoanálise*

Enquanto a oficialização da vertente socioanalítica da AI remete à sisudez de uma tese de doutorado – *A Análise Institucional*, de René Lourau, defendida em 1969 –, a da vertente esquizoanalítica conduz ao que se apelidou um "livro-coisa": *O anti-Édipo*, publicado em 1972. Nele, "isso" – o inconsciente ou desejo – "funciona (...) respira (...) aquece (...) come (...) caga (...) fode" (Deleuze e Guattari, 1972: 7).

No "período de latência" que se segue a 1968, Deleuze e Guattari vêem um tempo propício para intensificar a conjugação de revoluções moleculares, em lugar de transformá-las em "Mao"... ou "Moi":

> Pareceu-nos que não nos podíamos contentar em prender um vagão freudiano ao comboio do marxismo-leninismo. Era preciso (...) desfazermo-nos de uma hierarquia estereotipada entre uma infra-estrutura opaca e superestruturas sociais e ideológicas concebidas de tal modo que recalcam as questões do sexo e da enunciação para o lado da representação (...). Trata-se de fazer passar o desejo para o lado da infra-estrutura, para o lado da produção, enquanto se fará passar a família, o eu e a pessoa para o lado da anti-produção (Deleuze e Guattari, 1976 [1973]: 58-59).

Em novo jogo de palavras, aproveitamos um dos termos que, em francês, designam o "eu" (*moi*), para indicar as tentativas, também presentes no período que ora descrevemos, de explicar psicanaliticamente maio de 68.

Em *O Anti-Édipo*, o desejo ganha um lugar entre as forças produtivas. Nem imaginário nem simbólico, mas *real* e *material*, ele se historiciza: todo desejo é produtivo e toda produção é desejante. Este produtivismo *esquizo*analítico contrasta com apreensões *paranóicas* de todos os tipos:

> O pólo esquizofrênico (molecular) corresponde ao desejo produtivo, o pólo paranóico à disposição da falta. De um lado, o desejo tomado na

> ordem real de sua produção,(…) desprovido de fins e intenções; de outro, o desejo prisioneiro de grandes objetividades totalizantes, significantes, que fixam as organizações, as faltas e os fins (…) a falta não é original, mas constituída pelo dispositivo que capta e registra as produções (Donzelot, 1976: 175-176).

Concebe-se, assim, um Édipo-dispositivo-de-captura em lugar de um Édipo-estrutura, um desejo-usina (de produção) ao invés de um desejo-teatro (de representação-consumo de imagens – libido universal, fantasmas originários, edipianização, castração, falta etc.). A despeito do rótulo anti-psicanalítico, contudo, *O Anti-Édipo* não tem a Psicanálise por alvo privilegiado: esta última é *apenas um* dentre os dispositivos capitalísticos de anti-produção que, segundo a perspectiva esquizoanalítica, nos restringem a vida ao ponto do sufocamento.

Deleuze e Guattari avaliam que em maio de 68 algo da *ordem do desejo* se fez visível à escala do conjunto da sociedade, sendo invisibilizado a seguir tanto pelo Poder de Estado quanto pelos partidos e sindicatos (ditos "operários"), esquerdismos e imperialismos significantes da intelectualidade. Se estes são os dirigentes (políticos e/ou teóricos) e os dirigentes traem, nada há de espantoso; surpreendente é que os dirigidos continuem a escutá-los. Há que procurar, pois, na *produção de subjetividade* capitalística o engendramento dessa cumplicidade inconsciente que se propaga "do Poder aos burocratas, dos burocratas aos militantes e dos militantes às próprias massas" (Deleuze e Guattari, 1976 [1973]: 57).

A AI Socioanalítica – o tempo (e contratempo) das intervenções

Em meados dos anos 1970, Lapassade, Lourau e alguns companheiros dos tempos de Nanterre estão instalados na Universidade de Paris VIII – Vincennes. No posfácio à segunda edição de *A análise institucional*, então publicada, Lourau lastima:

> Sob o pretexto de teorização, generalização e ordenação conceitual, escrevi um livro frio sobre um assunto candente. Teorizar não seria criar, pouco ou muito, este dispositivo PANÓPTICO do qual Foucault mostrou a importância? Ver sem ser visto, (…) vigiar, punir, tais são implicitamente os objetivos da teoria (…) (*apud* Lourau, 1988: 250).

PANÓPTICO – Dispositivo de vigilância idealizado por Jeremy Bentham (século XVIII), visto por Foucault como diagrama do exercício do poder nas sociedades disciplinares.

Esta apreciação retrospectiva, embora perspicaz – a tese de Lourau contribuíra para a institucionalização (universitária) da AI –, não faz inteira justiça à agitada trajetória dos socioanalistas. A partir de 1969/70 se multiplicam, na França e fora dela, encomendas de *intervenção institucional*. Pode-se destacar, entre elas, as realizadas na Universidade de Quebec, Montreal (1970); na Universidade de Louvain, Bélgica, com estudantes de sociologia (1972); no Brasil, em diversas organizações estudantis e estabelecimentos universitários (1972); na cidade francesa de Poitiers, tanto no Centro Protestante do Oeste (1973) como no Centro Regional de Formação em Carreiras Sociais (1974).

A inserção universitária dos analistas institucionais não foi tranqüila. Embora Vincennes fosse um centro experimental, Lapassade foi recusado pelo Departamento de Sociologia, sendo incorporado ao de Ciências da Educação. Já Lourau encontrou sua primeira acolhida, após uma estada conflituosa na Universidade de Poitiers, no Departamento de Ciências Políticas.

A direção então privilegiada por Lourau e Lapassade é a definição de um modelo de intervenção *socioanalítica*. Em *Chaves da Sociologia* (1971), propõem caracterizá-la pelas seguintes operações: análise da *encomenda* (pedido oficial feito pelos dirigentes ou responsáveis) e da *demanda* (questões que emergem no coletivo-cliente no momento em que todos os interessados se reúnem em Assembléia Geral); autogestão pelo coletivo-cliente (de todas as instituições que permeiam o trabalho: tempo, dinheiro, programação etc.); regra da livre expressão (ausência de limitações quanto a palavras e/ou ações); elucidação das transversalidades (análise das instituições que atravessam interventores e coletivo-cliente, por mais que aparentemente alheias ao foco das discussões); elaboração da contratransferência institucional (explicitação das referências libidinais, profissionais, existenciais e políticas dos interventores); elucidação e/ou construção dos analisadores (pessoas, acontecimentos ou dispositivos que intensificam a análise das instituições).

Durante os anos subseqüentes, os conceitos involucrados por essas operações serão objeto de intensas controvérsias teóricas, dado provirem de diferentes campos do saber: encomenda, demanda e intervenção são de origem sociológica; livre expressão, transferência e contratransferência institucional derivam da psicanálise, da psicossociologia e da psicoterapia institucional; esta última é também responsável pela ênfase no conceito de analisador (Lourau e Lapassade, 1971/1972: 172). Surgida em meio às agitações intelectuais da década de 1960, no começo dos anos 1970 a AI socioanalítica se defronta, conseqüentemente, com uma situação paradoxal: tenta dignificar-se a olhares epistemológicos por um sofisticado trabalho teórico, inseparável da realização

de intervenções a pedido; vê-se ameaçada, através do mesmo processo, de uma indesejável *institucionalização*. Pois embora se reconheça que ela trabalha com operações e conceitos diferentes dos manejados em outros tipos de intervenção – a psicossociológica e a organizacional, por exemplo –, pode ser encomendada como qualquer atividade mercantil.

À época, todos os conceitos socioanalíticos vão-se deslocando dos campos de referência originários. Articulando-se ao *dispositivo de intervenção*, tornam-se *artifícios* em uma *situação artificialmente instalada*: a análise das implicações, fazendo pública e coletiva a explicitação dos vínculos de analistas e participantes com o dinheiro, o tempo, o saber, a sexualidade, a comunidade científica, o Estado etc., diferencia-se da análise da contratransferência, geralmente realizada em segredo; em decorrência disso, a transversalidade se distancia da transferência de tipo clínico (dual ou grupal); ao invés de apontar a um ideário político-ideológico, a autogestão é tomada como mito provocador – analisam-se as instituições que a dificultam –, desvinculando-se, paralelamente, da "associação livre" psicanalítica e da "livre expressão" não-diretivista; a ação dos analisadores conduz todo o processo, sendo a totalidade da situação de intervenção entendida como *analisador construído.*

A partir de 1973-74, Lourau e Lapassade passam a priorizar estratégias díspares. Lourau insiste no nexo entre *análise institucional* e *questão política*, valorizando as lutas das minorias e os analisadores históricos – como a ocupação da Lip, por exemplo. Lapassade, por sua vez, tenta combater o falatório excessivo das intervenções socioanalíticas, aproximando-se da questão do *corpo*. Fascinado com as experiências de possessão presenciadas em países africanos ou marcados por tal cultura – Tunísia, Madagascar, Marrocos, Brasil –, empenha-se na produção de *crises* propiciadoras de efeitos semelhantes aos do transe coletivo. Para tanto, mescla grupos de encontro rogerianos, espontaneidade moreniana, provocações gestaltistas e recursos bionergéticos, valorizando a dimensão contracultural do movimento do Potencial Humano.

Lip – Fábrica de relógios francesa onde os operários resistiram, via ocupação e autogestão da produção, à venda do estabelecimento a uma multinacional. Sobre os acontecimentos, Lourau publicou *L'analyseur Lip* (O analisador Lip, 1974).

Potencial Humano – Movimento originário da Califórnia, onde são fortes a contestação à Guerra do Vietnã, o modo de vida *hippie* e as lutas pelos direitos civis. Propõe o "drop out" (cair fora) do sistema através de práticas cotidianas, livres das repressões impostas pelo capitalismo.

As aventuras da liberdade

A segunda metade dos anos 1970 trará muitas decepções para os esquerdistas: livros e reportagens denunciam a Revolução Cultural chinesa como uma luta pelo poder nos altos escalões; a conquista de Saigon pelo vietcongue (1975) é seguida da transformação de um sem número de vietnamitas em *boat-people* em busca de refúgio; em 1977, dois anos após tomar o poder no Camboja, o Khmer Vermelho tem por saldo o massacre de dois milhões de pessoas, em uma população total de nove milhões.

Se as revoluções traem seus princípios, que dizer dos revolucionários? Em 1974-1975 tem início a dissolução da maioria dos agrupamentos esquerdistas. Muitos de seus ex-integrantes repudiam o passado marxista e se põem a defender, sob ideários que se estendem do pensamento liberal clássico ao lacanismo, judaísmo ou cristianismo, a democracia parlamentar que sempre haviam combatido como "meramente burguesa". Tornam-se, assim, os "novos filósofos", entre os quais estão André Glucksman, Bernard Henry-Lévy, Pierre Jambet e Guy Lardreau – todos com forte presença na mídia através do programa televisivo "Apostrophes".

Arrependimentos como esses não fazem parte da bagagem dos analistas institucionais: a despeito de serem intelectuais de esquerda, nunca se tinham arvorado a falar em nome de classes ou povos e prosseguem em busca de alianças. Sendo assim, quando o psiquiatra marroquino Mony Elkaim convoca uma reunião (1975) para o lançamento da *Rede internacional de alternativas à psiquiatria***,** Guattari a ela se conecta sem hesitação. Através de encontros, manifestações artísticas e eventos culturais, a Rede se contrapõe ao que igualmente se trama em rede: a miniaturização do controle social via os muros diáfanos de uma psiquiatria sem fronteiras asilares visíveis.

Enquanto na França a mídia propaga o remorso (neo)liberal, Guattari *devém italiano*, seduzido pelas experiências inovadoras do país vizinho. Ali, a *Rádio Alice* agencia vozes e subjetividades, a ponto de engendrar uma economia própria: repudia o trabalho disciplinado e defende a auto-redução da exploração capitalista (troca de etiquetas de preço e roubo de produtos no comércio). Sendo Bolonha, onde a rádio fora fundada em 1974, uma cidade tradicionalmente comunista, seu prefeito não admite perder o controle da preciosa infra-estrutura econômica: acusa os *alicianos* de conspiradores e manda invadir a cidade com carros blindados. Alice responde: "Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar..." (Guattari, 1981 [1974]: 59). A partir de 1975, Guattari estará

entre os primeiros a participar das rádios livres francesas – inicialmente a *Rádio Bleue;* depois, a *Radio Tomate* – e, ao final da década, será um dos criadores do CINEL (Centro de Iniciativa por Novos Espaços de Liberdade), organismo informal que aglutina intelectuais, militantes, trabalhadores e artistas numa intensa atividade teórico-política: análise dos micro-fascismos presentes no pensamento e na ação; favorecimento das rádios livres; defesa dos imigrantes, das minorias nacionais etc.

A colaboração com Deleuze prossegue. Após a publicação (1975) de um livro sobre Kafka, em que, desta feita, é a literatura que devém "menor" ou minoritária – "escrever como um cão que faz seu buraco, um rato que faz sua toca" (Deleuze e Guattari, 1975/1977: 28-29) –, aguarda-se um segundo volume de *O Anti-Édipo.* Mas Deleuze e Guattari escapam aos continuísmos: *Mille Plateaux* (Mil Platôs, 1980) não constrói uma montanha, abre mil caminhos filosóficos. Não há capítulos em cronologia linear, mas quinze acontecimentos datados, reais ou ficcionais: 1227 (morte de Gengis Khan), 1914 (a guerra e a psicanálise do homem dos lobos), 7.000 a.C. (aparelho de captura estatal) etc. Para os que apreciam conceitos, o livro os cria (ou recria) aos borbotões – rizoma, buraco negro, máquina de guerra, regime de signos, plano de consistência, diagrama, linha de fuga, cartografia, captura, rostidade, corpo sem órgãos, máquina abstrata etc. –, como novas ferramentas para forjar espaços de liberdade.

O sonho acabou?

Em Vincennes, as transformações econômicas (neo-liberalismo em expansão) e políticas (derrocada dos esquerdismos) atravessam teorizações e práticas. Tudo se põe em questão na AI socioanalítica: aproximar-se ou não, ou o quanto, do marxismo e da psicanálise; identificar-se à psicossociologia ou à sociologia; realizar intervenções a pedido ou militar politicamente; transformar a socioanálise em habilitação profissional ou manter o projeto de uma análise institucional generalizada.

Lapassade vê semelhança entre o momento então vivido e o das primeiras experiências da AI: não há encomendas ("externas") de intervenção, mas é possível pôr em análise as contradições do estabelecimento do qual se faz parte. Na qualidade de centro experimental, Paris VIII tem doze anos de prazo, a encerrar-se em 1980, para se adequar ao estatuto das demais universidades. Quando é proposta, nos Conselhos Superiores, a criação de uma carreira de

Administração Econômica e Social (AES) já submetida aos cânones oficiais, Lapassade assume a direção do projeto, vendo-o como oportunidade para uma análise institucional "interna".

Em um número especial da revista *Pour* sobre a "Escola de Vincennes", Lourau critica o procedimento em curso: "O contexto político geral de refluxo e oportunismo (...) é o que explica esta repentina virada de casaca teórica, política e pedagógica. O instituído é bizarramente promovido ao estatuto de instituinte e a adesão cada vez mais reacionária à legalidade institucional é proposta, de forma cômica, como 'analisador'". (Lourau, 1978: 109).

No mesmo número, outros autores ressaltam o ostracismo ao qual a ordem estabelecida das ciências sociais (centros de pesquisa, revistas e associações científicas) condenara a AI, aprisionando-a na opção entre dois únicos caminhos: a sustentação da ultra-esquerda, insistindo em reacender a chama das lutas via uma sociologia militante ("família Lourau"), e o apoio à direção aberta pelos novos filósofos, aceitando o consenso democrático e profissionalizando a intervenção institucional ("família Lapassade"). Teríamos, neste sentido, "análises sociais críticas, mas condenadas à marginalidade, ou orçamentos a gerir com possibilidades de experimentação. Vista por um lado, é a alternativa entre o herói e o canalha; por outro, entre o irrealismo e o bom senso" (Ardoino, Barbier e Copet, 1978: 118).

O artigo de Lapassade responde às críticas: em sua perspectiva, o *gauchisme 68* está morto; os partidos de esquerda estão em crise; o *analisador AES* pode lançar luz sobre a degradação burocrática de Vincennes; o institucionalismo se resume a uma psicossociologia crítica e a um embrião (abortado) de filosofia social libertária; a burocracia prossegue a instituição primeira do capitalismo e a "nova filosofia" tem o mérito de desmistificar sua presença na ideologia esquerdista (Lapassade, 1978: 128).

Os acordos entre os socioanalistas parecem, pois, definitivamente rompidos.

"Mudemos a vida aqui e agora"

Em 1981, François Mitterrand (1916-1996), candidato socialista, é eleito presidente da República Francesa. O "povo de esquerda" se entusiasma: anunciado o resultado, uma multidão aflui à simbólica Praça da Bastilha e festeja até a madrugada.

A vitória fora pacientemente construída desde 1969 – ano em que a SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária), antiga morada dos socialistas, se transforma no PS (Partido Socialista). Pouco depois, a agremiação adota novo logotipo – um punho segurando uma rosa – e subscreve o lema "Changer la vie" (Mudar a vida) como síntese de seu programa de governo. O hino do PS conclama a transformações imediatas: "Ne croyonns plus aux lendemains qui chantent, changeons la vie ici et maintenant" (Não acreditemos mais nos amanhãs que cantam, mudemos a vida aqui e agora).

Desde a eleição presidencial de 1974 – quando Mitterand foi derrotado por ínfima margem de votos –, o já então socialista Régis Debray empenhara-se em conduzir os esquerdistas decepcionados ou arrependidos às fileiras do PS, pregando a *revolução via eleição*. Em 1981, a estratégia se mostra bem sucedida, ajudada pela crise econômica. Também a intelectualidade opta, em sua maioria, por Mitterrand, auxiliado ainda pelo "voto útil" de muitos comunistas, que previam o fracasso (confirmado) de seu próprio candidato.

O *triunfo da rosa* é comemorado em uma posse-espetáculo, com direito à interpretação da *Marseillaise* por Placido Domingo. Em seguida, as primeira resoluções do novo governo surpreendem agradavelmente: são suspensas as expulsões de estrangeiros e adotadas medidas sociais (aumento do salário mínimo e do salário aposentadoria, criação de novos empregos na função pública); 300.000 imigrados clandestinos são autorizados a regularizar sua situação; a pena de morte é suprimida; as rádios locais saem da ilegalidade; instaura-se o imposto sobre as grandes fortunas.

Mas….será um *governo de partido* capaz de modificar a relação entre dirigentes e dirigidos? De fazer valer uma ética internacionalista da liberdade contra as obrigações da política instituída? De incentivar a inventividade coletiva? Apenas alguns meses se passarão antes que essas perguntas sejam respondidas com um sonoro *não.*

Os anos de inverno (1981-)

Em setembro de 1981, o sindicato polonês Solidariedade faz um congresso em Gdansk, exigindo pluralismo partidário e eleições livres. O Kremlin não tarda a conter essa expansão produtivo-desejante: em dezembro, é declarado 'Estado de Emergência' e o General Jaruzelski passa a presidir um Conselho Militar de Salvação Nacional.

Na França, o Ministro dos Assuntos Estrangeiros afirma que seu país não tomará qualquer medida, por se tratar de um problema "estritamente interno". Em 15 de dezembro, alguns intelectuais reagem à postura do governo através de um manifesto: "Em 1936 um governo socialista se viu confrontado com um *putsch* militar na Espanha; em 1956 um governo socialista se viu confrontado com a repressão na Hungria. Em 1981 um governo socialista se confronta com o golpe de Varsóvia. Não queremos que sua atitude seja a de seus predecessores" (*apud* Eribon, 1990: 277). Situado a um canto de página de *Libération*, o texto não parece destinado a repercussões maiores; porém o jornal, que prometera divulgar diariamente listas de apoio, é obrigado a desistir do projeto em função do dilúvio de assinaturas recebidas.

A cúpula governista ainda tenta manter aparência socializante: nos primeiros dias de 1982, decreta a redução da carga semanal de trabalho para 39 horas e institui a quinta semana anual de férias pagas, visando a reduzir o desemprego. Em maio, no entanto, já se ouve falar em "austeridade" e, a partir de 1983, no "rigor" exigido pela gestão (capitalista) do socialismo à francesa – logo visível na nova política de imigração, que persegue implacavelmente os "clandestinos", acusados de responsáveis pela "crise".

Está perdido o apoio da intelectualidade ao governo, mas a primeira, desta feita, se mantém silenciosa. Nesse contexto, o porta-voz Max Gallo publica em *Le Monde* o artigo *Os intelectuais, a política e a modernidade*, no qual se queixa da incompreensão reinante. O jornal decide promover uma enquete, convidando os homens da pena a se pronunciar acerca de seu próprio mutismo

Mudança de estações

Guattari não se furta à proposta de *Le Monde*. Na fadiga dos gurus, percebe um saudável silêncio, ao invés da afasia ressentida diagnosticada pelos governantes: "Todos aqueles que hoje fazem profissão de pensar, de pesquisar, de criar, de produzir outros possíveis não mais se reconhecem em qualquer porta-voz" (Guattari, 1983/1986: 31). A seu ver, um efetivo debate entre o poder e a intelectualidade precisaria problematizar: as perspectivas de evolução para sociedades multirraciais e transculturais; a política de transformação da habitação, do urbanismo, da Educação Nacional, das prisões, dos hospitais psiquiátricos; as iniciativas concretas da França em favor da emancipação econômica e social do terceiro-mundo etc.

Tal debate não se abre, mas Guattari continua a falar, ao menos, com aqueles que não ensurdeceram inteiramente à base de doses diárias de cinismo pseudo-democrático. Se muitos compatriotas já não o escutam, há espaços outros a explorar, viajando tanto ao Brasil – onde o PT (Partido dos trabalhadores) o entusiasma – quanto ao Japão – cujo paradigma empresarial, pretensa solução para a "crise", muito lhe desagrada. Em 1985, porém, já se sente atingido pela glaciação geral, dando com isso um nome aos tempos que talvez ainda sejam os nossos: "Sou daqueles que viveram os anos sessenta como uma primavera que prometia ser interminável; assim, tenho alguma dificuldade em me acostumar a este longo inverno dos anos oitenta!" (Guattari, 1986 [1985]: 7).

Vendo murcha a rosa socialista, Guattari se alia aos verdes. Seu ensaio *As três ecologias* (1989) falará da baixeza da subjetivação capitalística. Baixa subjetivação porque voltada a instaurar uma equivalência generalizada, na qual quaisquer 'diferenças' são alocadas, sob a forma de 'escores', em distribuições de variáveis previamente determinadas. Contra essa contingência funesta, ele propõe uma articulação ético-política entre os registros do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade – a *ecosofia*.

Implicações e sobreimplicações

A despeito das divergências entre os socioanalistas, nenhum deles nega que o período seja de repúdio a intervenções desestabilizadoras. Assim, enquanto Lapassade privilegia escritos de estilo autobiográfico, como *Joyeux tropiques* (Alegres trópicos) e *L'autobiographe* (O autobiógrafo), voltando-se a seguir para investigações de caráter etnológico sob a inspiração da Escola de Chicago (cf. capítulo 27), Lourau tende a fazer da *análise das implicações* do pesquisador a base para a constituição de uma nova epistemologia.

Em 1981, publica *Les lapsus des intellectuels* (Os lapsos dos intelectuais), onde aponta o repetido 'ato falho' da intelectualidade no século XX: o ativo desconhecimento das condições institucionais de produção dos discursos eruditos. Na introdução ao livro, constrói uma tipologia baseada na relação com o 'MANDATO SOCIAL'. Segundo Lourau, a aceitação desse mandato define o 'intelectual orgânico'. Já o 'intelectual engajado', crítico do instituído, orienta-se para

> Os conceitos de 'encomenda' e 'MANDATO SOCIAL' são homólogos: o primeiro está ligado a situações efêmeras de 'intervenção a pedido'; o segundo, a um ininterrupto 'pedido de intervenção' aos intelectuais, cuja especificidade instaura a divisão dos saberes em 'especialidades' ou 'disciplinas'.

posições seja progressistas seja conservadoras, mas não põe efetivamente em questão o mandato social. Somente o 'intelectual implicado' se caracteriza pela recusa de tal mandato, podendo ser ilustrado pela experiência da Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia (1924-1980):

> Enquanto na França, sob a influência crescente do *lobby* psicanalítico lacaniano, a psicoterapia institucional tendeu a reforçar o poder médico e a importância do hospital, e na Inglaterra a antipsiquiatria sem correntes de Laing e Cooper visou sobretudo à edificação de um setor paralelo, comunitário e fortemente politizado, os futuros adeptos da 'psiquiatria democrática' à italiana partiram de um questionamento daquilo que produzia e reproduzia a doença mental: a ciência médica e a estrutura hospitalar (Lourau, 1981: 271).

Um salto a 1987 nos dá acesso a um artigo em que a preocupação primeira de Lourau é avaliar os motivos da associação entre o termo *implicação* e palavras como engajamento, participação, investimento, motivação e esforço:

> A origem deste uso voluntarista (...) reside numa mistura de influências cristãs, existencialistas e psicologistas: 'Eu me implico, ele se implica, ele não se implica o bastante' etc. Tais formulações (...) constituem julgamentos de valor (...), destinados a medir o nível de ativismo, o grau de identificação a uma tarefa ou a uma instituição, a quantidade de orçamento-tempo que lhe é consagrada (...), bem como a carga afetiva investida na cooperação. Trata-se de uma espécie de nova virtude teologal (Lourau, 2004 [1987]: 246-247).

Malgrado tal conjuntura, Lourau ressalta que a *análise de implicações* se vê enriquecida pela edição (ou reedição) dos *diários de pesquisa* de vários estudiosos. Emerge, com isso, uma problemática original: a da escritura da AI como *escritura implicada*. Sendo assim, em *Le journal de recherche* (O diário de pesquisa, 1988), Lourau analisará, entre outros, os diários de Bronislaw Malinowski, Sandor Ferenczi, André Gide, Michel Leiris, Edgar Morin, Margareth Mead e Ludwig Wittgenstein, em busca de elementos heurísticos para uma 'Teoria da Implicação'.

Em um trabalho de 1990, ele renuncia a tentar fixar um sentido estrito para o termo implicação, optando por fazer do próprio devir do mesmo um analisador de nosso presente. Com esse intuito, propõe um novo conceito, de caráter radicalmente crítico desse mesmo presente, o de *sobreimplicação.* Tal conceito está associado a um quase onipresente ato de linguagem: "Implique-se, reimplique-se, porém não analise suas implicações!" (Lourau, 2004 [1990]: 189). Sendo a implicação um nódulo de relações inevitavelmente presente

– estamos sempre implicados em instituições, queiramos ou não –, a injunção a 'implicar-se sem análise' (sobreimplicar-se) constitui um mandato social destinado a gerar o "sobretrabalho exigido para a produção de uma mais-valia, de uma rentabilidade suplementar (...), 'exploração da subjetividade' que sucede à exploração da objetividade do homem no trabalho alienado"(ibid.). Exemplos da presença crescente desse discurso (sobre)implicacionista nas empresas contemporâneas são encontrados por Lourau na adoção, na França, do 'grau de implicação' como critério de avaliação do desempenho de empregados e na instituição, no Japão, do *karoshi* – reconhecimento oficial do excesso de trabalho como *causa mortis*. Cada vez mais, os equipamentos de poder incitam a praticar e experienciar um 'nós' empresarial que, da autogestão sonhada pelos analistas institucionais, nada preserva.

Nossa incursão à Análise Institucional francesa poderia prolongar-se. Nada dissemos sobre o acirramento dos conflitos entre os socioanalistas a partir dos anos 1990; a última produção de Deleuze e Guattari (*O que é a Filosofia*, 1991) sequer foi mencionada; livros publicados por Lourau na década de 1990, como *Actes manqués de la recherche* (Atos falhos da pesquisa, 1994) e *Implication, transduction* (Implicação, transdução, 1997) ficaram fora do escopo da exposição. Não haveria espaço para tudo isso em um simples capítulo, e cumpre passar à história da AI no Brasil.

Polifonias da Análise Institucional no Brasil

Falar em história da AI *no Brasil* é um exagero de linguagem: as dimensões do país e a variedade de seus percursos regionais tornam tal projeto um empreendimento impossível. Limitar-nos-emos a abordar o Eixo Sudeste e, neste, os processos característicos das cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Antes, uma ressalva: no Brasil, a AI é um *paradigma sem passado*. A despeito de existirem inúmeros trabalhos sobre as trajetórias das práticas grupais, das organizações formativas e das renovações no campo da saúde mental – âmbitos em que a AI recebe alguma menção ou destaque –, é raro que o paradigma institucionalista seja neles focalizado como pensamento-prática singular. Para produzir um antídoto a esse panorama, será preciso aumentar a abertura da

lente, indo além do exclusivamente local, o que resultará no reaparecimento dos institucionalistas franceses, na entrada em cena dos analistas argentinos e em uma maior ênfase na Psiquiatria Democrática italiana.

Tendo em mente, como base do roteiro, essa geopolítica dos saberes, torna-se válido dizer que a AI no Brasil é polifônica, pois fala francês (Belo Horizonte), espanhol com sotaque portenho (Rio de Janeiro) e italiano (São Paulo) – sempre, é claro, com nosso timbre e ritmo próprios, ligados às vicissitudes econômicas, políticas e culturais do país.

Les Chevaux du Diable – o Setor de Psicologia Social

Em Belo Horizonte, a criação (1963) do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) quase coincide com a instauração da Ditadura Militar (1964). Entre os primeiros professores destaca-se Célio Garcia (1930-) que, formado em Paris (1955), está marcado pelas reflexões/ações dos psicossociólogos críticos. Ele logo reúne à sua volta estudantes e jovens professores, insatisfeitos com a hegemonia que a linha experimentalista detém na formação de psicólogos. Este grupo, a princípio informal, passa a desenvolver atividades tão originais e características – pesquisas em saúde pública, ações de reforma em hospitais psiquiátricos, atendimento a demandas de intervenção psicossociológica dentro e fora da Universidade –, que rapidamente é visto como "um setor" e, não muito depois, como "o Setor" de Psicologia Social da UFMG.

"Os cavalos do diabo" é o título do diário publicado (1974) por Lapassade, relativo a sua visita ao Brasil em 1972.

Sem pretensão de exaustividade, é possivel mencionar os seguintes participantes do Setor ao longo de sua existência: Célio Garcia (coordenador), Marília Mata Machado, Júlio Mourão, Sonia Fleury, Elizabeth Bomfim, Esther Arantes, José Francisco Silva, Leila Mariné da Cunha, Maria Emília Lima, Romualdo Dâmaso, Edna Rolland, Cornelis van Stralen, Regina Helena de Freitas Campos, José Newton Garcia de Araújo.

Colabora, para tanto, seu modo de funcionamento: reúne-se todos os sábados fora das dependências da FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – os tempos são de denúncia de tudo que cheire a livre debate de idéias – e as hierarquias são pouco rígidas – os estudantes não tardam a assumir responsabilidades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. As opções teórico-políticas de Celio Garcia, por sua vez, contribuem para que o Setor traga para a formação de psicólogos temas como psicossociologia à francesa, análise institucional, análise de conteúdo, análise de discurso, perspectivas

comunitárias, reflexões sobre Psicologia e Poder. Além disso, ele cria um programa de cooperação científica e cultural França-Brasil, financiado pela Embaixada da França, sob a égide do qual vêm ao Brasil Max Pagès, André Lévy, Roger Lambert e, intempestivamente – os tempos são de Ditadura Militar –, Georges Lapassade.

Durante cerca de um mês (julho-agosto de 1972), Lapassade esteve em Belo Horizonte em missão oficial. Inicialmente, ofereceu um seminário de AI aos integrantes do Setor, aos quais se somaram participantes externos. Mantinha contato permanente com os primeiros e, ao seu estilo, passou a pôr em análise cisões até então pouco visíveis: inspirado em suas reflexões sobre a macumba, apontou a existência, no Setor, de uma "linha branca" – os líderes, defensores da heterogestão, preocupados com a carreira universitária e os cânones oficiais do saber – e uma "linha negra" – os minoritários, contestadores (em termos de idéias e/ou de libido) e autogestionários. Linha branca e linha negra correspondiam ao que Lapassade passou a nomear como "o Setor" – onde estava, evidentemente, Celio Garcia – e "o Contra-setor" – do qual alguns integrantes passaram a acompanhá-lo também na vida extra-universitária, a ponto de os apelidar "clã da noite" (Lapassade, 1974).

Conforme ocorrera na França, Lapassade teve, em Belo Horizonte, presença marcante junto aos estudantes. A pedido das lideranças do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH, que, embora distanciado de qualquer 'base', tentava resistir às interdições da Ditadura Militar, desenvolveu trabalhos de AI com a entidade.

Em todas as intervenções que levou a efeito, a marca de seu estilo polêmico, ou mesmo contraditório, apareceu fortemente. No começo dos anos 1970, membros do Setor promoviam, com muitas hesitações, trabalhos em alguns centros da UFMG, como parte da implantação da Reforma Universitária (autoritariamente decretada pelo governo militar). Antecipando, de certo modo, o que viria a fazer em Vincennes alguns anos depois, Lapassade acabou com as ressalvas do grupo: via nos encontros com professores e estudantes a oportunidade para uma análise institucional, além de identificar na Reforma aspectos democratizantes, como a extinção da cátedra, por exemplo.

Ao término de sua estada em Belo Horizonte, as relações com Celio Garcia estavam bastante estremecidas – aspecto que pode ser constatado tanto no diário que publicou sobre a viagem ao Brasil (Lapassade, 1974) quanto no número especial da revista *Vozes* dedicado à AI (Garcia et alii, 1973). Apesar das divergências, encaminham juntos às instâncias superiores um projeto de Análise Institucional da UFMG. Quando este é recusado pela Reitoria,

Lapassade se vê livre de obrigações oficiais e decide prolongar a temporada brasileira no Rio de Janeiro, onde possui aliados: Marco Aurélio Luz (com quem publica *O segredo da macumba*, 1973) e Chaim Samuel Katz (um dos primeiros intelectuais, em solo carioca, a se interessar pela AI, vindo a publicar, em 1977, *Psicanálise e instituição*).

Nas intervenções que realiza na Escola de Comunicação da UFF (Universidade Federal Fluminense), no Hospital Pinel e no CESAC (Centro de Estudos em Antropologia Clínica), Lapassade é geralmente acompanhado por Chico e Gerval – alunos da UFMG, membros do "clã da noite" – e, conforme já ocorrera em Belo Horizonte, a macumba (vista como contracultura), o sexismo (com ênfase no silenciamento imposto à homossexualidade), o racismo e a colonização da loucura pela razão são seus pontos analíticos centrais. Falar desses temas em 1972 parecia, a quase todos, extremamente perigoso. Porém Lapassade denunciava a presença, entre nós, de um "fantasma da repressão" – uso político da ameaça exterior para legitimar a resistência à mudança – e de uma "polícia cultural" – tornando dispensável a ação do aparato repressivo, visto serem as tentativas de liberação interrompidas na base, especialmente pelas instituições de ensino: "...eis o que me disseram durante três meses, toda vez que tentei democratizar a vida universitária: 'por nós, tudo bem. Mas você sabe que, hoje, isso é totalmente impossível...'" (Lapassade, 1974: 38).

Marília Mata Machado, então professora da UFMG e integrante do Setor, julga que Lapassade errou em suas análises, por ter misturado territórios distintos:

> Naquele momento, já atuava outra divisão, não dita e não analisada, entre militância e trabalho científico. O espaço da militância era externo ao grupo e pessoal, mesmo havendo membros do setor militando juntos em partidos políticos instituídos e/ou clandestinos. Esse era o território da certeza, da crença e da palavra de ordem (...). O território da ciência era público, mesmo com as práticas e pesquisas transcorrendo em campo minado, o dos problemas e movimentos sociais. Esse espaço se pautava pela indagação e pela dúvida, pela busca sempre inacabada da verdade. (...) E havia repressão real; e havia brancos e pretos na militância; tanto uns quanto outros tiveram que recorrer à cautela nos anos que se seguiram (Mata Machado, 2001: 38).

A presença da AI em Belo Horizonte não ficou limitada, evidentemente, à vinda de Lapassade. Além do manejo cotidiano de ferramentas institucionalistas pelo Setor – aulas, pesquisas e intervenções a pedido –, talvez o momento em que o projeto se tenha mostrado mais atuante seja o da reforma curricular do curso de Psicologia da UFMG (1974). A reforma foi realizada com base em um

movimento autogestionário, que redundou em participação paritária de alunos e professores, repudiando qualquer decisão vinda de cima, que prescindisse de construção e análise coletivas. Do currículo resultante, para o qual os integrantes do Setor contribuíram intensamente, constavam disciplinas como Intervenção Psicossociológica, Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, Análise de Discurso, Psicologia da Mulher, Psicolingüística, Psicanálise e Linguagem, Economia Política etc., então totalmente ausentes da formação de psicólogos no restante do país.

Cumpre ressaltar, finalmente, o percurso futuro dos integrantes do Setor, freqüentemente voltado a temas e ações ligados à critica das tendências privatistas-intimistas das práticas 'psi', à desnaturalização de verdades opressivas nos campos da saúde mental, educação, direito e cultura, às ações comunitárias, à articulação da Psicologia com o campo da saúde pública etc. Neste processo, muitos deles tiveram participação destacada na criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), em 1980 (cf. capítulos 29 e 31).

Usted preguntará por qué cantamos – Psicanálise e Análise Institucional

Verso do poema *Por qué cantamos*, de Mario Benedetti, inspirado nas ações de resistência dos argentinos exilados durante a ditadura militar.

No começo dos anos 1970, uma "primeira geração" (Coimbra, 1995) de psicanalistas argentinos viaja repetidamente ao Rio de Janeiro, oferecendo cursos e supervisões às organizações alternativas que abrigam psicólogos sedentos de formação analítica (cf. capítulo 24). Predominantemente composta por agentes ligados à APA (Associação Psicanalítica Argentina, filiada à IPA), essa geração, qual os psicanalistas cariocas ligados às sociedades oficiais, não pretende abrir mão do monopólio do inconsciente. Contudo, recorrendo às idéias de José Bleger (1922-1972), eventualmente propõe uma compensação: os psicólogos devem deixar a prática clínica aos médicos, porque lhes cabe atuação politicamente mais nobre – a de agentes de mudança social mediante ações preventivas em grupos, comunidades e/ou instituições.

José Bleger. Psicanalista de grande prestígio na Argentina por ter sido o primeiro a articular Psicanálise e Marxismo, na obra *Psicoanálisis y Dialéctica Materialista* (Psicanálise e Dialética Materialista, 1958) – que lhe valeu, por outro lado, a exclusão do Partido Comunista.

Embora as concepções blegerianas não devam ser menosprezadas, pois ampliam os horizontes dos psicólogos para além dos murmúrios sobre o divã, para que a AI ganhe ressonância no Rio

de Janeiro será necessário aguardar alguns anos, levando-se em conta certas defasagens políticas: enquanto a Argentina vive um período de lutas nacionais-populares e/ou revolucionárias (1969-1973), o Brasil está mergulhado no "milagroso" período dos anos de chumbo; quando a Argentina ingressa no prenúncio (1974) e desencadeamento (1976) do GOLPE MILITAR, em nosso país se inicia a distensão "lenta, gradual" e principalmente "segura" do Governo Geisel (1974-1979). Sendo assim, a partir de meados da década de 1970 começa a chegar ao Brasil uma "segunda geração" de psicanalistas argentinos. Trata-se, neste caso, de exílio, por motivos políticos, de agentes ligados à 'revolução' (ao menos no campo 'psi'), destacando-se os membros e aliados do *Plataforma Argentino*.

A trajetória deste grupo começa em 1969, ano do "CORDOBAZZO". Em julho, Armando Bauleo e Hernan Kesselman, candidatos em formação analítica na APA, durante o XXVI Congresso Internacional da IPA (Roma), participam de um congresso paralelo que cria *Plataforma Internacional* – conjunto de agentes contestadores do elitismo da formação analítica e dos compromissos burgueses da Psicanálise. De volta a Buenos Aires, incentivam a criação do *Plataforma Argentino*, recebendo apoio não só de outros candidatos, como de fundadores da APA ligados a lutas libertárias – MARIE LANGER (1910-1987) e ENRIQUE PICHON-RIVIÈRE (1907-1977) – e de psicanalistas sensíveis às novas aspirações em função de experiências culturais ou políticas, como EDUARDO PAVLOVSKY (1933-) e EMÍLIO RODRIGUÉ (1923-).

O "Processo" ou "Guerra Suja", como ficou conhecido o período da ditadura militar argentina, estendeu-se de 1976 a 1983.

Contrariando, como sempre, o calendário oficial, o *maio de 68* argentino ocorre em abril-maio de 1969. A partir de CÓRDOBA, proliferam os atos estudantis e operários de protesto contra o governo do general Juan Carlos Onganía, que desde a subida ao poder, através de um golpe militar (1966), exercera violenta repressão sobre a universidade e o sindicalismo combativo.

A APA foi fundada em 1942, por Arnaldo Rascovsky, Enrique Pichón-Rivière, Angel Garma, Celes Ernesto Cárcamo, Guillermo Ferrari Hardoy e Marie Langer.

MARIE LANGER abandona, em 1936, a carreira analítica em Viena e parte para a Espanha, unindo-se às Brigadas Internacionais, que lutam em favor dos republicanos. A vitória do franquismo e o avanço nazista a levam a exilar-se em Buenos Aires (1942).

ENRIQUE PICHON-RIVIÈRE. Simpatizante do anarquismo, apóia, nos anos 1930-1940, refugiados da Guerra Civil espanhola. Como analista, remodela o kleinismo hegemônico na APA: incorporando novas referências (marxismo, Lewin, Mead e Bachelard), passa da Psicanálise à Psicologia Social.

EDUARDO PAVLOVSKY é, além de psicanalista, ator e teatrólogo – sua peça *Senõr Galíndez*, do início dos anos 1970, explora a psicologia dos torturadores. É também um dos introdutores do Psicodrama na Argentina.

EMÍLIO RODRIGUÉ se torna, em 1955, um dos fundadores da AAPPG (Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupo). Vive nos EUA entre 1958 e 1962, quando atua na Clínica Austen Riggs (Stockbridge, Massachussetts) – experiência acerca da qual publica *Biografía de una Comunidad Terapéutica* (1965), de grande repercussão nos movimentos renovadores em saúde mental. O retorno a Buenos Aires inaugura uma via de produção literária, incluindo *Plenipotencias* – coletânea de ficção científica – e *Heroína* – novela posteriormente transformada em filme. Vive desde 1974 no Brasil (Salvador).

Nova reunião de *Plataforma Internacional* tem lugar durante o XXVII Congresso Internacional da IPA (Viena) e, cerca de quatro meses mais tarde, a 4 de novembro de 1971, todos os membros do Plataforma Argentino renunciam à APA (e conseqüentemente à IPA) através de uma declaração pública que denuncia a ideologia burguesa das instituições psicanalíticas oficiais em todos os níveis – teórico, técnico, investigativo, didático e econômico. Dias depois, renunciam os analistas ligados ao grupo Documento, que reivindicavam a democratização interna da APA.

A partir da ruptura, os renunciantes se vêem envolvidos com amplos setores profissionais, mobilizados pelas lutas políticas que sacodem o país e suas articulações com as práticas 'psi'. A regional Capital Federal da FAP (Federação Argentina de Psiquiatras) reúne-se às associações de psicólogos, de assistentes sociais e de psicopedagogos, constituindo uma frente sindical conjunta, a Coordenadoria de Trabalhadores em Saúde Mental (CTSM), no interior da qual é criado o Centro de Docência e Investigação (CDI) – organismo que, com ampla participação de Plataforma e Documento, passa a oferecer formação aos agora "trabalhadores de saúde mental", sem distinções corporativas.

São dezoito os integrantes do Plataforma Argentino quando da ruptura: Marie Langer, Gilberte Royer de Garcia Reinoso, Diego Garcia Reinoso e Emilio Rodrigué (didatas); Eduardo Pavlovsky (titular); Armando Bauleo, Hernán Kesselman e José Rafael Paz (associados); Lea Nuss de Bigliani, Fany Baremblitt de Salzberg, Gregorio Baremblitt, Guillermo Bigliani, Manuel Braslavsky, Luis Maria Esmerado, Andrés Gallegos, Miguel Matrajt, Guido Narvaez e Juan Carlos Volnovich (candidatos). Embora Pichon-Rivière e Bleger fossem os líderes teórico-políticos do grupo, permaneceram na APA.

As lutas estudantis e operárias dos anos 1960 e 1970 obtêm o retorno à democracia. A vitória (1973) do peronista Hector Cámpora é seguida por sua renúncia e novo processo eleitoral, trazendo o general Juan Domingo Perón de volta à presidência da Argentina. Porém logo crescem os enfrentamentos entre tendências e o general desencadeia violenta perseguição aos Montoneros e à Juventude Peronista – grupos esquerdistas em grande parte responsáveis por seu retorno –, bem como às agrupações de esquerda não-peronistas.

Após o falecimento de Perón, as "medidas anti-subversivas" que este decretara são aplicadas, inclusive, às Universidades e outros setores de trabalhadores intelectuais, com explícita participação da *Triple A* (Aliança Anticomunista Argentina). Assim, ao final de 1975, a polícia invade a sede do CDI e aprisiona vários alunos e professores. Também a EPFSO (Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise),

Juan Domingo Perón (1895-1974) presidiu a Argentina de 1946 a 1955. Deposto por um golpe militar, viu-se obrigado ao exílio. Até 1973, embora o peronismo constituísse inegável força política – a princípio apenas no mundo operário e, a partir dos anos 1960, também entre intelectuais e estudantes –, esteve oficialmente banido do cenário eleitoral.

organização que já incorporava as idéias da AI francesa, recebe ameaças e é forçada a fechar as portas. Diante deste pesadelo, muitos são os participantes de Plataforma, do CDI e da EPFSO, bem como dos movimentos de renovação desenvolvidos via cátedras universitárias, hospitais psiquiátricos e serviços de psiquiatria em hospitais gerais a deixar às pressas o país – antes mesmo do golpe militar, Rodrigué se exila em Salvador (Bahia) e Langer na cidade do México.

No Brasil, é intensa a mobilização pela redemocratização a partir da segunda metade dos anos 1970: os "novos movimentos sociais" trazem à cena não só atores políticos originais – sindicalismo autônomo, comunidades eclesiais de base, movimentos de bairro, comitês pela anistia (Sader, 1988) – como novos personagens profissionais, dispostos a destronar figuras ditatoriais em múltiplos âmbitos – o psicanalítico, inclusive.

Em março de 1977 chega ao Rio de Janeiro Gregório Baremblitt, criador da EPFSO, integrante de Plataforma e do CDI. Em função dessas experiências institucionais é convidado, juntamente com Chaim Katz, a se unir ao "Grupão" – cerca de 50 pessoas, de diversas categorias profissionais, que pretendem criar uma instância formativa livre do jugo da IPA. As reuniões são permeadas de conflitos e, em janeiro de 1978, o "Grupão" está reduzido a 14 pessoas, que fundam o NEFF (Núcleo de Estudos e Formação Freudiana), onde Baremblitt e Katz ministram aulas durante algum tempo. Pouco depois, ambos se retiram para fundar o IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições).

O novo órgão formativo nasce em maio de 1978, na forma de propriedade privada, tendo Luiz Fernando de Mello Campos, cujo percurso estava ligado à APPIA (Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência), como terceiro sócio. Vem pela primeira vez a público através de um evento realizado no Hotel Copacabana Palace, de 19 a 22 de outubro de 1978: o *I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições.* "Com certeza esta foi a vez em que se reuniu o maior número de estrelas da psicologia, psicanálise e psiquiatria desta parte do planeta" – diz então Carlos Ralph (1978: 33), na revista *Rádice*. No entanto, as "estrelas" internacionais presentes – Erving Goffman (1922-1982), Howard Becker (1928-), Thomas Szasz

Associação interdisciplinar fundada em 1972, ligada à ASAPPIA (Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência).

Erving Goffman. Sociólogo adepto da perspectiva do Interacionismo Simbólico, autor de *Asylums* (1961), editado no Brasil com o título *Manicômios, prisões e conventos* (cf. capítulo 27).

(1920-), Robert Castel (1933-), Shere Hite (1943-), Basaglia, Guattari e Rodrigué –, pelas características de suas produções, apontam para o aspecto "cadente" do âmbito psicológico-psiquiátrico-psicanalítico, foco de severos questionamentos teóricos, técnicos e institucionais.

Howard Becker. Sociólogo adepto da perspectiva do Interacionismo Simbólico, autor de uma teoria do desvio que descarta as explicações 'psi' em favor de um entendimento fundado no processo social de rotulação.

Thomas Szasz. Psiquiatra húngaro, radicado nos EUA, autor de *O mito da doença mental* (1961) e *A fabricação da loucura* (1970). Vê a doença mental como uma metáfora que funciona como forma de controle social de comportamentos, pensamentos e sentimentos julgados indesejáveis.

Robert Castel. Sociólogo francês, autor de *O Psicanalismo* (1973) e *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo* (1976).

Shere Hite. Psicóloga norte-americana, autora do *Relatório Hite* (estudo sobre a sexualidade feminina).

É neste clima de expansão dos movimentos sociais e de crítica radical ao instituído no campo 'psi' que o IBRAPSI dá início (1979) a seu Curso de Formação de Psicanalistas e Socioanalistas, definindo quatro propósitos fundamentais: cientificidade, interdisciplinariedade, ampliação da formação e da assistência a amplos setores da população e articulação com as forças vivas da sociedade brasileira (Baremblitt, 1982: 8). Estes objetivos são assim sintetizados em um documento interno:

> Criticar epistemológica, ideológica e politicamente os compromissos de centro-direita que se registram nas teorias, métodos, técnicas, clínicas, instituições, organizações, formações, pesquisas, prestações de serviços, condições econômico-jurídicas de exercício etc. dos agentes científico-profissionais da saúde mental e demais âmbitos.

A despeito de ser o IBRAPSI um estabelecimento privado com, agora, dois diretores-proprietários – Chaim Katz se retirara antes do início dos cursos –, as mensalidades pagas pelos alunos, que facultam o acesso às aulas, aos grupos operativos e às supervisões grupais, são bastante acessíveis, mesmo para profissionais em início de carreira. Já a análise pessoal, denominada "análise formativa", é preferencialmente realizada em grupo com psicanalistas do próprio Instituto, o que igualmente lhe reduz os custos, além de favorecer a apreensão da "relação entre as dimensões inconsciente e social no processo de cura psicanalítica" (Moraes, 1994: 102). O ensino, as supervisões e a análise formativa iniciam-se simultaneamente, sem que a última implique, como

Teoria e modo de intervenção criado por Pichon-Rivière, *grupo operativo* é um conjunto de pessoas, com mútua representação interna, que se reúne em torno de uma tarefa – aprendizado, diagnóstico, terapêutica, problemas urbanos etc. Além da tarefa explícita, tem por tarefa implícita a ruptura de estereotipias. Segundo Pichon-Rivière, quanto maior a heterogeneidade do grupo, maior a homogeneidade da tarefa – levando à construção de um ECRO (esquema conceitual, referencial e operativo) grupal.

na “análise didática” das sociedades oficiais, qualquer possibilidade de restrição à trajetória do formando.

Na formação ibrapsiana destaca-se a presença da Socioanálise, entendendo-se pelo termo tanto o movimento institucionalista francês (em suas diversas vertentes) como uma série de experiências européias, norte-americanas e latino-americanas de articulação entre as dimensões subjetiva e política. Além de singularizar a formação dos psicanalistas do IBRAPSI, a Socioanálise aspira a contemplar os alunos legalmente impedidos de exercer a prática clínica. E embora nas três primeiras turmas – cada uma delas com cerca de 80 participantes – predominassem os psicólogos (havendo um ou outro médico), estavam também presentes cientistas sociais, economistas, engenheiros, filósofos, administradores etc.

O sucesso é a marca dos primeiros tempos, apesar da repetida emergência de crises internas. Os grupos operativos, que se reúnem após as aulas para debater o tema apresentado (tarefa explícita), nunca deixam de pôr em pauta a tarefa implícita, ou seja, o questionamento da estrutura e dinâmica da organização. Sendo tais grupos coordenados, nos primeiros tempos, pelo que podemos apelidar “quadros” do IBRAPSI – analistas argentinos (exilados) e brasileiros (geralmente oriundos do “Grupão”) –, a chegada dessas críticas à direção é freqüentemente encarada por esta como uma “traição” ao projeto. Além disso, são constantes as Assembléias Gerais, nas quais a mesa diretora, invariavelmente integrada por pelo menos um dos diretores-proprietários, oscila entre facilitar as deliberações/análises coletivas e exercer o controle institucional.

Os conflitos mais marcantes, no entanto, têm por foco a Clínica Assistencial. Progressivamente, os alunos vão-se engajando, como terapeutas, nos atendimentos (individuais e grupais) oferecidos à população a baixos custos. A demanda é crescente, em decorrência da divulgação e dos convênios com empresas estatais (Furnas, Embratel, Petrobrás) e sindicatos (Economistas, Artistas de Teatro, Professores, Químicos, Arquitetos, Jornalistas). Porém o percentual do valor das sessões recebido pelos terapeutas começa a ser reduzido – em função, segundo alegam os diretores, do déficit que ameaça outros setores –, provocando enorme descontentamento.

Por mais que o IBRAPSI não seja exatamente um mar de rosas, seu crescimento incomoda alguns ramos da psicanálise oficial, que, do final de 1979 a meados de 1980, desencadeiam uma virulenta ofensiva através da grande imprensa. Em 4 de junho de 1980, por exemplo, quando da abertura do VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise, Leão Cabernite (presidente

da ABP – Associação Brasileira de Psicanálise) declara ao Jornal do Brasil: "Uma ruidosa legião de psicopatas tomou de assalto a psicanálise". Fazendo referência, a seguir, a "psicanalistas importados da Argentina" e a "grupos que se intitulam dissidentes", não deixa dúvida quanto a seus alvos: Baremblitt, Plataforma e, conseqüentemente, o IBRAPSI.

O episódio cairia no esquecimento caso não fosse seguido pelo Ciclo de Debates promovido pela CLÍNICA SOCIAL DE PSICANÁLISE na PUC-Rio, em setembro. Ali, Eduardo Mascarenhas, Helio Pellegrino e Wilson Chebabi, membros da SPRJ, denunciam "os barões da Psicanálise" – título da matéria publicada no Jornal do Brasil (23/09/1980) –, estabelecendo uma articulação crítica entre a centralização vitalícia do poder nas sociedades oficiais, os altos custos do tratamento analítico, a política do apoliticismo manejada com vantajosa cumplicidade nos regimes de exceção, o precário nível da produção teórica e a mera solução de compromisso representada pelas ações filantrópicas das clínicas sociais. Dias depois, durante os debates que se sucedem à mesa redonda *Psicanálise e fascismo*, o ex-preso político Rômulo Noronha de Albuquerque, além de narrar as torturas que sofrera no DOI-CODI, denuncia o Dr. Amílcar Lobo como integrante da equipe de torturadores (cf. capítulo 24). De Amílcar Lobo a Leão Cabernite, seu analista didata, bastam alguns degraus na hierarquia da SPRJ, cujos escalões superiores, por sinal, estavam cientes das idiossincrasias políticas do candidato desde 1973: a denúncia aparecera em *Cuestionamos 2* (Questionamos 2) – livro da coleção "Izquierda Freudiana" (Esquerda Freudiana), que publicava textos dos membros de *Plataforma* e de *Documento* –, sob o título "Algo más sobre tortura" (Bauleo e Langer, 1973).

Primeira iniciativa (1973), por parte dos psicanalistas cariocas, de atendimento a baixos custos para a população em geral, liderada por Helio Pellegrino e Katrin Kemper.

Embora essa revelação de segredos lhe ofereça uma pequena trégua, a partir de 1981 o IBRAPSI não mais consegue compor grandes turmas para o curso de formação. Tempos depois, Baremblitt (1987: 51-52) avaliará a situação então vivida como "exitosa e grave". Quanto ao segundo aspecto, além da campanha sistemática encetada contra o Instituto pelas sociedades psicanalíticas oficiais, evoca "uma série de agressões telefônicas aos diretores (…) que incluíam advertências políticas, ameaças de morte e outras delicadezas". Embora não se deva cair no simplismo de vincular as duas séries de ataques aos mesmos agentes e fatores, é impossível desconhecer serem os nexos entre o campo 'psi' e os organismos repressivos, à época, mais do que puramente casuais (Vianna, 1994).

Em 1982, o trabalho do IBRAPSI começa a gerar frutos textuais coletivos: em abril, é lançada a coletânea *Grupos: teoria e técnica*, em que diretores, professores, coordenadores de grupos operativos, supervisores e alunos discorrem sobre inúmeros temas relacionados ao grupalismo; não muito depois, o Departamento de Pesquisa, coordenado por Osvaldo Saidón, publica *Práticas Grupais*, produto de uma investigação sobre a presença das práticas psicossociológicas no campo da saúde mental do Rio de Janeiro.

Contudo, sem deixar de ser grupalista, o IBRAPSI vinha investindo, desde 1981, em outro aparato teórico-político: uma vez por semana, seus professores reuniam-se com Baremblitt em um exclusivo grupo de estudos, tendo por foco *O Psicanalismo*, de Robert Castel, e *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari. Com estas novas ferramentas, a abordagem torna-se menos epistemológica – atenuando a ênfase na cientificidade –, e mais sócio-política – facultando, mediante um enfoque sociológico-institucional (Castel) e uma imanentização desejo-produção (Deleuze e Guattari), uma análise das forças subjetivo-políticas presentes na sociedade brasileira, dentre elas o "Efeito Lacan", considerado o principal adversário do momento (cf. capítulo 24).

Ao mesmo tempo, começa a desenhar-se um novo espaço de profissionalização: demandas pontuais de intervenção mobilizam um ainda incipiente Departamento de Análise Institucional (DAI) e os "não-psi" vêem finalmente surgir o campo para o qual os preparara sua "formação de socionalistas". A AI também é fortalecida com a realização, em outubro de 1982, do *II Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições*, que, em homenagem póstuma a Franco Basaglia, recebe o título "A instituição negada". Mais uma vez, há destacados convidados internacionais: Gerard Mendel (1930-2004), Alejandro Scherzer, Lourau, Bauleo e Pavlovsky.

Porém o sucesso do evento não é suficiente para conter o enfrentamento interno que se acirra no IBRAPSI: de um lado estão os coordenadores de grupos operativos e grande parte dos professores, aos quais se somam os (insatisfeitos) terapeutas da Clínica Assistencial; de outro, o DAI, a quem Baremblitt… outorgara a autogestão! O paradoxo permeia a conflitiva, pois são os primeiros que se dizem mais próximos do paradigma autogestionário da AI ao rejeitar a proposta da direção, acatada pelos últimos, de transformar o IBRAPSI em uma cooperativa mediante a venda de cotas. Muitas assembléias se prolongam pela madrugada até que a cisão se torna inevitável: cerca de 60 pessoas deixam

Gerard Mendel. Psiquiatra, psicanalista e antropólogo francês, criador da Sociopsicanálise – forma de intervenção institucional que articula conceitos psicanalíticos e marxistas.

Alejandro Scherzer. Grupalista uruguaio, discípulo de Pichon-Rivière.

(1983) o IBRAPSI por razões político-institucionais, parte das quais fundará, no ano seguinte, o Núcleo – Psicanálise e Análise Institucional. Convertido em cooperativa, majoritariamente integrada pelos membros do DAI, nem por isso o IBRAPSI elimina definitivamente os conflitos: nova ruptura ocorre em 1987, quando um grupo de cotistas se retira para fundar o CESOP (Centro de Estudos Sociopsicanalíticos). Cumpre ressaltar que a difusão da AI não é interrompida pelas cisões; ao contrário, a partir dos anos 1980, o paradigma se expande pelos campos educativo, universitário, comunitário, da saúde e da saúde mental, dada a multiplicidade de inserções dos integrantes das agora três organizações formativas.

Para concluir esta apresentação, é necessário lembrar que, a despeito da indelével marca do sotaque portenho, já havia alguma aproximação à AI no Rio de Janeiro antes da chegada da segunda geração de argentinos, como vimos na seção anterior. A bem da precisão, aliás, deve-se ampliar essas ressalvas, pois além dos analistas institucionais "de formação", três outros grupos de estudiosos constituem campos privilegiados de penetração da AI em solo carioca: os psicólogos e professores universitários que se aproximaram do paradigma pela via de reflexões/intervenções ligadas à Escola e/ou à Comunidade; os "interessados em filosofia", que se apropriaram, em especial, do referencial deleuze-guattariano, através de GRUPOS DE ESTUDO de composição heterogênea; finalmente, os psicanalistas "críticos", que, embora tomados pela rede de efeitos da AI, mantêm e defendem, predominantemente, sua identidade originária.

Claudio Ulpiano (1932-1999), professor da UFF e da UERJ, destaca-se como coordenador desses GRUPOS DE ESTUDO, muito freqüentados nos anos 1980 e 1990.

PRESA IN CARICO. Expressão italiana traduzida como "tomada de responsabilidade", "responsabilização pela demanda", "disponibilidade", "encarregar-se do problema" etc. Remete ao princípio, ligado à Psiquiatria Democrática, de ocupar-se com a existência-sofrimento dos sujeitos a partir de paradigmas éticos centrados no cuidado e na cidadania, e não na normalização e no disciplinamento.

Presa in carico – o desafio da desinstitucionalização

Em um artigo datado de 1973, Lapassade afirma que as correntes anti-institucionais são institucionalistas:

> A antipsiquiatria não é uma análise institucional crítica simplesmente porque propõe o fechamento dos asilos (...). Está ligada ao movimento institucionalista (...) na medida em que (...) interroga a hipótese de base da psiquiatria, ou seja, certa concepção dos 'transtornos mentais' que dá nascimento a estabelecimentos de cuidados, a práticas terapêuticas determinadas, a conceitos, a um ensino, uma organização, práticas sociais" (Lapassade, 1977b [1973]: 204).

Se o termo *antipsiquiatria* não for tomado como designação de agentes específicos – Laing, Cooper –, mas como postura de desnaturalização/historicização tanto da doença mental quanto de seu âmbito de gestão e cuidados – a Psiquiatria –, indubitavelmente a Psiquiatria Democrática italiana deve ser incluída nas condiderações de Lapassade. Isto se torna ainda mais evidente se recordarmos que Lourau cita Basaglia como exemplo de "intelectual implicado" – aquele que analisa/recusa seu 'mandato social'.

Esta breve introdução conceitual se faz necessária porque, na cidade de São Paulo, a presença da AI está primordialmente associada ao movimento da Reforma Psiquiátrica, cujo percurso conduz ao predomínio da perspectiva basagliana de *desinstitucionalização* – crítica teórica e prática da lógica manicomial em todos os níveis (científico, cultural, político, jurídico, assistencial e cotidiano).

É costume datar de 1978 o início da trajetória contemporânea da Reforma Psiquiátrica brasileira. Suas ações se instrumentam através do MTSM (Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental), que, embora tenha por desencadeante questões trabalhistas e corporativas, logo assume tonalidade crítica, associando as condições tutelares e violentas da assistência psiquiátrica à ditadura militar vigente no país. As características do MTSM, que prescinde de estruturas institucionais cristalizadas – sede, estatutos etc. –, e se expressa através de núcleos estaduais de saúde mental do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), comissões de saúde mental do Sindicato dos Médicos, Movimento de Renovação Médica (REME), Rede de Alternativas à Psiquiatria etc., contribuem para que ele ganhe feições de movimento popular, capaz de somar forças às demais lutas pela redemocratização (Amarante, 1995).

Como vimos anteriormente, o ano de 1978 é também o da primeira visita de Basaglia ao Brasil, quando do *I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições*. Com o apoio do CEBES, ele prolonga sua estada, comparecendo a encontros em universidades, sindicatos e associações profissionais. Desde então, seu trabalho no manicômio de Gorizia e, principalmente, as ações realizadas em Trieste, promovendo a desconstrução da instituição *psiquiatria* em todos os âmbitos – o LEGISLATIVO, inclusive –, tornam-se uma das referências do MTSM.

> Em 13 de maio de 1978, o Parlamento Italiano sancionou a Lei 180, apelidada "Lei Basaglia", que proíbe a construção de novos manicômios e determina a elaboração de soluções substitutivas para a assistência.

Em 1979, Basaglia retorna ao Brasil e, durante os meses de junho e julho, participa de cursos, conferências e debates no Rio de Janeiro (Ibrapsi e Hospital das Clínicas da UERJ), em São Paulo (Instituto Sedes Sapientiae, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e

Farmacêuticas e Teatro de Cultura Artística) e em Belo Horizonte. Nesta cidade, o seminário realizado na sede da Associação Médica de Minas Gerais transforma-se em fórum público. Depois de uma perturbadora visita ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, Basaglia se diz "como o menestrel medieval que percorre as aldeias e vai embora", acrescentando: "É necessário que quando eu partir, o palco não fique vazio"(Basaglia, 1979: 136).

E o palco logo se vê repleto: além das entidades organizadoras, se fazem presentes representantes dos médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, o Movimento Feminino pela Anistia, operárias da chapa de oposição do Sindicato dos Tecelões, membros da Assembléia Legislativa, ex-presos políticos, ex-pacientes psiquiátricos etc. Entre a violência (ou mesmo tortura) *manicomial* e a violência (e decerto tortura) *política* se fazem associações mais, ou menos mediatizadas; entre o controle estatal e a psiquiatrização da experiência social estabelecem-se analogias, articulações e/ou imanências. Parodiando o *slogan* do maio de 68 francês, o dispositivo-Basaglia permite perceber que "somos todos psiquiatrizados".

A partir dos primeiros anos da década de 1980, contudo, a prática do MTSM experimenta uma guinada. Desde a formação do movimento, havia conflito entre aqueles que privilegiavam uma atuação autônoma, em ligação com as lutas populares, e os que viam com bons olhos a ocupação de lugares estratégicos no aparelho estatal. Em São Paulo, com a eleição de Franco Montoro para o governo do Estado, a segunda tendência toma a dianteira: lideranças do MTSM que haviam participado da preparação do programa de governo passam a ocupar postos importantes na Secretaria Municipal de Higiene e Saúde, o que possibilita a implantação de diversas modificações na assistência em saúde mental da capital paulistana. As medidas adotadas priorizam a articulação de uma rede integrada de cuidados, a regionalização, a atenção ambulatorial e a redução do quantitativo e da duração das internações, porém não atacam frontalmente a *instituição psiquiatria*, pautando-se em um modelo mais sanitarista do que efetivamente desinstitucionalizante.

Sendo assim, na esteira da grande mobilização popular da campanha das "Diretas-já" (1984), emerge no interior do MTSM uma tendência crítica à estatização, o Plenário de Trabalhadores em Saúde Mental, que volta a enfatizar o vínculo entre saúde mental e cidadania. Essa tendência é reforçada durante o III Encontro da Rede de Alternativas à Psiquiatria (Buenos Aires, 1986), após o qual Franco Rotelli (1942-), membro destacado da Psiquiatria Democrática italiana, vem ao Brasil a convite do MTSM de São Paulo. Sua presença contribui para que a proposta de desinstitucionalização ganhe

contornos nítidos enquanto questão teórico-ético-política de desconstrução da lógica manicomial e invenção coletiva de dispositivos substitutivos, desatrelando-se de reformas meramente cosméticas da assistência psiquiátrica (Nicácio et alii, 2005: 207).

Em 1987, o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, realizado em Bauru, assume o lema "Por uma sociedade sem manicômios", de clara inspiração italiana, e o MTSM volta às ruas para um trabalho político-cultural que fora bastante negligenciado nos anos imediatamente anteriores. Ainda em 1987 começa a funcionar, na cidade de São Paulo, o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Luiz da Rocha Cerqueira, serviço que se pretende substitutivo tanto do hospital psiquiátrico convencional quanto dos *manicômios sem muros* das formas alternativas de assistência. Paralelamente tem início, no Instituto Sedes Sapientiae, um Curso de Agentes de Saúde Mental, que se estenderá por aproximadamente dois anos, com presença marcante de analistas institucionais argentinos (Antonio Lancetti, Isabel Marazina, Sergio Maida, Gregório Baremblitt), filósofos ligados ao pensamento deleuze-guattariano (Luis Fuganti), psicodramatistas atuantes no campo público da saúde mental (Antonio Carlos Cesarino e Pedro Mascarenhas), bem como de historiadores, sanitaristas, sociólogos etc. Em 1989, é lançado o primeiro número da série *SaúdeLoucura* (Lancetti, 1989a), com o título "Instituição e Saúde Mental" – sumamente indicativo dos rumos da AI na cidade de São Paulo.

A série *SaúdeLoucura*, dirigida por Antonio Lancetti, tem sido uma das principais ferramentas bibliográficas da Reforma Psiquiátrica brasileira. Até 2005 foram publicados oito volumes, o último dos quais especificamente dedicado à Análise Institucional (Altoé e Rodrigues, 2005).

Falar do ano de 1989 exige uma viagem ao litoral: em Santos, após denúncias de mortes e maus-tratos, a Secretaria de Higiene e Saúde da prefeitura petista, dirigida por David Capistrano, ordena uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta (estabelecimento privado conveniado com o Setor Público). O termo *intervenção* tem, aqui, um duplo sentido: trata-se, por um lado, de uma medida tomada por uma instância de poder; por outro, de uma intervenção institucional, em decorrência do tipo de processo desencadeado, que, convidando à participação e à análise coletiva, dá início a uma verdadeira revolução no campo da saúde mental da cidade. À medida que o "depósito de loucos" se transforma em hospital, este vai sendo desconstruído (Lancetti, 1989b): implantam-se o NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial) – serviço comunitário de portas abertas 24 horas por dia, 7 dias por semana, propondo-se a acolher todo tipo de demanda –, o Centro de Convivência Tam-tam – voltado a promover mudanças culturais na relação com a loucura através de projetos artesanais, teatro, murais e uma

emissora de rádio –, a Unidade de Reabilitação Psicossocial (que agencia projetos de trabalho, como as Cooperativas Sociais) e o Lar Abrigado República Manoel da Silva Neto (projeto residencial). Esta consolidação da tendência italiana de desinstitucionalização não é alheia, decerto, ao projeto de lei apresentado, ainda em 1989, pelo deputado PAULO DELGADO, que regulamenta os direitos dos doentes mentais e indica a extinção progressiva dos manicômios, a serem substituídos por novos serviços de atenção.

O Projeto de Lei 3657/1989 ("Projeto PAULO DELGADO") tramitou no Senado e na Câmara por mais de 10 anos. Em 6/04/2001, foi sancionado pelo Presidente da República um substitutivo (Lei 10216, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental").

Acreditamos que esta apresentação, embora sintética, tenha evidenciado o que apelidamos "sotaque italiano" da AI em São Paulo. É preciso frisar, entretanto, que o paradigma institucionalista não se faz presente apenas no campo público da saúde mental. Na esfera privada, pode-se evocar a experiência do NEPP (Núcleo de Estudos de Psicologia e Psiquiatria), criado em 1975 por Sócrates Nasser (analista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo) e alguns psiquiatras interessados em Psicanálise. A ligação estabelecida com Baremblitt e Saidón, quando recém-chegados ao Brasil, leva o grupo a uma mudança de denominação, passando a chamar-se Núcleo de Estudos de Psicologia e Psicanálise. Provém de um curso ministrado nesse núcleo o primeiro livro de Baremblitt publicado entre nós (*Progressos e retrocessos em Psiquiatria e Psicanálise*, 1978). Em 1980, começam as rupturas no NEPP e, em 1981, Nasser e Baremblitt criam o IBRAPSI/SP, concebido em moldes análogos ao do Rio de Janeiro, que não chega, porém, a implementar seu curso de formação. Outra experiência, até hoje vigente, é a da CASA – hospital-dia e acompanhamento terapêutico –, criada em 1978, onde se destacam a argentina Beatriz Aguirre e os brasileiros Nelson Carroso e Moisés Rodrigues da Silva Jr. (todos também supervisores, a partir dos anos 1980, de ambulatórios da rede pública). Finalmente, em âmbito universitário, sobressai o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, que, através de Suely Rolnik, Peter Pál Pélbart, Luis Orlandi e Alfredo Naffah Neto, vem propiciando a muitos pesquisadores uma aproximação à AI, especialmente na vertente do pensamento de Deleuze e Guattari.

Considerações finais

Pode parecer estonteante a variedade de campos e situações em que a Análise Institucional se faz presente. É preciso levar em conta, para entender tal circunstância, que a AI visa a trazer à luz as condições institucionais de existência de qualquer tema ou problema: a cada momento, desprende-se dos campos de intervenção instituídos – clínico, escolar, laboral, comunitário, de saúde, de saúde mental – para gerar/inventar campos de análise desnaturalizadores. Assim procedendo, tenta talvez o impossível, isto é, a ruptura com os cientificismos, profissionalismos e especialismos historicamente cristalizados – entre eles, as práticas 'psi' em geral e a psicologia, em particular.

Se tal utopia corre o risco de soar desmedida, vale ressaltar que os analistas institucionais praticam com impressionante realismo esse *desencaminhamento*, voltado à construção coletiva da autonomia e da liberdade.

Indicações bibliográficas e estéticas

Baremblitt, G. (1992) *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos

Rodrigues, H. B. C.; Leitão, M. B. S.; Barros, R. D. B. (1992) (orgs.) *Grupos e instituições em análise.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos

Saidón, O.; Kamkhagi, V. R. (1991) (orgs.) *Análise Institucional no Brasil.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos

• Sobre a Guerra Civil Espanhola, pode-se assistir ao filme "Terra e liberdade", dirigido por Ken Loach, 1995.

• Sobre a Guerra da Argélia, pode-se assistir ao filme "A batalha de Argel", de Gillo Pontecorvo (1965).

• Sobre maio de 68, ver o filme "Os sonhadores", de Bernardo Bertolucci (2003). A música "É proibido proibir", de Caetano Veloso, foi inspirada nos slogans do maio.

• Sobre a ditadura argentina, ver os filmes "A história oficial" (de Luis Puenzo, 1985); "Tangos: o exílio de Gardel" (de Fernando Solanas, 1985); "Memórias do Saqueio" (de Fernando Solanas, 2004); "Botim de Guerra" (de David Blaustein, 1999).

• Sobre as teríveis condições da assistência psiquiátrica ao final dos anos 1970 no Brasil, ver o documentário "Em nome da razão", de Helvecio Ratton (1979).

Referências bibliográficas

Altoé, S.; Rodrigues, H.B.C. (2005) (orgs.) *SaúdeLoucura8. Análise Institucional*. São Paulo: Hucitec.

Amarante, P. (1995) *Loucos pela vida. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.* Rio de Janeiro: SDE/ENSP.

Ardoino, J.; Barbier, R.; Copet, O. (1978) Les analyseurs s'en vont. *Pour* (62-63), nov/dez.

Baremblitt, G. (1978) *Progressos e retrocessos em psiquiatria e psicanálise*. São Paulo: Global.

___ (1982) (org.) *Grupos: teoria e técnica.* Rio de Janeiro: Graal.

___ (1982) À maneira de prólogo e de introdução. In: *Grupos: teoria e técnica.* Rio de Janeiro: Graal.

___ (1987) *Ato psicanalítico, ato político*. Belo Horizonte: Segrac.

Basaglia, F. (1979) *A psiquiatria alternativa. Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. São Paulo: Brasil Debates.

Bauleo, A.; Langer, M. (1973) Algo más sobre tortura. In: Langer, M. (org.) *Cuestionamos 2. Psicoanálisis institucional y psicoanálisis sin institución*. Buenos Aires: Granica.

Bleger, J. (1958) *Psicoanálisis y dialéctica materialista*. Buenos Aires: Paidós.

Bonnafé, L. et alii (1987 [1949]) La psychanalyse, idéologie réactionnaire. *Société Française* (23), avr./juin.

Castel, R.(1978 [1973]) *O psicanalismo.* Rio de Janeiro: Graal.

Coimbra, C. M. B. (1995) *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas "psi" do Brasil do "milagre".* Rio de Janeiro: Oficina do autor.

Daumezon, G.; Koechlin, P. (1952) A psicoterapia institucional francesa contemporânea. *Anais Portugueses de psiquiatria*, (4), dez.

Deleuze, G.; Guattari, F. (1972) *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.* Lisboa: Assírio e Alvim.

___ (1973/1976) "Entrevista 1". Em CARRILHO, M. M. (org.) *Capitalismo e esquizofrenia: dossier Anti-Édipo*. Lisboa: Assírio e Alvim.

___ (1977 [1975]) *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago.

___ (1980) *Mille Plateaux*. Paris: Minuit.

___ (1992 [1991]) *O que é a filosofia?*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Donzelot, J. (1976) Uma anti-sociologia. In: Carrilho, M. M. (org.) *Capitalismo e esquizofrenia: dossier Anti-Édipo*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Eribon, D. (1990) *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Fonvieille, R. (1988) Elements pour une histoire de la pédagogie institucionelle. In: Hess, R.; Savoye, A. (orgs.) *Perspectives de l'analyse institutionelle*. Paris: Méridiens Klincksieck.

Garcia, C.; Katz, C. S.; Luz, M.A.; Lapassade, G. (1973) Análise institucional: teoria e prática. *Revista de Cultura Vozes*, (4) LXVII, maio.

Guattati, F. (1963/1976) Introducción a la psicoterapia institucional. In: *Psicoanálisis y transversalidad.* Buenos Aires: Siglo XXI.

___ (1976 [1964]) Reflexiones para filósofos sobre la psicoterapia institucional. In: *Psicoanálisis y transversalidad.* Buenos Aires: Siglo XXI.

___ (1981a [1964]) A transferência. In: *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.

___ (1981b [1964]) A transversalidade. In: *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.

___ (1981 [1974]) Milhões e milhões de Alices no ar. In: *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.

___ (1981 [1979]) Pistas para uma esquizoanálise: os oito princípios. In: *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.

___ (1981 [1980]) Entrevista. In *La intervención institucional*. Mexico: Folios.

___ (1986 [1983]) Autant en emporte la crise. In: *Les annés d'hiver.* Paris: Bernard Barrault.

___ (1986 [1985]) Introduction. In: *Les annés d'hiver*. Paris: Bernard Barrault.

___ (19990 [1989]) *As três ecologias*. Campinas: Papirus.

Hess, R. (1988) *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle.* Paris: Métailié.

Katz, C. S. (1977) *Psicanálise e instituição*. Rio de Janeiro: Documentário.

Lancetti, A. (1989a) *SaúdeLoucura1. Instituição e Saúde Mental*. São Paulo: Hucitec.

___ (1989b) Quem manda na loucura? *Teoria e debate* (8), out-dez.

La;assade, G. (1979 [1959]) Función pedagógica del T-Group. In: *El analizador y el analista.* Barcelona: Gedisa.

___ (1975 [1963]) *A entrada na vida.* Lisboa : Edições 70.

___ (1969) Préface. In: Lourau, R. *L'illusion pédagogique.* Paris: Épi.

___ (1977a [1973]) El aprendizaje del análisis. In: Lourau, R. et alii *El análisis institucional.* Madri: Campo Abierto.

___ (1977b [1973]) "El encuentro institucional". In: Lourau, R. et alii *Análisis institucional y socioanálisis*. México: Nueva Imagen.

___ (1974) *Les chevaux du diable*. Paris: J. P. Delarge.

___ (1974/1977) *Grupos, organizações e instituições.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

___ (1978) Des socio-barbares aux nouveaux philosophes: la dérive de l'analyse institutionelle. *Pour* (62-63), nov/dez.

___ (1978) *Joyeux tropiques*. Paris: Stock.

___. (1980) *L'autobiographe*. Paris: Duclot.

Lapassade, G.; Luz, M. A. (1973) *O segredo da macumba.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lourau, R. (1975 [1969]) *A análise institucional.* Petrópolis: Vozes.

___ (1974) *L'analyseur Lip*. Paris: UGE.

___ (1977) Pequeña historia de los institucionalistas. In: Lourau, R. et alii *El análisis institucional.* Madri : Campo Abierto.

___ (1978) Les nouveaux champs magnétiques. *Pour* (62-63), nov/dez.

___ (1981) *Les lapsus des intellectuels.* Paris: Privat.

___ (2004 [1987]) Implicação: um novo paradigma?. In: Altoé, S. (org.) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.

___ (1988) Le journal de recherche. Paris: Méidiens Klincksieck.

___ (2004 [1990]) Implicação e sobreimplicação. In: Altoé, S. (org.) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.

___ (1994) *Actes manqués de la recherche*. Paris: PUF

___ (1997) *Implication, transduction*. Paris: Anthropos

Lourau, R.; Lapassade, G. (1972 [1971]) *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mata Machado, M. N. (2001) Práticas pedagógicas da psicossociologia nos anos 60 e 70. In: Jacó-Vilela, A. M.; Rodrigues, H. B. C.; Cerezzo, A. C. (orgs.) *Clio-Psyché hoje. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

Matos, O. C. F. (1981) *Paris 1968: as barricadas do desejo.* São Paulo: Brasiliense.

Moraes, L. M. O. (1994) *O institucionalismo carioca: uma novela familiar*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social, UERJ

Nicácio, M. F.; Amarante, P.; Barros, D. D. (2005) Franco Basaglia em terras brasileiras: caminhantes e itinerários. In: Amarante, P. (org.) *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial 2*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

Oury, F.; Vasquez, A. (1982 [1967]) *Vers une pédagogie institutionelle.* Paris: Maspero.

Ralph, C. (1978) Nem tanto, nem tanto. *Rádice*, ano II (8).

Rioux, L.; Backmann, R. (1968) *L'explosion du mai.* Paris: Robert Laffont.

Sader, E. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Saidón, O. et alii (1983) *Práticas grupais*. Rio de Janeiro: Campus.

Vianna, H. B. (1994) *Não conte a ninguém. Contribuição à história das sociedades psicanalíticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.

Capítulo 32
A psicologia social na atualidade

Mary Jane Paris Spink
Peter Kevin Spink

O título aparentemente banal deste capítulo esconde uma pergunta nada inocente, especialmente no contexto deste livro: como determinar o que é, historicamente, a atualidade da psicologia social? Se fosse uma questão sobre a física, ou outra ciência exata, é provável que a resposta viria em termos daquilo que Thomas Kuhn (1922-1996) descreveu como um paradigma: o conjunto de noções teóricas que são tomadas como base para construir uma disciplina acadêmica, resultado de um processo temporal onde uma teoria demonstra sua superioridade sobre a outra e assume seu lugar. Na psicologia social, esse não é o caso. Ao contrário, há intensas disputas, pouca tolerância sobre pontos de vista diferentes e nenhuma concordância sobre quais seriam os pressupostos teóricos básicos. Problema que, como temos visto, acomete toda psicologia.

A história é uma disciplina complexa e um dos alertas que os historiadores fazem para os não-historiadores é sobre o perigo de "presentismo": construir, a partir dos muitos elementos e possibilidades do passado, uma linha de argumento cuja função é sustentar o presente. Conseqüentemente, os comentários de Peter Lunt (2003) sobre a variedade de "histórias" da psicologia social que se organizam em volta de eixos diferentes servem de alerta para a possibilidade que essas diferentes "histórias" têm, como função principal, o apoio a atualidades também diferentes.

Uma das "histórias" identificadas por Lunt segue o eixo da psicologia social experimental e se fundamenta nos princípios da construção de teorias através de experiências nas quais os comportamentos podem ser medidos de maneira objetiva e rigorosa. Uma segunda "história", em parte vinculada à primeira, focaliza os acontecimentos e as agendas públicas das sociedades ocidentais, mostrando como, de maneira prática, a psicologia social é capaz

de aplicar de maneira flexível sua base teórica às questões atuais. Para essas duas versões de "história", a atualidade é uma lista de teorias derivadas cientificamente e uma agenda de tópicos de problemas derivados naturalmente. Um terceiro eixo de "histórias" opta por uma análise mais contextual sobre acontecimentos e momentos, argumentando de diferentes maneiras que a psicologia social é um produto de seu tempo e que a disciplina precisa assumir uma postura crítica em relação aos eventos do dia-a-dia, entendidos não como fatos da natureza social, mas como produções sociais específicas. Aqui a postura é "crítica" e não mais descritiva, buscando intervir não somente na resolução de problemas, mas também na maneira em que estes são formulados socialmente.

Enquanto cada um desses três eixos e suas diversas variações geram argumentos, contra-argumentos e "histórias" para justificar por que cada um é a psicologia social da atualidade, há um quarto eixo que orienta seu olhar para a própria psicologia social tomando-a como instrumento de dominação social, de governo de populações ou de governamentalidade, para usar o termo de Foucault. Nesta perspectiva, como argumenta Nikolas Rose (1990), é necessário pensar sobre a psicologia e a psicologia social em termos das conseqüências da sua capacidade de construir e implementar concepções normativas de conduta humana e de subjetividade.

A atualidade, portanto, são "atualidades". Há versões diferentes sobre o que estudar e por que estudar e, em cada caso, autores diferentes argumentam sobre a propriedade de seus pontos de vista. Um bom terreno para aprofundar nossa compreensão dessas diferenças é o campo dos livros de texto. Diferentemente dos livros monotemáticos, o livro de texto é uma tentativa de organizar a disciplina; de responder à pergunta "o que é a disciplina hoje", seu foco, suas áreas de estudo, suas questões principais. Vamos então fazer uma pesquisa na biblioteca e, alertados sobre a presença de múltiplas versões de "atualidades", vamos ler as introduções, os prefácios e os índices para entender como cada livro se posiciona sobre os conteúdos da psicologia social.

As "atualidades" vistas a partir dos livros de texto

No Brasil, provavelmente um dos volumes mais recente que encontraremos é o livro de texto organizado por Maria da Graça Corrêa Jacques e colegas, para a série de psicologia social da Editora Vozes, com o

título *Psicologia social contemporânea* (1998). Na orelha do livro encontraremos a seguinte descrição:

> Você tem nas mãos um livro-texto de Psicologia Social que estava fazendo enorme e urgente falta aos nossos universitários, principalmente de graduação. Nossa herança no campo de Psicologia Social foi dolorosamente tendenciosa e reducionista. O que tínhamos, até há pouco, era uma espécie de réplica acrítica de uma psicologia social que se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos, fundamentada em dois pressupostos teóricos básicos: o pressuposto positivista – segundo o qual só vale o experimental, e o mental é considerado apenas enquanto pode ser sujeito de experimentação – e o pressuposto individualista, onde o social é reduzido ao individual, e o grau máximo atribuído ao social é o de ser uma soma de elementos individuais, sendo que o individual é o que conta afinal.

Se não tivéssemos sido alertados para a diversidade de "histórias" e "atualidades", teríamos a impressão que estávamos adentrando um campo de disputa, a julgar pelo uso de aditivos como "tendenciosa" e "reducionista" e as referências aos Estados Unidos (pois na América Latina raramente usamos este termo de maneira positiva!). Sobre o tal atributo de "experimental", já havíamos sido avisados; mas, e o indivíduo? O que há de errado com o indivíduo? Afinal não é esse o foco da psicologia?

Continuando nossa exploração das prateleiras de nossa biblioteca imaginária, vamos em busca de outros exemplos de livros de texto. Talvez outros livros possam ajudar a entender melhor que "heranças" são essas e ver se são mesmo tão "dolorosas" como supõem Jacques e colegas. Vejamos então os comentários dos autores de um livro de leituras básicas em psicologia social editado recentemente nos EUA por Arie Kruglanski e Tory Higgins com o título *Social Psychology: a general reader* (2003). Os autores comentam:

> Este livro-texto sobre psicologia social é singular por sua abordagem não reducionista à disciplina e caracteriza-se pela multiplicidade de perspectivas. Está organizado em termos dos níveis de análise em que os fenômenos sociais podem ser compreendidos, iniciando com o nível biológico, passando progressivamente para o nível cognitivo, pessoal-motivacional, interpessoal, grupal e cultural. Nenhum nível é considerado mais básico ou adequado que os demais para a explicação dos fenômenos sociais.

Eis mais alguém preocupado com o reducionismo; entretanto, ao contrário do livro de Jacques e colegas, o "indivíduo" se faz aqui bastante presente, pelo menos nos níveis biológicos, cognitivos, pessoais e motivacionais. Nessa mesma prateleira nos deparamos com um outro livro de texto, também

dos EUA, elaborado por Eliot Smith e Diane Mackie (*Social Psychology*, 2000, agora em sua segunda edição). O que encontramos:

> A segunda edição do *Social Psychology* continua a ser o único livro conceitualmente integrado no campo, e fornece uma síntese clara das influências cognitivas, sociais, individuais e grupais que modelam o comportamento. É, além disso, o único livro que integra o foco norte-americano no comportamento individual com o foco europeu no comportamento grupal.

Algumas distinções começam a aparecer: *o cognitivo e o social, o individuo e o grupo, a psicologia social norte-americana e a européia.* Os títulos dos capítulos pontuam essas distinções: Percepção de pessoas; O *self*; Identidade social; Atitudes e mudança de atitude; Atitudes e comportamento; Grupos, normas e conformidade; Gostando e amando; Interação em grupos; Agressão e conflito; Apoio e cooperação. Assim, encontramos o indivíduo – concebido talvez de forma um pouco mais social –, mas também temos grupos, normas, conflito e cooperação. Encontramos também mais uma referência às diferenças entre a psicologia social praticada nos Estados Unidos e em outras partes do mundo.

Juntando esses dois últimos textos, podemos ver emergir três grandes conjuntos de temas. Um conjunto de temas biológicos, cognitivos, pessoais e motivacionais claramente focalizados no indivíduo; um conjunto de temas interpessoais que se referem ao mundo entre indivíduos; e, em terceiro lugar, um conjunto de temas grupais e culturais, vinculado a um mundo mais coletivo. Mas será que esses três conjuntos são diferentes dos que estão presentes no livro de texto de Jacques (1998) com o qual iniciamos? Vamos continuar com o texto introdutório do livro de Jacques:

> A partir da década de 80, principalmente com a criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), novos horizontes começaram a se vislumbrar e novas perspectivas começaram a ser introduzidas na Psicologia Social; algumas a partir da própria América Latina. Sem abandonar as conquistas anteriores, quer-se então devolver à Psicologia Social seu caráter realmente *social* além de sua dimensão histórico-crítica e política na constituição das pessoas e das sociedades humanas.

Abrindo o livro vemos que os tópicos do índice incluem: Ideologia; Representações sociais; Linguagem; Conhecimento; Comunicação; Identidade; Subjetividade; Gênero; Processo grupal; Psicologia política. Já havíamos encontrado comunicação, subjetividade e identidade nos outros livros de texto consultados, assim como também referências ao processo grupal.

Mas, ideologia, representações sociais, linguagem, gênero, conhecimento e psicologia política são claramente temas diferentes – uma outra "atualidade". Como contraste, vamos consultar mais um livro de texto, este organizado por Tomás Ibañez, da Universidade Autônoma de Barcelona, para a Universidade Aberta de Catalunha (2003). Sua organização interna focaliza: Identidade (*self*); Interação social; Pensamento social; Reprodução e mudança social; Grupos, movimentos coletivos e instituições sociais. São tópicos muito mais orientados aos processos complexos da sociedade e da vida em comunidade do que ao indivíduo – mais uma "atualidade".

Há alguns pontos de interseção entre essas diferentes "atualidades" que permitem identificá-las como psicologias sociais; mas há diferenças significativas. De um lado, encontramos uma psicologia social do biológico, do intra-individual, do interindividual e do grupo; no meio, uma psicologia social da subjetividade, da linguagem, das representações sociais, dos grupos e dos processos políticos; e, de outro lado, uma psicologia social centrada na interação social, na reprodução, na mudança e nos movimentos coletivos. Se todos eles são textos recentes sobre a psicologia social, por que são tão diferentes?

As "atualidades" de ontem

Algumas respostas já foram apresentadas em outros capítulos deste livro, especialmente nas discussões sobre as mudanças na psicologia no início do século XX. Mas, para torná-las mais claras, temos que voltar ao início da década de 1920 e reler o livro de texto de psicologia social escrito por Floyd Allport (1890-1971) que, na época, era professor de psicologia social e política na Escola de Cidadania e Assuntos Públicos da Universidade de Syracuse, nos EUA. No prefácio encontraremos parte da resposta que buscamos:

> Apenas em anos recentes os psicólogos deste país passaram seriamente a dar atenção ao campo social. Com uma ou duas exceções, os trabalhos anteriores sobre esse tema, assim como vários recentes, foram escritos por sociólogos. A esses autores, os psicólogos têm um débito de gratidão por terem revelado novas e prometedoras oportunidades de aplicação da ciência psicológica. Os autores sociológicos, entretanto, prestaram atenção sobretudo aos aspectos macro, às leis do comportamento e consciência como operadores em grupos sociais. Ao fazê-lo, adotaram naturalmente como materiais os conceitos sobre natureza humana fornecidos pelos

> psicólogos renomados mais antigos. Com a recente expansão da psicologia e crescimento da perspectiva psicológica, tornou-se necessário mudar muitas das concepções anteriores e acrescentar muitas novas […]. Mais especificamente, há duas linhas de conquistas científicas que procurei trazer para o escopo deste volume: o *ponto de vista comportamentalista* e o *método experimental* (Allport, 1924).

O livro de texto de Allport não foi apenas o mais importante livro de texto de sua época; teve forte influência na estrutura de muitos dos livros de texto em psicologia social subseqüentes nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Nele, se torna explícito o rompimento com a noção de psicologia social como campo interdisciplinar e a afirmação da psicologia social como campo exclusivo da psicologia. O livro está organizado nos seguintes capítulos: Psicologia social como ciência do comportamento e consciência individual; Bases fisiológicas do comportamento humano; Atividades fundamentais – herdadas e aprendidas; Sentimentos e emoções; Personalidade – o homem social; Mensuração da personalidade; Natureza e desenvolvimento do comportamento social; Linguagem e gesto; Estimulação social – expressões faciais e corporais; Resposta à estimulação social – formas elementares; Resposta à estimulação social no grupo; Resposta à estimulação social na multidão; Atitudes sociais e consciência social; Ajustamento social; Comportamento social em relação à sociedade. Mais de 50% do livro é dedicado aos aspectos fisiológicos e intra-individuais; apenas 25% se refere às questões sociais mais amplas.

Para compreender a força do texto de Allport no contexto anglo-saxão podemos nos referir a dois outros livros de texto. O primeiro, do final da década de 1940 e começo da década de 1950, foi produzido pelo Comitê de Ensino da Psicologia Social da *Society for the Psychological Study of Social Issues* – SPSSI. A SPSSI reunia os principais psicólogos progressistas da época e a associação – conforme sugere o nome – foi criada especificamente para focalizar questões sociais. Um de seus fundadores foi Kurt Lewin (1890-1947), um dos pais da pesquisa-ação (cf. capítulos 18 e 30). Foram diversas as edições do livro *Readings in Social Psychology*, que serviu de leitura básica obrigatória para gerações de estudantes. Eis um trecho do prefácio da primeira edição em 1947:

> Há muitos anos os professores de psicologia social vêm descobrindo que seus problemas aumentavam lado a lado com o desenvolvimento de seu campo. Foram forçados a levar em consideração os avanços recentes em campos tão diversos quanto a etnologia, estatística, psicologia clínica e psiquiatria – campos que algumas gerações recentes de estudantes teriam pensado pertencer a outras disciplinas. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, eles

> crescentemente têm consciência a respeito de ter uma disciplina própria. Novas fontes de evidência e novas ferramentas têm ajudado a focalizar mais claramente sua própria função. É província peculiar do psicólogo social trazer para seu estudo do comportamento dos organismos todos os fatores relevantes, independentemente da fonte e por quaisquer métodos apurados, inerentes ao fato de associar-se a outros membros da espécie. A maioria desses fatores, no caso de seres humanos, tem de alguma forma relação com a pertença a grupos. [...] Nosso objetivo ao preparar este livro foi de apresentar secções ilustrativas das maneiras como a influência de condições sociais nos processos psicológicos vem sendo estudada (Maccoby, Newcomb e Hartley, 1958).

A mensagem é clara: o papel da psicologia social é entender o indivíduo no seu contexto social; as condições sociais influenciam os processos psicológicos, mas são produtos de outros fatores que extrapolam o domínio da psicologia. O segundo livro de texto, um dos mais lidos na década de 1960, é *O indivíduo na sociedade*, de David Krech, Richard S. Crutchfield e Egerton L. Ballachey (1962):

> Procuramos, neste livro, fazer uma introdução compreensiva e coerente à psicologia social. Consideramos que teria mais sentido e seria mais frutífero trabalhar com o comportamento interpessoal como nossa unidade de análise. Como *psicólogos* sociais, nossa preocupação central é com o que ocorre dentro da pele do indivíduo. Ele e sua tão benquista individualidade constituem os objetos de investigação. Mas como psicólogos *sociais*, nossos dados insistentemente nos forçam a olhar para o homem em seu *habitat* social. Isso nos levou a pesquisar no domínio de duas outras ciências comportamentais – antropologia social e sociologia – conceitos e descobertas que poderiam nos ajudar a completar nossa história sobre o indivíduo na sociedade.

Os autores reconhecem que a pessoa vive num mundo social, mas há pouco reconhecimento do fato de que foram as pessoas que criaram tal mundo. O livro inclui os seguintes capítulos: Cognição; Motivação; Características das respostas interpessoais; A natureza e mensuração das atitudes; A formação das atitudes; A mudança de atitudes; Linguagem e comunicação; Sociedade e cultura; Grupos e organizações; Liderança e mudança grupal; O grupo eficiente. Em suma, são poucas as diferenças ao longo desses anos desde a publicação do livro de Allport, mantendo-se as semelhanças nos dois livros de texto norte-americanos com os quais iniciamos a discussão neste capítulo.

Entretanto, ainda falta fazer menção às referências sutis à psicologia social da Europa. Para isso, podemos usar parte do prefácio de um livro-texto

de grande repercussão na Europa, organizado por Henri Tajfel e Colin Fraser, intitulado *Introducing Social Psychology*, publicado em 1978:

> Procuramos adotar uma perspectiva *social* em psicologia social. Isto se reflete em três aspectos deste livro. O primeiro decorre da decisão que, num assunto tão vasto e de difícil manejo como a psicologia social, algo teria que ceder, ser deixado de fora. Achamos que, embora as diferenças individuais e o desenvolvimento e funcionamento de suas personalidades sejam temas fundamentalmente importantes em si mesmos, não são o principal foco de interesse para o estudo do comportamento e experiência sociais. Nosso principal interesse como psicólogos sociais não é o que faz *indivíduos* diferirem uns dos outros. É, mais apropriadamente, o aspecto da interação entre as pessoas e seu ambiente social, pequeno ou grande, que contribui para o *compartilhamento* social de comportamentos e experiências, e o sentido dado a ambos.

Seu conteúdo é marcadamente diferente dos livros de texto dos Estados Unidos e a estrutura inclui os seguintes capítulos: Psicologia social com uma ciência social; Evolução e comportamento social; Perspectivas interculturais; O desenvolvimento de comportamento interpessoal; Comunicação em interação; Cooperação e competição entre indivíduos; Pequenos grupos – estrutura e liderança; Pequenos grupos – processos e produtos; Atribuições interpessoais; A natureza e mensuração de atitudes; Os determinantes de atitudes e mudança de atitude; A estrutura de nossas visões sobre sociedade; Comportamento social em organizações; O meio ambiente e o comportamento social; Linguagem na sociedade; Comportamento intergrupal – perspectivas individualistas; Comportamento intergrupal – perspectivas grupais.

Ao dar ênfase a uma perspectiva "social" em contraposição às versões mais individualistas de psicologia social, Tajfel e Fraser implicitamente questionaram a proposição de Allport de que a psicologia social deveria permanecer com os psicólogos e buscaram reabrir o espaço de diálogo com outras disciplinas. Vale apontar que os sociólogos certamente não pararam de refletir sobre questões psicossociais por causa de Allport, e continuaram a elaborar seus estudos sobre a ação social no cotidiano. Autores como George Herbert Mead, Martin Blumer, Anselm Strauss, Erving Goffman (cf. capítulo 30) e, mais tarde, Harold Garfinkel seriam de grande importância no desenvolvimento da teoria social como campo interdisciplinar e teriam uma contribuição importante na elaboração da teoria de ação comunicativa de Jurgen Habermas (cf. capítulo 28).

Na América Latina, a preocupação coletiva com os graus de desigualdade e de exclusão social no continente e com a violência e arbitrariedade dos

regimes militares dominantes entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, criou sua própria atualidade que resultaria numa reforma radical em termos de temas de estudo como também, em alguns casos, em termos de enfoque teórico. Essa nova agenda psicossocial foi fortemente influenciada pela TEOLOGIA DE LIBERTAÇÃO (Gutierrez 1975) e pelas discussões efetuadas no âmbito da Igreja Católica provocadas pelas reuniões do VATICANO II (1962-1965).

NA AMÉRICA LATINA, os ventos de reforma teológica trazidos pelo Segundo Concílio do Vaticano serviram de apoio para uma aproximação entre idéias cristãs e revolucionárias e para uma nova opção a favor dos pobres, desta vez ancorada na noção de libertação e de apoio aos movimentos sociais e organizações de base.

O Concílio Ecumênico VATICANO II foi convocado pelo Papa João XXIII em outubro de 1962 com a missão de modernizar a Igreja, aumentar a energia católica e servir às necessidades dos povos cristãos, tendo sido expresso pelo Papa com a palavra italiana *aggiornamento* e pela imagem de uma janela aberta para que o ar fresco entrasse. Reunindo-se anualmente durante quatro anos, foi encerrado em dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI. O Concílio estimulou um repensar teológico sobre a atuação da Igreja, especialmente sobre sua vocação social.

Em 1983, o psicólogo social e padre jesuíta IGNACIO MARTIN-BARÓ publicou em El Salvador o livro *Acción e Ideologia: psicologia social desde centroamérica*. Eis um trecho do prefácio:

> Desde hace unos años, Centroamérica se ha convertido en uno de los puntos más críticos del globo. Con razón se ha temido una "vietnamización" del área, sobre todo desde que la política exterior del presidente norteamericano Ronald Reagan ha hecho de El Salvador la frontera para detener al "expansionismo soviético" y una arena paradigmática para su particular concepción del enfrentamiento entre el Este y el Oeste. [...] Las masivas violaciones a los derechos humanos realizadas durante estos años en casi todos los países del área han sido materia de escarnio para el mundo civilizado. [...]
>
> Son muchos los científicos sociales que han intentado asumir las causas populares o identificarse con los reclamos de los pobres, y ello constituye el mejor testimonio sobre las virtualidades conscientizadoras del conocimiento social; son muchos menos, sin embargo, los que han logrado domeñar su bagaje científico y transformar su lógica intrínseca de dominación en

IGNACIO MARTÍN-BARÓ nasceu em Valladolid, Espanha, em 1942, e entrou na Ordem dos Jesuítas em 1959. Transferido para a América Latina, terminou seus estudos de teologia em Quito e Bogotá. Formou-se em Psicologia em El Salvador, já como parte do corpo docente da Universidade Centroamericana (UCA). Fez seu mestrado em Ciências Sociais e seu doutorado em Psicologia Social e Organizacional na Universidade de Chicago. Retornado à UCA, ocupou o cargo de vice-reitor acadêmico até sua morte em 16 de novembro de 1989, quando foi fuzilado junto com colegas jesuítas por um esquadrão da morte ligado ao Exército salvadorenho. Um dos mais importantes pensadores da nova psicologia social latino-americana e autor de uma série de textos-chave, Martín-Baró foi também ativista da área de direitos humanos e fundador do Instituto Universitário de Opinião Pública, que buscou dar voz às opiniões da população no meio da tumultuada e sangrenta crise política (www.uca.edu.sv/martires/ignaciomartinbaro.htm).

> esquemas de liberación. El problema de fondo no consiste tanto en la voluntad de ayuda, cuanto en discernir si se dispone de los instrumentos adecuados para aportar una ayuda significativa sin abandonar el terreno específico de científico social.
> Como académico, el problema resulta más álgido por la obligación inmediata de impartir una cátedra de psicología social. Que enseñar y como enseñarlo? […] Se trata, mas bien, de construir "desde la propia realidad" y, en nuestro caso, "desde Centroamérica", desde los conflictos y problemas que viven los pueblos centroamericanos para, desde esa perspectiva peculiar, ir enhebrando los temas básicos de la ciencia social.

O livro incluía oito capítulos: Entre o indivíduo e a sociedade; A natureza social do ser humano; As estruturas sociais e seu impacto psicológico; Os processos de socialização; A interação pessoal: contexto e percepção; As atitudes: seu conceito e valor; Cooperação e solidariedade; Violência e agressão social. Martin-Baró buscou mostrar como os diferentes conceitos disponíveis na psicologia social poderiam ser realinhados a serviço de um outro foco – o da solidariedade entre pessoas e da dignidade coletiva.

Em outras partes do continente, outros autores argumentaram que seria necessário buscar novas categorias. Por exemplo, no Brasil, em 1984, foi publicado o livro *Psicologia social: o homem em movimento*, organizado por Silvia Lane e Wanderley Codo. Apoiando-se no materialismo dialético (cf. capítulo 29), esse livro propõe novas categorias de análise para a psicologia social, entre elas linguagem, pensamento e representações sociais, consciência e alienação, ideologia no nível individual, consciência e identidade. Era o início do movimento sócio-histórico na psicologia social brasileira, uma outra "atualidade" a ser considerada.

Entre as perspectivas e histórias diferentes, entre os argumentos e contra-argumentos, entre os diferentes contextos sociais de produção de saberes e fazeres (e os muitos outros contextos que foram deixados fora do capítulo por razões de espaço e tempo), surge a pergunta: há algumas permanências, alguns pontos mínimos de conexão, algo que pode justificar o uso da expressão psicologia social?

Gostaríamos de propor pelo menos dois eixos onde se pode falar em conexão. O primeiro é formado pelas diversas teorizações sobre as maneiras como damos sentidos aos eventos do cotidiano: as atitudes, o processamento de informação na vertente cognitivista, as representações sociais, a ideologia e processos de conscientização e as práticas discursivas cotidianas. O segundo eixo refere-se às múltiplas formas de sociabilidade, seja de microalcance (as relações afetivas e amorosas, as emoções), de médio alcance (os processos de

socialização, as relações familiares e institucionais) ou de macroalcance (nossa inserção na vida política, nos movimentos sociais, nas relações comunitárias). Em cada eixo há divergências sobre quais as teorizações mais adequadas, o método mais apropriado ou o alcance que é prioritário. Mas há algum reconhecimento de que a psicologia social "passa por aqui".

Os desafios da atualidade

Se ao longo de suas "histórias" a psicologia social foi um palco interno de pressões para se situar em relação a esta ou aquela disciplina científica ou abordagem metodológica, hoje não há duvida de que há uma nova fonte de turbulência presente na disciplina, oriunda dos grandes debates no campo da produção de conhecimento como um todo. Hoje, a discussão epistemológica não é mais um espaço erudito da filosofia da ciência; os argumentos e contra-argumentos sobre a presença de múltiplos saberes, sobre o que conta como conhecimento enquanto produto social e sobre os múltiplos caminhos de sua produção, incluindo o senso comum, têm um impacto imediato na psicologia e, especialmente, na psicologia social. Ao romper com as dicotomias instituídas na modernidade clássica – tais como a cisão entre um mundo interno (a mente) e externo (a natureza) que cristalizou a busca da objetividade pautada numa CONCEPÇÃO REPRESENTACIONISTA de conhecimento –, as novas discussões na ciência geram também rupturas no campo da psicologia social expressas por meio do termo "psicologia crítica".

A CONCEPÇÃO REPRESENTACIONISTA do conhecimento é o pressuposto de que a mente é um espelho da natureza e, portanto, que o pensamento, bem treinado, é passível de apreender as qualidades do real. Ver, por exemplo, Rorty, R. (1994) *A filosofia e o espelho da natureza.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

"Psicologia crítica" é um termo de uso corrente que pode ser encontrado com múltiplos usos: para falar de posturas CONSTRUCIONISTAS ou PÓS-CONSTRUCIONISTAS; para afirmar o caráter histórico dos fenômenos sociais; para sinalizar um compromisso com a transformação social e uma sociedade mais equânime; para assumir posturas HOLISTAS e TRANSDISCIPLINARES; para argüir

As posturas CONSTRUCIONISTAS partem do pressuposto de que o mundo em que vivemos resulta de nossas práticas sociais que se expressam a partir da linguagem. As posturas pós-construcionistas se caracterizam pela dupla reação à excessiva centralidade da linguagem nas abordagens construcionistas e à tendência de transformar a postura construcionista em um novo paradigma.

As posturas HOLISTAS estão embasadas em uma visão integrada da relação entre mente-corpo (por exemplo, Capra, F. (1982) *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix) e, mais recentemente, buscam também superar a cisão entre humanos e não-humanos, incluindo aí os artefatos tecnológicos (por exemplo, Law, J. e Hassard, J. (1999) *Actor Network Theory and after*. Oxford: Blackwell).

Posturas TRANSDISCIPLINARES são abordagens que extrapolam os saberes e fazeres de uma única disciplina buscando formas de pensar e agir mais integradas.

contra o paradigma positivista; para apontar o caráter político das práticas científicas e para focalizar os aspectos éticos das práticas profissionais.

A "psicologia crítica" é muito mais uma frente de luta ampla do que um movimento articulado; uma aliança de argumentos e práticas em vez de uma escola. O termo é usado por porta-vozes diversos provenientes de matizes teóricas distintas e atuantes em contextos sociais distintos. Na Europa, tem claras afinidades com a PSICOLOGIA POLÍTICA (Ibanez, 2001; Billig, 1987) e com a PSICOLOGIA DISCURSIVA (Parker, 1989; Edwards e Potter, 1992); nos Estados Unidos, com a psicologia feminista (Butler, 1990) e com a psicologia social da saúde (Prilleltensky e Prilleltensky, 2003).

Já na América Latina, suas raízes estão bastante imbricadas com a teologia da libertação onde suas expressões psicossociais tiveram impacto, sobretudo na PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E POLÍTICA (Guareschi, 1992; Montero, 2003; Sanchez, 2001). No caso do Brasil, há pessoas ativas na psicologia política, na psicologia discursiva, na psicologia feminista e na psicologia da saúde; há também uma forte tradição comunitária (Freitas, 1998) e novas vertentes da psicologia sócio-histórica (Bock, Gonçalves, Furtado, 2001; Lane e Sawaya, 1994) com raízes no materialismo dialético.

PSICOLOGIA POLÍTICA. Estudos e pesquisas voltados à compreensão da sociabilidade e governança nos espaços públicos, com ênfase no fortalecimento da cidadania.

PSICOLOGIA DISCURSIVA. O estudo das práticas DISCURSIVAS do cotidiano visando à compreensão dos processos interativos de produção de sentidos.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E POLÍTICA. Estudos de fatores psicossociais de pequenos e grandes agrupamentos e coletivos.

Em editorial escrito para o número especial da *Revista Interamericana de Psicologia* dedicado à psicologia social crítica, Maritza Montero e Pablo Fernández Christlieb (2003) propõem que os psicólogos sociais críticos são de diversos tipos e matizes, compartilhando apenas aquilo que os separam da corrente dominante. Dizem os autores:

> A este último es lo que se refiere el apellido de críticos, que proviene de crisis, tanto de estar en crisis como de poner en crisis; parece, pues, que lo que tienen en común quienes hacen psicología crítica es la voluntad de salirse de las corrientes principales de la psicología social, ya sea en la teoría, en la academia o en las prácticas profesionales o políticas. Por esta razón se entiende que este tipo de trabajos prendan con mucha naturalidad tanto en el idioma castellano en general (un idioma que se precia de universal pero no de global) y, en particular, en Latinoamérica (una región con un alto sentido de la identidad pero sin ninguna pretensión de verse dominante). La psicología social crítica pretende hacer crítica de la psicología social estandartizada e institucionalizada (cuyo idioma oficial no es el castellano, y cuya sede no está en Latinoamérica); asimismo y por lo mismo, pretende

> hacer crítica de la psicología social en sí misma, y últimamente, pretende, y lo consigue muy bien, ser crítica de sí misma (Montero e Christlieb, 2003: 11).

A postura crítica é, sem dúvida, a característica mais contundente da atualidade da disciplina, seja por seu efeito mobilizador, seja por permitir um olhar alternativo sobre a própria disciplina. Seus impactos atravessam a discussão sobre as maneiras como damos sentidos aos eventos do cotidiano como também sobre as formas de sociabilidade de micro, médio ou macroalcance. De caráter eminentemente libertário, a crítica se expressa de quatro maneiras distintas: a crítica das bases epistemológicas do conhecimento, recolocando a ciência como prática social sujeita às vicissitudes dos fazeres humanos; a preocupação com a centralidade da linguagem na produção dos conhecimentos (na ciência e no cotidiano de nossa vida); a radicalização do potencial transformador da ciência, abandonando a visão ingênua de ciência descolada de valores; o rompimento com o paradigma positivista de pesquisa com a conseqüente valorização de uma variedade de métodos anteriormente desqualificados como vertentes qualitativas e menos nobres.

O conhecimento como construção social

A perspectiva construcionista é fruto de um amplo movimento de questionamento das formulações representacionistas sobre a produção de conhecimento que perpassa a filosofia, a antropologia, a psicologia (inclusive a psicologia social), a sociologia, a biologia, a física, entre outros campos de saber da contemporaneidade. Seus antecedentes na psicologia social estão associados às correntes sociológicas influenciadas por Mead, à etnometodologia de Garfinkel e à sociologia do conhecimento (especialmente nas formulações de Berger e Luckman, 1966), tendo expressão bastante precoce em Kenneth Gergen (1973), Nigel Armistead (1974) e Jerome Bruner (1986).

Em texto recente, Lupicinio Iñiguez (2003), da Universidade Autônoma de Barcelona, arrolou alguns dos elementos que são encontrados nas posturas construcionistas. O ponto de partida é o antiessencialismo: a adoção de uma postura desnaturalizadora que radicaliza a natureza social do nosso mundo e a historicidade de nossas práticas e instituições, tomando por pressuposto que as pessoas e o mundo em que habitamos são resultados de processos sociais histórica e culturalmente localizados. Como afirma Ibañez (2001), para desenvolver uma postura construcionista "é imprescindível aceitar a

idéia que não existem objetos naturais, que os objetos são como são porque nós somos como somos, os fazemos, tanto como eles nos fazem, e portanto não há objetos independentes de nós, nem nós somos independentes deles" (p. 255). Se os objetos não existem independentemente de nós, a realidade não existe para além do conhecimento que temos dela. É neste sentido que a postura construcionista afirma que "construímos a realidade". Tal postura é inevitavelmente RELATIVISTA, porém não no sentido mundano de um IDEALISMO desenfreado porque, ao assumir que nossos critérios para definir valores e verdades são construções nossas, a nossa responsabilidade de adotar posturas éticas e assumir valores aumenta.

RELATIVISMO. Postura antideterminista que propõe que diferentes contextos históricos, sociais e culturais geram visões de mundo distintas.

IDEALISMO. Ênfase na centralidade das idéias na construção social da realidade. Embora o IDEALISMO remonte a Platão, é Kant em sua *Crítica da razão pura* (1781) quem vai propor a tese de que só há conhecimento ontológico daquilo que a razão coloca previamente nas coisas.

Os construcionistas, como apontou Iñiguez, são ativos no questionamento de verdades geralmente aceitas. A abordagem construcionista é um convite a analisar a essencialização dos fenômenos do mundo social e natural e a entender a historicidade de nossas teorias, situando-as justamente como produtos humanos histórica e socialmente localizados. Para a postura construcionista, a concepção que temos do mundo e dos fenômenos sociais, mesmo aquela produzida pela ciência, é específica a cada cultura e a cada momento histórico. A linguagem, portanto, como discutiremos mais adiante, deixa de ser apenas expressiva e adquire mais plenamente um caráter PERFORMATIVO, passando a ser uma forma de construção da realidade por gerar as categorias a partir das quais pensamos e damos sentidos aos eventos do nosso cotidiano. Como conseqüência, o conhecimento passa a ser tomado como uma construção coletiva resultante de práticas sociais culturalmente localizadas. É a localização em que é produzido que lhe dá estatuto diferenciado: o laboratório, a rua, por exemplo, e não alguma qualidade intrínseca ou método de obtenção do conhecimento.

PERFORMATIVO: Postura anticognitivista que propõe que os enunciados lingüísticos são ações com resultados práticos. Ver, por exemplo, a obra seminal de John L. Austin. (1975) *How to do Things with Words*. Harvard: Harvard University Press (publicada originalmente em 1962).

A manutenção de uma postura crítica se aplica também à própria perspectiva construcionista. Há uma aceitação tácita de que, para não cair na cilada da hegemonia, é preciso aplicar também ao construcionismo as táticas da desconstrução, estratégia que alguns denominam "pós-construcionista" para se referir às opções que se abrem em conseqüência da própria abordagem construcionista. Nesse novo cenário, as influências teóricas já são outras: aguça-se, de um lado, o namoro com as teorias feministas de última geração

– Haraway (1991) e Butler (1990), por exemplo, num interessante diálogo em busca das possibilidades de desenvolver, no âmbito da disciplina, uma ação política transformadora. Amplia-se, de outro lado, a concepção de sociabilidade a partir do princípio de simetria que coloca sujeitos e objetos com igual estatuto na produção de realidades, num diálogo estabelecido sobretudo com os proponentes da teoria ator-rede (Law e Hassard,1999).

Joan Pujol e Marisela Montenegro (2003), dialogando com Haraway, propõem que o conhecimento se cria a partir de conexões parciais entre posições materiais e SEMIÓTICAS: o conhecimento situado. Cada posição gera sua própria forma específica de conhecimento, mas são conhecimentos parciais, passíveis de modificação na medida em que se articulam com outras posições materiais e semióticas. Portanto, são conhecimentos situados e qualquer leitura da "realidade" só pode ser entendida a partir do ponto de vista que a produz. O foco passa para a articulação de sentidos em redes de conexão de múltiplas posições de sujeito.

> SEMIÓTICA. Todo sistema de signos se expressa a partir de bases materiais e as abordagens multimodais buscam exatamente entender as inscrições materiais de sistemas de signos; daí a ênfase nas conexões parciais entre materiais e semiótica (ver, por exemplo, Kress, G. e Van Leeuwen, T., 2001).

A teoria ator-rede, influenciada pelos estudos de Bruno Latour (1997) sobre a prática da ciência, também começa a ter impacto na psicologia social, especialmente pela implosão da dicotomia humano-não humano. Rechaça a noção de agente, substituindo-a pela de "actantes": seres ou coisas que participam dos processos de produção de sentidos. Na imbricação proposta pela noção de "materialidades relacionais" já não se distingue mais o *status* ontológico de pessoas e materialidades que as constituem enquanto tal. Materialidades e socialidades são produzidas conjuntamente: "Quando olhamos para o social estamos também olhando para a produção de materialidades. E quando olhamos para os materiais, estamos testemunhando a produção do social" (Law e Moll,1995).

O giro lingüístico

Na concepção clássica da linguagem, a função primordial das palavras era comunicar uma informação factual que concerne diretamente aos pensamentos do locutor e, indiretamente, aos fatos aos quais remetam tais pensamentos; a propriedade essencial dos sinais lingüísticos é sua capacidade de corresponder ou não à realidade. Mas, interessar-se pela linguagem

implica focalizá-la também em sua utilização e não apenas em sua essência, caminho este aberto pela filosofia da linguagem e, especificamente, por Ludwig Wittgenstein (1889-1951), John Searle (1932-) e John Austin (1911-1960). Nesta acepção, a linguagem faz coisas; é formadora de realidades. É essa exteriorização da linguagem, focalizando seu uso, que é denominada "virada lingüística" (ou giro lingüístico).

Os filósofos do giro lingüístico buscam mostrar que os enunciados não veiculam apenas informações factuais, refletindo o estado do mundo; veiculam também informação sobre o *tipo de ato* que eles permitem efetuar. Nessa perspectiva, é necessário estudar não apenas os conteúdos codificados na frase, mas a forma e as circunstâncias em que ela é utilizada. Isso fica mais claro ainda quando focalizamos a comunicação como empreendimento coletivo. A flexibilidade da linguagem utilizada na comunicação parece ser extraordinária; segundo o contexto, as mesmas palavras podem comunicar um número imenso de mensagens. Esse é o enquadre que vem dando forma à psicologia social discursiva. Não se trata, é óbvio, de um campo coeso e sim de uma diversidade de enfoques e abordagens que têm como único elo de ligação o foco nos efeitos estruturantes.

A psicologia discursiva tem como ponto de referência forte os psicólogos sociais críticos ingleses, especialmente Jonathan Potter e Margaret Wetherell (1987), Derek Edwards e Jonathan Potter (1992), Michael Billig (1987) e Ian Parker (1989). O modelo proposto por Potter e colegas toma por foco a orientação para a ação que se faz presente nas falas ou escritos e, portanto, examina as construções discursivas no contexto de sua ocorrência, com especial atenção às estratégias retóricas de construção de fatos. Também Billig focaliza os aspectos RETÓRICOS dos discursos; mas sua abordagem visa mais explicitamente à identificação de padrões ideológicos que operam na manutenção de relações de poder.

Parker, por outro lado, se associa ao PÓS-ESTRUTURALISMO, com influência marcante das teorizações de Michel Foucault. Nesse enquadre, os autores reconhecem que as relações sociais e os sentidos que damos a elas não são criados por uma estrutura com padrões universais e invariantes, mas pelo que

RETÓRICA é a arte de argumentação – saber falar para saber convencer – associada historicamente aos sofistas, professores da arte de falar na Grécia clássica. Mais recentemente tem em Chaim Perelman um importante expoente (para mais detalhes, consultar Perelman, C. e Olbrechts-Tyteca, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica.* São Paulo: Martins Fontes, 1996).

No PÓS-ESTRUTURALISMO, trata-se de ressignificações das perspectivas estruturalistas que se abrem à compreensão das relações entre estruturas de poder e produção de subjetividade. A obra de Michel Foucault é considerada por alguns como exemplo dessa perspectiva.

fazemos. Os discursos, portanto, são práticas que definem os objetos sobre os quais falamos, mas, quando o olhar foucaultiano é introduzido, o foco não está apenas na maneira como diferentes objetos são construídos por discursos, porém também como os sujeitos são constituídos.

Na psicologia social brasileira, as análises de discursos tendem a ser produções híbridas, buscando conexões com diversas fontes, como nas teorizações de M. J. Spink (1999) ou dialogar com a ESCOLA FRANCESA (Brandão, 2002). Ná área social e organizacional, as idéias de Garfinkel (1967) sobre as "metodologias" do cotidiano e as maneiras de relatar ou prestar contas dos acontecimentos também se fazem presentes, como nas reflexões de Leny Sato (2001).

ESCOLA FRANCESA. Em oposição às abordagens da psicologia social na tradição anglo-saxônica (representada, por exemplo, por Potter e Wetherell, já citados), que tem por foco o contexto interativo, a escola francesa, representada por Michel Pecheux, nos anos 1960, e Dominique Mainguenau, nos anos 1980, enfatiza tanto as condições de produção (em uma releitura marxista dos processos de comunicação) como a leitura do não-dito (influenciada pela psicanálise).

A radicalização do papel da psicologia social

É comentário comum entre psicólogos e psicólogas sociais de outras parte do mundo que na psicologia social latino-americana a discussão sobre o papel da disciplina na construção de uma sociedade justa é muito mais visível do que em qualquer outro lugar. Nesse contexto, Martin-Baró é uma figura emblemática (Pacheco e Jimenez, 2002). Teoricamente, seria difícil inserir Martin-Baró nas vertentes críticas descritas acima. Seu programa teórico teve marcas bastante tradicionais, seguindo temas e teorizações do *mainstream* da psicologia social norte-americana. Mas a teoria, em Baró, foi secundária à ação e, nesse aspecto, ele fazia a necessária tradução das teorias teológicas e da educação (Freire, 1980) para o âmbito da psicologia social.

O Concílio conhecido como "Vaticano II", conduzido pelo Papa João XXIII, gerou reformulações importantes na teoria e na ação da Igreja Católica. De um lado, questionou a noção de Igreja que, de sociedade jurídica, passou a ser conceituada como "serva da humanidade", abrindo assim a possibilidade de falar sobre movimentos populares. De outro, questionou a prática encastelada dos pastores da Igreja fazendo emergir, como palavra de ordem, a saída "dos castelos para as choupanas" (Guareschi, 2003). Essa ressignificação do papel da Igreja e dos educadores teve ressonâncias na psicologia social, entre elas o surgimento de uma forte corrente voltada à psicologia comunitária. Maritza Montero, no Congresso da Psicologia da Libertação realizado no Brasil em 2003, apontou para alguns questionamentos que vêm norteando as ações

de psicólogos sociais críticos na América Latina: como transformar o grupo, a comunidade, a sociedade em que trabalhamos e na qual se produzem os problemas sobre os quais queremos influir? Quais as origens psicossociais das situações de desigualdade e opressão? Como se produzem mudanças sociais? Como se manifestam as formas de resistência às situações de desigualdade?

Obviamente, para responder a estas perguntas é preciso posicionar-se diante da questão da produção do conhecimento – o que nos leva de volta ao primeiro eixo da postura crítica em psicologia social. Mas é preciso, também, inventar novas formas de atuação e de pesquisa que sejam concomitantemente intervenção visando a transformação da sociedade. Não é à toa que foi na esfera da psicologia política de cunho libertário, sobretudo na psicologia comunitária, que se aprofundaram os métodos de pesquisa ação participativa.

O giro metodológico

Hoje, entendemos os métodos como linguagem social, como formas de falar sobre o mundo (M. J. Spink, 2002) e de construir realidades sociais. É uma postura muito distante dos compêndios de métodos, como os de Claire Selltiz, Lawrence Wrightsman e Stuart Cook (1951), que priorizavam desenhos experimentais e enquete por amostragem, ou do influente manual sobre métodos experimentais e quase experimentais de Donald Campbell e Julian Stanley (1963, que teve imensa penetração especialmente na pesquisa de avaliação.

Do ponto de vista epistemológico, a discussão sobre pesquisa qualitativa deixou de lado a preocupação com a fidedignidade (inclusive com a triangulação METODOLÓGICA que buscava justificar os resultados qualitativos via superposição de múltiplos métodos) e reconheceu que métodos de coleta e análise de dados constroem de fato a realidade (Antaki, 1988; Gonzaléz-Rey, 1997). Isso dá lugar à invenção metodológica, com uso de materiais presentes no cotidiano: documentos de domínio público (P. Spink, 1999), conversas de corredor (Menegon, 1999), som e imagens da mídia (Bauer e Gaskell, 2000), dentre muitas outras formas de explorar os sentidos presentes no cotidiano. Ao se desfazer a separação entre ciência e outras atividades igualmente sociais, também se desfez a separação entre pesquisador e campo (como na pesquisa participante proposta por Brandão, 1981) e a própria noção de campo (P. Spink, 2003).

O uso de múltiplos MÉTODOS como forma de enriquecimento ou validação de dados de pesquisa conforme proposta de N. Denzin (1997), *The Research Act: a theoretical introduction to sociological matters*. Nova York: McGraw Hill.

Mas talvez o movimento mais marcante da postura crítica no enfoque dos métodos seja a presença cada vez mais nítida da reflexão sobre ética. Não nos referimos, aqui, ao uso prescritivo de procedimentos de avaliação por comitês de ética em pesquisa ou o uso burocrático de consentimentos informados. Ao contrário, situamos a reflexão ética como decorrência necessária, quiçá inevitável, da compreensão de que nossas práticas científicas são práticas sociais conseqüentes, intervenções que podem ora cristalizar, ora tornar aberto para discussão o que tomamos como fatos sociais. Se a perspectiva crítica da psicologia social na atualidade permite pensar outros futuros, como afirmava Maritza Montero no Congresso de Psicologia da Libertação referido anteriormente, aguça, também, nossa responsabilidade pelos futuros assim criados!

Indicaçõs bibliográficas e estéticas

O quadro de René Magritte, *Cle de Champs*, 1936, é boa ilustração da discussão presente nesse capítulo.

Como sugest‹o de leitura, temos:

Iñiguez, L. (org.) (2004) *Análise do discurso: manual para as ciências sociais* Petrópolis: Vozes.

Jacques, M. G. C.; Strey, M. N.; Bernardes, M. G.; Guareschi, P. A.; Carlos, S. A. e Fonseca, T. M. G. (1998) *Psicologia social contemporânea: livro texto*. Petrópolis: Vozes.

Revista Interamericana de Psicologia, 37 (2), 2003. Seccion Especial sobre la Psicologia Critica.

Referências bibliográficas

Allport, F. H. (1924) *Social Psychology*. Nova York: Houghton & Mifflin.

Antaki, C. (ed.) (1988) *Analysing Everyday Explanation: a casebook of methods*. Grã-Bretanha.

Armistead, M. (ed.) (1974) *Reconstructing Social Psychology*. Londres: Penguin Education.

Bauer, M. W. e Gaskell, G. (2000) *Qualitative Researching with Text, Image and Sound*. Londres: Sage. (Edição brasileira: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002).

Berger, P. L. e Luckman, T. (1966) *The Social Construction of Reality*. Nova York: Doubleday. (Edição brasileira: Berger, P. L. e Luckman, T. (1973) *A construção social da realidade.* Petrópolis: Vozes).

Billig, M. (1987) *Arguing and Thinking: a Rhetorical Approach to Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. G. e Furtado, O. (orgs.) (2001) *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.

Brandão, C. R. (1981) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

Brandão, H. H. N. (2002) *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp.

Blumer, H. (1969) *Symbolic Interaction: Perspective and Method*. Ebglewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

Bruner, J. (1986) *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge: Harvard University Press.

Butler, J. (1990) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge.

Campbell, D. T. e Stanley, J. C. (1969) *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research*. Chicago: Rand McNally & Co.

Edwards, D. e Potter, J. (1992) *Discursive Psychology*. Londres: Sage.

Freire, P. (1980) *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Editora Moraes.

Freitas, M. F. Q. (1998) Novas Práticas e velhos olhares em psicologia comunitária: uma conciliação possível? In: Souza, L.; Freitas, M. F. Q. e Rodriguez, M. M. P. (orgs.) *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Garfinkel, H. (1967) *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.

Gergen, K. J. (1973) Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26: 309-320.

Goffman, E. (1959) *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York: Doubleday.

Gonzalez-Rey, F. (1997) *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.

Guareschi, P. (1992) *Sociologia da prática social*. Petrópolis: Vozes.

___ (2003) *Implicações teórico-metodológicas do conceito de libertação*. Conferência. VI Congreso Internacional de Psicología de la Liberación. Campinas, novembro.

Gutiérrez, G. (1975) *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes.

Haraway, D. (1991) *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. Nova York: Routledge.

Ibáñez, T. (2001) *Municiones para disidentes.* Barcelona: Gedisa.

___ (coord.) (2003) *Psicologia Social*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya.

Iñiguez, L. (2003) *La Psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción*. Conferencia. XII Encontro Nacional da ABRAPSO (texto em CDRom).

Jacques, M. G. C.; Strey, M. N.; Bernardes, M. G.; Guareschi, P. A.; Carlos, S. A. e Fonseca, T. M. G. (1998) *Psicologia social contemporânea: livro texto*. Petrópolis: Vozes.

Krech, D.; Crutchfield, R. S. e Ballachey, E. L. (1962) *Individual in Society: a Textbook of Social Psychology*. Nova York: McGraw-Hill.

Kress, G. e Van Leeuwen, T. (2001) *Multimodal Discourse: the Modes and Media of Contemporary Communication.* Londres: Arnold.

Kruglanski, A. W. e Higgins, E. T. (eds.) (2003) *Social Psychology: a General Reader*. Andover Hampshire: Psychological Press.

Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs.) (1984) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Lane, S. T. M. e Sawaia, B. B. (orgs.) (1994) *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: EDUC.

Latour, B. (1997) *Science in Action*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Law, J. e Hassard, J. (1999) *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell.

Law, J. e Moll, A. (1995) Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review* 43 (2): 274-294.

Lunt, P. (2003) The Histories of Social Psychology. *Social Psychological Review* 5 (2): 3-19.

Maccoby, E. E.; Newcombe, T. M. e Hartley, E. L. (1958) *Readings in Social Psychology*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston.

Martín-Baro, I. (1983) *Acción e ideologia: psicologia social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.

Menegon, V. (1999) Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: M. J. Spink (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

Montero, M. (2003) *Teoría y Prática de la Psicologia Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.

Montero, M. e Christlieb, P. F. (2003) Psicologia Social Critica: Editorial de la sección especial. *Revista Interamericana de Psicología* 37 (2): 211-213.

Pacheco, G. e Jiménez, B. (comps.) (2002) *Ignacio Martín-Baro (1942-1989): Psicología de la Liberación para America Latina*. Guadalajara: Editora Iteso.

Parker, I. (1989) *The Crisis in Modern Social Psychology and How to End It*. Londres: Routledge.

Potter, J. e Wetherell, M. (1987) *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour.* Londres: Sage Publications.

Prilleltensky, I. e Prilleltesnky, O. (2003) Towards a critical health psychology practice. *Journal of Health Psychology* 8 (2): 197-210.

Pujol, J. e Montenegro, M. (2003) Conocimiento situado: un forcejeo entre el relativismo construccionista y la necesidad de fundamentar la acción. *Revista Interamericana de Psicología*, 37 (2): 295-307.

Rose, N. (1990) *Governing the Soul: the Shaping of the Private Self*. Londres: Routledge.

Sánchez, E. (2001) La organización y el liderazgo en la comunidad participativa. *Revista Avepso* 24 (2): 81-102.

Sato, L. (2001) Processos organizativos cotidianos e corriqueiros: a leitura da etnometodologia. *Psicologia e Sociedade* 31 (1): 129-151.

Selltiz, C.; Wrightsman, L. S. e Cook, S. W. (1951) Research Methods in Social relations. Nova York: Holt, Rinehart & Winston. (Edição brasileira: *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1987).

Smith, E. R. e Mackie, D. M. (2000) *Social Psychology*. Andover, Hampshire: Psychology Press.

Spink, M. J. P. (org.) (1999) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

___ (2002) Os métodos da pesquisa como linguagem social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia,* 2 (2): 9-21.

Spink, P. K. (1999) Análise de documentos de domínio público. In: M. J. Spink (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

___ (2003) Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia e Sociedade* 15 (2).

Strauss, A. (1990) *Creating Sociological Awareness: Collective Images and Symbolic Representation.* New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers.

Tajfel, H. e Fraser, C. (eds.) (1978) *Introducing Social Psychology*. Londres: Penguin Books.

Sobre os autores

Adriana Benevides. Doutora em Ciências Cognitivas (Universidade de Paris XI). Professora do Instituto de Psicologia da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UGF e da UNIVERSO e do Programa de Pós-Graduação em Informática da UFRJ.

Alexandre Carvalho Castro. Doutor em Psicologia (UERJ). Professor da Universidade Estácio de Sá.

Alexandre Grilo Castro

Ana Maria Jacó-Vilela. Doutora em Psicologia (USP). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, amjaco@uol.com.br

Ana Mercês Bahia Bock. Doutora em Psicologia (PUC-SP); Professora do Departamento de Psicologia da PUC-SP.

Antonio Gomes Penna. Professor Emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ.

Arthur Arruda Leal Ferreira. Doutor em Psicologia (PUC-SP); Professor do Instituto de Psicologia da UFRJ.

Carlos Renato Xavier Cançado

Christian Ingo Lenz Dunker. Doutor em Psicologia (USP), Departamento de Psicologia Clínica da USP.

Denise Barcellos Rocha Monteiro. Doutoranda em Psicologia pela UERJ.

Denise Maria Nepomuceno. Mestranda em Psicologia da Educação (UFMG), denisenep@yahoo.com.br

Eliane Mary de Oliveira Falcone. Doutora em Psicologia (USP); Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ.

Eustáquio José de Souza Júnior

Fernando Luis González Rey

Fernando Vidal. Instituto Max Planck, Berlim, vidalf@yahoo.com

Francisco Teixeira Portugal. Doutor em Psicologia (PUC-Rio); Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, fportugal@ufrj.br

Guilherme Gutman. Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (UERJ), Departamento de Psicologia da PUC-Rio, psiquiatra e vice-coordenador da Residência Médica do Instituto Philippe Pinel – RJ, guilhermegutman@gmail.com

Heliana de Barros Conde Rodrigues. Doutora em Psicologia (USP), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, helianaconde@uol.com.br

Idilva Germano. Doutora em Sociologia (UFC), Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Membro do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade – LAPSUS, da UFC.

Jane Araújo Russo. Doutora em Antropologia Social (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UERJ.

Jorge Coelho Soares. Doutor em Comunicação e Cultura (URFJ), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ.

Luís Cláudio Figueiredo (PUC-SP E USP)

Manuela Gomes Lopes

Márcia Moraes. Doutora em Psicologia (PUC-SP), Programa de Pós-graduação em Estudos da Subejtividade da Universidade Federal Fluminense.

Maria Emília Yamamoto. Doutora, Departamento de Fisiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, emilia.yamamoto@uol.com.br

Maria Inês Loureiro. Doutora em Psicologia (PUC-SP), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos.

Marina Massimi. Departamento de Psicologia e Educação FFCLRP-USP Campus de Ribeirão Preto, mmarina @ ffclrp.usp.br

Mary Jane Paris Spink. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos.

Odair Furtado

Paulo Guerra Soares

Peter Kevin Spink. Professor titular da Fundação Getúlio Vargas, Coordenador do Programa Gestão Pública e Cidadania, Professor associado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Regina Duarte Benevides de Barros. Doutorado em Psicologia Clínica, Professora do Departamento de Psicologia UFF.

Regina Helena de Freitas Campos. Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade de Stanford, EUA. Professora de História da Psicologia e de Psicologia da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais.

Roberto Novaes de Sá

Rogério Christiano Buys

Saulo de Freitas Araújo. Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Filosofia e Metodologia da Ciência pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Sérgio Dias Cirino

Silvia Carvalho Josephson. Doutora em Psicologia pela UERJ. Professsora do Departamento de Psicologia da UFF.

Virgínia Kastrup. Doutora em Psicologia (PUC-SP). Professora do Departamento de Psicologia Geral e Experimental e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Índice onomástico

ABBAGNANO, N.
ABRAHAM, K.
ABULJANOVA, K.A.
ADES, C.
ADLER, A.
ADORNO, T
ADRADOS, I.
AFANASYEV
AGASSIZ
AGOSTINHO, SANTO
AGUIAR, R.C.
ALENCAR, J.
ALEXANDER, F.
ALLEN, W.
ALLPORT, F.
ALLPORT, G.
AMARAL,T.
ANANIEV
ANASTASI, A.
ANCHIETA, J.
ANDLER, D.
ANDRADA E SILVA, J. B.
ANDRADE, M.
ANDRADE, O.
ANGELL, J.
ANTAKI, C.
ANTIPOFF, H.
ANTUNES, M.
ARAUJO, S.F.
ARENDT, H.
ARÈNE, P.
ÁRIES, P.
ARISTÓTELES
ARMISTEAD, N.
ARNHEIM, R.
ASSIS, R.M.
ASSOUN, P-L.
ATHAYDE, M.
AUGRAS, M.
AUSTIN, J.L.
AUSTREGÉSILO, A.
AYLLON, R.
AZEVEDO, F.
AZRIN, N.
AZZI, R.
BABINSKI, J
BACON, F.
BAGEHOT, W.
BAHIA, A.
BAILLY, J.-S.
BALDWIN, J.D.
BALDWIN, J.I
BALDWIN, J.M.
BALDWIN, M.
BALIBAR
BALINT, M.
BALKAÏD, M.
BALL, H.
BALLACHEY, E.L.
BALLET, G.
BALVET, P.
BALZAC, H.
BANCHS RODRIGUEZ, M.A.
BANDEIRA, M.
BANDURA, A.
BAPTISTA,
BAREMBLIT, G.
BARKOW, J.H.
BARRETO, E.M.P.
BARRETO, L.P.
BAUER, M.W.
BEATTIE, J.
BEAUFRET, J.
BEAUNIS
BEAUVOIR, S.
BECHTEREW, V.M.
BECK, A.T.
BECK, J
BECKER, C. L.
BECKETT, S.
BENDER, L.
BENEDICT, R.
BENJAMIN,W.
BENKO, A, Pe.
BENTHAM, J.
BENUSSI, V.
BERBEZ, P.
BERGER, P.
BERGMAN, I.
BERKELEY, G.
BERLIN, J.
BERNARD, C.
BERNFELD, S.
BERNHEIM, H.
BETTELHEIM, B.
BHASKAR, R.
BILLIG, M.
BINET, A.
BION,W.
BISWANGER, L.
BLOCK, L.
BLUMER, M.
BOBBIO, N.
BOCK, A.M.B.
BOMFIM, E.
BOMFIM, M.
BONAPARTE, M.
BONNAFÉ, L.
BONNET, C.
BORI, C.M.
BORING, E.
BOSCH, H
BOSS, M.
BOTTARD
BOTTOMORE,
BOUCHARD
BOVET, P.
BOYER, P.
BOZHOVICH
BPURNEVILLE, D.
BRAID, J.
BRANDÃO, C. R.
BRANDÃO, H. H. N.
BRANDÃO, T.

BRELAND, K.
BRELAND, M.
BRENTANO, F.
BRETON, A.
BRETT, G.
BREUER, J.
BREULER, E.
BRINGMANN, W.
BRISSAUD, E.
BROADBENT, D.
BROUGHTON, J.
BROUILLET, A.
BRUCKE, E.
BRUEGEL,
BRUNER, J.
BRYSON, G.
BUBER, M.
BUCK, J.N.
BUICKEROOD, J.
BURKE, M.
BURROW
BURT, C.
BURTY, P.
BUTLER, J.
BUTTLER, S.
CABANIS, P. J. G.
CABRAL, A.
CAGLIOSTRO, CONDE DE
CALIGAR,
CALVINO, I
CÂMARA
CAMPBELL, D.
CAMPOS, N.
CAMPOS, R. H. F..
CAMUS, A.
CÂNDIDO, A.
CANETTI, E.
CANGUILHEM, G.
CARDIM, F.
CARNÉ,M.
CARR, H.
CARROLL, L.
CARUS, F. A.
CARVALHO, A.M.A.
CASSIRER, E.
CASTORIADIS, C.
CATANIA, A.C.
CATTELL, J.M.
CERVANTES, M.
CHALMERS, D.
CHARCOT, J. B.
CHARCOT, J. M
CHÂTELET, F.
CHIAROTTINO, Z. R.
CHOMSKY, N.
CHRISTLIEB, P.F.
CHUDNOUSKY, V.
CLAPARÈDE, E.
CLARETIE, A.
CLARK, D.M.
CLARK, J.B.
CLÈMENT
CODO, W.
COELHO, E.
COMTE, A.
CONDILLAC, E. B.
CONDORCET
CONSTANT, B.
COOK, S.
COOPER, D.
COPÉRNICO, N.
CORNIL, V.
CORONEL, C.G.
COSMIDES, L.
COSTA, A.L.M.C.
COSTA, C. M.
CRICK, F.
CRRY, J.
CRUTCHFIELD, R.S.
CUNHA, E
CUNHA, W.H.A.
D' ZURILLA
DALAI LAMA
DALI, S.
DARWIN, C.
DATTILIO, F. M.
DAUMEZON
DAVINCI, L.
DAVYDOV, V.
DEBOVE, M.
DELEUZE, G.
DENNETT, D
DENZIN, N.
DEPRAZ, N.
DESCARTES, R.
DESSOIR, M.
DESTUTT DE TRACY, A. L.C.
DEVTSCH, H.
DEWAAL, F.
DEWEY, J.
DHERBEY, G.R.
DICKENS, C.
DIDEROT, D.
DILTHEY, W.
DOBSON, K. S.
DOLTO, F.
DOSTOIÉVSK, F.
DREYFUS, H.
DU BOIS – REYMOND
DUCHAMP, M.
DUMAS, G.
DUMONT, L.
DUPY, J. - P.
DUVAL, M.
EBBINGHAUS, H.
EÇA, M. A. R. S.
ECARY
EDELMAN, G.
EDWARDS, D.
EHRENFELS, C.
EINSTEIN, A
EITINGON, M.
ELIAS, N.
ELKIS, H.
ELLIS, A.
EMERY, G.
ENGELMAN, A.
ENGELS, F.
ENSENBERGER, H.M.
ERASMO DE ROTERDÃ
ERIKSON, E.
ESCHER, M.C.
ESTABLET
EYSENCK, H.J.
FAIRBAIN, R.
FALCONE, E.
FAULKNER, W.
FAUSTO, B.
FECHNER, G.
FEDERN, P.
FENICHEL, O.
FERÉ, C.S.
FERENCZI, S.
FERNANDES, F.
FERREIRA, A.A.L.
FERREIRA, M.R.
FERRY, L.
FESTINGER, L.

FEVERBACH, L.
FIGUEIREDO, L. C.
FLAUBERT, G.
FLIESS, W.
FLOUROY, T.
FODOR, J.
FOERSTER J.
FONTENAY
FOUCAULT, M.
FOX, C.
FRAISSE, P.
FRANÇA, E.F.
FRANCO DA ROCHA, F.
FRANCO, F.M.
FRANCO, GENERALLÍSSIMO
FRANKLIN, B.
FRASER, C.
FREIRE, P.
FREITAG, B.
FREITAS, M.F.
FREUD, A.
FREUD, S.
FREYRE, G.
FRICK, W.B.
FRIEDMAN, G.
FRISCH, K.
FROMM, E.
FUCHS, H.
FURTADO, D.
GALENO
GALILEI, G.
GALLANTER, E.
GALTON, F.
GAMARD, L.
GARAT, D. J.
GARCIA
GARDNER, H.
GARFINKEL, H.
GARIBALDI, G.
GASKELL, G.
GAY, P.
GELB, A.
GENOVESI, A.
GERGEN, K.
GIDDENS, A.
GILSON, E.
GLINSKY, D.D.
GLOVER, E.
GOCLENIUS, R
GODDARD, H.H.
GOETHE
GOFFMAN, E.
GOLDFRIEND, M.R.
GOLDMAN, L.
GOLDSTEIN, K.
GOMBAULT, A.
GONÇALVES MAGALHÃES, J.
GONÇALVES, M.G.M.
GONZAGA, T. A.
GOODENOUGH, J.
GOULD, S. J.
GOYA
GRABOIS, J.
GRAMSCI, A.
GRANOFF, W.
GRÉCO, P.
GROOS, K.
GROPIUS, W.
GRUENBERG, C.
GUARESCHI, P.
GUATTARI, F.
GUIDANO, V.F.
GUIDI, M.
GUILLOTIN, J.I.
GUINON, G.
GURWITSCH, A.
GUSMÃO, A.
GUTHRIE, E.R.
GUTIERREZ, G.
HABERMAS, J.
HALL, G.S.
HAMELINE, D.
HARAWAY, D.
HARSTSHORNE, H.
HARTLEY, D.
HARTLEY, E.L.
HARTMAN, H.
HATFIELD, G.
HATHAWAY, S.
HAUER
HAUG, W.F.
HAUSER, A.
HAUSSMAN, BARÃO DE
HAWTON, K.
HAYES, S.C.
HEBB, D.
HECKHAUSEN, J.
HEGEL, G.W.
HEIDEBREDER, E.
HEIDEGGER, M.
HEIDER, F.
HEIMAN, P.
HEINE
HELVÉTIUS, C-A .
HENRI, V.
HIBMANN, M
HIGGINS, T.
HINTON, G.
HIPÓCRATES
HISSMAN, M.
HITCHCOCK, A.
HITLER, A.
HOBBES, T.
HOBSBAWM, E.
HOLANDA, S.B.
HOLBACH
HONNET, A.
HOPPER, E.
HORKHEIMER, M.
HORNEY, K.
HULL, C.L.
HUME, D.
HUSSERL, E.
HUTCHESON, F.
HUXLEY, A.
HUXLEY, J.
IANNI, O.
IBAÑEZ, T.
IBSEN
IDANOV, A.
INHELDER, B.
IÑIGUEZ, L.
ISAACS, S.
JACKSON
JACQUARD,
JACQUES, M.G.C.
JAEGER, W.
JAGUARIBE, D.J.N.
JAMES, H.
JAMES, W.
JANET, P.
JASPERS, K.
JAY, M.
JIMÉNEZ, B.
JOÃO XXIII, PAPA
JOBIM, TOM
JOFFROY, A.
JONES, E.

JONES, M.C.
JORNOD, A.
JOSEPHSON, S.
JOYCE, J.
JUNG, C.G.
JUNG, J. H.
JURUENA, M.F.
KAAN, A.
KAFKA, F.
KAKAR
KANT, I.
KARDINER, A.
KASDIN, A.E.
KASTRUP, V.
KAUFMANN, D.
KEHL, R.
KELLER, F. S.
KELLEY, T.L.
KELLNER, D.
KEMPER, K.
KEMPER, W.
KESSLER, E.
KEYNES, J.
KHAN, M.
KIERKEGAARD, S.
KIRK, J.
KLEIN, M.
KLEMM, O.
KLINENBERG, O.
KOCH, A.
KOECHLIN
KOELLING
KOFFKA , K.
KOHLER, W.
KOHUT, H.
KORNILOV
KORSCH, K.
KRAKAUER, S.
KRAUSE, K.C.F.
KRECH,D.
KRESS, G.
KRIS, E.
KRUGER, F.
KRUGLANSKI, A.
KRUSCHEV, N.
KUDER, G.F.
KUHN, T.
LABICA, G.
LACAN, J.
LAGACHE, D.
LAING, R.D.
LAMARCK, J.B.
LAMETTRIE, J.O.
LAMOTTE, P.L.
LANE, S.
LANGAN, T. D.
LANGER, M.
LAPASSADE, G.
LAPLANCHE, J.
LASHLEY, K.
LATOUR, B.
LAVATER, J. C.
LAVOISIER, A.L.
LAW, J.
LAZARUS, A.A.
LE BON, G.
LE LORRAIN, E.
LEARY, D.
LE-BAS, L.
LECLAIRE, S.
LEFORT, C.
LEHRMAN, D.
LEIBNIZ, G. W.
LEITE, D. M.
LEME LOPES, J.
LENIN, W. I.
LEONTIEV, A.N
LESSA, G.
LÉVI-STRAUSS, C.
LEWIN, K.
LEWONTIN
LICURGO
LIÉBEAULT, A.
LIEBKNECHT, K.
LIGNAC, J. A. L. DE
LINDEN, M.
LINEU, C.
LIOTTI
LISPECTOR, C
LLOYD MORGAN, C.
LOBO, A.
LOBOUC, M.
LOCKE, J.
LOEB, J.
LOEWENSTEIN, R.
LOMOV, B.
LONDE, A.
LOPES, E.
LORENZ, K.
LOTZE, R.
LOURAU, R.
LOUREIRO, M.I.
LOURENÇO FILHO, M.B.
LOURENÇO, E.
LOYOLA, I.
LUCKMAN, T.
LUÍS XVI
LUKÁCS, G.
LUNT, P.
LURIA, ALEXANDER
LUXEMBURGO, R.
LYSSENKO, T.
MACCOBY, E.E.
MACEDO, L.
MACH, E.
MACHADO DE ASSIS, J.M.
MACHADO, J.L.C.
MACHADO, R.
MACK-BRUNSWIK, R.
MACKIE, D.
MAHER, M.
MAHFOUD, M.
MAHONEY, M. J.
MAINE DE BIRAN
MAINGUENAU REFERÊNCIAS
MALEBRANCHE, N.
MALFATTI, A.
MALINOWSKI, B.
MANN, T.
MANNONI, M.
MANNONI, O.
MAOMÉ
MARCEL, G.
MARCHAL, A.
MARCONDES, D.
MARCUSE, H.
MARIA ANTONIETA
MARIE, P.
MARINETTI, F.T.
MARQUES, G.G.
MARSHALL
MARTIN- BARÓ, I.
MARTON, S. – NIETSCHE
MARX, K.
MASCARENHAS, E.
MASLOW, A;
MASSERMAN,
MASSIMI, M.

MATISSE, H.
MATOS, G.
MATOS, M. A.
MATSUSHIMA, E.
MATURANA, H.
MAURICE, -NAVILLE
MAXWELL
MAY,R.
MAYO, E.
MCCARTHY, J.
MCCLELLAND, J.
MCCULLOCH, W.
MCKINLEY, J.C.
MEAD, G.H.
MEAD, M.
MEDARD BOSS
MEDEIROS, M.
MEICHENBAUM, D.
MEINONG, A.
MELVILLE, H.
MENCHINSKAYA
MENDEL
MENEGON, V.
MERLEAU- PONTY, M.
MERQUIOR, J.G.
MESMER, F. A.
MÉSZAROS, I.
MEYER,V.
MEYNERT, T.
MIASICHEV
MICHAEL, E.
MICHELÂNGELO
MILL, J.
MILL, J.S.
MILLER, G.
MILLER, H.
MINGARD, G.
MINKOWSKI
MINSKY, M.
MIRA Y LÓPEZ, E.
MIRANDOLLA, P.
MISCHEL, T.
MOLL, A.
MONARCHA, C.
MONET, C.
MONTANGERO
MONTENEGRO, M.
MONTERO,M.
MONTESSORI, M.
MORA, F.
MORAES, V.
MOREIRA, J.
MORENO, J. L.
MORGAN, C.M.
MORGAN, L.H.
MORITZ, K. P.
MOSCHETA, M.
MOTA-MAIA, CONDE DE
MOURA, M.L.S.
MOWER, H.
MOWRER, W.
MASRCHAL, A.
MULLER, J.
MUÑOZ, B.
MURPHY, G.
MURRAY, H.,
MUSSOLINI, B.
NABUCO, J.
NADER, G.
NAPOLEÃO
NAQUET
NEGT, O.
NEISSER, U.
NEMELL, A.
NERO, H.
NEUMANN, F.
NEUMANN, J.
NEWCOMB, T.M.
NEWELL, A.
NEWTON
NEYMEIER,
NICOLAS, S.
NIETZSCHE, F.
NÓBREGA, M.
NUMBERG, H.
NUNES, F. J. S.
OBERHOLZER
OFFE, C.
OLINTO, P.
OLIVEIRA, W.I.
OLSON, R.
ORWELL, G.
OSÓRIO, A.
OSÓRIO, B.
OSÓRIO, M.
OSTROWER, F.
PACHECO E SILVA, A.C.
PACHECO, G.
PADESKI, C.A.
PAGÉS, M.
PARADIES, M.T.
PARK, K.
PARKER, I.
PASSOS, E.
PAULO VI, PAPA
PAVLOV, I. P.
PEARSON, K.
PÊCHEUX, M.
PECHMAN, R.
PEDRO II, D.
PEIRCE, C.S.
PELLEGRINO, H.
PENNA, A.G.
PENROSE, R.
PEREIRA DA SILVA, G.
PEREIRA PASSOS,
PEREIRA, N. M.
PERESTRELLO, D.
PERESTRELLO, M.
PÉREZ-RINCÓN
PERNAMBUCANO, U.
PERRIER, F.
PERROT, M.
PESSOTI, I.
PESTALOZZI, J. H.
PETERSEN, P.
PETIT
PETROVSKY
PFISTER, O.
PHYLYSHYN, Z.
PIAGET, J.
PIBRAM, K.
PICCHA, M. DEL
PIÉRON, H.
PIMENTEL, I.
PINEL, P.
PIRANDELLO, L.
PISAREV, D.I..
PIZZOLI, V.
PLATÃO
POLITZER
POLLOCK, F.
PONTALIS, J.
PORTELLA NUNES, E.
PORTER, R.
PORTO-CARRERO, J.
POSNER, M.
POTTER, J.

POULANTZAS
PRIGOGINE, I.
PRILLELTENSKY, I
PRILLELTENSKY, O.
PROCUSTO
PROTÁGORAS
PROTÁGORAS DE ABDERA
PROUST, M.
PUJOL, J.
QUAGLIO, C.
RABELLO, S.
RACHMAN, S.S.
RADECKI, W.
RADO
RALPH, J.
RAMOS, A.
RANGÉ, B.
RANK, O.
RASKIN
RAYNER, R.
RAZMILOV
REAGAN, R.
REHM
REICH, W.
REIK, T.
REMBLANDT
RENAULT, A.
RENAULT, D.
REYNA, L.J.
RIBEIRO FILHO, N.
RIBEIRO, F.J.L.
RIBOT, T.
RICARDO, C.
RICHARDSON, S.
RICOEUR, P.
RIEBER, R.
RIEDEL, G.
RIES, M.
RINGER, F.
RIVIERE, J.
ROCHA, F.
RODRIGUES, R.N.
ROGERS, C.
ROHEIM, G.
ROMANES, G.J.
RORSCHACH, H.
RORTY, R.
ROSA, J. G..
ROSAS, P.
ROSCH, E.
ROSE, M.R.
ROSE, N.
ROSENBERG, R.L.
ROSENFIELD, I.
ROUANET, S.P.
ROUDINESCO, E.
ROUSSEAU, G.
ROUSSEAU, J. J.
ROXO, H.
RUBINSTEIN, S.L.
RUCKMICK, C.
RUDOLF, N.S.
RUMELHART, D
RUSH, A.J.
RYLE, G.
SACHS, H.
SADIE, S.
SAING-GERMAN, CONDE DE
SALKOVSKIS, P.M.
SANCHEZ, E.
SARTRE, J.-P.
SATO, L.
SAUSSURE, F.
SAWAYA, B.
SAWAYA, P.
SCHEEREX, E.
SCHERRER, M.C.
SCHILLER, M.
SCHMITT, C. B.
SCHOENFELD, W. N.
SCHOPENHAUER
SCHUARE, M.
SCHULTZ, D. P.
SCHULTZ, S.E.
SCHUR, M.
SCHWARCZ, L.M.
SCHWARZ, R.
SCRIPTURE, E. W.
SEARLE, I.
SÉCHENOV,
SELLTIZ, C.
SEMINERIO, F. P.
SENNETT, R.
SÉUE, L.
SHAKESPEARE, W
SHANNON, R.
SHAPIRO, N.B.
SHAW, B.F.
SHOENBERG, A.
SHÜTZ, C. G.
SILVA, J. A.
SILVA, P. J. C.
SIMON, H.
SIMON, N.
SIMON, T.
SKINNER, B.F.
SLADE, H.
SLOTERDIJK, P.
SMITH, A.
SMITH, E.
SMITH, R.
SMOLENSKY, P.
SÓCRATES
SOUZA, C.
SOUZA, T.
SPENCER, H.
SPINK, M.J.
SPINK, P.
SPINOZA, B.
SPITZ, R.
STALIN
STANLEY,J.
STENDHAL
STENGERS, I
STERN, W.
STEVENS, S.
STEWART, D.
STRACHEY, J.
STRAUSS, A.
STRONG JR., E.K.
SUEVO, I.
SUMMER, W.G.
TAINE, H.
TAJFEL, H.
TARDE, G.
TAYLOR, J. G.
TEIXEIRA BRANDÃO, J. C.
TENNENT, E.
TERMAN, L.
TESEU
THOMPSON, E.
THORNDIKE, E.L.
THURSTONE, L.
TILLICH, P.
TINBERGEN, J.
TINBERGEN, N.
TINOCO, B.
TITCHENER, E.

TOLMAN, E.C.
TOLSTÓI, L
TOMÁS DE AQUINO, S.
TOOBY, J.
TOSQUELLES, F.
TOURRETE, G.
TREMBLEY, J.
TROTSKI, L.
TRUFFAULT, F.
TUKE, S.
TURING, A.
TURNER
TWAIN, M.
TWENEY, R.
TYLOR, E.B.
TZARA, T,
UEXKÜLL, J. VON
UNAMUNO, M.
URBINA
VAN LEEUWEN, T.
VANDENBERGHE, F.
VARELA, F.
VASCONCELOS, M.S.
VERMERSCH, P.
VERNANT, J. P.
VIDAL, F.
VIEIRA, A., Pe.
VIGOTSKY, L.S.
VIGOTSTY / VIGOTSKI (CIRINO) / VYGOTSKY (ELIANE)
VILLA-LOBOS, H.
VINICIUS DE MORAES
VITAL BRAZIL, C.N.
VOLKELT
VOLTAIRE
WALLON, H.
WARTEGG, E.
WATSON, J. B.
WEBER, E.
WEIL, F.
WELLMER, A.
WERTHEIMER, M.
WETHERELL, M.
WICK, R.
WIENER, N.
WIGGERSHAUS, R.
WILBERPORFE, J.
WINNICOTT, D.W.
WISSLER, C.
WITASEK, S.
WITTGENSTEIN
WITTMANN, B.
WOLFF, C.
WOLPE, J.
WOODWORTH, H.
WOODWORTH, R.S.
WOOLF, V.
WRIGHSTMAN, L.
WUNDT, W.
YALOM, I.D.
YAROCHEVSKY
YATES
YERKES, R.M.
YOVEL,Y.
ZAPOROZHETS
ZINCHENKO, V.
ZOLA, E.
ZULLIGER, H.